ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 220

Brasília - DF, quinta-feira, 13 de novembro de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 31
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 33
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 33
Ministério da Cultura 35
Ministério da Defesa 39
Ministério da Educação 41
Ministério da Fazenda 44
Ministério da Justiça 59
Ministério da Previdência Social 62
Ministério da Saúde 66
Ministério das Comunicações 131
Ministério das Relações Exteriores 133
Ministério de Minas e Energia 133
Ministério do Desenvolvimento Agrário 140
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 140
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 140
Ministério do Esporte 141
Ministério do Meio Ambiente 143
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 145
Ministério do Trabalho e Emprego 146
Ministério dos Transportes 149
Conselho Nacional do Ministério Público 151
Ministério Público da União 151
Tribunal de Contas da União 153
Poder Judiciário 202
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 210

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.922 (1)
ORIGEM : ADI - 91245 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Gilmar Mendes (Relator), julgando improcedente a ação direta, pediu vista dos autos o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausentes, neste julgamento, a Senhora Ministra Ellen Gracie e os Senhores Ministros Ayres Britto e Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Plenário, 17.03.2011.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Votou o Presidente. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente) e Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 03.04.2014.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. Lei Estadual que disciplina a homologação judicial de acordo alimentar firmado com a intervenção da Defensoria Pública (Lei 1.504/1989, do Estado do Rio de Janeiro). 3. O Estado do Rio de Janeiro disciplinou a homologação judicial de acordo alimentar nos casos específicos em que há participação da Defensoria Pública, não estabelecendo novo processo, mas a forma como este será executado. Lei sobre procedimento em matéria processual. 4. A prerrogativa de legislar sobre procedimentos possui o condão de transformar os Estados em verdadeiros "laboratórios legislativos". Ao conceder-se aos entes federados o poder de regular o procedimento de uma matéria, baseando-se em peculiaridades próprias, está a possibilitar-se que novas e exitosas experiências sejam formuladas. Os Estados passam a ser partícipes importantes no desenvolvimento do direito nacional e a atuar ativamente na construção de possíveis experiências que poderão ser adotadas por outros entes ou em todo território federal. 5. Desjudicialização. A vertente extrajudicial da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública permite a orientação (informação em direito), a realização de mediações, conciliações e arbitragem (resolução alternativa de litígios), entre outros serviços, evitando, muitas vezes, a propositura de ações judiciais. 6. Ação direta julgada julgada improcedente.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.200 (2)
ORIGEM : ADI - 49378 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S) : ALEXANDRE ISSA KIMURA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade da expressão "nos crimes apenados com reclusão, atentatórios ao decoro parlamentar", contida no art. 16, inciso VI, da Constituição do Estado de São Paulo, introduzido pela Emenda Constitucional nº 18, de 30 de março de 2004. Votou o Presidente. Ausentes, neste julgamento, os Ministros Joaquim Barbosa (Presidente), Dias Toffoli e Teori Zavascki. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente). Plenário, 22.05.2014.

MANDATO - DEPUTADO ESTADUAL - CONDENAÇÃO CRIMINAL - PERDA. Contraria a Constituição Federal jungir a atuação da Assembleia Legislativa, quanto à perda de mandato de deputado estadual, no caso de condenação criminal, aos crimes apenados com reclusão e atentatórios ao decoro parlamentar.

PARLAMENTAR - PERDA DE MANDATO - CONDENAÇÃO CRIMINAL - CONSTITUIÇÃO ESTADUAL - RESTRIÇÃO. Conflita com o disposto no artigo 27, § 1º, do Diploma Maior norma local, ainda que de envergadura maior - contida na Carta estadual -, que implique limitação à perda do mandato a certas situações criminais.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.327 (3)
ORIGEM : ADI - 109284 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ESPÍRITO SANTO
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REDATORA DO ACÓRDÃO : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: Após os votos dos Ministros Dias Toffoli (Relator), Rosa Weber, Luiz Fux e Ricardo Lewandowski, julgando procedente a ação direta, e os votos dos Ministros Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Celso de Mello e Presidente, Ministro Joaquim Barbosa, julgando-a improcedente, o julgamento foi suspenso para colher os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, ausentes neste julgamento. Plenário, 11.04.2013.

Decisão: Colhidos os votos dos Ministros Teori Zavascki e Gilmar Mendes, que julgavam improcedente a ação direta, e verificado o empate na votação, o Tribunal suspendeu o julgamento para colher o voto do ministro a ser empossado. Reajustou o voto proferido anteriormente o Ministro Marco Aurélio. Presidência do Ministro Joaquim Barbosa. Plenário, 16.05.2013.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação direta, vencidos os Ministros Dias Toffoli (Relator), Rosa Weber, Luiz Fux, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio. Redigirá o acórdão a Ministra Cármen Lúcia. Ausente, neste julgamento, o Ministro Joaquim Barbosa (Presidente), que votou em assentada anterior. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski (Vice-Presidente). Plenário, 08.08.2013.

EMENTA: *AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEIS CAPIXABAS NS. 5.717/1998 E 6.931/2001. AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO, PELA POLÍCIA MILITAR OU PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO, DE VEÍCULOS APREENDIDOS E NÃO IDENTIFICADOS QUANTO À PROCEDÊNCIA E À PROPRIEDADE, EXCLUSIVAMENTE NO TRABALHO DE REPRESSÃO PENAL. QUESTÃO AFETA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL: COMPETÊNCIA NÃO ATRIBUÍDA PRIVATIVAMENTE À UNIÃO. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.*

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.954 (4)
ORIGEM : ADI - 4954 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : ACRE
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS SERVIÇOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : CÁCITO AUGUSTO DE FREITAS ESTEVES E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REDES DE FARMÁCIAS E DROGARIAS - ABRAFARMA
ADV.(A/S) : CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO - ABCFARMA
ADV.(A/S) : ANDRE BEDRAN JABR E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República, e, pelo *amicus curiae* Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias - ABRAFARMA, o Dr. Pedro da Silva Dinamarco. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski, Vice-Presidente no exercício da Presidência. Plenário, 20.08.2014.

PROCESSO OBJETIVO - INCONSTITUCIONALIDADE - CRIVO DO SUPREMO - ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO - ATUAÇÃO. A teor do disposto no artigo 103, § 3º, da Carta Federal, no processo objetivo em que o Supremo aprecia a inconstitucionalidade de norma legal ou ato normativo, o Advogado-Geral da União atua como curador, cabendo-lhe defender o ato ou texto impugnado, sendo imprópria a emissão de entendimento sobre a procedência da pecha.

CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE - OBJETO. O controle concentrado de constitucionalidade é feito a partir do cotejo do pronunciamento atacado com o Diploma Maior, mostrando-se desinfluente o fato de haver norma diversa, de índole federal, a tratar de certo tema - precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.645/PR, Pleno, relatora ministra Ellen Gracie.

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA REGULADORA - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. As agências reguladoras estão submetidas, como órgãos administrativos, ao princípio da legalidade.

COMPETÊNCIA NORMATIVA - COMÉRCIO - FARMÁCIAS - ARTIGOS DE CONVENIÊNCIA. Constitucional é a lei de estado-membro que verse o comércio varejista de artigos de conveniência em farmácias e drogarias.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.976 (5)
ORIGEM : ADPF - 4976 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente a ação direta, vencido, parcialmente, o Ministro Joaquim Barbosa (Presidente). Falaram, pelo Ministério Público Federal, o Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República, e, pela Advocacia-Geral da União, o Ministro Luís Inácio Lucena Adams. Plenário, 07.05.2014.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTS. 23, 37 A 47 E 53 DA LEI 12.663/2012 (LEI GERAL DA COPA). EVENTOS DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014. ASSUNÇÃO PELA UNIÃO, COM SUB-ROGAÇÃO DE DIREITOS, DOS EFEITOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL PERANTE A FIFA POR DANOS EM INCIDENTES OU ACIDENTES DE SEGURANÇA. OFENSA AO ART. 37, § 6º, DA CF, PELA SUPOSTA ADOÇÃO DA TEORIA DO RISCO INTEGRAL. INOCORRÊNCIA. CONCESSÃO DE PRÊMIO EM DINHEIRO E DE AUXÍLIO ESPECIAL MENSAL AOS JOGADORES CAMPEÕES DAS COPAS DO MUNDO FIFA DE 1958, 1962 E 1970. ARTS. 5º, *CAPUT*, 19, III, E 195, § 5º, TODOS DA CF. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE E AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA FONTE DE CUSTEIO TOTAL. ALEGAÇÕES REJEITADAS. ISENÇÃO CONCEDIDA À FIFA E A SEUS REPRESENTANTES DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS DEVIDAS AOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO. ART. 150, II, DA CF. AFRONTA À ISONOMIA TRIBUTÁRIA. INEXISTÊNCIA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE.

I - A disposição contida no art. 37, § 6º, da Constituição Federal não esgota a matéria relacionada à responsabilidade civil imputável à Administração, pois, em situações especiais de grave risco para a população ou de relevante interesse público, pode o Estado ampliar a respectiva responsabilidade, por danos decorrentes de sua ação ou omissão, para além das balizas do supramencionado dispositivo constitucional, inclusive por lei ordinária, dividindo os ônus decorrentes dessa extensão com toda a sociedade.

II - Validade do oferecimento pela União, mediante autorização legal, de garantia adicional, de natureza tipicamente securitária, em favor de vítimas de danos incertos decorrentes dos eventos patrocinados pela FIFA, excluídos os prejuízos para os quais a própria entidade organizadora ou mesmo as vítimas tiverem concorrido. Compromisso livre e soberanamente contraído pelo Brasil à época de sua candidatura para sediar a Copa do Mundo FIFA 2014.

III - Mostra-se plenamente justificada a iniciativa dos legisladores federais - legítimos representantes que são da vontade popular - em premiar materialmente a incalculável visibilidade internacional positiva proporcionada por um grupo específico e restrito de atletas, bem como em evitar, mediante a instituição de pensão especial, que a extrema penúria material enfrentada por alguns deles ou por suas famílias ponha em xeque o profundo sentimento nacional em relação às seleções brasileiras que disputaram as Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, as quais representam, ainda hoje, uma das expressões mais relevantes, conspícuas e populares da identidade nacional.

IV - O auxílio especial mensal instituído pela Lei 12.663/2012, por não se tratar de benefício previdenciário, mas, sim, de benesse assistencial criada por legislação especial para atender demanda de projeção social vinculada a acontecimento extraordinário de repercussão nacional, não pressupõe, à luz do disposto no art. 195, § 5º, da Carta Magna, a existência de contribuição ou a indicação de fonte de custeio total.

V - É constitucional a isenção fiscal relativa a pagamento de custas judiciais, concedida por Estado soberano que, mediante política pública formulada pelo respectivo governo, buscou garantir a realização, em seu território, de eventos da maior expressão, quer nacional, quer internacional. Legitimidade dos estímulos destinados a atrair o principal e indispensável parceiro envolvido, qual seja, a FIFA, de modo a alcançar os benefícios econômicos e sociais pretendidos.

VI - Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 8.331, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Conselho de Ministros do Mercosul aprovou o Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados-Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 132, de 26 de maio de 2011; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 10 de outubro de 2012, nos termos de seu Artigo 30;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo sobre Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile, aprovado pelo Conselho de Ministros do Mercosul, em Buenos Aires, em 18 de fevereiro de 2002, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo
Eduardo dos Santos

ACORDO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MÚTUA EM ASSUNTOS PENAIS ENTRE OS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL, A REPÚBLICA DA BOLÍVIA E A REPÚBLICA DO CHILE

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, da República da Bolívia e da República do Chile, denominados doravante "Estados Partes"; aos efeitos do presente Acordo.

Considerando o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, aprovado em San Luis, República Argentina, por Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) Nº 2/96, vigente entre os quatro Estados Partes do MERCOSUL;

Considerando o Acordo de Complementação Econômica Nº 36 firmado entre o MERCOSUL e a República da Bolívia; o Acordo de Complementação Econômica Nº 35 subscrito entre o MERCOSUL e a República do Chile e as Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) Nº 14/96 "Participação de Terceiros Países Associados em Reuniões do MERCOSUL" e Nº 12/97 "Participação do Chile em Reuniões do MERCOSUL";

Conscientes de que os objetivos dos Acordos acima mencionados devem ser fortalecidos com normas comuns que ensejem segurança jurídica no território dos Estados Partes;

Reafirmando a vontade de acordar soluções jurídicas comuns com o objetivo de fortalecer o processo de integração;

Convencidos de que a intensificação da cooperação jurídica em matéria penal contribuirá para aprofundar os interesses recíprocos dos Estados Partes no processo de integração;

Reconhecendo que muitas atividades delituosas representam uma crescente ameaça e se manifestam através de modalidades criminais transnacionais que afetam a diversos Estados,

Resolveram concluir um Acordo de Assistência Jurídica Mútua nos seguintes termos:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1
Âmbito

1. O presente Acordo tem por finalidade a assistência jurídica mútua em assuntos penais entre as autoridades competentes dos Estados Partes.

2. As disposições do presente Acordo não conferem direitos aos particulares para a obtenção, supressão ou exclusão de provas, ou para se oporem ao cumprimento de uma solicitação de assistência.

3. Os Estados Partes prestarão assistência mútua, de conformidade com as disposições do presente Acordo, para a investigação de delitos, assim como para a cooperação nos procedimentos judiciais relacionados com assuntos penais.

4. A assistência será prestada mesmo quando as condutas não constituam delitos no Estado requerido, sem prejuízo do previsto nos artigos 22 e 23.

5. O presente Acordo não faculta às autoridades ou aos particulares do Estado requerente empreender no território do Estado requerido funções que, conforme suas leis internas, estejam reservadas às suas Autoridades, salvo na hipótese prevista no artigo 17, parágrafo 3.

Artigo 2
Alcance da Assistência

A assistência compreenderá:

a) notificação de atos processuais;

b) recepção e produção de provas, tais como testemunhos ou declarações, realização de perícias e exames de pessoas, bens e lugares;

c) localização ou identificação de pessoas;

d) notificação de testemunhas ou peritos para o comparecimento voluntário a fim de prestar testemunho no Estado requerente;

e) traslado de pessoas sujeitas a um processo penal para comparecimento como testemunhas no Estado requerente ou com outros propósitos expressamente indicados na solicitação, conforme o presente Acordo;

f) medidas acautelatórias sobre bens;

g) cumprimento de outras solicitações a respeito de bens;

h) entrega de documentos e outros elementos de prova;

i) apreensão, transferência de bens confiscados e outras medidas de natureza similar;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS
IMPRENSA NACIONAL 1808

j) retenção de bens para efeitos do cumprimento de sentenças judiciais que imponham indenizações ou multas; e

k) qualquer outra forma de assistência em conformidade com os fins deste Acordo que não seja incompatível com as leis do Estado requerido.

Artigo 3
Autoridades Centrais

1. Para os efeitos do presente Acordo, cada Estado Parte designará uma Autoridade Central encarregada de receber e transmitir os pedidos de assistência jurídica mútua. Para esse fim, referidas Autoridades Centrais se comunicarão diretamente entre elas, remetendo tais solicitações às respectivas autoridades competentes.

2. Os Estados Partes, ao depositar o instrumento de ratificação do presente Acordo, comunicarão a designação ao Governo depositário, o qual dará conhecimento aos demais Estados Partes.

3. A Autoridade Central poderá ser substituída em qualquer momento, devendo o Estado Parte comunicar, no menor prazo possível, ao Estado depositário do presente Acordo, a fim de que dê conhecimento, aos demais Estados Partes, da mudança efetuada.

Artigo 4
Autoridades Competentes para a Solicitação de Assistência

As solicitações transmitidas por uma Autoridade Central com amparo no presente Acordo se basearão em pedidos de assistência de autoridades judiciais ou do Ministério Público do Estado requerente encarregadas do julgamento ou investigação de delitos.

Artigo 5
Denegação de Assistência

1. O Estado Parte requerido poderá denegar a assistência quando:

a) a solicitação se refira a delito tipificado como tal na sua legislação militar mas não na legislação penal ordinária;

b) a solicitação se refira a delito que o Estado requerido considere como político ou como delito comum conexo com delito político ou realizado com finalidade política;

c) a solicitação se refira a delito tributário;

d) a pessoa em relação a qual se solicita a medida haja sido absolvida ou haja cumprido condenação no Estado requerido pelo mesmo delito mencionado na solicitação. Contudo, esta disposição não poderá ser invocada para negar assistência em relação a outras pessoas; ou

e) o cumprimento da solicitação seja contrário à segurança, à ordem pública ou a outros interesses essenciais do Estado requerido.

2 .Se o Estado requerido denega a assistência, deverá informar ao Estado requerente, por intermédio da Autoridade Central, as razões em que se funda a denegatória, ressalvado o disposto no artigo 15, alínea "b".

CAPÍTULO II
CUMPRIMENTO DA SOLICITAÇÃO

Artigo 6
Forma e Conteúdo da Solicitação

1. A solicitação de assistência deverá formular-se por escrito.

2. Se a solicitação for transmitida por telex, fac-símile, correio eletrônico ou meio equivalente, deverá ser confirmada por documento original firmado pela autoridade requerente dentro dos 10 (dez) dias seguintes a sua formulação, de acordo com o estabelecido por este Acordo.

3. A solicitação deverá conter as seguintes indicações:

a) identificação da autoridade competente requerente;

b) descrição do assunto e natureza do procedimento judicial, incluindo os delitos a que se refere;

c) descrição das medidas de assistência solicitadas;

d) motivos pelos quais se solicitam ditas medidas;

e) texto das normas penais aplicáveis;

f) identidade das pessoas sujeitas a procedimento judicial, quando conhecidas.

4. Quando for necessário e, na medida do possível, a solicitação deverá também incluir:

a) informação sobre identidade e domicílio das pessoas cujo testemunho se deseja obter;

b) identidade e domicílio das pessoas a serem notificadas e sua relação com os procedimentos;

c) informação sobre identidade e paradeiro das pessoas a serem localizadas;

d) descrição exata do lugar a inspecionar, identificação da pessoa a ser submetida a exame e os bens que tenham de ser acautelados;

e) o texto do interrogatório a ser formulado para a recepção da prova testemunhal no Estado requerido, assim como, se necessário, a descrição da forma em que deverá ser recebido e registrado qualquer testemunho ou declaração;

f) descrição das formas e dos procedimentos especiais com que se deverá cumprir a solicitação, se assim forem requeridos;

g) informação sobre o pagamento das despesas com a pessoa cuja presença se solicite ao Estado requerido;

h) qualquer outra informação que possa ser de utilidade ao Estado requerido para os efeitos de facilitar o cumprimento da solicitação;

i) quando for necessário, a indicação da autoridade do Estado requerente que participará no processamento no Estado requerido.

5. A solicitação deverá ser redigida no idioma do Estado requerente e será acompanhada de uma tradução no idioma do Estado requerido.

Artigo 7
Lei Aplicável

1. O processamento das solicitações será regido pela lei do Estado requerido e conforme as disposições do presente Acordo.

2. A pedido do Estado requerente, o Estado requerido cumprirá a assistência de acordo com as formas ou procedimentos especiais indicados na solicitação, a menos que esses sejam incompatíveis com sua lei interna.

Artigo 8
Processamento

A Autoridade Central do Estado requerido tramitará com presteza a solicitação e a transmitirá à autoridade competente para seu processamento.

Artigo 9
Prazos ou Condições para o Cumprimento

A autoridade competente do Estado requerido poderá adiar o cumprimento da solicitação, ou sujeitá-la a condições nos casos em que haja interferência em procedimento penal em curso no seu território.

Sobre essas condições, o Estado requerido fará a consulta ao requerente por intermédio das Autoridades Centrais. Se o Estado requerente aceita a assistência sujeita a condições, a solicitação será cumprida de conformidade com a forma proposta.

Artigo 10
Caráter Confidencial

A pedido do Estado requerente, será mantido o caráter confidencial da solicitação e de sua tramitação. Se a solicitação não puder ser cumprida sem infringir esse caráter confidencial, o Estado requerido informará esse fato ao Estado requerente, que decidirá se insiste na solicitação.

Artigo 11
Informação sobre o Cumprimento

1. A pedido da Autoridade Central do Estado requerente, a Autoridade Central do Estado requerido informará, dentro de prazo razoável, sobre o andamento do trâmite referente ao cumprimento da solicitação.

2. A Autoridade Central do Estado requerido informará com brevidade o resultado do cumprimento da solicitação e remeterá toda a informação ou prova obtida à Autoridade Central do Estado requerente.

3. Quando não possível cumprir a solicitação, no todo ou em parte, a Autoridade Central do Estado requerido fará saber imediatamente à Autoridade Central do Estado requerente e informará as razões pelas quais não foi possível seu cumprimento.

4. As informações serão redigidas no idioma do Estado requerido.

Artigo 12
Limitações no Emprego da Informação ou Prova Obtida

1. Salvo consentimento prévio do Estado requerido, o Estado requerente somente poderá empregar a informação ou a prova obtida, em virtude do presente Acordo, na investigação ou no procedimento indicado na solicitação.

2. A autoridade competente do Estado requerido poderá solicitar que a informação ou a prova obtida em virtude do presente Acordo tenha caráter confidencial, de conformidade com as condições que especificará. Nesse caso, o Estado requerente respeitará tais condições. Se não puder aceitá-las, comunicará o requerido, que decidirá sobre a prestação da cooperação.

Artigo 13
Custos

O Estado requerido terá a seu encargo os gastos de processamento da solicitação. O Estado requerente pagará os gastos e honorários correspondentes às perícias, traduções e transcrições, gastos extraordinários decorrentes do emprego de formas ou procedimentos especiais e os custos de viagem das pessoas referidas nos artigos 18 e 19.

CAPÍTULO III
FORMAS DE ASSISTÊNCIA

Artigo 14
Notificação

1. Caberá à Autoridade Central do Estado requerente transmitir a solicitação de notificação para comparecimento de uma pessoa ante a autoridade competente do Estado requerente, com razoável antecedência à data prevista para o mesmo.

2. Se a notificação não se realizar, a autoridade competente do Estado requerido deverá informar à autoridade competente do Estado requerente as razões pelas quais não pode diligenciar, por intermédio das Autoridades Centrais.

Artigo 15
Entrega de Documentos Oficiais

Por solicitação da autoridade competente do Estado requerente, a autoridade competente do Estado requerido:

a) proporcionará cópia de documentos oficiais, registros ou informações acessíveis ao público; e

b) poderá proporcionar cópias de documentos oficiais, registros ou informações não acessíveis ao público, nas mesmas condições pelas quais esses documentos se disporiam a suas próprias autoridades. Se a assistência prevista nesta alínea é denegada, a autoridade competente do Estado requerido não estará obrigada a expressar os motivos da denegação.

Artigo 16
Devolução de Documentos e Elementos de Prova

O Estado requerente deverá, logo que possível, devolver os documentos e outros elementos de prova fornecidos em cumprimento do estabelecido no presente Acordo, quando solicitado pelo Estado requerido.

Artigo 17
Testemunho no Estado Requerido

1. Toda pessoa que se encontre no Estado requerido à qual se solicite prestar testemunho, apresentar documentos, antecedentes ou elementos de prova em virtude do presente Acordo, deverá comparecer, em conformidade com as leis do Estado requerido, ante a autoridade competente.

2. O Estado requerido informará com suficiente antecedência o lugar e a data em que será recebida a declaração da testemunha ou os mencionados documentos, antecedentes ou elementos de prova. Quando seja necessário, as autoridades competentes se consultarão, por intermédio das Autoridades Centrais, para efeitos de fixar uma data conveniente para as autoridades requerente e requerida.

3. O Estado requerido autorizará a presença das autoridades indicadas na solicitação durante o cumprimento das diligências de cooperação, e lhes permitirá formular perguntas se tal estiver autorizado pelas leis do Estado requerido e em conformidade com essas leis. A audiência terá lugar segundo os procedimentos estabelecidos pelas leis do Estado requerido.

4. Se a pessoa referida no parágrafo 1 alega imunidade, privilégio ou incapacidade segundo as leis do Estado requerido, essa alegação será resolvida pela autoridade competente do Estado requerido antes do cumprimento da solicitação e comunicada ao Estado requerente por intermédio da Autoridade Central.

Se a pessoa referida no parágrafo 1 alega imunidade, privilégio ou incapacidade segundo as leis do Estado requerente, a alegação será informada por intermédio das respectivas Autoridades Centrais, a fim de que as autoridades competentes do Estado requerente resolvam a respeito da alegação.

5. Os documentos, antecedentes e elementos de prova entregues pela testemunha ou obtidos como resultado de sua declaração ou por ocasião da mesma, serão enviados ao Estado requerente junto com a declaração.

Artigo 18
Testemunho no Estado Requerente

1. Quando o Estado requerente solicitar o comparecimento de uma pessoa ao seu território para prestar testemunho ou oferecer informações, o Estado requerido convidará a testemunha ou perito a comparecer ante a autoridade competente do Estado requerente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. A autoridade competente do Estado requerido registrará por escrito o consentimento da pessoa cujo comparecimento é solicitado no Estado requerente e informará de imediato à Autoridade Central do Estado requerente sobre a resposta.

3. Ao solicitar o comparecimento, a autoridade competente do Estado requerente indicará os gastos de traslado e estada a seu encargo.

Artigo 19
Traslado de Pessoas Sujeitas a Procedimento Penal

1. A pessoa sujeita a procedimento penal no Estado requerido, cujo comparecimento ao Estado requerente seja necessário em virtude da assistência prevista no presente Acordo, será trasladada com esse fim ao Estado requerente, sempre que essa pessoa e o Estado requerido consintam nesse traslado.

2. A pessoa sujeita a procedimento penal no Estado requerente da assistência e cujo comparecimento ao Estado requerido seja necessário, será trasladada ao Estado requerido, sempre que o consinta essa pessoa e ambos os Estados estejam de acordo.

3. Quando um Estado Parte solicitar a outro, de acordo com o presente Acordo, o traslado de uma pessoa de sua nacionalidade e sua Constituição impeça a entrega de seus nacionais, a qualquer título, deverá informar o conteúdo dessas disposições ao outro Estado Parte, que decidirá acerca da conveniência do solicitado.

4. Para os efeitos do presente artigo:

a) o Estado receptor deverá manter a pessoa trasladada sob custódia, a menos que o Estado remetente indique o contrário;

b) o Estado receptor devolverá a pessoa trasladada ao Estado remetente tão pronto quanto as circunstâncias o permitam e com sujeição ao acordado entre as autoridades competentes de ambos os Estados, sem prejuízo do estabelecido no parágrafo anterior;

c) com respeito à devolução da pessoa trasladada, não será necessário que o Estado remetente promova um procedimento de extradição;

d) o tempo decorrido sob custódia no Estado receptor será computado para efeitos de cumprimento da sentença que se lhe impuser;

e) a permanência dessa pessoa no Estado receptor não poderá exceder 90 (noventa) dias, a menos que a pessoa e ambos os Estados consintam em prorrogá-la;

f) em caso de fuga no Estado receptor da pessoa trasladada que esteja sujeita a uma medida restritiva de liberdade no Estado remetente, este poderá solicitar ao Estado receptor o início de um procedimento penal para esclarecimento do fato bem como o fornecimento de informação periódica.

Artigo 20
Salvo-conduto

1. O comparecimento ou traslado da pessoa que consinta declarar ou dar testemunho, segundo o disposto nos artigos 18 e 19, estará condicionado a que o Estado receptor conceda um salvo-conduto sob o qual, enquanto se encontre nesse Estado, este não poderá:

a) deter ou julgar a pessoa por delitos anteriores a sua saída do território do Estado remetente;

b) convocá-la para declarar ou dar testemunho em procedimento não especificado na solicitação.

2. O salvo-conduto previsto no parágrafo anterior cessará quando a pessoa prolongar voluntariamente sua estada no território do Estado receptor, por mais de 10 (dez) dias, a partir do momento em que sua presença não for necessária nesse Estado, de conformidade com a comunicação ao Estado remetente.

Artigo 21
Localização ou Identificação de Pessoas

O Estado requerido adotará as providências necessárias para averiguar o paradeiro ou a identidade das pessoas individualizadas na solicitação.

Artigo 22
Medidas Acautelatórias

1. A autoridade competente do Estado requerido diligenciará a solicitação de cooperação acautelatória, se esta contiver informação suficiente que justifique a procedência da medida solicitada. Essa medida será efetivada de acordo com a lei processual e substantiva do Estado requerido.

2. Quando um Estado Parte tiver conhecimento da existência dos instrumentos, do objeto ou dos frutos do delito, no território do outro Estado Parte, que possam ser objeto de medidas acautelatórias, segundo as leis desse Estado, informará à Autoridade Central do referido Estado. Esta remeterá a informação recebida a suas autoridades competentes para os efeitos de determinar a adoção das medidas cabíveis. Referidas autoridades atuarão de conformidade com as leis de seu país e comunicarão ao outro Estado Parte, por intermédio das Autoridades Centrais, as medidas adotadas.

3. O Estado requerido resolverá, segundo sua lei, qualquer solicitação relativa à proteção dos direitos de terceiros sobre os objetos que sejam matéria das medidas previstas no parágrafo anterior.

Artigo 23
Entrega de Documentos e outras Medidas de Cooperação

1. A autoridade competente diligenciará a solicitação de cooperação no que se refere a inspeções e entrega de quaisquer objetos, compreendidos, entre outros, documentos ou antecedentes, se esta contiver informação que justifique a medida proposta. Essa medida será efetivada de acordo com a lei processual e substantiva do Estado requerido, sem prejuízo do estabelecido no artigo 15, alínea "b" e artigo 22, parágrafo 3.

2. Os Estados Partes se prestarão assistência, de conformidade com suas respectivas leis, nos procedimentos referentes a medidas assecuratórias, indenização das vítimas de delitos e cobrança de multas impostas por sentença judicial.

Artigo 24
Custódia e Disposição de Bens

O Estado Parte que tiver sob sua custódia os instrumentos, o objeto ou os frutos do delito, disporá dos mesmos de conformidade com o estabelecido em sua lei interna. Na medida em que o permitam suas leis e nos termos que se considerem adequados, esse Estado Parte poderá transferir a outro os bens confiscados ou o produto de sua venda.

Artigo 25
Autenticação de Documentos e Certidões

Os documentos emanados de autoridades judiciais ou do Ministério Público de um Estado Parte, que devam ser apresentados ao território de outro Estado Parte, e tramitem por intermédio das Autoridades Centrais, ficam dispensados de toda a legalização ou outra formalidade análoga.

Artigo 26
Consultas

As Autoridades Centrais dos Estados Partes realizarão consultas, quando lhes convier, com a finalidade de facilitar a aplicação do presente Acordo.

Artigo 27
Solução de Controvérsias

As controvérsias que surjam entre os Estados Partes por motivo da aplicação, interpretação ou descumprimento das disposições contidas no presente Acordo, serão resolvidas mediante negociações diplomáticas diretas.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28

O presente Acordo não implica revogação, modificação, emenda ou restrição das disposições do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, aprovado em San Luis, República Argentina, por Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) Nº 2/96, vigente entre os quatro Estados Partes do MERCOSUL.

Artigo 29

O presente Acordo não restringirá a aplicação das Convenções que sobre a mesma matéria tenham sido subscritas anteriormente, entre os Estados Partes, quando forem mais favoráveis à cooperação.

Artigo 30

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após terem sido depositados os instrumentos de ratificação de dois Estados Partes do Mercosul e da República da Bolívia ou da República do Chile.

Para os demais signatários, entrará em vigor no trigésimo dia posterior ao depósito do respectivo instrumento de ratificação.

Artigo 31

O Governo da República do Paraguai será o depositário do presente Acordo e dos instrumentos de ratificação e enviará cópias dos mesmos, devidamente autenticadas, aos Governos dos demais Estados Partes.

Da mesma forma, o Governo da República do Paraguai notificará aos Governos dos demais Estados Partes a data de entrada em vigor do presente Acordo e a data do depósito dos instrumentos de ratificação.

Feito em Montevidéu, aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e um, em um original, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pela República Argentina
Carlos Ruckauf

Pela República Federativa do Brasil
Celso Lafer

Pela República do Paraguai
José Antonio Moreno Ruffnelli

Pela República Oriental do Uruguai
Didler Opertti

Pela República da Bolívia
Gustavo Fernández

Pela República do Chile
Cristian Barros Melet

DECRETO Nº 8.332, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a execução do Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEIC nº 7), firmado entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá, de 2 de fevereiro de 2012.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que o Tratado de Montevidéu 1980, que criou a Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, firmado pela República Federativa do Brasil em 12 de agosto de 1980 e promulgado pelo Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, prevê a modalidade de Acordo Regional;

Considerando que os Plenipotenciários dos países-membros da Aladi, com base no Tratado de Montevidéu 1980, firmaram em 5 de março de 1997, em Montevidéu, o Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEIC nº 7), promulgado pelo Decreto nº 2.511, de 6 de março de 1998; e

Considerando que os Plenipotenciários da República Federativa do Brasil, da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela e da República do Panamá, com base no Tratado de Montevidéu 1980, firmaram em 2 de fevereiro de 2012, em Montevidéu, o Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEIC nº 7);

D E C R E T A :

Art. 1º O Protocolo de Adesão da República do Panamá ao Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEIC nº 7), entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República do Chile, a República da Colômbia, a República de Cuba, a República do Equador, os Estados Unidos Mexicanos, a República do Paraguai, a República do Peru, a República Oriental do Uruguai, a República Bolivariana da Venezuela e a República do Panamá, de 2 de fevereiro de 2012, anexo a este Decreto, será executado e cumprido integralmente em seus termos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos

ACORDO REGIONAL DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE BENS NAS ÁREAS CULTURAL, EDUCACIONAL E CIENTÍFICA

PROTOCOLO DE ADESÃO DA REPÚBLICA DO PANAMÁ

Os Plenipotenciários da República Argentina, do Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República da Colômbia, da República de Cuba, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da Re-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

pública do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, da República Bolivariana da Venezuela, bem como da República do Panamá, em sua qualidade de país aderente ao Tratado de Montevidéu 1980, acreditados por seus respectivos Governos, segundo poderes outorgados em boa e devida forma, depositados oportunamente na Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração,

TENDO EM VISTA o Artigo 58 do Tratado de Montevidéu 1980 e o Artigo Segundo, letra e) da Resolução 64 (XV) do Conselho de Ministros,

CONVÊM EM:

Artigo 1º A República do Panamá assume todas as obrigações e compromissos emanados do Acordo Regional de Cooperação e Intercâmbio de Bens nas Áreas Cultural, Educacional e Científica (AR.CEIC Nº 7), ao mesmo tempo que adquire todos os direitos que o mesmo outorga aos seus signatários.

Artigo 2º O presente Protocolo entrará em vigor para o Panamá trinta (30) dias depois da data da sua assinatura.

Para tais efeitos, a República do Panamá deverá incorporar este Protocolo a seu ordenamento jurídico interno nos trinta (30) dias seguintes à sua assinatura.

Os benefícios decorrentes deste Acordo serão aplicados entre o Panamá e os demais países-membros na medida em que estes últimos o tenham incorporado a seus ordenamentos jurídicos internos.

A Secretaria-Geral da ALADI será depositária do presente Protocolo, do qual enviará cópias devidamente autenticadas aos Governos dos Países Signatários.

EM FÉ DO QUE, os respectivos Plenipotenciários assinam o presente Protocolo na cidade de Montevidéu, aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, em um original nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente válidos. (a.:) Pelo Governo da República Argentina: Guillermo Daniel Raimondi; Pelo Governo do Estado Plurinacional da Bolívia: Salvador Ric Riera; Pelo Governo da República Federativa do Brasil: Regis Percy Arslanian; Pelo Governo da República do Chile: Juan Eduardo Burgos Santander; Pelo Governo da República da Colômbia: María Clara Isaza Merchán; Pelo Governo da República de Cuba: Carmen Zilia Pérez Mazón; Pelo Governo da República do Equador: Emilio Rafael Izquierdo Miño; Pelo Governo dos Estados Unidos Mexicanos: Cassio Luiselli Fernández; Pelo Governo da República do Paraguai: Alejandro Hamed Franco; Pelo Governo da República do Peru: Jorge Tello; Pelo Governo da República Oriental do Uruguai: Gonzalo Rodríguez Gigena; Pelo Governo da República Bolivariana da Venezuela: Julio Chirino Rodríguez; Pelo Governo da República do Panamá: Francisco Alvarez de Soto.

DECRETO Nº 8.333, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, firmado em Gaborone, em 11 de junho de 2009.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República de Botsuana firmaram, em Gaborone, em 11 de junho de 2009, o Acordo de Cooperação Educacional;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 287, de 15 de setembro de 2011; e

Considerando que o Acordo de Cooperação Educacional entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 5 de outubro de 2011, nos termos do primeiro parágrafo de seu Artigo IX;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana, firmado em Gaborone, em 11 de junho de 2009, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
José Henrique Paim Fernandes

ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE BOTSUANA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Botsuana
(doravante denominados como "Partes"),

Reconhecendo a importância da cooperação entre ambos os países no plano educacional,

Conscientes de que o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico global exige uma nova visão para buscar a excelência de seus recursos humanos, e

No intuito de incrementar a cooperação educacional e interuniversitária entre ambos os países, reforçando a amizade entre o Brasil e Botsuana,

Resolvem celebrar o seguinte Acordo no campo da cooperação educacional:

Artigo I

As Partes comprometem-se a fomentar as relações entre os dois países no âmbito da cooperação educacional, de modo a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades, observadas as legislações nacionais vigentes.

Artigo II

O presente Acordo, sem prejuízo dos convênios firmados diretamente entre instituições de ensino ou outras entidades afins de ambos os países, no setor público ou privado, tem por objetivo:

a) o fortalecimento da cooperação educacional e interuniversitária; e

b) o intercâmbio de informações e experiências no campo da educação, especialmente as relacionadas ao incremento da sua qualidade;

c) a formação e o aperfeiçoamento de docentes, acadêmicos e pesquisadores.

Artigo III

As Partes procurarão alcançar os objetivos estabelecidos no Artigo II promovendo atividades de cooperação nos diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio de:

a) intercâmbio de estudantes, professores, acadêmicos, pesquisadores, técnicos e especialistas para a realização de cursos de graduação ou pós-graduação em instituições de educação profissional e educação superior;

b) intercâmbio de missões de ensino e pesquisa;

c) elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem oportunamente definidas; e

d) intercâmbio de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios da Educação de ambas as Partes, especialmente aqueles destinados à melhoria da qualidade da educação.

Artigo IV

As Partes estudarão a possibilidade de fomentar o intercâmbio de estudantes e pesquisadores por meio de programas de bolsas existentes no país, nas instituições educacionais, conforme condições previamente estabelecidas entre as entidades acadêmicas de ambos países.

Artigo V

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos processos seletivos nacionais aplicados por cada Parte.

2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos ou programas específicos estarão sujeitos às normas e procedimentos de seleção estabelecidos por esses instrumentos.

Artigo VI

O reconhecimento e/ou revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra, estará sujeito à legislação nacional correspondente.

Artigo VII

As Partes se comprometem a promover a difusão e o ensino de sua língua e cultura no território da outra Parte.

Artigo VIII

As Partes definirão, por instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo.

Artigo IX

Cada Parte notificará a outra, pelos canais diplomáticos, do cumprimento de todas as formalidades legais internas necessárias para a aprovação desse Acordo, o qual entrará em vigor na data de recepção da última notificação.

O presente Acordo terá vigência inicial de 5 (cinco) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes o denuncie, por escrito, pelos canais diplomáticos, mediante aviso prévio de seis (6) meses.

O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, pelos canais diplomáticos.

O término do presente Acordo não afetará a conclusão dos programas e projetos em andamento.

Assinado em Gaborone, em 11 de junho de 2009, em 2 (dois) exemplares originais, em português e em inglês, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE BOTSUANA
Ruy Nunes Pinto Nogueira	**Jacob d. Nkate**
Subsecretário-Geral de Cooperação e de Promoção Comercial	Ministro da Educação e do Desenvolvimento de Capacidades

DECRETO Nº 8.334, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, firmado em Brasília, em 8 de novembro de 2000.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que foi firmado o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, em Brasília, em 8 de novembro de 2000;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 781, de 8 de julho de 2005; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 14 de fevereiro de 2013, nos termos de seu Artigo 16;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria, firmado em Brasília, em 8 de novembro de 2000, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
José Henrique Paim Fernandes

ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Federal da Nigéria
(doravante denominados Partes Contratantes);

Desejosos de fortalecer os laços mútuos de amizade e cooperação existentes entre os dois países bem como de promover e desenvolver ainda mais suas relações nos campos da cultura e da educação;

Guiados pelo princípio de respeito mútuo à soberania nacional e independência de cada um;

Acordam o seguinte:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARTIGO I

As Partes Contratantes buscarão, de acordo com as leis e regulamentos existentes em cada país, estabelecer facilidades mútuas para garantir uma melhor compreensão de suas respectivas culturas e artes por meio:

a) da organização de programas de intercâmbio de grupos musicais e teatrais, artistas e músicos;

b) do encorajamento de eventos como concertos, turnês de grupos culturais e de palestras sobre temas culturais e artes de seus países;

c) da realização de exposições sobre cultura e arte no país de cada Parte Contratante.

ARTIGO II

Com o propósito de aprender e entender a cultura e o patrimônio cultural nacional de ambos os países, as Partes Contratantes resolvem:

a) incentivar a tradução e publicação de relevantes obras literárias e artísticas do outro país;

b) facilitar o intercâmbio de opiniões e materiais informativos relativos a antigüidades, história natural e arte;

c) incentivar e organizar o intercâmbio de livros, revistas periódicas, jornais e outros materiais relevantes entre os dois países.

ARTIGO III

As Partes Contratantes buscarão implementar os seguintes programas de intercâmbio e cooperação, no campo da educação:

a) intercâmbio de visitas, viagens de estudo e de palestras de professores universitários, técnicos, professores, especialistas e pesquisadores, bem como de especialistas em desenvolvimento social e juventude;

b) intercâmbio de estudantes, nos níveis de graduação e pós-graduação, para estudarem nas instituições de ensino superior da outra Parte, bem como em instituições educacionais especializadas;

c) encorajamento de estudantes com recursos próprios a estudar no outro país.

ARTIGO IV

O reconhecimento e/ou a revalidação de diplomas acadêmicos e certificados emitidos por instituições de ensino superior das respectivas Partes Contratantes estarão sujeitas à legislação nacional da outra Parte Contratante.

ARTIGO V

As Partes Contratantes tornarão disponíveis entre si, mediante solicitação, estatísticas educacionais e informações que possam contribuir, de modo profícuo, ao desenvolvimento educacional, e também facilitarão, pelos canais diplomáticos, o estabelecimento de contatos diretos e cooperação entre instituições de ensino superior, bibliotecas nacionais e arquivos dos dois países.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes encorajarão a cooperação no campo das comunicações de massa por meio do intercâmbio de materiais de rádio e televisão, filmes e organizações de imprensa, e facilitarão o intercâmbio de especialistas, que participarão em empreendimentos organizados por cada Parte Contratante, nesses campos.

ARTIGO VII

As Partes Contratantes promoverão a cooperação no campo dos esportes e encorajarão contatos entre suas organizações desportivas não só visando ao desenvolvimento do esporte em geral, mas com o objetivo específico de arranjar competições esportivas amistosas entre as relevantes entidades e organizações desportivas de seus países.

ARTIGO VIII

As Partes Contratantes encorajarão a participação de seus representantes em congressos, seminários e conferências, circuitos de palestras e em outras reuniões com participação internacional realizadas em seus respectivos países.

ARTIGO IX

Participantes de programas e projetos organizados no âmbito do presente Acordo observarão as leis e regulamentos do país anfitrião.

ARTIGO X

As Partes Contratantes assinarão, mediante entendimento mútuo, protocolos de implementação periódicos, a cada três ou quatro anos. As negociações serão realizadas no âmbito deste Acordo e terão lugar, respectivamente, em cada país, ou realizar-se-ão por meios diplomáticos.

ARTIGO XI

Ajustes financeiros referentes à implementação deste Acordo serão estabelecidos com base na reciprocidade, exceto se disposto em contrário, para cada caso em separado, em ajuste complementar.

ARTIGO XII

As Partes Contratantes solucionarão, por meios diplomáticos, todos os assuntos relativos à interpretação ou aplicação das cláusulas deste Acordo.

ARTIGO XIII

Qualquer emenda ou revisão deste Acordo será feita por escrito e terá efeito após ambas as Partes Contratantes se comunicarem, por escrito, sua aprovação.

ARTIGO XIV

As Partes Contratantes esforçar-se-ão para evitar e desencorajar o tráfico de obras e objetos de relevância cultural e/ou artística para os países e respeitarão as leis de direito autoral de ambos os países.

ARTIGO XV

As Partes Contratantes, levando em consideração a grande importância do turismo para o conhecimento da vida, do mundo criativo e da cultura de seus povos, encorajarão o turismo.

ARTIGO XVI

O presente Acordo entrará em vigor na data da segunda nota, por meio da qual uma Parte Contratante notifique a outra do cumprimento dos procedimentos internos legais para a entrada em vigor deste Acordo.

ARTIGO XVII

Este Acordo terá a validade de 5 (cinco) anos. Ao seu término, será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 1 (um) ano, acordados tacitamente, exceto quando uma das Partes Contratantes denunciar o Acordo, por escrito, 6 (seis) meses antes de seu término.

ARTIGO XVIII

Na data do término ou da denúncia deste Acordo, suas cláusulas e aquelas de qualquer protocolo em separado, contratos, acordos ou ajustes decorrentes do presente Acordo continuarão regendo qualquer obrigação não-finda, ou existente, ou projetos iniciados em seu âmbito. Quaisquer das obrigações ou projetos mencionados deverão ser desenvolvidos até sua conclusão.

Feito em Brasília, em 08 de novembro de 2000 em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Marco Antonio de O. Maciel
Vice-Presidente

Pelo Governo da República Federal da Nigéria

Alhaji Atiku Abubakar
Vice-Presidente

DECRETO Nº 8.335, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23 de julho de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República de Trinidad e Tobago firmaram, em Brasília, em 23 de julho de 2008, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 1, de 4 de janeiro de 2011;

Considerando que a Convenção entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 23 de setembro de 2011, nos termos de seu Artigo 29;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais, firmada em Brasília, em 23 de julho de 2008, anexa a Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PARA INCENTIVAR O COMÉRCIO E O INVESTIMENTO BILATERAIS

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República de Trinidad e Tobago,

Desejosos de concluir uma Convenção para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda e para incentivar o comércio e o investimento bilaterais,

Acordaram o seguinte:

Artigo 1
Pessoas Abrangidas

Esta Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2
Impostos Abrangidos

1. Os impostos aos quais se aplica esta Convenção são:

a) no caso de Trinidad e Tobago, o imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, o imposto sobre a renda das pessoas físicas, o imposto sobre o desemprego, o imposto sobre os lucros do petróleo e o imposto suplementar do petróleo
(doravante denominados "imposto de Trinidad e Tobago");

b) no caso do Brasil, o imposto federal sobre a renda
(doravante denominado "imposto brasileiro").

2. Esta Convenção se aplica também a quaisquer impostos idênticos ou substancialmente similares que forem adotados por um Estado Contratante após a data de assinatura desta Convenção, seja em adição aos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão as modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3
Definições Gerais

1. Para os fins da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Trinidad e Tobago" significa o Estado Arquipélago de Trinidad e Tobago, compreendendo as diversas ilhas de Trinidad e Tobago, suas águas insulares, o seu mar territorial e o correspondente espaço aéreo, juntamente com as áreas submarinas adjacentes da Zona Econômica Exclusiva e a plataforma continental além do mar territorial sobre o qual Trinidad e Tobago exerce soberania ou outros direitos de acordo com as leis de Trinidad e Tobago e com o Direito Internacional;

b) o termo "Brasil" significa o território continental e insular da República Federativa do Brasil, o respectivo espaço aéreo sobrejacente, incluindo seu mar territorial, tal como definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e os correspondentes leito e subsolo marítimos, bem assim qualquer área marítima além do mar territorial, incluindo o leito do mar e o subsolo, na medida em que nessa área o Brasil, de acordo com o Direito Internacional, exerça direitos em relação à exploração e ao aproveitamento dos recursos naturais;

c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" significam Brasil ou Trinidad e Tobago, de acordo com o contexto;

d) o termo "pessoa" compreende uma pessoa física, uma sociedade e qualquer outro agrupamento de pessoas;

e) o termo "sociedade" significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;

f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

g) a expressão "tráfego internacional" designa todo transporte efetuado por um navio ou uma aeronave explorados por uma empresa cuja direção efetiva tem sede em um Estado Contratante, exceto quando o navio ou aeronave forem explorados somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;

h) a expressão "autoridade competente" significa:

i) no caso de Trinidad e Tobago, o Ministro a quem a responsabilidade pelas finanças for atribuída ou seu representante autorizado;

ii) no caso do Brasil, o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

i) o termo "nacional" significa:

i) qualquer pessoa física que possua a nacionalidade de um Estado Contratante;

ii) qualquer pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;

j) os termos "pago", "distribuído" e "recebido", quando usados em relação a rendimentos, incluirão montantes "creditados";

k) a expressão "agência ou instrumentalidade" significa organização ou sociedade de propriedade e controle total do Governo de um Estado Contratante ou qualquer subdivisão política ou uma sua entidade local e constituída sob as leis desse Estado para os fins da consecução dos objetivos desse Governo, subdivisão ou autoridade local.

2. No que se refere à aplicação desta Convenção a qualquer tempo por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que a esse tempo lhe for atribuído pela legislação desse Estado relativa aos impostos que são objeto da Convenção, qualquer significado sob as leis tributárias aplicáveis desse Estado tendo prevalência sobre o significado dado ao termo sob outras leis desse Estado.

Artigo 4
Residente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" significa qualquer pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, está sujeita ao imposto nesse Estado, em razão de seu domicílio, sua residência, sua sede de direção ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui tanto esse Estado quanto qualquer subdivisão política, entidade local ou agência ou instrumentalidade desse Estado, subdivisão ou autoridade.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) será considerada residente apenas do Estado em que disponha de uma habitação permanente; se dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas forem mais estreitas (centro de interesses vitais);

b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado em que permanecer habitualmente;

c) se essa pessoa permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;

d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada residente apenas do Estado em que estiver situada a sua sede de direção efetiva.

Artigo 5
Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" designa uma instalação fixa de negócios mediante a qual uma empresa exerça toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende principalmente:

a) uma sede de direção efetiva;

b) uma sucursal;

c) um escritório;

d) uma fábrica;

e) uma oficina;

f) um depósito mediante o qual uma pessoa provê instalações de armazenamento para outrem;

g) uma loja ou outro ponto de venda;

h) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de extração de recursos naturais;

i) um canteiro de obra, uma construção, um projeto de instalação ou montagem que perdure por um período superior a seis meses.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, considera-se que a expressão "estabelecimento permanente" não abrange:

a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa;

b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega;

c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 5 - atue em um Estado Contratante por conta de uma empresa do outro Estado Contratante, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse primeiro Estado mencionado relativamente a qualquer atividade que essa pessoa desenvolva para a empresa, caso tal pessoa:

a) tenha e exerça habitualmente nesse Estado poderes para concluir contratos em nome da empresa, a menos que as atividades de tal pessoa se limitem às mencionadas no parágrafo 3, as quais, se exercidas por intermédio de uma instalação fixa de negócios, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo; ou

b) não tenha tais poderes, mas habitualmente mantenha no primeiro Estado mencionado estoque de bens ou mercadorias do qual regularmente entregue bens ou mercadorias em nome da empresa.

5. Não se considerará que uma empresa de um Estado Contratante tenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de exercer nesse outro Estado sua atividade por intermédio de um corretor, de um comissário geral ou de qualquer outro agente que goze de um "status" independente, desde que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades e sejam independentes, legal e economicamente, dessa empresa.

6. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva sua atividade nesse outro Estado (quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo), não é, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades um estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6
Rendimentos de Bens Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imobiliários (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "bens imobiliários" terá o significado que lhe é atribuído pela legislação do Estado Contratante em que os bens em questão estiverem situados. A expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se aplicam as disposições do direito geral relativas à propriedade de bens imobiliários, o usufruto de bens imobiliários e os direitos a pagamentos variáveis ou fixos em contrapartida da exploração ou concessão da exploração de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; navios e aeronaves não serão considerados bens imobiliários.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, da locação ou do arrendamento, ou de qualquer outra forma de exploração de bens imobiliários.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes de bens imobiliários de uma empresa e aos rendimentos dos bens imobiliários utilizados na execução de serviços pessoais independentes.

Artigo 7
Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante só são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas unicamente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se tivesse constituído uma empresa distinta e separada, que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas que tiverem sido incorridas para a consecução dos fins do estabelecimento permanente, incluindo as despesas gerais de direção assim realizadas, quer no Estado em que o estabelecimento permanente esteja situado ou em outro lugar, em consonância com as disposições legais desse Estado.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo fato da simples compra de bens ou mercadorias, por esse estabelecimento permanente, para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

Artigo 8
Transporte Marítimo e Aéreo

1. Os lucros provenientes da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

2. Para os fins deste Artigo, os lucros da exploração de navios ou aeronaves no tráfego internacional incluem:

a) lucros do aluguel de navios ou aeronaves sem tripulação; e

b) lucros provenientes do uso, manutenção ou aluguel de "containers" (incluindo "trailers" e equipamento relacionado para o transporte de "containers") usados no transporte de bens ou mercadorias;

quando tal aluguel ou tal uso, manutenção ou aluguel, conforme o caso, seja incidental à exploração dos navios ou aeronaves no tráfego internacional.

3. Se a sede de direção efetiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio, ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que explora o navio.

4. O disposto nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo também se aplicará aos lucros provenientes da participação em um "pool" (um grupo de empresas), exploração em comum, ou agência internacional de exploração, mas somente na medida em que tais lucros sejam atribuíveis ao participante proporcionalmente à sua participação na operação.

Artigo 9
Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante, e, em qualquer dos casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e tributados de acordo.

Artigo 10
Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que reside a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder:

a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo for uma sociedade que detém direta ou indiretamente pelo menos 25 por cento do capital da sociedade que paga os dividendos;

b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os demais casos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O presente parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que derem origem aos dividendos pagos.

3. O termo "dividendos" usado no presente Artigo designa os rendimentos provenientes de ações, ações ou direitos de fruição, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros com exceção de créditos, assim como rendimentos de outras participações de capital sujeitas ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação fiscal do Estado em que a sociedade que os distribui é residente, e qualquer modalidade de rendimento que, em conformidade com a legislação de qualquer dos Estados Contratantes, seja tratada como distribuição.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente. Nesse caso, serão aplicáveis as disposições do Artigo 7.

5. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos do outro Estado Contratante, esse outro Estado não poderá cobrar nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente situado nesse outro Estado, nem submeter os lucros não distribuídos da sociedade à tributação sobre lucros não distribuídos, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante, que mantenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, auferir lucros ou rendimentos desse estabelecimento permanente, quaisquer remessas, efetivas ou presumidas, desses lucros ou rendimentos do estabelecimento permanente para a sociedade que é residente do primeiro Estado Contratante mencionado poderão, não obstante qualquer outra disposição desta Convenção, aí ser tributadas de acordo com a legislação do outro Estado Contratante, mas a alíquota do imposto sobre tais remessas não poderá exceder 10 por cento.

7. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de ações ou outros direitos em relação aos quais os dividendos são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 11
Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Entretanto, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante são isentos de imposto nesse Estado quando pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou entidade local ou a qualquer agência ou instrumentalidade (inclusive uma instituição financeira), desde que referido Governo, subdivisão política, entidade local ou agência ou instrumentalidade sejam os beneficiários efetivos desses juros, a menos que se aplique a alínea "b";

b) os juros de obrigações, títulos ou debêntures emitidos pelo Governo de um Estado Contratante, por uma de suas subdivisões políticas ou entidade local ou qualquer agência ou instrumentalidade (inclusive uma instituição financeira) desse Governo ou dessa subdivisão política ou entidade local.

4. Para os fins do presente Artigo, o termo "juros" usado no presente Artigo designa os rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantias hipotecárias ou de uma cláusula de participação nos lucros do devedor, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou debêntures, assim como quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas e também incluem os juros pagos como "remuneração sobre o capital próprio" como definido pela legislação brasileira, mas não incluirão qualquer item tratado como distribuição de acordo com as disposições do Artigo 10 desta Convenção.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado e o crédito em relação ao qual os juros são pagos estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Em tal caso, aplicam-se as disposições do Artigo 7 (Lucros das Empresas).

6. Os juros consideram-se provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação ao qual haja sido contraída a obrigação que dá origem ao pagamento dos juros e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente estiver situado.

7. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos, considerando o crédito pelo qual são devidos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

8. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

9. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição do crédito em relação ao qual os juros são pagos for o de tirar vantagem deste artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 12
"Royalties"

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Entretanto, esses "royalties" podem também ser tributados no Estado Contratante de que provêm e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos "royalties" for residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder 15 por cento do montante bruto dos royalties.

3. Para os fins deste Artigo, o termo "royalties" designa as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou pela concessão do uso de um direito de autor sobre uma obra literária, artística ou científica, inclusive os filmes cinematográficos, filmes ou fitas de gravação, ou outros meios de transmissão ou reprodução de imagens ou sons para uso em televisão ou radiodifusão, de uma patente, de uma marca de indústria ou comércio, de um desenho ou de um modelo, de um plano, de uma fórmula ou de um processo secretos, bem assim pelo uso ou pela concessão do uso de um equipamento industrial, comercial ou científico, e por informações relativas a experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico.

4. 4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicarão quando o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, exercer, no outro Estado Contratante de que provêm os "royalties", atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, e o direito ou o bem gerador de tais "royalties" estiver efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente. Em tal caso, aplicam-se as disposições do Artigo 7 (Lucros das Empresas).

5. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for residente desse Estado. Entretanto, quando o devedor dos "royalties", residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente em relação com o qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente o pagamento desses "royalties", tais "royalties" serão considerados provenientes do Estado em que o estabelecimento permanente estiver situado.

6. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo, ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties", tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que seria acordado entre o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Nesse caso, a parte excedente dos pagamentos será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. As disposições deste Artigo não se aplicarão se o principal propósito ou um dos principais propósitos de qualquer pessoa envolvida com a criação ou atribuição de direitos em relação aos quais os "royalties" são pagos for o de tirar vantagem deste Artigo mediante tal criação ou atribuição.

Artigo 13
Ganhos de Capital

1. Os ganhos obtidos por um residente de um Estado Contratante da alienação de bens imóveis, conforme referidos no Artigo 6, situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que fazem parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possui no outro Estado Contratante, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) podem ser tributados nesse outro Estado. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios ou aeronaves utilizados no tráfego internacional ou de bens móveis alocados à exploração de tais navios ou aeronaves serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

3. Os ganhos provenientes da alienação de quaisquer outros bens diferentes dos mencionados nos parágrafos 1 e 2 podem ser tributados em ambos os Estados Contratantes.

Artigo 14
Serviços Pessoais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades de caráter independente são tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que as remunerações por tais serviços ou atividades sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente aí situado, quando tais rendimentos podem também ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "serviços profissionais" abrange, principalmente, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, bem assim as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15
Serviços Pessoais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18, 19, 20 e 21, os salários, ordenados e outras remunerações que um residente de um Estado Contratante receber em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações recebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente são tributáveis no primeiro Estado mencionado se:

a) co beneficiário estiver presente no outro Estado durante um período ou períodos que não excedam, no total, 183 no ano calendário; e

b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e

c) as remunerações não couberem a um estabelecimento permanente que o empregador possua no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes do presente Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio ou de uma aeronave explorados no tráfego internacional podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

Artigo 16
Remunerações de Direção

As remunerações de direção e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante na qualidade de membro da diretoria ou de qualquer outro conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17
Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante de suas atividades pessoais exercidas no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão ou como músico, ou na qualidade de desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Quando os rendimentos de atividades pessoais exercidas por um profissional de espetáculos ou um desportista, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos podem, não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, os rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas estarão isentos de imposto nesse Estado Contratante se a visita a esse Estado for custeada principalmente pelo outro Estado Contratante ou por uma de suas subdivisões políticas ou por qualquer entidade controlada pelo governo ou entidade local, ou qualquer agência ou instrumentalidade desse Estado, subdivisão, instituição ou entidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 18
Pensões, Anuidades e Pagamentos de Seguridade Social

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares recebidas em razão de um emprego anterior, assim como as anuidades pagas a um residente de um Estado Contratante, podem ser tributadas nesse Estado.

2. Entretanto, tais pensões e outras remunerações similares e anuidades podem também ser tributadas no outro Estado Contratante se o pagamento correspondente é efetuado por um residente desse outro Estado ou por um estabelecimento permanente nele situado.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, as pensões e outros pagamentos efetuados em virtude de um programa oficial que integre o sistema da Previdência Social de um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou entidade local são tributáveis somente nesse Estado.

4. No presente Artigo:

a) o termo "anuidades" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por período de tempo determinado ou determinável, em decorrência de um compromisso de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contrapartida em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados).

b) o termo "pensões" designa pagamentos periódicos efetuados após a aposentadoria ou morte em razão de emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em conseqüência de emprego anterior.

Artigo 19
Funções Públicas

1.

a) as remunerações, excluindo as pensões, pagas por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou uma entidade local a uma pessoa física, por serviços prestados a esse Estado, subdivisão ou entidade são tributáveis somente nesse Estado;

b) entretanto, essas remunerações serão tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado e se a pessoa física for um residente desse outro Estado que:

i) possua a nacionalidade desse Estado; ou

ii) não se tenha tornado residente desse Estado unicamente com a finalidade de prestar os serviços.

2.

a) qualquer pensão paga por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou entidade local, quer diretamente, quer por intermédio de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física, em razão de serviços prestados a esse Estado, a essa subdivisão política ou a essa entidade, será tributável somente nesse Estado;

b) entretanto, tal pensão será tributável somente no outro Estado Contratante se a pessoa física for residente e nacional desse Estado.

3. Aplica-se o disposto nos Artigos 15, 16 e 18 às remunerações e às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou uma entidade local.

Artigo 20
Estudantes e Estagiários

1. As importâncias que um estudante ou estagiário que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que permanece no primeiro Estado mencionado apenas com o único fim de aí prosseguir seus estudos ou sua formação, receber para fazer face às despesas com a sua manutenção, educação ou treinamento, não serão tributadas nesse primeiro Estado mencionado, desde que esses pagamentos provenham de fontes situadas fora desse Estado.

2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de emprego não abrangidas pelo parágrafo 1 deste Artigo, um estudante ou estagiário de que trata o parágrafo 1 terá, ademais, o direito de beneficiar-se das mesmas isenções, abatimentos ou reduções em relação aos impostos, concedidos aos residentes do Estado que estiver visitando.

Artigo 21
Professores e Pesquisadores

Uma pessoa física que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado mencionado ou de uma universidade, faculdade, ou estabelecimento de ensino superior, museu ou outra instituição cultural desse primeiro Estado mencionado, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos, com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de imposto nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que o pagamento de tal remuneração provenha de fora desse Estado.

Artigo 22
Outros Rendimentos

Não obstante as disposições de qualquer outro Artigo da presente Convenção, rendimentos de um residente de um Estado Contratante, provenientes de onde quer que seja, que não tenham sido expressamente tratados nos Artigos anteriores desta Convenção, podem ser tributados por cada um dos Estados Contratantes de acordo com as disposições de sua legislação interna.

Artigo 23
Eliminação da Dupla Tributação

1. Quando um residente de um Estado Contratante receber rendimentos que, de acordo com as disposições da presente Convenção, sejam tributáveis no outro Estado Contratante, o primeiro Estado mencionado permitirá a dedução, sujeita às disposições de sua legislação relativa à eliminação da dupla tributação (sem que isso afete o princípio geral aí contido), do imposto incidente sobre os rendimentos desse residente, de um montante igual ao imposto sobre a renda pago nesse outro Estado.

Tal dedução, entretanto, não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução concedida, correspondente aos rendimentos tributáveis naquele outro Estado.

2. Quando, de acordo com as disposições desta Convenção, rendimentos percebidos por um residente de um Estado Contratante forem isentos de imposto nesse Estado, tal Estado poderá, no entanto, levar em consideração os rendimentos isentos no cálculo do montante de imposto sobre os rendimentos remanescentes de tal residente.

Artigo 24
Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa, diversa ou mais gravosa do que aquela a que estiverem ou puderem estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem na mesma situação.

2. A tributação de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não será determinada de modo menos favorável nesse outro Estado do que a das empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades.

As disposições do parágrafo 6 do Artigo 10 não conflitam com as disposições deste parágrafo.

3. Nada neste Artigo pode ser interpretado no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, abatimentos e reduções para efeitos fiscais em função do estado civil ou encargos familiares concedidos aos seus próprios residentes.

4. Salvo se forem aplicáveis as disposições do Artigo 9, do parágrafo 7 do Artigo 11, e do parágrafo 7 do Artigo 12, os juros, royalties e outras importâncias pagas por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante serão dedutíveis, para efeitos da determinação do lucro tributável de tal empresa, como se tivessem sido pagas a um residente do Estado primeiramente mencionado.

As disposições da legislação interna dos Estados Contratantes que não permitem que despesas pagas por um estabelecimento permanente à sua matriz sejam dedutíveis não conflitam com as disposições deste parágrafo.

5. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa diversa ou mais gravosa do que aquelas a que estiverem ou puderem estar sujeitas as outras empresas similares do primeiro Estado cujo capital pertença ou seja, total ou parcialmente, direta ou indiretamente, detido ou controlado por um ou mais residentes de um terceiro Estado.

6. No presente Artigo, o termo "tributação" designa os impostos abrangidos pela presente Convenção.

Artigo 25
Procedimento Amigável

1. Quando uma pessoa considerar que as medidas tomadas por um Estado Contratante ou por ambos os Estados Contratantes conduzem, ou poderão conduzir, em relação a si, a uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter o seu caso à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante onde residir, ou, se seu caso se enquadrar no parágrafo 1 do Artigo 24, à apreciação da autoridade competente do Estado Contratante de que for nacional.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de lhe dar solução satisfatória, esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a presente Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, mediante acordo amigável, para resolver as dificuldades ou para dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou a aplicação da presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores. As autoridades competentes poderão, por meio de consultas, estabelecer adequados procedimentos, condições, métodos e técnicas de natureza bilateral para a implementação do procedimento amigável de que trata este Artigo.

Artigo 26
Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão entre si as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou as da legislação interna dos Estados Contratantes relativa aos impostos abrangidos pela Convenção na medida em que a tributação nelas previstas não seja contrária à Convenção. A troca de informações não está limitada pelo Artigo 1. Qualquer informação recebida por um Estado Contratante será considerada secreta da mesma maneira que a informação obtida pela aplicação da legislação interna desse Estado e só poderá ser comunicada às pessoas ou autoridades (incluindo tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos abrangidos pela presente Convenção, das ações declaratórias ou executivas relativas a esses impostos, ou das decisões de recursos a eles correspondentes. Referidas pessoas ou autoridades farão uso das informações somente para tais fins.

2. As disposições do parágrafo 1 não poderão, em nenhum caso, ser interpretadas no sentido de impor a um Estado Contratante a obrigação de:

a) tomar medidas administrativas contrárias à sua legislação e à sua prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informação que não poderia ser obtida com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou nas do outro Estado Contratante;

c) fornecer informação reveladora de segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informação cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

Artigo 27
Membros de Missões Diplomáticas e Postos Consulares

As disposições desta Convenção não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem os membros de missões diplomáticas e postos consulares, seja em virtude das regras gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

Artigo 28
Limitação de Benefícios

Esta Convenção não se aplica a nenhuma companhia, "trust" ou sociedade de pessoas residente de um Estado Contratante e de propriedade efetiva ou controle direto ou indireto de uma ou mais pessoas não residentes desse Estado, se o montante do imposto desse Estado incidente sobre os rendimentos da companhia, "trust" ou sociedade de pessoas é substancialmente inferior ao montante do imposto que seria exigido por esse Estado, se todas as ações da sociedade ou todas as participações no "trust" ou todas as quotas da sociedade de pessoas, conforme o caso, fossem de propriedade efetiva de uma ou mais pessoas físicas residentes desse Estado.

Artigo 29
Entrada em Vigor

Cada Estado Contratante notificará, por escrito e por via diplomática, ao outro Estado Contratante o cumprimento dos procedimentos requeridos por sua legislação para a entrada em vigor da presente Convenção. Esta Convenção entrará em vigor na data da última dessas notificações e surtirá efeito no caso de ambos os Estados Contratantes:

a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, creditadas ou remetidas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor; e

b) no que concerne aos demais impostos, no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

Artigo 30
Denúncia

1. Esta Convenção permanecerá em vigor por prazo indeterminado, mas qualquer dos Estados Contratantes poderá, até o dia 30 de junho, inclusive, de qualquer ano calendário após o fim de um período de cinco anos a partir da data de sua entrada em vigor, denunciar esta Convenção, por meio de um aviso escrito de denúncia entregue ao outro Estado Contratante por via diplomática.

2. Nesse caso, a Convenção não mais surtirá efeitos em ambos os Estados Contratantes:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) no que concerne aos impostos retidos na fonte, às importâncias pagas, creditadas ou remetidas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado; e

b) no que concerne aos demais impostos, no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que o aviso de denúncia tenha sido dado.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO

MONICA JUNE CLEMENT
Embaixadora

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Trinidad e Tobago para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e para Incentivar o Comércio e o Investimento Bilaterais (doravante denominada "a Convenção") , ambas as Partes convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção:

a) para os fins do parágrafo 1 do Artigo 2, a expressão "imposto brasileiro" compreende também a "Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", instituída pela Lei nº 7. 689, de 15 de dezembro de 1988;

b) para os fins do parágrafo 2 do Artigo 5, qualquer pagamento de rendimento oriundo de um Estado Contratante e feito em razão de atividades de perfuração para um residente do outro Estado Contratante, que não um estabelecimento permanente situado no primeiro Estado mencionado, estará sujeito ao imposto no Estado Contratante em que o pagamento teve origem de acordo com a legislação desse Estado;

c) para os fins do parágrafo 3 do Artigo 12, o termo "royalties" será considerado como incluindo qualquer espécie de pagamento recebido em razão da prestação de assistência técnica e de serviços técnicos.

Em testemunho do que, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Protocolo.

Feito em Brasília, em 23 de julho de 2008, em duplicata, nas línguas portuguesa e inglesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO

MONICA JUNE CLEMENT
Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária

DECRETO Nº 8.336, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Bolivariana da Venezuela firmaram, em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou a Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 559, de 6 de agosto de 2010; e

Considerando que o Acordo entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 19 de agosto de 2010;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgada a Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, anexa a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão da Convenção e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo dos Santos
Paulo Rogério Caffarelli

CONVENÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPUBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO E PREVENIR A EVASÃO FISCAL EM MATÉRIA DE IMPOSTO SOBRE A RENDA

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Bolivariana da Venezuela,

Desejosos de concluir uma Convenção destinada a evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de imposto sobre a renda,

Acordaram o seguinte:

ARTIGO 1
Âmbito Pessoal

A presente Convenção se aplica às pessoas residentes de um ou de ambos os Estados Contratantes.

Artigo 2
Impostos Visados

1. Os impostos aos quais se aplica esta Convenção são:

a) na República Federativa do Brasil:

i) o imposto federal sobre a renda (doravante denominado "imposto brasileiro") ;

b) na República Bolivariana da Venezuela:

i) o imposto sobre a renda (doravante denominado "imposto venezuelano") .

2. A Convenção se aplica também aos impostos idênticos ou substancialmente similares que forem introduzidos após a data da assinatura da mesma, seja em adição aos acima mencionados, seja em sua substituição. As autoridades competentes dos Estados Contratantes comunicar-se-ão as modificações significativas ocorridas em suas respectivas legislações fiscais.

Artigo 3
Definições Gerais

1. Para os fins da presente Convenção, a não ser que o contexto imponha interpretação diferente:

a) o termo "Brasil" significa a República Federativa do Brasil;

b) o termo "Venezuela" significa em seu sentido geográfico, o território da República Bolivariana da Venezuela, incluindo o espaço continental e insular, lacustre e fluvial, o mar territorial, áreas marinhas interiores, as águas incluídas dentro das linhas de base reta que a República tenha adotado ou adote; o solo e o subsolo destes, o espaço aéreo, continental e insular e marítimo e os recursos que neles se encontrem, a plataforma continental e a zona econômica exclusiva; os direitos no espaço ultraterrestre sobrejacente, sobre os quais a República Bolivariana da Venezuela tenha ou possa ter jurisdição e soberania em conformidade com seu ordenamento jurídico nacional e com o direito internacional;

c) as expressões "um Estado Contratante" e "o outro Estado Contratante" significam, de acordo com o contexto, o Brasil ou a Venezuela;

d) o termo "pessoa" compreende as pessoas físicas ou naturais, as sociedades e qualquer outra associação de pessoas;

e) o termo "sociedade" significa qualquer pessoa jurídica ou qualquer entidade considerada pessoa jurídica para fins fiscais;

f) as expressões "empresa de um Estado Contratante" e "empresa do outro Estado Contratante" significam, respectivamente, uma empresa explorada por um residente de um Estado Contratante e uma empresa explorada por um residente do outro Estado Contratante;

g) a expressão "tráfego internacional" significa todo transporte efetuado por um navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre explorados por uma empresa cuja sede de direção efetiva esteja situada em um Estado Contratante, exceto quando tal navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre for explorado somente entre pontos situados no outro Estado Contratante;

h) o termo "nacional" significa:

i) toda pessoa física ou natural que possua a nacionalidade de um Estado Contratante;

ii) toda pessoa jurídica, sociedade de pessoas ou associação constituída em conformidade com a legislação vigente num Estado Contratante;

i) a expressão "autoridade competente" significa:

i) no Brasil: o Ministro de Estado da Fazenda, o Secretário da Receita Federal ou seus representantes autorizados;

ii) na Venezuela, o Superintendente Nacional Aduaneiro e Tributário ou seu representante autorizado

j) o termo "imposto" significa, de acordo com o contexto, o imposto brasileiro ou o imposto venezuelano.

2. Para a aplicação da Convenção em um dado momento por um Estado Contratante, qualquer termo ou expressão que nela não se encontrem definidos terá, a não ser que o contexto exija interpretação diferente, o significado que nesse momento lhe for atribuído pela legislação desse Estado Contratante relativa aos impostos que são objeto da presente Convenção, prevalecendo os efeitos atribuídos a esse termo ou expressão pela legislação tributária desse Estado Contratante sobre o significado que lhe atribuam os demais ramos do direito desse Estado Contratante.

Artigo 4
Residente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "residente de um Estado Contratante" significa toda pessoa que, em virtude da legislação desse Estado, esteja sujeita a tributação nesse Estado, em razão de seu domicílio, residência, sede de direção, lugar de constituição ou qualquer outro critério de natureza similar, e também inclui o próprio Estado e qualquer subdivisão política ou autoridade local.

2. Quando, por força das disposições do parágrafo 1, uma pessoa física ou natural for residente de ambos os Estados Contratantes, sua situação será determinada da seguinte forma:

a) essa pessoa será considerada residente apenas do Estado Contratante em que disponha de uma habitação permanente; se ela dispuser de uma habitação permanente em ambos os Estados, será considerada residente apenas do Estado com o qual suas ligações pessoais e econômicas sejam mais estreitas (centro de interesses vitais) ;

b) se o Estado em que essa pessoa tem o centro de seus interesses vitais não puder ser determinado, ou se ela não dispuser de uma habitação permanente em nenhum dos Estados, será considerada residente apenas do Estado Contratante em que permanecer habitualmente;

c) se essa pessoa permanecer habitualmente em ambos os Estados ou se não permanecer habitualmente em nenhum deles, será considerada residente apenas do Estado de que for nacional;

d) se essa pessoa for nacional de ambos os Estados ou se não for nacional de nenhum deles, as autoridades competentes dos Estados Contratantes resolverão a questão de comum acordo.

3. Quando, em virtude das disposições do parágrafo 1, uma pessoa, que não seja uma pessoa física ou natural, for residente de ambos os Estados Contratantes, será considerada como residente apenas do Estado em que estiver situada sua sede de direção efetiva.

Artigo 5
Estabelecimento Permanente

1. Para os fins da presente Convenção, a expressão "estabelecimento permanente" significa uma instalação fixa de negócios por meio da qual uma empresa exerce toda ou parte de sua atividade.

2. A expressão "estabelecimento permanente" compreende especialmente:

a) uma sede de direção;

b) uma filial;

c) um escritório;

d) uma fábrica;

e) uma oficina;

f) um depósito em relação a uma pessoa que forneça armazenamento para terceiros;

g) uma mina, um poço de petróleo ou de gás, uma pedreira ou qualquer outro local de exploração ou extração de recursos naturais;

h) um canteiro de obra, construção, instalação ou montagem que perdure por um período superior a seis meses.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Não obstante o disposto nos parágrafos precedentes do presente Artigo, considera-se que a expressão "estabelecimento permanente" não inclui:

a) a utilização de instalações unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega de bens ou mercadorias pertencentes à empresa, sempre e quando isso não constitua uma venda;

b) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de armazenagem, exposição ou entrega, sempre e quando isso não constitua uma venda;

c) a manutenção de um estoque de bens ou mercadorias pertencentes à empresa unicamente para fins de sua transformação por outra empresa;

d) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de comprar bens ou mercadorias ou obter informações para a empresa;

e) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de desenvolver, para a empresa, qualquer outra atividade de caráter preparatório ou auxiliar;

f) a manutenção de uma instalação fixa de negócios unicamente para fins de combinar as atividades mencionadas nas alíneas anteriores, desde que a atividade global da instalação fixa de negócios resultante dessa combinação seja uma atividade de caráter preparatório ou auxiliar.

4. Não obstante o disposto nos parágrafos 1 e 2, quando uma pessoa - que não seja um agente independente ao qual se aplique o parágrafo 5 do presente Artigo - atue por conta de uma empresa e tenha e exerça habitualmente num Estado Contratante poderes para concluir contratos em nome da empresa, considerar-se-á que tal empresa dispõe de um estabelecimento permanente nesse Estado relativamente a todas as atividades que essa pessoa desenvolva por conta da empresa, a menos que tais atividades se limitem às mencionadas no parágrafo 3, as quais, se exercidas por intermédio de uma instalação fixa de negócios, não permitiriam considerar-se essa instalação fixa como um estabelecimento permanente nos termos do referido parágrafo.

5. Não se considera que uma empresa de um Estado Contratante tenha um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante pelo simples fato de aí exercer sua atividade por intermédio de um corretor, comissário geral ou qualquer outro agente que goze de um "status" independente, sempre que essas pessoas atuem no âmbito normal de suas atividades. Não obstante, quando referido agente realize todas ou quase todas as suas atividades por conta dessa empresa, não será considerado como agente que goze de um "status" independente no sentido deste parágrafo.

6. O fato de que uma sociedade residente de um Estado Contratante controle ou seja controlada por uma sociedade residente do outro Estado Contratante, ou desenvolva atividades nesse outro Estado (quer por intermédio de um estabelecimento permanente quer de outro modo) , não é, por si só, suficiente para fazer de qualquer dessas sociedades um estabelecimento permanente da outra.

Artigo 6
Rendimentos Imobiliários

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha de bens imóveis (inclusive os rendimentos de explorações agrícolas ou florestais) situados no outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. A expressão "bens imóveis" terá o significado que lhe atribua a legislação do Estado Contratante em que os bens estiverem situados. A expressão compreende, em qualquer caso, os acessórios da propriedade imobiliária, o gado e o equipamento utilizados nas explorações agrícolas e florestais, os direitos a que se apliquem as disposições de direito privado relativas à propriedade de bens imóveis, o usufruto de bens imobiliários e o direito de receber pagamentos variáveis ou fixos pela exploração, ou concessão da exploração, de jazidas minerais, fontes e outros recursos naturais; os navios e aeronaves e veículos de transporte terrestre não serão considerados bens imóveis.

3. O disposto no parágrafo 1 aplica-se aos rendimentos derivados da exploração direta, arrendamento ou parceria, assim como de qualquer outra forma de exploração dos bens imóveis.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 3 aplicam-se igualmente aos rendimentos provenientes dos bens imóveis de uma empresa.

Artigo 7
Lucros das Empresas

1. Os lucros de uma empresa de um Estado Contratante somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que a empresa exerça sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado. Se a empresa exercer sua atividade na forma indicada, seus lucros podem ser tributados no outro Estado, mas somente na medida em que forem atribuíveis a esse estabelecimento permanente.

2. Ressalvadas as disposições do parágrafo 3, quando uma empresa de um Estado Contratante exercer sua atividade no outro Estado Contratante por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, serão atribuídos, em cada Estado Contratante, a esse estabelecimento permanente, os lucros que obteria se tivesse constituído uma empresa distinta e separada, que exercesse atividades idênticas ou similares, em condições idênticas ou similares, e tratasse com absoluta independência com a empresa de que é um estabelecimento permanente.

3. Para a determinação dos lucros de um estabelecimento permanente, será permitido deduzir as despesas que tiverem sido feitas para a consecução dos fins comerciais ou industriais desse estabelecimento permanente, incluindo as despesas de direção e os encargos gerais de administração, incorridos no Estado onde estiver situado o estabelecimento permanente ou em qualquer outro lugar, permitidas em conformidade com as disposições da legislação interna do Estado Contratante onde esteja situado o estabelecimento permanente. Todavia, não será permitida nenhuma dedução pelas importâncias que o estabelecimento permanente tenha pago (salvo como reembolso de gastos efetivos) à matriz da empresa ou a algum de seus outros escritórios em caráter de "royalties", honorários ou pagamentos similares em troca do uso de patentes ou outros direitos, ou mediante comissões, a título de serviços específicos prestados ou a título de administração ou, salvo no caso de um banco, a título de juros sobre dinheiro emprestado ao estabelecimento permanente. Da mesma forma, para determinar os lucros de um estabelecimento permanente não se levarão em conta as importâncias cobradas (salvo para reembolsar gastos efetivos) pelo estabelecimento permanente à matriz da empresa ou a algum de seus outros escritórios com caráter de "royalties", honorários ou pagamentos similares pelo uso de patentes ou outros direitos, ou mediante comissões, a título de serviços específicos prestados ou a título de administração ou, salvo no caso de um banco, a título de juros sobre dinheiro emprestado à matriz da empresa ou a qualquer de seus outros escritórios.

4. Nenhum lucro será atribuído a um estabelecimento permanente pelo simples fato da compra de bens ou mercadorias, por esse estabelecimento permanente para a empresa.

5. Quando os lucros compreenderem rendimentos ou elementos de rendimentos tratados separadamente em outros Artigos da presente Convenção, as disposições desses Artigos não serão afetadas pelas disposições do presente Artigo.

6. Sempre que a legislação interna de um Estado Contratante permita determinar os lucros imputáveis aos estabelecimentos permanentes distribuindo-se os lucros totais da empresa entre suas diversas partes, as disposições do parágrafo 2 não deverão impedir que referido Estado Contratante determine dessa forma os lucros sujeitos a tributação. Não obstante, o método de distribuição adotado deverá ser tal que o resultado obtido esteja de acordo com os princípios enunciados neste Artigo.

7. Para fins dos parágrafos anteriores, os lucros imputáveis ao estabelecimento permanente serão determinados a cada ano usando-se o mesmo método, a menos que existam motivos válidos e suficientes para proceder de outra forma.

Artigo 8
Transporte Internacional

1. Os lucros provenientes da exploração de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre no tráfego internacional serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

2. Se a sede de direção efetiva de uma empresa de transporte marítimo se situar a bordo de um navio, considerar-se-á que tal sede está situada no Estado Contratante em que se encontre o porto de registro desse navio, ou, na ausência de porto de registro, no Estado Contratante em que resida a pessoa que explore o navio.

3. O disposto no parágrafo 1 também se aplicará aos lucros provenientes da participação em um "pool", consórcio, exploração em comum, associação ou agência internacional de exploração, mas somente na medida em que tais lucros sejam atribuíveis à referida participação.

Artigo 9
Empresas Associadas

Quando:

a) uma empresa de um Estado Contratante participar, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa do outro Estado Contratante, ou

b) as mesmas pessoas participarem, direta ou indiretamente, na direção, no controle ou no capital de uma empresa de um Estado Contratante e de uma empresa do outro Estado Contratante,

e, em ambos os casos, as duas empresas, nas suas relações comerciais ou financeiras, estiverem ligadas por condições aceitas ou impostas que difiram das que seriam estabelecidas entre empresas independentes, os lucros que, sem essas condições, teriam sido obtidos por uma das empresas, mas não o foram em virtude de tais condições, podem ser incluídos nos lucros dessa empresa e, conseqüentemente, tributados.

Artigo 10
Dividendos

1. Os dividendos pagos por uma sociedade residente de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses dividendos podem também ser tributados no Estado Contratante em que resida a sociedade que os paga e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos dividendos for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de:

a) 10 por cento do montante bruto dos dividendos, se o beneficiário efetivo for uma sociedade (que não seja uma sociedade de pessoas) que controle, direta ou indiretamente, pelo menos 20 por cento do capital da sociedade que pague os dividendos;

b) 15 por cento do montante bruto dos dividendos em todos os outros casos.

O presente parágrafo não afetará a tributação da sociedade com referência aos lucros que derem origem ao pagamento dos dividendos.

3. O termo "dividendos" usado no presente Artigo compreende os rendimentos provenientes de ações, ações de fruição ou usufruto sobre ações, ações de empresas mineradoras, partes de fundador ou outros direitos de participação em lucros, com exceção de créditos, assim como rendimentos de outras participações de capital sujeitos ao mesmo tratamento tributário que os rendimentos de ações pela legislação do Estado Contratante em que a sociedade que os distribui seja residente.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos dividendos, residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que é residente a sociedade que paga os dividendos, uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada nesse outro Estado, sempre que a participação geradora dos dividendos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Neste caso são aplicáveis as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, conforme as circunstâncias.

5. Quando um residente de um Estado Contratante mantiver um estabelecimento permanente no outro Estado Contratante, esse estabelecimento permanente poderá aí estar sujeito a um imposto retido na fonte de acordo com a legislação desse outro Estado Contratante. Todavia, esse imposto não poderá exceder de 10 por cento do montante bruto dos lucros do estabelecimento permanente, determinado após o pagamento do imposto de renda de sociedades referente a esses lucros.

6. Quando uma sociedade residente de um Estado Contratante receber lucros ou rendimentos procedentes do outro Estado Contratante, esse outro Estado Contratante não poderá exigir nenhum imposto sobre os dividendos pagos pela sociedade, exceto na medida em que esses dividendos forem pagos a um residente desse outro Estado ou na medida em que a participação geradora dos dividendos estiver efetivamente ligada a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situada nesse outro Estado, nem reter nenhum imposto a título de tributação dos lucros não distribuídos da sociedade, mesmo se os dividendos pagos ou os lucros não distribuídos consistirem, total ou parcialmente, de lucros ou rendimentos provenientes desse outro Estado.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando os direitos em relação aos quais os dividendos são pagos foram acordados ou atribuídos com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso são aplicáveis as disposições do Direito interno do Estado Contratante de onde provenham os dividendos.

Artigo 11
Juros

1. Os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses juros podem também ser tributados no Estado Contratante de que provenham, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos juros for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim exigido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos juros.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos 1 e 2:

a) os juros provenientes de um Estado Contratante e pagos ao Governo do outro Estado Contratante, a uma de suas subdivisões políticas ou a qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Estado ou uma de suas subdivisões políticas, são isentos de imposto no primeiro Estado Contratante, a menos que a eles se aplique a alínea "b";

b) os juros da dívida pública, dos bônus ou obrigações emitidas pelo Governo de um Estado Contratante, ou uma de suas subdivisões políticas ou qualquer agência (inclusive uma instituição financeira) de propriedade exclusiva desse Estado ou dessa subdivisão política só são tributáveis nesse Estado.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

4. O termo "juros" usado no presente Artigo compreende os rendimentos de créditos de qualquer natureza, acompanhados ou não de garantia hipotecária ou de cláusula de participação nos lucros do devedor, e, em particular, os rendimentos da dívida pública, de títulos ou obrigações, assim como quaisquer outros rendimentos que a legislação tributária do Estado de que provenham assimile aos rendimentos de importâncias emprestadas.

5. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos juros, residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que provenham os juros, atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que a dívida em relação à qual os juros são pagos esteja efetivamente ligada a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14 desta Convenção, segundo as circunstâncias.

6. A limitação da alíquota do imposto estabelecida no parágrafo 2 não se aplica aos juros provenientes de um Estado Contratante e pagos a um estabelecimento permanente de uma empresa do outro Estado Contratante situado em um terceiro Estado.

7. Os juros são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. No entanto, quando o devedor dos juros, seja ou não residente de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação à qual haja sido contraída a obrigação que dá origem aos juros e caiba a esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses juros, tais juros serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a base fixa estiver situada.

8. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos juros, ou entre ambos e terceiros, o montante dos juros pagos exceder, por qualquer motivo, o que teriam acordado o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente do pagamento será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as demais disposições da presente Convenção.

9. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando o crédito em relação ao qual os juros são pagos foi acordado ou atribuído com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso, aplicam-se as disposições do Direito interno do Estado Contratante de procedência dos juros.

Artigo 12
Royalties

1. Os "royalties" provenientes de um Estado Contratante e pagos a um residente do outro Estado Contratante podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Todavia, esses "royalties" podem também ser tributados no Estado Contratante de que provenham, e de acordo com a legislação desse Estado, mas, se o beneficiário efetivo dos "royalties" for um residente do outro Estado Contratante, o imposto assim estabelecido não poderá exceder de 15 por cento do montante bruto dos "royalties".

3. O termo "royalties", empregado neste Artigo, compreende as remunerações de qualquer natureza pagas pelo uso ou concessão do uso de direitos de autor sobre obras literárias, artísticas ou científicas (inclusive filmes cinematográficos e filmes ou fitas de gravação de programas de televisão ou de radiodifusão) , de patentes, marcas de indústria ou comércio, desenhos ou modelos, planos, fórmulas ou processos secretos, assim como pelo uso ou concessão do uso de equipamentos industriais, comerciais ou científicos e por informações relativas a experiências industriais, comerciais ou científicas.

4. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam quando o beneficiário efetivo dos "royalties", residente de um Estado Contratante, exerça, no outro Estado Contratante de que provenham os "royalties", uma atividade empresarial por intermédio de um estabelecimento permanente aí situado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que o direito gerador dos "royalties" esteja efetivamente ligado a esse estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14 desta Convenção, de acordo com as circunstâncias.

5. Os "royalties" são considerados provenientes de um Estado Contratante quando o devedor for um residente desse Estado. Todavia, quando o devedor dos "royalties", residente ou não de um Estado Contratante, tiver num Estado Contratante um estabelecimento permanente ou uma base fixa em relação à qual haja sido contraída a obrigação de pagar os "royalties", e caiba a esse estabelecimento permanente ou base fixa o pagamento desses "royalties", esses serão considerados provenientes do Estado Contratante em que o estabelecimento permanente ou a base fixa estiver situada.

6. Quando, em conseqüência de relações especiais existentes entre o devedor e o beneficiário efetivo dos "royalties", ou entre ambos e terceiros, o montante dos "royalties" pagos, tendo em conta o uso, direito ou informação pelo qual são pagos, exceder o que teriam acordado o devedor e o beneficiário efetivo na ausência de tais relações, as disposições do presente Artigo serão aplicáveis apenas a este último montante. Neste caso, a parte excedente do pagamento será tributável de acordo com a legislação de cada Estado Contratante, tendo em conta as outras disposições da presente Convenção.

7. As disposições do presente Artigo não se aplicam quando os direitos em relação aos quais os "royalties" são pagos foram criados ou atribuídos com o principal propósito, ou um dos principais propósitos, de tirar vantagem do presente Artigo. Neste caso, aplicam-se as disposições do Direito interno do Estado Contratante de procedência dos "royalties".

Artigo 13
Ganhos de Capital

1. Os ganhos que um residente de um Estado Contratante obtenha da alienação de bens imóveis, tal como definidos no Artigo 6, e situados no outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Os ganhos provenientes da alienação de bens móveis que façam parte do ativo de um estabelecimento permanente que uma empresa de um Estado Contratante possua no outro Estado Contratante, ou de bens móveis que pertençam a uma base fixa que o residente de um estado Contratante tenha no outro Estado Contratante para prestar serviços pessoais independentes, incluindo os ganhos provenientes da alienação desse estabelecimento permanente (isolado ou com o conjunto da empresa) ou de dita base fixa, podem ser tributados nesse outro Estado.

3. No entanto, os ganhos provenientes da alienação de navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre explorados no tráfego internacional, ou de bens móveis afetos à exploração de tais navios, aeronaves ou veículos de transporte terrestre, serão tributáveis apenas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

4. Os ganhos provenientes da alienação de qualquer outro bem ou direito distinto dos mencionados nos parágrafos 1, 2 e 3 deste Artigo, provenientes do outro Estado Contratante, podem ser tributados nesse outro Estado Contratante.

Artigo 14
Serviços Profissionais Independentes

1. Os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha pela prestação de serviços profissionais ou de outras atividades independentes de natureza similar serão tributáveis apenas nesse Estado, a não ser que:

a) as remunerações por tais serviços ou atividades sejam pagas por um residente do outro Estado Contratante ou caibam a um estabelecimento permanente ou a uma base fixa situados nesse outro Estado; ou

b) referido residente, seus empregados ou outras pessoas por ele encarregadas permaneçam, ou as atividades prossigam, no outro Estado por um período ou períodos que, no total, somem ou excedam 183 dias, dentro de um período qualquer de doze meses; nesse caso, somente pode ser tributável nesse outro Estado a parte da renda obtida das atividades desempenhadas por esse residente nesse outro Estado; ou

c) tais serviços ou atividades sejam prestados no outro Estado Contratante e o beneficiário dos rendimentos tenha uma base fixa disponível nesse outro Estado com o propósito de realizar suas atividades, mas somente na medida em que tais rendimentos sejam imputáveis aos serviços realizados nesse outro Estado.

2. A expressão "serviços profissionais" compreende, especialmente, as atividades independentes de caráter científico, técnico, literário, artístico, educativo ou pedagógico, assim como as atividades independentes de médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, dentistas e contadores.

Artigo 15
Serviços Profissionais Dependentes

1. Ressalvadas as disposições dos Artigos 16, 18 e 19, os soldos, salários e outras remunerações similares que um residente de um Estado Contratante receba em razão de um emprego somente são tributáveis nesse Estado, a não ser que o emprego seja exercido no outro Estado Contratante. Se o emprego for aí exercido, as remunerações correspondentes podem ser tributadas nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1, as remunerações recebidas por um residente de um Estado Contratante em função de um emprego exercido no outro Estado Contratante somente são tributáveis no primeiro Estado se:

a) o beneficiário permanecer no outro Estado durante um ou vários períodos que não excedam, no total, 183 dias, em qualquer período de doze meses que comece ou termine durante o ano fiscal considerado; e

b) as remunerações forem pagas por um empregador ou em nome de um empregador que não seja residente do outro Estado; e

c) o encargo das remunerações não couber a um estabelecimento permanente ou base fixa que o empregador possua no outro Estado.

3. Não obstante as disposições precedentes deste Artigo, as remunerações recebidas em razão de um emprego exercido a bordo de um navio, aeronave ou veículo de transporte terrestre explorados no tráfego internacional por uma empresa de um Estado Contratante podem ser tributadas no Estado Contratante em que estiver situada a sede de direção efetiva da empresa.

Artigo 16
Remunerações de Diretores ou Conselheiros

As participações, "jetons" e outras retribuições similares recebidas por um residente de um Estado Contratante como membro da diretoria ou de qualquer conselho de uma sociedade residente do outro Estado Contratante podem ser tributadas nesse outro Estado.

Artigo 17
Artistas e Desportistas

1. Não obstante as disposições dos Artigos 14 e 15, os rendimentos que um residente de um Estado Contratante obtenha do exercício de suas atividades pessoais no outro Estado Contratante na qualidade de profissional de espetáculos, tal como artista de teatro, cinema, rádio ou televisão, ou músico, ou como desportista, podem ser tributados nesse outro Estado.

2. Não obstante as disposições dos Artigos 7, 14 e 15, quando os rendimentos provenientes das atividades pessoais dos profissionais de espetáculos ou desportistas, nessa qualidade, forem atribuídos não ao próprio profissional de espetáculos ou desportista, mas a outra pessoa, esses rendimentos podem ser tributados no Estado Contratante em que são exercidas as atividades do profissional de espetáculos ou do desportista.

3. As disposições dos parágrafos 1 e 2 não se aplicam aos rendimentos provenientes de atividades exercidas em um Estado Contratante por profissionais de espetáculos ou desportistas se a visita a esse Estado é custeada, integral ou principalmente, por fundos públicos de um ou de ambos os Estados Contratantes ou de uma de suas subdivisões políticas ou por qualquer entidade controlada pelo governo. Em tais casos os rendimentos somente são tributados no Estado do qual o profissional de espetáculos ou o desportista é um residente.

Artigo 18
Pensões e Anuidades

1. Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do Artigo 19, as pensões e outras remunerações similares percebidas em razão de um emprego anterior, assim como as anuidades, provenientes de um Estado Contratante e pagas a um residente do outro estado Contratante somente podem ser tributadas no Estado do qual provenham.

2. Não obstante as disposições do parágrafo 1 do presente Artigo, as pensões e outros pagamentos efetuados em virtude de um programa oficial que integre o sistema de Previdência Social de um Estado Contratante ou de uma subdivisão política ou de uma autoridade local do mesmo são tributáveis somente nesse Estado.

3. No presente Artigo:

a) a expressão "pensões e outras remunerações similares" designa pagamentos periódicos, efetuados após a aposentadoria, em razão de um emprego anterior ou a título de compensação por danos sofridos em conseqüência do referido emprego;

b) o termo "anuidade" designa uma quantia determinada, paga periodicamente em prazos determinados, a título vitalício ou por períodos de tempo determinados ou determináveis, em decorrência de uma obrigação de efetuar os pagamentos como retribuição de um pleno e adequado contravalor em dinheiro ou avaliável em dinheiro (que não seja por serviços prestados) .

Artigo 19
Remunerações Públicas

1. a) Os soldos, salários e outras remunerações similares, excluídas as pensões, pagas por um Estado Contratante ou uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais a uma pessoa física ou natural, por serviços prestados a esse Estado ou a essa subdivisão política ou autoridade local, são tributáveis somente nesse outro Estado.

b) Todavia, esses soldos, salários e outras remunerações similares serão tributáveis somente no outro Estado Contratante se os serviços forem prestados nesse outro Estado e se o beneficiário das remunerações for um residente desse Estado Contratante que:

i) seja nacional desse Estado; ou

ii) não tenha adquirido a condição de residente desse Estado somente para prestar os serviços.

2. a) As pensões pagas por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais, quer diretamente, quer por meio de fundos por eles constituídos, a uma pessoa física ou natural em razão de serviços prestados a esse Estado, a essa subdivisão política ou autoridade local, são tributáveis somente nesse Estado.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) Todavia, tais pensões são tributáveis somente no outro Estado Contratante se a pessoa física ou natural for residente e nacional desse outro Estado.

3. O disposto nos Artigos 15, 16, 17 e 18 aplica-se aos soldos, salários e outras remunerações similares, assim como às pensões pagas em razão de serviços prestados no âmbito de uma atividade empresarial exercida por um Estado Contratante, uma de suas subdivisões políticas ou autoridades locais.

Artigo 20
Professores e Pesquisadores

Uma pessoa física ou natural que é, ou foi, em período imediatamente anterior à sua visita a um Estado Contratante, um residente do outro Estado Contratante e que, a convite do Governo do primeiro Estado Contratante ou de uma universidade, estabelecimento de ensino superior, escola, museu ou outra instituição cultural do primeiro Estado Contratante, ou que, cumprindo um programa oficial de intercâmbio cultural, permanecer nesse Estado por um período não superior a dois anos consecutivos, com o único fim de lecionar, proferir conferências ou realizar pesquisas em tais instituições, será isenta de tributação nesse Estado pela remuneração dessa atividade, desde que a remuneração por tais atividades provenha de fora desse Estado.

Artigo 21
Estudantes e Aprendizes

1. Uma pessoa física ou natural que é, ou foi, residente de um estado Contratante em período imediatamente anterior à sua visita ao outro Estado Contratante e que permanecer no outro Estado Contratante com o fim principal de:

a) estudar nesse outro Estado Contratante, em uma universidade ou outro instituto educacional aprovado pelas autoridades educacionais pertinentes do referido Estado Contratante;

b) adquirir uma especialização vocacional, profissional ou técnica; ou

c) estudar ou realizar pesquisas como bolsista, receptor de estipêndio ou prêmio de um organismo governamental, religioso, caritativo, científico, literário ou educacional, ou como participante de outros programas patrocinados por um organismo dessa natureza,

estará isenta de impostos nesse outro Estado Contratante em relação às importâncias remetidas do exterior para sua manutenção, educação, capacitação ou treinamento.

2. Em relação a subvenções, bolsas de estudo e remunerações de emprego não abrangidas pelo parágrafo 1, os estudantes e aprendizes de que trata o parágrafo 1 terão direito, ademais, durante o período de estudos ou treinamento, às mesmas deduções pessoais, isenções e reduções de impostos concedidas aos residentes do Estado que estiverem visitando.

Artigo 22
Outros Rendimentos

1. Os rendimentos de um residente de um Estado Contratante, qualquer que seja sua proveniência, não tratados nos Artigos anteriores desta Convenção, somente podem ser tributados nesse Estado.

2. As disposições do parágrafo 1 não serão aplicáveis a rendimentos, que não sejam provenientes de bens imóveis como definidos no parágrafo 2 do Artigo 6, cujo receptor seja residente de um Estado Contratante e exerça atividades comerciais ou industriais no outro Estado Contratante por meio de um estabelecimento permanente situado no outro Estado, ou preste nesse outro Estado serviços pessoais independentes por meio de uma base fixa situada no referido Estado, sempre que o direito ou bem em relação ao qual se pague o rendimento esteja vinculado efetivamente com tal estabelecimento permanente ou base fixa. Em tais casos, aplicam-se as disposições do Artigo 7 ou do Artigo 14, segundo as circunstâncias.

3. Não obstante as disposições dos parágrafos precedentes, os rendimentos de um residente de um Estado Contratante não tratados nos Artigos anteriores da presente Convenção e provenientes do outro Estado Contratante podem também ser tributados nesse outro Estado.

Artigo 23
Eliminação da Dupla Tributação

1. No caso da Venezuela, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:

As pessoas residentes na Venezuela que receberem rendimentos que, em conformidade com as disposições desta Convenção, sejam tributáveis no Brasil, poderão creditar contra os impostos venezuelanos correspondentes a esses rendimentos os impostos cobrados no Brasil, de acordo com as disposições aplicáveis na lei venezuelana. Todavia, tal crédito não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes do crédito, que possa estar submetida a tributação no Brasil.

2. No caso do Brasil, a dupla tributação será evitada da maneira seguinte:

Quando um residente do Brasil receber rendimentos que, de acordo com as disposições desta Convenção, sejam tributáveis na Venezuela, o Brasil admitirá a dedução, do imposto sobre os rendimentos desse residente, de um montante igual ao imposto sobre os rendimentos pago na Venezuela, de acordo com as disposições aplicáveis da legislação brasileira. Todavia, tal dedução não poderá exceder a fração do imposto sobre a renda, calculado antes da dedução, correspondente aos rendimentos tributáveis na Venezuela.

3. Quando, em conformidade com qualquer disposição da presente Convenção, os rendimentos obtidos por um residente de um Estado Contratante estiverem isentos de imposto nesse Estado, tal Estado poderá, todavia, levar em conta os rendimentos isentos para efeito de determinar o montante do imposto sobre o restante dos rendimentos do referido residente.

Artigo 24
Não-Discriminação

1. Os nacionais de um Estado Contratante não ficarão sujeitos no outro Estado Contratante a nenhuma tributação ou obrigação a ela correspondente que não se exijam ou que sejam mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitos os nacionais desse outro Estado que se encontrem nas mesmas condições, especialmente em relação à residência.

2. Os estabelecimentos permanentes que uma empresa de um Estado Contratante tenha no outro Estado Contratante não serão tributados nesse outro Estado Contratante de modo menos favorável que as empresas desse outro Estado que exerçam as mesmas atividades. Esta disposição não pode ser interpretada no sentido de obrigar um Estado Contratante a conceder aos residentes do outro Estado Contratante as deduções pessoais, isenções e reduções que, para efeitos fiscais, conceda aos seus próprios residentes em função de seu estado civil ou encargos familiares.

3. A menos que se apliquem as disposições do Artigo 9, do parágrafo 8 do Artigo 11 ou do parágrafo 6 do Artigo 12, os juros, "royalties" ou demais gastos pagos por uma empresa de um Estado Contratante a um residente do outro Estado Contratante são dedutíveis, para determinar os lucros tributáveis dessa empresa, nas mesmas condições que se tivessem sido pagos a um residente do Estado mencionado em primeiro lugar.

4. As empresas de um Estado Contratante cujo capital seja, total ou parcialmente, detido ou controlado, direta ou indiretamente, por um ou vários residentes do outro Estado Contratante, não ficarão sujeitas, no primeiro Estado, a nenhuma tributação ou obrigação com ela conexa que não se exijam ou que sejam mais gravosas do que aquelas a que estejam ou possam estar sujeitas as outras empresas similares do primeiro Estado.

5. As disposições deste Artigo se aplicam aos impostos visados pela presente Convenção.

Artigo 25
Procedimento Amigável

1. Quando um residente de um Estado Contratante considerar que as medidas tomadas por um ou por ambos os Estados Contratantes implicam, ou podem implicar, em relação a si, uma tributação em desacordo com as disposições da presente Convenção, poderá, independentemente dos recursos previstos pelo direito interno desses Estados, submeter seu caso à autoridade competente do Estado Contratante onde residir.

2. A autoridade competente, se a reclamação se lhe afigurar justificada e se ela própria não estiver em condições de adotar uma solução satisfatória, esforçar-se-á para resolver a questão mediante acordo amigável com a autoridade competente do outro Estado Contratante, a fim de evitar uma tributação não conforme com a presente Convenção.

3. As autoridades competentes dos Estados Contratantes esforçar-se-ão, mediante acordo amigável, para resolver as dificuldades ou dirimir as dúvidas a que possa dar lugar a interpretação ou aplicação da presente Convenção.

4. As autoridades competentes dos Estados Contratantes poderão comunicar-se diretamente a fim de chegarem a um acordo nos termos indicados nos parágrafos anteriores.

5. Independentemente da participação dos Estados Contratantes no "Acordo Geral sobre Comércio de Serviços", ou em quaisquer acordos internacionais, as questões tributárias relativas aos impostos compreendidos na presente Convenção que ocorram entre os Estados Contratantes somente estarão sujeitas às disposições da presente Convenção.

Artigo 26
Troca de Informações

1. As autoridades competentes dos Estados Contratantes trocarão as informações necessárias para aplicar as disposições da presente Convenção ou as da legislação interna dos Estados Contratantes relativa aos impostos federais ou nacionais de qualquer classe ou denominação na medida em que a tributação nela prevista não seja contrária à Convenção. O intercâmbio de informação não está limitado pelos Artigos 1 e 2. As informações recebidas por um Estado Contratante serão consideradas secretas da mesma maneira que as informações obtidas pela aplicação da legislação interna desse Estado e só poderão ser comunicadas às pessoas ou autoridades (incluídos tribunais e órgãos administrativos) encarregadas do lançamento ou cobrança dos impostos acima mencionados, da instauração de processos sobre infrações relativas a esses impostos, ou da apreciação de recursos a eles correspondentes. Referidas pessoas ou autoridades usarão essas informações somente para fins fiscais.

2. Em nenhum caso as disposições do parágrafo 1 podem ser interpretadas no sentido de obrigar um Estado Contratante a:

a) adotar medidas administrativas contrárias à sua legislação ou prática administrativa ou às do outro Estado Contratante;

b) fornecer informações que não possam ser obtidas com base na sua legislação ou no âmbito de sua prática administrativa normal ou das do outro Estado Contratante;

c) fornecer informações que revelem segredos comerciais, industriais, profissionais ou de processos comerciais ou industriais, ou informações cuja comunicação seja contrária à ordem pública.

3. Não obstante o disposto no parágrafo 2 deste Artigo, a autoridade competente do Estado Contratante requerido deverá, levando em consideração as limitações constitucionais e legais e a reciprocidade de tratamento, obter e fornecer informações que possuam as instituições financeiras, mandatários ou pessoas que atuem como representantes, agentes ou fiduciários. Em relação a participações sociais ou a participações em sociedades de capital, a autoridade competente deverá obter e fornecer informações inclusive sobre ações ao portador. Se a informação for especificamente requerida pela autoridade competente de um Estado Contratante, a autoridade competente do outro Estado Contratante proporcionará a informação nos termos deste Artigo na forma de declarações de testemunhas e de cópias autenticadas de documentos originais inéditos (inclusive livros, informes, declarações, registros contábeis e anotações) com a mesma amplitude com que essas declarações e documentos possam ser obtidos nos termos estabelecidos pelas leis e práticas administrativas desse outro Estado.

4. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar as autoridades fiscais do Estado requerente a ter acesso ao Estado mencionado em primeiro lugar, para fins de presenciar, na qualidade de observadores, os interrogatórios de pessoas e o exame de livros e registros realizados pelo Estado requerido.

5. A autoridade competente do Estado Contratante requerido poderá autorizar, com o consentimento das pessoas submetidas às ações de fiscalização, as autoridades fiscais do Estado Contratante requerente a ter acesso ao Estado requerido para interrogar pessoas e examinar livros e registros.

6. Os Estados Contratantes se consultarão a fim de determinar os casos e procedimentos para a fiscalização simultânea de impostos. Entende-se por fiscalização simultânea, para os fins da presente Convenção, um acordo entre os dois Estados Contratantes para fiscalizar simultaneamente, cada um em seu território, a situação tributária de uma pessoa ou pessoas que possuam interesses comuns ou vinculados, a fim de trocar as informações relevantes que obtenham.

7. As despesas decorrentes da aplicação das disposições deste Artigo ficarão a cargo do Estado Contratante requerido. Todavia, as despesas pela participação de peritos, testemunhas, intérpretes e tradutores serão pagas pelo Estado requerente, com acordo prévio sobre o montante.

Artigo 27
Funcionários Diplomáticos e Consulares

As disposições da presente Convenção não prejudicarão os privilégios fiscais de que se beneficiem os funcionários diplomáticos e consulares, seja em virtude de regras gerais do Direito Internacional, seja de disposições de acordos especiais.

Artigo 28
Disposições Diversas

1. As autoridades competentes de qualquer dos Estados Contratantes poderão negar os benefícios desta Convenção a qualquer pessoa ou em relação a qualquer operação, se em sua opinião a outorga dos benefícios da Convenção constitui um abuso da Convenção considerando seu objeto.

2. Se, após a assinatura da presente Convenção, um Estado Contratante estabelecer em sua legislação que os rendimentos de procedência "offshore" obtidos por uma sociedade:

a) de atividade de navegação;

b) de atividade bancária, financeira, de seguro, de investimento, ou de atividades similares; ou

c) em razão de ser a sede, o centro de coordenação ou uma entidade similar que presta serviços administrativos ou outro tipo de apoio a um grupo de sociedades que exerce atividades empresariais primordialmente em outros Estados, estão isentos de imposto ou estão sujeitos a tributação a uma alíquota substancialmente inferior à alíquota aplicada aos rendimentos obtidos de atividades similares exercidas em seu próprio território, o outro Estado Contratante não estará obrigado a aplicar qualquer limitação imposta pela presente Con-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

venção sobre seu direito de tributar os rendimentos obtidos pela sociedade de tais atividades "offshore" ou sobre seu direito de tributar os dividendos pagos pela sociedade.

3. Uma entidade legal residente de um Estado Contratante que obtenha rendimentos de fontes no outro Estado Contratante não terá direito nesse outro Estado Contratante aos benefícios da presente Convenção se mais de cinqüenta por cento da participação efetiva nessa entidade (ou, no caso de uma sociedade, mais de cinqüenta por cento do valor acumulado das ações com direito a voto e das ações em geral da sociedade) for de propriedade, direta ou indiretamente, de qualquer combinação de uma ou mais pessoas que não sejam residentes do primeiro Estado Contratante mencionado. Todavia, esta disposição não será aplicável se essa entidade exercer, no Estado Contratante de que é residente, uma atividade empresarial substancial distinta da mera detenção de títulos ou outros direitos ou da mera realização de atividades auxiliares ou preparatórias em relação a outras entidades ou empresas relacionadas.

Artigo 29
Entrada em Vigor

1. Cada um dos Estados Contratantes notificará o outro, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os procedimentos requeridos por sua legislação para a entrada em vigor da presente Convenção. A presente Convenção entrará em vigor na data de recepção da última notificação.

2. A Convenção surtirá seus efeitos:

a) no Brasil:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, relativamente às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor;

ii) no que concerne aos outros impostos de que trata a Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a Convenção entrar em vigor.

b) na Venezuela:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, sobre as importâncias pagas ou creditadas a não residentes a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que esta Convenção entrar em vigor;

ii) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, nos períodos impositivos que comecem a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte à data em que esta Convenção entrar em vigor.

3. O "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo", concluído em Caracas, em 7 de novembro de 1979, deixará de surtir seus efeitos a partir da data na qual a presente Convenção entre em vigor e produza seus efeitos em conformidade com os parágrafos 1 e 2 deste Artigo.

Artigo 30
Denúncia

1. A presente Convenção permanecerá em vigor enquanto não for denunciada por um dos Estados Contratantes. Qualquer Estado Contratante poderá denunciar a presente Convenção, por via diplomática, notificando por escrito a denúncia com antecedência de pelo menos seis meses do final de qualquer ano calendário após transcorridos cinco anos a partir de sua entrada em vigor.

2. Esta Convenção deixará de surtir efeito:

a) no Brasil:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, relativamente às importâncias pagas, remetidas ou creditadas no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido;

ii) no que concerne aos demais impostos de que trata a presente Convenção, relativamente aos rendimentos produzidos no ano fiscal que comece no ou depois do primeiro dia de janeiro do ano calendário imediatamente seguinte àquele em que a denúncia tenha ocorrido.

b) na Venezuela:

i) no que concerne aos impostos retidos na fonte, sobre as importâncias pagas ou creditadas a não residentes a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que se dê a notificação;

ii) no que concerne aos outros impostos sobre a renda, em qualquer exercício fiscal que comece a partir de primeiro (1) de janeiro do ano calendário seguinte àquele em que se dê a notificação.

Em testemunho do que os Plenipotenciários dos dois Estados Contratantes assinaram a presente Convenção.

Feito em Caracas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
Antonio Palocci Filho Ministro da Fazenda	Nelson Merentes Ministro de Finanças

PROTOCOLO

No momento da assinatura da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda, os abaixo-assinados, para isso devidamente autorizados, convieram nas seguintes disposições que constituem parte integrante da Convenção.

1. Com referência ao Artigo 2

Quando um dos Estados Contratantes estabelecer um imposto sobre o patrimônio, as autoridades tributárias competentes dos Estados Contratantes se reunirão para definir as regras de aplicação do mencionado imposto no âmbito da Convenção.

2. Com referência ao Artigo 11, parágrafo 3

As importâncias pagas a título de "remuneração sobre o capital próprio" segundo o Artigo 9 da Lei brasileira nº 9. 249, de 1995, são consideradas como juros para os fins do parágrafo 3 do Artigo 11 da Convenção.

3. Com referência ao Artigo 12, parágrafo 3

As disposições do parágrafo 3 do Artigo 12 da Convenção se aplicam a qualquer espécie de pagamentos recebidos pela prestação de serviços técnicos e de assistência técnica.

4. Com referência ao Artigo 24

a) Exigências administrativas que não impliquem o pagamento de impostos não constituem discriminação em conformidade com as disposições dos parágrafos 1 e 4 do Artigo 24 da Convenção.

b) As disposições do parágrafo 5 do Artigo 10 não são consideradas discriminatórias nos termos do parágrafo 2 do Artigo 24 da Convenção.

c) As disposições da legislação brasileira que não permitem que os "royalties" mencionados no parágrafo 3 do Artigo 12, pagos por um estabelecimento permanente situado no Brasil a um residente da Venezuela que exerce atividades empresariais no Brasil por intermédio desse estabelecimento permanente, sejam dedutíveis no momento de se determinar o rendimento tributável do referido estabelecimento permanente, não são consideradas discriminatórias nos termos do parágrafo 2 do Artigo 24 da Convenção.

d) As disposições da Convenção, especialmente as do Artigo 24, não impedirão que um Estado Contratante aplique as disposições de sua legislação nacional relativa à capitalização insuficiente ou para combater o diferimento do pagamento dos impostos sobre a renda, incluída a legislação de sociedades controladas estrangeiras (legislação de "CFC") ou outra legislação similar.

Em testemunho do que os Plenipotenciários dos dois Estados Contratantes assinaram o presente Protocolo.

Feito em Caracas, aos 14 dias do mês de fevereiro de 2005, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	PELO GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA
Antonio Palocci Filho Ministro da Fazenda	Nelson Merentes Ministro de Finanças

DECRETO Nº 8.337, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial, firmado no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e

Considerando que a República Federativa do Brasil e a República Francesa firmaram, no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2008, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial;

Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Acordo por meio do Decreto Legislativo nº 425, de 12 de dezembro de 2013; e

Considerando que o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial entrou em vigor para a República Federativa do Brasil, no plano jurídico externo, em 20 de fevereiro de 2014, nos termos de seu Artigo 7º;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica promulgado o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na Área da Luta contra a Exploração Ilegal do Ouro em Zonas Protegidas ou de Interesse Patrimonial, firmado entre a República Federativa do Brasil e República Francesa, no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 2008, anexo a este Decreto.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional atos que possam resultar em revisão do Acordo e ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do **caput** do art. 49 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
José Eduardo Cardozo
Eduardo dos Santos
Edison Lobão

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA NA ÁREA DA LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO ILEGAL DO OURO EM ZONAS PROTEGIDAS OU DE INTERESSE PATRIMONIAL

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Francesa
(doravante denominados "Partes") ,

Desejando contribuir para a proteção e a conservação do patrimônio ambiental do Planalto das Guianas, especialmente por meio de uma parceria reforçada entre os órgãos de gestão dos parques nacionais do Brasil e da França;

Conscientes de que a extração ilegal de ouro ameaça, de um lado, a preservação e a proteção do patrimônio ambiental e, de outro, a saúde e segurança das populações que extraem tradicionalmente seus meios de subsistência da floresta;

Considerando o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Paris, em 28 de maio de 1996;

Tendo em vista o Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da França, celebrado em Brasília, em 12 de março de 1997;

Reconhecendo a necessidade de desenvolver sua cooperação para a prevenção e a repressão à extração ilegal de ouro,

Acordam o seguinte:

Artigo 1
Definições

Para os fins do presente Acordo, consideram-se:

a) "zonas protegidas ou interesse patrimonial": os territórios classificados como parque nacional e os territórios de fronteiras entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá, situados na faixa de 150 km de ambos os lados da fronteira, que são objetos de medidas de identificação, proteção ou conservação dos ecossistemas e dos habitats naturais;

b) "atividades de pesquisa e extração de ouro": toda atividade que consiste na extração de ouro do meio natural, por qualquer meio;

c) "título para pesquisa e lavra auríferas": autorização administrativa que confere a seu titular direitos exclusivos dentro de um determinado perímetro do território.

Artigo 2
Objeto

O presente Acordo tem por objeto reforçar a cooperação entre as Partes para a prevenção e a repressão das atividades de extração ilegal de ouro nas zonas protegidas ou de interesse patrimonial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Artigo 3
Regulamentação e Medidas Nacionais de Prevenção

1. As Partes se comprometem a instituir e implementar um regime interno completo de regulamentação e controle das atividades de pesquisa e lavra de ouro conduzidas nas zonas protegidas ou de interesse patrimonial pertencentes às suas respectivas jurisdições.

2. Com esse fim, cada Parte se compromete a:

a) submeter à autorização administrativa prévia as atividades de pesquisa e lavra aurífera;

b) submeter à autorização administrativa o exercício das atividades comerciais relativas ao ouro não transformado, especialmente as atividades de venda e revenda;

c) submeter as empresas que comercializam peneiras granulométricas (britadoras e moinhos) ou mercúrio à declaração de sua atividade às autoridades administrativas competentes.

3. As Partes se comprometem a submeter à autorização administrativa prévia o exercício, em seu território, da profissão de transportador fluvial de pessoas ou mercadorias na bacia do rio Oiapoque. As Partes cuidarão para que esta autorização seja expedida somente aos responsáveis por embarcações matriculadas junto às autoridades administrativas competentes.

4. As Partes definirão em seu ordenamento jurídico as garantias materiais, financeiras e profissionais, as quais se subordinam à concessão da autorização prévia para o exercício de uma atividade de pesquisa e lavra aurífera. Essas garantias devem prever as condições que permitem assegurar uma exploração de lavra aurífera tecnicamente correta e com respeito ao meio ambiente.

5. As Partes se comprometem a fazer com que as empresas e os empresários gestores que explorem jazidas de ouro em seus respectivos territórios sejam submetidos à obrigação de manter um registro de acompanhamento das entradas e saídas do metal e dos materiais utilizados para as atividades técnicas.

6. As Partes se comprometem a fazer com que as empresas e os empresários que comercializam peneiras granulométricas ou de mercúrio, ou que exerçam atividades comerciais relativas ao ouro não transformado, especialmente as atividades de venda e revenda, sejam submetidos à obrigação de manter um registro das transações.

7. As Partes se comprometem a fazer com que os registros mencionados pelo parágrafos 5 e 6 sejam mantidos à disposição das autoridades nacionais competentes e que essas autoridades possam consultá-los mediante solicitação.

Artigo 4
Medidas Penais

1. As Partes se comprometem a implementar, de conformidade com suas respectivas legislações, as medidas necessárias para assegurar a prevenção e repressão das seguintes atividades:

a) toda atividade de extração ilegal nas zonas protegidas ou de interesse patrimonial;

b) toda atividade de transporte, detenção, venda ou cessão de mercúrio efetuada sem autorização ou em violação das condições impostas pela legislação nacional;

c) toda atividade de comércio de ouro não transformado sem autorização, especialmente as atividades de venda e revenda.

2. As Partes se comprometem a sancionar as infrações mencionadas no parágrafo 1, de conformidade com suas respectivas legislações nacionais e no contexto da cooperação judiciária bilateral em matéria penal.

3. As Partes se comprometem a implementar, de conformidade com suas respectivas legislações nacionais, as medidas necessárias para permitir:

a) a retenção e o confisco do produto das infrações estabelecidas conforme o parágrafo 1;

b) a retenção, o confisco e, em última instância, a destruição, nos locais de extração ilegal, ou durante seu transporte em zona protegida ou de interesse patrimonial, dos bens, material e instrumentos utilizados para se cometerem as infrações estabelecidas conforme o parágrafo 1.

4. As Partes implementarão, de acordo com os princípios fundamentais de seu direito interno, os instrumentos processuais a fim de combater de modo eficaz as infrações mencionadas no parágrafo 1.

Artigo 5
Disposições de Cooperação

1. As Partes se comprometem a cooperar para definir os métodos admissíveis e os padrões comuns exigidos em matéria de pesquisa e lavra aurífera.

2. Com esse objetivo, as Partes cooperarão para instaurar e desenvolver formações profissionais comuns em benefícios das empresas brasileiras e francesas envolvidas em atividades de pesquisa e lavra de ouro nas zonas protegias ou de interesse patrimonial.

Artigo 6
Relações com outros Acordos Bilaterais

1. As Partes se comprometem a conceder mutuamente a cooperação judiciária recíproca mais ampla possível, de acordo com o Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, assinado em Paris em 28 de maio de 1996, em todo processo relativo às infrações mencionadas no parágrafo 1 do Artigo 4.

2. As disposições do Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Brasília, em 12 de março de 1997, são aplicáveis à cooperação relativa às infrações mencionadas no parágrafo 1 do Artigo 4.

Artigo 7
Entrada em Vigor

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a segunda notificação de cumprimento dos procedimentos legais exigidos segundo o direito interno de cada Parte.

2. O presente Acordo tem vigência por prazo indeterminado.

Artigo 8
Solução de Controvérsias

Toda controvérsia que possa surgir da interpretação ou implementação do presente Acordo será dirimida por negociação direta entre as Partes por via diplomática.

Artigo 9
Denúncia e Emendas

Qualquer Parte poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo dirigindo à Outra, por via diplomática, uma notificação de denúncia. A desconstituição terá efeito seis meses após a data do recebimento da notificação.

Feito no Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA

Bernard Kouchner
Ministro dos Negócios Estrangeiros

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Miracatu, Estado de São Paulo.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.034665/2013-87,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., o imóvel delimitado pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situado às margens da Rodovia Régis Bittencourt, BR-116/SP, localizado no Município de Miracatu, Estado de São Paulo, necessário à complementação da execução das obras de duplicação da Serra do Cafezal, no trecho entre o km 348+800m ao km 363+000m.

Parágrafo único. Inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 7337644,134358 e E= 273826,290237, constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 235°25'27" e distância de 144,97m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 241°36'20" e distância de 140,48m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 238°16'38" e distância de 163,14m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 241°05'21" e distância de 30,27m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 356°56'21" e distância de 53,54m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 351°22'02" e distância de 65,76m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 2°25'22" e distância de 26,41m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 16°28'06" e distância de 26,57m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 27°31'23" e distância de 26,56m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 39°19'29" e distância de 26,51m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 51°04'06" e distância de 26,30m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 62°53'46" e distância de 26,89m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 74°46'55" e distância de 26,55m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 86°35'27" e distância de 26,55m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 98°25'33" e distância de 27,12m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 96°09'54" e distância de 35,87m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 94°03'02" e distância de 53,12m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 89°55'46" e distância de 70,57m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 85°19'05" e distância de 90,24m; segmento 20 - 1, em linha reta com azimute 80°03'47" e distância de 10,89m; fechando, assim, a área com 49.536,93m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terreno e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária BR-040 S.A., o imóvel que menciona, localizado no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.045826/2014-49,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária BR-040 S.A., o imóvel delimitado pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situado à margem da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, localizado no Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais, necessário à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P06, no km 328+700m.

Parágrafo único. Inicia-se o perímetro no ponto P_00, de coordenadas E=497775.688m e N=7947350.385m; deste, segue confrontando com Francisco Eustáquio Alves com azimute de 125°29'08" e distância de 51,77m até o ponto P_01, de coordenadas E=497817.842m e N= 7947320.333m; deste, segue confrontando com Francisco Eustáquio Alves com azimute de 157°55'47" e distância de 105,05m até o ponto P_02, de coordenadas E=497857.315m e N=7947222.979m; deste, segue confrontando com Francisco Eustáquio Alves com azimute de 194°45'09" e distância de 47,42m até o ponto P_03, de coordenadas E=497845.240m e N=7947177.122m; deste, segue confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, com azimute de 338°07'42" e distância de 186,70m até o ponto P_00, de coordenadas E=497775.688m e N=7947350.385m; fechando, assim, o perímetro com 390,94m e a área com 4.099,59m².

Art. 2º Fica a concessionária BR-040 S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
Paulo Sérgio Oliveira Passos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Rota do Oeste S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.063748/2014-64,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária Rota do Oeste S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia BR-163/MT, localizados no Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo tipo trombeta no km 102+000m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P1.01, de coordenadas N = 8.158.922,640 e E = 746.137,031, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento P1.01 - P1.02, em linha reta com azimute 63,3781 e distância de 100,00m; segmento P1.02 - P1.03, em linha reta com azimute 333,3782 e distância de 428,00m; segmento P1.03 - P1.04, em linha reta com azimute 243,3781 e distância de 100,00m; segmento P1.04 - P1.01, em linha reta com azimute 153,3782 e distância de 428,00m; com a área - lado direito - de 42.797,21m²; e

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto denominado P1.05, de coordenadas N = 8.159.274,453 e E = 745.882,400, sendo constituído pelos segmentos a seguir relacionados: segmento P1.05 - P1.06, em linha reta com azimute 206,3667° e distância de 312,55m; segmento P1.06 - P1.07, em linha reta com azimute 153,3782° e distância de 42,00m; segmento P1.07 - P1.08, em linha reta com azimute 101,9015° e distância de 319,00m; segmento P1.08 - P1.05, em linha reta com azimute 333,3796° e distância de 428,80m; com a área - lado esquerdo - de 58.752,14m².

Art. 2º Fica a Concessionária Rota do Oeste S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Rota do Oeste S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Itiquira, Rondonópolis, Campo Verde, Cuiabá, Jangada, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, Estado do Mato Grosso.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.042850/2014-26,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Concessionária Rota do Oeste S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia BR-163/MT, localizados nos Municípios de Itiquira, Rondonópolis, Campo Verde, Cuiabá, Jangada, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso, Estado do Mato Grosso, necessários à execução das obras de implantação das praças de pedágio PP01, PP02, PP04, PP05, PP07, PP08 e PP09:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P1.01, de coordenadas N = 8.094.542,031 e E = 738.368,272, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P1.01 - P1.02, em linha reta com azimute de 94.0301° e distância de 50,00m; segmento P1.02 - P1.03, em linha reta com azimute de 4.0303° e distância de 500,00m; segmento P1.03 - P1.04, em linha reta com azimute de 274.0312° e distância de 50,00m; segmento P1.04 - P1.05, em linha reta com azimute de 183.197° e distância de 250,03m; segmento P1.05, P1.01 - em linha reta com azimute de 184.8636° e distância de 250,03m; com área de 24.090,85m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P2.01, de coordenadas N = 8.185.852,249 e E = 744.119,892, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P2.01 - P2.02, em linha reta com azimute de 99.1407° e distância de 50,00m; segmento P2.02 - P2.03, em linha reta com azimute de 9.1404° e distância de 600,00m; segmento P2.03 - P2.04, em linha reta com azimute de 279.1407° e distância de 50,00m; segmento P2.04 - P2.01, em linha reta com azimute de 189.1404° e distância de 600,00m; perfazendo uma área de 30.000,00m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto P4.01, de coordenadas N = 8.263.638,169 e E = 625.720,191, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P4.01 - P4.02, em linha reta com azimute de 181.6285° e distância de 55,00m; segmento P4.02 - P4.03, em linha reta com azimute de 271.6292° e distância de 600,00m; segmento P4.03 - P4.04, em linha reta com azimute de 1.6295° e distância de 55,00m; segmento P4.04 - P4.01, em linha reta com azimute de 91.6292° e distância de 600,00m; com área de 33.000,00m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto P5.01, de coordenadas N = 8.302.645,921 e E = 562.777,519, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P5.01 - P5.02, em linha reta com azimute de 248.5712° e distância de 55,00m; segmento P5.02 - P5.03, em linha reta com azimute de 338.5704° e distância de 500,00m; segmento P5.03 - P5.04, em linha reta com azimute de 68.5702° e distância de 55,00m; segmento P5.04 - P5.01, em linha reta com azimute de 158.5704° e distância de 500,00m; com área de 27.500,00m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto P7.01, de coordenadas N = 8.460.784,228 e E = 597.957,786, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P7.01 - P7.02 em linha reta com azimute de 97.3336° e distância de 45,00m; segmento P7.02 - P7.03, em linha reta com azimute de 7.3335° e distância de 400,00m; segmento P7.03 - P7.04, em linha reta com azimute de 277.3335° e distância de 45,00m; segmento P7.04 - P7.01, em linha reta com azimute de 187.3334° e distância de 400,00m; com área de 18.000,00m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no ponto P8.01, de coordenadas N = 8.533.045,156 e E = 605.814,941, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P8.01 - P8.02, em linha reta com azimute de 113.6074° e distância de 45,00m; segmento P8.02 - P8.03, em linha reta com azimute de 23.6071° e distância de 400,00m; segmento P8.03 - P8.04, em linha reta com azimute de 293.6074° e distância de 45,00m; segmento P8.04 - P8.01, em linha reta com azimute de 203.6071° e distância de 400,00m; com área de 18.000,00m²; e

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no ponto P9.01, de coordenadas N = 8.624.063,484 e E = 646.221,020, constituído pelos segmentos relacionados: segmento P9.01 - P9.02, em linha reta com azimute de 126.9409° e distância de 45,00m; segmento P9.02 - P9.03, em linha reta com azimute de 36.9406° e distância de 400,00m; segmento P9.03 - P9.04, em linha reta com azimute de 306.9399° e distância de 45,00m; segmento P9.04 - P9.01, em linha reta com azimute de 216.9407° e distância de 400,00m; com área de 18.000,00m².

Art. 2º Fica a Concessionária Rota do Oeste S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a Concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Planalto Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Mafra, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.034181/2014-19,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Planalto Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia BR-116/SC, localizados no Município de Mafra, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de trevo em desnível no km 004+500m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.108.383.100m e E 618.676.083 m; deste, segue com azimute de 232°35'12"' e distância de 109,25m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-116/SC, até o vértice 1, de coordenadas N 7.108.317.533m e E 618.588.696m; deste, segue com azimute de 322°35'12" e distância de 2,62m até o vértice 2, de coordenadas N 7.108.319.630m e E 618.587.123m; deste, segue com azimute de 45°28'05" e distância de 35,78m até o vértice 3, de coordenadas N 7.108.344.485m e E 618.612.861m; deste, segue com azimute de 54°29'13" e distância de 58,15m até o vértice 4, de coordenadas N 7.108.377.825m e E 618.660.510m; deste, segue com azimute de 45°56'38" e distância de 15,73 m até o vértice 5, de coordenadas N 7.108.388.656m e E 618.671.852m; deste, segue com azimute de 142°35'12" e distância de 6,95m, confrontando área 2, até o vértice 0=PP, início da descrição; fechando o perímetro com área de 620,10m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.108.383.100m e E 618.676.083m; deste, segue com azimute de 322°35'12" e distância de 6,95m, confrontando com área 1, até o vértice 1, de coordenadas N 7.108.388.656m e E 618.671.852m; deste, segue com azimute de 45°56'37" e distância de 5,35m até o vértice 2, de coordenadas N 7.108.392.341m e E 618.675.795m; deste, segue com azimute de 16°55'19" e distância de 42,70m até o vértice 3, de coordenadas N 7.108.433.073m e E 618.688.601m; deste, segue com azimute de 105°33'34" e distância de 5,68m até o vértice 4, de coordenadas N 7.108.431.497m e E 618.694.062m; deste, segue com azimute de 195°33'34" e distância de 46,37m, confrontando Avenida Presidente Nereu Ramos, até o vértice 5, de coordenadas N 7.108.386.946m e E 618.660.510m; deste, com azimute de 232°35'12" e distância de 6,41m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-116/SC, até o vértice 0=PP, início da descrição; fechando o perímetro com área de 319,29m²; e

III - área 3 - inicia-se o perímetro no vértice 0=PP, de coordenadas N 7.108.416.730m e E 618.720.906m; deste, segue com azimute de 232°35'12" e distância de 16,64m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia BR-116/SC, até o vértice 1, de coordenadas N 7.108.406.745m e E 618.707.598m; deste, segue com azimute de 15°33'14" e distância de 30,01m, confrontando Avenida Presidente Nereu Ramos, até o vértice 2, de coordenadas N 7.108.435.581m e E 618.715.913m; deste, segue com azimute de 172°40'17" e distância de 16,76m até o vértice 3, de coordenadas N 7.108.418.937m e E 618.717.897m; deste, segue com azimute de 125°42'50" e distância de 3,73m até o vértice 0=PP, início da descrição; fechando o perímetro com área de 127,51m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Planalto Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.028499/2014-61,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, localizados no Município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de rua lateral no trecho entre o km 135+260m e o km 136+310m, na Pista Norte:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N(Y)7.010.631,014m e E(X)736.126,933m, situado no limite com Rio Camboriú e Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos; deste, segue com azimute de 109°19'07" e distância de 76,63m, confrontando com Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7.010.605,662m e E(X)736.199,251m; deste, segue com azimute de 113°44'10" e distância de 59,31m, confrontando com Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7.010.581,789m e E(X)736.253,543m; deste, segue com azimute de 113°54'39" e distância de 56,36m, confrontando com Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7.010.558,944m e E(X)736.305,069m; deste, segue com azimute de 116°41'06" e distância de 42,08m, confrontando com Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7.010.540,048m e E(X)736.342,663m; deste, segue com azimute de 128°09'00" e distância de 10,32m, confrontando Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P6, de coordenadas N(Y)7.010.533,671m e E(X)736.350,782m; deste, segue com azimute de 173°21'04" e distância de 9,26m, confrontando com Safo Indústria e Comércio de Confecções e Tecidos, até o vértice P7, de coordenadas N(Y)7.010.524,473m e E(X)736.351,854m; deste, segue com azimute de 296°51'42" e distância de 31,33m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P8, de coordenadas N(Y)7.010.538,631m e E(X)736.323,900m; deste, segue com azimute de 295°31'51" e distância de 17,29m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P9, de coordenadas N(Y)7.010.546,083m e E(X)736.308,298m; deste, segue com azimute de 294°08'54" e distância de 26,90m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P10, de coordenadas N(Y)7.010.557,089m e E(X)736.283,751m; deste, segue com azimute de 291°22'57" e distância de 28,02m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P11, de coordenadas N(Y)7.010.567,304m e E(X)736.257,661m; deste, segue com azimute de 290°18'16" e distância de 27,43m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P12, de coordenadas N(Y)7.010.576,822m e E(X)736.231,936m; deste, segue com azimute de 289°26'50" e distância de 26,87m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P13, de coordenadas N(Y)7.010.585,769m e E(X)736.206,596m; deste, segue com azimute de 289°14'43" e distância de 27,59m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P14, de coordenadas N(Y)7.010.594,864m e E(X)736.180,546m; deste, segue com azimute de 289°19'42" e distância de 26,81m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P15, de coordenadas N(Y)7.010.603,738m e E(X)736.155,247m; deste, segue com azimute de 288°19'49" e distância de 26,05m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P16, de coordenadas N(Y)7.010.611,931m e E(X)736.130,516m; deste, segue com azimute de 288°48'25" e distância de 21,58m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P17, de coordenadas N(Y)7.010.618,888m e E(X)736.110,089m; deste, segue com azimute de 18°51'58" e distância de 2,51m, confrontando com Rio Camboriú, até o vértice P18, de coordenadas N(Y)7.010.621,260m e E(X)736.110,900m; deste, segue com azimute de 58°41'15" e distância de 18,77m, confrontando com Rio Camboriú, até o vértice P1, de coordenadas N(Y)7.010.631,014m e E(X)736.126,933m; fechando o perímetro com 535,12m e a área total de 3.348,14m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N(Y)7.010.468,762m e E(X)736.453,934m; deste, segue com azimute de 119°54'28" e distância de 22,69m, confrontando com Edgard Rubens Eigen, até o vértice P2, de coordenadas N(Y)7.010.457,448m e E(X)736.473,605m; deste, segue com azimute de 188°04'31" e distância de 9,03m, confrontando com Antonio Bernardo Schauffert Junior, até o vértice P3, de coordenadas N(Y)7.010.448,507m e E(X)736.472,336m; deste, segue com azimute de 307°29'12" e distância de 11,16m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P4, de coordenadas N(Y)7.010.455,398m e E(X)736.463,481m; deste, segue com azimute de 304°37'19" e distância de 17,08m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P5, de coordenadas N(Y)7.010.465,001m e E(X)736.449,427m; deste, segue com azimute de 50°09'51" e distância de 5,87m, confrontando com Edgard Rubens Eigen, até o vértice P1, de coordenadas N(Y)7.010.468,762m e E(X)736.453,927m; fechando o perímetro com 65,83m e a área com 170,61m²; e

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N(Y) 7.010.457,448m e E(X)736.473,605m, situado no limite com Edgard Rubens Eigen e Antonio Bernardo Schauffert Junior; deste, segue com azimute de 119°54'28" e distância de 27,20m, confrontando com Antonio Bernardo Schauffert Junior, até o vértice P2, de coordenadas N(Y) 7.010.443,884m e E(X)736.497,185m; deste, segue com azimute de 189°39'45" e distância de 11,49m, confrontando com Antonio Bernardo Schauffert Junior, até o vértice P3, de coordenadas N(Y) 7.010.432,560m e E(X)736.495,257m; deste, segue com azimute de 130°48'22" e distância de 36,84m, confrontando com Antonio Bernardo Schauffert Junior, até o vértice P4, de coordenadas N(Y) 7.010.408,487m e E(X)736.523,141m; deste, segue com azimute de 219°59'37" e distância de 0,76m, confrontando com Antonio Bernardo Schauffert Junior, até o vértice P5, de coordenadas N(Y) 7.010.407,906m e E(X)736.522,653m; deste, segue com azimute de 309°59'37" e distância de 36,45m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P6, de coordenadas N(Y) 7.010.431,331m e E(X)736.494,731m; deste, segue com azimute de 307°29'12" e distância de 6,75m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P7, de coordenadas N(Y) 7.010.435,441m e E(X)736.489,371m; deste, segue com azimute de 307°29'12" e distância de 21,47m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, até o vértice P8, de coordenadas N(Y) 7.010.448,507m e E(X)736.472,336m; deste, segue com azimute de 8°04'31" e distância de 9,03m, confrontando com Edgard Rubens Eigen, até o vértice P1, de coordenadas N(Y) 7.010.457,448m e E(X)736.473,605m; fechando o perímetro com 149,99m e a área com 314,75m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.014954/2014-41,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia BR-376/PR, localizados no Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, necessários à execução das obras de implantação trevo no km 637+260m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.148.674,49m e E 688.128,45m, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 160°46'51" e distância de 157,91m, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N 7.148.525,38m e E 688.180,43m; deste, segue com azimute de 253°49'34" e distância de 25,01m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P3, de coordenadas N 7.148.518,42m e E 688.156,42m; deste, segue com azimute de 359°01'26" e distância de 20,60m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P4, de coordenadas N 7.148.539,02m e E 688.156,07m; deste, segue com azimute de 341°34'58" e distância de 46,82m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P5, de coordenadas N 7.148.583,44m e E 688.141,27m; deste, segue com azimute de 348°15'59" e distância de 22,12m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P6, de coordenadas N 7.148.605,10m e E 688.136,78m; deste, segue com azimute de 352°04'54" e distância de 40,36m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P7, de coordenadas N 7.148.645,07m e E 688.131,22m; deste, segue com azimute de 354°38'11" e distância de 29,55m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P1, de coordenadas N 7.148.674,49m e E 688.128,45m; fechando, assim, o perímetro com 342,37m e a área com 2.192,21m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7148525,38 e E 688180,43, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR; deste, segue com azimute de 160°48'24" e distância de 174,76m, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P2, de coordenadas N 7148360,33 e E 688237,89; deste, segue com azimute de 332°04'55" e distância de 16,33m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P3, de coordenadas N 7148374,76 e E 688230,24; deste, segue com azimute de 294°20'57" e distância de 11,29m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P4, de coordenadas N 7148379,42 e E 688219,96; deste, segue com azimute de 327°16'05" e distância de 56,80m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P5, de coordenadas N 7148427,19 e E 688189,25; deste, segue com azimute de 344°40'21" e distância de 46,06m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P6, de coordenadas N 7148471,62 e E 688177,07; deste, segue com azimute de 334°53'12" e distância de 24,39m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P7, de coordenadas N 7148493,71 e E 688166,72; deste, segue com azimute de 333°50'52" e distância de 23,22m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P8, de coordenadas N 7148514,55 e E 688156,48; deste, segue com azimute de 359°01'25" e distância de 3,87m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P9, de coordenadas N 7148518,42 e E 688156,42; deste, segue com azimute de 73°49'34" e distância de 25,01m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P1, de coordenadas N 7148525,38 e E 688180,43; fechando, assim, o perímetro com 381,73m e a área com 3.241,31m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.148.548,39m e E 688.252,28m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, deste; segue com azimute de 123°20'27" e distância de 45,02m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, até o vértice P2, de coordenadas N 7.148.523,64m e E 688.289,89m; deste, segue com azimute de 164°30'05" e distância de 29,45m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P3, de coordenadas N 7.148.495,27m e E 688.297,76m; deste, segue com azimute de 171°50'34" e distância de 64,21m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P4, de coordenadas N 7.148.431,71m e E 688.306,87m; deste, segue com azimute de 176°31'52" e distância de 28,50m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P5, de coordenadas N 7.148.403,26m e E 688.308,59m; deste, segue com azimute de 160°09'21" e distância de 4,99m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P6, de coordenadas N 7.148.398,57m e E 688.310,28m; deste, segue com azimute de 292°54'11" e distância de 14,73m, confrontando neste trecho com terras de Ademir Galante e outros, até o vértice P7, de coordenadas N 7.148.404,30m e E 688.296,71m; deste, segue com azimute de 340°48'13" e distância de 150,87m, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P8, de coordenadas N 7.148.546,78m e E 688.247,11m; deste, segue com azimute de 72°46'06" e distância de 5,41m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P1, de coordenadas N 7.148.548,39m e E 688.252,28m; fechandoe, assim, o perímetro com 343,18m e a área com 3.583,30 m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.148.404,30m e E 688.296,71m, confrontando neste trecho com terras de Ademir Galante e outros, deste, segue com azimute de 112°54'12" e distância de 14,73m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P2, de coordenadas N 7.148.398,57m e E 688.310,28m; deste, segue com azimute de 160°09'21" e distância de 31,75m, confrontando neste trecho com terras de Ademir Galante e outros, até o vértice P3, de coordenadas N 7.148.368,71m e E 688.321,06m; deste, segue com azimute de 178°29'58" e distância de 20,95m, confrontando neste trecho com terras de Ademir Galante e outros, até o vértice P4, de coordenadas N 7.148.347,77m e E 688.321,61m; deste, segue com azimute de 168°41'47" e distância de 36,17m, confrontando neste trecho com terras de Ademir Galante e outros, até o vértice P5, de coordenadas N 7.148.312,30m e E 688.328,70m; deste, segue com azimute de 340°49'43" e distância de 97,40m, confrontando com o limite da faixa de domínio da Rodovia BR-376/PR, até o vértice P1, de coordenadas N 7.148.404,30m e E 688.296,71m; fechando, assim, o perímetro com 200,99m e a área com 657,97m²;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

V - área 5 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7.148.575,52m e E 688.277,20m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas; deste, segue com azimute de 159°41'13" e distância de 5,62m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, até o vértice P2, de coordenadas N 7.148.570,24m e E 688.279,15m; deste, segue com azimute de 178°29'40" e distância de 19,80m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, até o vértice P3, de coordenadas N 7.148.550,45m e E 688.279,67m; deste, segue com azimute de 158°25'02" e distância de 25,29m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, até o vértice P4, de coordenadas N 7.148.526,94m e E 688.288,97m; deste, segue com azimute de 164°30'05" e distância de 3,42m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugenia dos Santos Ribas, até o vértice P5, de coordenadas N 7.148.523,64m e E 688.289,89m; deste, segue com azimute de 303°20'27" e distância de 45,02m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P6, de coordenadas N 7.148.548,39m e E 688.252,28m; deste, segue com azimute de 42°34'27" e distância de 36,84m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P1, de coordenadas N 7.148.575,52m e E 688.277,20m; fechando, assim, o perímetro com 135,99m e a área com 746,22m²; e

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no vértice P1, de coordenadas N 7148825,168 e E 688155,638, situado no limite com terras de proprietário não identificado; deste, segue com azimute de 104°56'24" e distância de 3,92m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P2, de coordenadas N 7148824,157 e E 688159,427; deste, segue com azimute de 145°05'14" e distância de 9,55m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P3, de coordenadas N 7148816,324 e E 688164,894; deste, segue com azimute de 164°07'54" e distância de 24,81m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P4, de coordenadas N 148792,462 e E 688171,677; deste, segue com azimute de 149°25'10" e distância de 34,00m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P5, de coordenadas N 7148763,19 e E 688188,975; deste, segue com azimute de 157°51'24" e distância de 69,16m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P6, de coordenadas N 7148699,129 e E 688215,044; deste, segue com azimute de 141°14'46" e distância de 35,89m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P7, de coordenadas N 7148671,137 e E 688237,513; deste, segue com azimute de 151°22'50" e distância de 35,73m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P8, de coordenadas N 7148639,773 e E 688254,627; deste, segue com azimute de 161°04'53" e distância de 46,74m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P9, de coordenadas N 7148595,556 e E 688269,782; deste, segue com azimute de 159°41'15" e distância de 21,37m, confrontando neste trecho com terras de proprietário não identificado, até o vértice P10, de coordenadas N 7148575,516 e E 688277,2; deste, segue com azimute de 222°34'24" e distância de 36,84m, confrontando neste trecho com terras de João Macedo Ribas e Eugênia dos Santos Ribas, até o vértice P11, de coordenadas N 7148548,386 e E 688252,276; deste, segue com azimute de 252°46'25" e distância de 5,41m, confrontando neste trecho com terras do espólio de José Gruntowski, até o vértice P12, de coordenadas N 7148546,783 e E 688247,106; deste, segue com azimute de 340°46'51" e distância de 184,71m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P13, de coordenadas N 7148721,194 e E 688186,304; deste, segue com azimute de 341°03'32" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P14, de coordenadas N 7148731,451 e E 688182,784; deste, segue com azimute de 341°37'01" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P15, de coordenadas N 7148741,742 e E 688179,364; deste, segue com azimute de 342°10'24" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P16, de coordenadas N 7148752,066 e E 688176,044; deste, segue com azimute de 342°43'59" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P17, de coordenadas N 7148762,422 e E 688172,825; deste, segue com azimute de 343°17'23" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P18, de coordenadas N 7148772,808 e E 688169,707; deste, segue com azimute de 343°50'52" e distância de 10,85m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P19, de coordenadas N 7148783,225 e E 688166,69; deste, segue com azimute de 344°24'05" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P20, de coordenadas N 7148793,67 e E 688163,774; deste, segue com azimute de 344°57'37" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P21, de coordenadas N 7148804,143 e E 688160,96; deste, segue com azimute de 345°31'04" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P22, de coordenadas N 7148814,643 e E 688158,248; deste, segue com azimute de 346°04'22" e distância de 10,84m, confrontando neste trecho com a BR-376/PR, até o vértice P1, de coordenadas N 7148825,168 e E 688155,638; fechando, assim, o perímetro com 616,58m e a área com 6.895,54m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, no art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.033085/2014-53,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Transbrasiliana, BR-153/SP, necessários à execução das obras de implantação de dispositivo no km 072+860m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P1 (E: 664.258,99m e N: 7.690.568,18m); deste, segue com AZPlano=125º19'30,71" e distância de 11,60m, chega-se ao ponto P2 (E: 664.268,46m e N: 7.690.561,47m); deste, segue com AZPlano=149º56'18,54" e distância de 11,30m, chega-se ao ponto P3 (E: 664.274,13m e N: 7.690.551,68m); deste, segue com AZPlano=210º45'35,82" e distância de 6,46m, chega-se ao ponto P4 (E: 664.270,82m e N: 7.690.546,13m); deste, segue com AZPlano=183º50'59,21" e distância de 24,49m, chega-se ao ponto P5 (E: 664.269,18m e N: 7.690.521,69m); deste, segue com AZPlano=183º46'28,03" e distância de 15,63m, chega-se ao ponto P6 (E: 664.268,15m e N: 7.690.506,08m); deste, segue com AZPlano=190º39'23,98" e distância de 21,77m, chega-se ao ponto P7 (E: 664.264,12m e N: 7.690.484,68m); deste, segue com AZPlano=201º22'23,35"e distância de 12,34m, chega-se ao ponto P8 (E: 664.259,62m e N: 7.690.473,19m); deste, segue com AZPlano=175º20'53,74" e distância de 20,73m, chega-se ao ponto P9 (E: 664.261,30m e N: 7.690.452,52m); deste, segue com AZPlano=190º20'19,98" e distância de 15,14m, chega-se ao ponto P10 (E: 664.258,58m e N: 7.690.437,62m); deste, segue com AZPlano=211º6'26,84" e distância de 10,19m, chega-se ao ponto P11 (E: 664.253,32m e N: 7.690.428,89m); deste, segue com AZPlano=226º52'31,49" e distância de 13,06m, chega-se ao ponto P12 (E: 664.243,78m e N: 7.690.419,96m); deste, segue com AZPlano=243º48'57,13" e distância de 11,74m, chega-se ao ponto P13 (E: 664.233,24m e N: 7.690.414,78m); deste, segue com AZPlano=263º36'24,60" e distância de 11,93m, chega-se ao ponto P14 (E: 664.221,38m e N: 7.690.413,45m); deste, segue com AZPlano=233º12'36,16" e distância de 20,67m, chega-se ao ponto P15 (E: 664.204,82m e N: 7.690.401,07m); deste, segue com AZPlano= 212º55'22,99" e distância de 50,33m, chega-se ao ponto P16 (E: 664.177,47m e N: 7.690.358,82m); deste, segue com AZPlano=218º1'31,57" e distância de 12,82m, chega-se ao ponto P17 (E: 664.169,57m e N: 7.690.348,72m); deste, segue com AZPlano=240º12'56,87" e distância de 15,30m, chega-se ao ponto P18 (E: 664.156,28m e N: 7.690.341,11m); deste, segue com AZPlano=54º13'37,00" e distância de 18,98m, chega-se ao ponto P19 (E: 664.138,01m e N: 7.690.335,95m); deste, segue com AZPlano=279º26'59,48" e distância de 15,56m, chega-se ao ponto P20 (E: 664.122,66m e N: 7.690.338,51m); deste, segue com AZPlano=291º53'0,61" e distância de 14,86m, chega-se ao ponto P21 (E: 664.108,87m e N: 7.690.344,05m); deste, segue com AZPlano=305º18'27,21" e distância de 7,19m, chega-se ao ponto P22 (E: 664.102,99m e N: 7.690.348,21m); deste, segue com AZPlano=35º10'13,91" e distância de 120,72m, chega-se ao ponto P23 (E: 664.172,53m e N: 7.690.446,89m); deste, segue com AZPlano=35º28'58,12" e distância de 148,94m, chega-se ao ponto P1; fechando-se, assim, o perímetro com 611,87m e a área com 13.969,22m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P1 (E: 664.259,12m e N: 7.690.654,47m); deste, segue com AZPlano=215º25'51,03" e distância de 141,15m, chega-se ao ponto P2 (E: 664.177,29m e N: 7.690.539,45m); deste, segue com AZPlano=177º10'13,88" e distância de 1,23m, chega-se ao ponto P3 (E: 664.177,35m e N: 7.690.538,22m); deste, segue com AZPlano=215º38'23,64" e distância de 201,03m, chega-se ao ponto P4 (E: 664.060,21m e N: 7.690.374,84m); deste, segue com AZPlano=305º23'30,06" e distância de 8,38m, chega-se ao ponto P5 (E: 664.053,38m e N: 7.690.379,70m); deste, segue com AZPlano=327º25'44,59"e distância de 11,14m, chega-se ao ponto P6 (E: 664.047,38m e N: 7.690.389,09m); deste, segue com AZPlano=339º43'52,25" e distância de 12,57m, chega-se ao ponto P7 (E: 664.043,02m e N: 7.690.400,88m); deste, segue com AZPlano=352º6'53,05" e distância de 10,06m, chega-se ao ponto P8 (E: 664.041,64m e N: 7.690.410,85m); deste, segue com AZPlano=7º55'51,07" e distância de 11,55m, chega-se ao ponto P9 (E: 664.043,24m e N: 7.690.422,30m); deste, segue com AZPlano=45º14'53,42" e distância de 6,81m, chega-se ao ponto P10 (E: 664.048,07m e N: 7.690.427,10m); deste, segue com AZPlano=17º28'59,15" e distância de 20,10m, chega-se ao ponto P11 (E: 664.054,11m e N: 7.690.446,27m); deste, segue com AZPlano=39º28'50,59" e distância de 48,51m, chega-se ao ponto P12 (E: 664.084,96m e N: 7.690.483,72m); deste, segue com AZPlano=27º12'5,03" e distância de 10,15m, chega-se ao ponto P13 (E: 664.089,60m e N: 7.690.492,74m); deste, segue com AZPlano=11º37'15,96" e distância de 8,49m, chega-se ao ponto P14 (E: 664.091,31m e N: 7.690.501,07m); deste, segue com AZPlano=356º30'33,88" e distância de 18,68m, chega-se ao ponto P15 (E: 664.090,17m e N: 7.690.519,72m); deste, segue com AZPlano=16º14'45,41" e distância de 13,91m, chega-se ao ponto P16 (E: 664.094,07m e N: 7.690.533,08m); deste, segue com AZPlano=31º4'23,14" e distância de 15,64m, chega-se ao ponto P17 (E: 664.102,14m e N: 7.690.546,48m); deste, segue com AZPlano=60º11'16,49" e distância de 18,91m, chega-se ao ponto P18 (E: 664.118,55m e N: 7.690.555,89m); deste, segue com AZPlano=85º54'54,29" e distância de 15,32m, chega-se ao ponto P19 (E: 664.133,83m e N: 7.690.556,98m); deste, segue com AZPlano=65º42'34,14" e distância de 14,07m, chega-se ao ponto P20 (E: 664.146,66m e N: 7.690.562,77m); deste, segue com AZPlano=50º27'31,04" e distância de 38,99m, chega-se ao ponto P21 (E: 664.176,73m e N: 7.690.587,59m); deste, segue com AZPlano=46º5'33,65" e distância de 28,65m, chega-se ao ponto P22 (E: 664.197,38m e N: 7.690.607,46m); deste, segue com AZPlano=35º52'58,46" e distância de 91,01m, chega-se ao ponto P23, (E: 664.250,72m e N: 7.690.681,21m); deste, segue com AZPlano=163º15'47,48" e distância de 28,25m, chega-se ao ponto P1; fechando-se assim o perímetro com 774,70m e a área com 13.537,29m²; e

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto P1 (E: 664.369,91m e N: 7.690.837,02m); deste, segue com AZPlano=215º30'49,94" e distância de 50,00m, chega-se ao ponto P2 (E: 664.340,87m e N: 7.690.796,33m); deste, segue com AZPlano=305º30'49,94" e distância de 20,00m, chega-se ao ponto P3 (E: 664.324,59m e N: 7.690.807,94m); deste, segue com AZPlano=35º30'49,94" e distância de 50,00m, chega-se ao ponto P4 (E: 664.353,63m e N: 7.690.848,64m); deste, segue com AZPlano=125º30'49,94" e distância de 20,00m, chega-se ao ponto P1; fechando-se assim o perímetro com 140,00m e a área com 1.000,00m².

Parágrafo único. As coordenadas descritas no **caput** estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000, e os azimutes verdadeiros e as distâncias, áreas e perímetros calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Jequié, Estado da Bahia.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.019091/2014-06,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Santos Dumont, BR-116/BA, localizados no Município de Jequié, Estado da Bahia, necessários à execução das obras de duplicação do trecho entre o km 653+000m e o km 674+700m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8486260,644417 e E= 381681,460981, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 180°55'11" e distância de 34,87m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 174°22'3" e distância de 15,21m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 187°45'43" e distância de 13,23m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 199°0'10" e distância de 8,71m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 208°7'10" e distância de 9,03m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 230°24'37" e distância de 8,49m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 258°32'21" e distância de 13,14m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 15°32'21" e distância de 83,46m; segmento 9 - 1, em linha reta com azimute 35°54'33" e distância de 8,55m; com a área de 1.132,80m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8486084,327441 e E= 381546,308042, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 195°32'21" e distância de 253,12m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 354°11'18" e distância de 15,26m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 9°47'37" e distância de 62,36m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 15°32'21" e distância de 40,74m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 20°4'28" e distância de 24,66m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 12°19'11" e distância de 15,62m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 20°53'1" e distância de 35,40m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 23°38'8" e distância de 15,59m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 16°35'23" e distância de 39,63m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 23°42'57" e distância de 5,69m; segmento 11 - 1, em linha reta com azimute 105°32'21" e distância de 3,70m; com a área de 2.119,13m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8485653,809605 e E= 381426,59749, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 195°32'21" e distância de 61,02m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 195°31'17" e distância de 9,03m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 195°24'50" e distância de 9,11m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 195°11'56" e distância de 9,19m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 194°52'36" e distância de 9,26m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 194°26'49" e distância de 9,34m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 193°54'36" e distância de 9,41m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 193°15'55" e distância de 9,49m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 192°30'48" e distância de 9,56m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 191°39'15" e distância de 9,63m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 190°41'13" e distância de 9,72m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 189°36'13" e distância de 10,24m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 188°28'31" e distância de 10,24m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 349°8'48" e distância de 61,17m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 14°55'8" e distância de 18,82m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 22°36'34" e distância de 52,40m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 31°50'45" e distância de 37,27m; segmento 18 - 1, em linha reta com azimute 36°19'29" e distância de 14,59m; com a área de 2.411,68m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8485144,243787 e E= 381396,334922, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 176°4'22" e distância de 231,10m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 175°56'29" e distância de 10,66m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 263°9'48" e distância de 7,10m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 352°50'20" e distância de 29,99m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 357°48'7" e distância de 29,78m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 349°6'9" e distância de 10,21m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 354°32'26" e distância de 25,47m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 350°1'26" e distância de 29,24m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 355°18'22" e distância de 7,16m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 358°44'3" e distância de 44,37m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 358°30'58" e distância de 59,81m; segmento 12 - 1, em linha reta com azimute 48°9'58" e distância de 10,59m; com a área de 2.362,89m²;

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8483921,590888 e E= 381528,290969, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 166°42'55" e distância de 93,64m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 324°16'42" e distância de 13,82m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 339°29'35" e distância de 21,62m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 341°39'58" e distância de 10,55m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 344°26'47" e distância de 10,36m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 347°54'7" e distância de 10,93m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 354°53'21" e distância de 18,41m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute 21°15'29" e distância de 11,44m; com a área de 632,46m²;

VI - área 6 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8482693,047211 e E= 381404,014571, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 184°27'57" e distância de 720,51m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 0°52'8" e distância de 64,96m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 354°18'11" e distância de 14,85m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 4°10'27" e distância de 46,77m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 354°46'59" e distância de 60,13m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 347°41'14" e distância de 21,63m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 356°15'46" e distância de 61,29m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 3°56'46" e distância de 36,92m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 352°36'56" e distância de 24,63m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 9°53'9" e distância de 23,78m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 359°44'18" e distância de 63,81m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 16°34'0" e distância de 117,37m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 11°12'21" e distância de 103,42m; segmento 14 - 1, em linha reta com azimute 6°52'30" e distância de 87,98m; com a área de 13.024,63m²;

VII - área 7 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8478981,800735 e E= 381239,549209, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 186°59'34" e distância de 196,13m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 317°55'18" e distância de 4,18m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 344°20'43" e distância de 37,56m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 4°3'35" e distância de 62,68m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 6°56'38" e distância de 20,34m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 9°22'33" e distância de 20,49m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 12°0'7" e distância de 22,78m; segmento 8 - 1, em linha reta com azimute 35°52'49" e distância de 37,27m; com a área de 3.134,57m²;

VIII - área 8 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8476721,885696 e E= 380797,227208, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 207°43'39" e distância de 10,95m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 208°31'50" e distância de 10,89m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 210°5'53" e distância de 16,66m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 211°18'10" e distância de 15,51m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 212°57'26" e distância de 14,87m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 214°14'19" e distância de 17,64m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 215°33'14" e distância de 22,38m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 216°8'40" e distância de 13,55m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 216°37'56" e distância de 223,27m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 303°46'42" e distância de 32,42m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 41°50'11" e distância de 26,59m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 28°50'39" e distância de 33,91m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 42°36'9" e distância de 40,90m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 49°32'15" e distância de 51,75m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 45°36'29" e distância de 47,68m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 39°49'50" e distância de 51,73m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 34°45'51" e distância de 51,88m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 31°32'18" e distância de 38,63m; segmento 19 - 1, em linha reta com azimute 72°26'25" e distância de 8,13m; com a área de 6.341,92m²;

IX - área 9 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8475353,477263 e E= 380107,533596, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 195°58'49" e distância de 135,45m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 0°0'0" e distância de 16,69m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 1°11'21" e distância de 43,29m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 7°52'21" e distância de 9,63m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 12°59'50" e distância de 43,19m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 49°34'3" e distância de 21,83m; segmento 7 - 1, em linha reta com azimute 63°0'49" e distância de 9,81m; com a área de 1.662,60m²;

X - área 10 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8470435,564996 e E= 380349,219075, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 147°48'40" e distância de 2,17m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 147°59'35" e distância de 10,78m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 148°24'48" e distância de 10,63m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 149°2'37" e distância de 10,49m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 149°53'2" e distância de 10,34m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 150°56'3" e distância de 10,19m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 152°11'41" e distância de 10,05m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 153°39'55" e distância de 9,90m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 155°20'50" e distância de 9,77m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 157°14'12" e distância de 9,58m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 160°25'19" e distância de 19,69m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 162°40'9" e distância de 0,70m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 164°4'42" e distância de 12,09m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 166°19'23" e distância de 8,28m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 169°17'2", distância de 18,58m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 173°19'51" e distância de 18,14m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 175°48'10" e distância de 4,29m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 178°20'35" e distância de 18,76m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 182°46'39" e distância de 21,48m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 187°29'49" e distância de 21,34m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 192°1'0" e distância de 19,67m; segmento 22 - 23, em linha reta com azimute 196°17'56" e distância de 19,19m; segmento 23 - 24, em linha reta com azimute 200°29'35" e distância de 20,28m; segmento 24 - 25, em linha reta com azimute 204°1'45" e distância de 21,12m; segmento 25 - 26, em linha reta com azimute 206°38'8" e distância de 21,63m; segmento 26 - 27, em linha reta com azimute 208°17'48" e distância de 21,98m; segmento 27 - 28, em linha reta com azimute 208°59'37" e distância de 14,18m; segmento 28 - 29, em linha reta com azimute 16°35'52" e distância de 56,20m; segmento 29 - 30, em linha reta com azimute 11°39'49" e distância de 93,28m; segmento 30 - 31, em linha reta com azimute 276°52'23" e distância de 30,21m; segmento 31 - 32, em linha reta com azimute 297°3'57" e distância de 36,48m; segmento 32 - 33, em linha reta com azimute 309°57'18" e distância de 24,81m; segmento 33 - 34, em linha reta com azimute 327°45'38" e distância de 16,70m; segmento 34 - 35, em linha reta com azimute 345°5'7" e distância de 24,23m; segmento 35 - 36, em linha reta com azimute 5°25'22" e distância de 24,98m; segmento 36 - 37, em linha reta com azimute 13°19'43" e distância de 15,40m; segmento 37 - 38, em linha reta com azimute 34°13'17" e distância de 30,70m; segmento 38 - 39, em linha reta com azimute 30°56'23" e distância de 48,07m; segmento 39 - 1, em linha reta com azimute 14°41'42" e distância de 25,66m; com a área de 17.402,93m²;

XI - área 11 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8466918,568291 e E= 379691,634831, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 175°1'38" e distância de 329,45m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 307°51'34" e distância de 13,04m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 319°58'13" e distância de 11,90m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 349°1'19" e distância de 18,85m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 5°38'19" e distância de 47,48m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 353°17'10" e distância de 32,38m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 354°45'0" e distância de 67,87m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 3°58'1" e distância de 15,57m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 356°24'54" e distância de 21,98m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 331°50'30" e distância de 8,49m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 353°10'20" e distância de 31,88m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 0°0'0" e distância de 34,78m; segmento 13 - 1, em linha reta com azimute 10°36'41" e distância de 34,79m; com a área de 3.523,77m²; e

XII - área 12 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas N= 8466295,800790 e E= 379726,242778, sendo constituído pelos segmentos relacionados: segmento 1 - 2, em linha reta com azimute 210°10'48" e distância de 10,03m; segmento 2 - 3, em linha reta com azimute 213°2'20" e distância de 5,94m; segmento 3 - 4, em linha reta com azimute 215°26'28" e distância de 7,47m; segmento 4 - 5, em linha reta com azimute 217°49'9" e distância de 5,81m; segmento 5 - 6, em linha reta com azimute 219°43'52" e distância de 4,87m; segmento 6 - 7, em linha reta com azimute 221°38'11" e distância de 5,77m; segmento 7 - 8, em linha reta com azimute 223°50'17" e distância de 6,52m; segmento 8 - 9, em linha reta com azimute 226°4'22" e distância de 5,96m; segmento 9 - 10, em linha reta com azimute 229°19'40" e distância de 12,22m; segmento 10 - 11, em linha reta com azimute 257°51'43" e distância de 41,18m; segmento 11 - 12, em linha reta com azimute 261°44'29" e distância de 24,10m; segmento 12 - 13, em linha reta com azimute 265°11'40" e distância de 50,17m; segmento 13 - 14, em linha reta com azimute 270°23'42" e distância de 39,97m; segmento 14 - 15, em linha reta com azimute 41°56'1" e distância de 24,02m; segmento 15 - 16, em linha reta com azimute 28°44'11" e distância de 32,3m; segmento 16 - 17, em linha reta com azimute 15°14'59" e distância de 20,44m; segmento 17 - 18, em linha reta com azimute 53°17'21" e distância de 43,26m; segmento 18 - 19, em linha reta com azimute 73°32'46" e distância de 32,01m; segmento 19 - 20, em linha reta com azimute 86°49'7" e distância de 31,28m; segmento 20 - 21, em linha reta com azimute 109°34'48" e distância de 20,59m; segmento 21 - 22, em linha reta com azimute 120°15'51" e distância de 24,92m; segmento 22 - 1, em linha reta com azimute 130°44'32" e distância de 27,41m; com a área de 12.969,15m².

Art. 2º Fica a ViaBahia Concessionária de Rodovias S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.138975/2013-71,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, localizados no Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação de passarela de pedestres no km 089+530m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m); deste, segue com AZPlano= 8°42'48" e distância de 44,81m, até o ponto P03 (E: 730.049,145m e N: 7.048.792,388m); deste, segue com AZPlano= 96°34'03" e distância de 6,57m, até o ponto P04 (E: 730.055,646m e N: 7.048.791,442m); deste, segue com AZPlano=188°11'08" e distância de 44,08m, até o ponto P04A (E: 730.049,300m e N: 7.048.747,820m); deste, segue com AZPlano= 272°8'57" e distância de 6,79m, até o ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m); fechando o perímetro com 102,24m e a área com 295,95m²;

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto P01 (E: 730.044,742m e N: 7.048.716,481m); deste, segue com AZPlano= 278°16'34" e distância de 7,15m, até o ponto P02 (E: 730.037,669m e N: 7.048.717,509m); deste, segue com AZPlano= 08°42'48" e distância de 30,95m, até o ponto P02A (E: 730.042,516m e N: 7.048.748,075m); deste, segue com AZPlano= 92°08'57" e distância de 6,79m, até o ponto P04A (E: 730.049,300m e N: 7.048.747,820m); deste, segue com AZPlano=188°16'34" e distância de 31,67m, até o ponto P01 (E: 730.044,742m e N: 7.048.716,481m); fechando o perímetro com 76,55m e a área com 217,48m²;

III - área 3 - inicia-se o perímetro no ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m); deste, segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 12,55m, até o ponto P2 (E: 729.983,784m e N: 7.048.834,080m); deste, segue com AZPlano= 98°16'33" e distância de 10,87m, até o ponto P3 (E: 729.994,539m e N: 7.048.832,515m); deste, segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 12,60m, até o ponto P3A (E: 729.992,668m e N: 7.048.820,051m); deste, segue com AZPlano=278°33'22" e distância de 10,81m, até o ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m); fechando o perímetro com 46,84m e a área com 136,35m²;

IV - área 4 - inicia-se o perímetro no ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m); deste, segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 13,00m, até o ponto P1C (E: 729.981,978m e N: 7.048.821,659m); deste, segue com AZPlano= 98°33'22" e distância de 10,81m, até o ponto P3A (E: 729.992,668m e N: 7.048.820,051m); deste, segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 13,00m, até o ponto P3B (E: 729.990,734m e N: 7.048.807,196m); deste, segue com AZPlano=278°33'16" e distância de 10,75m, até o ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m); fechando o perímetro com 47,56m e a área com 140,12m²; e

V - área 5 - inicia-se o perímetro no ponto P1A (E: 729.978,164m e N: 7.048.795,435m); deste, segue com AZPlano= 08°16'32" e distância de 13,50m, até o ponto P1B (E: 729.980,107m e N: 7.048.808,794m); deste, segue com AZPlano= 98°33'16" e distância de 10,75m, até o ponto P3B (E: 729.990,734m e N: 7.048.807,196m); deste, segue com AZPlano= 188°33'22" e distância de 13,50m, até o ponto P3C (E: 729.988,725m e N: 7.048.793,846m); deste, segue com AZPlano=278°33'22" e distância de 10,68m, até o ponto P1A (E: 729.978,164m e N: 7.048.795,435m); fechando o perímetro com 48,43m e a área com 144,63m².

Parágrafo único. As coordenadas descritas no **caput** estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como o Datum o SIRGAS2000, e os azimutes verdadeiros e as distâncias, áreas e perímetros calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Litoral Sul S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação das áreas de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis que menciona, localizados no Município de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos art. 3º, art. 5º, **caput**, alíneas "h" e "i", e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, nos art. 29, **caput**, inciso VIII, e art. 31, **caput**, inciso VI, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e de acordo com o que consta do Processo ANTT nº 50500.164974/2013-81,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, em favor da concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis delimitados pelas coordenadas topográficas descritas a seguir, excluídos os bens de domínio público, situados às margens da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, localizados no Município de São Joaquim de Bicas, Estado de Minas Gerais, necessários à execução das obras de implantação de trevo em desnível no km 506+600m:

I - área 1 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas E=577.338,358 e N=7.783.899,306, localizado às margens da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG; deste, segue com azimute de 57°48'00" e distância de 23,55m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P2, de coordenadas E=577.358,288 e N=7.783.911,857; deste, segue com azimute de 67°50'02" e distância de 103,66m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P3, de coordenadas E=577.454,290 e N=7.783.950,968; deste, segue com azimute de 56°44'49" e distância de 19,19m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P4, de coordenadas E=577.470,333 e N=7.783.961,488; deste, segue com azimute de 44°58'50" e distância de 21,85m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P5, de coordenadas E=577.485,777 e N=7.783.976,941; deste, segue com azimute de 32°07'38" e distância de 29,38m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P6, de coordenadas E=577.501,403 e N=7.784.001,826; deste, segue com azimute de 27°51'22" e distância 22,40m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P7, de coordenadas E=577.511,869 e N=7.784.021,630; deste, segue com azimute de 32°13'23" e distância de 21,05m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P8, de coordenadas E=577.523,093 e N=7.784.039,437; deste, segue com azimute de 51°28'12" e distância de 46,99m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P9, de coordenadas E=577.559,852 e N=7.784.068,708; deste, segue com azimute de 80°03'12" e distância de 23,64m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P10, de coordenadas E=577.583,138 e N=7.784.072,791; deste, segue com azimute de 98°54'14" e distância de 13,93m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P11, de coordenadas E=577.596,897 e N=7.784.070,636; deste, segue com azimute de 114°54'36" e distância de 25,11m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P12, de coordenadas E=577.619,668 e N=7.784.060,061; deste, segue com azimute de 132°59'06" e distância de 42,23m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P13, de coordenadas E=577.650,561 e N=7.784.031,268; deste, segue com azimute de 166°51'42" e distância de 15,97m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P14, de coordenadas E=577.654,190 e N=7.784.015,720; deste, segue com azimute de 249°45'59" e distância de 324,62m, faceando a marginal da BR-381/MG até o ponto P15, de coordenadas E=577.349,602 e N=7.784.903,451; deste, segue-se no azimute de 249°45'59" e distância 11,99m, confrontando com a faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG até o ponto P1; com a área de 11.680,15m²; e

II - área 2 - inicia-se o perímetro no ponto 1, de coordenadas E=577.698,461 e N=7.783.946,506, localizado na face da faixa de domínio existente; deste, segue com azimute de 141°21'39" e distância de 18,76m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P2, de coordenadas E=577.710,176 e N=7.783.931,851; deste, segue com azimute de 140°48'27" e distância de 42,36m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P3, de coordenadas E=577.736,942 e N=7.783.899,024; deste, segue com azimute de 157°53'05" e distância de 29,35m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P4, de coordenadas E=577.747,991 e N=7.783.871,834; deste, segue com azimute de 171°51'16" e distância de 33,42m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P5, de coordenadas E=577.752,726 e N=7.783.838,754; deste, segue com azimute de 188°09'07" e distância de 41,01m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P6, de coordenadas E=577.746,911 e N=7.783.798,161; deste, segue com azimute de 220°06'24" e distância de 9,83m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P7, de coordenadas E=577.740,577 e N=7.783.790,641; deste, segue com azimute de 172°51'52" e distância de 27,59m confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P8, de coordenadas E=577.744,004 e N=7.783.763,268; deste, segue com azimute de 177°05'26" e distância de 40,39m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P9, de coordenadas E=577.746,054 e N=7.783.722,931; deste, segue com azimute de 269°41'37" e distância de 29,93m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P10, de coordenadas E=577.716,122 e N=7.783.722,771; deste, segue com azimute de 352°44'54" e distância de 51,17m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P11, de coordenadas E=577.709,663 e N=7.783.773,536; deste, segue com azimute de 334°45'17" e distância de 18,31m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P12, de coordenadas E=577.701,855 e N=7.783.790,094; deste, segue com azimute de 301°23'49" e distância de 27,95m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P13, de coordenadas E=577.677,998 e N=7.783.804,654; deste, segue com azimute de 331°51'48" e distância de 25,40m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P14, de coordenadas E=577.666,018 e N=7.783.827,056; deste, segue- com azimute de 1°01'32" e distância de 22,39m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P15, de coordenadas E=577.666,419 e N=7.783.849,442; deste, segue com azimute de 335°52'56" e distância de 30,94m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P16, de coordenadas E=577.653,7.78 e N=7.783.877,678; deste, segue com azimute de 329°03'57" e distância de 23,22m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P17, de coordenadas E=577.641,840 e N=7.783.897,598; deste, segue com azimute de 294°56'47" e distância de 37,45m, confrontando com a área remanescente do expropriado, até o ponto P18, de coordenadas E=577.607,887 e N=7.783.913,392; deste, segue com azimute de 69°55'03" e distância de 96,44m, confrontando com a faixa de domínio existente, até o ponto P1; com a área de 14.671,03m².

Art. 2º Fica a concessionária Autopista Fernão Dias S.A. autorizada a promover, com recursos próprios, a desapropriação da área de terrenos e benfeitorias de que trata o art. 1º.

Parágrafo único. A expropriante fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras e atividades referidas no art. 1º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Paulo Sérgio Oliveira Passos

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 95.943.426,00 para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alíneas "a" e "e", inciso II e inciso XXII, alínea "b", e § 1º, da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 95.943.426,00 (noventa e cinco milhões, novecentos e quarenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2013, no valor de R$ 20.336.767,00 (vinte milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais), sendo:

a) R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) relativos a Recursos de Concessões e Permissões; e

b) R$ 18.736.767,00 (dezoito milhões, setecentos e trinta e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais), a Recursos Próprios Não Financeiros;

II - excesso de arrecadação de Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos, no valor de R$ 8.054.443,00 (oito milhões, cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais); e

III - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor R$ 67.552.216,00 (sessenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, duzentos e dezesseis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Miriam Belchior

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**6.271.119**
		Atividades							
22 122	**2119 2000**	**Administração da Unidade**							**6.271.119**
22 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.271.119
			F	3	2	90	0	100	5.312.559
			F	3	2	90	0	129	500.000
			F	3	2	90	0	174	458.560
TOTAL - FISCAL									**6.271.119**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.271.119**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2022	**Combustíveis**							**2.500.000**
		Atividades							
25 125	**2022 212J**	**Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**2.500.000**
25 125	2022 212J 0001	Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							2.500.000
			F	3	2	90	0	129	1.000.000
			F	3	2	90	0	250	1.500.000
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**150.000**
		Atividades							
25 128	**2119 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**150.000**
25 128	2119 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							150.000
			F	3	2	90	0	174	150.000
TOTAL - FISCAL									**2.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.650.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**1.020.170**
		Atividades							
25 752	**2033 2C42**	**Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico**							**153.720**
25 752	2033 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional							153.720
			F	4	2	90	0	174	153.720
25 125	**2033 4880**	**Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica**							**866.450**
25 125	2033 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional							866.450
			F	4	2	90	0	174	866.450
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**2.081.970**
		Atividades							
25 122	**2119 2000**	**Administração da Unidade**							**2.081.970**
25 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.081.970
			F	3	2	90	0	174	712.333
			F	4	2	90	0	174	1.369.637
TOTAL - FISCAL									**3.102.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.102.140**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**5.820.000**
		Atividades							
26 122	**2126 2000**	**Administração da Unidade**							**5.820.000**
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.820.000
			F	3	2	90	0	100	5.820.000
TOTAL - FISCAL									**5.820.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.820.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**1.500.000**
		Atividades							
26 782	**2075 20UB**	**Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário**							**1.500.000**
26 782	2075 20UB 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário - Nacional							1.500.000
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									**1.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**8.750.000**
		Atividades							
26 121	**2126 20UC**	**Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes**							**7.600.000**
26 121	2126 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional							7.600.000
			F	4	2	90	0	100	7.600.000
26 131	**2126 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**150.000**
26 131	2126 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							150.000
			F	3	2	90	0	100	150.000
26 783	**2126 869V**	**Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários**							**1.000.000**
26 783	2126 869V 0001	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**8.750.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.750.000**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2117	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**							**4.000.000**
		Atividades							
24 122	**2117 2000**	**Administração da Unidade**							**4.000.000**
24 122	2117 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2117	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**							**5.036.674**
		Atividades							
24 122	**2117 2000**	**Administração da Unidade**							**5.036.674**
24 122	2117 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.036.674
			F	4	2	90	0	178	5.036.674
TOTAL - FISCAL									**5.036.674**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.036.674**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2045	**Licenciamento e Qualidade Ambiental**							**451.408**
		Atividades							
18 542	**2045 20VW**	**Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos**							**451.408**
18 542	2045 20VW 0001	Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos - Nacional							451.408
			F	4	2	90	0	100	451.408
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**1.600.000**
		Atividades							
18 122	**2124 2000**	**Administração da Unidade**							**1.600.000**
18 122	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.600.000
			F	3	2	90	0	100	1.600.000
TOTAL - FISCAL									**2.051.408**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.051.408**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2036	**Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios**							**19.600.000**
		Atividades							
18 542	**2036 6074**	**Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas**							**4.400.000**
18 542	2036 6074 0001	Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas - Nacional							4.400.000
			F	3	2	90	0	329	1.600.000
			F	3	2	90	0	650	2.800.000
18 125	**2036 6307**	**Fiscalização de Atividades de Desmatamento**							**10.900.000**
18 125	2036 6307 0001	Fiscalização de Atividades de Desmatamento - Nacional							10.900.000
			F	3	2	90	0	650	10.900.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

18 542	**2036 6329**	**Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais**								**4.300.000**
18 542	2036 6329 0001	Monitoramento e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais - Nacional	F	4	2	90	0	650		4.300.000
TOTAL - FISCAL										**19.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**19.600.000**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2026	**Conservação e Gestão de Recursos Hídricos**							**9.095.083**
		Operações Especiais							
18 544	**2026 00LX**	**Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004).**							**9.095.083**
18 544	2026 00LX 0030	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004). - Na Região Sudeste	F	3	1	50	0	116	9.095.083
TOTAL - FISCAL									**9.095.083**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.095.083**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2018	**Biodiversidade**							**1.336.767**
		Atividades							
18 541	**2018 20WL**	**Proteção e ampliação de coleções vivas em jardins botânicos**							**1.336.767**
18 541	2018 20WL 0001	Proteção e ampliação de coleções vivas em jardins botânicos - Nacional	F	3	2	90	0	100	600.000
			F	3	2	90	0	650	736.767
TOTAL - FISCAL									**1.336.767**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.336.767**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2051	**Oferta de Água**							**1.000.000**
		Projetos							
18 544	**2051 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**1.000.000**
18 544	2051 1851 0001	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - Nacional	F	4	2	30	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.000.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2013	**Agricultura Irrigada**							**2.328.600**
		Atividades							
20 607	**2013 20EY**	**Administração de Perímetros Públicos de Irrigação**							**2.328.600**
20 607	2013 20EY 0001	Administração de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.328.600
TOTAL - FISCAL									**2.328.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.328.600**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**184.000**
		Atividades							
22 691	**2029 20N8**	**Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria**							**184.000**
22 691	2029 20N8 6000	Promoção de iniciativas para o aprimoramento da produção e inserção mercadológica - Plano Brasil sem Miséria - Na Amazônia Legal	F	3	2	90	0	250	184.000
TOTAL - FISCAL									**184.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**184.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2051	**Oferta de Água**							**1.728.600**
		Projetos							
18 544	**2051 1851**	**Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica**							**1.728.600**
18 544	2051 1851 0023	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - No Estado do Ceará	F	4	2	90	0	100	1.200.000
18 544	2051 1851 7004	Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica - em Municípios - No Estado do Ceará	F	4	2	90	0	100	528.600
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**715.742**
		Projetos							
04 122	**2111 1M49**	**Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação**							**715.742**
04 122	2111 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste	F	4	2	90	0	250	715.742
TOTAL - FISCAL									**2.444.342**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.444.342**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**6.000.000**
		Atividades							
04 122	**2111 2000**	**Administração da Unidade**							**6.000.000**
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2054	**Planejamento Urbano**							**200.000**
		Atividades							
15 452	**2054 4420**	**Funcionamento do Conselho das Cidades**							**200.000**
15 452	2054 4420 0001	Funcionamento do Conselho das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	200.000
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**4.048.293**
		Atividades							
15 122	**2116 2000**	**Administração da Unidade**							**3.955.535**
15 122	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.955.535
15 128	**2116 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**92.758**
15 128	2116 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	F	3	2	90	0	100	92.758
TOTAL - FISCAL									**4.248.293**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.248.293**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**300.000**
		Atividades							
15 453	**2116 2843**	**Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros**							**300.000**
15 453	2116 2843 0043	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	0	250	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**10.225.000**
		Atividades							
15 452	**2048 20YZ**	**Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito**							**10.225.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15 452	2048 20YZ 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional								10.225.000
			F	3	2	90	0	150		225.000
			F	3	2	90	0	174		10.000.000
TOTAL - FISCAL										**10.225.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**10.225.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32263 - Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2041	**Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral**							**1.465.659**
		Atividades							
22 125	**2041 20WT**	**Fiscalização das Atividades Minerárias**							**1.465.659**
22 125	2041 20WT 0001	Fiscalização das Atividades Minerárias - Nacional							1.465.659
			F	3	2	90	0	100	1.465.659
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**4.805.460**
		Projetos							
22 122	**2119 14UE**	**Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM**							**4.805.460**
22 122	2119 14UE 0001	Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM - Nacional							958.560
			F	3	2	90	0	129	500.000
			F	5	2	90	0	174	458.560
22 122	2119 14UE 3273	Aquisições e Reformas de Imóveis para Unidades Regionais do DNPM - No Município de Vitória - ES							3.846.900
			F	4	2	90	0	100	3.846.900
TOTAL - FISCAL									**6.271.119**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.271.119**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2053	**Petróleo e Gás**							**2.000.000**
		Atividades							
25 125	**2053 212K**	**Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural**							**1.000.000**
25 125	2053 212K 0001	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	129	1.000.000
25 125	**2053 212L**	**Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**1.000.000**
25 125	2053 212L 0001	Regulação das Atividades da Indústria do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							1.000.000
			F	3	2	90	0	250	1.000.000
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**650.000**
		Atividades							
25 122	**2119 2000**	**Administração da Unidade**							**150.000**
25 122	2119 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							150.000
			F	3	2	90	0	174	150.000
25 131	**2119 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**500.000**
25 131	2119 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							500.000
			F	3	2	90	0	250	500.000
TOTAL - FISCAL									**2.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.650.000**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2033	**Energia Elétrica**							**2.552.140**
		Atividades							
25 752	**2033 2C42**	**Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico**							**1.133.720**
25 752	2033 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional							1.133.720
			F	3	2	90	0	174	1.133.720
25 130	**2033 4699**	**Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica**							**551.970**
25 130	2033 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional							551.970
			F	3	2	90	0	174	551.970
25 125	**2033 4880**	**Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica**							**866.450**
25 125	2033 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional							866.450
			F	3	2	90	0	174	866.450
	2119	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia**							**550.000**
		Atividades							
25 128	**2119 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**400.000**
25 128	2119 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							400.000
			F	3	2	90	0	174	400.000
		Projetos							
25 122	**2119 13E6**	**Construção do Edifício Sede da ANEEL**							**150.000**
25 122	2119 13E6 0053	Construção do Edifício Sede da ANEEL - No Distrito Federal							150.000
			F	4	2	90	0	174	150.000
TOTAL - FISCAL									**3.102.140**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.102.140**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**							**5.820.000**
		Atividades							
26 121	**2126 6058**	**Formulação de Políticas de Transportes**							**860.000**
26 121	2126 6058 0001	Formulação de Políticas de Transportes - Nacional							860.000
			F	3	2	90	0	100	860.000
		Operações Especiais							
28 846	**2126 0713**	**Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER**							**4.260.000**
28 846	2126 0713 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional							4.260.000
			F	3	2	90	0	100	4.260.000
26 846	**2126 09LH**	**Recomposição do Equilíbrio Econômico do Contrato de Concessão da Ponte São Borja-Santo Tomé (Brasil-Argentina) - Sentença Arbitral**							**700.000**
26 846	2126 09LH 0001	Recomposição do Equilíbrio Econômico do Contrato de Concessão da Ponte São Borja-Santo Tomé (Brasil-Argentina) - Sentença Arbitral - Nacional							700.000
			F	3	2	70	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									**5.820.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.820.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2075	**Transporte Rodoviário**							**1.500.000**
		Atividades							
26 782	**2075 20UB**	**Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário**							**1.500.000**
26 782	2075 20UB 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário - Nacional							1.500.000
			F	3	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									**1.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.500.000**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2072	**Transporte Ferroviário**							**2.200.000**
		Projetos							
26 783	**2072 10HH**	**Obras Complementares do Contorno Ferroviário em Barretos - EF-465/SP**							**1.000.000**
26 783	2072 10HH 3428	Obras Complementares do Contorno Ferroviário em Barretos - EF-465/SP - No Município de Barretos - SP							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 783	**2072 13EK**	**Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea em Mogi das Cruzes - EF-105/SP**							**1.200.000**
26 783	2072 13EK 3709	Construção de Viaduto sobre a Linha Férrea em Mogi das Cruzes - EF-105/SP - No Município de Mogi das Cruzes - SP							1.200.000
			F	4	2	90	0	100	1.200.000
	2075	**Transporte Rodoviário**							**5.050.000**
		Projetos							
26 782	**2075 14O2**	**Adequação de Ponte sobre o Rio Piancó - na BR-361/PB**							**1.000.000**
26 782	2075 14O2 0025	Adequação de Ponte sobre o Rio Piancó - na BR-361/PB - No Estado da Paraíba							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 782	**2075 14Y0**	**Adequação da Segunda Ponte em Vitória - na BR-262/ES**							**400.000**
26 782	2075 14Y0 3273	Adequação da Segunda Ponte em Vitória - na BR-262/ES - No Município de Vitória - ES							400.000
			F	4	2	90	0	100	400.000
26 782	**2075 14Y1**	**Construção de Viadutos Rodoviários - Campo Grande - Três Lagoas - na BR-262/MS**							**1.000.000**
26 782	2075 14Y1 0054	Construção de Viadutos Rodoviários - Campo Grande - Três Lagoas - na BR-262/MS - No Estado de Mato Grosso do Sul							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 782	**2075 7J07**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Altos - na BR-343/PI**							**1.100.000**
26 782	2075 7J07 0022	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Altos - na BR-343/PI - No Estado do Piauí							1.100.000
			F	4	2	90	0	100	1.100.000
26 782	**2075 7M32**	**Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426/PB**							**1.000.000**
26 782	2075 7M32 0025	Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426/PB - No Estado da Paraíba							1.000.000
			F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 782	**2075 7S78**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Entroncamento BR-135 (Bom Jesus) - na BR-235/PI**							**550.000**
26 782	2075 7S78 0022	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Entroncamento BR-135 (Bom Jesus) - na BR-235/PI - No Estado do Piauí							550.000
			F	4	2	90	0	100	550.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	2126	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes**								**1.500.000**
		Projetos								
26 122	**2126 14UJ**	**Construção da Sede da Superintendência Regional do DNIT em Salvador/BA**								**1.500.000**
26 122	2126 14UJ 2261	Construção da Sede da Superintendência Regional do DNIT em Salvador/BA - No Município de Salvador - BA	F	4	2	90	0	100		1.500.000
TOTAL - FISCAL										**8.750.000**
TOTAL - SEGURIDADE										**0**
TOTAL - GERAL										**8.750.000**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41101 - Ministério das Comunicações
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2117	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações**							**4.000.000**
		Atividades							
24 122	**2117 2000**	**Administração da Unidade**							**3.000.000**
24 122	2117 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.000.000
24 122	**2117 20ZC**	**Modernização da Gestão de Atividades Ligadas às Comunicações**							**1.000.000**
24 122	2117 20ZC 0001	Modernização da Gestão de Atividades Ligadas às Comunicações - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2025	**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**							**5.036.674**
		Atividades							
24 125	**2025 2424**	**Fiscalização em Telecomunicações**							**5.036.674**
24 125	2025 2424 0001	Fiscalização em Telecomunicações - Nacional	F	3	2	90	0	178	5.036.674
TOTAL - FISCAL									**5.036.674**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.036.674**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2045	**Licenciamento e Qualidade Ambiental**							**451.408**
		Atividades							
18 542	**2045 20VW**	**Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos**							**451.408**
18 542	2045 20VW 0001	Prevenção, Preparo e Resposta a Danos Ambientais Causados pela Indústria do Petróleo e por Substâncias e Produtos Químicos Perigosos - Nacional	F	3	2	90	0	100	451.408
	2124	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente**							**1.600.000**
		Projetos							
18 541	**2124 7U20**	**Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20)**							**1.600.000**
18 541	2124 7U20 0001	Implementação de Compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO + 20) - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.600.000
TOTAL - FISCAL									**2.051.408**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.051.408**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2026	**Conservação e Gestão de Recursos Hídricos**							**1.040.640**
		Operações Especiais							
18 544	**2026 00LX**	**Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004).**							**1.040.640**
18 544	2026 00LX 0001	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004). - Nacional	F	3	1	50	0	116	1.040.640
TOTAL - FISCAL									**1.040.640**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.040.640**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2018	**Biodiversidade**							**600.000**
		Atividades							
18 571	**2018 20WK**	**Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira**							**600.000**
18 571	2018 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional	F	4	2	90	0	100	600.000
TOTAL - FISCAL									**600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**600.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53101 - Ministério da Integração Nacional
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**2.728.600**
		Atividades							
04 131	**2111 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**2.728.600**
04 131	2111 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.728.600
TOTAL - FISCAL									**2.728.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.728.600**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2013	**Agricultura Irrigada**							**2.328.600**
		Projetos							
20 607	**2013 12OB**	**Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação**							**2.328.600**
20 607	2013 12OB 0001	Transferência da Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação - Nacional	F	3	2	90	0	100	2.328.600
TOTAL - FISCAL									**2.328.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.328.600**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2021	**Ciência, Tecnologia e Inovação**							**184.000**
		Atividades							
19 572	**2021 4542**	**Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica**							**184.000**
19 572	2021 4542 6000	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica - Na Amazônia Legal	F	3	2	90	0	250	184.000
TOTAL - FISCAL									**184.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**184.000**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**715.742**
		Projetos							
04 122	**2111 1M51**	**Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais**							**715.742**
04 122	2111 1M51 0001	Reforma dos Edifícios-Sedes do DNOCS - Administração Central e Coordenadorias Estaduais - Nacional	F	4	2	90	0	250	715.742
TOTAL - FISCAL									**715.742**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**715.742**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério da Integração Nacional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2111	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional**							**6.000.000**
		Atividades							
04 122	**2111 2000**	**Administração da Unidade**							**6.000.000**
04 122	2111 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	6.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.000.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**1.011.195**
		Atividades							
15 451	**2048 2D47**	**Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego**							**31.195**
15 451	2048 2D47 0001	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego - Nacional	F	4	2	40	0	100	31.195
15 453	**2048 2D49**	**Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana**							**800.000**
15 453	2048 2D49 0001	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana - Nacional	F	3	2	90	0	100	800.000
		Projetos							
15 453	**2048 10SR**	**Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano**							**100.000**
15 453	2048 10SR 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano - Nacional	F	4	2	40	0	100	100.000
15 451	**2048 10ST**	**Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados**							**80.000**
15 451	2048 10ST 0001	Apoio a Sistemas de Transporte Não-Motorizados - Nacional	F	4	2	40	0	100	80.000
	2054	**Planejamento Urbano**							**281.563**
		Atividades							
15 126	**2054 20NP**	**Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades**							**281.563**
15 126	2054 20NP 0001	Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades - Nacional	F	3	2	90	0	100	281.563
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**2.955.535**
		Atividades							
15 122	**2116 2000**	**Administração da Unidade**							**2.955.535**
15 122	2116 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.955.535
TOTAL - FISCAL									**4.248.293**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.248.293**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2116	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades**							**300.000**
		Atividades							
15 131	**2116 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**300.000**
15 131	2116 4641 0043	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Rio Grande do Sul	F	3	2	90	0	250	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
UNIDADE: 56901 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2048	**Mobilidade Urbana e Trânsito**							**10.225.000**
		Atividades							
15 452	**2048 20YZ**	**Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito**							**10.225.000**
15 452	2048 20YZ 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito - Nacional	F	4	2	90	0	150	225.000
			F	4	2	90	0	174	10.000.000
TOTAL - FISCAL									**10.225.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.225.000**

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 429.975.667,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, **caput**, inciso I, alíneas "a", "c" e "d", inciso II, inciso VIII e inciso XIX, alínea "b", item "1", e § 1º da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, de Encargos Financeiros da União, de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R$ 429.975.667,00 (quatrocentos e vinte e nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - excesso de arrecadação, no valor de R$ 26.825.241,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais), sendo:

a) R$ 7.251.647,00 (sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e sete reais) de Recursos Próprios Não Financeiros;

b) R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) de Outras Receitas Vinculadas;

c) R$ 973.594,00 (novecentos e setenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais) de Recursos Próprios Financeiros; e

d) R$ 12.600.000,00 (doze milhões e seiscentos mil reais) de Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais; e

II - anulação de dotações orçamentárias, no valor de R$ 403.150.426,00 (quatrocentos e três milhões, cento e cinquenta mil, quatrocentos e vinte e seis reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Miriam Belchior

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**7.251.647**
		Atividades							
20 545	**2014 2161**	**Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas**							**7.251.647**
20 545	2014 2161 0001	Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas - Nacional	F	3	2	90	0	150	7.251.647
	2105	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**							**1.600.000**
		Atividades							
20 122	**2105 2000**	**Administração da Unidade**							**1.600.000**
20 122	2105 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	494.000
			F	4	2	90	0	100	1.106.000
TOTAL - FISCAL									**8.851.647**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.851.647**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2042	**Inovações para a Agropecuária**							**28.000.000**
		Atividades							
20 572	**2042 20Y6**	**Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária**							**28.000.000**
20 572	2042 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	F	4	2	90	0	100	28.000.000
TOTAL - FISCAL									**28.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.000.000**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**17.885.870**
		Atividades							
04 122	**2110 2000**	**Administração da Unidade**							**15.020.000**
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	100	15.020.000
		Projetos							
04 123	**2110 150I**	**Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF**							**2.865.870**
04 123	2110 150I 0001	Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF - Nacional	F	4	2	90	0	148	2.865.870
TOTAL - FISCAL									**17.885.870**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.885.870**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**17.600.000**
		Atividades							
04 126	**2110 20VG**	**Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**							**17.600.000**
04 126	2110 20VG 0001	Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional	F	4	2	90	0	132	1.600.000
			F	4	2	90	0	139	1.000.000
			F	4	2	90	0	150	15.000.000
TOTAL - FISCAL									**17.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.600.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**320.500**
		Atividades							
04 092	**2110 2244**	**Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional**							**320.500**
04 092	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional							320.500
			F	4	2	90	0	181	320.500
TOTAL - FISCAL									**320.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**320.500**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2039	**Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional**							**12.600.000**
		Atividades							
04 122	**2039 20ZA**	**Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária**							**12.600.000**
04 122	2039 20ZA 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional							12.600.000
			F	3	2	90	0	296	4.311.942
			F	4	2	90	0	296	8.288.058
TOTAL - FISCAL									**12.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.600.000**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2024	**Comércio Exterior**							**6.000.000**
		Projetos							
23 691	**2024 14XH**	**Participação Brasileira na Exposição Universal de Milão**							**6.000.000**
23 691	2024 14XH 0001	Participação Brasileira na Exposição Universal de Milão - Nacional							6.000.000
			F	3	2	50	0	186	6.000.000
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**800.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**800.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							800.000
			F	4	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									**6.800.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.800.000**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**5.000.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**5.000.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.000.000
			F	4	2	90	0	250	5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**5.650.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**1.150.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.150.000
			F	4	2	90	0	174	1.150.000
22 661	**2121 20TX**	**Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus**							**4.500.000**
22 661	2121 20TX 0010	Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus - Na Região Norte							4.500.000
			F	4	2	90	0	174	4.500.000
TOTAL - FISCAL									**5.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.650.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**700.000**
		Atividades							
04 127	**2038 20U4**	**Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**							**700.000**
04 127	2038 20U4 0001	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional							700.000
			F	4	2	90	0	148	700.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**9.200.000**
		Atividades							
04 122	**2125 2000**	**Administração da Unidade**							**9.200.000**
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							9.200.000
			F	3	2	90	0	100	9.200.000
TOTAL - FISCAL									**9.200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.200.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2125	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**							**2.580.000**
		Atividades							
04 122	**2125 2000**	**Administração da Unidade**							**2.580.000**
04 122	2125 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.580.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
			F	4	2	90	0	100	2.380.000
TOTAL - FISCAL									**2.580.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.580.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2120	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário**							**10.000.000**
		Atividades							
21 122	**2120 2000**	**Administração da Unidade**							**10.000.000**
21 122	2120 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							10.000.000
			F	3	2	90	0	100	8.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**41.900.292**
		Atividades							
21 363	**2066 210T**	**Promoção da Educação no Campo**							**4.000.000**
21 363	2066 210T 0001	Promoção da Educação no Campo - Nacional							4.000.000
			F	3	2	90	0	176	4.000.000
21 631	**2066 211A**	**Desenvolvimento de Assentamentos Rurais**							**33.900.292**
21 631	2066 211A 0001	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional							33.900.292
			F	4	2	90	0	176	33.900.292
21 127	**2066 211C**	**Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009**							**4.000.000**
21 127	2066 211C 6000	Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009 - Na Amazônia Legal							4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**41.900.292**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**41.900.292**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**4.000.000**
		Atividades							
05 153	**2058 20PY**	**Adequação de Organizações Militares do Exército**							**4.000.000**
05 153	2058 20PY 0001	Adequação de Organizações Militares do Exército - Nacional							4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**3.682.963**
		Atividades							
20 608	**2052 20Y1**	**Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**							**3.682.963**
20 608	2052 20Y1 0001	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - Nacional							3.682.963
			F	4	2	30	0	100	1.580.989
			F	4	2	40	0	100	2.101.974
	2113	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura**							**2.600.000**
		Atividades							
20 122	**2113 2000**	**Administração da Unidade**							**2.600.000**
20 122	2113 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.600.000
			F	3	2	90	0	100	2.600.000
TOTAL - FISCAL									**6.282.963**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.282.963**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**15.498.857**
		Operações Especiais							
28 846	**0910 0069**	**Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)**							**1.500.000**
28 846	0910 0069 0001	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA) - Nacional							1.500.000
			F	3	2	80	0	100	1.500.000
28 846	**0910 009B**	**Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE)**							**2.787.502**
28 846	0910 009B 0002	Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE) - No Exterior							2.787.502
			F	3	2	80	0	100	2.787.502
28 846	**0910 00AQ**	**Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR)**							**25.000**
28 846	0910 00AQ 0002	Contribuição à Organização Iberoamericana de Juventude - OIJ (PR) - No Exterior							25.000
			F	3	2	80	0	100	25.000
28 846	**0910 00BC**	**Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)**							**380.000**
28 846	0910 00BC 0002	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE) - No Exterior							380.000
			F	3	2	80	0	100	380.000
28 846	**0910 00BG**	**Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)**							**2.920.000**
28 846	0910 00BG 0002	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE) - No Exterior							2.920.000
			F	3	2	80	0	100	2.920.000
28 846	**0910 00BU**	**Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)**							**950.000**
28 846	0910 00BU 0002	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE) - No Exterior							950.000
			F	3	2	80	0	100	950.000
28 846	**0910 00BY**	**Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA (MINC)**							**200**
28 846	0910 00BY 0002	Contribuição ao Conselho Internacional de Arquivos - CIA (MINC) - No Exterior							200
			F	3	2	80	0	100	200
28 846	**0910 00E8**	**Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MTE)**							**950.000**
28 846	0910 00E8 0002	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MTE) - No Exterior							950.000
			F	3	2	80	0	100	950.000
28 846	**0910 00HE**	**Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)**							**110.000**
28 846	0910 00HE 0002	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE) - No Exterior							110.000
			F	3	2	80	0	100	110.000
28 846	**0910 00IW**	**Contribuição ao Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC)**							**80.000**
28 846	0910 00IW 0002	Contribuição ao Fundo Fiduciário para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial - FPCI (MINC) - No Exterior							80.000
			F	3	2	80	0	100	80.000
28 846	**0910 00LS**	**Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS)**							**430.000**
28 846	0910 00LS 0002	Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS) - No Exterior							430.000
			F	3	2	80	0	100	430.000
28 846	**0910 0106**	**Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (MF)**							**5.000**
28 846	0910 0106 0002	Contribuição à Associação Internacional de Supervisores de Seguros - IAIS (MF) - No Exterior							5.000
			F	3	2	80	0	100	5.000
28 846	**0910 0122**	**Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)**							**70.000**
28 846	0910 0122 0002	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ) - No Exterior							70.000
			F	3	2	80	0	100	70.000
28 846	**0910 0148**	**Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC)**							**100.000**
28 846	0910 0148 0002	Contribuição ao Centro Internacional de Estudos para Conservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM (MINC) - No Exterior							100.000
			F	3	2	80	0	100	100.000
28 846	**0910 0186**	**Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MD)**							**1.326.155**
28 846	0910 0186 0002	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MD) - No Exterior							1.326.155
			F	3	2	80	0	100	1.326.155
28 846	**0910 0348**	**Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP)**							**25.000**
28 846	0910 0348 0002	Contribuição ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD (MP) - No Exterior							25.000
			F	3	2	80	0	100	25.000
28 846	**0910 0869**	**Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)**							**3.700.000**
28 846	0910 0869 0002	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE) - No Exterior							3.700.000
			F	3	2	80	0	100	3.700.000
28 846	**0910 09AY**	**Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional - Conveção de Ramsar (MMA)**							**140.000**
28 846	0910 09AY 0002	Contribuição à Convenção de Zonas Úmidas de Importância Internacional - Conveção de Ramsar (MMA) - No Exterior							140.000
			F	3	2	80	0	100	140.000
TOTAL - FISCAL									**15.498.857**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.498.857**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0911	**Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros**							**4.432.702**
		Operações Especiais							
28 846	**0911 00M4**	**Remuneração a Agentes Financeiros**							**4.432.702**
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional							4.432.702
			F	3	2	90	0	100	4.432.702
TOTAL - FISCAL									**4.432.702**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.432.702**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**1.699.242**
		Atividades							
04 122	**2110 8567**	**Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)**							**1.699.242**
04 122	2110 8567 0011	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) - No Estado de Rondônia							256.112
			F	3	2	90	0	100	256.112
04 122	2110 8567 0014	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) - No Estado de Roraima							1.443.130
			F	3	2	90	0	100	1.443.130
TOTAL - FISCAL									**1.699.242**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.699.242**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Agricultura Familiar**							**230.000.000**
		Operações Especiais							
20 608	**2012 0281**	**Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992)**							**230.000.000**
20 608	2012 0281 0001	Subvenção Econômica para a Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							230.000.000
			F	3	1	90	0	100	230.000.000
TOTAL - FISCAL									**230.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**230.000.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP- Ministério da Fazenda

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**973.594**
		Operações Especiais							
04 125	**2110 0461**	**Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização**							**973.594**
04 125	2110 0461 0001	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização - Nacional	F	5	0	90	0	280	973.594
TOTAL - FISCAL									**973.594**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**973.594**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**1.600.000**
		Atividades							
20 608	**2014 20ZU**	**Redução de Riscos na Atividade Agropecuária**							**1.600.000**
20 608	2014 20ZU 0001	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária - Nacional	F	3	2	90	0	100	1.600.000
TOTAL - FISCAL									**1.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.600.000**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2042	**Inovações para a Agropecuária**							**28.000.000**
		Atividades							
20 572	**2042 20Y6**	**Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária**							**24.482.000**
20 572	2042 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	F	3	2	90	0	100	24.482.000
		Projetos							
20 572	**2042 117A**	**Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa**							**2.400.000**
20 572	2042 117A 0001	Construção e Implantação de Centros de Pesquisa da Embrapa - Nacional	F	4	2	90	0	100	2.400.000
20 572	**2042 147T**	**Construção, Equipamento e Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal**							**1.118.000**
20 572	2042 147T 0053	Construção, Equipamento e Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal - No Distrito Federal	F	4	2	90	0	100	1.118.000
TOTAL - FISCAL									**28.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**28.000.000**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25101 - Ministério da Fazenda

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**22.040.158**
		Atividades							
04 122	**2110 2000**	**Administração da Unidade**							**19.174.288**
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	19.174.288
		Projetos							
04 123	**2110 1151**	**Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios**							**680.020**
04 123	2110 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	F	3	2	90	0	148	680.020
04 123	**2110 150I**	**Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF**							**2.185.850**
04 123	2110 150I 0001	Projeto de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda - PMIMF - Nacional	F	3	2	90	0	148	2.185.850
TOTAL - FISCAL									**22.040.158**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**22.040.158**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**17.600.000**
		Atividades							
04 122	**2110 2000**	**Administração da Unidade**							**15.000.000**
04 122	2110 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	4	2	90	0	150	15.000.000
		Projetos							
04 122	**2110 104I**	**Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília**							**500.000**
04 122	2110 104I 0001	Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília - Nacional	F	4	2	90	0	132	500.000
04 122	**2110 10AX**	**Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP**							**500.000**
04 122	2110 10AX 0001	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Santos - SP - Nacional	F	4	2	90	0	132	500.000
04 122	**2110 147X**	**Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP**							**500.000**
04 122	2110 147X 0035	Construção do Edifício-Sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Franca - SP - No Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	139	500.000
04 122	**2110 147Y**	**Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP**							**500.000**
04 122	2110 147Y 0035	Construção do Edifício-Sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campinas - SP - No Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	139	500.000
04 122	**2110 14IF**	**Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP**							**600.000**
04 122	2110 14IF 0035	Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP - No Estado de São Paulo	F	4	2	90	0	132	600.000
TOTAL - FISCAL									**17.600.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.600.000**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**320.500**
		Atividades							
04 092	**2110 2244**	**Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional**							**320.500**
04 092	2110 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional	F	3	2	90	0	181	320.500
TOTAL - FISCAL									**320.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**320.500**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28101 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**800.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**800.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	100	800.000
TOTAL - FISCAL									**800.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**800.000**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28203 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**5.000.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**5.000.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	250	5.000.000
TOTAL - FISCAL									**5.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.000.000**

ÓRGÃO: 28000 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
UNIDADE: 28233 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2121	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**							**5.650.000**
		Atividades							
22 122	**2121 2000**	**Administração da Unidade**							**1.150.000**
22 122	2121 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	F	3	2	90	0	174	1.150.000
22 661	**2121 20TX**	**Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus**							**4.500.000**
22 661	2121 20TX 0010	Gestão da Infraestrutura dos Distritos Industrial e Agropecuário de Manaus - Na Região Norte	F	3	2	90	0	174	4.500.000
TOTAL - FISCAL									**5.650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.650.000**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47101 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**700.000**
		Atividades							
04 127	**2038 20U4**	**Gestão do Patrimônio Imobiliário da União**							**700.000**
04 127	2038 20U4 0001	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	148	700.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47205 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**9.200.000**
		Atividades							
04 121	**2038 20U7**	**Censos Demográfico e Agropecuário**							**9.200.000**
04 121	2038 20U7 0001	Censos Demográfico e Agropecuário - Nacional							9.200.000
			F	3	2	90	0	100	9.200.000
TOTAL - FISCAL									**9.200.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.200.000**

ÓRGÃO: 47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
UNIDADE: 47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2038	**Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**2.580.000**
		Atividades							
04 128	**2038 20U9**	**Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública**							**2.580.000**
04 128	2038 20U9 0001	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos, Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública - Nacional							2.580.000
			F	3	2	90	0	100	2.580.000
TOTAL - FISCAL									**2.580.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.580.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49101 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2029	**Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária**							**3.442.000**
		Atividades							
21 127	**2029 210X**	**Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais**							**3.442.000**
21 127	2029 210X 0001	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Nacional							3.442.000
			F	3	2	50	0	100	3.442.000
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**2.408.000**
		Atividades							
21 631	**2066 210Q**	**Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário**							**2.408.000**
21 631	2066 210Q 0001	Estruturação e Consolidação de Unidades Produtivas - Crédito Fundiário - Nacional							2.408.000
			F	3	2	30	0	100	645.000
			F	4	2	30	0	100	1.763.000
	2069	**Segurança Alimentar e Nutricional**							**4.150.000**
		Atividades							
21 605	**2069 2B81**	**Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA**							**4.150.000**
21 605	2069 2B81 0001	Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA - Nacional							4.150.000
			F	3	2	90	0	100	1.910.000
			F	3	2	91	0	100	1.464.000
			F	5	2	90	0	100	776.000
TOTAL - FISCAL									**10.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**10.000.000**

ÓRGÃO: 49000 - Ministério do Desenvolvimento Agrário
UNIDADE: 49201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2012	**Agricultura Familiar**							**11.738.572**
		Atividades							
21 606	**2012 210S**	**Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária**							**11.738.572**
21 606	2012 210S 0001	Assistência Técnica e Extensão Rural para Reforma Agrária - Nacional							11.738.572
			F	3	2	90	0	176	11.738.572
	2034	**Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial**							**100.000**
		Atividades							
21 631	**2034 210Z**	**Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas**							**100.000**
21 631	2034 210Z 0001	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas - Nacional							100.000
			F	3	2	90	0	176	100.000
	2066	**Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária**							**30.061.720**
		Atividades							
21 125	**2066 2105**	**Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**							**1.140.000**
21 125	2066 2105 0001	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - Nacional							1.140.000
			F	3	2	90	0	176	1.140.000
21 127	**2066 210U**	**Organização da Estrutura Fundiária**							**5.549.082**
21 127	2066 210U 0001	Organização da Estrutura Fundiária - Nacional							5.549.082
			F	3	2	30	0	176	2.449.082
			F	3	2	90	0	176	900.000
			F	4	2	90	0	176	2.200.000
21 631	**2066 211A**	**Desenvolvimento de Assentamentos Rurais**							**19.372.638**
21 631	2066 211A 0001	Desenvolvimento de Assentamentos Rurais - Nacional							19.372.638
			F	3	2	90	0	176	18.672.639
			F	4	2	50	0	176	300.000
			F	4	2	90	0	176	399.999
21 127	**2066 211C**	**Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009**							**4.000.000**
21 127	2066 211C 6000	Regularização da Estrutura Fundiária na Área de Abrangência da Lei 11.952, de 2009 - Na Amazônia Legal							4.000.000
			F	3	2	30	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**41.900.292**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**41.900.292**

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2035	**Esporte e Grandes Eventos Esportivos**							**278.414**
		Operações Especiais							
27 811	**2035 09HW**	**Concessão de Bolsa a Atletas**							**278.414**
27 811	2035 09HW 0001	Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional							278.414
			F	3	2	90	0	100	278.414
TOTAL - FISCAL									**278.414**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**278.414**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2058	**Política Nacional de Defesa**							**4.000.000**
		Projetos							
05 153	**2058 11UB**	**Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto**							**4.000.000**
05 153	2058 11UB 5664	Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto - Em Brasília - DF							4.000.000
			F	4	2	90	0	100	4.000.000
TOTAL - FISCAL									**4.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 58000 - Ministério da Pesca e Aquicultura
UNIDADE: 58101 - Ministério da Pesca e Aquicultura
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2028	**Defesa Agropecuária**							**372.700**
		Atividades							
20 609	**2028 20XZ**	**Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola**							**372.700**
20 609	2028 20XZ 0001	Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional							372.700
			F	3	2	90	0	100	298.000
			F	4	2	90	0	100	74.700
	2052	**Pesca e Aquicultura**							**5.910.263**
		Atividades							
20 608	**2052 20Y0**	**Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola**							**4.410.263**
20 608	2052 20Y0 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional							4.410.263
			F	3	2	90	0	100	1.556.097
			F	4	2	30	0	100	989.975
			F	4	2	40	0	100	655.902
			F	4	2	90	0	100	1.208.289
20 125	**2052 20Y2**	**Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas**							**1.500.000**
20 125	2052 20Y2 0001	Fiscalização e Monitoramento para a Sustentabilidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas - Nacional							1.500.000
			F	3	2	90	0	100	920.922
			F	4	2	90	0	100	579.078
TOTAL - FISCAL									**6.282.963**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.282.963**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**30.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00M3**	**Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)**							**30.000.000**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

28 846	0909 00M3 0001	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012) - Nacional	F	3	1	90	0	100	30.000.000
									30.000.000
TOTAL - FISCAL									**30.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.000.000**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União

UNIDADE: 71102 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais**							**15.498.857**
		Operações Especiais							
28 846	**0910 00H9**	**Contribuição ao Fundo Mercosul Cultural - FMC (MRE)**							**2.000.000**
28 846	0910 00H9 0002	Contribuição ao Fundo Mercosul Cultural - FMC (MRE) - No Exterior							2.000.000
			F	3	2	80	0	100	2.000.000
28 846	**0910 00HB**	**Contribuição ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP (MRE)**							**75.000**
28 846	0910 00HB 0002	Contribuição ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa - IILP (MRE) - No Exterior							75.000
			F	3	2	80	0	100	75.000
28 846	**0910 00HC**	**Contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul - TPR (MRE)**							**500.000**
28 846	0910 00HC 0002	Contribuição à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul - TPR (MRE) - No Exterior							500.000
			F	3	2	80	0	100	500.000
28 846	**0910 00HD**	**Contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul - ARGM (MRE)**							**3.332.702**
28 846	0910 00HD 0002	Contribuição ao Alto Representante-Geral do Mercosul - ARGM (MRE) - No Exterior							3.332.702
			F	3	2	80	0	100	3.332.702
28 846	**0910 00LL**	**Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD)**							**9.000.000**
28 846	0910 00LL 0002	Contribuição ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CAE CPLP (MD) - No Exterior							9.000.000
			F	3	2	80	0	100	9.000.000
28 846	**0910 0867**	**Contribuição ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)**							**545.165**
28 846	0910 0867 0002	Contribuição ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE) - No Exterior							545.165
			F	3	2	80	0	100	545.165
28 846	**0910 09GY**	**Contribuição Voluntária ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (MTE)**							**45.990**
28 846	0910 09GY 0002	Contribuição Voluntária ao Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional - CINTERFOR (MTE) - No Exterior							45.990
			F	3	2	80	0	100	45.990
TOTAL - FISCAL									**15.498.857**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.498.857**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios

UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda**							**1.699.242**
		Atividades							
04 122	**2110 8567**	**Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)**							**1.699.242**
04 122	2110 8567 0016	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) - No Estado do Amapá							1.699.242
			F	3	2	90	0	100	1.699.242
TOTAL - FISCAL									**1.699.242**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.699.242**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito

UNIDADE: 74101 - Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2014	**Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização**							**200.000.000**
		Operações Especiais							
20 605	**2014 0301**	**Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992)**							**200.000.000**
20 605	2014 0301 0001	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) - Nacional							200.000.000
			F	3	1	90	0	100	200.000.000
TOTAL - FISCAL									**200.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**200.000.000**

DECRETO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento de Investimento para 2014, em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, crédito suplementar no valor de R$ 81.189.000,00, para os fins que especifica.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no inciso I do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor da empresa estatal Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS, crédito suplementar no valor de R$ 81.189.000,00 (oitenta e um milhões, cento e oitenta e nove mil reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de operações de crédito internas, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita", constante do Anexo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

MICHEL TEMER
Miriam Belchior

ANEXO — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
722- Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO

41000 - Ministério das Comunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**81.189.000**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**45.853.685**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**45.853.685**
6.3.0.0.00.00	**Operações de Crédito de Longo Prazo**	**35.335.315**
6.3.1.0.00.00	**Internas**	**35.335.315**
	TOTAL GERAL	**81.189.000**
	RECEITAS CORRENTES	**45.853.685**
	RECEITAS DE CAPITAL	**35.335.315**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações

ANEXO — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
722- Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

41202 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**81.189.000**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**45.853.685**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**45.853.685**
6.3.0.0.00.00	**Operações de Crédito de Longo Prazo**	**35.335.315**
6.3.1.0.00.00	**Internas**	**35.335.315**
	TOTAL GERAL	**81.189.000**
	RECEITAS CORRENTES	**45.853.685**
	RECEITAS DE CAPITAL	**35.335.315**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41202 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

ANEXO	**Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÃO

722 - Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

24 - Comunicações	**81.189.000**
722- Telecomunicações	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMA

2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR FONTE E GRUPOS DE DESPESAS

495 - Recursos do Orçamento de Investimento	**81.189.000**
TOTAL GERAL	**81.189.000**

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00	**Recursos de Capital - Orçamento de Investimento**	**81.189.000**
6.1.0.0.00.00	**Recursos Próprios**	**45.853.685**
6.1.1.0.00.00	**Geração Própria**	**45.853.685**
6.3.0.0.00.00	**Operações de Crédito de Longo Prazo**	**35.335.315**
6.3.1.0.00.00	**Internas**	**35.335.315**
	TOTAL GERAL	**81.189.000**
	RECEITAS CORRENTES	**45.853.685**
	RECEITAS DE CAPITAL	**35.335.315**

ÓRGÃO: 41000 - Ministério das Comunicações
UNIDADE: 41202 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

ANEXO	**Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)	**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
2025		**Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia**							**81.189.000**
		Projetos							
24 722	**2025 146Z**	**Aquisição de um Satélite em Posição Orbital**							**81.189.000**
24 722	2025 146Z 0001	Aquisição de um Satélite em Posição Orbital - Nacional							81.189.000
		Satélite lançado (percentual de execução física): 2	I	4-INV	2	90	0	495	81.189.000
TOTAL - INVESTIMENTOS									**81.189.000**

Presidência da República

DESPACHOS DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 367, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do Relatório Anual com informações referentes à implementação da Lei nº 12.527/2011.

Nº 368, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Senado Federal da Programação Monetária, destinada à Comissão de Assuntos Econômico daquela Casa.

Nº 369, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal sobre Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

Nº 370, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.

Nº 371, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Protocolo de Emenda ao Convênio de Integração Cinematográfica, celebrado em Córdoba, Espanha, em 28 de novembro de 2007.

Nº 372, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Estatuto do Comitê Internacional de Medicina Militar (CIMM), atualizado em 5 de outubro de 2009.

Nº 373, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, celebrado em Ancara, em 7 de outubro de 2011.

Nº 374, de 12 de novembro de 2014. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Bélgica sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Bruxelas, no dia 4 de outubro de 2009.

Nº 375, de 12 de novembro de 2014. Solicita ao Congresso Nacional que seja atribuído o regime de urgência, ao Projeto de Lei nº 36, de 2014-CN, que "Altera a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014", encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 365, de 10 de novembro de 2014.

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

RETIFICAÇÕES

No Termo de Liberação de Operação nº 13/2014, de 11 de novembro de 2014, publicado no DOU de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, **onde se lê:** "....Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014...", **leia-se:** "...Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014...".

No Termo de Liberação de Operação nº 14/2014, de 11 de novembro de 2014, publicado no DOU de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, **onde se lê:** "....Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 14 de fevereiro de 2014...", **leia-se:** "...Resolução nº 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014...".

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

RETIFICAÇÃO

No art. 1º da Decisão nº 155, de 10 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 3, **onde se lê:** "Declarar a inaplicabilidade do art. 10 da Portaria nº 306/GC-5, de 25 de março de 2003", **leia-se:** "Declarar a inaplicabilidade do art. 10 da Instrução sobre a Cobrança das Tarifas Aeroportuárias de Embarque, de Pouso e de Permanência, aprovada pela Portaria nº 306/GC-5, de 25 de março de 2003".

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 2.661 - Revogar a suspensão cautelar da homologação do Curso de Comissário de Voo da FLORIPA FLIGHT TRAINING ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, localizada à Rua Professor Americo Vespúcio Prates, nº 45, Bairro Carianos, CEP: 88047-710, na cidade de Florianópolis - SC. Processo nº 00065.034367/2014-86.

Nº 2.662 - Renovar a Autorização de funcionamento da EIAC - Escola Internacional de Aviação Civil, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida Alcindo Cacela nº 411, Bairro Umarizal, em Belém - PA, CEP: 66.060-000,e renovar a Homologação dos cursos teóricos de Piloto Privado - Avião, Piloto Privado - Helicóptero, Piloto Comercial/IFR - Avião, Piloto Comercial-Helicóptero, Voo por Instrumentos; dos cursos teórico e prático de Comissário de Voo e Mecânico de Manutenção Aeronáutica nas Habilitações Célula, Grupo Motopropulsor e Aviônicos; e do curso prático de Piloto Privado-Avião por 5 (cinco) anos, da EIAC - Escola Internacional de Aviação Civil. Processo nº 00065.077255/2014-10.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso I, da Portaria nº 3375/SPO, de 20 de dezembro de 2013 tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.663 - Tornar pública a suspensão, a pedido, do Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) nº 2003-08-0CCN-01-01, emitido em 04 de junho de 2014, em favor da sociedade empresária BERTOL AEROTÁXI LTDA., com base no documento protocolado nesta Agência em 17 de outubro de 2014 sob o nº 00068.006104/2014-57, a partir da comunicação à interessada por meio do FOP 121 nº 45/2014/GOAG/SPO, a contar de 7 de novembro de 2014. Processo nº 00068.005802/2014-35.

Nº 2.664 - Tornar pública a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 2014-11-00AB-01-00, emitido em 07 de novembro de 2014, em favor da sociedade empresária SOLAR TÁXI AÉREO LTDA., em virtude do atendimento ao estabelecido no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 119 (RBAC nº 119) e Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 135 (RBAC nº 135), a partir da comunicação a interessada por meio do Ofício nº 68/2014/GOAG/SPO, a contar da data de 10 de novembro de 2014. Processo nº 00067.003970/2013-15.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

ANTONIO ALESSANDRO MELLO DIAS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, inciso XXXVII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, tendo em vista o disposto na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, resolve:

Nº 2.659 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária LIM-BERGER & REUS TÁXI AÉREO LTDA, com sede social em Toledo (SC), como empresa de serviço de transporte público não regular na modalidade táxi aéreo e serviço aéreo especializado na atividade de aeropublicidade. Processo nº 00058.082652/2014-01.

Nº 2.660 - Autorizar, por 12 (doze) meses, o funcionamento jurídico da sociedade empresária CAMEJO TAXI AÉREO LTDA, com sede social em Osório (RS), como empresa de serviço de transporte público não regular na modalidade táxi aéreo. Processo nº 00058.092140/2014-44.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RICARDO BISINOTTO CATANANT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
SECRETARIA DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 12 de novembro de 2014

O SECRETÁRIO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso III, do artigo 44, parágrafo único, do artigo 47 ambos da Lei nº 8.934/94, do inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.060, de 29 de julho de 2013 e pela Portaria nº 02, de 28 de janeiro 2014, publicada no D.O.U. nº 20, de 29 de janeiro de 2014, decide, acolher o Parecer nº 00151/2014/GAB/ASJUR-SMPE/CGU/AGU, de 11 de novembro de 2014, para CONHECER E NÃO PROVER O RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Referência: Processo SMPE-PR nº 00095.001960/2014-99 e Processo JUCESP nº 995019/13-7
Recorrente: Vastec Equipamentos Industriais Ltda.
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo
(Vautec Montagens e Equipamentos Industriais Ltda.-EPP)

O SECRETÁRIO DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo inciso III, do artigo 44, parágrafo único, do artigo 47 ambos da Lei nº 8.934/94, do inciso III, do artigo 64, do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.060, de 29 de julho de 2013 e pela Portaria nº 02, de 28 de janeiro 2014, publicada no D.O.U. nº 20 de 29 de janeiro de 2014, DECIDE, acolher o Parecer SMPE/AJ nº 150/2014, de 10 de novembro de 2014, para CONHECER E PROVER O RECURSO interposto contra a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo e, no mérito, em face da competência desta Secretaria e da autotutela administrativa, aplicar as penalidades de destituição aos leiloeiros Mauro Zukerman e Helena Plat Zukerman, nos termos do art. 36 - primeira parte, do Decreto nº 21.981/1932, bem como aplicação da pena de multa ao leiloeiro Mauro Zukerman, nos termos do art. 36 - segunda parte, do Decreto nº 21.981/1932.

Referência: Processo nº 52700.001718/2014-33 e Processo JUCESP nº 995046/13-0
Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo
Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo

JOSÉ CONSTANTINO DE BASTOS JUNIOR

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CAMEX nº 91, de 07 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 08 de outubro de 2014, Seção 1, páginas 59 a 68, no Art. 1º;

Onde se lê:

9027.10.00	Ex 062 - Estações automáticas para monitoramento da qualidade do ar, compostas por sensores de gases ozônio (O?), dióxido de nitrogênio (NO?), monóxido de carbono (CO), dióxido de enxofre (SO?) e compostos orgânicos voláteis, sensor de material particulado, sensores meteorológicos, módulo de tratamento de gás, sistema de gerenciamento térmico e módulo de controle.

Leia-se:

9027.10.00	Ex 062 - Estações automáticas para monitoramento da qualidade do ar, compostas por sensores de gases ozônio (O_3), dióxido de nitrogênio (NO_2), monóxido de carbono (CO), dióxido de enxofre (SO_2) e compostos orgânicos voláteis, sensor de material particulado, sensores meteorológicos, módulo de tratamento de gás, sistema de gerenciamento térmico e módulo de controle.

Onde se lê:

8419.81.10	Ex 003 - Máquinas de esterilização de peças e materiais a vácuo e vapor para o processo produtivo de medicamentos veterinários injetáveis, compostas por: 1 câmara de trabalho com pressão mínima de -1,0 bar(g) e máxima de +2,5 bar(g); invólucro da câmara de trabalho com pressão mínima de 0 bar(g) e máxima de 2,5 bar(g); portas de correr horizontais e automáticas, seladas por silicone e pressurizada por ar comprimido estéril, com acionamento linear encapsulado das portas; 1 defletor de vapor no teto da câmara para fluxo constante de vapor; 1 filtro estéril com taxa de retenção de 0,2µm para ar comprimido; 1 bomba a vácuo comum com cooler condensador para despressurização da câmara; 1 dreno; tubulação interna em aço inox 316L de acordo com o DIN EN ISO 1127 e RA0,8µm; motor elétrico trifásico com voltagem nominal de 440VAC 60Hz; duplo sensor de temperatura PT-100 classe AA de acordo com a EN60751; sensores de pressão com classe de precisão de £ 0,5% de incerteza; 2 pressostatos na câmara para liberação da porta; 3 medidores de pressão; painel de comando bilíngue (português/ inglês) com painel IHM (Interface Homem-Máquina) touch screen e teclado trackball; câmara e camisa de aquecimento com alimentação de vapor independentes, permitindo a utilização de vapor de diferentes qualidades (vapor puro na câmara e vapor de planta para a camisa), com editor de receita livre e desenvolvido para atender aos requisitos 21CFR Part 11, exigido pelo FDA.

Leia-se:

8419.89.19	Ex 025 - Máquinas de esterilização de peças e materiais a vácuo e vapor para o processo produtivo de medicamentos veterinários injetáveis, compostas por: 1 câmara de trabalho com pressão mínima de -1,0 bar(g) e máxima de +2,5 bar(g); invólucro da câmara de trabalho com pressão mínima de 0 bar(g) e máxima de 2,5 bar(g); portas de correr horizontais e automáticas, seladas por silicone e pressurizada por ar comprimido estéril, com acionamento linear encapsulado das portas; 1 defletor de vapor no teto da câmara para fluxo constante de vapor; 1 filtro estéril com taxa de retenção de 0,2µm para ar comprimido; 1 bomba a vácuo comum com cooler condensador para despressurização da câmara; 1 dreno; tubulação interna em aço inox 316L de acordo com o DIN EN ISO 1127 e RA0,8µm; motor elétrico trifásico com voltagem nominal de 440VAC 60Hz; duplo sensor de temperatura PT-100 classe AA de acordo com a EN60751; sensores de pressão com classe de precisão menor ou igual a 0,5% de incerteza; 2 pressostatos na câmara para liberação da porta; 3 medidores de pressão; painel de comando bilíngue (português/ inglês) com painel IHM (Interface Homem-Máquina) touch screen e teclado trackball; câmara e camisa de aquecimento com alimentação de vapor independentes, permitindo a utilização de vapor de diferentes qualidades (vapor puro na câmara e vapor de planta para a camisa), com editor de receita livre e desenvolvido para atender aos requisitos 21CFR Part 11, exigido pelo FDA.

Onde se lê:

9031.80.99	Ex 628 - Equipamentos para teste de estanqueidade do sistema de freio de veículos, capacidade de operar com, no mínimo, 2 acionadores elétricos simultaneamente; aplicação de força £800N diretamente no pedal visando detectar vazamento de óleo ou existência de ar no sistema de freio; possibilidade de identificação automática do veículo a ser testado e parametrização dedicada para testar diferentes modelos de veículos, monitor para acompanhamento dinâmico do teste, armazenamento de grande número de operações realizadas, produção de curvas e dados estatísticos para análise de desvio.

Leia-se:

9031.80.99	Ex 628 - Equipamentos para teste de estanqueidade do sistema de freio de veículos, capacidade de operar com, no mínimo, 2 acionadores elétricos simultaneamente; aplicação de força menor ou igual a 800N diretamente no pedal visando detectar vazamento de óleo ou existência de ar no sistema de freio; possibilidade de identificação automática do veículo a ser testado e parametrização dedicada para testar diferentes modelos de veículos, monitor para acompanhamento dinâmico do teste, armazenamento de grande número de operações realizadas, produção de curvas e dados estatísticos para análise de desvio.

Onde se lê:

8419.40.20	Ex 001 - Analisador de destilação automatizado, para realizar a destilação atmosférica de forma autônoma por operação direta a partir do método de destilação selecionado pelo operador; faixa de medições de 0o a 450oC; com estabelecimento automático das condições ótimas de destilação para qualquer amostra; com recursos de aquecimento otimizado para prevenção do superaquecimento crítico do balão de destilação; com aquecedor auxiliar incorporado para execução de amostras de óleo cru; com tela gráfica sensível ao toque; com sistema de resfriamento livre de CFC; com sistema de medição de volume de amostra por sistema ótico compatível com amostras que produzem fumaça na proveta: faixa de volume de carga de 0 a 103%, resolução 0,03ml, precisão +-0,1ml; fornecido com proveta de 125ml, proveta de 100ml, sonda de vapor com dispositivo de centralização, pratos de aquecimento de 38 a 50mm, tubo de silicone de conexão à proveta, tampas e limpador de condensador, ventilador para redução das emissões de composto orgânico volátil e extintor de incêndio embutido.

Leia-se:

8419.40.20	Ex 001 - Analisador de destilação automatizado, para realizar a destilação atmosférica de forma autônoma por operação direta a partir do método de destilação selecionado pelo operador; faixa de medições de 0º a 450ºC; com estabelecimento automático das condições ótimas de destilação para qualquer amostra; com recursos de aquecimento otimizado para prevenção do superaquecimento crítico do balão de destilação; com aquecedor auxiliar incorporado para execução de amostras de óleo cru; com tela gráfica sensível ao toque; com sistema de resfriamento livre de CFC; com sistema de medição de volume de amostra por sistema ótico compatível com amostras que produzem fumaça na proveta: faixa de volume de carga de 0 a 103%, resolução 0,03ml, precisão +-0,1ml; fornecido com proveta de 125ml, proveta de 100ml, sonda de vapor com dispositivo de centralização, pratos de aquecimento de 38 a 50mm, tubo de silicone de conexão à proveta, tampas e limpador de condensador, ventilador para redução das emissões de composto orgânico volátil e extintor de incêndio embutido.

Onde se lê:

8481.80.95	Ex 009 - Válvulas de esfera fabricada em cobre com fechamento de operação manual e fluxo bidirecional, com assento em teflon, para linhas de líquido, sucção e gás quente em sistemas de refrigeração e ar-condicionado, podendo ser usado com refrigerantes HCFC, HFC e CO? com faixa de temperatura de -40 a 150°C, pressão máxima de trabalho de 45 bar e pressão de teste de 65 bar, corpo da válvula soldado a laser, para vazões entre 2 e 223 m³/h, com diâmetro de conexão entre 1/4 de polegada a 3 1/8 polegadas, com ponto de medição de pressão.

Leia-se:

8481.80.95	Ex 009 - Válvulas de esfera fabricada em cobre com fechamento de operação manual e fluxo bidirecional, com assento em teflon, para linhas de líquido, sucção e gás quente em sistemas de refrigeração e ar-condicionado, podendo ser usado com refrigerantes HCFC, HFC e CO_2 com faixa de temperatura de -40 a 150°C, pressão máxima de trabalho de 45 bar e pressão de teste de 65 bar, corpo da válvula soldado a laser, para vazões entre 2 e 223 m³/h, com diâmetro de conexão entre 1/4 de polegada a 3 1/8 polegadas, com ponto de medição de pressão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 86, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares em cumprimento ao disposto no art. 46 da Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público o INDEFERIMENTO dos pedidos de proteção das cultivares de trigo (Triticum aestivum L.) denominadas SYN 100, protocolo n° 21806.000006/2014-95, SYN 110, protocolo n° 21806.000007/2014-30, SYN 200, protocolo n° 21806.000008/2014-84 e SYN 300, protocolo 21806.000013/2014-97, apresentados pela empresa Syngenta Seeds Ltda., do Brasil, em cumprimento ao disposto no § 5º do art.18 da Lei nº 9.456, de 1997.

FABRÍCIO SANTANA SANTOS
Coordenador

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIAS DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44, do Regimento Interno das SFA's, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e Portaria Ministerial nº 472 de 16 de maio 2014, publicada no DOU de 19 de maio de 2014, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 532 - HABILITAR o Médico Veterinário TÂNIA FLEITUCH DE MELLO, CRMV-PR Nº 7623, processo nº 21034.002421/2014-61, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito das seguintes espécies:

1-Equina, asinina e muar no Estado do Paraná;

2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná;

3-Fica revogada a Portaria de Habilitação nº 272 de 02/07/2014.

Nº 533 - HABILITAR o Médico Veterinário LUCAS JORGE APPI, CRMV-PR Nº 12339, processo nº 21034.004123/2014-14, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito das seguintes espécies:

1-Equina, asinina e muar no Estado do Paraná;

2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 534 - HABILITAR o Médico Veterinário INARA CORREA DE ALMEIDA CRUZ, CRMV-PR Nº 6148, processo nº 21034.004447/2014-44, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito das seguintes espécies:

1-Equina, asinina e muar no Estado do Paraná;

2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

CHARLEN HENRIQUE SACONATO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.225, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005469/2013-74, de 19/11/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Creare Sistemas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 15.438.805/0001-99, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação dos seguintes bens:

I - Computador de bordo para veículos agrícolas;

II - Rastreador para veículos automotores GPS e comunicação via rede celular;

III - Computador de bordo para veículos automotores; e

IV - Leitor de etiqueta eletrônica ("tag") com dispositivo de radiofrequência (RFID).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem os bens mencionados neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização dos bens relacionados neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização dos bens relacionados no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos dos produtos relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº MCTI nº 01200.005469/2013-74, de 19/11/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.226, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.000181/2014-94, de 17/1/2014, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Fênix Indústria de Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 11.917.738/0001-34, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Circuito impresso com componentes elétricos e eletrônicos, montados, para leitor de cartão com dispositivo de identificação de código por radiofrequência (RFID) (tag).

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 1018, de 8 de dezembro de 2010.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.000181/2014-94, de 17/1/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.227, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005519/2013-13, de 21/11/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa VMI Sistemas de Segurança Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 05.293.074/0001-87, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para Inspeção de bagagens e cargas por emissão de raio-x, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 203, de 13 de fevereiro de 2014.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005519/2013-13, de 21/11/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.228, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005565/2013-12, de 22/11/2013, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Sense Eletrônica Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 47.922.042/0001-43, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para regulação ou controle automático de válvulas.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 615, de 19 de setembro de 2007.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005565/2013-12, de 22/11/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.229, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.005072/2012-00, de 20/12/2012, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Nitere Indústria de Produtos Eletrônicos Ltda. - EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 10.261.693/0001-20, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Impressora térmica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 333, de 18 de maio de 2012.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.005072/2012-00, de 20/12/2012.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.230, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.001089/2014-41, de 13/03/2014, resolvem:

Art.1º Habilitar a empresa Siemens Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 44.013.159/0065-80, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho de raio-x, fixo, com aquisição de imagens via detector digital plano.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação, os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não atenda ao disposto no art. 2º da Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF nº 168, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.001089/2014-41, de 13/03/2014.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

PORTARIA Nº 1.231, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e 7º do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, resolve:

Art. 1º Reconhecer, conforme consta do processo MCTI nº 01200.002066/2014-54, de 16 de maio de 2014, que os produtos e respectivos modelos descritos abaixo, desenvolvidos pela empresa Teracom Telemática S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 02.820.966/0001-09, atendem às condições de bens de informática e automação, desenvolvidos no País, nos termos e para os fins estabelecidos na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

Produto 1: Placa de Circuito impresso montada com componentes eletrônicos oi elétricos para equipamentos de telecomunicações.

Modelos: DM4000 PWE3 ETH20GX+32E1; DM4000 PWE3 ETH16GX+4STM1; DM4000 PWE3 ETH20GX+2x10GX+32E1; DM4000 PWE3 ETH16GX+2x10GX+4STM1.

Produto 2: Comutador (Switch) de interface, com pelo menos uma porta óptica.

Modelos: DM 4004 CHASSIS AC; DM 4008 CHASSIS AC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLELIO CAMPOLINA DINIZ

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR

PORTARIA Nº 78, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear - CDTN, no uso das atribuições e competências que lhe são conferidas pelo Art. 2º da Portaria CNEN-106, de 28/10/2010, do Presidente da CNEN, publicada no DOU de 29 de outubro de 2010, resolve:

Subdelegar competência ao Chefe da Divisão de Gestão Administrativa para, na forma da legislação vigente e diretrizes da CNEN, praticar os seguintes atos constantes na referida Portaria:

I - movimentar os recursos que lhe forem destinados, depositados no Banco de Brasil S/A;

II - expedir ordens bancárias de pagamentos;

III - empenhar e anular despesas e autorizar pagamentos, à conta de créditos orçamentários e adicionais. fundos especiais ou extra-orçamentários;

IV - autorizar a realização de licitações, em sua respectiva Unidade Administrativa, em todas as modalidades, bem como aprová-Ias, retificá-Ias, anula-Ias ou revogá-Ias, nos moldes elo que determina a Lei n° 8.666/93 e legislação posterior que regula a matéria;

V - aprovar o Plano de Trabalho a que se refere o artigo 2° do Decreto n° 2271, de 07 07.97 (contratação de serviços a serem executados de forma indireta), inclusive nas modalidades de concorrência, leilão e pregão;

VI - autorizar a realização de processo licitatório de bens, de serviços e de obras, com o objetivo de atender qualquer Unidade da CNEN;

VII. - efetuar a execução orçamentária e financeira no âmbito de sua Unidade Administrativa, para a realização dos objetivos de qualquer Unidade da CNEN;

VIII. - requisitar passagens e transportes em geral, sejam terrestres, marítimos, fluviais ou aéreos

IX. - efetuar Importação direta e indireta, dentro das cotas que lhe couber;

X. - instituir comissão de licitação, designando seus membros de acordo com a legislação em vigor;

XI. - promover o Inventário anual dos bens da União, sob sua jurisdição;

XII. - homologar baixa de materiais permanentes, enquadrados no âmbito da Unidade Administrativa;

XIII.. - executar quaisquer outras atividades de administração financeira que venham a ser determinadas pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, as

quais, pelas suas características, enquadram-se na competência da Unidade

administrativa;

XIV. - realizar o controle físico do material; XV. - conceder suprimento de fundos aos servidores para as necessidades inerentes ás suas atividades;

XVI. - controlar as dotações orçamentárias que lhe forem atribuídas pelas provisões;

XVII. - prestar contas, mensalmente, à CNEN, dos recursos financeiros que lhe forem atribuídos;

XVIII. - praticar todos os atos necessários ao cumprimento das normas da CNEN;

XIX. - representar a CNEN junto à Secretaria Estadual de Fazenda de Minas Gerais - SEF/MG, para efeito de solicitação de isenção de tributos estaduais;

XX. - instituir Comissão de Vistoria, Avaliação e Baixa de Materiais e Sindicância de Bens Patrimoniais.

WALDEMAR AUGUSTO DE ALMEIDA MACEDO

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.299/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 40409/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB/NB-1
Extrato Prévio: 4227/14 publicado em 25/08/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de interações neuroimunes, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.300/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000785/1997-79
Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP
CQB: 046/98
Próton: 43054/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4267/14 publicado em 19/09/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, Sra. Marilene H. Lopes da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Biotério de Experimentação do Departamento de Biologia Celular e do Desenvolvimento, de NB-1, para finalidade de pesquisa em regime de contenção com animais e microrganismos GM. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.301/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001244/2013-49
Requerente: Universidade Estadual de Maringá - UEM
CQB: 147/01
Próton: 47247/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Extensão de CQB / NB-1
Extrato Prévio: 4279/14 publicado em 27/09/14
Decisão: DEFERIDO

A Presidência da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio referente à extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir a área referente ao Laboratório de Virologia Vegetal e Produção Clonal de Mudas - Biotecnologia Vegetal, de NB-1, para finalidade de Pesquisa em regime de contenção com microrganismos e vírus de plantas. O responsável pela unidade operativa declara que as instalações contam com salas e equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.302/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000100/1998-20
Requerente: Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ Ufrgs
CQB: 060/98
Próton: 16480/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2
Extrato Prévio: 4076/14 publicado em 14/05/14
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Imunização de bovinos com Babesia bovis recombinante para desenvolvimento de vacina contra carrapato". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança. As linhagens serão mantidas e manipuladas junto ao Laboratório NB2 nas instalações do laboratório de Imunologia Aplicada a Sanidade Animal, Centro de Biotecnologia da UFRGS e no Estábulo de Bovinos da Faculdade de Veterinária, conforme as medidas se segurança do CQB nº 060/98. E descreve que o material biológico contendo OGM será descartado seguindo as normas da CNTBio.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.303/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 177ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 06 de novembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000423/2010-16
Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto
CQB: 297/10
Próton: 40759/14
Assunto: Solicitação de Parecer para Projetos NB-2
Extrato Prévio: 4226/14 publicado em 25/08/14
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Geração de células-tronco pluripotentes induzidas (iPSCs) a partir de fibroblastos de pacientes com anemia aplástica adquirida". O nível de biossegurança planejado é do tipo NB-2. A manipulação das células pluripotenes (iPSCs) e os camundongos utilizados no ensaio de teratomas será efetuada em cabines de segurança biológica de classe II. Os pesquisadores descrevem que os resíduos sólidos, líquidos e os materiais perurocortantes serão descartados de acordo com o manual de orientações para manuseio, processamento e descarte de OGMs.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.304/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 176ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 04 de setembro de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.002341/2013-59
Requerente: CEVA Saúde Animal Ltda.
CQB: 256/08
Proton: 18661/2013
Endereço: Rua Manoel Joaquim Filho, 303 Paulínia - SP - CEP 13.140-000. Fone: (19) 3833-7700. Fax: (11) 3833-7722
Assunto: Solicitação de parecer sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado para atividades de importação, transporte, armazenamento e comercialização.
Extrato Prévio: 3638/13 publicado no DOU nº 112 em 13 de junho de 2013.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo referente à biossegurança de produto para registro e uso comercial, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O responsável legal pela CEVA Saúde Animal Ltda., Sr. Jean Charles Tissot, solicita à CTNBio parecer técnico sobre a biossegurança de organismo geneticamente modificado para ser utilizado como vacina para aves. O pedido de parecer abrange as atividades importação, transporte, armazenamento e comercializado pela empresa no Brasil do produto denominado "VECTORMUNE® HVT-LT - Vacina contra laringotraqueíte aviária e Doença de Marek, Sorotipo 3, vetor vivo da Doença de Marek". Este produto será importado pronto e acabado, sendo as etapas de produção, purificação e envase realizadas nos Estados Unidos (Kansas, EUA), pela empresa Biomune Company, e seu uso destina-se a aplicação em ovos embrionados de aves com 18 a 19 dias ou pintos com um dia de idade. A empresa encaminhou a documentação necessária pertinente a este pleito e a CTNBio julgou adequada a solicitação feita. O resultado da votação do pleito em plenário foi de 3 abstenções e 16 votos favoráveis à aprovação do pedido de liberação comercial do produto "VECTORMUNE® HVT-LT - Vacina contra laringotraqueíte aviária e Doença de Marek, Sorotipo 3, vetor vivo da Doença de Marek". No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 12 de novembro de 2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 177ª. Reunião Ordinária da CTNBio, em 06/11/2014, que ficam APROVADOS, os seguintes relatórios de liberações planejadas após suas conclusões. Processos: 01200.001456/2010-83 e 01200.002644/2010-29.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS

PORTARIA Nº 4, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE LIVRO, LEITURA, LITERATURA E BIBLIOTECAS DA SECRETARIA EXECUTIVA/MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 604, de 08 de agosto de 2014, considerando o disposto no Decreto 8.297, de 15 de agosto de 2014, e o Edital de Seleção Pública DLLLB/FBN/MINC Nº 01/2014 - Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado final referente à etapa de Avaliação e Seleção:

Classificados:

Nº	UF	Município	Nome do Proponente	Nome da iniciativa/boa prática	Nome da Biblioteca	Nota
1	MG	Belo horizonte	Cleide aparecida fernandes	Serviço de voluntários do setor braille	Biblioteca pública estadual luiz de bessa	99,75
2	DF	Brasília	Rafael Fernandes de Souza	Casa da Memória do Cruzeiro	Biblioteca Pública do Cruzeiro	99,25
3	RS	Santa Cruz do Sul	Muriel esperança thurmer	Entrando na roda da leitura	Biblioteca pública municipal de rio pardo	98,25
4	SP	Garça	Rosane fagotti voss	Hospital do livro	Biblioteca pública municipal dr. Rafael paes de barros	98,25
5	PB	Cabedelo	Anelise Macedo Dantas de Mélo	Biblioteca Itinerante O livro em suas mãos	Biblioteca Pública Municipal Aderbal Piragibe	97
6	RS	São leopoldo	Katiane crescente lourenço	Projeto de contação de histórias contar e encantar	Biblioteca pública municipal vianna moog	96,5
7	MG	Belo horizonte	Walter samarini de amorim	Caravana da leitura - ônibus biblioteca	Biblioteca municipal dr. Edson diniz	95,75
8	MG	Governador valadares	Raul carvalhal alves	Roda de leitura	Biblioteca pública municipal professor paulo zappi	95,75
9	SP	Itapetininga	Milene França da Silva	Biblioteca: um espaço de leitura, cultura e relacionamentos	Biblioteca Municipal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque	95,25
10	MG	Pará de Minas	Eduardo Santos Rocha	Projeto Amigos da Leitura - Leitores do Futuro	Biblioteca Pública Municipal Professor Mello Cançado	94,5
11	RS	Venâncio aires	Rosaria Garcia costa	Grupo de leitura no centro de atenção psicossocial ii -caps	Biblioteca pública municipal de venâncio aires	94,5
12	SP	São Paulo	João batista de assis neto	Feira de troca de livros e gibis	Coordenadoria do sistema municipal de bibliotecas - csmb (serviços de extensão)	94,5
13	SC	São Bento do Sul	Andrea blaskovski	Cultivando leituras sustentáveis na biblioteca	Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos	94,5
14	RS	Cachoeirinha	Simone Cristina da Silva Medeiros	Núcleo de Apoio à Hora do Conto	Biblioteca Pública Municipal Monteiro Lobato	94,25
15	PE	Recife	Luiza Ferreira de Melo	Caixa-Estante:Quem se informa está mais forte	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco	93,75
16	RS	Tupandi	Luciane ludwig kercher	Projeto ler - leitura, escrita e riqueza	Biblioteca Sobrado Weber	93
17	SE	Aracaju	Mirian moreno elorza	Revitalização da sala de cultura popular manoel d´almeida filho	Biblioteca Pública Epifânio Dória	91,75
18	AL	Arapiraca	Wilma maria nóbrega lima	Mães leitoras: costurando a leitura para crianças	Biblioteca Pública Professor miguel Valeriano Arapiraquina II	91,5
19	PR	Maripá	Teresinha steffens	Projeto leia maripá	Biblioteca Pública Cidadã Professora	91,5
20	RJ	Niterói	David Nascimento Bassous	GINGAS - Corpo e Letra: o gesto como potência do saber	Biblioteca Pública de Niterói	91,25
21	RJ	Bom Jardim	Maria do Carmo Erthal Frerie	Luz, Cor e Ação: Dinamização da BPM João XXIII	Biblioteca Pública Municipal João XXIII	91
22	ES	Vitória	Elizeti Terezinha Caser Rocha	Projeto Viagem pela Literatura	Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim	90,5
23	PR	Ponta Grossa	Gisele Aparecida França	Programa de Visitas Monitoradas	Biblioteca Pública Professor Bruno Enei	90
24	BA	Serrolândia	Zilma Pereira dos Santos	Ciranda cirandinha: conta-me história	Biblioteca Publica Municipal Gervácio Maciel da Cruz	90
25	PA	Belém	Maria do Socorro Baia dos Santos	A cultura popular do Município de Belém como instrumento de promoção da leitura na Biblioteca	Biblioteca Pública Municipal Avertano Rocha	89,75
26	SP	Diadema	Sidival oliveira siqueira	Projeto leitura coletiva sobre música	Biblioteca municipal olíria de campos barros	89,75
27	SC	Jaraguá do Sul	Sandra regina baron	Circuito de contações de histórias	Biblioteca pública municipal rui barbosa	88,25
28	RS	São Pedro da Serra	Lisete maria hommerding	Biblioteca ambulante	Biblioteca pública municipal irmã lúcia kuhn	88
29	MG	Belo Horizonte	Gildete Aparecida de Souza Santos Veloso	Projeto Encontro com o Escritor	Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa	87,5
30	MG	Muriaé	Gilca maria hubner napier	Prazer em conhecer, prazer em ler!	Biblioteca pública municipal vivaldi wenceslau moreira	86,75

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

31	PE	Salgueiro	Nivaneide da Silva Costa	Passeio Cultural - a Biblioteca na minha rua	Biblioteca Pública Municipal Francisco Augusto	86,75
32	MG	Betim	Conceição Cristina dos Santos	Criação da rede de Bibliotecas Públicas e Comunitárias de Betim	Biblioteca Pública Leonor de Aguiar Batista	86,5
33	TO	Pau D'Arco	Igor ferreira teixeira	Mundo mágico da leitura infantil	Rui barbosa	86,25
34	SP	Monte Aprazível	Regina maria maionchi martins	Ler é brincar	Biblioteca pública municipal	85,75
35	RS	Gramado	Mirella Timm dos Santos Trindade	Biblioteca Lúdica	Biblioteca Pública Cyro Martins	85,75
36	GO	Goiânia	Maria das graças monteiro castro	Em quatro cantos: a biblioteca municipal de literatura infantil e juvenil de goiânia	Biblioteca municipal marietta telles machado	85,25
37	MG	Belo Horizonte	Maria helena ferreira evaristo	Em destaque	Biblioteca pública estadual luiz de bessa	85,25
38	MG	Ponte Nova	Rosângela aparecida domingos lanna	Chá, café e poesia	Biblioteca pública municipal miguel valetim lanna	85
39	RS	Osório	Vinícius yuri kingeski ferri	Os bichos do seu bastos	Biblioteca pública municipal fernandes bastos	85
40	SP	Santo André	Vitor hugo moraes	Biblioteca digital de santo andré	Biblioteca nair lacerda	85
41	TO	Santa Fé do Araguaína	Amanda ferreira teixeira	Promovendo e valorizando a diversidade cultural	Rui barbosa	84,5
42	BA	Maracás	Claudia Spinola Barbosa de Santana	Ler é divertido,experimente!	Biblioteca Publica Luis Eduardo Magalhães	84,5
43	MG	Florestal	Maria aparecida alves de oliveira	Dinamização dos serviços da biblioteca pública municipal de florestal	Biblioteca pública municipal prof. Raymundo b. P. Pinheiro	84
44	SC	Flor do Sertão	Ademir Sonda	O vô e a vó sabem contar histórias	Biblioteca Pública Municipal Dulce Marina Pitol	83,5
45	RS	Gravataí	Mara Solange Franke	Projeto de Feiras de Doação de Livros da Biblioteca para a Comunidade	Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa de Esteio	83
46	MG	Juiz de Fora	Margareth Assis Marinho	Projeto cardápio literário	Biblioteca municipal murilo mendes	82,75
47	RS	Boa Vista do Sul	Lia M. Schuster da Silva	Projeto de Extensão à Leitura à Classe Trabalhadora do Município	Biblioteca Pública Municipal Boa Vista do Sul	82,25
48	RS	Bom Princípio	Claudia Raquel Muller Munchen	Biblioteca Pública, local de preservação e de construção de saberes	Biblioteca Érico Veríssimo	82
49	AC	Rio Branco	Francisco das Chagas Gomes do Nascimento	Cinema e Cineclubismo na Filmoteca da Biblioteca Pública	Biblioteca Pública do Estado do Acre	80,5
50	RS	Campo Bom	Juraci Teresinha Reichert	Semeando a Leitura	Biblioteca Pública Municipal Professor Antônio Nicolau Orth	79,75
51	SC	Tubarão	Ana Paula Ribeiro Guedes	Projeto "Viajando com as histórias do Baú" - ouvir histórias é bom. Experimente!"	Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac	79,75
52	MG	Carmo do Cajuru	Stela Aparecida de Camargos Dias	Revitalização da Biblioteca	Biblioteca pública municipal José Donizete Ribeiro de Souza	79,25
53	SC	Joinville	Nilza Helena da Silva Vilhena	Ciranda Literária de Jaraguá do Sul	Biblioteca Pública Municipal Rui Barbosa	78,5
54	SP	São Paulo	Adilson Medeiros dos Santos	Jogos de rpg incentivando a leitura	Rubens Borba Alves de Moraes	78,25
55	RS	Nova Petrópolis	Susana Beatris Fonseca Carrasco	Baú da Leitura	Biblioteca Pública Municipal Profª Elsa Hofstätter da Silva	77,5
56	AL	Lagoa da Canoa	Jussinadja Cristalia Prereira Santos	Era uma vez... Ler, divertir, conhcer	Biblioteca publica municipal agnelo rodrigues melo	77,5
57	MG	Patrocínio	Edilamar Maria Arvelos Caixeta	Hora do Conto	Biblioteca Pública Municipal Idalides Paulina de Souza	76,25
58	CE	Farias Brito	Maria de Fátima da Penha	S.o.s leitura	Biblioteca Francisco Matias de Sousa	76,25
59	MG	Ubá	Cássius Magno da Silva Lopes	Biblioteca um lugar para conhecer...	Biblioteca Pública Municipal	74,75
60	MG	São Gonçalo do Rio Abaixo	Jussimere de Souza	Ler pra Valer em Todos os Cantos - novos olhares	Biblioteca Pública Professor	73,25
61	SP	Taboão da Serra	Mara Esteves Costa	Saraus mediando Leituras	Biblioteca Pública Municipal Castro Alves	71,75
62	MG	Poços de Caldas	Maria das Dôres Teodoro Nascimento	Resgaste de uma Biblioteca pública	Biblioteca Professor Julio Bonazzi	69,25
63	MG	Catas Altas	Éder Ayres Siqueira	Projeto de Educação Patrimonial Garimpando Nosso Patrimônio	Biblioteca Publica Municipal Maria Auxiliadora Pereira	64
64	GO	Rio Verde	Maria Apareceida de Loiola Machado	Cantinho da leitura	Biblioteca Municipal Rosulino Campos	63,5

Desclassificados:

	UF	Município	Nome do Proponente	Nome da Iniciativa/Boa Prática	Nome Da Biblioteca	Nota	Motivo da desclassificação
65	MA	Jenipapo dos Vieiras	Adalgisa Barbosa da Conceição	Reestruração da Biblioteca Municipal	Biblioteca Raimundo Ferreira Lima	55	Em consonância do item 10.3 do Edital
66	SE	Maruim	Joelma ferreira Martins santos	Reacendendo nossa historia	Biblioteca Publica Josias Vieira Dantas	46,5	Em consonância do item 10.3 do Edital
67	RN	Parnamirim	Angélica Fernandes de Oliveira Vitalino	Parnamirim, um rio que flui para o mar da leitura	Biblioteca Municipal Rômulo Wanderley	41,25	Em consonância do item 10.3 do Edital
68	ES	Vitória	Merielem Frasson da Silva	Sementes do Conhecimento.	Biblioteca Rui Tendinha	0	Biblioteca especializada, que em consonância dos itens 1 e 10.3 do Edital
69	RN	Pau dos Ferros	Maria lucia pessoa sampaio	Mirins leitores, grandes mediadores	Biblioteca João XXIII	0	Biblioteca escolar, que em consonância dos itens 1 e 10.3 do Edital
70	PR	Uraí	Cristiane Barizon	Projeto Biblioteca Criativa	Biblioteca Paulina Pacífico Borsari	0	Biblioteca escolar, que em consonância dos itens 1 e 10.3 do Edital

Art. 2º - Homologar o resultado final do Edital de Seleção Pública DLLLB/FBN/MINC Nº 01/2014 - Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas, no site do SNBP - www.snbp.bn.br , no site da FBN - www.bn.br, e no site do Ministério da Cultura - www.cultura.gov.br.

Art. 3º - Os 52 (cinquenta e dois) proponentes classificados nas primeiras colocações, devem atender esta convocação e apresentar no prazo de 10 (dez) dias úteis a documentação complementar prevista no item 12 do Edital, abaixo descrita, para o seguinte endereço:

Prêmio boas práticas e inovação em bibliotecas públicas
Edital de Seleção Pública n.º 01/2014/DLLLB/FBN
Ministério da Cultura (MinC)/ Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB)/ Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)
Setor Comercial Sul (SCS), quadra 09, lote C, torre B, Edifício Parque da Cidade Corporate, 12 andar, Brasília- DF CEP: 70308-200

a) Documentação complementar exigida

–Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais atualizada, obtida no sitio da Receita Federal (http://www.receita.fazenda.gov.br), opção "pessoa física";
–Se estrangeiro, cópias de comprovação de residência no Brasil há mais de 3 (três) anos de cédula de identidade estrangeira ou visto de trabalho ou visto de permanência;
–Cópia autenticada da Carteira de Identidade;
–Certidão de Quitação Eleitora, obtida no sitio do Tribunal Superior Eleitoral (http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral);
–Certificado de Alistamento Militar, no caso do proponente ser do sexo masculino;
–Dados bancários (para depósito do prêmio nome do banco, número da agência e da conta corrente do proponente);
–Declaração - Art. 11 Portaria nº 29 - Anexo V;

Art. 4º - Em caso de desistência, ou falta de interesse do candidato, ou a desatualização cadastral que inviabilize o contato com o proponente, ou o não atendimento ao ato convocatório, na forma do item 12.1, ou o não cumprimento das exigências fiscais, legais e documentais incidentes, serão convocados os proponentes classificados em posição imediatamente seguinte pela Comissão de Avaliação e Seleção, respeitados os critérios de desempate estabelecidos, ficando o proponente automaticamente excluído da lista de classificação, não cabendo, nessa hipótese, recurso ou retratação.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANO DOS SANTOS

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 12 de novembro de 2014

Nº 171 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos arts. 1º, 1º-A, 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0419 - A Vilã das Nove
Processo: 01580.065797/2014-83
Proponente: Lupa Filmes Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 19.478.327/0001-00
Valor total aprovado: R$ 5.135.000,00
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 975.000,00
Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.188-7
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.003.250,00
Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.190-9
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.500.000,00
Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.189-5
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 3254-9 conta corrente: 14.191-7
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos do art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0474 - Raia 4
Processo: 01580.078610/2014-10
Proponente: Lockheart Filmes Ltda.
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 09.291.317/0001-07
Valor total aprovado: R$ 727.500,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 625.000,00
Banco: 001- agência: 1249-1 conta corrente: 54.307-1
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0478 - Conto Que Vejo
Processo: 01580.045169/2014-81
Proponente: Rec Produtores Associados Ltda.
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 02.669.022/0001-74
Valor total aprovado: R$ 1.052.542,11
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 999.915,00
Banco: 001- agência: 1850-3 conta corrente: 27.627-8
Prazo de captação: até 31/12/2016.
14-0479 - Rugby
Processo: 01580.081319/2014-11
Proponente: Canal Azul Produções Culturais Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.613.170/0001-04
Valor total aprovado: R$ 1.695.710,00
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.610.924,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.654-5
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0473 - Dias Vazios / (Dia Morto)
Processo: 01580.075038/2014-29
Proponente: Flo Projetos Ltda.
Cidade/UF: Goiânia / GO
CNPJ: 04.979.293/0001-51
Valor total aprovado: R$ 2.777.999,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 580.000,00
Banco: 001- agência: 3227-1 conta corrente: 10.813-8
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 3º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

14-0475 - Supernova
Processo: 01580.078600/2014-76
Proponente: Mosquito Vídeo e Design Ltda.
Cidade/UF: Belo Horizonte / MG
CNPJ: 04.727.439/0001-71
Valor total aprovado: R$ 4.550.000,00
Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 2.111.250,00
Banco: 001- agência: 3560-2 conta corrente: 24.896-7
Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 5º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 172 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

11-0448 - Quando a Noite Chega
Processo: 01580.039082/2011-22
Proponente: Latinamerica Entretenimento Internacional Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.416.289/0001-07
Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.360.646,61
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00 para R$ 1.742.614,28
Banco: 001- agência: 1880-5 conta corrente: 27.865-3
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.542.614,28 para R$ 1.800.000,00
Banco: 001- agência: 1880-5 conta corrente: 30.013-6
Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

13-0431 - 100 Anos de Seleção Brasileira
Processo: 01580.032490/2013-15
Proponente: Canal Azul Consultoria Audiovisual Ltda.
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.350.398/0001-47
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 3.777.768,00 para R$ 3.701.977,90
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.288.879,60 para R$ 2.216.879,01
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 15.975-1
Valor aprovado no artigo 39 da MP 2.228/01: R$ 1.300.000,00
Banco: 001- agência: 1504-0 conta corrente: 16.247-7
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Autorizar a alteração de agência bancária e as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente está autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

14-0144 - Acorda, Meninada! Série de Animação
Processo: 01580.045223/2013-16
Proponente: Cinco em Ponto Ltda. ME
Cidade/UF: Nova Lima / MG
CNPJ: 04.255.207/0001-68
Valor total aprovado: R$ 490.158,25
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 465.650,34
Banco: 001- agência: 4238-2 conta corrente: 21.096-X
Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 4º Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 751, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
1410507 - II Festival Esperança-Conduru: arte e cultura conectando sociedade e natureza
Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação
CNPJ/CPF: 07.236.218/0001-99
Processo: 01400064650201447
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 120.289,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto realizará a programação cultural do II Festival Esperança-Conduru, em Serra Grande, distrito de Uruçuca (BA), em seu segundo ano de realização. O Festival terá como produto principal as mostras artísticas, que incluem manifestações culturais tradicionais, música instrumental, teatro e circo. E como produtos secundários um workshop sobre processo criativo para artistas e produtores culturais locais. As atividades serão totalmente gratuitas ao público, realizadas nos dias 30, 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2015, com acessibilidade para Portadores de Necessidades Especiais. Ao todo serão oferecidas com patrocínio pela Lei Rouanet 12 manifestações culturais tradicionais, 1 apresentação circense, 1 apresentação teatral, 1 apresentações musical e 1 workshop.
148737 - PROJETO DANÇAS GAÚCHAS
SILVA & SILVA PROMOCOES EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.122.062/0001-92
Processo: 01400041503201407
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 585.816,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na realização de um festival de danças típicas do estado do Rio Grande do Sul realizado em Minas Gerais, no segundo semestre de 2014, na cidade de Belo Horizonte. O projeto se concretizará dentro da já conhecida feira "Minas Tchê", e contemplará além das danças gaúchas, oficinas de culinária e danças típicas do sul do Brasil.
149327 - Temporada Pólobh - 2ª Edição
Polobh Promoções e Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 07.128.230/0001-80
Processo: 01400059781201411
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 3.071.680,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Dar continuidade ao Projeto Temporada Pólobh que, em 2015, realizará a sua 2ª edição, promovendo, em Belo Horizonte, a circulação de oito espetáculos (artes cênicas e música instrumental/erudita), nacionais e/ou internacionais. Serão escolhidos espetáculos de alto nível, de médio e grande porte, já montados e com bons resultados de público e crítica, com vistas à formação de plateias e disseminação da cultura.
147253 - Três Versões da Vida
Borges & Fieschi Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 14.290.485/0001-00
Processo: 01400025797201411
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 1.790.100,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Montagem e manutenção de temporada por 03 meses no Rio de Janeiro mais temporada de 02 meses em São Paulo do espetáculo ?Três Versões da Vida", escrito por Yasmina Reza com tradução e adaptação de Gilberto Braga. Realizaremos 60 apresentações.
148752 - Trilhos Culturais
Sibille e Ristom Produtora de Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 18.265.238/0001-04
Processo: 01400041554201421
Cidade: Caçapava - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 506.995,50
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O trem e as estações ferroviárias de Pindamonhangaba, Campos do Jordão e Santo Antônio do Pinhal, serão palco de apresentações teatrais performáticas e ações culturais que remetem a diversas temáticas que vão do mês de fevereiro a dezembro de 2015, com ações que visam ampliar o acesso da população a cultura, apresentar artistas locais e regionais e garantir a divulgação do patrimônio férreo brasileiro. Serão um total de 280 Apresentações Teatrais, 20 Contações de Histórias e Causos, 40 Apresentações Musicais, além de Mostras de Artesanatos e Insumos Regionais Locais, Troca de livros, Sarau de Poesia e Apresentações de danças.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
149053 - Cultura Mantiqueira no Festival de Gastronomia da Montanha
Sibille e Ristom Produtora de Eventos Ltda.
CNPJ/CPF: 18.265.238/0001-04
Processo: 01400059396201465
Cidade: Caçapava - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 568.052,40
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo oferecer atividades culturais com base na música instrumental e nas artes cênicas. Com isso, será possível valorizar os elementos que compõe o dia a dia da cultura regional brasileira, incentivando também o encontro com a identidade cultural local da comunidade jordanense a ser reconhecida e reproduzida por sua gente e também pelos milhares de turistas que passam pela cidade durante todo ano.
146054 - FESTIVAL DE BAIXO DE BENTO GONÇALVES 2014
Mauro José Zini
CNPJ/CPF: 572.879.020-87
Processo: 01400024136201479
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado R$: R$ 61.089,05
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: P { margin-bottom: 0.21cm; direction: ltr; color: rgb(0, 0, 0); }P.western { font-family: "Liberation Serif","Times New Roman",serif; font-size: 12pt; }P.cjk { font-family: "DejaVu Sans"; font-size: 12pt; }P.ctl { font-family: "Lohit Hindi"; font-size: 12pt; } Trata-se da edição 2014 do projeto Festival de Baixo de Bento Gonçalves, que acontecerá nos dias 28, 29 e 30 de agosto do corrente ano, com primeira noite acontecendo no teatro do SESC/Porto Alegre-RS, seguido de duas noites no Anfiteatro da Casa das Artes/SMC-PMBG, em Bento Gonçalves- RS. Trata-se de um festival musical em que os instrumentistas contrabaixistas são a principal atração, fazendo vibrar um público atento e que cresce a cada nova edição. Festivais de contrabaixo acontecem tradicionalmente nas capitais brasileiras e os músicos convidados são nomes reconhecidos no universo musical. Este ano, contaremos com participaç&
147266 - Formação para a Cultura: por um Brasil mais Musical - Título Provisório
Instituto Peabirus
CNPJ/CPF: 08.326.526/0001-78
Processo: 01400025832201401
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.447.022,56
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Este projeto pretende capacitar jovens instrumentistas especialistas e desenvolver materiais na perspectiva do compartilhamento dos saberes musicais, através de organizações da sociedade civil e escolas, da tarefa de fomentar uma cultura musical e democrática no país.
1410527 - Jornada Instrumental
Intercapital Belas Artes Ltda.
CNPJ/CPF: 01.334.179/0001-86
Processo: 01400064680201453
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 1.451.180,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é realizar 4 concertos de música instrumental numa cidade do interior do estado de São Paulo. Dessa forma, pretendemos contribuir para evolução cultural das pessoas, aproximando-as da música instrumental de qualidade. Uma parte dos ingressos será doada para entidades beneficentes e outra parte será vendida a preços populares.
1410700 - Taiko - Fuurinkazan Wadaiko
Fernando Shigueo Horie
CNPJ/CPF: 337.281.789-34
Processo: 01400070773201417
Cidade: Ponta Grossa - PR;
Valor Aprovado R$: R$ 36.220,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Taiko - Fuurinkazan Wadaiko- prevê a realização de 10 apresentações do Grupo Fuurinkazan Wadaiko em Ponta Grossa/Paraná e outras quatro cidades brasileiras, com o objetivo de divulgar e popularizar a arte do taiko e a cultura oriental
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
149241 - Acervo em Diálogo
Jecimar de Souza Arruda
CNPJ/CPF: 301.812.401-49
Processo: 01400059664201449
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado R$: R$ 77.440,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O objetivo deste projeto é a realização da mostra coletiva ?ACERVO EM DIÁLOGO? com artistas representativos do acervo do Museu de Arte de Britânia, trazendo à exibição pública obras de 15 artistas: Siron Franco, Bené Fonteles, David Sobral, João Câmara, Octo Marques, DJ Oliveira, Waldomiro de Deus, Martins de Porangaba, João Suzuki, G. Fogaça, Rámon Cáceres, Rubem Grilo, R. Godá, Elder Rocha Lima e Tancredo Araújo.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
146030 - ENCONTRO REGIONAL DE CONGADEIROS DE ARAXÁ: O ENCONTRO DAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE INFLUÊNCIA AFRICANA
JERONIMO PEREIRA DE LIMA
CNPJ/CPF: 341.238.816-53
Processo: 01400024112201410
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 123.085,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Projeto o qual prevê à realização de uma festa onde serão mostrados elementos que circundam tradições afro brasileira. Será organizada com o apoio Congo Bandeira Santa da cidade de Araxá com seus brincantes, tocadores, capitães, reis, rainhas, cozinheiros, ajudantes e mestres que fazem danças, procissões, tocam instrumentos, levantam mastros, bandeiras, standarts com suas dinâmicas e características próprias. O encontro será em 8 (oito) de julho de 2014, após o mesmo os congadeiros farão workshop e uma amostra em uma escola da região Norte da cidade de Araxá nos meses de Agosto e Setembro de 2014 apresentando com fotos, filmes, stands a festa de Julho e aula sobre o congado com o objetivo da manutenção de suas tradições. Será um trabalho de educação com pessoas que possuem um desconhecimento da bela
149203 - Plano Anual 2015 da Pinacoteca do Estado
Associação Pinacoteca Arte e Cultura - APAC
CNPJ/CPF: 96.290.846/0001-82
Processo: 01400059606201415
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 10.403.600,06
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Os Planos Anuais de Trabalho da Associação Pinacoteca Arte e Cultura tiveram início em 2002 e têm como objetivo principal o apoio às atividades da Pinacoteca do Estado de São Paulo, aí incluídas seus dois edifícios, a Pinacoteca Luz e a Estação Pinacoteca; as exposições temporárias; serviço educativo; a aquisição de obras de arte para incorporação ao acervo do museu e demais projetos especiais como publicações e organizações de seminários e cursos.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
1410637 - 140 anos do Instituto dos Advogados de São Paulo: contribuições culturais para o Brasil (título provisório)
Instituto dos Advogados de São Paulo
CNPJ/CPF: 43.198.555/0001-00
Processo: 01400069583201457
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 304.150,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto objetiva a publicação de livro, provisoriamente intitulado "140 anos do Instituto dos Advogados de São Paulo: contribuições culturais para o Brasil", que criará, a um só tempo, um relato histórico do Brasil em ebulição pré-República até os dias de hoje.
149666 - Fazendo História na Cidade de São Paulo
Associação Fazendo História
CNPJ/CPF: 07.325.044/0001-30
Processo: 01400060240201427
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 580.988,76
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto, prevê a formação, atraves de oficinas, de 100 educadores e 100 voluntários de 10 instituições de acolhimento na cidade de São Paulo, como mediadores de leitura; formação cotidiana de atividades de leitura, através da arte, junto a 250 crianças e adolescentes; implantação de 10 bibliotecas (01 em cada instituição) com 300 títulos selecionados.
1410553 - FESTIVAL LITERÁRIO INTERNACIONAL CATARINENSE
ROBERTO COSTA
CNPJ/CPF: 096.237.109-25
Processo: 01400069499201433
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado R$: R$ 785.290,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Realizar o Festival Literário Internacional Catarinense, na cidade da Palhoça (SC), no período de 30 de abril a 03 de maio de 2015, voltado para o público em geral, com programação diversa para todas as faixas etárias. O Evento contará com oficinas, presença de autores para palestras, debates, mesa-redonda, sessão de autógrafos. Paralelo ao Festival ocorrerá variado encarte cultural, com apresentações folclóricas; shows musicais, com atrações nacionais e locais; feira de livros; varal literário com a participação de alunos da rede pública e particular de ensino da Grande Florianópolis; feira de artesanato com ênfase nos folguedos populares do litoral catarinense; oficinas de cerâmica e exposição fotográfica.
1411092 - FLAQ - Festa Literária de Aquiraz 2015
EM FOCO DIVULGACAO E PRODUCAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.690.486/0001-86
Processo: 01400074496201411
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 767.690,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Evento que prevê a realização da FLAQ - Festa Literária de Aquiraz 2015 - que pretende difundir e incentivar a leitura e o prazer de conversar sobre livros, histórias, por meio de encontros com autores brasileiros e estrangeiros de todos os gêneros literários, isto é, poesia, conto, crônica, romances, ensaio e biografia.
1410884 - Glossário da Cultura Popular Brasileira por sua Gastronomia Regional
BRASIL À GOSTO R. LTDA
CNPJ/CPF: 07.118.836/0001-34
Processo: 01400070986201449
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 549.384,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo realizar a edição de um livro em formato Glossário, utilizando a identificação dos aspectos formadores da cultura popular Brasileira, em especial da cultura tradicional de 12 cidades geradas pelos processos e técnicas endógenas do Brasil ou fatores históricos, herdados dos colonizadores e imigrantes, retratando técnicas apuradas que fazem parte da cultura popular do País retratadas pela gastronomia.
1410392 - LEITURA NA PRAIA
Editora Ecoarte Ltda
CNPJ/CPF: 03.205.403/0001-65
Processo: 01400064473201407
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: R$ 60.950,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Edição de livros para desenvolvimento de projeto de incentivo à leitura com a venda de livros pelo valor simbólico de R$ 2,00 em praias de cidades no litoral de São Paulo. Com a edição de livros o projeto pretende formar mais leitores.
148870 - PÃODEFORMA
POS MAQUINA DO TEMPO PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 14.422.379/0001-32
Processo: 01400041705201441
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 227.328,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: A PÃODEFORMA é uma feira de arte impressa, de livros, zines e multiplos independentes, que pretende dar visibilidade a novos trabalhos e/ou a produção editorial que dificilmente seria encontrada dentro de um circuito comercial.
148662 - Tibet
Natalia Fernandes de Azevedo Barbosa
CNPJ/CPF: 103.381.567-55
Processo: 01400041406201414
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: R$ 192.720,00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto Tibet pretende editar um livro de arte bilingue, com fotografias de fotógrafo refugiado tibetano, ainda a ser convidado, e ensaio Literário de Eneida Caetano, estudiosa e pesquisadora das práticas tibetanas. A autora falará sobre a viagem que fez ao Tibet, com foco sobre a versão tibetana da medicina, das terapias, tanto da história real como das lendas, dialogando com as fotografias artísticas que serão produzidas para o projeto.
148684 - Tradução do livro de Hélio Oiticica -Aspiro ao grande labirinto- ao espanhol.
Carlos Frederico Barbosa Pinheiro
CNPJ/CPF: 013.496.854-96
Processo: 01400041433201489
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado R$: R$ 69.663,79
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto consiste em traduzir o livro -Aspiro ao grande labirinto- de Hélio Oiticica ao espanhol, para sua difusão nos países hispanoparlantes. A realização do livro será no formato físico e digital (e-book) contando este último com uma versão em audiolivro. A edição fisica será de 400 cópias de excelente qualidade, com um prefácio crítico inédito e distribuição gratuita para instituições ligadas a transmissão (ensino) de arte.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
1410687 - Enxaguada do Bonfim 2015
MERCADO DO OURO PRODUCOES E EVENTOS ARTISTICOS EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 18.155.640/0001-36
Processo: 01400070739201442
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 347950.00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto pretende integrar os festejos tradicionais existentes na cidade de Salvador, em homenagem ao Senhor do Bonfim, popularmente conhecido como a Lavagem do Bonfim. O projeto é idealizado por Carlinhos Brown e realizado desde 2008, e tem data prevista para acontecer em 15 de janeiro de 2015, data prevista uma vez que o evento acontece sempre na 2a quinta do mês de janeiro, a partir do calendário litúrgico da Igreja Católica, após a Festa de Reis.
1411250 - Revitaliza Trios
Pilar das Produções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 17.092.056/0001-16
Processo: 01400074679201437
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado R$: 3481600.00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Pretende-se a realização dos desfiles dos tradicionais trios elétricos "Caetanave" e "Trio Garrafão" no carnaval de Salvador de 2015. Esses dois importantes trios da história de Salvador estavam inativos e foram reconstruídos, por iniciativa de Carlinhos Brown, para o carnaval de 2014. A proposta é dar continuidade a essa manifestação cultural que arrasta uma multidão pelas ruas (sem a presença de cordões - gratuito para todos) ao som de percussão, marchinhas e guitarra baiana.
1411203 - Toquinho - Meio Século de Música
Script Promoções e Produções Artísticas
CNPJ/CPF: 51.439.586/0001-26
Processo: 01400074625201471
Cidade: Adamantina - SP;
Valor Aprovado R$: 2633650.00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Produção e Realização do espetáculo "Toquinho - Meio Século de Música", é um espetáculo do compositor Toquinho, onde comemora as 05 décadas da sua carreira. O compositor também assume a função de diretor musical, e agora junto com a empresa Script Promoções e Produções Artísticas, proponente do projeto, assume essa nova montagem, que tem prevista 08 grandes apresentações.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26 , § 1º)
148299 - Leitura na Praça
Associação doa Artistas Amigos da Praça
CNPJ/CPF: 11.416.041/0001-80
Processo: 01400040851201459
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 272668.00
Prazo de Captação: 13/11/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Pretende realizar 10 eventos de incentivo à leitura com livre acesso para população nas cinco macroregiões de São Paulo - Capital, em que será potencializado o acervo da SP Escola de Teatro, disponibilizado para empréstimos e ainda, apresentadas as "leituras encenadas" por alunos da Escola. O projeto durará ao todo 12 meses, sendo os primeiros 2 dedicados à pré-produção e a expectativa é que todo seu desenvolvimento seja custeado pelo Mecenato.

PORTARIA N° 752, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 9155 - MASP 2014 (Plano Anual)
Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand
CNPJ/CPF: 60.664.745/0001-87
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 2.030.194,40

PORTARIA N° 753, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)
13 0567 - Festival Mundial de Circo 2014
Agentz Produções Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 03.173.270/0001-92
MG - Belo Horizonte
Período de captação: 01/09/2014 a 31/12/2014
14 7353 - I FESTIVAL INTERNACIONAL DE CAIXAS DE TEATRO LAMBE-LAMBE
Companhia de Teatro Entre Linhas Ltda
CNPJ/CPF: 04.283.283/0001-87
RS - Novo Hamburgo
Período de captação: 09/11/2014 a 31/12/2014
13 9242 - Tonico - Uma História do Brasil
Centro Cultural Teatro de Arte e Ofício
CNPJ/CPF: 58.375.254/0001-74
SP - Campinas
Período de captação: 10/11/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 0888 - 30º RODEIO CRIOULO INTERNACIONAL DE VACARIA
Centro de Tradições Gaúchas Porteira do Rio Grande
CNPJ/CPF: 88.675.434/0001-32
RS - Vacaria
Período de captação: 01/09/2014 a 31/12/2014
14 2620 - Festival Instrumental
JPR ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.185.999/0001-65
PR - Santa Tereza do Oeste
Período de captação: 12/11/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 8175 - Helmut Newton
Grupo AG Arquitetura e Projetos Culturais Ltda.
CNPJ/CPF: 04.618.407/0001-38
DF - Brasília
Período de captação: 11/11/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
14 6279 - Jacareí - Arquitetura e Urbanismo na Cidade Brasileira Contemporânea
Editora Escuta Ltda
CNPJ/CPF: 55.418.644/0001-96
SP - São Paulo
Período de captação: 11/11/2014 a 31/12/2014
14 6993 - Batalhão de Ouro
Márcio Resende de Mendonça e Silva
CNPJ/CPF: 633.986.217-91
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 12/11/2014 a 31/12/2014
14 0048 - Arquitetura Brasileira
Salus Editora Cultural Ltda.
CNPJ/CPF: 06.159.860/0001-59
SP - São Paulo
Período de captação: 11/11/2014 a 31/12/2014

PORTARIA N° 754, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 426, de 28 de maio de 2014 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC 12 1680 - "Aprendizes da Dança", publicado na portaria de aprovação n. 268/12 de 09/05/2012, publicado no D.O.U. em 10/05/2012, para "Usina da Dança".

PRONAC 12 6834 - "Patrimônio Material e Imaterial do Brasil (UNESCO)", publicado na portaria de aprovação n. 609/12 de 29/10/2012, publicado no D.O.U. em 30/10/2012, para "Patrimônio da Humanidade no Brasil: Suas Riquezas Culturais e Naturais".

Art. 2º - Alterar o enquadramento do projeto abaixo relacionado:

PRONAC 13 10747 - "VOZES DO VIOLÃO", publicado na portaria de aprovação n. 0154/09 de 23/11/2009, publicado no D.O.U. em 02/04/2004:

Onde se lê: ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)

Leia-se: ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN DOMINGUES DAS NEVES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

(QUINTA-FEIRA), ÀS 13h30min:

Nº 24.774/2010 - Acidente da navegação envolvendo o NT "NEUSA" e o Rb "CBO ANNA GABRIELLA", ocorrido na bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Eudvan de Melo Lucena (Comandante do NT "NEUSA")
Advogado : Dr. Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460)
: Alexandre da Silva Oliveira
(Imediato do Rb "CBO ANNA GABRIELLA")
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)

Nº 27.925/2013 - Acidente da navegação envolvendo o NM "NSU JUSTICE", de bandeira panamenha, com o píer nº 2 do porto de Tubarão, Vitória, Espírito Santo, ocorrido em 14 de julho de 2012.

Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Shun Okawa (Comandante)
Advogada : Drª Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)
: Sergio Luiz Moreira da Rocha (Prático)
Advogado : Dr. Werner Braun Rizk (OAB/ES 11.018)

Nº 25.288/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "MILAGRE", ocorrido no rio Vaza-Barris, Mosqueiro, Aracaju, Sergipe, em 05 de fevereiro de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Aloísio Gomes dos Santos (Proprietário)
Advogada : Drª Clarissa Ligiero de Figueiredo (DPU/RJ)
: José Rosano do Amaral
Advogado : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)

Nº 26.276/2011 - Acidente da navegação envolvendo o Rb "JUPIÁ", quando atracado ao lado do muro guia de montante da eclusa de Nova Avanhandava, Buritama, São Paulo, ocorrido em 15 de abril de 2010.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Marcos Vinícius Silva Victorino
(Responsável pelo Rb "JUPIÁ")
Advogada : Drª Luciane Regina Nascimento Bogaz (OAB/SP 146.977)

Nº 27.174/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "RIO JORDÃO", não inscrito, e sua proprietária, ocorrido no rio Marajoí, Gurupá, Pará, em 02 de janeiro de 2012.

Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representada : Tomasia Malaquias da Gama (Proprietária)
Advogada : Drª Suzana de Queiroz Alves (DPU/RJ)

Nº 28.324/2013 - Acidente da navegação envolvendo o bote "BIANCA", ocorrido na praia do município de Praia Grande, São Paulo, em 05 de janeiro de 2013.

Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Antonio Pereira de Souza
(Proprietário/Mestre não habilitado)
Advogado : Dr. Ricardo Schettini Azevedo da Silva (DPU/RJ)

Em 12 de novembro de 2014.

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE OUTUBRO DE 2014

FORAM REGISTRADOS NESTE TRIBUNAL,
DURANTE O REFERIDO MÊS, OS SEGUINTES ATOS:
REGISTROS DE PROPRIEDADE
Termo: 14612
Embarcação: KASPI
Proprietário: RIO AZUL ESTALEIRO E NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 14614
Embarcação: WS BELLATRIX
Proprietário: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
Termo: 14615
Embarcação: CITY XXX
Proprietário: CIDADE TRANSPORTES LTDA
Termo: 14616
Embarcação: HT-09
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14617
Embarcação: HT-10
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14618
Embarcação: HT-11
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14619
Embarcação: HT-12
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14620
Embarcação: HT-13
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14621
Embarcação: HT-14
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14622
Embarcação: HT-15
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14623
Embarcação: HT-16
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14624
Embarcação: HT-17
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14625
Embarcação: HT-18
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14626
Embarcação: HT-19
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14627
Embarcação: HT-20
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14628
Embarcação: HT-21
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14629
Embarcação: HT-22
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14630
Embarcação: HT-23
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14631
Embarcação: FUKA
Proprietário: NORTOLL-NORTE TRANSPORTES OPERAÇÕES E LOGÍSTICA LTDA-ME
Termo: 14632
Embarcação: HT-01
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14633
Embarcação: HT-02
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14634
Embarcação: HT-03
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14635
Embarcação: HT-04
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14636
Embarcação: HT-05
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14637
Embarcação: HT-06
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14638
Embarcação: HT-07
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14639
Embarcação: HT-08
Proprietário: HERMASA NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA S.A.
Termo: 14640
Embarcação: FEPA
Proprietário: NORTOLL-NORTE TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA-ME
Termo: 14641
Embarcação: WS PEGASUS
Proprietário: SAVEIROS CAMUYRANO SERVIÇOS MARÍTIMOS S.A.
Termo: 14642
Embarcação: RAINHA DE PORTEL
Proprietário: D. FRANCO FERREIRA
Termo: 14643
Embarcação: DONA RAIMUNDA X
Proprietário: AURIVALDO M. DE ALMEIDA-ME
Termo: 14644
Embarcação: CBM AMAZÔNIA
Proprietário: ASSOCIAÇÃO PROJETO AMAZÔNIA: CRISTO, VIDA E SAÚDE
Termo: 14645
Embarcação: MARIA MAGALHÃES
Proprietário: A. T. DA SILVA NAVEGAÇÃO-ME
Termo: 14646
Embarcação: ANNA CLARA
Proprietário: WL SISTEMA AMAZONENSE DE TURISMO LTDA
Termo: 14647
Embarcação: ANNA BEATRIZ I
Proprietário: WL SISTEMA AMAZONENSE DE TURISMO LTDA
Termo: 14648
Embarcação: JLA I
Proprietário: J. L. A. DOS SANTOS E CIA. LTDA-ME
Termo: 14649
Embarcação: HELIO SFFAIR
Proprietário: NAVEGAÇÃO GUARITA S.A.
Termo: 14650
Embarcação: PIRAJÚ
Proprietário: EXTRATORA E COMERCIAL DE AREIA SALTO LTDA
Termo: 14651
Embarcação: VEGA I
Proprietário: COSMOS TRANSPORTE LTDA-EPP
Termo: 14652
Embarcação: VEGA II
Proprietário: COSMOS TRANSPORTE LTDA-EPP
Termo: 14653
Embarcação: VEGA III
Proprietário: COSMOS TRANSPORTE LTDA-EPP
Termo: 14654
Embarcação: BTTP-001
Proprietário: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Termo: 14655
Embarcação: BTTP-002
Proprietário: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Termo: 14656
Embarcação: BTTP-003
Proprietário: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Termo: 14657
Embarcação: BTTP-004
Proprietário: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Termo: 14658
Embarcação: EF ARAÇATUBA
Proprietário: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Termo: 14659
Embarcação: TARSILA
Proprietário: JOSÉ DA PENHA FILHO
Termo: 14660
Embarcação: VICENTE PINZÓN
Proprietário: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA
Termo: 14661
Embarcação: TOPA TUDO XXII
Proprietário: ZEMAR SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA
Termo: 14662
Embarcação: TOPA TUDO V
Proprietário: ZEMAR SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EMBARCAÇÕES LTDA
Termo: 14663
Embarcação: DONA LENIR
Proprietário: LUCIENE SOUZA DA SILVA CONSTRUÇÕES-ME
Termo: 14664
Embarcação: LARIMATH
Proprietário: ELIETE CARMO CARDOSO
REGISTROS / RENOVAÇÕES DE ARMADOR
Termo: 00621
Armador: CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A.
Termo: 02494
Armador: EQUIPEMAR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA
Termo: 03217
Armador: TREVO DA AMAZÔNIA NAVEGAÇÃO E TRANSPORTES LTDA
Termo: 04010
Armador: COMERCIAL DE AREIA SULISTA LTDA-EPP
Termo: 04183
Armador: ANTONIO CARLOS TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
Termo: 04334
Armador: DRATEC ENGENHARIA LTDA
Termo: 04414
Armador: ACAMIN NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Termo: 04432
Armador: E. C. DE SOUSA & CIA. LTDA-EPP
Termo: 04463
Armador: A. T. DA SILVA NAVEGAÇÃO - ME
Termo: 04615
Armador: VILMAR PASQUALI & CIA. LTDA
Termo: 04634
Armador: TRACOMAL TERRAPLENAGEM CONSTRUÇÃO MACHADO LTDA
Termo: 04643
Armador: PORTO ALEGRE BRASIL TURISMO LTDA-ME
Termo: 04659
Armador: BSCO NAVEGAÇÃO S.A.
Termo: 05044
Armador: D. FRANCO FERREIRA
Termo: 05045
Armador: J. A. LEITE NAVEGAÇÃO LTDA
Termo: 05046
Armador: R. P. MONTEIRO NAVEGAÇÃO LTDA-ME
Termo: 05047
Armador: J. L. A. DOS SANTOS E CIA. LTDA-ME
Termo: 05048
Armador: COSMOS TRANSPORTE LTDA-EPP
Termo: 05049
Armador: PORTO DE AREIA DOURADA LTDA-ME
Termo: 05050
Armador: RENTAL GEO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME
Termo: 05051
Armador: CASSIANO R. S. DA SILVA-ME
Termo: 05052
Armador: AREEIRA MOREIRA & MOREIRA LTDA-EPP
Termo: 05053

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Armador: LUCIENE SOUZA DA SILVA CONSTRUÇÕES -ME
REGISTROS /AVERBAÇÕES DE ÔNUS
Termo: 02542
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: NAVEGAÇÃO GUARITA S.A.
Ônus: A - HIPOTECA DE 1º GRAU
GARANTIA: GUARAPUAVA
Termo: 02629
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: BRASBUNKER PARTICIPAÇÕES S.A.
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
GARANTIA: SERRA POLAR
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
GARANTIA: SERRA NEVADA
Termo: 03390
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-398
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-399
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: STARNAV ALDEBARAN
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: STARNAV SAGITÁRIUS
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-385
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-386
Termo: 03549
Credor: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES
Devedor: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: STARNAV SAGITÁRIUS
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: STARNAV ALDEBARAN
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-398
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-399
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-385
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: C-386
Termo: 03553
Credor: JORGE SEIF
Devedor: SANTA MARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCA LTDA
Ônus: 3 - RESERVA DE DOMÍNIO
Garantia: JORGE SEIF JUNIOR
Termo: 03555
Credores: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL S.A. - BICBANCO
BANCO ABC BRASIL S.A.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.
NBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
BANCO FIBRA S.A.
BANCO SAFRA S.A.
BANCO VOTORANTIM S.A.
BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
Devedor: NAVEGAÇÃO GUARITA S.A.
Ônus: B - HIPOTECA DE 2º GRAU
Garantia: GUAIBA
Termo: 03556
Credor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL CEF
Devedor: PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BTTP-001
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BTTP-002
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BTTP-003
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: BTTP-004
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: EF - ARAÇATUBA
Termo: 03557
Credor: JSA MANUT. REPAROS NAVAL E INDL. LTDA
Devedor: METALNAVE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Ônus: L- PENHORA
Garantia: METALNAVE 12
Ônus: L- PENHORA
Garantia: METALNAVE 17
Termo: 03558
Credor: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Devedor: MULICEIRO SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA
Ônus: I - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Garantia: M AVEIRO

Rio de Janeiro-RJ, 31 de outubro de 2014.
RAIMUNDO FERREIRA GOMES
Chefe

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.137/11 - EMB "NENA A"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representada : Fernanda Letícia da Silva (Prática)
Advogado : Dr. Henrique O. Motta (OAB/RJ 18.171)
Representação de Parte:
Autor : DERSA Desenvovimento Rodoviário S.A.
Advogados : Dr. Iwan Jaeger Jr. (OAB/RJ 44.606)
: Dr. Pablo Hanna (OAB/RJ 150.061)
Representado : Dmytro O. Maryshev
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Defiro, (15 dias)."
Proc. 26.684/2012 - "NETUNO I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Bruno Manoel Aguilar Barbosa dos Santos
Defensora : Drª Úrsula de Souza Van-Erven (DPU/RJ)
Representado : Emerson Glauco Costa dos Santos - Revel
Representado : Paulo Vinícius Costa Ferreira
Advogado : Dr. Fábio Ramos Tavares (OAB/RJ 117.948)
Despacho : "Aos representados para alegações finais".
Prazo : "10 (dez dias)".
Proc. 27.102/2012 - "J CUNHA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Tiago Gonçalves Marques
Advogada : Drª Elze Cordeiro Carvalho (OAB/PA 6.529)
Representado : Helio de Jesus Bastos da Costa
Defensor : Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira(DPU/RJ)
Representada : Arapari Navegação LTDA
Advogado : Dr. Joelson dos Santos Monteiro(OAB/PA 8.090)

Despacho : "Aos representados para provas".
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. 27.379/2012 - "BERTOLINI CLI"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Raimundo Dilázio Pereira e
: Silas Oliveira da Silva
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9142)
Despacho : "Aos representados para provas".
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. 27.500/2012 - "LAVRAS e Outra"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Waldifran Ferreira Deodato da Silva
Advogado : Dr. Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460)

Representado : Giovani Tavares - Revel
Representado : José Luiz do Patrocínio
Advogada : Drª Ana Luisa Guedes (OAB/ES 16.259)
Despacho : "Aos representados para alegações finais".
Prazo : "10 (dez) dias."
Proc. 27.855/2013 - "VARADA BÚZIOS"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Rafael da Silva Pedro Guiamba
Advogada : Drª Ana Lurdes Mello de Figueiredo (OAB/RJ 84.339)

Representado : KucheryuK Victor
Defensor : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
Representada : Galáxia Marítima LTDA
Advogada : Drª Tatiane Rolian Correa Chaves (OAB/RJ 158)

Despacho : "Aberta a Instrução". "À Procuradoria para provas."

Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.383/2013 - "AMDIER"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Roberto Carlos Mota Ruiz - Revel
Representado : Paulo Roberto Souza da Rosa
Defensor : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas".
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. 26.838/2012 - "PRAIA DO SUESTE"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Carlos Silvério Malaquias
Defensor :Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar (DPU/RJ)
Advogado : Dr. Aldemir Elias de Morais Júnior (OAB/RN 6605)

Despacho :"Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez)".
Proc. 27.615/2012 - "DAN JOOP"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Raimundo Luz de Jesus
Defensor : Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar (DPU/RJ)
Despacho : "Defiro o pedido de gratuidade". Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias".
Proc. 27.817/2013 - "WESTEM MAPLE"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Zhang Guohian
Defensor : Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução"."Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias".
Proc. 28.339/2013 - "FREI DAMIÃO"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representados : Francisco Ferreira Gomes
: Erivelton Henrique
: Francisco José Torres da Silva
: Jameson Martins de Souza
: Rogério Galvão da Silva
Advogado : Dr. Aldemir Elias de Morais Júnior (OAB/RN 6605)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais. Prazos sucessivos de 10 (dez)dias".
Proc. nº 24.679/10 - balsa "SALAZAR I"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Ilcimar Costa Carvalho (Comandante) - Revel
: José Maracaípe da Silva (Tripulante) - Revel
: Paulo Henrique de Carvalho (Tripulante) - Revel
Representado : Dario Rodrigues Salazar (Proprietário/Armador).
Advogado : Dr. Anselmo Darolt Salazar (OAB/MS 13.208)
Despacho : "1)Ao representado Dario Rodrigues Salazar, para manifestar-se acerca da prova oral requerida, tendo em vista que somente a testemunha Moises André da Silva compareceu para ser ouvida na Agência Fluvial de São Felix do Araguaia. Prazo de 05 (cinco) dias. 2) O silêncio será entendido como desistência das demais oitivas."
Proc. 26.422/2011 - "SEM NOME - TIPO BARCO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Nildo Sanches Ataíde
Defensora : Dra. Amanda Fernandes Silva de Oliveira(DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução". "À PEM para razões finais".
Prazo : 10 (dez) dias".
Proc. 26.579/2011 - "KANG YAO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Wang Yuelai
Defensora : Dra. Daniela Correa Jacques Brauner(DPU/RJ)
Representado : Eduardo Romero de Santana
Advogado : Dr. Armando de Mattos Júnior (OAB/SP 197.607)
Despacho : "Ao representado Eduardo Romero de Santana, para razões finais".
Prazo : 10 (dez) dias".
Proc. 28.124/2013 - "ISAO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Márcio Laerte Fragnan
Advogado : Dr. Valter Laércio Cavichio (OAB/SP 188.485)
Despacho : "Aberta a Instrução". "À PEM para provas".
Prazo : 05 (cinco) dias".
Proc. 28.210/2013 - "DU MARLIN"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Marlon das Flores Campos
Advogados : Dr. Jorge Mendes Victória (OAB/RJ 22.011)
: Dra. Patrícia Cristiane Victória dos Santos (OAB/RJ 85.919)
: Dr. Bernardo Gonçalves Leite dos Santos (OAB/RJ 85.918)
Despacho : "Encerrada a Instrução". "À PEM para razões finais".
Prazo : 10 (dez) dias".
Proc. 28.151/2013 - "CV-08-70-02 e Outra"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Reginaldo Rodrigues de Oliveira
Advogado : Dr. Renato Torres Ribeiro (OAB/MG 71.030)
Despacho : "Ao representado para especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir.
Prazo: "05 (cinco) dias".
Proc. 28.266/2013 - "TQ-02 e Outra"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Renato Rogério dos Santos Noetzold - Revel
Representado : José Souza Urel
Advogado : Dr. Roberto Ramos Riff (OAB/RJ 114.353)
Despacho : "Em face do cumprimento do mandado de citação à fl. 207 e da certidão à fl. 208, declaro a revelia do representado Renato Rogério dos Santos Noertzold".
Proc. 28.353/2013 - "DANIAGO"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Paulo Alves
: José Augusto Alves Reis
Advogado : Dr. Jorge Raul Teixeira de Faria(OAB/RJ 84.791)
Despacho : "Aberta a Instrução" "À PEM para provas".
Prazo : " 05 (cinco)dias".
Proc. 28.520/2013 - "CELEBRIDADE e Outra"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Leonardo Carlos Villanova

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Advogados : Dr. Milton Aparecido Olsen Messa (OAB/MS 134.85)
: Dr. Wanderson Caramit Garcia (OAB/MS 17.907)
Despacho : "Ao representado para especificar, justificadamente, as provas que pretende produzir".
Prazo : "05 (cinco) dias".
Proc. 28.589/2014 - "CELSO SABINO e Outras"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Cesino Lopes dos Santos
Advogado : Dr. Hamilton Santana Pegado (OAB/PA 2532)
Despacho : "Aberta a Instrução". "À PEM para provas".
Prazo : "05 (cinco) dias".

Em 12 de novembro de 2014.

Ministério da Educação

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

PORTARIA Nº 5, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista as atividades desenvolvidas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, por força do inciso I, do art. 6º, da Estrutura Regimental do Ministério da Educação, constante no Decreto nº. 7.690, de 02 de março de 2012; e

Considerando o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, na Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto n. 7.418, de 31 de dezembro de 2010, no Decreto nº 7.468 de 28 de abril de 2011, no Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, na Portaria/SPO/SE/MEC n° 3, de 26 de agosto de 2014, no Acórdão nº 2.731/2008 (Plenário) do Tribunal de Contas da União, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 13 de julho de 2012) e no Manual SIAFI; resolve:

Estabelecer normas e procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2014, a serem observados no âmbito do Ministério da Educação.

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

CAPÍTULO I

Dos restos a pagar

Art. 1º Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, na forma prevista na Lei nº 4.320/64 e no Decreto nº 93.872/86. São restos a pagar processados, não processados em liquidação e não processados a liquidar, respectivamente, as inscrições de despesas liquidadas, despesas com a liquidação iniciada e as despesas com a liquidação não iniciada, conforme consignado no manual SIAFI (macrofunção 02.03.17 - Restos a Pagar - item 02)

§ 1º A inscrição de despesas de restos a pagar não processados a liquidar será realizada com base nos saldos devedores da conta contábil 19.996.59.01 - Controle Indicação de NE a ser inscrita em RP, mediante a indicação, no SIAFI, dos empenhos constantes nas relações de notas de empenho (RN) pelo ordenador de despesa da unidade gestora, ou pessoa por ele autorizada formalmente no SIAFI, no período de 01/12/2014 a 02/01/2015. Para tanto, deverão tais valores ser ajustados previamente com base nos compromissos já assumidos.

§ 2º Os valores dos empenhos não indicados deverão ser anulados total ou parcialmente, de acordo com a legislação vigente.

§ 3º A inscrição dos restos a pagar não processados em liquidação será realizada com base nos saldos credores da conta contábil 29.241.01.08 - Empenhos em Liquidação, nos termos da macrofunção 02.03.17 Restos a Pagar - item 04.

§ 4º Não serão inscritos em restos a pagar não processados empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos.

CAPÍTULO II

Do Crédito Orçamentário

Art. 2º As despesas poderão ser empenhadas, desde que observados os prazos estabelecidos pela Portaria SPO/SE/MEC nº 03 e suas alterações.

Art. 3º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, no âmbito do SIAFI, após 31 de dezembro de 2014, relativos ao exercício findo, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, no prazo estabelecido pela norma de encerramento do exercício (Lei nº 12.919/2013, art. 119, § 2º).

Art. 4º Os créditos autorizados pela Lei Orçamentária Anual nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e respectivas alterações, destinados à Unidade Orçamentária 26101, só poderão ser movimentados entre suas unidades gestoras executoras por intermédio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SE/MEC.

Art. 5º As unidades que efetuaram descentralizações de créditos orçamentários para a execução por outras unidades, sem a respectiva transferência do recurso financeiro, deverão registrar os valores a liberar entre a diferença a menor dos valores financeiros concedidos pela unidade repassadora e o total de empenhos emitidos pela unidade recebedora até 31/12/2014 e conferir se os valores das descentralizações deixados em restos a pagar foram inscritos no SIAFI2014.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º Os detentores de suprimento de fundos deverão fornecer ao ordenador de despesa a indicação precisa das aplicações realizadas e dos saldos em seu poder até 31 de dezembro de 2014, para fins de registro contábil dos valores aplicados e adequação da responsabilidade pelos saldos remanescentes.

§ 1º A prestação de contas correspondente aos valores aplicados na data mencionada no caput deste artigo deverá ser apresentada até 15 de janeiro de 2015, conforme disposto no art. 46 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e no manual SIAFI (macrofunção 02.11.21 - Suprimento de Fundos, item 11.2.2).

§ 2º As contas 21.268.01.00 - Saque-Cartão de Pagamento do Governo Federal e 21.268.02.00 - Fatura - Cartão de Pagamento do Governo Federal deverão conter somente os valores relativos à apropriação de despesa vinculada a suprimento de fundos referente às faturas a vencer no exercício seguinte.

Art. 7º As unidades de orçamento e finanças, sob a supervisão das respectivas setoriais de contabilidade, diligenciarão no sentido de que todos os encargos, cuja documentação se encontre em seu poder, sejam liquidados e/ou pagos nos prazos estabelecidos, de acordo com o Cronograma de Encerramento de Exercício - ANEXO I.

Art. 8º A unidade deverá atualizar o rol de responsáveis até o dia 31 de dezembro de 2014, conforme IN/ TCU /nº 63, de 01/09/2010.

Art. 9º As unidades deverão desenvolver ações no sentido de dar continuidade aos processos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos da União, especialmente no tocante aos créditos tributários, à dívida ativa, aos ajustes para perda de ativos, às provisões por competência, aos bens móveis e intangíveis e às amortizações, exaustões e depreciações de ativos, inclusive os de infraestrutura.

Parágrafo Único - Os procedimentos referentes à reavaliação, à redução ao valor recuperável, à depreciação, à amortização e à exaustão dos bens deverão obedecer aos termos do manual SIAFI (macrofunção 02.03.30 - Reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações,.e suas alterações), de modo a garantir a manutenção do Sistema de Custos, conforme estabelece o inciso VI do § 3° do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e os princípios de contabilidade.

Art. 10º É de responsabilidade dos dirigentes das unidades gestoras atentar para:

I - as alterações na legislação pertinente, inclusive aquelas emanadas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Administração Financeira Federal) divulgadas por meio de mensagem do SIAFI;

II - o fiel cumprimento da macrofunção 02.03.18 - Encerramento do Exercício)

III - os prazos estabelecidos no Cronograma de Encerramento de Exercício - ANEXO I desta portaria, sob a orientação do contador responsável pela setorial contábil de órgão.

Parágrafo Único - A inobservância dos prazos estabelecidos no Cronograma de Encerramento do Exercício será motivo de registro na conformidade contábil de órgão superior da ocorrência 318 - Não Atend. Orientação Orgão Cont Set/Central, ficando ainda passível de inconsistência do resultado apurado, sujeitando os responsáveis à citação individualizada em Notas Explicativas no Processo de Contas Anual do Ministério da Educação.

Art. 11º Eventuais dúvidas surgidas na aplicação deste ato serão dirimidas pelas Coordenação-Geral de Finanças (por intermédio de suas Coordenações de Contabilidade e Custos, Programação e Controle Financeiro e Análise e Execução da Programação Financeira) e Coordenação-Geral de Orçamento da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação.

Art. 12º Esta Portaria, composta do ANEXO I, entra em vigor na data da sua publicação.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

ANEXO I

CRONOGRAMA DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
01/12/2014	Início do prazo para indicação pelo ordenador de despesas para inscrição em RP não processados a liquidar;
31/12/2014	Últimos procedimentos no SIAFI2014 para as unidades gestoras, inclusive o cancelamento dos saldos ainda existentes na conta 29.241.01.01 (empenhos a liquidar) que não serão utilizados e/ou estão em desacordo com a legislação vigente;
31/12/2014	Último dia para registros no SPIUnet.
31/12/2014	Baixa de saldos RP não processados a liquidar bloqueados (29.511.04.00)
02/01/2015	Término do prazo para indicação pelo ordenador de despesas para inscrição em RP não processados a liquidar;
05/01/2015	Últimos procedimentos no SIAFI2014 para as setoriais contábeis de órgão, inclusive o cancelamento dos saldos ainda existentes na conta 29.241.01.01 (empenhos a liquidar) que não serão utilizados e/ou estão em desacordo com a legislação vigente;
07/01/2015	Últimos ajustes contábeis de encerramento no SIAFI2014 para a setorial contábil do MEC;
07/01/2015	Inscrição em restos a pagar: - processados - não processados a liquidar (não exigível) - não processados em liquidação (exigível)
16/01/2015	Registro da conformidade contábil de UG do mês de dezembro no SIAFI2014;
19/01/2015	Registro da conformidade contábil de órgão do mês de dezembro no SIAFI2014;
20/01/2015	Registro da conformidade contábil de órgão superior do mês de dezembro no SIAFI2014.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 3.284, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, Edital n.º 017, de 06/3/2014, publicado no DOU de 10/3/2014, retificado no DOU de 12/3/2014 e 09/4/2014, Adendo 11/3/2014, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Classe/ Padrão	Carga Horária	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
ICSEZ	Artes Visuais	Professor Assistente A, Nível 1.	40h	DE	Não houve candidato inscrito.	

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

PORTARIA Nº 3.329, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

I - HOMOLOGAR o resultado do Processo Seletivo, objeto do Aviso de Seleção nº 005/2014, conforme segue:

Unidade	Curso/Departamento	Disciplinas	Carga Horária	Classe/Padrão	Candidato	Classificação
FT	Design e Expressão Gráfica	Bioarquitetura e Conforto Ambiental II.	40h	Professor Auxiliar, Nível I.	Daniel Montenegro Alfaia.	
		Desenho Básico.			Não houve candidato aprovado.	
		Representação Tridimensional I; Tópicos Especiais em Design III.				

II - ESTABELECER que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União.

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 2.302, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.001601/2013-91/Núcleo de Engenharia Ambiental/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 20/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2013, retificado através do Edital de Retificação nº 002, publicado no D.O.U de 11/07/2014, seção 3, páginas 45 e 46, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Núcleo de Engenharia Ambiental/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino Impactos Ambientais, homologado através da Portaria nº 3.893, de 14/11/2013, publicada no D.O.U. de 20/11/2013, seção 1, página 11.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.303, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.003820/2013-12/Departamento de Educação Física/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 18/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Professor Adjunto-A - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 015/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Departamento de Educação Física/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Base Contemporânea da Educação Física e Sociedade, homologado através da Portaria nº 3.812, de 13/11/2013, publicada no D.O.U. de 18/11/2013, seção 1, página 20.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.304, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.014564/2013-81/Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 20/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D I - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 014/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Geografia, homologado através da Portaria nº 3.827, de 14/11/2013, publicada no D.O.U. de 20/11/2013, seção 1, página 11.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

PORTARIA Nº 2.306, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo de nº. 23113.014565/2013-25/Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 01 (um) ano, contado a partir de 21/11/2014, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D I - Nível I, em regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, objeto do Edital nº. 014/2013, realizado pela Universidade Federal de Sergipe para o Colégio de Aplicação/Campus Universitário Prof. José Aloísio de Campos, para a Matéria de Ensino: Biologia, homologado através da Portaria nº 3.919, de 19/11/2013, publicada no D.O.U. de 21/11/2013, seção 1, página 11.

Art. 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ MAURÍCIO DE CONCEIÇÃO SOUZA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 675, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1051/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, Código e-MEC 532, mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - FIDENE, CNPJ nº 90.738.014/0001-08.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 676, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1053/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, Código e-MEC 81, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, CNPJ nº 84.714.682/0001-94.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 677, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1055/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Código e-MEC 295, mantida pela Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul - APESC, CNPJ nº 95.438.412/0001-14.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 678, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1054/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificado como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) o Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros, Código e-MEC 1878, mantido pela Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros, CNPJ nº 61.023.156/0001-82.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 679, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1056/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO, Código e-MEC 528, mantida pelas Faculdades Católicas, CNPJ nº 33.555.921/0001-70.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 680, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1044/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Horizontina, Código e-MEC 1780, mantida pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, CNPJ nº 96.746.441/0001-06.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 681, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1045/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificado como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) o Centro Universitário-Católica de Santa Catarina em Joinville, Código e-MEC 17138, mantida pela Fundação Educacional Regional Jaraguaense - FERJ , CNPJ nº 83.130.229/0001-78.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 682, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1045/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificado como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) o Centro Universitário-Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul, Código e-MEC 645, mantida pela Fundação Educacional Regional Jaraguaense - FERJ, CNPJ nº 83.130.229/0001-78.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 683, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1050/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, Código e-MEC 494, mantida pela Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina, CNPJ nº 86.445.293/0001-36.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 684, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1052/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Três de Maio, Código e-MEC 294, mantida pela Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM, CNPJ nº 98.039.852/0001-97.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 685, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1047/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade São Francisco, Código e-MEC 670, mantida pela Casa de Nossa Senhora da Paz - Ação Social Franciscana, CNPJ nº 33.495.870/0001-38.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 686, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1046/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Universidade Presbiteriana Mackenzie, Código e-MEC 22, mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, CNPJ nº 60.967.551/0001-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 687, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1048/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificado como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) o Centro Universitário de Votuporanga-UNIFEV, Código e-MEC 222, mantida pela Fundação Educacional de Votuporanga - FEV, CNPJ nº 45.164.654/0001-99.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 688, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1049/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificado como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) o Centro Universitário La Salle - UNILASALLE, Código e-MEC 641, mantido pela Sociedade Porvir Científico, CNPJ nº 97.741.990/0001-37.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 689, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 1044/2014-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade EST, Código e-MEC 1382, mantida pela Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura, CNPJ nº 96.746.441/0001-06.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 690, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e a Instrução Normativa n° 4, de 31 de maio de 2013, republicada em 29 de julho de 2013, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

ANEXO

Autorização de Cursos

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201303075	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE IPATINGA	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA SALERMO, 299, BETHÂNIA, IPATINGA/MG
2.	201302227	REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	RUA TAMBURUGY, 474, COLÉGIO DIPLOMATA, PATAMARES, SALVADOR/BA
3.	201210306	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA CAVALHADA, 4980, CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS
4.	201302650	GASTRONOMIA (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
5.	201303734	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA	AVENIDA DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, S/N, SUBAÉ, FEIRA DE SANTANA/BA
6.	201302966	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
7.	201210305	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA CAVALHADA, 4980, CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS
8.	201302655	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
9.	201210222	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PORTO ALEGRE	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA CAVALHADA, 4980, CAVALHADA, PORTO ALEGRE/RS
10.	201302237	COMUNICAÇÃO SOCIAL - RADIALISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE REGIONAL DA BAHIA	UNIRB - UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA	AVENIDA TAMBURUGY, 474, PATAMARES, SALVADOR/BA
11.	201204750	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE PINHAIS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE PINHAIS	RUA CAMILO DI LELLIS, 1151, TÉRREO, ESTÂNCIA. , 1151, ESTANCIA, PINHAIS/PR
12.	201302656	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR
13.	201303065	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE DAS AMÉRICAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS LTDA	RUA AUGUSTA, 1520, 1508 A , CONSOLAÇÃO, SÃO PAULO/SP
14.	201303750	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EVOLUÇÃO	SOCIEDADE EVOLUCAO DE EDUCACAO SUPERIOR E TECNOLOGIA LTDA - EVOLUCAO - EPP	AVENIDA PEDRO I, 1.276, CENTRO, FORTALEZA/CE
15.	201200920	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	ESTRADA DIAS MARTINS, 894, JARDIM PRIMAVERA, RIO BRANCO/AC
16.	201208628	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADES INTEGRADAS DE OURINHOS	FUNDACAO EDUCACIONAL MIGUEL MOFARREJ	BR 153, KM 339 + 420 M, S/N, ÁGUA DO CATETO, OURINHOS/SP
17.	201302660	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	RUA DOUTOR PEDROSA, 55, CENTRO, CURITIBA/PR

PORTARIA Nº 691, DE 12 NOVEMBRO 2014

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com alterações do Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e conforme consta do Processo e-MEC nº 201208716, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o curso superior de tecnologia em Logística, na modalidade a distância, a ser ofertado pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU, com sede na Rua Taguá, nº 150, Bairro Liberdade, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, mantido pela Faculdades Metropolitanas Unidas Associação Educacional, com sede nos mesmos Município e Estado, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 2º Os polos utilizados para as atividades presenciais obrigatórias, nos termos do § 2º do art. 10 do Decreto nº 5.622, de 2005, com redação dada pelo Decreto nº 6.303, de 2007, do curso neste ato autorizado, são, exclusivamente, aqueles constantes do ato oficial de credenciamento para educação a distância, emitido por este Ministério para a instituição.

Parágrafo único. A utilização, pela instituição, de Polos não credenciados por este Ministério representa irregularidade, objeto de medidas administrativas e penais previstas na legislação.

Art. 3º A instituição deverá solicitar reconhecimento do curso, neste ato autorizado, nos termos do art. 35 do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.534, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 08/01/2015, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2013, DOU de 19/08/2013, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 6, DOU de 08/01/2014.

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS

Área de Conhecimento: Campo da Saúde, Saberes e Práticas

Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

Área de Conhecimento: Educação Matemática, Científica e Tecnológica

Classe: ADJUNTO A Regime de Trabalho: DE

ROSILDA ARRUDA FERREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE MEDICINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

PORTARIA Nº 10.890, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Faculdade de Medicina do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professor Roberto de Andrade Medronho, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor substituto do Departamento de Terapia Ocupacional - Setor: Terapia Ocupacional Geral e Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional, referente ao Edital n°384 de 27 de outubro de 2014, publicado no DOU n° 207 -Seção 3, páginas 70 a 74 de 27 de outubro de 2014, divulgando o nome do candidato aprovado:

Setor: Terapia Ocupacional Geral e Estágio Supervisionado em Terapia Ocupacional

1° lugar - Viviani Cristina Costa

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO

CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE LETRAS

PORTARIA Nº 10.894, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Diretora da Faculdade de Letras do Centro de Letras e Artes da UFRJ, nomeada pela Portaria nº 40, de 06/01/2014, publicada no DOU nº 04, Seção 2, de 07/01/2014, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação temporária de Professor Substituto referente ao Edital nº 384, de 24/10/2014, publicado no DOU nº 207, de 27/10/2014, divulgando, em ordem de classificação, o nome da candidata aprovada:

Departamento de Letras Neolatinas
Setor: Espanhol
1- Marina Costa Villela Martins

ELEONORA ZILLER CAMENIETZKI

CENTRO DE TECNOLOGIA
ESCOLA DE QUÍMICA

PORTARIA Nº 10.871, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Escola de Química, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela portaria nº 336 de 21/01/2014, publicado no DOU nº 15, Seção 2, de 22/01/2014 resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 384 de 24/10/2014, publicado no DOU nº 207, Seção 3, páginas 70 a 74 de 27/10/2014, divulgando em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento/Setor Processos Orgânicos
1º- Wendel Rodrigues Cezário
2º- Amanda Pereira Franco dos Santos
3º- Yordanka Reyes Cruz

EDUARDO MACH QUEIROZ

PORTARIA Nº 10.889, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor da Escola de Química, do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nomeado pela portaria nº 336 de 21/01/2014, publicado no DOU nº 15, Seção 2, de 22/01/2014, resolve:

Tornar público o resultado do processo seletivo aberto para contratação de Professor Substituto referente ao Edital nº 384 de 24/10/2014, publicado no DOU nº 207, Seção 3, páginas 70 a 74 de 27/10/2014, divulgando em ordem de classificação os nomes dos candidatos aprovados:

Departamento Engenharia Bioquímica
Setor - Engenharia e Tecnologia Ambiental
1º- Verônica Marinho Fontes Alexandre
2º- Daniel Vieira Minegatti de Oliveira
3º- Carla Sant'Ana Oliveira
4º- Tiago Chagas de Oliveira Tourinho

EDUARDO MACH QUEIROZ

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 12 de novembro de 2014

Processo nº: 10951.000813/2001-01.
Interessados: Caixa Econômica Federal.
Assunto: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Créditos Decorrentes de Operações com Recursos do FGTS, celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal, em 29 de junho de 2001, com fundamento na legislação em vigor, em especial no disposto no art. 6º, inciso II, alínea "a" e §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.196-3 de 24 de agosto de 2001.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, observadas as formalidades de praxe, a celebração do Termo Aditivo, no valor de R$ 481.645.081,36, (quatrocentos e oitenta e um milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, oitenta e um reais e trinta e seis centavos), posição de 5 de novembro de 2014, a ser corrigido pela taxa SELIC até a data da assinatura do instrumento, e revogo o despacho ministerial publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 17 de julho de 2013.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO

BANCO DO BRASIL S/A
BESCVAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2014

I. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às quinze horas, na Praça XV de Novembro, nº 321, Centro - Florianópolis (SC), reuniram-se, em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas da Companhia. Verificando o Livro de Presença dos Acionistas apurou-se que havia quorum legal para a instalação da Assembleia, pois estava presente acionista detentor de 10.168.639 ações ordinárias nominativas, todas com direito a voto (representando 99,6% do capital votante). Em observância ao disposto no artigo 128 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi designado para presidir os trabalhos o Sr. Renato Porto, representante do acionista majoritário, que declarou instalada a Assembleia, em 1ª convocação, convidando para compor a mesa: (i) Paulo Roberto Riscado Júnior, Membro do Conselho Fiscal; e (ii) André Luiz Valença da Cruz, este para servir como Secretário. Composta a mesa, comunicou que a Assembleia havia sido regularmente convocada por edital publicado na forma do artigo 124, da Lei n.º 6.404/76, na edição de 28 de abril de 2014, no Diário Oficial da União (pag. 112) e nas edições dos dias 26, 27 e 28 de abril de 2014 no jornal Notícias do Dia - SC (pags. 36 e 19), solicitando ao Secretário que procedesse à sua leitura, cujo teor é o seguinte: BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., CNPJ 82.518.523/0001-99. São convidados os Senhores Acionistas da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval - companhia fechada - a participarem, em primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária que se realizará na Praça XV de Novembro, nº 321, Centro - Florianópolis (SC), às 15 horas do dia 29 de abril de 2014, a fim de tratar dos seguintes assuntos: I - tomar conhecimento do Relatório da Administração e examinar, para deliberação, contas, balanço, demonstrações financeiras, pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes relativos ao ano de 2013; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2013 e a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio; III - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; IV - fixar a remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. Os instrumentos de mandato deverão ser depositados no Banco do Brasil, na Praça XV de Novembro, nº 321, Centro - Florianópolis (SC), preferencialmente até 24 horas antes da realização da Assembleia. A documentação relativa às propostas a serem apreciadas está disponível na Praça XV de Novembro, nº 321, Centro - Florianópolis (SC). Para admissão na Assembleia, conforme prevê o artigo 126 da Lei 6.404/76, o acionista, ou seu representante legal, deverá apresentar documento hábil de identidade. Brasília (DF), 29 de abril de 2014. Carlos Massaru Takahashi, Presidente. Procedida a leitura do edital de convocação, passou-se ao exame e deliberação dos assuntos nele constantes. Inicialmente, foi aprovado que a presente ata fosse lavrada na forma de sumário, conforme prevê o parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei n.º 6.404/76, e suas posteriores alterações. Item I - o Presidente esclareceu que o Relatório da Administração, os Balanços Patrimoniais e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2013 e os Pareceres do Conselho Fiscal e dos auditores independentes se encontravam à disposição dos Srs. Acionistas e foram publicados no dia 12.03.2014 no Diário Oficial da União e Jornal Notícias do Dia - SC. Após examinados, o Presidente colocou-os em discussão e votação, tendo sido aprovados pelo acionista. Item II - a destinação do lucro líquido do exercício 2013, conforme quadro a seguir, cuja distribuição foi autorizada nesta data pelo Sr. Ministro de Estado da Fazenda nos termos do art. 3º do Decreto 2.673, de 16.07.1998:

Demonstrativo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	Exercício 2013
	Valores em R$ Mil
Lucro Líquido	89
Dividendos/JCP Prescritos	8
Constituição de Reserva Legal	(4)
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(23)
Dividendos adicionais	(70)
Total destinado ao acionista	(93)

Submetida à votação, a matéria foi aprovada pelo acionista. Em seguida, o Presidente passou ao Item III da ordem do dia - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. O representante do Banco do Brasil, acionista majoritário, fez as seguintes indicações: (i) para a Diretoria, a seguir qualificados, para cumprirem o mandato 2014-2016: Diretor-Presidente CARLOS MASSARU TAKAHASHI: brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Emílio Lang Jr, nº 74 - Jardim da Saúde - São Paulo (SP), inscrito no CPF sob o nº 012.858.808-03 e da Carteira de Identidade nº 9500567-5, expedida em 08.08.2002 pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Diretor CARLOS JOSÉ DA COSTA ANDRÉ: brasileiro, casado, bancário, residente e domiciliado na Rua Redentor, 230 - apto. 302, Ipanema - Rio de Janeiro (RJ), inscrito no CPF sob o nº 834.157.697-04 e da Carteira de Identidade nº 05935301-1, expedida em 26.04.1991 pelo Instituto Félix Pacheco (RJ); Diretor ILTON LUÍS SCHWAAB: brasileiro, casado, contador, inscrito no CPF sob o nº 532.599.980-04, portador da Carteira de Identidade nº 6.029.804.827, expedida em 02.03.2005 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, residente e domiciliado na Rua 28 Norte, Lote 2, nº 395 - Edificio Via Majestic Águas Claras (DF); (ii) para o Conselho Fiscal, a seguir qualificados, para cumprirem o mandato 2014-2015: representantes do Tesouro Nacional indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda: LENA OLIVEIRA DE CARVALHO (titular), brasileira, casada, economista, inscrita no CPF sob o nº 634.710.191-20, portadora da Carteira de Identidade nº 1.585.452, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: SQSW 306 Bl. "D" apto. 612, Sudoeste - Brasília (DF), e FERNANDO EURICO DE PAIVA GARRIDO (suplente), brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 003.462.127-07, portador da Carteira de Identidade nº 075698035, expedida pelo Instituto Félix Pacheco (RJ). Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. P, Ed. Anexo A, sala 113, Ministério da Fazenda - Brasília (DF); indicados pelo acionista majoritário: PAULO ROBERTO RISCADO JÚNIOR (titular), brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na SQN 209, bloco F, aptº 407, Asa Norte - Brasília (DF), inscrito no CPF sob o nº 072.903.677-40, portador da Carteira de Identidade n.º 06.695.968-33, expedida pelo IIPM/BA; GUILHERME MATOSO MACEDO (suplente), brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 897.003.411-00, portador da Carteira de Identidade nº 1879188, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bl. P, 5º andar, Ministério da Fazenda - Brasília - DF; PEDRO JUCÁ MACIEL (titular), brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 027.141.784-64, portador da Carteira de Identidade nº 4547788, expedida em 11.10.2002 pela Secretaria de Defesa Social Instituto Tavares Buril (PE). Endereço: Esplanada dos Ministérios, bloco P, 5º andar, Gabinete - Ministério da Fazenda - Brasília (DF), e ADRIANO MEIRA RICCI (suplente), brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF sob o nº 334.550.741-20, portador da Carteira de Identidade nº 954.204, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Endereço: Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Ed. Sede I, 15º andar, sala 01 - Brasília (DF). Os indicados foram eleitos pelo acionista. Item IV - fixar a remuneração dos Diretores e membros do Conselho Fiscal para o corrente exercício social - o representante do acionista majoritário emitiu voto (i) pela fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o mês de abril/2014 em R$ 5.083,02, com redução gradual, conforme a tabela a seguir, sendo o valor fixado para o mês de março/2015 igual ao aprovado para os membros do Conselho Fiscal da BB Administradora de Consórcios S.A., nos termos da Nota Técnica nº 165/CGCOR/DEST/SE-MP, de 28.04.2014, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - Dest.

	Abril/14	Mai/14	Jun/14
Valores	5.083,02	4.878,25	4.673,50
Redutor	x.x	204,77	204,75

	Jul/14	Ago/14	Set/14
Valores	4.468,75	4.264,00	4.059,25
Redutor	204,75	204,75	204,75

	Out/14	Nov/14	Dez/14
Valores	3.854,50	3.649,75	3.445,00
Redutor	204,75	204,75	204,75

	Jan/15	Fev/15	Mar/15
Valores	3.240,25	3.035,50	2.830,75
Redutor	204,75	204,75	204,75

e (ii) pelo não pagamento de honorários aos Diretores, haja vista que a remuneração paga a eles pelo Banco do Brasil S.A. abrange as funções que exercerão na Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Submetida à votação, a matéria foi aprovada pelo acionista. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos e informou que iria suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a Ata foi lida e aprovada, dela extraindo-se as cópias necessárias destinadas aos fins legais. Florianópolis (SC), 29 de abril de 2014. Assinaram: Renato Porto, Presidente da Assembleia e Representante do Banco do Brasil S.A. e André Luiz Valença da Cruz, Secretário da Assembleia ESTE DOCUMENTO É CÓPIA FIEL TRANSCRITA DO LIVRO PRÓPRIO DE Nº 05, PÁGINAS 71 A 73.. Atestamos que este documento foi submetido a exame do Banco Central do Brasil em processo regular e a manifestação a respeito dos atos praticados consta de carta emitida à parte. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - DEORF. 2.321.655-8 - Luana Eun Kyong Lee - Coordenadora. A Junta Comercial do Estado de Santa Catarina certificou o registro em 22.10.2014, sob número 20142975184. Blasco Borges Barcellos - Secretário-Geral.

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO

CARTA-CIRCULAR Nº 3.678, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Chefe do Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro (Desig), no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22, inciso I, alínea "a", e 71, inciso II, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 29.971, de 4 de março de 2005, e a Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), no uso da atribuição que lhe confere o art. 22, inciso I, alínea "a", do referido Regimento, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Circular nº 3.720, de 11 de setembro de 2014, resolvem:

Art. 1º A remessa das informações de que trata o art. 1º da Circular nº 3.720, de 11 de setembro de 2014, deve ser realizada mensalmente pelas cooperativas singulares de crédito por meio do documento 5300 - Informações de Cooperados, com a codificação do Catálogo de Documentos (Cadoc) e suas demais características, nos termos do anexo a esta Carta Circular.

§ 1º As informações referidas no caput devem apresentar, no mínimo, o seguinte conteúdo:

I - em relação ao cooperado:
a. identificação;
b. localização;
c. data-início do relacionamento;
d. data-fim do relacionamento, quando houver;
e. situação cadastral;
f. operações de sua responsabilidade; e
g. valor das quotas-parte do capital;

II - em relação ao representante legal ou convencional do cooperado, quando houver:
a. identificação;
b. data-início do relacionamento; e
c. data-fim do relacionamento, quando houver.

§ 2º Para efeito do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), os cooperados são considerados correntistas e clientes, nos termos estabelecidos no parágrafo único do art. 1º da Circular nº 3.347, de 11 de abril de 2007.

Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º devem indicar empregado apto a responder a eventuais questionamentos sobre as informações fornecidas nos termos desta Carta Circular.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. A indicação referida neste artigo deve ser registrada no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), de que trata a Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir da data-base de dezembro de 2014.

GILNEU FRANCISCO ASTOLFI VIVAN
Chefe do Desig

ANDRÉIA LAÍS DE MELO SILVA VARGAS
Chefe do Decon

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 727, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a Orientação Técnica OCPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada nesta data, com fundamento nos §§ 3º e 5º do art. 177 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, combinados com os incisos II e IV do § 1o do art. 22 da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, deliberou:

I - aprovar e tornar obrigatório, para as companhias abertas, a Orientação Técnica OCPC 07 emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, anexo à presente Deliberação, que trata da evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;

II - que esta Deliberação entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

LEONARDO P. GOMES PEREIRA

ANEXO

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS
ORIENTAÇÃO TÉCNICA OCPC 07
Evidenciação na Divulgação dos Relatórios
Contábil-Financeiros de Propósito Geral

Sumário	Item
RAZÕES DA EMISSÃO DESTA ORIENTAÇÃO SOBRE A ELABORAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS	IN1 - IN7
OBJETIVO	1 - 2
ALCANCE	3 - 5
EVIDENCIAÇÃO JÁ REGULAMENTADA	6 - 30
Principais diretrizes gerais contidas no Pronunciamento Conceitual Básico	6 - 19
Principais diretrizes gerais contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26	20 - 28
Principais diretrizes gerais contidas na Lei das Sociedades por Ações	29 - 30
DIRETRIZES ADICIONAIS	31 - 39

Razões da emissão desta Orientação sobre a elaboração das notas explicativas

IN1. O volume de informações contido na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral tem provocado grandes questionamentos pelos agentes do mercado em relação à extensão do material apresentado. Muitos agentes têm notado a existência de informações irrelevantes, ao mesmo tempo em que se comentam faltas de informações relevantes.

IN2. A reprodução de informações muitas vezes dadas como desnecessárias estaria trazendo como consequência o aumento do custo da elaboração e da divulgação, o que também é foco de reclamações dos diversos agentes do mercado, desde os preparadores dos relatórios contábil-financeiros até os analistas, passando pelos conselheiros das companhias.

IN3. A apresentação das demonstrações contábeis, segundo muitos, parece adotar a técnica de check list nas divulgações requeridas pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, não sendo observados, muitas vezes, os critérios de relevância. Vem sendo afirmado, inclusive, que o excesso de informações dificulta a adequada tomada de decisão por parte dos usuários das demonstrações contábeis.

IN4. Pelo que se tem conhecimento, essa não é uma situação tipicamente brasileira. Está havendo forte movimento mundial no sentido de se chegar a caminhos que tragam para as demonstrações contábeis apenas as informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientar as suas decisões sobre uma entidade. Tanto que discussões e documentos recentes têm surgido a respeito, como, por exemplo:

O EFRAG - European Financial Reporting Advisory Group, que recomenda à União Europeia a adoção ou não dos documentos emitidos pelo IASB (IFRSs), emitiu em 2012 o documento: Towards a Disclosure Framework for the Notes, discutindo e coletando opiniões especificamente sobre a divulgação das notas explicativas. Como conclusão, propõe a elaboração de Estrutura Conceitual específica para a apresentação dessas notas.

O ASAF - Accounting Standards Advisory Forum, do próprio IASB - International Accounting Standards Board, em sua reunião de setembro de 2013, discutiu intensamente o problema e deliberou propor ao board do IASB ações na direção de disciplinar as diretrizes gerais sobre divulgação e notas explicativas.

O IASB divulgou o documento Discussion Forum - Financial Reporting Disclosure, em maio de 2013, reportando várias manifestações de usuários, preparadores e auditores a respeito de dificuldades relativas à qualidade das notas explicativas e recentemente criou um grupo para discutir exatamente Disclosure Initiative.

O FASB, em março de 2014, numa ação concreta, emitiu, para discussão, o Proposed Statement of Financial Accounting Concepts intitulado Conceptual Framework for Financial Reporting, Chapter 8: Notes to Financial Statements (41 páginas), como estrutura conceitual para a emissão das notas explicativas.

O IASB, também em março de 2014 e também numa ação concreta, divulgou o staff paper sobre o projeto Disclosure Iniciative sobre Materiality, e o exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative - proposed amendments to IAS 1, com o objetivo de introduzir modificações no IAS 1, Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, resultado de uma série de projetos de curto e médio prazos que visam melhorar os princípios de apresentação e divulgação por meio do uso de julgamento e do conceito de materialidade por parte das entidades.

IN5. Este CPC decidiu, então, efetuar alguns levantamentos e concluiu que já existem diretrizes sobre a evidenciação, especialmente nas notas explicativas, em diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações, principalmente no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e no Pronunciamento Técnico CPC 26, bem como na própria Lei das Sociedades por Ações (6.404/76) e em documentos de diversos órgãos reguladores.

IN6. E concluiu também que há possibilidade de emissão de algumas orientações sobre essa evidenciação.

IN7. Após analisar essa situação e considerando que possa levar certo tempo até que o IASB conclua os projetos em andamento relacionados a esse tema e efetue as modificações que podem acelerar esse processo, este Comitê deliberou considerar a emissão desta Orientação a fim de esclarecer e reforçar que, nas demonstrações contábeis e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas informações relevantes (e apenas elas) que de fato auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido por este CPC deixem de ser atendidos.

Objetivo

1.O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

2.Esta Orientação está tratando, especificamente, da evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas.

Alcance

3.Esta Orientação trata essencialmente de questões de divulgação, não alcançando questões de reconhecimento e de mensuração.

4.Ela consolida exigências já existentes em Pronunciamentos, em Interpretações e em outras Orientações deste Comitê, bem como na Lei, sem alterar tais exigências.

5.Para fins desta Orientação, utiliza-se sempre a palavra relevância lembrando que esse conceito abrange o da materialidade e o da palavra significativa. E utiliza-se a expressão políticas contábeis, que também abrange práticas e critérios contábeis.

Evidenciação já regulamentada

Principais diretrizes gerais contidas no Pronunciamento Conceitual Básico

6.O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral, conforme já estabelecido no item OB2 do Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, "é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada de decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade." (sublinhados adicionados, abreviadamente: s.a.)

7.Informações úteis são aquelas revestidas das características qualitativas fundamentais do relatório contábil-financeiro. Essas características, conforme esse mesmo Pronunciamento Conceitual Básico, item QC5, são "relevância e representação fidedigna". (s.a.)

8.O item QC6 dessa Estrutura Conceitual define: "Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários." (s.a.)

9.E o QC11 reforça: "A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação." (s.a.)

10.Depreende-se desses dispositivos que todas as informações próprias de demonstrações contábil-financeiras de conhecimento da entidade que possam de fato influenciar investidores e credores e, apenas essas, devem ser divulgadas. A divulgação de informações irrelevantes costuma causar o mau efeito de desviar a atenção do usuário, o que contraria frontalmente o objetivo da divulgação fidedigna.

11.O item QC12 afirma, abordando a demonstração contábil (que inclui as notas explicativas): "para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro". (s.a.)

12.Esse item evidencia a responsabilidade do preparador com relação à completude da informação, à obrigatoriedade de que a informação e os comentários relativos a ela sejam neutros, o que inclui a qualificação e a adjetivação, e o zelo para a inexistência de erros.

13.Cita o QC4: "Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível." (s.a.)

14.Chama-se a atenção, nesse item QC4, ao item compreensibilidade, que inclui a nomenclatura das contas nas demonstrações e a redação utilizada nas notas explicativas. O conhecimento mínimo exigido do usuário de demonstrações contábeis não necessariamente abrange a mesma profundidade dos especialistas, nem as mesmas terminologias por demais específicas da entidade ou do segmento econômico a que a entidade pertence. Assim, apenas quando absolutamente inevitável, deve ser utilizado linguajar técnico específico da entidade ou do setor. É conveniente considerar, neste caso, a apresentação de glossário completo e conciso junto com as demonstrações.

15.A relevância, conforme a Estrutura Conceitual, é baseada na natureza ou na magnitude da informação, ou em ambas. Consequentemente, não se pode a priori especificar um limite quantitativo uniforme para relevância ou predeterminar o que seria julgado relevante para uma situação particular. Em razão disso, o julgamento sobre a relevância da informação será, praticamente, caso a caso. Diz o item QC11: "a materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular". (s.a.)

16.Assim, normalmente os números significativos para o porte da entidade são materiais/relevantes por sua influência potencial nas decisões dos usuários, mas determinados valores, mesmo que pequenos em termos absolutos ou percentuais, podem ser relevantes em função não do seu tamanho, mas de sua natureza. Isso significa que podem ser de interesse para decisão dos usuários pela importância da informação em termos de governabilidade, de possível impacto futuro, de informação social, etc.

17.Resumindo, a Estrutura Conceitual determina que toda a informação é relevante e deve ser divulgada se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam como base no relatório contábil-financeiro de propósito geral da entidade específica que reporta a informação. Consequentemente, se não tiver essa característica, a informação não é relevante e não deve ser divulgada. Além disso, a informação quando for relevante, deve ser completa, neutra, livre de erro, comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

18.Esse conjunto citado nos itens anteriores evidencia que o foco a ser considerado na elaboração e na análise das demonstrações contábeis é o da relevância das informações necessárias ao processo decisório de investidores e credores.

19.Consequentemente, não podem faltar nas demonstrações contábeis as informações relevantes de que a entidade tenha conhecimento, bem como não devem ser divulgadas informações que não sejam relevantes.

Principais diretrizes gerais contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26

20.O Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis determina, em seus itens 29 a 31, que:

29. "A entidade deve apresentar separadamente nas demonstrações contábeis cada classe material de itens semelhantes. A entidade deve apresentar separadamente os itens de natureza ou função distinta, a menos que sejam imateriais." (s.a.)

30. "Se um item não for individualmente material, deve ser agregado a outros itens, seja nas demonstrações contábeis, seja nas notas explicativas." Mas observado que "um item pode não ser suficientemente material para justificar a sua apresentação individualizada nas demonstrações contábeis, mas pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas."

31. "A entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por um Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC, se a informação não for material." (s.a.)

21.Esses três itens, resumidamente, levam à conclusão de que a evidenciação, tanto nas demonstrações, quanto nas notas explicativas, deve ser de informações relativas a itens agrupados pela semelhança (não igualdade) em sua natureza e na sua função. Todavia, se irrelevantes, podem ficar inseridos em outros grupos para fins de apresentação.

22.E outra conclusão fundamental: qualquer informação específica requisitada por qualquer Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que não seja relevante não deve ser divulgada, inclusive para não desviar a atenção do usuário, com exceção da que for requerida expressamente por órgão regulador.

O item 113 do mesmo Pronunciamento determina que "as notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas."

23.Já o item 114 afirma que "as notas explicativas são normalmente apresentadas" numa determinada ordem que explicita (declaração de conformidade, resumo das políticas contábeis, informações suporte, etc.), mas não obriga que seja essa a ordem a ser utilizada.

24.Pelo contrário, o item 115 é expresso: "Em algumas circunstâncias, pode ser necessário ou desejável alterar a ordem de determinados itens nas notas explicativas. Por exemplo, a informação sobre variações no valor justo reconhecidas no resultado pode ser divulgada juntamente com a informação sobre vencimentos de instrumentos financeiros, embora a primeira se relacione com a demonstração do resultado e a última se relacione com o balanço patrimonial. Contudo, até onde for praticável, deve ser mantida uma estrutura sistemática das notas explicativas" (s.a.). Assim, pode a ordem ser a que a administração da entidade considerar como a mais adequada; todavia, é recomendável que haja uniformidade na forma de apresentação das informações em notas explicativas em relação a períodos precedentes visando auxiliar a comparabilidade entre as demonstrações contábeis de um período em relação a períodos anteriores.

25.O item 117 do mesmo Pronunciamento determina que "a entidade deve divulgar no resumo de políticas contábeis significativas:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"(a) a base (ou bases) de mensuração utilizada(s) na elaboração das demonstrações contábeis; e

(b) outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis."

26.O item 116 esclarece: "As notas explicativas que proporcionam informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas podem ser apresentadas como seção separada das demonstrações contábeis." (s.a.)

27.Depreende-se dos itens anteriores que a entidade somente deve divulgar as bases de elaboração das demonstrações e suas políticas contábeis que sejam suas particulares, suas específicas. Dessa forma, as políticas contábeis que não lhe sejam aplicáveis não requerem divulgação, assim como políticas contábeis baseadas em normas que não apresentam qualquer alternativa. Isso abrange os documentos tanto em vigor quanto aqueles que vigerão futuramente.

Principais diretrizes gerais contidas na Lei das Sociedades por Ações

28.A Lei nº 6.404/76 expressamente exige notas que esclareçam sobre a situação patrimonial e os resultados, e menciona a obrigação de apresentação das políticas contábeis que sejam específicas e que se apliquem a negócios e eventos significativos. Seu art. 176 determina:

"§ 5º As notas explicativas devem:

I - apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos;

....

IV - indicar:

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais..." (s.a.)

29.Ou seja, a Lei das S/A segue na mesma linha de exigir notas sobre bases de elaboração e sobre políticas contábeis que sejam específicas da entidade que reporta e que sejam relativas a itens relevantes. A menção a bases e políticas não específicas da entidade e referentes a itens não relevantes também pode desviar a atenção do usuário.

Sumário das principais diretrizes gerais contidas nos textos citados

O CPC salienta, então, que esses documentos citados já especificam que:

A.Todas as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Consequentemente, as não relevantes não devem ser divulgadas.

B.A relevância, por sua vez, abrange os conceitos de magnitude e de natureza da informação, olhadas sob o ponto de vista dos usuários.

C.Somente as informações relevantes e específicas à entidade devem ser evidenciadas, tanto as relativas às políticas contábeis quanto a todas as demais notas, inclusive aquelas relativas a prováveis efeitos de políticas contábeis a serem adotadas no futuro.

D.A menção, em Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC e em Lei, de exigências de divulgação deve sempre ser interpretada à luz da relevância da informação a ser divulgada, mesmo que apareçam as expressões "divulgação mínima", "no mínimo" e assemelhadas.

E.Por outro lado, nenhuma informação relevante que possa influenciar o usuário das demonstrações contábeis da entidade pode deixar de ser evidenciada, mesmo que não haja explícita menção a ela em Lei ou em documento do CPC.

F.O espírito de simples cumprimento de check-list não atende, absolutamente, ao necessário ao atingimento dos objetivos dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral.

Diretrizes adicionais

30.Apesar de não especificamente mencionada nesses documentos citados, no conjunto dos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações deste CPC está sempre presente a necessidade de ênfase às informações relativas a todos os temas que possam representar riscos para a entidade. Por exemplo, no Pronunciamento Técnico CPC 26, isso pode ser visto explicitamente nos itens 114, 125, 126 e 128. Consequentemente, este CPC entende que dentro do conceito de relevância deve sempre ser considerada essa característica.

31.Nas notas explicativas sobre as bases de elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas da entidade não devem ser repetidos os textos dos atos normativos, mas apenas resumidos os aspectos principais relevantes e aplicáveis à entidade.

32.Podem ser feitas apenas menções aos números e nomes dos documentos deste CPC e um resumo dos aspectos principais relevantes e especificamente aplicáveis à entidade.

33.Quando da existência de escolha de uma entre duas ou mais políticas contábeis permitidas à entidade e quando de mudança de política contábil, a nota deve esclarecer detalhadamente sobre tais fatos, razões da escolha ou da mudança e consequências junto às demonstrações contábeis.

34.As notas sobre políticas contábeis podem ser inseridas juntamente com as notas relativas aos itens constantes das demonstrações contábeis a que se referem.

35.A ordem de apresentação das notas explicativas, após aquelas relativas ao contexto operacional e à declaração de conformidade, pode seguir a ordem de relevância dos assuntos tratados, obedecida sempre a exigência de referência cruzada entre as notas e os itens das demonstrações contábeis ou a outras notas a que se referem.

36.Na redação das notas não deve haver, na medida do possível, repetição de fatos, políticas e informações outras para fins de não desvio da atenção do usuário.

37.A administração da entidade deve, na nota de declaração de conformidade, afirmar que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

38.Na avaliação de relevância, devem ser consideradas, de maneira segregada, as informações das demonstrações individuais e as informações das demonstrações consolidadas, pois é possível que determinada informação seja relevante para um caso e não seja no outro.

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM

Pauta de Julgamento - CONTINUAÇÃO DE SESSÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM nº 11/2012 - PETROBRAS

Pauta publicada no DOU de terça-feira, 07 de outubro de 2014, Seção 1, pág. 27.

Comunicamos a continuação, no próximo dia 02 de dezembro de 2014, às 15h, da Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador CVM nº 11/2012, iniciada no dia 11 de novembro de 2014 e suspensa devido ao pedido de vista dos autos feito pela Diretora Luciana Dias.

Rio de Janeiro-RJ, 12 de novembro de 2014.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação

DECISÃO DE 9 DE SETEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES
LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR
APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/11915
Reg. nº 8924/13
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ("Ernst & Young") e Luiz Cláudio Fontes ("Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/6128 instaurado pela Superintendência de Normas Contábeis e de Auditoria - SNC.

A Ernst & Young foi acusada por ter emitido parecer de auditoria sem ressalvas para a sociedade Minerva S.A., referente às demonstrações contábeis do exercício social findo em 31.12.2008 assim como o Sr. Luiz Cláudio Fontes, sócio e responsável pela emissão do referido parecer de auditoria, ambos em violação ao disposto no artigo 20 da Instrução CVM 308/1999 c/c item IV, alínea "a", da NPA 01 - IBRACON.

Após negociações com o Comitê, os Proponentes se comprometeram a pagar à FAPC - Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis o montante de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para o fim de fazer face a despesas relacionadas com a IFRS Foundation, bem como para a adoção de medidas ou iniciativas institucionais do interesse comum do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e da CVM voltadas à capacitação, treinamento ou intercâmbio profissional, nacional ou internacional, troca de experiências com instituição no Brasil ou no exterior ou presença ou representação brasileira no exterior.

Segundo o Comitê de Termo de Compromisso, a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, uma vez que o compromisso assumido pelos acusados satisfaz os requisitos legais e é tido como suficiente para o desestímulo de práticas assemelhadas.

O Colegiado, por unanimidade, deliberou a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Ernst & Young e Luiz Cláudio Fontes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao proponente. A SNC foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/10299
Reg. nº 9271/14
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Teobaldo José Cavalcante Leal ("Proponente"), Diretor de Relações com Investidores da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2013/10299, instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

O Proponente foi acusado, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Coelce, de infração ao parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM 358/2002, combinado com o § 4º do art. 157 da Lei 6.404/76, por não ter divulgado fato relevante sobre o teor de correspondência enviada à Superintendencia de Valores Y Seguros - SVS do Chile pela controladora indireta da Companhia, Enersis S.A., e divulgada no sítio desta , por meio da qual esta sociedade ratificou a intenção de adquirir participações detidas por minoritários na Companhia, até o limite de 41,10% do seu capital total.

Após negociações com o Comitê de Termo de Compromisso, o proponente apresentou proposta em que se compromete a pagar à CVM a importância de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Segundo o Comitê, a aceitação da proposta é conveniente e oportuna, representando compromisso suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto do termo de compromisso.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada por Teobaldo José Cavalcante Leal, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelos proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/11592
Reg. nº 9272/14
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Milto Bardini ("Proponente"), Diretor de Relações com Investidores - DRI do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Companhia"), previamente à eventual instauração de Processo Administrativo Sancionador pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP.

A irregularidade detectada diz respeito a não divulgação tempestiva de Fato Relevante acerca das negociações sobre a venda do controle acionário da Companhia para o China Construction Bank, quando, diante das notícias publicadas nos meios de comunicação, a informação fugiu ao controle da administração da Companhia, em possível infração ao art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM 358/2002.

O Proponente apresentou proposta em que se compromete a pagar à CVM a quantia de R$200.000,00 (duzentos mil reais).

Para o Comitê de Termo de Compromisso, a quantia ofertada pelo Proponente está em consonância com precedentes em casos com características gerais similares, sendo considerada suficiente para o desestímulo de práticas assemelhadas e para bem nortear a conduta dos agentes de mercado.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Sr. Milto Bardini, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo proponente.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/5645
Reg. nº 8960/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, aprovado na reunião de Colegiado de 23.12.2013, no âmbito do PAS RJ2013/5645.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2013/5645 por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelo único acusado.

Rio de Janeiro-RJ, 12 de novembro de 2014.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação

DECISÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - PRESIDENTE EM EXERCICIO
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR
CUMPRIMENTO DE TERMOS DE COMPROMISSO - PAS 01/2012 E PROC. RJ2013/8159
Reg. nº 8761/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes nos Termos de Compromisso celebrados por Anderson Ferrari Junior e Ranieri Feres Doellinger, aprovados nas reuniões de Colegiado de 25.02.14 e 01.04.14, no âmbito do PAS 01/2012.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que os pagamentos previstos nos Termos de Compromisso ocorreram na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS 01/2012, por ter sido cumprido os Termos de Compromisso firmados pelos únicos acusados.

Rio de Janeiro-RJ, 12 de novembro de 2014.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação

DECISÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

PARTICIPANTES
LEONARDO PORCIUNCULA GOMES PEREIRA - PRESIDENTE
ANA DOLORES MOURA CARNEIRO DE NOVAES - DIRETORA
LUCIANA PIRES DIAS - DIRETORA
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES - DIRETOR
APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/0392
Reg. nº 8530/13
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto por Aggrega Investimentos Ltda. e seu diretor responsável pela prestação de serviços de administração de carteira de valores mobiliários, José Antonio Pinto, no âmbito do Processo Administrativo Sancionador RJ2012/6987, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

Os acusados foram responsabilizados, na qualidade, respectivamente, de gestora do Prevtrust Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento Previdenciário Renda Fixa Crédito Privado ("Prevtrust") e de diretor responsável pela prestação do serviço de administração de carteiras de valores mobiliários, por terem aplicado em cotas de fundo de direito creditório além do limite de 20% do patrimônio líquido do Prevtrust previsto no regulamento (infração ao art. 65, XIII, da Instrução CVM 409/2004).

Os proponentes apresentaram proposta conjunta de Termo de Compromisso em que se comprometem a:

I- continuar a liquidação do fundo e manter limite de investimento em FDIC de 100% até a liquidação total do fundo, bem como envidar os máximos esforços para que não ocorra desenquadramento da carteira de qualquer fundo que esteja sob sua gestão e/ou administração, mantendo área específica de compliance e enquadramento;

II- no prazo de até 180 dias contados da data da publicação do Termo no Diário Oficial da União: (a) reforçar os controles internos com a finalidade de prevenir supostas falhas de enquadramento de carteiras dos fundos de investimentos que gere, mediante o aperfeiçoamento de seus sistemas de controle e monitoramento de tais carteiras; e (b) reforçar normas internas de compliance com vistas a consignar os procedimentos a serem observados por seus funcionários quanto à nova sistemática de monitoramento das carteiras dos fundos de investimento que gere;

III-contratar auditor independente registrado na CVM para elaboração de parecer referente ao cumprimento das obrigações assumidas na cláusula II, a ser finalizado no prazo de até 30 dias contados do término do prazo de 180 dias, e protocolar, na CVM, o parecer dos auditores no prazo de até 48 horas de sua disponibilização; e

IV-pagar à CVM o valor de R$ 150.000,00, em três parcelas mensais iguais de R$ 50.000,00, sendo o primeiro pagamento efetuado no prazo de 10 dias contados a partir da data de publicação do Termo no Diário Oficial da União.

No entendimento do Comitê de Termo de Compromisso a proposta apresentada mostra-se flagrantemente desproporcional à natureza e à gravidade das acusações imputadas aos proponentes, não contemplando obrigação que venha a surtir importante e visível efeito paradigmático junto aos participantes do mercado de valores mobiliários, inibindo a prática de condutas assemelhadas, sendo necessário um pronunciamento norteador, por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando a orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza.

O Colegiado, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê de Termo de Compromisso, deliberou, por unanimidade, a rejeição da proposta conjunta de Termo de Compromisso apresentada por Aggrega Investimentos Ltda. e José Antonio Pinto.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/1205
Reg. nº 9288/14
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Geração Futuro Corretora de Valores S.A. ("Proponente"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador CVM RJ2013/1205, instaurado pela Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN.

A proponente foi acusada em razão da (i) ausência de termo de adesão assinado por cotista quando do ingresso no Fundo de Investimento Multimercado Four Seasons ("Fundo") (infração ao art.30, § 1º, da Instrução CVM 409/2004); (ii) alteração do regulamento do Fundo sem prévia realização da assembleia de cotistas (infração ao art. 43 c/c 47, inciso V, da Instrução CVM 409/2004); e (iii) entrega incompleta de demonstrativos da composição e diversificação da carteira - CDA - do Fundo (infração ao art.71, inciso II, alínea b, da Instrução CVM 409/2004).

Após negociação levada a termo com o Comitê de Termo de Compromisso, a Proponente apresentou nova proposta de Termo de Compromisso, comprometendo-se a pagar: (i) ao cotista único do Fundo, a título de indenização, o valor de R$ 4.163.434,20 (quatro milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos), atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC de 13.12.13 até a data do efetivo pagamento; e (ii) à CVM, o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total da indenização destinada ao cotista único.

Para o Comitê, após a adesão da Proponente às condições impostas para a celebração do Termo de Compromisso, a aceitação da proposta se revela conveniente e oportuna, uma vez que, no seu entendimento, as quantias são suficientes para desestimular a prática de condutas assemelhadas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de Termo de Compromisso apresentada por Geração Futuro Corretora de Valores S.A., acompanhando o entendimento do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/11178
Reg. nº 9291/14
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Aldemir Bendine no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM RJ2013/11178, instaurado pela Superintendência de Registro de Valores Mobiliários - SRE.

O Sr. Aldemir Bendine foi acusado, na qualidade de presidente do Banco do Brasil S.A., por prestar declarações à imprensa durante a realização da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da BB Seguridade Participações S.A., na qual o Banco do Brasil S.A. atuou como acionista vendedor (infração ao disposto no art. 48, inciso IV c/c art. 56-B da Instrução CVM 400/2003).

Devidamente intimado, o acusado apresentou seus argumentos de defesa e, concomitantemente, proposta de celebração de Termo de Compromisso, por meio da qual se compromete a pagar à CVM o valor de R$ 100.000,00, em benefício do mercado de valores mobiliários.

O Colegiado, após analisar a proposta, decidiu solicitar ao Comitê de Termo de Compromisso que avaliasse a renegociação da proposta apresentada pelo Sr. Aldemir Bendine.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/0413
Reg. nº 9292/14
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto pelos Srs. Jesus Murillo Valle Mendes, Angelo Marcus de Lima Cota e Angelo Alves Mendes ("Proponentes"), administradores da Mendes Júnior Engenharia S.A. ("Mendes Junior"), no âmbito de Processo Administrativo Sancionador ainda em fase de instrução pela Superintendência de Processos Sancionadores - SPS, nos termos do § 3º do art. 7º da Deliberação CVM 390/2001.

As supostas irregularidades detectadas dizem respeito à presença de indícios de limitação na extensão dos trabalhos dos auditores independentes que não conseguiram confirmar os saldos de dívidas vencidas referentes aos exercícios sociais findos em 31.12.05 e 31.12.06 da Mendes Júnior (infração ao art. 26 da Instrução CVM 308/1999).

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes apresentaram proposta de termo de compromisso em que se comprometem pagar à CVM o montante no valor de R$ 150.000,00.

O Comitê manifestou-se favoravelmente a aceitação da proposta apresentada por entender que a quantia é suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem como nortear a conduta dos administradores de companhias abertas, em atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de Termo de Compromisso apresentada em conjunto Proponentes, acompanhando o entendimento do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão aos proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos proponentes.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2010/17292
Reg. nº 7747/11
Relatores: SAD/SIN

A Diretora Ana Novaes declarou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e seu Diretor Cassiano Ricardo Scarpelli, aprovado na reunião de Colegiado de 12.11.13, no âmbito do PAS RJ2010/17292.

Baseado nas manifestações da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD e da Superintendência de Relações com Investidores Institucionais - SIN, áreas responsáveis por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2010/17292, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/6775
Reg. nº 8870/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda., aprovado na reunião de Colegiado de 15.10.13, no âmbito do Processo RJ2013/6775.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do Proc. RJ2013/6775, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/5555
Reg. nº 8938/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado pelo Sr. Abílio dos Santos Diniz, na qualidade de acionista controlador e de presidente do Conselho de Administração da Companhia Brasileira de Distribuição - CBD, aprovado na reunião de Colegiado de 17.12.13, no âmbito do PAS RJ2013/5555.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2013/5555, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelo único acusado.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/5657
Reg. nº 8943/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado pelo Sr. Alfredo Egydio Setubal, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores - DRI do Itaú Unibanco Holding S.A., aprovado na reunião de Colegiado de 17.12.13, no âmbito do Proc. RJ2013/5657.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do Proc. RJ2013/5657, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2013/10153
Reg. nº 8944/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado em conjunto por Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco J.P. Morgan S.A., aprovado na reunião de Colegiado de 17.12.13, no âmbito do Proc. RJ2013/10153.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do Proc. RJ2013/10153, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso.

CUMPRIMENTO DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2013/4362
Reg. nº 8959/13
Relator: SAD

Trata-se de apreciação de cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado por AKW Auditores Independentes S/S, aprovado na reunião de Colegiado de 23.12.13, no âmbito do PAS RJ2013/4362.

Baseado na manifestação da Superintendência Administrativo-Financeira - SAD, área responsável por atestar o cumprimento das cláusulas acordadas, de que o pagamento previsto no Termo de Compromisso ocorreu na forma convencionada e de que não há obrigação adicional a ser cumprida, o Colegiado determinou o arquivamento do PAS RJ2013/4362, por ter sido cumprido o Termo de Compromisso firmado pelo único acusado.

Rio de Janeiro-RJ, 12 de novembro de 2014.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Nº 13.971 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a FORTIS GESTÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DE INVESTIMENTOS (INVEST MANAGEMENT) BRASIL LTDA, CNPJ nº 09.423.197, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.972 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza ANGELO ROMANO, CPF nº 836.903.527-20, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.973 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FELIPE DE FARIA VIANA, CPF nº 054.464.547-23, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.974 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza FILIPE DE MEDEIROS DURAND, CPF nº 000.169.630-08, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.975 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza EDUARDO RIBEIRO ALVES BARBOZA VIANNA, CPF nº 076.447.947-43, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.976 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza JORGE STEFFENS, CPF nº 504.794.829-34, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

Nº 13.977 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a MILFORD CONSULTORIA LTDA, CNPJ nº 05.291.222, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

Nº 13.978 - O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza MH PREV CONSULTORIA FINANCEIRA E PREVIDENCIÁRIA LTDA, CNPJ nº 11.143.389, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
3ª CÂMARA
1ª TURMA EESPECIAL

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, ED. ALVORADA, BRASILIA/DF..

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: FERNANDO DANIEL DE MOURA FONSECA

1 - Processo: 10166.904908/2008-11 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10166.904909/2008-65 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10166.904910/2008-90 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10166.904911/2008-34 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10166.907071/2009-42 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10166.907073/2009-31 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10166.907072/2009-97 - Recorrente: GRUPO OK CONSTRUCOES E INCORPORACOES S/A EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10580.000331/2003-71 - Recorrente: SANTANA S/A DROGARIA FARMACIAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10880.015085/00-71 - Recorrente: KALLAS ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10680.915918/2009-43 - Recorrente: MINERCONSULT ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

11 - Processo: 10920.907223/2009-18 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10920.908171/2009-05 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 10920.908172/2009-41 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

14 - Processo: 10920.908173/2009-96 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10920.908174/2009-31 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 10920.908175/2009-85 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

17 - Processo: 10920.908177/2009-74 - Recorrente: IMOSEST INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 16624.001157/2009-00 - Recorrente: GB REALTY IMOVEIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 16624.001158/2009-46 - Recorrente: GB REALTY IMOVEIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

20 - Processo: 16624.001160/2009-15 - Recorrente: GB REALTY IMOVEIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 16624.001159/2009-91 - Recorrente: BSD IMOVEIS, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 14751.720073/2012-85 - Recorrente: HOLANDA IMOBILIARIA E CONSTRUTORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

23 - Processo: 13864.000148/2006-20 - Recorrente: CINELANDIA TELEFONES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

24 - Processo: 10140.904943/2009-17 - Recorrente: NET CAMPO GRANDE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 13804.001284/2003-07 - Recorrente: LIBBS FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10120.000246/99-55 - Recorrente: PROFORTE S/A TRANSPORTE DE VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

27 - Processo: 10880.962164/2008-83 - Recorrente: LICYN MERCANTIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 10880.962185/2008-07 - Recorrente: LICYN MERCANTIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 10880.962187/2008-98 - Recorrente: LICYN MERCANTIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

30 - Processo: 10880.962188/2008-32 - Recorrente: LICYN MERCANTIL INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10882.000921/2005-61 - Recorrente: CONSTRUTORA LACOTISSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10882.903319/2008-20 - Recorrente: CONSTRUTORA LACOTISSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10882.903320/2008-54 - Recorrente: CONSTRUTORA LACOTISSE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: MARIA DE LOURDES RAMIREZ

34 - Processo: 10935.720535/2012-55 - Recorrente: S J P CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 15586.000926/2010-19 - Recorrente: RODAGASES TRANSPORTES LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 16832.000545/2009-18 - Recorrente: TECIDOS JACOB CHREEM S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10640.003187/2010-00 - Recorrente: SUPER VAREJAO TULIO LTDA EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 15983.000063/2011-88 - Recorrente: QUALITY DO LITORAL REFEICAO EMPRESARIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10680.915346/2009-01 - Recorrente: USINA TERMICA IPATINGA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

40 - Processo: 10680.915349/2009-36 - Recorrente: USINA TERMICA IPATINGA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10680.915350/2009-61 - Recorrente: USINA TERMICA IPATINGA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10680.912517/2009-31 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 10680.901222/2009-30 - Recorrente: REFRIGERANTES MINAS GERAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE FERNANDES LIMIRO

44 - Processo: 15940.000311/2008-91 - Recorrente: VITAPET COMERCIAL INDUSTRIAL EXPORTADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 18471.002130/2008-61 - Recorrente: V H G 2000 COMERCIO DE ROUPAS LTDA-ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 16561.000115/2007-63 - Recorrente: SERRANO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 18186.005628/2007-11 - Recorrente: GATES DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 19288.000040/2011-71 - Recorrente: CONDOMINIO DO EDIFICIO FOUR POINTS BY SHERATON MACAE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: FERNANDO DANIEL DE MOURA FONSECA

49 - Processo: 10980.000749/2005-37 - Recorrente: AUTO POSTO TANGUA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 16327.000400/2004-12 - Recorrente: LIDICE FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

51 - Processo: 18471.002169/2004-55 - Nome do Contribuinte: CHP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

52 - Processo: 10945.004518/2007-91 - Recorrente: JOVANE JOSE DA SILVA & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

53 - Processo: 10735.901938/2009-54 - Recorrente: ABOLICAO CAMINHOES E ONIBUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 10735.902830/2009-89 - Recorrente: ABOLICAO CAMINHOES E ONIBUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 13896.906191/2012-71 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 13896.906192/2012-16 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 13896.906193/2012-61 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

58 - Processo: 13896.906195/2012-50 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 13896.906196/2012-02 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

60 - Processo: 13896.906204/2012-11 - Recorrente: AMIGO PRODUCOES FONOGRAFICAS S/S LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

61 - Processo: 10469.905831/2009-72 - Recorrente: IMPORTADORA COMERCIAL DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10469.906838/2009-10 - Recorrente: IMPORTADORA COMERCIAL DE MADEIRAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

63 - Processo: 13656.900220/2010-52 - Recorrente: ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 13656.900516/2010-73 - Recorrente: ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 17248.000015/2009-14 - Recorrente: ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 19991.000307/2008-89 - Recorrente: ICASA INDUSTRIA CERAMICA ANDRADENSE S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANA DE BARROS FERNANDES

67 - Processo: 11634.000417/2008-06 - Recorrente: RUBIMED - COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 19515.003575/2005-25 - Recorrente: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALEXANDRE FERNANDES LIMIRO

69 - Processo: 10283.005536/2007-21 - Recorrente: LG ELECTRONICS DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 10675.001363/2007-68 - Recorrente: COPAVE COMERCIAL PATENSE DE VEICULOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

71 - Processo: 10768.003937/2005-31 - Recorrente: CLINICA ORTOPEDICA BANGU LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE

72 - Processo: 10680.935254/2009-39 - Recorrente: RURAL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

73 - Processo: 10680.935258/2009-17 - Recorrente: RURAL DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

74 - Processo: 13971.908089/2011-80 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

75 - Processo: 13971.908090/2011-12 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 13971.908091/2011-59 - Recorrente: CREMER S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARIA DE LOURDES RAMIREZ

77 - Processo: 10480.913584/2009-20 - Nome do Contribuinte: SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS

78 - Processo: 10880.955445/2008-80 - Recorrente: DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 10983.903701/2009-86 - Nome do Contribuinte: COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENTO CASAN

80 - Processo: 15374.963835/2009-48 - Recorrente: INFOGLOBO COMUNICACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

81 - Processo: 16327.902270/2009-51 - Recorrente: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVES e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

82 - Processo: 10480.731825/2012-10 - Recorrente: HABITARE WINDOW FASHION LIMITADA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

ANA DE BARROS FERNANDES
Presidente da Turma

EVA RIBEIRO BARROS
Secretária

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, ED. ALVORADA, BRASILIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

1 - Processo: 18471.002567/2002-18 - Recorrentes: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA e DRJ DE ORIGEM

2 - Processo: 10730.900521/2010-58 - Recorrente: SERVIFORMA REFORMAS NAVAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10730.900537/2010-61 - Recorrente: SERVIFORMA REFORMAS NAVAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10730.900538/2010-13 - Recorrente: SERVIFORMA REFORMAS NAVAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 16327.000246/2008-02 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 13656.900016/2010-31 - Recorrente: EXPORTADORA DE CAFE GUAXUPE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: VALMIR SANDRI

7 - Processo: 19515.722229/2012-79 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10980.725496/2011-56 - Recorrente: CALAMO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsáveis Tributários: MIGUEL GELLERT KRISGNER e ARTUR NOEMIO GRIMBAUN

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

9 - Processo: 13727.000081/2003-55 - Recorrente: CASA CARDAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 16682.902795/2012-42 - Recorrente: DELTA CONSTRUCOES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10880.929579/2008-45 - Recorrente: D M INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10880.918252/2010-62 - Recorrente: COMPANHIA NITRO QUIMICA BRASILEIRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

13 - Processo: 13896.912590/2011-91 - Recorrente: DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

14 - Processo: 11080.732426/2011-61 - Recorrente: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

15 - Processo: 10945.721137/2012-37 - Recorrente: JOTA ELE CONSTRUCOES CIVIS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 19515.722319/2012-60 - Recorrente: MAX DECORACOES COMERCIO E IMPORTACAO LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsáveis Tributários: PMX DECORAÇÕES COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA CNPJ Nº 102924060001-49; JOSÉ MORALES RUIS CPF Nº 871378878-72.

17 - Processo: 11060.000866/2009-79 - Recorrente: INSTITUTO INTERNACIONAL DE DESENVOLIMENTO SOCIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

18 - Processo: 13708.000627/2003-04 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

19 - Processo: 15374.720357/2010-17 - Recorrente: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

20 - Processo: 10880.729297/2011-45 - Recorrente: WHIRLPOOL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 13804.005202/2002-12 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 13609.905856/2009-12 - Recorrente: MINERACAO BELOCAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

23 - Processo: 10183.726180/2012-58 - Recorrente: KPM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

24 - Processo: 13896.912591/2011-35 - Recorrente: DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A . e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 15374.907215/2008-48 - Recorrente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 15956.720233/2012-52 - Recorrente: H.M. - MECANIZACAO AGRICOLA LTDA - EPP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsável Tributário: OSMAR HENRIQUE MARQUES BELEZINI

27 - Processo: 12448.727859/2011-51 - Recorrente: BRASILCRED CLUBE DE SEGUROS S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 13888.720465/2013-17 - Recorrente: CAMILA APARECIDA VOLPATO - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

29 - Processo: 15586.720413/2012-90 - Recorrente: HD KIDS SHOPPING BRINQUEDOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsáveis tributários: COMERCIAL HW S/A; VICTOR SARLO WILKEN JÚNIOR; HELENA MARIA BROTTO DOREA SARLO WILKEN.

Relator: VALMIR SANDRI

30 - Processo: 10830.720885/2011-17 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 10830.909561/2010-37 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

32 - Processo: 10830.721014/2011-11 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 10830.720876/2011-18 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 16643.000274/2010-53 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 10830.723109/2011-61 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

36 - Processo: 10830.720915/2011-87 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

37 - Processo: 10830.721022/2011-59 - Recorrente: EATON LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

38 - Processo: 10283.720077/2009-71 - Recorrente: BMCC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

39 - Processo: 10830.901701/2010-29 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

40 - Processo: 19515.002302/2009-97 - Recorrente: SODESP ORGANIZACAO DE DESPACHOS S C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 13974.000190/2005-12 - Recorrente: CONDOR S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 16327.721215/2012-67 - Recorrente: SCHAHIN PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

43 - Processo: 11060.001874/2009-32 - Recorrente: SANTA MARIA IND COM REST PROD EQUIP FIBRA VIDRO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

44 - Processo: 12448.724668/2011-37 - Recorrente: NEWWAY COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

45 - Processo: 13808.000802/2002-46 - Recorrente: PORTO ALGARVE ADMINISTRACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

46 - Processo: 13808.000803/2002-91 - Recorrente: PORTO ALGARVE ADMINISTRACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 16327.001491/2005-86 - Recorrente: CIA ITAULEASING DE ARREND. MERCANTI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 16643.720046/2011-84 - Recorrente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

49 - Processo: 19515.000056/2004-24 - Recorrente: CAOA COM DE VEICULOS IMPORTADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

50 - Processo: 10120.724276/2013-05 - Recorrente: CARAMURU ALIMENTOS S/A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

51 - Processo: 16327.720299/2013-01 - Recorrente: GRADUAL CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 16327.720615/2013-36 - Recorrente: UBS BRASIL CORRETORA DE CAMBIO, TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

53 - Processo: 16327.721438/2012-24 - Recorrente: LEVYCAM CORRETORA DE CAMBIO E VALORES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 16561.720059/2013-25 - Recorrente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 19515.003819/2009-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TROPICAL ENTRETENIMENTOS LTDA

56 - Processo: 19515.000565/2007-08 - Recorrentes: AROUCA REP COM E TRANSP PROD ALIM LTDA e DRJ DE ORIGEM

57 - Processo: 10120.723741/2012-00 - Recorrente: LBR - LACTEOS BRASIL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WILSON FERNANDES GUIMARAES

58 - Processo: 19515.003534/2005-39 - Recorrente: STILGRAF ARTES GRAFICAS E EDITORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

59 - Processo: 12448.731110/2012-99 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DBA ENGENHARIA DE SISTEMAS LTDA

Relator: PAULO JAKSON DA SILVA LUCAS

60 - Processo: 16561.720038/2011-48 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: ATLAS COPCO BRASIL LTDA

61 - Processo: 16561.720113/2012-51 - Recorrente: SIEMENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 16561.720196/2012-89 - Recorrente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 16561.720059/2012-44 - Recorrente: CUMMINS BRASIL LIMITADA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 16561.720047/2011-39 - Recorrente: ALCATEL-LUCENT BRASIL S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDWAL CASONI DE PAULA FERNANDES JUNIOR

65 - Processo: 10680.900453/2008-45 - Recorrente: EGESA ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

66 - Processo: 10865.720288/2008-81 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

67 - Processo: 10865.720289/2008-26 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

68 - Processo: 10865.720290/2008-51 - Recorrente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE JENIER

69 - Processo: 16561.000091/2006-61 - Recorrente: POLIBRASIL RESINAS S/A(SUCEDIDA/ INCORPORADA POR SUZANO PETROQUÍMICA S/A CNPJ Nº 04705090000177) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

70 - Processo: 11065.003661/2008-14 - Recorrente: SKILL ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

71 - Processo: 13971.723251/2012-72 - Recorrente: TERMOSUL SISTEMAS TERMICOS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsáveis Tributários: LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS; RODOLFO RODRIGUES DOS SANTOS e VANESSA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR.

72 - Processo: 15540.720338/2012-93 - Recorrente: SOFT CONSULTORIA LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Responsáveis Tributários: FRANCISCO PETRUCCELLI; GIROLAMO SANTORO; JADAIR FERNANDES DE ALMEIDA E JORGE LUIZ PORTO MOTTA.

73 - Processo: 19515.721874/2013-55 - Recorrentes: ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA e DRJ DE ORIGEM - Responsável Tributário: ÉDIO NOGUEIRA.

74 - Processo: 10240.002243/2007-98 - Recorrente: M E PAZ - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: LUIZ TADEU MATOSINHO MACHADO

75 - Processo: 15758.000506/2009-80 - Recorrente: R.V - SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

76 - Processo: 18088.000318/2008-07 - Recorrente: CONSTRUTORA BEMA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

77 - Processo: 19515.722974/2012-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: SP ALIMENTACAO E SERVICOS LTDA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

78 - Processo: 16004.000034/2007-89 - Recorrente: TARRAF AGROPECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 18471.000530/2005-90 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: DELTA CONSTRUCOES SA

80 - Processo: 18471.000926/2007-07 - Recorrentes: BRAMI METALURGICA LTDA e FAZENDA NACIONAL

VALMAR FONSÊCA DE MENEZES
Presidente da Turma

EVA RIBEIRO BARROS
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTAS DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas , no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF - SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, BLOCO J, ED. ALVORADA, BRASILIA/DF.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independentemente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado..

DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

1 - Processo: 10073.900745/2011-31 - Recorrente: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

2 - Processo: 10120.907902/2011-27 - Recorrente: CIAASA MERCANTIL DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

3 - Processo: 10120.916492/2011-13 - Recorrente: CIAASA MERCANTIL DE VEICULOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

4 - Processo: 10283.901795/2010-80 - Recorrente: PHILIPS ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

5 - Processo: 10283.902017/2009-74 - Recorrente: PHILIPS DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

6 - Processo: 10283.904568/2008-91 - Recorrente: PHILIPS DA AMAZONIA INDUSTRIA ELETRONICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

7 - Processo: 10480.722131/2012-91 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

8 - Processo: 10480.900047/2010-53 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

9 - Processo: 10480.900248/2010-51 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

10 - Processo: 10480.905383/2011-73 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

11 - Processo: 10480.907177/2009-83 - Recorrente: PERNOD RICARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

12 - Processo: 10675.900791/2006-94 - Recorrente: PEIXOTO COMERCIO INDUSTRIA SERVICOS E TRANSPORTES S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

13 - Processo: 16048.720072/2013-93 - Nome do Contribuinte: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA

14 - Processo: 16048.720088/2013-04 - Nome do Contribuinte: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA

Relator: WALDIR VEIGA ROCHA

15 - Processo: 16561.720042/2011-14 - Recorrentes: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e FAZENDA NACIONAL

16 - Processo: 16561.720048/2013-45 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: VOTORANTIM PARTICIPACOES S.A.

17 - Processo: 16306.000301/2008-02 - Recorrente: VOTORANTIM CIMENTOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

18 - Processo: 12893.000067/2009-62 - Nome do Contribuinte: FISCHER S/A AGROINDUSTRIA

19 - Processo: 12893.000069/2009-51 - Nome do Contribuinte: FISCHER S/A AGROINDUSTRIA

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

20 - Processo: 10530.726036/2011-43 - Embargante: CODICAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

21 - Processo: 19515.721685/2012-00 - Embargante: V.T.C. - COMERCIO DE ROUPAS LTDA - EPP (Responsável tributário) Paulo Jabur Maluf e Embargada: FAZENDA NACIONAL

22 - Processo: 19515.722109/2012-71 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: DAN'ACO INDUSTRIA E COMERCIO DE ACOS LTDA

23 - Processo: 10880.001020/00-58 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: FNC COMERCIO E PARTICIPACOES LTDA

24 - Processo: 11020.901471/2008-81 - Embargante: CREDEAL MANUFATURA DE PAPEIS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL

25 - Processo: 16682.721195/2011-02 - Embargante: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL

26 - Processo: 10480.722351/2011-34 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: C I L COMERCIO DE INFORMATICA LTDA

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

27 - Processo: 15578.000348/2010-10 - Recorrente: TORRES & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

28 - Processo: 15956.000108/2009-27 - Recorrente: C.M.BUZINARO & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

29 - Processo: 16682.720429/2012-77 - Nome do Contribuinte: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

30 - Processo: 11052.000921/2010-63 - Recorrentes: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS e FAZENDA NACIONAL

31 - Processo: 16327.000402/2010-41 - Recorrente: HSBC CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

32 - Processo: 16561.000045/2006-62 - Recorrente: DU PONT DO BRASIL S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

33 - Processo: 16561.000189/2008-81 - Recorrente: LABORATORIOS PFIZER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

34 - Processo: 16561.720188/2012-32 - Recorrente: LABORATORIOS PFIZER LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

35 - Processo: 16561.720167/2012-17 - Recorrente: MERIAL SAUDE ANIMAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

36 - Processo: 13896.000930/2003-29 - Recorrente: PARAMOUNT HOME ENTERTAINMENT (BRAZIL) LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

37 - Processo: 10935.003848/2010-83 - Recorrente: IRMAOS MUFFATO CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

38 - Processo: 10380.726197/2010-17 - Recorrentes: ECOFOR AMBIENTAL S/A e FAZENDA NACIONAL

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

39 - Processo: 10325.720024/2012-11 - Recorrente: OURO BRANCO LOGISTICA DE TRANSPORTE COMERCIO E REP. LTDA (Responsável Tributário) Maurício Oliveira e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: WALDIR VEIGA ROCHA

40 - Processo: 10825.722252/2011-12 - Recorrente: LAJINHA AGROPECUARIA DE ITAPUI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

41 - Processo: 10380.009474/2007-28 - Recorrente: DURAMETAL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

42 - Processo: 10166.900222/2008-51 - Recorrente: VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

43 - Processo: 15540.720422/2011-26 - Nome do Contribuinte: GVMOL COMERCIO DE EMBALAGEM LTDA

44 - Processo: 15374.904431/2008-31 - Nome do Contribuinte: PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA

45 - Processo: 10640.904146/2009-91 - Recorrente: RSE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTICI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

46 - Processo: 12898.002287/2009-81 - Recorrente: ONCOCLINICA CENTRO DE TRAT ONCOLOGICO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

47 - Processo: 16095.000055/2008-11 - Recorrente: TRANSPORTES PALMARES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

48 - Processo: 18471.000064/2004-61 - Recorrente: 256 AUTOMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

49 - Processo: 13830.001623/2004-19 - Nome do Contribuinte: INDUSTRIA DE ALIMENTACAO MONJOLINHO LTDA

50 - Processo: 13896.001324/2006-73 - Nome do Contribuinte: LABSERVICIS SERVICOS - EPP

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

51 - Processo: 19647.004531/2005-17 - Recorrente: TELPA CELULAR S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

52 - Processo: 19647.004712/2005-43 - Recorrente: TELASA CELULAR S\A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2014, ÀS 09:00 HORAS

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

53 - Processo: 10882.721035/2011-12 - Recorrente: BRADESPLAN PARTICIPACOES LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

54 - Processo: 10935.721857/2011-31 - Recorrente: ATACADO LIDERANCA DE TECIDOS E CONFECCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

55 - Processo: 11040.720386/2011-81 - Recorrente: GISLAINE NEVES SPECHT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

56 - Processo: 11040.720824/2012-91 - Recorrente: GARCIA E GONCALVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

57 - Processo: 16643.000032/2010-60 - Embargante: TAM EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A. e Embargada: FAZENDA NACIONAL

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

58 - Processo: 10580.011384/2005-89 - Nome do Contribuinte: FAELBA - FUNDACAO COELBA DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR

59 - Processo: 12448.736351/2012-24 - Nome do Contribuinte: SUDESTE 2006 REPRESENTACOES LTDA - ME

60 - Processo: 19515.722533/2012-16 - Nome do Contribuinte: SOUZA LIMA SERVICOS GERAIS LTDA

Relator: HELIO EDUARDO DE PAIVA ARAUJO

61 - Processo: 10880.000413/00-35 - Recorrente: BULL TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

62 - Processo: 10218.000793/2007-50 - Recorrente: FRIGORIFICO INDUSTRIAL ELDORADO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

63 - Processo: 10882.723531/2012-91 - Recorrente: LIMPOOL SERVICOS AUXILIARES LTDA - ME (Responsável Tributário) Francisco Ferreira da Silva Neto e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

64 - Processo: 11516.002019/2007-81 - Recorrente: BBSC DO BRASIL IMPORT. E EXPORT. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

65 - Processo: 13808.002681/2001-96 - Recorrente: COMPANHIA DE GAS DE SAO PAULO COMGAS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: MARCIO RODRIGO FRIZZO

66 - Processo: 10073.721493/2012-67 - Nome do Contribuinte: FUNDACAO CSN PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A CONSTRUCAO DA CIDADANIA

67 - Processo: 10183.722797/2012-02 - Nome do Contribuinte: ELDORADO COMBUSTIVEIS LTDA. (Responsáveis tributários) Marcos Rosendo da Silva, CPF 538.150.921-91, Maria Thereza Adorno Silva, CPF 957.160.251-53, Thiago Adorno Silva , CPF 919.002.711-68, Thadeu Adorno Silva, CPF 873.343.051-91, Ailto Alves de Lima Júnior, CPF 060.238.428-10, Marco Aurélio Chionha, CPF 110.760.448-67, Efrain Barcelos Gonçalves, CPF 867.556.251-91, Wilson Ignácio de Oliveira, CPF 596.521.608-78.

68 - Processo: 10380.721117/2010-37 - Nome do Contribuinte: RABELO VEICULOS LTDA ME (Responsáveis tributários) Raimundo Rabelo Freire, CPF 091.407.863-15, Francisco Messias Rebouças CPF 123.257.243-87, Maria Edileia de Oliveira Queiroz CPF 424.210.393-04, Rosangela Maria, Carlos de Oliveira CPF 644.760.143-72.

69 - Processo: 10670.722010/2011-21 - Nome do Contribuinte: ROTAVI INDUSTRIAL LTDA

70 - Processo: 10830.721985/2013-14 - Nome do Contribuinte: JANDER MASCARENHAS MARQUES (Responsável Tributário) Fabrício Salles Annunziata Marques, CPF 341.336.168-63, Fernando Salles Annunziata Marques, CPF 377.924.558-23.

71 - Processo: 11080.724888/2012-95 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: ANDREA DA CUNHA GUARISE

72 - Processo: 12571.000123/2009-00 - Nome do Contribuinte: L. ANTUNES TRANSPORTES LTDA ME

73 - Processo: 13971.720736/2012-12 - Nome do Contribuinte: K M D TERCEIRIZACAO DE CALCADOS LTDA

74 - Processo: 18471.001655/2006-18 - Nome do Contribuinte: NEWTEL PARTICIPACOES S/A

75 - Processo: 19515.003182/2006-01 - Nome do Contribuinte: DYSTAR LTDA

Relator: WALDIR VEIGA ROCHA

76 - Processo: 10976.000184/2008-08 - Recorrente: EMBRATELAS EMPRESA BRAS DE TELAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

Relator: EDUARDO DE ANDRADE

77 - Processo: 10183.000836/2008-22 - Embargante: ARAGUAIA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME e Embargada: FAZENDA NACIONAL

78 - Processo: 10925.900069/2006-61 - Recorrente: ALIMBRAS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

79 - Processo: 14041.000882/2006-35 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VISAO VEICULOS LTDA

Relator: GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA

80 - Processo: 15374.940008/2008-03 - Nome do Contribuinte: INFOGLOBO COMUNICACOES S.A.

ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR
Presidente da Turma

EVA RIBEIRO BARROS
Secretária

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

ATA DA 203ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM A 25 DE SETEMBRO DE 2014

Cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 36/37.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 13º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 10:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente, Dra. Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretária a Senhora Márcia Gemines Panza. Presente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Paulo Antonio Costa de Almeida Penido, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Carlos André Guerra Barreiros, Carmen Diva Beltrão Monteiro e Washington Luiz Bezerra da Silva.

2.2 - RECURSOS SORTEADOS PARA RELATOR:

RECURSO Nº 4888 - Processo SUSEP nº 15414.200135/2003-30 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6709 - Processo SUSEP nº 15414.200369/2011-97 - Recorrente: Renato Wolf Pedroso; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6803 - Processo SUSEP nº 15414.200175/2003-81 - Recorrente: União Novo Hamburgo de Seguros (Atual Bradesco Vida e Previdência S.A.; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6804 - Processo SUSEP nº 15414.200227/2011-20 - Recorrente: União Seguradora S.A. - Vida e Previdência (Atual denominação de União de Previdência S.A.; Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6805 - Processo SUSEP nº 15414.001995/2012-83 - Recorrente: Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A.; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6806 - Processo SUSEP nº 15414.000525/2012-01 - Recorrente: Sabemi Seguradora S.A.; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6808 - Processo SUSEP nº 15414.000684/2011-16 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.;Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6810 - Processo SUSEP nº 15414.003968/2012-45 - Recorrente: Ronaldo Cosme Gonçalves Ferreira - Administrador da Liderança Capitalização S.A.; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6811 - Processo SUSEP nº 15414.001229/2012-19 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6812 - Processo SUSEP nº 15414.100799/2009-95 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6814 - Processo SUSEP nº 15414.002963/2012-03 - Recorrente: Shalom - Associação de Proteção Veicular; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6816 - Processo SUSEP nº 15414.001261/2011-13 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

2.3 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 3658 - Processo Susep nº 15414.000542/2004-20 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não apresentar na Proposta de Inscrição nº 371834, do Plano SIP, percentual cobrado a título de carregamento. Declarada a prescrição da pretensão punitiva da Administração.

RECURSO Nº 4486 - Processo Susep nº 15414.004068/2006-77 - Recorrente: AGF Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Comercializar produto em desacordo com a legislação vigente. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar o valor da majoração pela reincidência ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4628 - Processo Susep nº 15414.005096/97-78 - Recorrente: Pecúlio União Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Descumprir condições contratuais. Recurso conhecido e provido parcialmente para expurgar as reincidências.

RECURSO Nº 4653 - Processo Susep nº 15414.200108/2005-29 - Recorrente: Marcello Rogatti Omura; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Suspensão de pena de cancelamento de registro. Prejuízo causado pelo segurado. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4668 - Processo Susep nº 15414.200133/2005-11 - Recorrente: Unibanco Aig Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Item 1 - aceitar proposta sem assinatura do segurado; Item 2 - efetivar contrato de seguro sem realização de vistoria prévia. Recurso conhecido e provido parcialmente. Item 1 mantida a decisão recorrida e item 2 provido, já que é facultado as seguradoras.

RECURSO Nº 4693 - Processo Susep nº 006-00144/01 - Recorrente: Companhia de Seguros Aliança do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Excluir segurado em apólice de seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4720 - Processo Susep nº 15414.001117/2007-09 - Recorrente: Lords Corretagem de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Infração Administrativa. Recurso conhecido e provido parcialmente para retificação da pena.

RECURSO Nº 4731 - Processo Susep nº 15414.002053/2007-55 - Recorrente: PQ Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Auto de Infração. Item 1 - Manter o Departamento Contábil funcionando fora da sede e Item 2 - Apresentar irregularidade no Registro Contábil Auxiliar Obrigatório SINLQCED de março de 2007. Recurso conhecido e provido parcialmente para expurgar as reincidências.

RECURSO Nº 4816 - Processo Susep nº 15414.000072/2007-47 - Recorrente: Uniprev União Previdenciária; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Preenchimento incorreto do FIP referente mês de novembro de 2006. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar o valor da majoração pela reincidência ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4863 - Processo Susep nº 10.005497/01-98 - Recorrente: Jean Francis Quantin - Ex-Administrador da AGF Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Item 1 - Ausência de delegação de intermediação irregular; Item 2 - Responsabilidade solidária. Não houve danos. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4990 - Processo Susep nº 15414.004834/2007-84 - Recorrente: Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Pagar a menor valor de indenização de seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5019 - Processo Susep nº 15414.000040/99-06 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Ausência de legitimidade para disciplinar operação de crédito. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5140 - Processo Susep nº 15414.000550/2007-19 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não atender solicitação feita pela SUSEP. Recurso conhecido e provido parcialmente para expurgar as reincidências.

RECURSO Nº 5184 - Processo Susep nº 15414.000844/2007-41 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Insuficiência de cobertura das reservas técnicas. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar o valor da majoração pela reincidência ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5190 - Processo Susep nº 15414.001854/2008-84 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Alterar taxas e condições de apólice de seguro em grupo, sem a anuência de ¾ do grupo segurado. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5206 - Processo Susep nº 15414.002617/2008-31 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não comercializar título aprovado no tempo devido. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5475 - Processo Susep nº 15414.100511/2003-97 - Recorrente: Valor Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Cobrar taxa de inscrição na Comercialização de Título de Capitalização. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5500 - Processo Susep nº 15414.200353/2005-36 - Recorrente: Tokio Marine Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Comprovação de pagamento de indenização em seguro de automóvel. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5544 - Processo Susep nº 15414.100632/2006-81 - Recorrente: AVS Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não pagar no prazo legal indenização de seguro DPVAT. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar o valor da majoração pela reincidência ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5558 - Processo Susep nº 15414.200280/2008-25 - Recorrente: Coface do Brasil Seguros de Crédito Interno S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não atender determinação da SUSEP no prazo estipulado. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5630 - Processo Susep nº 15414.003936/2005-11 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Postergar pagamento de indenização em seguro obrigatório DPAT. Recurso conhecido e provido parcialmente para expurgar as reincidências.

RECURSO Nº 5650 - Processo Susep nº 15414.002018/2009-06 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Enviar incorretamente Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados -IBNR, referente ao mês de setembro de 2008. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5685 - Processo Susep nº 15414.200355/2006-14 - Recorrente: Marchi Corretora e Administradora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não atender solicitação contida na Carta SUSEP/DEFIS/GRFRS/nº 636/06 de 22 de junho de 2006. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 5723 - Processo Susep nº 15414.200263/2005-45 - Recorrente: Casa Bahia Comercial Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Recusa da estipulante em preencher aviso de sinistro referente seguro de "desemprego voluntário sem justa causa" e não envio à seguradora. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5740 - Processo Susep nº 15414.000371/2007-81 - Recorrente: Chubb do Brasil Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Divergência no valor da indenização do seguro motivada pela blindagem de veículo. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5765 - Processo Susep nº 006-00217/99 - Recorrente: Safecor Corretora de Seguros Ltda e os Corretores de Seguros: João Ernesto Nunes Carrion, Mauro de Carvalho Ungaretti e Carlos Roberto Rodrigues Ungaretti Filho; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não fornecer à beneficiária cópia do recibo de indenização do seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e provido parcialmente para transformar a pena em multa pecuniária de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada um.

RECURSO Nº 5814 - Processo Susep nº 15414.200361/2005-82 - Recorrente: Companhia de Seguros Minas Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Pagar a menor indenização em seguro residencial. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5865 - Processo Susep nº 15414.005119/2005-05 - Recorrente: Valor Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Cobrar indevidamente taxa de inscrição. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5873 - Processo Susep nº 15414.200240/2007-01 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Pagar indenização de seguro de vida, fora do prazo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5876 - Processo Susep nº 15414.003331/2005-20 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Procrastinação do pagamento de indenização de sinistro. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5896 - Processo Susep nº 15414.300130/2006-59 - Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não pagar indenização de seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5946 - Processo Susep nº 15414.200323/2006-19 - Recorrente: Schmitz Corretora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não repassar parcela do prêmio à Seguradora. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena em multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

RECURSO Nº 5950 - Processo Susep nº 15414.003787/2005-90 - Recorrente: Allianz Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Condicionar pagamento de 50% de seguro DPVAT, mediante declaração judicial de ausência e termo de curatela. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6008 - Processo Susep nº 15414.000283/2009-41 - Apensos Processos Susep nºs: 15414.000284/2009-96, 15414.000282/2009-05 e 15414.000281/2009-52 - Recorrente: Euler Hermes Seguros de Crédito à Exportação S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Comercializar produto distinto do submetido à SUSEP. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6015 - Processo Susep nº 15414.001188/2008-84 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Item 1 - Não constituir junta médica no período determinado pelas normas vigentes; e Item 2 - Incluir segurados em apólice de seguro coletivo sem o preenchimento de proposta de adesão. Recurso conhecido e provido parcialmente. Item 1 provido em vista da resistência da segurada e item 2 improvido.

RECURSO Nº 6029 - Processo Susep nº 15414.200236/2007-34 - Recorrente: Caburé Corretora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Angariar contratos de seguro de incêndio residencial sem autorização do segurado. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena em multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

RECURSO Nº 6055 - Processo Susep nº 15414.100868/2007-07 - Recorrente: Millennium Bauru Corretora de Seguros S/C Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Fornecer acesso à pessoa não habilitada para contratação de seguro. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena em multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

RECURSO Nº 6139 - Processo Susep nº 15414.200047/2009-23 -Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Atrasar pagamento de indenização. Recurso conhecido e improvido.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECURSO Nº 6172 - Processo Susep nº 15414.001535/2011-74 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não publicar no prazo regulamentar as demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2010. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6174 - Processo Susep nº 15414.200189/2008-18 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Item 1 - Não enviar certificado individual para o segurado; Item 2 - Rescindir contrato de seguro sem anuência de ¾ do grupo segurado; Item 3 - Não informar sobre descontos de prêmios em contracheque. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6177 - Processo Susep nº 15414.200050/2005-13 - Recorrente: Sul América Seguros de Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Item 1 - Adesão ao seguro sem proposta assinada pelo estipulante; Item 2 - Não enviar certificado individual para o segurado; e Item 3 - Alterar apólice coletiva sem anuência de no mínimo ¾ do grupo segurado. Recurso conhecido. Item 2 provido, considerando que obrigação é do estipulante e itens 1 e 3 improvidos.

RECURSO Nº 6207 - Processo Susep nº 15414.200264/2005-90 - Recorrente: Moura Corretora de Seguros Ltda; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Angariar e promover contratos de seguro entre sociedade seguradora e pessoa jurídica de direito público. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena em multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

RECURSO Nº 6282 - Processo Susep nº 15414.002077/2011-91 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Apresentação de plano de ação à SUSEP. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6307 - Processo Susep nº 15414.300044/2008-16 - Recorrente: Itaú Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Item 1 - Emitir apólice de seguro sem assinatura do proponente; e Item 2 - Não atender solicitação da carta SUSEP/ERDF/nº 203/2008. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6312 - Processo Susep nº 15414.000761/2011-38 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Eleger membros do Conselho Deliberativo irregularmente. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6319 - Processo Susep nº 15414.003140/2011-14 - Recorrente: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não apresentação por parte dos beneficiários de informações obrigatórias à seguradora. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6372 - Processo Susep nº 15414.002461/2011-93 - Recorrente: Conapp - Companhia Nacional de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Comercializar produto suspenso pela SUSEP. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6386 - Processo Susep nº 15414.004318/2011-36 - Recorrente: Pecúlio Abraham Lincoln - AMAL; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Enviar com atraso de 3 (três) horas, dados do FIP referente ao mês de maio de 2011. Recurso conhecido e provido pelo princípio da insignificância.

RECURSO Nº 6433 - Processo Susep nº 15414.002316/2011-11 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Auto de Infração. Não obrigatoriedade em manter por 20 (vinte) anos documentação arquivada. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6438 - Processo Susep nº 15414.400008/2008-43 - Recorrente: Almeida Gomes Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Cobrar valores de prêmios superiores aos informados nas apólices em 2 (dois) seguros de automóvel. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6469 - Processo Susep nº 15414.100470/2011-49 - Recorrente: Berkley International do Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Encaminhar fora do prazo os Relatórios de Emissão de Seguro em Moeda Estrangeira, referentes aos meses de março a junho de 2011. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir a majoração de 1/6.

RECURSO Nº 6502 - Processo Susep nº 15414.100394/2011-71 - Recorrente: Berkley International do Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Ceder em resseguro mais de 50% dos prêmios emitidos no ano de 2010. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6521 - Processo Susep nº 15414.000332/2012-41 - Recorrente: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Item 2.12 - Pagar fora do prazo legal e sem aplicação de correção monetária e de juros moratórios indenização referente ao sinistro nº 201112059701. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6532 - Processo Susep nº 15414.004150/2011-69 - Recorrente: Caixa Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Item 1 - Irregularidade no Registro Contábil Auxiliar Obrigatório PAGTORESGATES, referente aos meses de novembro/dezembro/2010 e janeiro de 2011; Item 2 - Irregularidade no Registro Contábil Auxiliar Obrigatório RESBENEFACONC, referente aos meses de novembro/dezembro/2010 e janeiro de 2011; e Item 3 - Irregularidade na Demonstração Contábil da Conta Quotas de Fundos de Investimento. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6541 - Processo Susep nº 15414.100550/2008-07 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Não comprovar emissão de renovação de contrato individual de seguro. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6542 - Processo Susep nº 15414.005040/2011-14 - Recorrente: Bradesco Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não apresentar Plano de Ação para saneamento da deficiência apontada no item "c" da Tabela de Deficiências TD.CAP.PLD.01 relativo às ocorrências que não estão sendo comunicadas ao COAF, no prazo de 24 horas contados de sua verificação. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6605 - Processo Susep nº 15414.200507/2011-38 - Recorrente: Mapfre Seguros Gerais S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Comercializar contrato de seguro com pessoa jurídica de direito público, mediante intermediação de corretora de seguros. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6631 - Processo Susep nº 15414.200019/2012-10 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A. ; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Não enviar no prazo normativo os dados do FIP referente ao mês de novembro de 2011. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6633 - Processo Susep nº 15414.300099/2010-32 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Descumprimento contratual, em razão de não pagamento de indenização. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6642 - Processo Susep nº 15414.100519/2011-63 - Recorrente: Brasil Veículos Companhia de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Constituir inadequadamente provisão contábil. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6643 - Processo Susep nº 15414.300076/2009-94 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Denúncia. Descumprimento contratual, em razão de não pagamento de indenização. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6646 - Processo Susep nº 15414.001220/2012-16 - Recorrente: Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Atrasar envio do FIP, referente ao mês de dezembro de 2011. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6657 - Processo Susep nº 15414.100100/2012-92 - Recorrente: Mapfre Vida S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Atrasar envio do FIP, referente ao mês de dezembro de 2011. Recurso conhecido e improvido.

2.4 - ASSUNTOS GERAIS:

2.4.1 - Os recursos nºs: 3456 - Processo Susep nº 005-01007/01, 4338 - Processo Susep nº 15414.000268/2006-51, 4747 - Processo Susep nº 15414.200092/2006-35, e 6048 - Processo Susep nº 15414.004082/2009-13 foram retirados de pauta a pedido das recorrentes para que os mesmos sejam incluídos na 204ª Sessão de Julgamento.

2.4.2 - Os recursos nºs 4214 - Processo Susep nº 15414.101012/2003-17, 4564 - Processo Susep nº 15414.100425/2005-46, 5602 - Processo Susep nº 15414.002455/2005-98, e 5943 - Processo Susep nº 15414.002760/2005-80 foram retirados de pauta para tratar temática IPD, ainda no ano de 2014.

2.4.3 - A Conselheira Presidente solicitou vistas do recurso nº 4906 - Processo Susep nº 15414.003895/2004-81.

2.4.4 - O recurso nº 5305 - Processo Susep nº 15414.004164/2008-87 foi retirado de pauta para ser julgado em conjunto com o recurso nº 5204 - Processo Susep nº 15414.003602/2008-90.

2.4.5 - Os recursos nº 5365 - Processo Susep nº 15414.002227/2009-41, 5383 - Processo Susep nº 15414.002223/2009-63 e 6669 - Processo Susep nº 15414.000189/2012-98 foram retirados de pauta a pedido da representação da FENAPREVI.

2.4.6 - O recurso nº 5422 - Processo Susep nº 15414.002116/2009-35 foi retirado de pauta a pedido da recorrente para que o mesmo e o recurso nº 5431 - Processo Susep nº 15414.002117/2009-80 sejam apensados ao recurso nº 5430 - Processo Susep nº 15414.002118/2009-24.

2.4.7 - Os recursos nºs 6073 - Processo Susep nº 15414.002280/2009-42, 6203 - Processo Susep nº 15414.002276/2009-84, e 6220 - Processo Susep nº 15414.002477/2009-81 foram retirados de pauta pela Conselheira Presidente para serem julgados em bloco na Sessão que está agendada para o dia 11 de dezembro de 2014.

2.4.8 - Os recursos nºs 6557 - Processo Susep nº 15414.200035/2012-02 e 6585 - Processo Susep nº 15414.200474/2011-26 foram retirados de pauta por se encontrarem sob a égide do TAC.

2.4.9 - O recurso nº 6566 - Processo Susep nº 15414.004998/2011-98 foi retirado de pauta a pedido da recorrente para ser apensado ao recurso nº 6606 - Processo Susep nº 15414.005000/2011-72.

2.4.10 - O recurso nº 6662 - Processo Susep nº 15414.200363/2011-10 foi retirado de pauta a pedido do relator para a ele ser juntada cópia do Termo de Comunicação de Indícios de Irregularidades, constante no Processo Susep nº 15414.001291/2010-49.

2.5 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 203ª (ducentésima terceira) Sessão Pública de Julgamento pela Presidente e eu, Márcia Gimenes Panza, Assistente Técnico, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pela Senhora Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro-RJ, 7 de outubro de 2014.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO DUARTE
Procurador

PAULO ANTONIO COSTA DE ALMEIDA PENIDO
Conselheiro

WASHINGTON LUIZ BEZERRA DA SILVA
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

CARLOS ANDRÉ GUERRA BARREIROS
Conselheiro

CARMEN DIVA BELTRÃO MONTEIRO
Conselheira

MÁRCIA GIMENES PANZA
Secretária

ATA DA 204ª SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 7 DE OUTUBRO DE 2014

Cuja Pauta foi publicada no Diário Oficial da União em 30 de setembro de 2014, Seção 1, páginas 19/20.

1. LOCAL E HORÁRIO - Av. Presidente Vargas, 730 - 13º andar - Centro do Rio de Janeiro, na Sede da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, às 9:00 horas.

2. TRABALHOS - Foi aberta a Sessão pela Senhora Presidente, Dra. Ana Maria Melo Netto Oliveira, tendo como Secretária-Executiva a Senhora Theresa Christina Cunha Martins. Presente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o Dr. José Eduardo de Araújo Duarte.

2.1.- QUORUM REGIMENTAL - Presentes os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Henrique Finco Mariani, Thompson da Gama Moret Santos, Marcelo Augusto Camacho Rocha, Claudio Carvalho Pacheco e André Leal Faoro.

2.2 - RECURSOS SORTEADOS PARA RELATOR:

RECURSO Nº 6817 - Processo SUSEP nº 15414.001012/2012-17;Recorrente: Odyssey Reinsurance Company; Conselheiro Relator: Claudio Carvalho Pacheco.

RECURSO Nº 6818 - Processo SUSEP nº 15414.300104/2009-73;Recorrente: Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S/A.; Conselheira Relatora: Ana Maria Melo Netto Oliveira.

RECURSO Nº 6819 - Processo SUSEP nº 15414.003038/2011-19;Recorrente: Itaú Seguros S/A.; Conselheiro Relator: Paulo Antonio Costa de Almeida Penido.

RECURSO Nº 6820 - Processo SUSEP nº 15414.005020/2007-67;Recorrente: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP; Conselheiro Relator: André Leal Faoro.

RECURSO Nº 6821 - Processo SUSEP nº 15414.003793/2009-71;Recorrente: Mitsui Sumitomo Seguros S.A.; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

RECURSO Nº 6822 - Processo SUSEP nº 15414.001222/2012-05;Recorrente: Companhia Mutual de Seguros; Conselheiro Relator: Marcelo Augusto Camacho Rocha.

RECURSO Nº 6823 - Processo SUSEP nº 15414.003060/2012-31;Recorrente: Luiz Fernando Butori Reis Santos; Conselheira Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro.

2.3 - JULGAMENTO - Foram realizados os julgamentos dos recursos constante da respectiva Pauta, os quais obtiveram as seguintes decisões:

RECURSO Nº 1682 - Processo Susep Nº 005-00363/97 - Recorrente: Pilar Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Apropriação indébita do prêmio pago referente a seguro de automóvel. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

RECURSO Nº 2556 - Processo Susep Nº 15414.004246/97-53 - Recorrente: RS Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Assumir dívida perante o Banco Bamerindus S/A decorrente da celebração de contrato de hipoteca. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 3134 - Processo Susep Nº 10.000936/01-49 - Apensos: Recurso Nº 5608 - Processo Susep Nº 15414.003717/2003-70, Recurso Nº 3579 - Processo Susep Nº 10.005079/00-47, Recurso Nº 3793 - Processo Susep Nº 010-00124/00, Recurso Nº 3721 - Processo Susep Nº 005-01428/01, Recurso Nº 4028 - Processo Susep Nº 15414.100619/2002-07 e Processo Susep Nº 15414.004141/2003-68 - Recorrente: Capemi-Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Pagamento a menor de valores ao participante de plano de pecúlio. Inocorrência de infração. Recurso conhecido e provido.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RECURSO Nº 3456 - Processo Susep Nº 005-01007/01 - Recorrente: Indiana Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Recusar indenização relativa a seguro de automóvel. Ausência de nota fiscal. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4118 - Processo Susep Nº 15414.000430/2002-15 - Recorrente: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Pagar a menor de valores a título de resgate. Não houve descumprimento contratual. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4202 - Processo Susep Nº 15414.004716/2002-61 - Recorrente: HDI Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Recusar pagamento de indenização em seguro de automóvel. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4338 - Processo Susep Nº 15414.000268/2006-51 - Recorrente: Aplub Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Não atender a determinação da Susep. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4386 - Processo Susep Nº 15414.000795/2005-84 - Apensos: Recurso Nº 4388 - Processo Susep Nº 15414.000794/2005-30, Recurso Nº 4672 - Processo Susep Nº 15414.005118/2006-33, Processo Susep Nº 15414.005150/2005-38, Processo Susep Nº 15414.002799/2006-88, Processo Nº 15414.005153/2005-71, Processo Susep Nº 15414.005154/2005-16 e Expediente Nº 10-020866/2005 - Recorrente: HSBC Seguros (Brasil) S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Recursos conhecidos e providos parcialmente. Aos recursos números 4386 e 4388 foi dado provimento parcial para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base e ao recurso nº 4672 foi dado parcial provimento para a aplicação da atenuante.

RECURSO Nº 4419 - Processo Susep Nº 10.004028/99-65 - Apenso Processo Nº 10.004565/00-20 - Recorrente: Instituto Assistencial dos Advogados de Santa Catarina; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Comercializar plano de previdência sem autorização legal. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4522 - Processo Susep Nº 15414.004039/2006-13 - Recorrente: Caixa Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Preencher incorretamente o FIP referente a novembro de 2005. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir o agravamento da multa pelo art. 52, inciso II da Resolução CNSP nº 60/2001, conceder atenuante e a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4624 - Processo Susep nº 15414.001922/2006-43 - Recorrente: Itaú Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Auto de Infração. Assunto: Item 1 - apresentar arquivo SINAVCED.DBF referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2006 em desacordo com a Circular Susep nº 312/05. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4626 - Processo Susep Nº 15414.100182/2005-46 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Não pagar indenização relativa a seguro de vida. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 4646 - Processo Susep Nº 15414.001819/2002-70 - Recorrente: Companhia de Seguros do Estado de São Paulo - COSESP; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Alterar vínculo contratual sem anuência do consumidor, em especial a alteração unilateral das taxas aplicadas aos prêmios pagos pelo segurado. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4747 - Processo Susep Nº 15414.200092/2006-35 - Apenso: Recurso Nº 4738 - Processo Susep Nº 15414.200093/2006-80 - Recorrente: Clube Sul América Saúde, Vida e Previdência; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Não atender a solicitação da Susep. Recursos conhecidos. Provido o recurso 4747 - Bis in idem, tendo em vista o reconhecimento de tratar-se de infração continuada e improvimento do recurso nº 4738.

RECURSO Nº 4800 - Processo Susep Nº 15414.000391/2003-29 - Recorrente: Bradesco Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Negar pagamento de indenização em seguro DPVAT. Bis in idem. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 4810 - Processo Susep Nº 15414.001383/2007-23 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Publicar as demonstrações financeiras relativas ao balanço de 31.12.2006 fora do prazo regulamentar. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da pena em virtude das reincidências ao dobro da pena-base.

RECURSO Nº 4842 - Processo Susep Nº 15414.001798/2005-35 - Recorrente: Inácio Chevalier Júnior - Administrador da Valor Capitalização S/A; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Tentativa de induzir consumidor a erro. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4860 - Processo Susep Nº 10.005492/01-74 - Recorrente: Jean Marie Antoine Monteil - Conselheiro Presidente da AGF Brasil Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Operações irregulares com a Corretora na comercialização de seguro de Fiança Locatícia. Cerceamento do direito de defesa. Recurso conhecido e provido, tendo sido declarada a nulidade da representação,por ausência de tipificação.

RECURSO Nº 4876 - Processo Susep Nº 15414.003347/2005-32 - Recorrente: Global Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Efetuar alteração estatutária sem submissão do ato previamente à Susep. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 4918 - Processo Susep Nº 15414.100644/2004-44 - Recorrente: Unibanco AIG Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Protelar pagamento de indenização em seguro empresarial. Dúvida fundada e justificada. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5011 - Processo Susep Nº 10.006224/01-61 - Recorrente: Icatú Hartford Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Efetuar pagamento a menor de valor em plano de pensão e aposentadoria. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5070 - Processo Susep Nº 15414.003349/2007-93 - Recorrente: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Não obedecer ao critério de reajuste das contribuições, bem como utilizar taxa comercial diferente da Nota Técnica encaminhada à Susep. Infração continuada. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5217 - Processo Susep Nº 15414.000144/2008-37 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados. Representação. Descumprir as condições contratuais do seguro de vida. Tabelas de taxas de Prêmios ratificadas nas Condições Gerais. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5228 - Processo Susep Nº 15414.003193/2008-21 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Não adotar medidas determinadas pela Susep dentro do prazo fixado. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5236 - Processo Susep Nº 15414.004019/2008-04 - Recorrente: Allianz Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Não adotar medidas determinadas pela Susep dentro do prazo fixado. Necessidade de comunicação abolida. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5362 - Processo Susep Nº 15414.001721/2009-99 - Recorrente: Investprev Seguros e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Envio de demonstrações financeiras fora do prazo regulamentar. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5365 - Processo Susep Nº 15414.002227/2009-41 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Comercializar produto diferente do aprovado pela Susep. Recurso conhecido e provido parcialmente para que sejam excluídas as reincidências apontadas.

RECURSO Nº 5381 - Processo Susep Nº 15414.002222/2009-19 - Recorrente: Itaú Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Comercializar produto diferente do aprovado pela Susep. Recurso conhecido e provido parcialmente para excluir as reincidências apontadas devolvendo-se à recorrente a oportunidade para desistir do recurso mediante o pagamento da multa (pena base) com desconto de 25%, restituindo-se eventual quantia paga a maior.

RECURSO Nº 5406 - Processo Susep Nº 15414.000192/2009-14 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Comercializar plano de seguro em desacordo com a legislação em vigor. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5442 - Processo Susep Nº 10.004286/00-66 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Pagar a menor de valores a título de indenização em seguro de vida em grupo e individual dotal. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5446 - Processo Susep Nº 15414.00361/2009-16 - Recorrente: Thermosistem Sistemas e Produtos Eletrônicos Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Realizar operações de seguro sem autorização. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 5495 - Processo Susep Nº 15414.100293/2005-52 - Recorrente: Real Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Pagar indenização relativa a seguro DPVAT em desacordo com os normativos vigentes. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5591 - Processo Susep Nº 15414.100577/2004-68 - Recorrentes: Corrente Corretora de Seguros S/C Ltda., Vet Murano Corretora de Seguros e José Jair dos Santos; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Intermediação irregular de contrato de seguro. Recursos conhecidos e providos parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa pecuniária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos recorrentes.

RECURSO Nº 5611 - Processo Susep Nº 15414.003313/2007-18 - Recorrente: Rural Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Auto de Infração. Assunto: Item 1 - superavaliação de contas 1.4.1.3.10.0.0.0.002 FINAM; e item 2 - erro no preenchimento do FIP nos quadros 20 T e 19 A. Recurso conhecido e provido parcialmente para, no item 2, limitar a reincidência ao dobro do valor da condenação e manter a decisão recorrida no item 1.

RECURSO Nº 5655 - Processo Susep Nº 15414.100660/2006-07 - Recorrente: Sicura Corretora de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Cobrar prêmio de seguro em valor superior ao efetivamente devido. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa pecuniária no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

RECURSO Nº 5667 - Processo Susep Nº 15414.002678/2007-17 - Recorrente: Aplub Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Insuficiência da cobertura das reservas técnicas referente ao mês de maio de 2007. Recurso conhecido e provido parcialmente para que a circunstância agravante por conduta reincidente seja limitada ao dobro.

RECURSO Nº 5672 - Processo Susep Nº 15414.100035/2005-76 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Não efetuar pagamento de indenização de seguro de vida. Recurso conhecido e provido parcialmente para limitar a majoração da multa em virtude das reincidências ao dobro da pena base.

RECURSO Nº 5717 - Processo Susep Nº 15414.100010/2005-72 - Recorrentes: Administradora e Corretora de Seguros ACORSE Ltda. e Silso de Oliveira Pinto - Corretor de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Apropriação de prêmio de seguro. Recurso conhecido e improvido. Negou-se provimento ao recurso interposto pelo denunciante.

RECURSO Nº 5736 - Processo Susep Nº 15414.100140/2005-13 - Recorrente: AVS Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Protelar pagamento de indenização referente a despesas médicas em seguro DPVAT. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5737 - Processo Susep Nº 15414.002967/2003-92 - Apensos: Recurso Nº 5751 - Processo Susep Nº 15414.001607/2004-54, Recurso Nº 5813 - Processo Susep Nº 15414.001659/2004-21, Recurso Nº 4957 - Processo Susep Nº 15414.001940/2004-63, Recurso Nº 5743 - Processo Susep Nº 15414.002377/2005-21, Recurso Nº 5801 - Processo Susep Nº 15414.002445/2004-71 e Recurso Nº 5741 - Processo Susep Nº 15414.002497/2004-48 - Recorrente: Valor Capitalização S/A - Em Liquidação Extrajudicial; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Cobrança indevida de taxa de inscrição referente a título de capitalização. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5781 - Processo Susep Nº 15414.003987/2008-95 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Atraso no encaminhamento dos quadros do FIP/Susep de junho e julho de 2008. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5817 - Processo Susep Nº 15414.200422/2006-92 - Recorrente: Companhia de Seguros Previdência do Sul; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Não enviar ao participante o certificado e outros documentos. Seguro de Vida em Grupo. Obrigação do estipulante. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 5840 - Processo Susep Nº 15414.001642/2004-73 - Recorrente: Valor Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Cobrança irregular da taxa de inscrição na contratação de título de capitalização. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 5999 - Processo Susep Nº 15414.003673/2006-21 - Recorrente: Cescebrasil Seguros de Crédito S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Auto de Infração. Item 1 - registros auxiliares de contabilidade de apólices e bilhetes de seguros emitidos, extraídos da base (PREMIT.DBF)maio 2006 não estão em conformidade com a legislação;Item 2 - os registros auxiliares de contabilidade de Sinistros Pagos, extraídos da base (SINPGCED.DBF)maio 2006, não estão em conformidade com a legislação; Item 3 - os registros auxiliares de contabilidade de Sinistros Avisados, extraídos da base (SINAVCED.DBF)maio 2006, não estão em conformidade com a legislação;Item 4 - Quadros 5/7 (Sinistros a Liquidar e Prêmios a Receber), juntamente com o quadro de provisão de sinistros resseguradores locais, encontram-se sem nenhuma informação, conforme FIP de maio/2006. Recurso conhecido e provido parcialmente para manter a decisão recorrida no item 4 e dar provimento ao recurso quanto aos itens 1, 2 e 3. Sequência das datas correspondentes a cada uma das apólices não prevista em norma.

RECURSO Nº 6023 - Processo Susep Nº 15414.200088/2008-39 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Atrasar pagamento de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6042 - Processo Susep Nº 15414.200075/2009-41 - Recorrente: Icatú Hartford Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Item 2 - intermediar seguro em desacordo com as normas da Susep; e Item 3 - contratação de seguro sem a assinatura do cartão proposta. Recurso conhecido e provido parcialmente para manter a decisão recorrida no item 3 e dar provimento quanto ao item 2,tendo em vista que a infração não pode ser atribuída a recorrente.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RECURSO Nº 6043 - Processo Susep Nº 15414.200080/2003-68 - Recorrente: Laudemar Antonio Panazzolo - Corretor de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Apropriação indébita. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6048 - Processo Susep Nº 15414.004082/2009-13 - Recorrente: IRB Brasil Resseguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. - Representação. Insuficiência de cobertura das reservas técnicas referente ao mês de junho de 2009. Cobertura comprovada. Recurso conhecido e provido.

RECURSO Nº 6060 - Processo Susep Nº 10.007001/01-10 - Recorrente: Progress Administradora e Corretagem de Seguros Ltda.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Não repassar prêmio à seguradora. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

RECURSO Nº 6097 - Processo Susep Nº 15414.004293/2009-56 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Preencher incorretamente os quadros 55 e 56 do FIP, referente ao mês de fevereiro de 2009. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6258 - Processo Susep Nº 15414.001108/2008-91 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Descumprir o prazo para realizar perícia médica, bem como por não ter enviado o certificado individual relativo ao segurado. Recurso conhecido e provido parcialmente para dar provimento ao item 3, considerando-se que a infração, se ocorreu, é do estipulante e decretar a nulidade ao item 2, em vista de erro de tipificação.

RECURSO Nº 6344 - Processo Susep Nº 15414.002156/2009-87 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Procrastinar indenização referente a seguro de vida em grupo. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6392 - Processo Susep Nº 15414.002818/2011-33 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Atraso no envio do FIP/Susep relativo ao mês de fevereiro de 2011. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6444 - Processo Susep Nº 15414.003032/2007-57 - Recorrente: Luís Henrique Medeiros - corretor de seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Apropriação indébita de parte de pagamento recebido da portabilidade de Plano de Previdência. Não há provas nos autos de condenação penal. Recurso conhecido e provido parcialmente para convolar a pena de cancelamento de registro em multa pecuniária no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

RECURSO Nº 6468 - Processo Susep Nº 15414.200317/2011-11 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Atrasar o envio do FIP referente ao mês de março de 2010. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6471 - Processo Susep Nº 15414.005491/2011-51 - Recorrente: BMG Seguradora S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Insuficiência de cobertura de provisões técnicas em moeda nacional referente ao mês de julho de 2011. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6499 - Processo Susep Nº 15414.200044/2012-95 - Recorrente: Aplub Previdência Privada; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Insuficiência de ativos garantidores vinculados para cobertura das provisões técnicas, em moeda nacional, no mês de novembro de 2011. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6527 - Processo Susep Nº 15414.200345/2011-38 - Recorrente: Ricardo Athanásio Felinto de Oliveira; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Diversas infrações. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6562 - Processo Susep Nº 15414.200378/2011-88 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Não enviar à Susep, no prazo determinado, o início da promoção comercial da ITESC CARD, iniciada em 01.08.2009. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6565 - Processo Susep Nº 15414.300010/2009-02 - Recorrente: Bradesco Vida e Previdência S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Atrasar transferência de recursos financeiros entre a recorrente e a Caixa Vida e Previdência S/A. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6569 - Processo Susep Nº 15414.200362/2011-75 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Assunto: Representação. Preencher incorretamente o Quadro 55 do Formulário de Informações Periódicas - FIP/Susep da data-base de maio de 2009. Recurso não conhecido.

RECURSO Nº 6598 - Processo Susep Nº 15414.200347/2011-27 - Recorrente: Aplub - Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Auto de Infração. Assunto: Os 20 primeiros itens dizem respeito a não escriturar seus registros contábeis com clareza, atualidade e fidedignidade, e ainda o vigésimo primeiro em virtude da sociedade ter realizado operações comerciais de venda de plano previdenciário em desacordo com os regulamentos e notas técnicas aprovados pela Susep. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6614 - Processo Susep Nº 15414.200577/2011-96 - Recorrente: Nobre Seguradora do Brasil S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.Representação. Assunto: Comercializar contrato de seguro com pessoa jurídica de direito público mediante intermediação de corretora de seguros. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6630 - Processo Susep Nº 15414.001308/2012-20 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Insuficiência de cobertura das provisões técnicas em moeda nacional referente ao mês de janeiro de 2012. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6659 - Processo Susep Nº 15414.300125/2008-16 - Recorrente: Federal de Seguros S.A..; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Atrasar pagamento de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6670 - Processo Susep Nº 15414.005872/2011-31 - Recorrente: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Item 1 - inconsistências no banco de dados; e Item 2 - não atender no prazo fixado a solicitação da Susep. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6679 - Processo Susep Nº 15414.200361/2011-21 - Recorrente: Aplub Capitalização S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Apresentar informação incorreta no quadro 55 do FIP/Susep do mês de abril de 2009. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6680 - Processo Susep Nº 15414.000186/2012-54 - Recorrente: Previmil Previdência Complementar S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Representação. Assunto: Realizar operações comerciais/financeiras em desacordo com a legislação vigente. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO Nº 6685 - Processo Susep Nº 15414.300075/2010-83 - Recorrente: Federal de Seguros S.A.; Recorrida: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Denúncia. Assunto: Atrasar pagamento de indenização em seguro de vida. Recurso conhecido e improvido.

2.4 - ASSUNTOS GERAIS:

2.4.1 - O recurso nº 3212 e apensos foram retirados de pauta por solicitação da Relatora.

2.4.2 - Os recursos números 4850, 5068, 5115 e 5762 foram retirados de pauta a pedido das recorrentes em razão do Instrumento de Procuração atualizado não ter sido recepcionado pela Procuradora em tempo hábil.

2.4.3 - Em razão da impossibilidade de obter um documento capaz de elucidar o cerne da questão, a recorrente solicitou o adiamento do julgamento do recurso nº 4994.

2.4.4 - O recurso número 5443 foi retirado de pauta para ser julgado com os demais processos que tratam sobre Invalidez por Doença - IPD.

2.4.5 - A pedido do Relator o julgamento do recurso nº 5445 foi transferido para a Sessão do dia 19 de novembro de 2014.

2.4.6 - Os recursos números 5464 e 6493 foram retirados de pauta para serem julgados na 206ª Sessão.

2.4.7 - A pedido do Relator o recurso nº 5670 teve seu julgamento adiado.

2.4.8 - Os recursos números 5762, 6547 e 6600 foram retirados de pauta por solicitação das recorrentes.

2.4.9 - O recurso nº 5780 não foi a julgamento em virtude da divergência entre os números do Processo Susep e recurso.

2.4.10 - Foi examinada a preliminar de tempestividade do recurso nº 6035 - Processo Susep nº 10.006367/01-18. Após debates, o recurso foi conhecido por unanimidade, mas o julgamento do mérito adiado para a Sessão de 11 de dezembro de 2014.

2.4.11 - O recurso nº 6038 - Processo Susep Nº 10.006201/01-65 foi retirado de pauta a pedido do Relator.

2.5 - ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a 204ª (ducentésima quarta) Sessão Pública de Julgamento pela Presidente e eu, Theresa Christina Cunha Martins, Secretária-Executiva, lavrei a presente Ata que vai por mim assinada, pela Senhora Presidente, Procurador da Fazenda Nacional e Conselheiros, depois de lida e aprovada pelos membros integrantes deste Órgão Colegiado.

Rio de Janeiro-RJ, 23 de outubro de 2014.
ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ EDUARDO DE ARAÚJO DUARTE
Procurador

HENRIQUE FINCO MARIANI
Conselheiro

THOMPSON DA GAMA MORET SANTOS
Conselheiro

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA
Conselheiro

CLAUDIO CARVALHO PACHECO
Conselheiro

ANDRÉ LEAL FAORO
Conselheiro

THERESA CHRISTINA CUNHA MARTINS
Secretária Executiva

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 79, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10030.000580/1014-91, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz SA, CNPJ 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Cuba
2) Marca Comercial	Plaza Gold KS
3) Cigarro	King Size 83 mm
4) Embalagem	Maço
5) Preço de Venda a Varejo	R$ 5,75 / vintena
6) Quantidade autorizada de vintenas	1.080.000
7) Valor Unitário / Cor dos Selos de Controle	R$ 0,063 / vintena - Selo Vermelho
8) Unidade da RFB para aquisição dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia / MG

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

KLEBER GIL ZECA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ANÁPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Baixa, de ofício, a inscrição no CNPJ de contribuinte que menciona.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Anápolis - GO, no uso das atribuições previstas no artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e, considerando o que consta do processo administrativo nº 13116.722202/2014-64, declara:

Art.1º - BAIXADA, de ofício, a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.896.821/0001-71, da empresa SR. CORDEIRO - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE CARNES LTDA, em razão de ter sido cancelada no órgão de registro, com data de 04-10-2014, de acordo com o artigo 27, inciso IV, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

HIROSHIMI NAKAO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10.029, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL de que tratam os arts. 12 a 41 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A Delegada da Receita Federal em Cuiabá-MT, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o que consta no processo administrativo nº 13153.720418/2014-49, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional a pessoa jurídica, a seguir identificada, em virtude de infração ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentado pela Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011 - Excesso de receita no mercado interno em mais de 20% do limite estabelecido.

Nome Empresarial: AGROPECUARIA MANDALA LTDA - EPP
CNPJ: 11.683.470/0001-13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir de 1º de agosto de 2014, conforme disposto no Inciso V do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ADE, manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Campo Grande-MS, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, nos termos do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara a NULIDADE DE OFÍCIO de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos da Instrução Normativa RFB n? 1.470/14.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos Artigos 33, inciso II e art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e o constante no Processo Administrativo nº 13161.001334/2008-65, declara:

Art 1º - NULA DE OFÍCIO a inscrição nº 37.194.289/0001-37 do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em nome de ARAUJO & NASCIMENTO LTDA, por vício no ato cadastral.

Art 2º. O disposto neste Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo (data de abertura).

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos Art. 32, 33 e 34 da Instrução Normativa/RFB nº 1.042 de 10 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar NULO o CPF abaixo relacionado:

CPF	NOME	PROC. ADMINISTRATIVO
045.210.731-82	VENANCIO FRETY	10140.721564/2013-61

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ

PORTARIA Nº 168, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Disciplina o parágrafo único do art. 52 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, a ser observado nas operações de exportação em que o registro da declaração de exportação é posterior ao embarque da mercadoria.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CORUMBÁ-MS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, que dispõe sobre a utilização do despacho a posteriori, resolve:

Disposições Gerais

Art. 1º Esta portaria aplica-se aos exportadores interessados em utilizar o despacho a posteriori, disciplinado pelo artigo 52, parágrafo único, incisos I a X da Instrução Normativa SRF nº 28, de 27 de abril de 1994, realizado em modal fluvial nas cidades jurisdicionadas pela Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Corumbá (IRFCOR).

Da abertura do dossiê digital

Art. 2º A empresa que pretenda realizar exportação em modal fluvial fazendo uso do despacho a posteriori deve, anteriormente a apresentação do primeiro pedido de embarque, requerer nesta Inspetoria a abertura de dossiê digital.

§ 1º O requerimento para abertura do dossiê digital deve ser apresentado na IRFCOR segundo formulário de Solicitação de Dossiê Digital de Atendimento (SODEA) disponível na página da Receita Federal na internet, preenchido da seguinte maneira:

I - campo assunto: "ASSUNTOS ADUANEIROS";

II - campo serviço: "serviços a requerer".

§ 2º O dossiê digital será aberto pela IRFCOR e seu número será comunicado ao representante do CNPJ.

§ 3º Será aberto apenas um dossiê por CNPJ por ano, onde serão anexados todos os pedidos de embarque daquele CNPJ durante o período.

Da apresentação de documentos

Art. 3º De posse do número do dossiê, o representante da empresa pedirá juntada no dossiê digital de cada um dos pedidos de embarque com sua respectiva programação, por meio do Programa Gerador de Solicitação de Juntada.

§ 1º O auditor-fiscal analisará a solicitação de juntada do pedido de embarque e para cada um dos pedidos fará um despacho contendo:

a-) número do Registro de Exportação (RE);

b-) nome do perito designado para fazer a arqueação das barcaças; e

c-) a quantidade de barcaças a serem arqueadas.

§ 2º O exportador tomará ciência do despacho através do e-CAC, por meio da utilização de certificado digital.

Art. 4º A empresa exportadora deverá pedir juntada, no dossiê digital, por meio do Programa Gerador de Solicitação de Juntada, dos seguintes documentos, após a parametrização do despacho de exportação (DDE), respeitado o prazo do inciso III do art. 56 da IN SRF 28/94 :

a) histórico do despacho, para despachos liberados sem conferência aduaneira - canal verde;

b) todos os documentos originais instrutivos do despacho exigidos pela Instrução Normativa SRF 28/94, combinada com a Instrução Normativa SRF 800/94 e com o Decreto 6.759/09 (Pedido de Embarque, Nota Fiscal, Fatura Comercial, Manifesto Internacional de Carga - MIC, Conhecimento de embarque - BL, Relatórios e Planilhas de pesagem, Recibo de Pagamento a Autônomo), para despachos parametrizados para conferência documental - canal laranja.

Parágrafo único. Os MICs apresentados pelas empresas de transporte fluvial para conferência e carimbo pela autoridade aduaneira continuarão sendo apresentados em papel, nesta Inspetoria.

Da impossibilidade de utilização dos meios disciplinados nesta Portaria

Art. 5º Na impossibilidade de utilização do Programa Gerador de Solicitação de Juntada, o exportador deverá apresentar os documentos em papel, nesta Inspetoria, juntamente com um requerimento reportando os motivos da não utilização dos procedimentos disciplinados nesta Portaria.

Parágrafo único. Assim que se normalizarem as condições que impediram a utilização do Programa Gerador de Solicitação de Juntada, os documentos posteriores voltarão a ser objeto de pedido de juntada.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 6º Não será permitida a realização de despacho a posteriori a partir de 1° de janeiro de 2015, na jurisdição desta Inspetoria, sem a observância do estabelecido nesta Portaria, salvo exceção do art. 5º.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

EDUARDO FUJITA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR

PORTARIA Nº 76, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SALVADOR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25.02.1967, regulamentado pelo Decreto 83.937, de 06.09.1979, com as alterações posteriores, e ainda o estabelecido no art. 7º, §3º, IV, V e VI, da Portaria RFB nº 1.687, de 17.09.2014, publicada no DOU de 18.09.2014, alterada pela Portaria RFB nº 1.949, de 7.11.2014, publicada no DOU de 10.11.2014, resolve:

Art. 1º - Delegar competência ao Chefe do Serviço de Fiscalização e ao Chefe do Serviço de Orientação e Análise Tributária para expedir e alterar o Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal - TDPF.

Art. 2º - Delegar competência ao Chefe da Seção de Programação, Avaliação e Controle da Atividade Fiscal para expedir e alterar o Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal - TDPF, para procedimento fiscal de diligência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAIMUNDO PIRES DE SANTANA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara a inscrição de pessoa jurídica no Registro Especial

O Delegado-Adjunto da Receita Federal do Brasil em Sete Lagoas, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 314, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, e pelo artigo 3º da Instrução Normativa SRF n.º 1.432 de 26 de dezembro de 2013, considerando ainda as informações constantes do Processo MF n.º 13618.720192/2014-71, declara:

Art 1º Inscrito sob o n.º 06113/130 no REGISTRO ESPECIAL, a empresa AGROINDÚSTRIA ZRNT LTDA, CNPJ 14.448.487/0001-84, estabelecida na Estrada Serra Bonita A Formoso, s/nº, Fazenda São Domingos, bairro Serra Bonita, Buritis, MG, na atividade de IMPORTADOR de bebida alcoólica, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações da Instrução Normativa SRF n.º 1.432/2013, sob pena de cancelamento do registro especial, conforme disposto no art. 8º da referida Instrução Normativa, bem como observar os demais atos legais e normativos pertinentes.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIO MAIA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014 (*)

ASUNTO: Classificação de Mercadorias

EMENTA: Código NBM/SH/TIPI - Mercadoria 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a solidificar resíduos líquidos instantaneamente, como por exemplo, resíduos industriais, impermeabilização de aterro sanitário, impermeabilização de caçamba de caminhão, lagoas contaminadas etc. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato destinada a solidificar resíduos líquidos e semi-sólidos com presença de hidrocarbonetos instantaneamente, como por exemplo, solidificação de resíduos industriais, dragagens de lagoas contaminadas, solidificação de água de caminhões, limpeza industrial etc. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a aglutinar e solidificar as moléculas de água. Dessa forma, ao aplicar o produto em águas paradas, paralisa a proliferação dos ovos, larvas e pulpas do mosquito da dengue (Aedes Aegypt), interrompendo e eliminando o ciclo de vida do mesmo. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a entrelaçar os resíduos ácidos, básicos e com altas concentração de sais, através de estática, espessando e solidificando-os, tornando-os estáveis e inertes. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a retardar a taxa de evaporação da água, capaz de combater chamas e suportar altas temperaturas, trazendo maior eficiência na proteção dos locais que estão expostos à ação do fogo, onde possa utilizar água como meio extintor. É aplicado por sistemas de bombeamento, formando uma barreira de isolamento no solo (aceiro), protegendo internamente e preservando patrimônios (plantações, equipamentos etc) de um incêndio que se aproxima. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a retardar a taxa de evaporação da água, apagando incêndios em matas, equipamentos que possam utilizar a água como extintor, trazendo maior eficiência na extinção do fogo. O produto adicionado à água, torna a mistura viscosa, alterando seu ponto de ebulição, não permitindo que ela evapore em sua velocidade normal, mesmo sob condições térmicas elevadas. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a controlar a formação de pó nas mais diversas situações: estradas sem pavimentação, pátios de manobra, estoque de produtos particulados, transporte e descarga de produtos granulados e muitos outros pontos onde a dispersão de poeira é nociva ao ambiente e aos seres humanos etc, fazendo com que a água fique viscosa, retardando sua taxa de evaporação e diminuindo a sua penetração no solo e em outras superfícies, aplicando-se por sistemas de bombeamento por caminhão pipa, pulverizando-se com bicos injetores. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a solidificar resíduos orgânicos, líquidos e semi-sólidos de origem domestica, instantaneamente, tais como urina, fezes, vômitos, além de diminuir o odor dos mesmos. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a aglutinar fluídos corpóreos para o tamponamento de corpos humanos em hospitais, funerárias, assim como clínicas veterinárias, zoológicos etc, substituindo o algodão com imensas vantagens, pois resiste à pressão e não solta fluídos, além de reter odores. 3824.90.79 - Preparação contendo sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, destinada a solidificar resíduos orgânicos hospitalares, líquidos e semi-sólidos, tais como, urina, fezes, vômito, sangue, fluídos corpóreos, além de diminuir o odor dos mesmos. 3824.90.79 - Manta impermeabilizante fabricada em tecido TNT (material não tecido), possuindo em seu interior produtos que contêm sílica, fibra vegetal e Poliacrilato, utilizada para conter vazamentos, derrames ao redor de máquinas, equipamentos, tubulações, conexões, pisos de fábricas, rodovias, hospitais, refinarias etc, absorvendo os resíduos.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto 97.409 de 23/12/88. Decreto nº 435, de 27/01/1992. Decreto nº 7.660, de 23/12/2011, publicado no DOU de 26/12/2011. RGI 1 (texto da posição 38.24), RGI 6 (texto da subposição 3824.90) e RGC -1 (texto do item e subitem 3824.90.79) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI) aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23/12/2011, publicado no DOU de 26/12/2011. Subsídios extraídos das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (NESH) da posição 38.24. Instrução Normativa SRF nº 680, de 2/10/2006. IN SRF nº 697, de 15/12/2006. IN RFB nº 807, de 11/01/2008. IN RFB nº 1.072, de 30/09/2010. IN RFB nº 1.202, de 19/10/2011. IN RFB nº 1.260, de 20 de março de 2012. IN RFB nº 1.427, de 20/12/2013 (publicada no DOU de 23/12/2013)

WILLIAM LARA
Chefe

(*) Republicada por ter saído, no DOU de 7-4-2014, Seção1, pág.19, com incorreção no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara excluída de sistemática de pagamento dos tributos e contribuições de que trata o artigo 1º da Lei Complementar nº 123/2006 a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009, e considerando o disposto nos incisos II e VIII do artigo 29 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, declara a pessoa jurídica ETRANSGER - EMPRESA DE TRANSPORTE DE CARGAS E SERVICOS, CNPJ 06.069.698/0001-88, EXCLUÍDA de sua opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, denominado SIMPLES NACIONAL.

A exclusão surtirá efeitos a partir de 01/01/2011.

Da presente declaração de exclusão, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo nº 15521.720017/2014-89, caberá no prazo de 30 (trinta) dias, contato a partir da sua ciência, impugnação junto à Delegacia da Receita Federal de Julgamento no Rio de Janeiro I, ficando assegurados, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Não havendo manifestação da pessoa jurídica, neste prazo, a exclusão torna-se à definitiva.

RENATO DA SILVA BRAGA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declaração de Inaptidão de inscrição no CNPJ.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e o que consta do Processo Administrativo nº 19396.720089/2014-60 , resolve:

Art. 1º - Declarar Inapta a inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da empresa discriminada abaixo:

Inscrição	Pessoa Jurídica
06.329.657/0001-83	RIBEIRO & PAES COMERCIO DE VEICULOS LTDA - ME

Art. 2º - O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA MORAES MARQUES SANAN

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 184, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que que menciona.

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 04 de dezembro de 2013, combinado com art. 11 da Portaria SRRF/7a RF 447/14, e considerando o que consta no processo No 12466.722161/2013-92, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 4º c/c o parágrafo único do art. 38, ambos da IN RFB nº 1.415/2013, a empresa IMETAME ENERGIA LTDA., na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final nele citado, atuando por meio de sua matriz e de sua filial indicada, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e revoga o Ato Declaratório Executivo (ADE) SRRF/6a RF No 7, de 18/10/2011, publicado no Diário Oficial da União em 21/10/11.

CARLOS ALBERTO SILVA ESTEVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara nulo o ato de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da empresa que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério de Fazenda (MF) nº 203, de 14 de maio 2012, considerando o disposto no artigo 29 da Instrução Normativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Tendo em vista o processo administrativo fiscal nº 18088.720.376/2013-18, considera-se inapta a inscrição nº 04.456.377/0001-00, no Cadastro Nacional de Pessoa Juridíca- CNPJ da empresa : TECNO SERVICE TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA

Art. 2º Reputam-se, pois, inidôneos os documentos emitidos por essa empresa, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara nulo o ato de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ da mpresa que menciona.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do egimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério de Fazenda (MF) º 203, de 14 de maio 2012, considerando o disposto no artigo 29 da Instrução ormativa RFB nº 1183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Tendo em vista o processo administrativo fiscal nº 18088.720.375/2013-65 onsidera-se inapta a inscrição nº 16.829.119/0001-01, no Cadastro Nacional de Pessoa Juridíca-CNPJ da empresa:CLUBILL INTERMEDIAÇÃO DE NEGOCIOS LTDA.

Art. 2º Reputam-se, pois, inidôneos os documentos emitidos por essa empresa, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Declara inapta a inscrição de empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

A Chefe do Serviço de Controle e Acompanhamento Tributário da drf/osasco no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inc. V do art. 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26/10/2011, publicada no DOU de 28/10/2011, e tendo em vista o disposto no processo administrativo n° 10166.727949/2014-25 e com fundamento no inc. II do art. 37, no inc. I e § 3° do art. 39 e no art. 43 da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica de número 58.447.350/0001-80, da empresa AMÉRICO LEITE FERRAZ CASA DE CARNES, desde a data de publicação deste Ato, em razão desta não ter sido localizada no endereço informado no referido cadastro.

Art. 2º Inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela pessoa jurídica acima referida, a partir da data da publicação deste Ato.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA ARAKAKI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

PORTARIA Nº 95, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, os contribuintes a seguir, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000 - "inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", com efeitos a partir de 01/12/2014, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados:

CNPJ	Nome Empresarial	Processo
00.294.842/0001-01	TEVON COMERCIAL LTDA	13888.720391/2014-08
56.720.600/0001-89	SANS S/A MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	13888.720295/2014-51

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

PORTARIA Nº 99, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso XI, da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000 - "suspensão de suas atividades relativas a seu objeto social ou não auferimento de receita bruta por nove meses consecutivos", a pessoa jurídica Construtora Mantovani & Mantovani - CNPJ 46.422.234/0001-28, com efeitos a partir de 01/11/2010, conforme despacho decisório exarado no processo administrativo 13888.723096/2014-03.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PRESIDENTE PRUDENTE/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do artigo 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente aos pagamentos ínfimos das prestações do refis, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 1º de dezembro de 2014, conforme despachos decisórios exarados nos processos a seguir indicados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
64.612.872/0001-93	BRANDÃO & MARQUES REPRESENTAÇÕES S/S LTDA. ME	14135.000263/2014-10
55.340.921/0001-95	VIAÇÃO MOTTA LIMITADA	14135.000264/2014-56

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO EDUARDO BOSCHI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 89, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5o da Lei no 9.964, de 10 de abril de 2000 - Inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despacho decisório exarado nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO	DT. EFEITO
55.475.826/0001-07	THALASSA LOCADORA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	10850.720035/2013-34	01/12/2014
52.440.310/0001-20	GRACIANI CIA LTDA - ME	10850.721628/2014-07	01/12/2014
67.449.405/0001-82	COTAFE COMERCIAL TARRAF FERNANDOPOLIS LTDA - ME	10850.724302/2014-23	01/12/2014
68.992.734/0001-38	METALMAQUINAS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP	10850.724303/2014-78	01/12/2014
46.895.090/0001-27	PROJETO ALCUCAR CURSOS PROFISSIONALIZANTES LTDA - ME	10850.724304/2014-12	01/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO LUIZ ALVES

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 294, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Cancela contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 4º da Portaria DEFIS/SPO nº 140, de 26 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Cancelado, a pedido, o Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL - UP- 08190/00262, concedido pelo ADE nº 0181/2010 de 19/04/2010, publicado no DOU em 22/04/2010 - Processo nº 13807.014895/2001-15 para o estabelecimento da empresa VAN BLAD COMUNICAÇÃO E ENTRETENIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 04.604.233/0001-54, localizado na Rua Araújo, 70 - Centro - São Paulo - SP.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8.064, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Retenção de 11% sobre as notas Fiscais/faturas de Prestação de Serviços de "home care", remoção médica e cobertura médica em eventos públicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 72, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Os serviços de saúde referentes à remoção e translado de pacientes em veículos adequados ou mesmo em UTI móveis e os serviços de atendimento domiciliar, também denominado "home care", como descritos na inicial do processo de consulta tributária ensejador da consulta paradigmática, não são prestados mediante cessão de mão-de-obra, pois não se verifica a efetiva disponibilização de trabalhadores da prestadora à contratante. Em outro giro, os serviços de cobertura médica em eventos públicos, segundo os relatos da consulente, são prestados mediante cessão de mão-de-obra e, portanto, devem sofrer a retenção de 11% sobre o valor da nota fiscal/fatura da prestação de serviços.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 18, § 5º-C, I; Lei nº 12.546, de 2011, art. 7º, caput, inciso IV e §§ 7º e 8º; IN RFB nº 1.436, de 2013, art. 19, I e II, e Anexo I. Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 22.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8.065, DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

Assunto: Normas de Administração Tributária

COMPENSAÇÃO. RECONHECIMENTO DE CRÉDITO POR DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO APÓS LEI Nº 10.637, DE 2002 (MEDIDA PROVISÓRIA Nº 66, DE 2002).

APELO AO JUDICIÁRIO PARA CONVALIDAÇÃO DE COMPENSAÇÃO JÁ EFETIVADA. UTILIZAÇÃO DE EVENTUAIS CRÉDITOS RESTANTES PARA COMPENSAÇÃO COM DÉBITOS DE OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Os créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), reconhecidos por sentença judicial transitada em julgado que tenha permitido apenas a compensação com débitos de tributos da mesma espécie, podem ser compensados com débitos próprios relativos a quaisquer tributos administrados pela RFB quando houver legislação superveniente ao trânsito em julgado que assegure igual tratamento aos demais contribuintes ou, ainda, quando a legislação vigente na data do trânsito em julgado não tiver sido fundamento da decisão judicial mais restritiva.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 279, DE 07 DE OUTUBRO DE 2014.

Dispositivos Legais: Art. 543-C da Lei nº 5.869, de 1973 (CPC); art. 74 da Lei nº 9.430, de 1996, com a redação dada pelo art. 49 da MP nº 66, de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 2002; arts. 41, 81 e 82 da IN RFB nº 1.300, de 2012.

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Chefe
Substituto

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8.066, DE 20 DE OUTUBRO DE 2014

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

PERCENTUAL. LUCRO PRESUMIDO.

A partir de 1º de janeiro de 2009, além dos serviços hospitalares é possível a utilização do percentual de 8% para a apuração da base de cálculo do imposto de renda devido pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido, em relação às atividades de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária- Anvisa. Na hipótese de não atendimento desses requisitos o percentual será de 32% (trinta e dois por cento). A aplicação deste percentual de 8%, deve, entretanto observar o disposto no § 2º do art.15 da Lei nº 9.249, de 1995, caso as pessoas jurídicas desenvolvam outras atividades não compreendidas nos arts.30 e 31 da IN RFB nº 1.234, de 2012.

Alíquota Aplicável de 8%

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

PERCENTUAL. LUCRO PRESUMIDO.

A partir de 01/01/2009, além dos serviços hospitalares, é possível a utilização do percentual de 12 % para a apuração da base de cálculo da CSLL, pela sistemática do lucro presumido, em relação às atividades de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas desde que a prestadora dos serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Anvisa.

Alíquota Aplicável de 12%

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 60, DE 30/12/2013.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.249, de 1995, art.15 caput, e § 1º, III, alínea "a"; Lei nº 9.430, de 1996, art.25, I ; Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil), art.966 e 982; Lei nº 11.727, de 2008, arts.29 e 41, VI; IN RFB nº 1.234, de 2012, arts.31 e 38, III; ADI SRF nº 18, de 2003; Solução de Divergência Cosit nº 11, de 2012 e Solução de Divergência Cosit nº 14, de 2013; Solução de Consulta Cosit nº 86/2014 e Resolução RDC Anvisa nº 50, de 2002.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8.072, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

A receita da venda de gás natural veicular (GNV) não sofre incidência monofásica da contribuição. Sujeita-se às regras da cumulatividade ou da não cumulatividade aplicadas aos bens em geral, a depender do regime a que esteja submetida a pessoa jurídica. No caso de pessoa jurídica tributada em regime não cumulativo, as receitas de venda desse produto sofrem incidência da contribuição à alíquota de 1,65%, com a possibilidade de desconto dos créditos admitidos pela legislação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas por uma pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica.

Assim, desde que não haja limitação em vista da atividade comercial da empresa, a uma pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação) e óleo diesel que apure a Cofins pelo regime não cumulativo, ainda que a ela seja vedada a apuração de crédito sobre esses bens adquiridos para revenda, porquanto expressamente proibida nos art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.833, de 2003, é permitido o desconto de créditos de que trata os demais incisos do art. 3º desta mesma Lei, desde que observados os limites e requisitos estabelecidos em seus termos.

A receita de venda de gás natural veicular (GNV) não sofre incidência monofásica da contribuição. Sujeita-se às regras da cumulatividade ou da não cumulatividade aplicadas aos bens em geral, a depender do regime a que esteja submetida a pessoa jurídica. No caso de pessoa jurídica tributada em regime não cumulativo, as receitas de venda desse produto sofrem incidência da contribuição à alíquota de 7,6%, com a possibilidade de desconto dos créditos admitidos pela legislação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

EDUARDO NEWMAN DE MATTERA GOMES
Chefe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 151, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721684/2014-12, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
LUIZ MAYER - ME	02.857.432/0001-49	01/08/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 152, DE 3 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721686/2014-10, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123 / 2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MARIA NELVA BRINGHENTI PERETTI - ME	02.355.912/0001-01	01/02/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94 / 2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 154, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721689/2014-45, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MARINEZ PERETTI - ME	01.755.731/0001-00	01/10/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 155, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721693/2014-11, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MM SCHMITZ E CIA LTDA - ME	08.101.432/0001-09	01/08/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 156, DE 6 DE OUTUBRO DE 2014

Termo de Exclusão. Declara excluída a Pessoa Jurídica do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) em virtude da constatação de comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho.

O AUDITOR-FISCAL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em Joaçaba-SC abaixo identificado, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 6º da Lei 10.593, de 6 de dezembro de 2002, tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art. 75 da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (Resolução CGSN) nº 94, de 29 de novembro de 2011, e face ao que consta do processo fiscal nº 10925.721694/2014-58, declara:

Art. 1º. A pessoa jurídica abaixo identificada fica excluída da sistemática de pagamento de impostos e contribuições de que tratam os artigos 12 e 13 da Lei Complementar nº 123/2006, denominada Simples Nacional, em virtude da constatação de que a empresa comercializou mercadorias objeto de contrabando ou descaminho, conforme disposto no artigo 29, inciso VII, da supracitada lei, observadas as alterações posteriores e de acordo com o disciplinamento constante da Resolução CGSN nº 94/2011.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º	Data de início dos Efeitos da Exclusão
MERCADO ADUR E MOREIRA LTDA - ME	10.617.985/0001-52	01/09/2012

Art. 2º. Os efeitos da exclusão dar-se-ão a partir da data indicada acima, ficando impedida de realizar nova opção por esse regime pelos 3 (três) anos-calendário seguintes, conforme determina o artigo 29, §1º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006, observadas as alterações posteriores e o disciplinamento constante no art. 75 da Resolução CGSN nº 94/2011.

Art. 3º. A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste ato declaratório, impugnação relativamente ao procedimento acima, assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARCELO EMMENDORFER

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

PORTARIA Nº 6, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aplicação de penalidades administrativas

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 224, 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil , aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar, em grau de recurso, a pena de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos, e multa administrativa, à empresa PREDIAL PRESTADORA E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ sob nº 04.066.917/0001-40 com base no que dispõem os subitens 11.1, 11.1.2, 11.1.3 do Edital de Leilão nº 0910500/0001/2014, o art. 87, incisos II e III da Lei nº 8.666/93 e a decisão de fl. 178 a 189 do processo nº 10950-725.194/2014-88.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LOPES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA DE AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 80, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do Processo Susep 15414.002397/2014-93, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ nº 51.990.695/0001-37, com sede na cidade de Osasco - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de julho de 2014:

I - Redução do capital social, no montante de R$ 175.152.694,35, para R$ 1.924.847.305,65, dividido em 175.225 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 6º do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VICTOR LE COCQ D'OLIVEIRA

PORTARIA N° 81, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n° 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep n° 15414.002621/2014-47, resolve:

Art. 1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo único acionista de AUSTRAL RESSEGURADORA S.A., CNPJ n° 11.536.561/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, na assembleia geral extraordinária realizada em 9 de setembro de 2014:

I - Aumento do capital social em R$ 79.000.000,85, elevando-o para R$ 209.478.703,67, dividido em 202.675.339 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5º e consolidação do estatuto social.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VICTOR LE COCQ D'OLIVEIRA

PORTARIA N° 82, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n° 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep n° 15414.002536/2014-89, resolve:

Art.1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de AIG SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ n° 33.040.981/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 6 de agosto de 2014:

I - Aumento do capital social em R$ 11.157.500,00, elevando-o para R$ 490.057.090,01, dividido em 1.049.067.963 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - Alteração do artigo 5° do estatuto social.

Art.2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VICTOR LE COCQ D'OLIVEIRA

PORTARIA N° 83, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR DE AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n° 5.961, de 24 de julho de 2014, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep n° 15414.001485/2014-78, resolve:

Art.1° Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n° 07.021.544/0001-89, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 20 de maio de 2014:

I - Eleição dos membros do conselho de administração; e

II - Alteração dos artigos 2° e 8° e consolidação do estatuto social.

Art.2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON VICTOR LE COCQ D'OLIVEIRA

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA Nº 64, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dia: 12.11.2014
Hora: 10:00
Presidente: Vinícius Marques de Carvalho
Secretário Substituto do Plenário: Paulo Eduardo Silva de Oliveira

A presente ata tem também por fim a divulgação a terceiros interessados dos atos de concentração protocolados perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, nos termos da Lei nº 8.884/1994 e da Lei nº 12.529/2011.

Foi redistribuído em razão do término do mandato do Conselheiro Eduardo Pontual Ribeiro e com base no artigo 21, inciso III, do Regimento Interno do CADE, o seguinte feito.

Processo Administrativo nº 08012.006552/2005-17

Representante: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde-UNIDAS

Representados: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso - CRM/MT, Associação Médica de Mato Grosso - AMMT e Sindicato dos Médicos do Estado de Mato Grosso - Sindmed-MT

Advogados: Israel Moreira de Almeida, Heber Aziz Saber, Giselle Crosara Lettieri Gracindo, Renata Karla Batista e Silva, Antônio Luiz de Deus Júnior, João Ricardo Vaucher de Oliveira, Fernanda Vaucher de Oliveira e Bruno Costa Alvares Silva

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Foram distribuídos pelo sistema de sorteio os seguintes feitos.

A distribuição ocorrerá por compensação, pela atribuição de peso 03 aos processos a serem distribuídos ao Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Assim, este Conselheiro, ao ser sorteado para relatar um processo, receberá também os dois processos seguintes.

Processo Administrativo nº 08012.000262/2011-16

Representante: SDE Ex Officio

Representada: Associação Brasileira de Agências de Viagem do Espírito Santo

Advogado(s): Andreia da Silva Lima e Magda Maria Barreto

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Processo Administrativo nº 08012.011437/2010-21

Representante: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Representados: Alfa Construções de Muriaé Ltda., Construtora CGL Ltda., Hel Construções Ltda. ME; M.R.T. Construções de Muriaé Ltda., Pereira e Camillo Construtora Ltda., SRQ Construções Ltda. (atual razão social da Terraplanagem e Construções Medeiros de Muriaé Ltda.), WGO Empreiteira e Terraplanagem Ltda.

Advogado(s): Láisa Miranda Barbosa, Nilson Lopes da Silva, Antônio José Nery, Daniel José Dias Campos e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Consulta nº 08700.009432/2014-04

Consulente: SAAB Participações e Novos Negócios S.A.

Advogado(s): José Carlos da Matta Berardo, Plínio Simões Barbosa, Luís Bernardo Coelho Cascão e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo

Consulta nº 08700.009476/2014-34

Consulente: ABB Ltda.

Advogado(s): Marcelo Calliari, Marcio Bueno, Tatiana Lins Cruz e outros

Relatora: Conselheira Ana Frazão

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 12 de novembro de 2014

Nº 1432 - Ato de Concentração nº 08700.008965/2014-79. Requerentes: Café Três Corações S.A. e Itamaraty Indústria e Comércio S.A. Advogados: Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

EDUARDO FRADE RODRIGUES
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.965, DE 22 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11221 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MAO FORTE VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.639.757/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2179/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.063, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/7162 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa C5 TRANSPORTES E SERVIÇOS DE LOGISTICA LTDA - ME, CNPJ nº 08.285.466/0002-73, para atuar no Pará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.069, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13677 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa TREINAR CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 10.476.847/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2500 (duas mil e quinhentas) Munições calibre .380
703 (setecentas e três) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Munições calibre 38
74144 (setenta e quatro mil e cento e quarenta e quatro) Espoletas calibre 38
60000 (sessenta mil) Estojos calibre 38
18253 (dezoito mil e duzentos e cinquenta e três) Gramas de pólvora
62694 (sessenta e dois mil e seiscentos e noventa e quatro) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 4.143, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11169 - DPF/CAS/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DA CHÁCARA GRAMADO, CNPJ nº 48.641.740/0001-33 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2166/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.160, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13425 - DPF/PFO/RS, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CASTOR SUL IND E COM DE COLCHOES LTDA, CNPJ nº 94.127.776/0001-10 para atuar no Rio Grande do Sul.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.169, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12058 - DPF/SJE/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEIXEIRA & CALADO SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 14.071.312/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2142/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.198, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14147 - DPF/JNE/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CTVIC-CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES DO CARIRI S/C LTDA, CNPJ nº 03.701.045/0001-81, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3 (três) Espingardas calibre 12
5 (cinco) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
47512 (quarenta e sete mil e quinhentas e doze) Espoletas calibre 38
40000 (quarenta mil) Estojos calibre 38
20694 (vinte mil e seiscentos e noventa e quatro) Gramas de pólvora
47512 (quarenta e sete mil e quinhentos e doze) Projéteis calibre 38
2465 (duas mil e quatrocentas e sessenta e cinco) Espoletas calibre .380
2448 (dois mil e quatrocentos e quarenta e oito) Estojos calibre .380
2465 (dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco) Projéteis calibre .380
1546 (uma mil e quinhentas e quarenta e seis) Buchas calibre 12
20 (vinte) Quilos de chumbo calibre 12
2240 (duas mil e duzentas e quarenta) Espoletas calibre 12
2000 (dois mil) Estojos espoletados calibre 12
236 (duzentos e trinta e seis) Estojos calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.215, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14396 - DPF/GRA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CERCHOP BEBIDAS LTDA, CNPJ nº 73.375.537/0001-00 para atuar no Paraná.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.221, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14676 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TREVO CENTRO AUTOMOTIVO LTDA, CNPJ nº 04.592.987/0001-31 para atuar no Espírito Santo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.222, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/9309 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SHAO- LIN VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA - ME, CNPJ nº 04.585.537/0001-11, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1765/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.223, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11612 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa YAMAM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.785.185/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2249/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.228, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11357 - DPF/ARU/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FALCH SEGURANÇA EIRELI EPP, CNPJ nº 13.922.665/0001-02, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SL SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.133.467/0001-96:
2 (dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SL SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.133.467/0002-77:
3 (três) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.229, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/11580 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GOSEG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 10.284.116/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2123/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.231, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/12008 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 2233/2014 (CNPJ nº 04.277.194/0001-28) e nº 2234/2014 (CNPJ nº 04.277.194/0002-09).

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.232, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13259 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.764.609/0001-62, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
8 (oito) Revólveres calibre 38
160 (cento e sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.233, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13278 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ADSERV - ADM. EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA-ME, CNPJ nº 07.496.860/0001-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2243/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.237, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/14547 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VALORSAT TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 16.882.626/0001-09, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2 (duas) Espingardas calibre 12
6 (seis) Revólveres calibre 38
108 (cento e oito) Munições calibre 38
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.238, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/8049 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ARTOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 19.809.674/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 1687/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 4.241, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/13277 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ADS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.937.839/0001-74, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
60 (sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 33.080, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08352.003948/2014-42 - CV/DPF/JVA/MG, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento do serviço ORGÂNICO de Segurança Privada à empresa MITRA ARQUIDIOCESANA DE JUIZ DE FORA, CNPJ/MF nº 21.606.025/0002-94, localizada no Estado de MINAS GERAIS.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 119, de 30/05/2014, publicada no Diário Oficial da União de 05 de junho de 2014, Seção 1, onde se lê: "RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis, nos termos dos artigos 12, 13 e 15 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos Direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, salvo o gozo dos direitos políticos", Leia-se: "RECONHECER aos portugueses abaixo relacionados a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 17, do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possam gozar dos Direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil."

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o pedido de prorrogação de estada no País, temporário item I

Processo Nº 08506.004503/2014-89 - DANIEL GARCIA URDANETA, até 30/03/2015

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s),

Processo Nº 08460.008449/2014-14 - ALFREDO MUCONDA TUYONGOLOMBEMBUA CHICOLOMUENHO, até 10/04/2015

Processo Nº 08461.004610/2014-71 - CARLOS JORGE AFONSO VAN DÚNEM, até 31/03/2015

Processo Nº 08505.030395/2014-18 - OSVALDO MANUEL ANDRE, até 03/04/2015

Processo Nº 08505.031063/2014-42 - DIANIRIS AURORA RODRIGUEZ COLMENARES, até 21/07/2015

Processo Nº 08505.031082/2014-79 - SILVIE CIBELE FORTES SOUSA, até 11/04/2015

Processo Nº 08505.031102/2014-10 - NUNO MIGUEL DA SILVA TEIXEIRA, até 27/04/2015

Processo Nº 08505.031144/2014-42 - MAXIME JEAN ALEXIS COURTOT, até 31/12/2014

Processo Nº 08505.035981/2014-41 - SANDRA MANUELA ALVES MARTINS, até 10/04/2015

Processo Nº 08505.036009/2014-93 - GIL NSILU ESTEFANI ANDRE, até 02/04/2015

Processo Nº 08506.003755/2014-91 - ALMAS TAJ AWAN, até 30/01/2016

Processo Nº 08506.004506/2014-12 - ANDRES FERNANDO ORDOÑEZ HURTADO, até 31/03/2015

Processo Nº 08506.004554/2014-19 - TERESA DA COSTA FANFAO MARIANO, até 23/03/2015

Processo Nº 08506.004594/2014-52 - KEVIN VICTOR FONSECA DE SOUSA REIS, até 31/12/2014

Processo Nº 08506.005202/2014-72 - OSCAR ARIEL DELFINO, até 28/04/2015

Processo Nº 08212.001813/2014-47 - DINESH KUMAR DHANASEKARAN, até 13/03/2015

Processo Nº 08212.001858/2014-11 - DÉBORA VISSOLELA KATWIYA, até 23/03/2015

Processo Nº 08212.001872/2014-15 - LUCILIA SANDRA MATEUS ANTONIO, até 22/04/2015

Processo Nº 08390.001330/2014-91 - ANGELA MARIA MAGAN CARRILLO, até 09/04/2015

Processo Nº 08458.001309/2014-64 - NURDINO CASSIANO MACATA, até 14/04/2015

Processo Nº 08280.011940/2014-41 - ULRICH OUFFOUE KOFFI, até 03/04/2015

Processo Nº 08352.000847/2014-10 - GUILLERMO ANDRES MARIA RUBIO, até 25/03/2015

Processo Nº 08460.005553/2014-57 - JOANA RIBEIRO DA COSTA, até 21/03/2015

Processo Nº 08354.002836/2014-54 - GERSON CONSTANTINO CARDOSO ARAO, até 14/04/2015

Processo Nº 08390.001473/2014-01 - SANDRA MILENA PARRA ARRIETA, até 19/04/2015.

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08286.000732/2013-85 - SARA MICHEL VARELA MEJIA

Processo Nº 08352.000347/2013-05 - RAFAEL IGNACIO QUEZADA REYES

Processo Nº 08389.008910/2013-68 - ROMULO ENRIQUE VALLES SUBERO

Processo Nº 08391.001881/2013-64 - VANESSA PASCOAL AURORA

Processo Nº 08391.001882/2013-17 - MONA PASCOAL AURORA

Processo Nº 08460.004295/2013-19 - MARIA MADALENA ANTONIO CAMBULO

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000323/2014-19 - RICHARD EARL JOHNSON, até 16/10/2015

Processo Nº 08000.000983/2014-08 - RICHARD RENE LEDEZ, até 11/03/2016

Processo Nº 08000.023065/2013-68 - KAUSHLENDRA VIKRAM PATEL, até 08/06/2015

Processo Nº 08000.025235/2013-49 - JOHNNY ALLAN VIEIRA ISAGUIRRE, até 10/01/2016

Processo Nº 08000.026770/2013-17 - EDWARD FRANCIS MC ALLISTER, até 28/04/2016

Processo Nº 08000.028324/2013-47 - REY ARGARIN TALAGUIT, até 16/05/2015

Processo Nº 08000.028386/2013-59 - JEREMY DALE WARRINGTON, até 30/12/2015

Processo Nº 08000.029384/2013-87 - EMIN MENAGI, até 30/12/2015

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 20/01/2016.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.002405/2014-06 - MARIUSZ PIOTR HIRSCH, até 20/01/2016

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 30/01/2016.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.002406/2014-42 - HAAKON OMSLAND, até 30/01/2015

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 31/12/2015.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.001289/2014-08 - JOEBIN PONTILLAS SUCALIT, até 01/02/2015

Determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s):

Processo Nº 08000.023133/2013-99 - NESTOR FLOREZ MORENO

Processo Nº 08000.024756/2013-89 - DOMINGOS JANTAR BONGA

Processo Nº 08000.028703/2013-37 - DAVID JOHN HARDY

Processo Nº 08000.001792/2014-55 - ERIC CONRAD COOPER

Processo Nº 08000.002539/2014-19 - MARCEL ANTINOE PELLEGRIN JR

Processo Nº 08000.018985/2013-64 - MARK JACOBUS DISCO

Processo Nº 08000.019000/2013-18 - RISTO KRUUSMA

Processo Nº 08000.022140/2013-73 - RANDOLF ADLE DURAN

Processo Nº 08444.003277/2013-18 - SANG GUN PARK

Processo Nº 08457.006418/2013-05 - RAKHAL CHANDRA

Processo Nº 08457.006419/2013-41 - RENJIT VISWANATHAN ACHARY

Processo Nº 08354.010206/2013-72 - SALVATORE ROLLO

Processo Nº 08457.006443/2013-81 - PRAPHAT WONGSURI

Processo Nº 08270.012696/2013-71 - HERNAN ALEJANDRO MAKSE

Processo Nº 08270.025889/2012-10 - JUAN FRANCISCO GUERRERO ROJAS

Processo Nº 08461.005550/2013-22 - ROBERT GEORGE HATCH

Processo Nº 08461.005885/2013-41 - MARIUS LUNGU

Processo Nº 08260.003550/2013-54 - CARLOS JAVIER PEREZ MEDINA

Processo Nº 08000.026671/2013-35 - PAWEL MAREK JEDRASZEWSKI

Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos de prorrogação diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo Nº 08000.000417/2014-98 - STEIN DYBSJORD e INDREJIT DYBSJORD

Processo Nº 08000.001254/2014-61 - KYLE KELLY HARRINGTON

Processo Nº 08000.022229/2013-30 - ERIC LAGUBANA MONTEJO

Processo Nº 08000.023280/2013-69 - RUNE ANDREAS STORVIK

Processo Nº 08000.023556/2013-17 - TYLER MONROE WHIDBY

Processo Nº 08000.025419/2013-17 - ALFONSO JR CANEDO ABANGAN

Processo Nº 08000.025420/2013-33 - JONEL MAGBANUA DELA TORRE

Processo Nº 08000.027120/2013-99 - RODRIGO JR. AGABAS SAYDOQUEN

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País,visto temporário item V por falta do cumprimento de exigências junto ao Ministério do Trabalho. Abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.020842/2013-12 - JUAN LUIS GARCIA POUSO

Processo Nº 08000.022509/2013-48 - WENIFREDO JR INOCENCIO PULIDO

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
p/Delegação de Competência

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei DEFIRO o(s) Pedido(s) de Transformação de Visto item V em Permanente abaixo relacionado(s);

Processo Nº 08505.066820/2013-18 - JOANNE DAWN YOUNG

Processo Nº 08460.011322/2014-82 - GABRIEL MAURICIO SANTANA , ADRIAN MAURICIO SANTANA e MARIA D SARRIA

Determino o ARQUIVAMENTO, dos processos diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo Nº 08070.010310/2013-43 - DANIEL MONTES ORTEGA

Processo Nº 08354.002934/2014-91 - FABRIZIO SALVATICO, AGNESE SALVATICO, FILIPPO SALVATICO e RAFFAELLA ALBERIO

Processo Nº 08460.027965/2013-67 - ELIAS RAUL ACOSTA DUARTE, AYRTON JOSE ACOSTA BETANCOURT, BEXSABETH DEL CARMEN BETANCOURT DE ACOSTA e TANIA CHIQUINQUIRA ACOSTA BETANCOURT

Processo Nº 08461.004686/2014-04 - RAMON LUIS LEBRON VELAZQUEZ

Processo Nº 08461.008909/2013-13 - JASON EARL NUGENT

Processo Nº 08505.019494/2014-31 - CARLOS MIGUEL FARIA DA SILVA

Processo Nº 08505.019567/2014-94 - SIFEI QUAN

Processo Nº 08505.031034/2014-81 - ZHANNA KLYUMOVA

Processo Nº 08505.031142/2014-53 - NUNO MIGUEL AGUAS SEQUEIRA DA SILVA

Processo Nº 08505.036454/2014-53 - VICENTE OLMOS FERNANDEZ CORUGEDO

Processo Nº 08505.036476/2014-13 - LINGFENG FAN

Processo Nº 08505.036692/2014-69 - LORENZO MARCIANO OROZCO

Processo Nº 08505.040792/2014-90 - RENNAN ALFONSO MENDOZA MONROY

Processo Nº 08505.082734/2013-52 - UME KULSOOM ALLY

Processo Nº 08505.082845/2013-69 - VITOR JORGE RODRIGUES DOS SANTOS

Processo Nº 08505.139159/2013-77 - CARLA MARIA OLIVEIRA MOURA

Processo Nº 08506.018804/2013-17 - PING HSI HSIEH

LEONARDO SILVA TORRES
p/Delegação de Competência

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União de 10/11/2014, Seção 1, pág. 23,

Onde se lê : Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08286.002509/2013-72 - PETER WEITZENDOERFER

Processo Nº 08460.024675/2013-61 - GIOVANNI SEBASTIANO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TOSI
Processo Nº 08505.083364/2013-71 - PEDRO MIGUEL URRECHAGA CONTRERAS, AMPARO URRECHAGA MONTES, PATRICIA MACARENA LOURDES MONTES NUNEZ, PEDRO MIGUEL URRECHAGA MONTES e ROSARIO URRECHAGA MONTES
Processo Nº 08505.084026/2013-56 - JEREMY STEVE WILLI
Processo Nº 08505.084152/2013-19 - XINLI GUO e ZIOU GUO
Leia-se: Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Transformação de Visto item V em Permanente abaixo relacionado(s);
Processo Nº 08286.002509/2013-72 - PETER WEITZENDOERFER
Processo Nº 08460.024675/2013-61 - GIOVANNI SEBASTIANO
TOSI
Processo Nº 08505.083364/2013-71 - PEDRO MIGUEL URRECHAGA CONTRERAS, AMPARO URRECHAGA MONTES, PATRICIA MACARENA LOURDES MONTES NUNEZ, PEDRO MIGUEL URRECHAGA MONTES e ROSARIO URRECHAGA MONTES
Processo Nº 08505.084026/2013-56 - JEREMY STEVE WILLI
Processo Nº 08505.084152/2013-19 - XINLI GUO e ZIOU GUO
No Diário Oficial da União de 27/10/2014, Seção 1, pág.23,
Onde se lê DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08505.019433/2014-73 - FRANCISCA DOS SANTOS ANJOS SABINO E SILVA, até 19/04/2015.
Leia-se : DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item IV, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08505.019433/2014-73 - FRANCISCA DOS ANJOS SABINO E SILVA, até 19/04/2015.
No Diário Oficial da União de 11/08/2014, Seção 1, Pág. 27,
Onde se lê Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Prorrogação de Estada no País, abaixo relacionados. Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:
Processo Nº 08000.025023/2013-61 - ANIRUDH SINGH e NATASHA SANJAY SHROTRI
Leia-se : Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País Até 18/12/2014.
Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81:
Processo Nº 08000.025023/2013-61 - ANIRUDH SINGH e NATASHA SANJAY SHROTRI Até 18/12/2014
No Diário Oficial da União de 07/11/2014, Seção 1, pág. 23,
Onde se lê Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):
Processo Nº 08505.067792/2013-56 - VIKAS GUPTA, ABHAY GUPTA , DIMPLE JAIN GUPTA e ARJUN GUPTA
Leia-se : Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente
Processo Nº 08505.067792/2013-56 - VIKAS GUPTA, ABHAY GUPTA , DIMPLE JAIN GUPTA e ARJUN GUPTA

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 455, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre localização de Agência da Previdência Social.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;
Portaria MPS nº 16, de 20 de janeiro de 2009;
Portaria MPS nº 547, de 9 de setembro de 2011; e
Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, e considerando o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento da Previdência Social, bem como a necessidade de sua adequação, resolve:

Art. 1º Fica localizada a Agência da Previdência Social Marechal Deodoro - APSMAD, tipo D, código 02.001.37.0, vinculada à Gerência-Executiva Maceió, Estado de Alagoas.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução altera o Anexo III da Resolução nº 173/INSS/PRES, de 19 de janeiro de 2012, e entra em vigor na data de sua publicação.

LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA SALES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

PORTARIA Nº 595, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-SUPERINTENDENTE da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º - Instituir o 6º PRÊMIO PREVIC - ABRAPP DE MONOGRAFIAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADA, com a finalidade de estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos na área de previdência complementar.

Art. 2º - Abrir o período de inscrição de trabalhos técnicos, nos termos e condições estabelecidos no Edital publicado nesta data na seção 3 do D.O.U.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO Nº 13, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos, e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão realizada em 7 de novembro de 2014, com fundamento no art. 202, §1º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, no art. 3º, inciso IV, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, incisos III e X, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e nos artigos 2º, inciso X, e 11, incisos VIII, IX e XXI, do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010 e Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, decidiu:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A divulgação das informações de interesse dos participantes e assistidos pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) deverá ser realizada por meio de canal de comunicação de fácil acesso aos participantes e assistidos, preferencialmente em sítio eletrônico da entidade, utilizando-se de linguagem clara e acessível.

§1º No caso de inexistência do canal de comunicação no sítio eletrônico da EFPC, previsto no caput, admite-se a comunicação através de método usualmente empregado pela EFPC na comunicação com os participantes e assistidos.

§2º Ficam as EFPC dispensadas de encaminhar, por meio impresso, as comunicações normatizadas por esta instrução, exceto quando expressamente solicitado pelos interessados.

CAPÍTULO II
DO RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

Art. 2º A EFPC deverá elaborar o Relatório Anual de Informações (RAI) até o dia 30 de abril do ano subsequente ao ano a que se referirem, devendo encaminhá-lo ao interessado caso solicitado.

§1º O RAI deverá conter informações que permitam a análise clara e precisa da situação patrimonial do plano, da política e dos resultados dos investimentos, das despesas administrativas e com investimentos e da situação atuarial do plano de benefícios, nos termos do art. 3° da Resolução CGPC n° 23, de 6 de junho de 2006, incluindo-se:

I - demonstrações contábeis consolidadas, por plano de benefícios, os pareceres e as manifestações exigidas, referentes ao exercício social, conforme discriminado no item 17 do anexo C da Resolução CNPC n° 8, de 31 de outubro de 2011;

II - informações referentes à política de investimentos, em vigor no período a que se refere o relatório, conforme discriminado no art. 16 da Resolução CMN n° 3.792, de 24 de setembro de 2009;

III - relatório resumo das informações sobre o demonstrativo de investimentos, conforme discriminado no item 14 do anexo à Resolução CGPC n° 18, de 28 de março de 2006;

IV - parecer atuarial do plano de benefícios, com conteúdo previsto em normas específicas, incluindo as hipóteses atuariais e respectivos fundamentos, bem como informações circunstanciadas sobre a situação atuarial do plano de benefícios, dispondo, quando for o caso, sobre superávit e déficit do plano, assim como sobre suas causas e equacionamento;

V - informações segregadas sobre as despesas do plano de benefícios, incluindo gastos referentes à gestão de carteiras, custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais e outras despesas relevantes;

VI - informações relativas às alterações de Estatuto e Regulamento ocorridas no ano a que se refere o relatório; e

VII - outros documentos previstos em atos da Previc.

CAPÍTULO III
DO RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

Art. 3º Deverá ser disponibilizado, preferencialmente por meio eletrônico, o Resumo do Relatório Anual de Informações aos participantes e assistidos até o dia 30 de abril do ano subsequente ao qual se referir, o qual deverá conter informações relevantes que permitam a análise clara e precisa dos resultados do plano frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial do plano, o número de participantes, a rentabilidade no exercício, especificando-se os perfis de investimento, quando existentes, e fatos relevantes.

Parágrafo único. Sem prejuízo da divulgação das informações normatizadas nesta Instrução, a EFPC deverá manter disponíveis, aos participantes e assistidos, por meio eletrônico, no mínimo os 5 (cinco) últimos resumos dos relatórios anuais, a partir do exercício de 2015, permanecendo dispensados os exercícios anteriores.

CAPÍTULO IV
DAS DEMAIS PRESTAÇÕES DE INFORMAÇÕES AOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Art. 4º A EPFC deverá informar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da formalização da solicitação, a situação individual do participante ou assistido perante o plano de benefícios, bem como outras informações de seu interesse.

§1º O disposto no caput não exime a EFPC de prestar informações previstas em leis, atos normativos, estatutos da EFPC e regulamentos de planos de benefícios, ou determinadas pela Previc.

§2º Na hipótese de alteração do estatuto ou de regulamento de plano de benefícios, a entidade deverá comunicar o inteiro teor da proposta de alteração aos participantes e assistidos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da remessa do requerimento de alteração à Superintendência Nacional de Previdência Complementar, e deverá divulgar texto consolidado, evidenciando todas as alterações realizadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da aprovação.

Art. 5º A EFPC deverá manter no canal de comunicação a que se refere o art. 1º desta Instrução:

I - estatuto da EFPC e regulamento(s) do(s) plano(s) de benefícios;

II - material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características do plano;

III - relatório discriminando as assembleias gerais, realizadas no decorrer do exercício, das companhias nas quais detenham participação relevante no capital social e naquelas que representam parcela significativa na composição total de seus recursos, a critério do conselho deliberativo, em especial quanto às deliberações que envolvam operações com partes relacionadas ou que possam beneficiar, de modo particular, algum acionista da companhia, direta ou indiretamente, explicitando o nome do representante da entidade e o teor do voto proferido, ou as razões de abstenção ou ausência; e

IV - atalho para a página eletrônica da Previc, em formato padronizado disponibilizado pela autarquia.

CAPÍTULO V
DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

Art. 6º A EFPC que oferecer a possibilidade de optar por distintos perfis de investimento no plano de benefícios ao qual o participante ou assistido estiver vinculado deverá:

I - manter no canal de comunicação previsto no art. 1º, em linguagem simples e clara aos participantes e assistidos, a relação descritiva dos perfis de investimento, incluindo informações acerca dos riscos inerentes a cada um dos perfis oferecidos, ressaltando-se que resultados passados não garantem rentabilidade futura; e

II - incluir no relatório previsto no art. 2º, no mínimo, a rentabilidade de cada perfil de investimento, com avaliação pelos respectivos gestores.

CAPÍTULO VI
DOS SIMULADORES DE BENEFÍCIOS

Art. 7º A EFPC poderá disponibilizar simulador com projeções dos valores dos benefícios previstos em seus planos de benefícios, por mídia interativa, desde que seja permanentemente adequados às respectivas hipóteses atuariais.

§1º O simulador não poderá gerar expectativas irreais por parte dos participantes, devendo, no mínimo, constar expressamente que a simulação não representa promessa de rentabilidade ou garantia de nível de benefícios.

§2º Caso o usuário do simulador adote uma taxa de juros que exceda os limites legais, se existentes, deverá ser alertado para o risco adicional assumido na simulação.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo máximo de 1 (um) ano para as EFPC adaptarem-se às regras da presente Instrução, a contar da data de sua entrada em vigor.

Art. 9º Fica revogada a Instrução MPS/PREVIC/DC nº 5, de 1º de novembro de 2013.

CARLOS DE PAULA
Diretor Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

INSTRUÇÃO Nº 14, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para fins do pedido de autorização de retirada de patrocínio regulada pela Resolução CNPC n° 11, de 13 de maio de 2013, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 31 de maio de 2001, o inciso III do art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, o inciso III do art. 2º do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e o art. 26 da Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º As Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC devem observar o disposto na presente Instrução para o pedido de autorização de retirada de patrocínio.

Art. 2º A EFPC deverá oficiar a Previc do início do processo, conforme disposto no inciso IV do art. 7º da Resolução CNPC n° 11, de 2013, bem como apresentar, se for o caso, a solicitação de dispensa da avaliação atuarial.

Parágrafo único. A informação acerca das fases do processo para ciência da Previc dar-se-á quando da data de protocolo e por ocasião do encaminhamento da documentação referente à finalização da retirada de patrocínio prevista no art. 4º.

Art. 3º Para fins de protocolo do processo de retirada de patrocínio em que existam participantes ou assistidos ou patrimônio vinculados ao patrocinador que se retira, relativamente a determinado plano de benefícios, a EFPC deverá encaminhar à Previc a seguinte documentação:

I - No caso de iniciativa do patrocinador, notificação deste à EFPC, na pessoa de seu representante legal, apresentando a correspondente exposição de motivos, indicando inclusive as cláusulas sobre retirada de patrocínio constantes do convênio de adesão, do estatuto e do regulamento do plano de benefícios, quando houver;

II - No caso de iniciativa da EFPC, pedido de rescisão do convênio de adesão, acompanhado da motivação, indicando inclusive as cláusulas sobre retirada de patrocínio constantes do convênio de adesão, do estatuto e do regulamento do plano de benefícios, quando houver, e da documentação comprobatória do descumprimento, pelo patrocinador, das obrigações previstas no convênio de adesão em relação ao plano de benefícios;

III - Comprovação da ciência da decisão do patrocinador ou da EFPC aos órgãos estatutários da EFPC;

IV - Comprovação da comunicação da decisão de retirada de patrocínio aos participantes e assistidos vinculados ao patrocinador que tenha solicitado a retirada de patrocínio;

V - Comprovação da ciência aos demais patrocinadores do plano de benefícios objeto da retirada de patrocínio, no caso de retirada parcial;

VI - Última nota técnica atuarial;

VII - Balanço Patrimonial do plano de benefícios, posicionado na data-base, segregando o patrocinador que se retira dos demais, quando houver, assinado pelo representante legal da EFPC e pelo contador desta;

VIII - Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC em que tenha havido a deliberação sobre o processo de retirada de patrocínio, contendo a aprovação de toda a documentação pertinente;

IX - Termo de retirada de patrocínio assinado pelas partes, devendo conter no mínimo:

a) Identificação e qualificação das partes e representantes legais, acompanhada de documentos comprobatórios;

b) Data da adesão do patrocinador ao plano de benefícios e data-base;

c) Modalidade do plano de benefícios e responsáveis pelo custeio;

d) Montante estimado da reserva matemática segregada por assistidos, participantes elegíveis e não elegíveis na data-base;

e) Critérios e procedimentos relativos ao tratamento e segregação do patrimônio de cobertura, dos fundos previdenciais e do fundo administrativo referentes ao patrocinador que se retira em relação aos demais patrocinadores do plano de benefícios, quando houver, posicionada na data-base;

f) Tratamento a ser dado aos valores provisionados a título de exigível operacional e contingencial, relacionados com o patrocinador que se retira;

g) Obrigações da EFPC e do patrocinador, especialmente relacionadas com:

1. demandas judiciais ou extrajudiciais ou fatos relativos ao período de patrocínio; e

2. comunicação aos participantes e assistidos, após a data de autorização e antes da data efetiva, sobre eventuais valores retidos na EFPC para lastrear contingências de natureza judicial ou extrajudicial.

h) Prazo após a autorização da retirada de patrocínio para efetuar os pagamentos e as transferências dos respectivos recursos devidos;

i) Opções a serem dadas aos participantes e assistidos em relação ao montante dos recursos que lhes couber e respectivos prazos de cumprimento;

j) Rescisão do convênio de adesão ao plano de benefícios; e

k) Foro para dirimir todo e qualquer questionamento oriundo do termo de retirada de patrocínio.

X - Estudo da situação econômico-financeira e atuarial do plano de benefícios, que deverá contemplar:

a) Precificação de ativos a valores de mercado apurada na data-base, acompanhada de informações sobre métodos e critérios utilizados para o processo de retirada de patrocínio;

b) Avaliação atuarial realizada na data-base por atuário legalmente habilitado; e

c) Testes de aderência previstos no inciso I do §1º do art. 8º da Resolução CNPC nº 11, de 2013.

XI - Manifestação sobre o atendimento ao disposto no § 2º do art. 16 da Resolução CNPC nº 11, de 2013, acompanhada das respectivas propostas de transferência de recursos em negociação coletiva;

XII - Relatório informando a existência de contratos de dívida de patrocinadores e outros compromissos por eles assumidos, e condições para seu cumprimento;

XIII - Relatório pormenorizado das demandas judiciais e extrajudiciais em que a EFPC figure como parte, com potencial impacto no plano objeto de retirada, acompanhado de avaliação técnica sobre a possibilidade de êxito e de informações sobre os respectivos provisionamentos;

XIV - Relação nominal dos participantes e assistidos vinculados ao patrocinador que se retira, contendo, no mínimo, os seguintes dados individualizados, posicionados na data-base:

a) Participantes:

1. Nome, data de nascimento, sexo, CPF, RG e código identificador na EFPC;

2. Tempo de vinculação ao plano de benefícios, destacando, se for o caso, o reconhecimento do serviço passado;

3. Valor do resgate;

4. Valor correspondente à reserva matemática individual;

5. Percentual a ser considerado no rateio de eventual excedente ou insuficiência patrimonial, apurado na data-base;

6. Valor correspondente à reserva matemática individual final; e

7. Totalização de valores.

b) Assistidos:

1. Nome, data de nascimento, sexo, CPF, RG e código identificador na EFPC;

2. Modalidade de benefício;

3. Valor do benefício bruto na data-base;

4. Valor do benefício, descontado o valor presente das contribuições do assistido e do custeio administrativo, quando aplicáveis;

5. Valor da reserva matemática individual, apurada na data-base;

6. Valor da reserva matemática individual referente ao valor apurado em decorrência do disposto no §5º do art. 8º da Resolução CNPC n° 11, de maio de 2013, para os casos aos quais se aplique;

7. Percentual a ser considerado no rateio de eventual excedente ou insuficiência patrimonial apurado na data-base;

8. Valor correspondente à reserva matemática individual final; e

9. Totalização de valores.

c) Ex-participantes com recursos no plano de benefícios:

1. Nome, data de nascimento, sexo, CPF, RG e código identificador na EFPC;

2. Data do desligamento;

3. Motivo do desligamento, se possível;

4. Valor dos recursos; e

5. Totalização de valores.

d) Quadro resumo contendo quantidade e valores totais das reservas matemáticas individuais e das reservas matemáticas individuais finais, por categoria de participantes e assistidos.

Art. 4º Para finalização do processo de retirada de patrocínio de que trata o art. 3º, a EFPC deverá encaminhar à Previc, no prazo de noventa dias a contar da data-efetiva:

I - a documentação prevista nos incisos VII e X do art. 3º, posicionada na data do cálculo;

II - Total de participantes e assistidos que tenham optado por recebimento em parcela única, por transferência individual ou coletiva para outra EFPC, EAPC ou seguradora autorizada a operar planos de previdência complementar, ou por adesão a plano instituído por opção, bem como sobre os respectivos valores;

III - Demonstração, caso haja, da diferença a menor entre o valor de avaliação e o da realização de ativos após a precificação a valores de mercado, bem como a comprovação do aporte realizado pelo patrocinador;

IV - Na hipótese de retirada parcial de patrocínio, em que outras patrocinadoras permaneçam no plano de benefícios:

a) Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC em que tenha havido deliberação sobre a confirmação da data da saída efetiva do patrocinador do plano de benefícios e o cumprimento do previsto no termo de retirada de patrocínio; e

b) Balanço Patrimonial do plano de benefícios, em que deverá estar evidenciada a saída do patrocinador, assinado pelo representante legal da EFPC e pelo contador desta.

V - Na hipótese de retirada total de patrocínio em que o plano de benefícios será encerrado e a EFPC mantida em funcionamento, por administração de outros planos:

a) Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC em que tenha havido deliberação sobre a confirmação da data da saída efetiva do patrocinador do plano de benefícios e o cumprimento do previsto no termo de retirada de patrocínio e a aprovação do encerramento do plano de benefícios;

b) Balanço patrimonial do plano de benefícios, demonstrando não haver ativo nem passivo nas demonstrações contábeis;

c) Desvinculação e exclusão de fundos de investimento no sistema SICADI; e

d) Declaração acerca de pendências relativas a tributos, questões envolvendo participantes, patrocinadores, órgãos de controle e a EFPC, relacionadas com o plano de benefícios, nos âmbitos administrativo e judicial.

VI - Na hipótese de retirada total de patrocínio em que o plano de benefícios e a EFPC serão encerrados:

a) Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC em que tenha havido deliberação sobre a confirmação da data da saída efetiva do patrocinador do plano de benefícios e o cumprimento do previsto no termo de retirada de patrocínio e a aprovação do encerramento do plano de benefícios e da EFPC;

b) Balanço patrimonial consolidado da EFPC, demonstrando não haver ativo nem passivo nas demonstrações contábeis;

c) Desvinculação e exclusão de fundos de investimento no sistema SICADI; e

d) Declaração acerca de pendências relativas a tributos, questões envolvendo participantes, patrocinadores, órgãos de controle e a EFPC, nos âmbitos administrativo e judicial.

Art. 5º Para fins de protocolo do processo de retirada de patrocínio vazia, entendida como aquela em que não existam participantes, assistidos e patrimônio no plano de benefícios, vinculados ao patrocinador que se retira, a EFPC deverá encaminhar à Previc a seguinte documentação:

I - Expediente explicativo assinado pelo representante legal da EFPC, devendo conter a motivação para a retirada e pedido de encerramento do plano de benefícios e da EFPC, quando for o caso;

II - Termo simplificado de retirada de patrocínio assinado pelas partes, quando aplicável, devendo conter no mínimo:

a) Identificação e qualificação das partes e representantes legais, acompanhada de documentos comprobatórios;

b) Data da adesão do patrocinador ao plano de benefícios;

c) Registro da inexistência de participantes, assistidos e patrimônio no plano de benefícios, vinculados ao patrocinador que se retira;

d) Registro da inexistência de contratos de dívida do patrocinador que se retira e outros compromissos por eles assumidos; e

e) Rescisão do convênio de adesão ao plano de benefícios.

III - Declaração do administrador responsável pelo plano de benefícios, com manifestação acerca da inexistência de provisões matemáticas, reservas e fundos relacionados ao patrocinador que se retira;

IV - Na hipótese de retirada total de patrocínio em que o plano de benefícios será encerrado ou em que o plano de benefícios e a EFPC serão encerrados, a seguinte documentação:

a) Ata de reunião do órgão estatutário competente da EFPC em que tenha havido deliberação sobre a retirada vazia e a aprovação do encerramento do plano de benefícios e da EFPC, quando for o caso;

b) Balanço patrimonial do plano de benefícios ou o consolidado da EFPC, quando for o caso, demonstrando não haver ativo nem passivo nas demonstrações contábeis;

c) Desvinculação e exclusão de fundos de investimento no sistema SICADI; e

d) Declaração acerca de pendências relativas a tributos, questões envolvendo participantes, patrocinadores, órgãos de controle e a EFPC, nos âmbitos administrativo e judicial.

§ 1º. A data efetiva da retirada de patrocínio vazia coincidirá com a data de autorização.

§ 2º. No caso de retirada parcial de patrocínio, a EFPC deverá comunicar a autorização da retirada de patrocínio vazia aos demais patrocinadores do plano de benefícios no prazo de trinta dias contados da data de autorização.

§ 3º Caso existam contingências, contabilizadas ou não, relacionadas ao patrocinador que se retira, ainda que seja decorrente de solidariedade com os demais patrocinadores, deverá ser observada a documentação prevista no art. 3º.

Art. 6º Caso a EFPC concorde com a criação de plano de benefícios instituído por opção, fundamentado em estudo de viabilidade técnica, deverá encaminhar à Previc a documentação prevista no inciso V do § 1º do art. 5º da Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, na data do protocolo do processo de retirada de patrocínio, como parte integrante deste.

Art. 7º A autorização prévia da Previc em relação à opção de transferência de recursos de participantes e assistidos para outro plano de benefícios de caráter previdenciário dar-se-á, somente, nos casos de negociação conjunta apresentada pela EFPC e ocorrerá na data de autorização do processo de retirada de patrocínio.

Art. 8º O termo de retirada de que trata o inciso IX do art. 3º e o inciso III do art. 5º deverá conter a anuência dos patrocinadores solidários ao patrocinador que se retira.

Art. 9º A Previc poderá solicitar outros documentos ou informações julgados necessários à análise do processo de retirada de patrocínio.

Art. 10. A Diretoria de Análise Técnica - Ditec informará às demais Diretorias da Previc a existência de pedido de autorização de retirada de patrocínio, oportunidade em que solicitará informações acerca de procedimentos administrativos naquelas Diretorias que envolvam a EFPC e o plano de benefícios objeto da retirada de patrocínio.

Parágrafo único. Havendo procedimento de fiscalização em curso, cujo objeto seja o plano de benefícios relacionado com a retirada de patrocínio, o processo de retirada poderá ser suspenso, aguardando-se a conclusão do processo de fiscalização.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 11. Nos casos dos incisos V e VI do art. 4º desta instrução, na existência de eventuais recursos pendentes de destinação no plano de benefícios ou na EFPC, esta deverá providenciar o ajuizamento de ação de consignação em pagamento (art. 890 do Código de Processo Civil) ou outra medida judicial ou administrativa que possibilite a extinção completa das obrigações, com a devida identificação dos destinatários.

Art. 12. Aplica-se o disposto nesta Instrução à retirada de instituidor, observadas a legislação aplicável e as peculiaridades dos respectivos planos de benefícios.

Art. 13. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Fica revogada a Instrução Previc nº 03, de 4 de julho de 2013.

CARLOS DE PAULA
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO Nº 15, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, em sessão realizada em 27 de outubro de 2014, com fundamento nos arts. 22 e 23 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, no art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, nos arts. 11, inciso VIII, e 25, inciso I, do Anexo I do Decreto n° 7.075, de 26 de janeiro de 2010 e no art. 3º da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, decidiu:

Art. 1º Alterar o art. 3º e o art. 4º da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"....."

Art. 3º As demonstrações contábeis anuais, na forma estabelecida pela Resolução CNPC nº 08, de 2011, e os balancetes mensais obrigatórios devem ser enviados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC por meio do sistema de captação de dados disponível na página eletrônica do Ministério da Previdência Social." (NR)

"Art. 4º Os prazos para envio das demonstrações contábeis e dos balancetes à PREVIC são os seguintes:

....."

II - Até o último dia do mês subsequente ao mês de referência:

a) Balancete do Plano de Benefícios;

b) Balancete do Plano de Gestão Administrativa; e

c) Balancete Consolidado.

Parágrafo único. A justificativa de eventual substituição das demonstrações contábeis e dos balancetes deve permanecer na EFPC, à disposição do Conselho Fiscal e da PREVIC." (NR)

Art. 2º Alterar o caput e o parágrafo 1º do artigo 11, da Instrução Previc n.º 02, de 18 de maio de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. A EFPC deve preencher e enviar, mensalmente, por meio do SICADI, os demonstrativos de investimentos dos planos que administram, inclusive do Plano de Gestão Administrativa.

§ 1º O demonstrativo de investimentos, com a posição do último dia de cada mês, deve ser preenchido e enviado até o 15º (décimo quinto) dia subsequente ao prazo final de encaminhamento do balancete contábil." (NR)

Art. 3º Excluir o parágrafo 3º do art. 11º da Instrução Previc n.º 02, de 18 de maio de 2010.

Art. 4º Alterar a letra (b) do item 18 do Anexo A - Normas Complementares, da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"....."

b) os prêmios pagos ou recebidos em operações com opções devem ser contabilizados na data da operação, na respectiva conta de ativo ou passivo; as variações do valor justo do derivativo devem ser registradas em "Rendas/Variações Positivas", ou em "Deduções/Variações Negativas." (NR)

Art. 5º Alterar a letra (h) do item 19 do Anexo A - Normas Complementares, da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"....."

h) as avaliações imobiliárias devem ser realizadas, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos, a cada três anos." (NR)

Art. 6º Alterar a letra (a) do item 22 do Anexo A - Normas Complementares, da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"....."

a) os planos de benefícios que optem pela realização da reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em conta redutora analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida "Deduções/Variações Negativas"; em caso de reavaliação anual dos investimentos imobiliários fica dispensado o registro da depreciação." (NR)

Art. 7º Incluir a letra (o) no item 30 do Anexo A - Normas Complementares, da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro 2009:

"....."

o) premissas utilizadas para avaliação dos ativos sem cotação no mercado ativo, constantes do laudo de avaliação econômica, bem como as justificativas para a escolha do preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada para a entidade; a exigência é aplicável inclusive para ativos em fundos de investimentos exclusivos."

Art. 8º Alterar o item 3 do Anexo B - Função e Funcionamento das Contas da Instrução MPS/SPC n.º 34, de 24 de setembro 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"....."

2.1.2.2.00.00.00 - Gestão Administrativa / Retenções a Recolher

Função: Registrar as retenções incidentes sobre salários, fornecedores, terceiros e outras, ainda não repassadas, tais como retenções na fonte relativas à IRRF, INSS e PIS/COFINS.

Funcionamento:

Creditada: Pelo compromisso assumido.

Debitada: Pelo pagamento." (NR)

"....."

2.1.2.4.00.00.00 - Gestão Administrativa / Tributos a Recolher

Função: Registrar tributos diretos a serem recolhidos pela EFPC, relativos à Gestão Administrativa, tais como TAFIC, IPTU, IPVA e PIS/COFINS do plano de benefícios.

Funcionamento:

Creditada: Pelo valor do tributo a pagar.

Debitada: Pelo pagamento." (NR)

Art. 9º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

CARLOS DE PAULA
Diretor Superintendente

INSTRUÇÃO Nº 16, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Disciplina os procedimentos de análise e define prazos para atendimento de requerimentos no âmbito da Diretoria de Análise Técnica - DITEC da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PREVIC, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5° da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, tendo em vista o disposto no inciso IV do artigo 2°, no inciso VIII do artigo 11 e no artigo 23 do Anexo I ao Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e os artigos 11-A e 12 da Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, decide:

CAPÍTULO I

DOS REQUERIMENTOS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 1º As análises submetidas à DITEC observarão as orientações, os procedimentos e os prazos estabelecidos nesta Instrução.

Art. 2º Os requerimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC encaminhados para análise da DITEC são aqueles destinados à prévia autorização das operações mencionadas nos artigos 13, 25 e 33 da Lei Complementar nº 109, de 2001, classificados para análise eletrônica ou para análise não eletrônica.

Seção II

Dos Requerimentos para Análise Eletrônica

Art. 3º Análise eletrônica é o procedimento de exame de requerimentos processado pelo sistema de Cadastro de Entidades e Planos - CADPREVIC com o subsídio do sistema de Cadastro Nacional de Dirigentes - CAND, que se destinem à:

I - aplicação de regulamentos de planos de benefícios e suas alterações, inclusive decorrentes de alteração na forma de recebimento de benefícios;

II - aprovação de convênios e termos de adesão, e suas alterações; e

III - aprovação de alteração de estatuto.

Seção III

Dos Requerimentos para Análise Não Eletrônica

Art. 4º Análise não eletrônica é o procedimento de exame de requerimentos que não ocorre pelo sistema CADPREVIC, que tenham por objeto:

I - a constituição de EFPC;

II - o saldamento de planos, bem como as operações de fusão, cisão e incorporação de planos e EFPC;

III - a cisão de planos, com a transferência voluntária de participantes e assistidos de um plano para outro plano na mesma EFPC, em decorrência de migração;

IV - a transferência de gerenciamento de plano de benefícios entre EFPC;

V - a transferência de grupo de participantes e assistidos, reservas e fundos entre EFPC;

VI - o encerramento de plano e de EFPC;

VII - o cancelamento de plano e de EFPC, ou seja, cancelamento do ato que aprovou a aplicação do regulamento do plano de benefícios ou a constituição da EFPC, antes de seu efetivo funcionamento;

VIII - a retirada de patrocinador ou instituidor;

IX - a destinação de reserva especial em requerimentos que envolvam reversão de valores; e

X - a certificação de modelo de regulamento de plano de benefícios.

Seção IV

Da Instrução dos Requerimentos

Art. 5º Todos os requerimentos deverão ser instruídos com formulário de encaminhamento padrão determinado na Instrução SPC nº 13, de 11 de maio de 2006 e documentação específica por tipo de solicitação, conforme Anexo II.

Parágrafo único. Caso o requerimento seja instruído em desacordo com o disposto no caput, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para correção, sob pena de arquivamento.

Art. 6º Fica vedado o envio de documentação em meio físico relativo a requerimento submetido à análise eletrônica.

Art. 7º Quando do envio de requerimentos a EFPC deverá preencher ou atualizar os campos do CADPREVIC relacionados com a proposta, cujos dados somente serão considerados definitivos quando aprovados.

Art. 8º A EFPC deverá proceder a atualização prévia do CAND.

Art. 9º Nos casos de reorganização societária ou de alteração de razão social de patrocinador ou de instituidor, deverá ser formalizado o respectivo termo aditivo ao convênio ou ao termo de adesão, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da finalização da operação.

Seção V

Do Termo de Responsabilidade

Art. 10. A EFPC deverá enviar por via postal com Aviso de Recebimento ou por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da posse do novo dirigente ou ato similar, o "Termo de Responsabilidade" constante do Anexo desta Instrução devidamente assinado por um dos membros de sua diretoria executiva, assegurando a autenticidade de toda e qualquer documentação a ser enviada por meio eletrônico.

§ 1º A EFPC deverá encaminhar novo Termo de Responsabilidade, no prazo estabelecido no caput, por ocasião da mudança do dirigente anteriormente designado.

§ 2º A documentação original que compõe o dossiê digitalizado ficará sob a guarda da EFPC, estando o dirigente designado sujeito às penas da lei em caso de extravio ou quaisquer danos.

CAPÍTULO II

DA ANÁLISE ELETRÔNICA

Art. 11. Caso não se verifique na análise eletrônica quaisquer exigências de ordem material, documental ou cadastral, o texto consolidado será aprovado, autenticado e disponibilizado no CADPREVIC, sendo dispensado o procedimento previsto no art. 12 e mantendo-se os prazos do art. 13.

Art. 12. Restando exigências a serem cumpridas serão adotados, alternativamente, os seguintes procedimentos:

I - exigências somente de ordem documental ou cadastral, o texto consolidado "apto à aprovação" será autenticado pela DITEC e encaminhado à EFPC, via CADPREVIC; ou

II - exigências de ordem material e outras, a EFPC será comunicada via CADPREVIC.

§ 1º A situação "apto à aprovação" no procedimento de análise eletrônica não implica aprovação automática do requerimento encaminhado.

§ 2º A análise eletrônica do requerimento enviado em resposta aos incisos I e II dar-se-á mediante envio pela EFPC de dossiê digitalizado, via CADPREVIC, contendo toda a documentação prevista na forma do art. 5º, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis previsto no artigo 16, observada, quando for o caso, a prorrogação, sob pena de cancelamento do requerimento.

§ 3º Na hipótese do inciso I o texto consolidado considerado "apto à aprovação" e autenticado deverá compor o dossiê para análise eletrônica, que será analisado nos prazos previstos no art. 14.

CAPÍTULO III

DOS PRAZOS

Seção I

Dos Prazos para Análise Eletrônica

Art. 13. A análise eletrônica dos requerimentos submetidos à apreciação da DITEC deverá ser concluída nos seguintes prazos:

I - 15 (quinze) dias úteis para aprovação de convênio ou termo de adesão;

II - 20 (vinte) dias úteis:

a) aplicação de regulamento de plano de benefícios; e

b) alteração de convênio ou de termo de adesão.

III - 30 (trinta) dias úteis para alteração de estatuto das EFPC e de regulamentos dos planos de benefícios, inclusive decorrentes de alteração na forma de recebimento de benefícios, ressalvado o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 15;

Art. 14. A análise eletrônica dos requerimentos submetidos à apreciação da DITEC posterior ao apto à aprovação, deverá ser concluída nos seguintes prazos:

I - 07 (sete) dias úteis para aplicação de regulamento de plano de benefícios com base em modelo certificado;

II - 10 (dez) dias úteis:

a) convênio ou termo de adesão;

b) aplicação de regulamento de plano de benefícios;

c) alteração de convênio ou termo de adesão;

d) alteração de estatuto; e

e) alteração de regulamento de plano de benefícios, inclusive decorrentes de alteração na forma de recebimento de benefícios.

Parágrafo único. O reingresso de requerimento decorrente de cumprimento de exigência cadastral e documental, será analisado nos mesmos prazos previstos nos incisos de I a II deste artigo.

Seção II

Dos Prazos para Análise Não Eletrônica

Art. 15. A análise dos requerimentos submetidos à análise não eletrônica deverá ser concluída nos seguintes prazos:

I - 15 (quinze) dias úteis:

a) constituição de EFPC acompanhada apenas do estatuto; e

b) cancelamento de plano e de EFPC.

II - 25 (vinte e cinco) dias úteis:

a) transferência de gerenciamento de planos de benefícios entre EFPC; e

b) certificação de modelo de regulamento de plano de benefícios.

III - 35 (trinta e cinco) dias úteis:

a) constituição de EFPC acompanhada de estatuto, de aplicação de regulamento de plano de benefícios e de convênio ou termo de adesão;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) saldamento de planos, fusão, cisão e incorporação de planos e EFPC;

c) transferência de grupo de participantes e assistidos, reservas e fundos, entre EFPC;

d) cisão, com a transferência voluntária de participantes de um plano para outro na mesma EFPC (migração); e

e) encerramento de plano e de EFPC.

IV - 60 (sessenta) dias úteis:

a) retirada de patrocinador ou instituidor; e

b) destinação de reserva especial em requerimentos que envolvam reversão de valores.

Seção III

Dos Prazos das EFPC

Art. 16. A EFPC deverá cumprir as exigências e/ou orientações da DITEC quanto aos requerimentos submetidos à análise no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar da sua intimação, devendo mencionar o respectivo número de protocolo.

§ 1º O prazo fixado poderá ser prorrogado, a contar do fim do prazo concedido, por meio de solicitação devidamente fundamentada, realizada via CADPREVIC, no caso de requerimentos sujeitos à análise eletrônica, e em meio físico nos demais requerimentos, a ser apresentada até o fim do prazo de manifestação da EFPC, que será analisada pela DITEC no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 2º Transcorrido o prazo de resposta sem a devida manifestação, o requerimento será analisado com base na documentação existente nos autos, podendo resultar em arquivamento, conforme o caso.

Seção IV

Da Contagem dos Prazos

Art. 17. Os prazos começam a correr a partir da data de registro do requerimento no protocolo geral da PREVIC, excluindo-se da contagem o dia do registro e incluindo-se o do vencimento.

Seção V

Da Prorrogação dos Prazos de Análise

Art. 18. A prorrogação de quaisquer dos prazos previstos nos arts. 13, 14 e 15, devidamente justificada, deverá ser objeto de autorização expressa do Coordenador-Geral da área responsável pela análise do requerimento, que assinalará prazo determinado em dias úteis para a conclusão da análise, com respectiva comunicação à EFPC.

Seção VI

Da Suspensão do Requerimento

Art. 19. A análise dos requerimentos poderá ser suspensa pela DITEC nas hipóteses a seguir:

I - existência de auto de infração impeditivo de apreciação do requerimento da EFPC, respeitada a fluência dos prazos administrativos de prescrição e decadência;

II - processo administrativo ou demanda impeditivos de apreciação do requerimento da EFPC;

III - processo judicial com decisão vigente que impeça a apreciação do requerimento pela DITEC, sob pena de afronta à decisão judicial;

IV - caso fortuito ou força maior que ocasione a impossibilidade de apreciação do requerimento da EFPC; e

V - por solicitação da EFPC, devidamente motivada.

§ 1º A suspensão do processo administrativo decorrente de decisão judicial deverá ser comunicada à Procuradoria Federal junto à Previc, a fim de que sejam analisados os parâmetros e alcance do comando judicial impeditivo da apreciação do requerimento por parte da Ditec.

§ 2º Considera-se caso fortuito ou força maior a ocorrência de acontecimentos externos cujos efeitos sejam inevitáveis e suficientes a impedir a apreciação do requerimento por parte da DITEC, nos termos do art. 393 do Código Civil.

§ 3º A suspensão, devidamente motivada, nos termos dos incisos I a V deste artigo, será submetida à aprovação do Diretor de Análise Técnica.

CAPÍTULO IV

DA INTIMAÇÃO

Art. 20. A intimação à EFPC em relação aos requerimentos submetidos à análise eletrônica e não eletrônica dar-se-á, por meio de seu endereço eletrônico registrado no CADPREVIC, na data do envio da mensagem eletrônica (e-mail).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. A EFPC poderá requerer o cancelamento de requerimento mediante solicitação em meio físico ou via sistema CADPREVIC, conforme o caso, protocolada na PREVIC e assinada por seu representante legal ou procurador, que será analisada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 22. A DITEC poderá solicitar outros documentos além dos previstos nesta Instrução, para subsidiar a análise dos requerimentos.

Art. 23. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor de Análise Técnica.

Art. 24. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Fica revogada a Instrução Previc nº 04, de 26 de agosto de 2011.

CARLOS DE PAULA
Diretor Superintendente

ANEXO I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, _____; CPF nº _____; RG nº _____, órgão emissor: _____, dirigente da Entidade Fechada de Previdência Complementar _____, nos termos do (a) _____, declaro que toda e qualquer documentação digitalizada e enviada para compor o dossiê digitalizado de que trata Instrução Previc n° [preencher com o número desta IN quando publicada], de 2014, é idêntica à documentação original mantida sob guarda desta Entidade Fechada de Previdência Complementar.

A documentação a que se refere este Termo de Responsabilidade ficará sob a guarda desta Entidade, sujeitando-me às penas da lei em caso de extravio ou quaisquer danos aos documentos sob nossa custódia.

A inexatidão das declarações desta comunicação ou a divergência entre a documentação digitalizada, enviada por meio do Sistema CADPREVIC, em relação à documentação original, bem como a violação ao dever de guarda, implicará nas sanções previstas nos artigos 171, 299 e 314 do Código Penal, e artigo 63 da LC nº 109, de 29 de maio de 2001.

_____
Local e Data

_____
Assinatura

_____
Cargo

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO POR TIPO DE REQUERIMENTO

Art. 1º Os representantes da EFPC que subscreverão os documentos devem estar cadastrados no CAND, conforme legislação em vigor.

Art. 2º A EFPC deverá descrever de maneira circunstanciada no expediente explicativo do requerimento o conteúdo e a motivação da proposta, com indicação dos dispositivos alterados, quando for o caso.

Art. 3º Quando se tratar de resposta de exigências, o expediente explicativo deverá conter manifestação sobre cada uma delas, identificando aquelas que foram cumpridas pela EFPC e destacando as que, eventualmente, forem objeto de ponderação, devidamente fundamentada.

Art. 4º Nos casos de planos patrocinados por sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, é exigido o envio da prévia manifestação favorável do órgão responsável pela supervisão, coordenação e controle do patrocinador.

Art. 5º Em caso de inexistência de órgão específico de supervisão, coordenação e controle nas esferas estadual, municipal e distrital, deverá ser anexada a manifestação do ente federativo, por meio do órgão responsável pelo acompanhamento e avaliação dos orçamentos anuais ou outro órgão competente para decidir sobre a matéria.

Art. 6º Nos arquivos anexados no CADPREVIC deverão estar destacadas as informações necessárias e subsidiárias, tais como: representantes das partes, reorganizações societárias, procuradores, alteração de razão social, endereços, números de CNPJ, entre outras que se façam indispensáveis à comprovação de informações submetidas à análise.

Art. 7º Os requerimentos de que trata esta instrução deverão ser instruídos também com a documentação listada a seguir:

§ 1º Para aplicação de regulamento de plano de benefícios incisos I, III, V a VIII, podendo ser encaminhada em concomitância com a proposta do § 7º e respectiva documentação.

§ 2º Para alteração de regulamento de plano de benefícios incisos I a V, observado o disposto no § 3º.

§ 3º Para alteração de regulamento que trate de alteração na forma de recebimento e no valor de benefícios, bem como requisitos para elegibilidade; mudança na base e forma de cálculo, de pagamento e de atualização dos benefícios; ou modificações que repercutam no resultado do plano de benefícios, incisos I a VII e XIV.

§ 4º Para convênio ou termo de adesão incisos I, III, VI e XI.

§ 5º Para termo aditivo a convênio ou a termo de adesão, incisos I, II e XII.

§ 6º Para alteração de estatuto, incisos I a V.

§ 7º Para constituição de EFPC, incisos I, V, IX a XI.

§ 8º Para saldamento, fusão, cisão e incorporação de planos e EFPC; cisão de planos, com a transferência voluntária de participantes e assistidos (migração); transferência de grupo de participantes/assistidos, reservas e fundos entre EFPC e transferência de gerenciamento, incisos I a V, VIII, IX, XIII, XV e XVI.

§ 9º Para encerramento de plano e de EFPC, incisos III, XVI a XVIII.

§ 10. Para cancelamento de plano e de EFPC: expediente explicativo do requerimento com justificativa, contendo o motivo da desistência da aplicação do regulamento do plano de benefícios ou da constituição da EFPC.

§ 11. Para a retirada de patrocinador ou instituidor: observar o disposto na Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013, bem como na Instrução PREVIC nº 3, de 4 de julho de 2013.

§ 12. Para a destinação de reserva especial em requerimentos que envolvam reversão de valores: observar o disposto na Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, bem como na Instrução SPC nº 28, de 30 de dezembro de 2008.

§ 13. Para certificação de modelo de regulamento de plano de benefícios: observar a Instrução SPC nº 11, de 11 de maio de 2006.

I) texto consolidado do instrumento a ser licenciado, com as alterações propostas em negrito, numeração sequencial e assinatura, quando for o caso;

II) quadro comparativo com texto vigente e texto proposto, com justificativa para cada item alterado, contendo o respectivo motivo, fundamento legal, se for o caso, e alterações propostas em negrito;

III) ata do órgão estatutário competente da EFPC com aprovação do inteiro teor da proposta com a respectiva documentação;

IV) comprovação de ter comunicado a síntese das alterações aos participantes e assistidos, que demonstrem os impactos das alterações em relação às regras de governança, à elegibilidade, à forma de cálculo de benefícios e contribuições, ao custeio, aos custos e à situação atuarial do plano de benefícios quando aplicável, na forma da legislação vigente;

V) comprovação pela EFPC da expressa concordância dos patrocinadores/instituidores ou dos pretensos patrocinadores/instituidores, sobre o inteiro teor da proposta, do parecer atuarial e da nota técnica atuarial, quando for o caso;

VI) parecer atuarial sobre os riscos envolvidos e relato detalhado sobre a operação pretendida, bem como da observância ao direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos quando aplicável, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado;

VII) nota técnica atuarial atualizada dos planos de benefícios envolvidos na operação, devidamente assinada por profissional legalmente habilitado, quando aplicável;

VIII) estudo de viabilidade técnica do Plano;

IX) estudo de viabilidade econômico-financeira da EFPC;

X) relação dos pretensos patrocinadores e instituidores;

XI) comprovação do tempo mínimo de existência e número mínimo de associados do pretenso instituidor;

XII) documentação comprobatória de reorganização societária objeto do aditamento, se for o caso;

XIII) termo de fusão, cisão, incorporação ou transferência, conforme o caso, celebrado entre as partes;

XIV) manifestação jurídica acerca da observância ao direito adquirido e acumulado de todos os participantes e assistidos, devidamente assinada por profissional legalmente habilitado;

XV) relatório circunstanciado sobre a situação patrimonial e atuarial dos planos de benefícios envolvidos, antes e depois da operação, na mesma data-base, contendo o tratamento dado a todos os exigíveis, fundos, provisões e resultados apurados, bem como a descrição detalhada dos procedimentos para apuração dos valores do ativo e das provisões matemáticas, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado;

XVI) balanço patrimonial dos planos de benefícios envolvidos na operação, posicionados na data-base, com segregação do ativo e do passivo entre os grupos de participantes afetados, com demonstração que não há ativo nem passivo no caso de encerramento de plano, devidamente assinado por profissional legalmente habilitado e pelo representante legal da EFPC;

XVII) declaração acerca de pendências relativas a tributos, questões envolvendo participantes, patrocinadores, órgãos de controle e a EFPC, relacionadas ao plano ou à EFPC, conforme o caso, no âmbito administrativo e judicial; e

XVIII) comprovação de desvinculação e exclusão de fundos de investimento e imóveis, conforme registro no SICADI - Sistema de Captação de Dados de Investimento.

INSTRUÇÃO Nº 17, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece as condições para o licenciamento automático na autorização para aplicação imediata de regulamentos de planos de benefícios, de convênios de adesão e de suas alterações.

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5° da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o inciso III, art. 2º da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 2°, no inciso VIII do art. 11 e no art. 23 todos do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e os arts. 11-A e 12 da Resolução CGPC nº 08, de 19 de fevereiro de 2004, resolve:

Art. 1º Disciplinar o procedimento de licenciamento automático que possibilita a autorização prévia e expressa para aplicação imediata de regulamentos de plano de benefícios a serem administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, e suas posteriores alterações, e de convênios e termos de adesão, e seus posteriores aditivos, que atendam às características definidas nesta Instrução.

CAPÍTULO I

Do Licenciamento Automático

Art. 2º Entende-se por licenciamento automático o procedimento no qual as operações previdenciárias constantes da presente Instrução são prévia e expressamente homologadas pela PREVIC, por meio do protocolo do respectivo processo no sistema de Cadastro de Entidades e Planos - CADPREVIC.

Parágrafo único. O licenciamento automático não exime os respectivos processos da análise quanto à sua fundamentação, adequação legal e de toda a formalidade prevista nos normativos vigentes, que ocorrerá após o protocolo de que trata o caput.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SEÇÃO I

Da Aplicação de Regulamentos de Planos de Benefícios

Art. 3º Somente serão admitidos ao licenciamento automático, regulamentos de planos de benefícios na forma dos modelos disponibilizados pela PREVIC em seu portal eletrônico (www.previc.gov.br), cuja utilização estará prévia e expressamente autorizada para aplicação imediata, desde que observadas as disposições previstas nesta Instrução.

SEÇÃO II

Dos Convênios ou Termos de Adesão

Art. 4º Aplica-se o comando do art. 1º aos convênios e aos termos de adesão relacionados aos planos de benefícios de que trata a presente Instrução, desde que contenham obrigatoriamente os requisitos previstos na Resolução CGPC nº 08, de 19/02/2004.

SEÇÃO III

Das Alterações dos Regulamentos de Planos de Benefícios

Art. 5º As alterações regulamentares relativas às situações a seguir podem ser tratadas por meio do licenciamento automático:

I - nome do plano de benefício, razão social ou endereço da EFPC ou de patrocinador ou instituidor, desde que haja o protocolo do respectivo termo aditivo ao convênio ou termo de adesão;

II - renumeração de dispositivos, correções de remissões ou ajustes ortográficos;

III - datas ou prazos referentes a procedimentos operacionais da EFPC, tais como, de repasse do abono anual, pagamento de benefícios, repasse das contribuições, alteração da taxa de contribuição, mudança do perfil de investimentos, dentre outros, ressalvados os casos expressamente definidos na legislação;

IV - redução dos prazos de carência, quando couber;

V - aumento da parcela patronal na composição do valor do resgate;

VI - atualização do valor da Unidade de Referência/Unidade Previdencial do plano de benefícios;

VII - formas ou prazos de pagamento dos benefícios; e

VIII - inclusão de forma de recebimento de benefícios.

SEÇÃO IV

Dos Aditivos aos Convênios ou Termos de Adesão

Art. 6º Os aditivos a convênios ou termos de adesão relativos às alterações a seguir podem ser tratados por meio do licenciamento automático:

I - razão social ou endereço de patrocinadores, instituidores e/ou anuentes;

II - razão social ou endereço da EFPC;

III - nome do plano de benefícios; e

IV - renumeração de dispositivos, correções de remissões ou ajustes ortográficos.

CAPÍTULO II

Das Disposições Gerais

Art. 7º Deverão ser observadas as normas vigentes que definem os procedimentos para formalização de processos de regulamentos de planos de benefícios, convênio e termos de adesão e suas alterações, os quais deverão ser normalmente submetidos à PREVIC para análise.

§ 1º Para as operações previstas nesta Instrução fica dispensada a apresentação de parecer atuarial, quando se tratar de plano de contribuição definida pura, qual seja, aquele no qual os benefícios, inclusive os decorrentes de doença, morte ou invalidez, estejam permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

§ 2º Nos casos de aplicação de regulamentos de que trata o art. 3º desta Instrução a EFPC deverá apresentar estudo de viabilidade técnica e econômico-financeira do plano de benefícios.

Art. 8º Para aplicação ou alteração de regulamento de plano de benefícios a EFPC deverá fazer constar a expressão "Licenciamento Automático", em campo próprio do sistema Cadastro de Entidades e Planos - CADPREVIC.

Art. 9º. A EFPC deverá apor a expressão "Licenciamento Automático" no cabeçalho de todas as páginas dos textos corridos dos regulamentos dos planos de benefícios, dos termos e convênios de adesão, bem como de aditivos objeto desta Instrução.

Art. 10. A data de autorização dos regulamentos dos planos de benefícios, bem como dos convênios e termos de adesão de que trata esta Instrução, e suas posteriores alterações, será a data do protocolo destes na Previc, acompanhada do respectivo número de registro.

Art. 11. A inscrição no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios - CNPB dos planos de que trata o art. 3º desta Instrução será divulgada no CADPREVIC.

Art. 12. Os instrumentos autorizados por meio de Licenciamento Automático observarão todas as demais normas vigentes aplicáveis.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pela PREVIC, de ofício ou por iniciativa da EFPC.

Art. 14. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA
Diretor Superintendente

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 14, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do art. 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.065569/2013-74, interposto pela entidade Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (AFPES), contra decisão de indeferimento de pedido de prorrogação de vigência de certificado de entidade beneficente de assistência social em saúde ante o descumprimento do requisito previsto no art. 41 da Medida Provisória nº 446, de 7 de novembro de 2008.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 15, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.071964/2010-43, interposto pela entidade Hospital Beneficência Alto Jacuí, com sede em Não-Me-Toque (RS), inscrita no CNPJ sob o nº 91.495.994/0001-10, em face da decisão de indeferimento de pedido de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos previstos nos incisos I e III do art. 4º e incisos I e II do art. 5º ambos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 16, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do §4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.068402/2010-12, interposto pela entidade Policlínica Geral do Rio de Janeiro, com sede em Rio de Janeiro (RJ), inscrita no CNPJ sob o nº 33.772.096/0001-65, em face da decisão de indeferimento de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos previstos no art. 2º e 8º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e no art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 17, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.141752/2010-31, interposto pela Fundação Dr. Homero Lima de Menezes, com sede em Sobradinho - RS, inscrita no CNPJ sob o nº 05.341.488/0001-34, contra decisão de indeferimento de pedido de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos previstos no inciso I do art. 4º e no inciso I do art. 8º ambos da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 18, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.052730/2010-05, interposto pela entidade Associação Beneficente Hospital São Lucas, com sede em Guaraciaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 86.245.982/0001-05, contra decisão de indeferimento de pedido de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos previstos no § 4º inciso III e § 10 ambos do art. 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998, e do item 10.19.2.1 da NBCT.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009, do art. 14, § 4o, do Decreto no 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria no 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR no 25000.065569/2013-74, interposto pela entidade Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo (AFPES), contra decisão de indeferimento de pedido de prorrogação de vigência de certificado de entidade beneficente de assistência social em saúde ante o descumprimento do requisito previsto no art. 41 da Medida Provisória no 446, de 7 de novembro de 2008.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 20, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.017474/2010-00, interposto pela entidade Santa Casa de Misericórdia Nossa Senhora de Fátima e Beneficência Portuguesa de Araraquara, com sede em Araraquara (SP), inscrita no CNPJ o nº 43.965.573/0001-62, em face de decisão de indeferimento de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), ante o descumprimento dos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, e nos incisos I, II e III do art. 4º , no art. 5º e no inciso I do art. 8º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 21, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.189190/2011-97, interposto pela entidade Organização Cristã de Ação Social, com sede em Lençóis Paulista (SP), inscrita no CNPJ sob o nº 50.848.316/0001-06, em face da decisão de indeferimento de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento do requisito previsto no art. 1º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.014944/2010-75, interposto pelo Instituto da Criança com Diabetes do Rio Grande do Sul - ICDRS, com sede em Porto Alegre (RS), inscrita no CNPJ sob o nº 02.774.358/0001-05, contra decisão de indeferimento de pedido de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), ante o descumprimento dos requisitos previstos no inciso VI e no inciso I do art. 3º e no inciso I do § 10 do art. 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.666506/2009-53, interposto pela Entidade Irmandade de Misericórdia de Americana, com sede em Americana - SP, inscrita no CNPJ sob nº 43.252.758/0001-20, contra decisão de indeferimento de pedido de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), ante o descumprimento dos requisitos previstos no inciso I do § 5º do art. 19 do Decreto nº 7.237, de 20 de julho de 2010, e no inciso I do art. 8º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009,

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 24, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.053076/2010-49, interposto pela entidade Hospital de Caridade Doutor Astrogildo de Azevedo, com sede em Santa Maria (RS), CNPJ nº 95.610.887/0001-46, em face da decisão de indeferimento de pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento dos requisitos previstos no inciso I do art. 8º da Lei nº 12.101, de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.003110/2011-15, interposto pela entidade Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói (RJ) - CNPJ o nº 30.104.947/0001-03, contra decisão de indeferimento de pedido de concessão originária de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), ante o descumprimento dos requisitos previstos no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e no inciso VI do art. 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do § 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do art. 53 da Portaria nº 1.970/GM/MS, de 16 de agosto de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.142835/2010-47, interposto pela entidade Hospital Evangélico da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 15.171.093/0001-94, contra decisão de indeferimento de pedido de renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) ante o descumprimento do requisito previsto no § 4º art. 3º do Decreto nº 2.536, de 6 de abril de 1998.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde da Secretaria de Atenção à Saúde (DCEBAS/SAS/MS) avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.442, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita Município a receber incentivo financeiro de investimento e de custeio (reforma), destinados à implantação e/ou implementação das Centrais de Regulação de Consultas e Exames e das Centrais de Regulação de Internações Hospitalares e implementação de Unidade Solicitante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde (SUS), planejamento da saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa;

Considerando a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.923/GM/MS, de 28 de novembro de 2013, que institui incentivo financeiro de investimento para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e de custeio para reforma, destinados à implantação e/ou implementação de Centrais de Regulação de Consultas e Exames e Centrais de Regulação de Internações Hospitalares de que trata a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, e implementação de Unidade Solicitante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a necessidade de estruturação das Centrais de Regulação do Acesso para garantia do acesso adequado e oportuno dos usuários a ações e serviços de saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município a seguir descrito a receber recursos financeiros de investimento e de custeio (reforma), destinados à implantação e/ou implementação das Centrais de Regulação de Consultas e Exames e das Centrais de Regulação de Internações Hospitalares e implementação de Unidade Solicitante no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

UF	Entidade	Estados/Municípios	Valor (R$)
SP	SMS	Braúna	33.445,13
TOTAL			33.445,13

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, regular e automática, dos recursos financeiros de que trata esta Portaria, considerando o disposto no §1º do art. 8º da Portaria nº 2.923/GM/MS, 28 de novembro de 2013.

Art. 3º Os os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do Programa de Trabalho 10.302.2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.443, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II) do Município de Simões Filho (BA), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.747/GM/MS, de 20 de agosto de 2014, que estabelece recursos a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Município de Simões Filho (BA), Unidade de Pronto Atendimento (UPA);

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando o art. 4º da Portaria nº 104/GM/MS, de 15 de janeiro de 2014, que acresce os §§ 1º e 2º aos arts. 34 e 35 da Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES; e

Considerando a proposta do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) nº 2.231, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Porte II) e ficam estabelecidos recursos, no montante anual de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro do Estado da Bahia e do Município de Simões Filho (BA), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, em parcelas mensais de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).

UF	Município	Código IBGE	CNES	INCENTIVO	DESCRIÇÃO
BA	Simões Filho	2930709	7443382	82.02	UPA II - Qualificada

Parágrafo único. A qualificação será válida por 2 (dois) anos, podendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido nos art. 1º desta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Simões Filho (BA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0029 (BA) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0009 - UPA 24h).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.444, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita Equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 1.232, de 20 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993 e dá outras providências;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1.777/MS/MJ, de 9 de setembro de 2003, que institui o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário;

Considerando a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014 que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 94/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que institui o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 95/GM/MS, de 14 de janeiro de 2014, que dispõe sobre o financiamento do Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 142/SAS/MS, de 28 de fevereiro de 2014, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes que realizarão os Serviços de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, resolve:

Art.1º Fica autorizada a transferência de custeio mensal conforme as solicitações aprovadas constantes no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores descritos, para os respectivos Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, serão oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, do bloco de financiamento Atenção Básica - PAB Variável.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Equipes de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, no âmbito do SUS.

Nº proposta	UF	Município	IBGE	Componente/serviço	Valor aprovado	CNPJ beneficiário
2913	MA	SÃO LUÍS	210000	EAP	66.000,00	06.023.953/0001-51
2951	MA	SÃO LUÍS	210000	EAP	66.000,00	06.023.953/0001-51
2953	MA	SÃO LUÍS	210000	EAP	66.000,00	06.023.953/0001-51
2955	PI	TERESINA	220000	EAP	66.000,00	06.206.659/0001-85
2956	PI	TERESINA	220000	EAP	66.000,00	06.206.659/0001-85

PORTARIA Nº 2.445, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a pactuação dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais do Estado do Mato Grosso e seus Municípios disposto no anexo II da Portaria nº 1.390/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.276/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que regulamenta o incentivo financeiro de custeio às ações de vigilância, prevenção e controle das DST/AIDS e Hepatites Virais, previsto no art. 18, inciso II, da Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, com a definição de critérios gerais, regras de financiamento e monitoramento; e

Considerando a Resolução da nº 222/CIB/MT, de 9 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica alterada a pactuação dos valores do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das DST, Aids e Hepatites Virais do Estado do Mato Grosso e seus Municípios disposto no anexo II da Portaria nº 1.390/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

Art. 2º Substitui os valores dispostos no anexo II da Portaria nº 1.390/GM/MS, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 126, Seção 1, de 4 de julho de 2014, p. 103, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Código IBGE	Estado / Municípios	Valor Anual	Valor Mensal
510020	Água Boa	11.057,07	921,42
510025	Alta Floresta	130.029,93	10.835,83
510180	Barra do Garças	82.500,00	6.875,00
510250	Cáceres	134.093,98	11.174,50
510270	Canarana	75.000,00	6.250,00
510320	Colíder	75.000,00	6.250,00
510335	Confresa	201.293,98	16.774,50
510340	Cuiabá	631.763,75	52.646,98
510350	Diamantino	82.500,00	6.875,00
510510	Juara	118.721,97	9.893,50
510515	Juína	124.260,57	10.355,05
510885	Nova Marilândia	5.500,00	458,33
510619	Nova Santa Helena	5.500,00	458,33
510624	Nova Ubiratã	8.818,18	734,85
510642	Peixoto de Azevedo	75.000,00	6.250,00
510675	Pontes e Lacerda	75.000,00	6.250,00
510704	Primavera do Leste	75.000,00	6.250,00
510760	Rondonópolis	299.133,95	24.927,83
510790	Sinop	250.073,10	20.839,43
510792	Sorriso	75.000,00	6.250,00
510795	Tangará da Serra	123.405,72	10.283,81
510840	Várzea Grande	363.513,85	30.292,82
510000	SES - Mato Grosso	562.877,75	46.906,48
	Total	3.585.043,80	298.753,65

PORTARIA Nº 2.446, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo;

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência de recursos federais para ações e serviços de saúde na forma de blocos de financiamento;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 2.715/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, que atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição;

Considerando a Portaria nº 737/GM/MS, de 16 de maio de 2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências; e

Considerando a necessidade de atualizar a Política Nacional de Promoção da Saúde e incrementar as ações de promoção da saúde no território, bem como garantir sua consonância com os princípios e diretrizes do SUS, resolve:

Art. 1º Esta Portaria redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS).

Art. 2º A PNPS traz em sua base o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saude (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social.

Art. 3º São valores fundantes no processo de efetivação da PNPS:

I - a solidariedade, entendida como as razões que fazem sujeitos e coletivos nutrirem solicitude para com o próximo, nos momentos de divergências ou dificuldades, construindo visão e metas comuns, apoiando a resolução das diferenças, contribuindo para melhorar a vida das pessoas e para formar redes e parcerias;

II - a felicidade, enquanto auto-percepção de satisfação, construída nas relações entre sujeitos e coletivos, que contribui na capacidade de decidir como aproveitar a vida e como se tornar ator partícipe na construção de projetos e intervenções comuns para superar dificuldades individuais e coletivas a partir do reconhecimento de potencialidades;

III - a ética, a qual pressupõe condutas, ações e intervenções sustentadas pela valorização e defesa da vida, sendo pautadas para o bem comum, com dignidade e solidariedade;

IV - o respeito às diversidades, que reconhece, respeita e explicita as diferenças entre sujeitos e coletivos, abrangendo as diversidades étnicas, etárias, de capacidade, de gênero, de orientação

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

sexual, entre territórios e regiões geográficas, dentre outras formas e tipos de diferenças que influenciam ou interferem nas condições e determinações da saúde;

V - a humanização, enquanto elemento para a evolução do homem, por meio da interação com o outro e seu meio, com a valorização e aperfeiçoamento de aptidões que promovam condições melhores e mais humanas, construindo práticas pautadas na integralidade do cuidado e da saúde;

VI - a corresponsabilidade, enquanto responsabilidades partilhadas entre pessoas ou coletivo, onde duas ou mais pessoas compartilham obrigações e/ou compromissos;

VII - a justiça social, enquanto necessidade de alcançar repartição equitativa dos bens sociais, respeitados os direitos humanos, de modo que as classes sociais mais desfavorecidas contem com oportunidades de desenvolvimento; e

VIII - a inclusão social, que pressupõe ações que garantam o acesso aos benefícios da vida em sociedade para todas as pessoas, de forma equânime e participativa, visando à redução das iniquidades.

Art. 4º A PNPS adota como princípios:

I - a equidade, quando baseia as práticas e as ações de promoção de saúde, na distribuição igualitária de oportunidades, considerando as especificidades dos indivíduos e dos grupos;

II - a participação social, quando as intervenções consideram a visão de diferentes atores, grupos e coletivos na identificação de problemas e solução de necessidades, atuando como corresponsáveis no processo de planejamento, de execução e de avaliação das ações;

III - a autonomia, que se refere à identificação de potencialidades e ao desenvolvimento de capacidades, possibilitando escolhas conscientes de sujeitos e comunidades sobre suas ações e trajetórias;

IV - o empoderamento, que se refere ao processo de intervenção que estimula os sujeitos e coletivos a adquirirem o controle das decisões e das escolhas de modos de vida adequado às suas condições sócio-econômico-culturais;

V - a intersetorialidade, que se refere ao processo de articulação de saberes, potencialidades e experiências de sujeitos, grupos e setores na construção de intervenções compartilhadas, estabelecendo vínculos, corresponsabilidade e cogestão para objetivos comuns;

VI - a intrassetorialidade, que diz respeito ao exercício permanente da desfragmentação das ações e serviços ofertados por um setor, visando à construção e articulação de redes cooperativas e resolutivas;

VII - a sustentabilidade, que diz respeito à necessidade de permanência e continuidade de ações e intervenções, levando em conta as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental;

VIII - a integralidade, quando as intervenções são pautadas no reconhecimento da complexidade, potencialidade e singularidade de indivíduos, grupos e coletivos, construindo processos de trabalho articulados e integrais; e

IX - a territorialidade, que diz respeito à atuação que considera as singularidades e especificidades dos diferentes territórios no planejamento e desenvolvimento de ações intra e intersetoriais com impacto na situação, nos condicionantes e nos determinantes da saúde neles inseridos, de forma equânime.

Art. 5º São diretrizes da PNPS:

I - o estímulo à cooperação e à articulação intra e intersetorial para ampliar a atuação sobre determinantes e condicionantes da saúde;

II - o fomento ao planejamento de ações territorializadas de promoção da saúde, com base no reconhecimento de contextos locais e respeito às diversidades, para favorecer a construção de espaços de produção social, ambientes saudáveis e a busca da equidade, da garantia dos direitos humanos e da justiça social;

III - incentivo à gestão democrática, participativa e transparente, para fortalecer a participação, o controle social e a corresponsabilidade de sujeitos, coletividades, instituições e esferas governamentais e sociedade civil;

IV - ampliação da governança no desenvolvimento de ações de promoção da saúde que sejam sustentáveis nas dimensões política, social, cultural, econômica e ambiental;

V - estímulo à pesquisa, à produção e à difusão de experiências, conhecimentos e evidências que apoiem a tomada de decisão, a autonomia, o empoderamento coletivo e a construção compartilhada de ações de promoção da saúde;

VI - apoio à formação e à educação permanente em promoção da saúde para ampliar o compromisso e a capacidade crítica e reflexiva dos gestores e trabalhadores de saúde, bem como o incentivo ao aperfeiçoamento de habilidades individuais e coletivas, para fortalecer o desenvolvimento humano sustentável;

VII - incorporação das intervenções de promoção da saúde no modelo de atenção à saúde, especialmente no cotidiano dos serviços de atenção básica em saúde, por meio de ações intersetoriais; e

VIII - organização dos processos de gestão e planejamento das variadas ações intersetoriais, como forma de fortalecer e promover a implantação da PNPS na RAS, de modo transversal e integrado, compondo compromissos e corresponsabilidades para reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde vinculados aos determinantes sociais.

Art. 6º A PNPS tem por objetivo geral promover a equidade e a melhoria das condições e modos de viver, ampliando a potencialidade da saúde individual e da saúde coletiva, reduzindo vulnerabilidades e riscos à saúde decorrentes dos determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais.

Art. 7º São objetivos específicos da PNPS:

I - estimular a promoção da saúde como parte da integralidade do cuidado na RAS, articulada às demais redes de proteção social;

II - contribuir para a adoção de práticas sociais e de saúde centradas na equidade, na participação e no controle social, visando reduzir as desigualdades sistemáticas, injustas e evitáveis, com respeito às diferenças de classe social, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, entre gerações, étnico-raciais, culturais, territoriais e relacionadas às pessoas com deficiências e necessidades especiais;

III - favorecer a mobilidade humana e a acessibilidade e o desenvolvimento seguro, saudável e sustentável;

IV - promover a cultura da paz em comunidades, territórios e Municípios;

V - apoiar o desenvolvimento de espaços de produção social e ambientes saudáveis, favoráveis ao desenvolvimento humano e ao bem-viver;

VI - valorizar os saberes populares e tradicionais e as práticas integrativas e complementares;

VII - promover o empoderamento e a capacidade para tomada de decisão e a autonomia de sujeitos e coletividades por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e de competências em promoção e defesa da saúde e da vida;

VIII - promover processos de educação, formação profissional e capacitação específicas em promoção da saúde, de acordo com os princípios e valores expressos nesta Portaria, para trabalhadores, gestores e cidadãos;

IX - estabelecer estratégias de comunicação social e mídia direcionadas ao fortalecimento dos princípios e ações em promoção da saúde e à defesa de políticas públicas saudáveis;

X - estimular a pesquisa, produção e difusão de conhecimentos e estratégias inovadoras no âmbito das ações de promoção da saúde;

XI - promover meios para a inclusão e qualificação do registro de atividades de promoção da saúde e da equidade nos sistemas de informação e inquéritos, permitindo análise, monitoramento, avaliação e financiamento das ações;

XII - fomentar discussões sobre modos de consumo e produção que estejam em conflito de interesses com os princípios e valores da promoção da saúde e que aumentem vulnerabilidades e riscos à saúde; e

XIII - contribuir para a articulação de políticas públicas inter e intrassetoriais com as agendas nacionais e internacionais.

Art. 8º São temas transversais da PNPS, entendidos como referências para a formação de agendas de promoção da saúde, para adoção de estratégias e temas prioritários, operando em consonância com os princípios e valores do SUS e da PNPS:

I - Determinantes Sociais da Saúde (DSS), equidade e respeito à diversidade, que significa identificar as diferenças nas condições e nas oportunidades de vida, buscando alocar recursos e esforços para a redução das desigualdades injustas e evitáveis, por meio do diálogo entre os saberes técnicos e populares;

II - desenvolvimento sustentável, que se refere a dar visibilidade aos modos de consumo e produção relacionados com o tema priorizado, mapeando possibilidades de intervir naqueles que sejam deletérios à saúde, adequando tecnologias e potencialidades de acordo com especificidades locais, sem comprometer as necessidades futuras;

III - produção de saúde e cuidado, que representa a incorporação do tema na lógica de redes que favoreçam práticas de cuidado humanizadas, pautadas nas necessidades locais, que reforcem a ação comunitária, a participação e o controle social e que promovam o reconhecimento e o diálogo entre as diversas formas do saber popular, tradicional e científico, construindo práticas pautadas na integralidade do cuidado e da saúde, significando, também, a vinculação do tema a uma concepção de saúde ampliada, considerando o papel e a organização dos diferentes setores e atores que, de forma integrada e articulada por meio de objetivos comuns, atuem na promoção da saúde;

IV - ambientes e territórios saudáveis, que significa relacionar o tema priorizado com os ambientes e os territórios de vida e de trabalho das pessoas e das coletividades, identificando oportunidades de inclusão da promoção da saúde nas ações e atividades desenvolvidas, de maneira participativa e dialógica;

V - vida no trabalho, que compreende a interrelação do tema priorizado com o trabalho formal e não formal e com os setores primário, secundário e terciário da economia, considerando os espaços urbano e rural, e identificando oportunidades de operacionalização na lógica da promoção da saúde para ações e atividades desenvolvidas nos distintos locais, de maneira participativa e dialógica; e

VI - cultura da paz e direitos humanos, que consiste em criar oportunidades de convivência, de solidariedade, de respeito à vida e de fortalecimento de vínculos, desenvolvendo tecnologias sociais que favoreçam a mediação de conflitos diante de situações de tensão social, garantindo os direitos humanos e as liberdades fundamentais, reduzindo as violências e construindo práticas solidárias e da cultura de paz.

Art. 9º São Eixos Operacionais da PNPS, entendidos como estratégias para concretizar ações de promoção da saúde, respeitando-se valores, princípios, diretrizes e objetivos:

I - territorialização, enquanto estratégia operacional:

a) reconhece a regionalização como diretriz do SUS e como eixo estruturante para orientar a descentralização das ações e serviços de saúde e para organizar a RAS;

b) considera a abrangência das regiões de saúde e sua articulação com os equipamentos sociais nos territórios; e

c) observa as pactuações interfederativas, a definição de parâmetros de escala e acesso e a execução de ações que identifiquem singularidades territoriais para o desenvolvimento de políticas, programas e intervenções, ampliando as ações de promoção à saúde e contribuindo para fortalecer identidades regionais;

II - articulação e cooperação intra e intersetorial, entendidas como compartilhamento de planos, metas, recursos e objetivos comuns entre os diferentes setores e entre diferentes áreas do mesmo setor;

III - RAS, enquanto estratégia operacional necessita:

a) transversalizar a promoção na RAS, favorecendo práticas de cuidado humanizadas, pautadas nas necessidades locais, na integralidade do cuidado, articulando com todos os equipamentos de produção da saúde do território; e

b) articular com as demais redes de proteção social, vinculando o tema a uma concepção de saúde ampliada, considerando o papel e a organização dos diferentes setores e atores, que, de forma integrada e articulada por meio de objetivos comuns, atuem na promoção da saúde;

IV - participação e controle social, que compreende a ampliação da representação e da inclusão de sujeitos na elaboração de políticas públicas e nas decisões relevantes que afetam a vida dos indivíduos, da comunidade e dos seus contextos;

V - gestão, entendida como a necessidade de priorizar os processos democráticos e participativos de regulação e controle, planejamento, monitoramento, avaliação, financiamento e comunicação;

VI - educação e formação, enquanto incentivo à atitude permanente de aprendizagem sustentada em processos pedagógicos problematizadores, dialógicos, libertadores, emancipatórios e críticos;

VII - vigilância, monitoramento e avaliação, enquanto uso de múltiplas abordagens na geração e análise de informações sobre as condições de saúde de sujeitos e grupos populacionais, visando subsidiar decisões, intervenções e implantar políticas públicas de promoção da saúde;

VIII - produção e disseminação de conhecimentos e saberes, enquanto estímulo a uma atitude reflexiva e resolutiva sobre problemas, necessidades e potencialidades dos coletivos em cogestão, compartilhando e divulgando os resultados de maneira ampla com a coletividade; e

IX - comunicação social e mídia, enquanto uso das diversas expressões comunicacionais, formais e populares, para favorecer a escuta e a vocalização dos distintos grupos envolvidos, contemplando informações sobre o planejamento, execução, resultados, impactos, eficiência, eficácia, efetividade e benefícios das ações.

Art. 10. São temas prioritários da PNPS, evidenciados pelas ações de promoção da saúde realizadas e compatíveis com o Plano Nacional de Saúde, pactos interfederativos e planejamento estratégico do Ministério da Saúde, bem como acordos internacionais firmados pelo governo brasileiro, em permanente diálogo com as demais políticas, com os outros setores e com as especificidades sanitárias:

I - formação e educação permanente, que compreende mobilizar, sensibilizar e promover capacitações para gestores, trabalhadores da saúde e de outros setores para o desenvolvimento de ações de educação em promoção da saúde e incluí-la nos espaços de educação permanente;

II - alimentação adequada e saudável, que compreende promover ações relativas à alimentação adequada e saudável, visando à promoção da saúde e à segurança alimentar e nutricional, contribuindo com as ações e metas de redução da pobreza, com a inclusão social e com a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável;

III - práticas corporais e atividades físicas, que compreende promover ações, aconselhamento e divulgação de práticas corporais e atividades físicas, incentivando a melhoria das condições dos espaços públicos, considerando a cultura local e incorporando brincadeiras, jogos, danças populares, dentre outras práticas;

IV - enfrentamento do uso do tabaco e seus derivados, que compreende promover, articular e mobilizar ações para redução e controle do uso do tabaco, incluindo ações educativas, legislativas, econômicas, ambientais, culturais e sociais;

V - enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas, que compreende promover, articular e mobilizar ações para redução do consumo abusivo de álcool e outras drogas, com a corresponsabilização e autonomia da população, incluindo ações educativas, legislativas, econômicas, ambientais, culturais e sociais;

VI - promoção da mobilidade segura, que compreende:

a) buscar avançar na articulação intersetorial e intrasetorial, envolvendo a vigilância em saúde, a atenção básica e as redes de urgência e emergência do território na produção do cuidado e na redução da morbimortalidade decorrente do trânsito;

b) orientar ações integradas e intersetoriais nos territórios, incluindo saúde, educação, trânsito, fiscalização, ambiente e demais setores envolvidos, além da sociedade, visando definir um planejamento integrado, parcerias, atribuições, responsabilidades e especificidades de cada setor para a promoção da mobilidade segura; e

c) avançar na promoção de ações educativas, legislativas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, fundamentadas em informação qualificada e em planejamento integrado, que garantam o trânsito seguro, a redução de morbimortalidade e a paz no trânsito;

VII - promoção da cultura da paz e de direitos humanos, que compreende promover, articular e mobilizar ações que estimulem a convivência, a solidariedade, o respeito à vida e o fortalecimento de vínculos, para o desenvolvimento de tecnologias sociais que favoreçam a mediação de conflitos, o respeito às diversidades e diferenças de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero, entre gerações, étnico-raciais, culturais, territoriais, de classe social e relacionada às pessoas com deficiências e necessidades especiais, garantindo os direitos humanos e as liberdades fundamentais, articulando a RAS com as demais redes de proteção social, produzindo informação qualificada e capaz de gerar intervenções individuais e coletivas, contribuindo para a redução das violências e para a cultura de paz; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VIII - promoção do desenvolvimento sustentável, que compreende promover, mobilizar e articular ações governamentais, não governamentais, incluindo o setor privado e a sociedade civil, nos diferentes cenários, como cidades, campo, floresta, águas, bairros, territórios, comunidades, habitações, escolas, igrejas, empresas e outros, permitindo a interação entre saúde, meio ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social da saúde em articulação com os demais temas prioritários.

Art. 11. Compete às esferas federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais do SUS:

I - divulgar a PNPS, fortalecendo seus valores e princípios;

II - estabelecer parcerias, promovendo a articulação intersetorial e intrassetorial;

III - contribuir para a reorientação do modelo de atenção à saúde com base nos valores, princípios e diretrizes da PNPS;

IV - fomentar normas e regulamentos para o desenvolvimento seguro, saudável e sustentável em ambientes, comunidades, Municípios e territórios;

V - fortalecer a participação e o controle social e as instâncias de gestão democrática e participativa, enquanto mecanismo de implementação da PNPS;

VI - construir mecanismos de identificação das potencialidades e das vulnerabilidades para subsidiar o fortalecimento da equidade;

VII - definir prioridades, objetivos, estratégias e metas nas instâncias colegiadas e intergestores para implementação de programas, planos, projetos e ações de promoção da saúde;

VIII - estabelecer instrumentos e indicadores de gestão, planejamento, monitoramento e avaliação;

IX - promover a alocação de recursos orçamentários e financeiros para a implementação da PNPS;

X - promover o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem o aperfeiçoamento e a disseminação de tecnologias e conhecimentos voltados para a promoção da saúde;

XI - desenvolver estratégias e mecanismos organizacionais de qualificação e valorização da força de trabalho da saúde, estimulando processos de formação e educação permanente voltados para a efetivação da PNPS;

XII - estimular as iniciativas e ações de promoção de saúde, bem como a produção de dados e divulgação de informações;

XIII - incluir a promoção da saúde nos Planos de Saúde e nas Programações Anuais de Saúde em conformidade com os instrumentos de planejamento e gestão do SUS, para implementação da PNPS, considerando as especificidades locorregionais;

XIV - articular a inserção das ações voltadas à promoção da saúde nos sistemas de informação do SUS e outros; e

XV - viabilizar parcerias com organismos internacionais, com organizações governamentais, não governamentais, incluindo o setor privado e sociedade civil, para o fortalecimento da promoção da saúde no país.

Art. 12. Compete ao Ministério da Saúde:

I - promover a articulação com os Estados e Municípios para apoio à implantação e implementação da PNPS;

II - pactuar na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) os temas prioritários e o financiamento da PNPS;

III - apoiar a implementação da PNPS, considerando o perfil epidemiológico e as necessidades em saúde;

IV - viabilizar mecanismos para cofinanciamento de planos, projetos e programas de promoção da saúde;

V - incorporar ações de Promoção da Saúde aos Planos Plurianual e Nacional de Saúde;

VI - apresentar no Conselho Nacional de Saúde estratégias, programas, planos e projetos de promoção da saúde;

VII - institucionalizar e manter em funcionamento o Comitê da PNPS, em conformidade com os seus princípios e diretrizes;

VIII - realizar apoio institucional às Secretarias de Saúde Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, visando à implantação, implementação e consolidação da PNPS;

IX - apoiar e produzir a elaboração de materiais de divulgação, visando socializar informações e ações de promoção da saúde; e

X - estimular, monitorar e avaliar os processos, programas, projetos e ações de promoção da saúde.

Art. 13. Compete às Secretarias Estaduais de Saúde:

I - promover a articulação com os Municípios para apoio à implantação e implementação da PNPS;

II - pactuar nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Regionais (CIR) as estratégias, diretrizes, metas, temas prioritários e financiamento das ações de implantação e implementação da PNPS;

III - implantar e implementar a PNPS na RAS, no âmbito de seu território, respeitando suas diretrizes e promovendo adequações às especificidades locorregionais;

IV - apresentar no Conselho Estadual de Saúde estratégias, programas, planos e projetos de promoção da saúde;

V - incorporar ações de Promoção da Saúde nos Planos Plurianual e Estadual de Saúde;

VI - alocar recursos orçamentários e financeiros para a implantação e implementação da PNPS;

VII - realizar apoio institucional às Secretarias Municipais e regiões de saúde no processo de implantação, implementação e consolidação da PNPS;

VIII - realizar o monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações de promoção da saúde no âmbito estadual e distrital;

IX - apoiar e elaborar materiais de divulgação visando à socialização da informação e à divulgação de programas, planos, projetos e ações de promoção da saúde;

X - promover cooperação, espaços de discussão e trocas de experiências e conhecimentos sobre a promoção da saúde; e

XI - apoiar e promover a execução de programas, planos, projetos e ações relacionadas com a promoção da saúde, considerando o perfil epidemiológico e as necessidades do seu território.

Art. 14. Compete às Secretarias Municipais de Saúde:

I - promover a articulação intra e intersetorial para apoio à implantação e implementação da PNPS no âmbito de sua competência;

II - implantar e implementar a PNPS no âmbito do seu território, respeitando as especificidades locorregionais;

III - pactuar nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e Regionais (CIR) as estratégias, diretrizes, metas, temas prioritários e financiamento das ações de implantação e implementação da PNPS;

IV - apresentar no Conselho Municipal de Saúde estratégias, programas, planos e projetos de promoção da saúde;

V - incorporar ações de Promoção da Saúde aos Planos Plurianual e Municipal de Saúde;

VI - destinar recursos orçamentários e financeiros para realização das ações de promoção da saúde;

VII - prestar apoio institucional aos gestores e trabalhadores no processo de implantação, implementação, qualificação e consolidação da PNPS;

VIII - promover e realizar a educação permanente dos trabalhadores do sistema local de saúde para desenvolver as ações de promoção da saúde;

IX - identificar e promover canais de participação no processo decisório para o desenvolvimento e a sustentabilidade das ações de promoção da saúde;

X - promover a participação e o controle social e reforçar as ações comunitárias de promoção da saúde nos territórios;

XI - identificar, articular e apoiar a troca de experiências e conhecimentos referentes às ações de promoção da saúde;

XII - participar do processo de monitoramento, avaliação de programas, planos, projetos e ações de promoção da saúde;

XIII - elaborar materiais educativos visando à socialização da informação e à divulgação de programas, planos, projetos e ações de promoção da saúde; e

XIV - apoiar e promover, de forma privilegiada, a execução de programas, planos, projetos e ações diretamente relacionadas à promoção da saúde, considerando o perfil epidemiológico e as necessidades do seu território.

Art. 15. À Secretaria de Estado da Saúde do Distrito Federal (SES/DF) competem as atribuições reservadas às Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios.

Art. 16. O financiamento dos temas prioritários da PNPS e seus planos operativos serão objeto de pactuação prévia na CIT.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Fica revogada a Portaria nº 687/GM/MS, de 30 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União nº 63, Seção 1, do dia seguinte, p. 138.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.447, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Seberi (RS) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Porto Alegre (RS) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.957/GM/MS, de 25 de novembro de 2009, que habilita a Central Estadual de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), de Porto Alegre (RS);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.108128/2014-55, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Seberi (RS) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Porto Alegre (RS).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Seberi (RS), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Seberi (RS).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser pago mensal	Valor do repasse anual
RS	Seberi	7539924	82.49	01 USA - SAMU 192	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00

PORTARIA Nº 2.448, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a adesão do Estado de Rondônia (RO) e dos Municípios de Prudentópolis (PR), Cacoal (RO), Santo Cristo (RS), Santiago (RS) à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da PNAISP no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes e serviços que farão parte da Atenção Básica de Saúde Prisional e inclui na tabela de Tipos de Equipes do SCNES, os tipos de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a adesão do Estado de Rondônia (RO) e dos Municípios de Prudentópolis (PR), Cacoal (RO), Santo Cristo (RS), Santiago (RS) à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A transferência de recursos financeiros está condicionada à habilitação de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) previamente cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e ao cumprimento das demais exigências previstas nas Portarias nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, e nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.449, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera os recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Ibimirim (PE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para os Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de agosto de 2005,que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD);

Considerando o Ofício nº 462/2013/SMS, que solicita a repactuação da faixa de produção do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Ibimirim (PE); e

Considerando a avaliação realizada pela Coordenação-Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS, dos dados extraídos do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), relativos à produção de próteses dentárias, no período de janeiro a agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Fica alterado o valor do recurso do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Ibimirim (PE), conforma baixo descrito:

I - Deduz o montante anual de R$ 272.870,00 (duzentos e setenta e dois mil oitocentos e setenta reais) do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo I a esta Portaria; e

II - Estabelece os recursos anuais no valor de R$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade, conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no inciso II do art. 1º desta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Ibimirim, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007) Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

UF	Código	Município	Portaria de Habilitação	Gestão	Recurso Anual (R$)
PE	260660	Ibimirim	Portaria nº 870/GM/MS, de 19 de abril de 2010.	Estadual	36.000,00
			Portaria nº 2.071/GM/MS, de 23 de julho de 2010.	Estadual	108.000,00
			Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	Municipal	66.920,00
			Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	Municipal	61.950,00
Total					272.870,00

ANEXO II

UF	Código	Município	Gestão	Valor Anual (R$)	Valor Mensal (R$)
PE	260660	Ibimirim	Municipal	216.000,00	18.000,00

PORTARIA Nº 2.450, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Credencia Municípios a receberem incentivos referentes aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 3.124/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que redefine os parâmetros de vinculação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Modalidades 1 e 2 às Equipes Saúde da Família e/ou Equipes de Atenção Básica para populações especificas cria a Modalidades NASF 3, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 548/GM/MS, de 4 de abril de 2013, que define o valor de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para os Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF) modalidades 1, 2 e 3; e

Considerando a aprovação do credenciamento das Comissões Intergestores Bipartites Estaduais; AL, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO; enviadas ao Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção à Saúde deste Ministério, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria, conforme quantitativo e modalidade definidos, a receberem o incentivo financeiro aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO FINANCEIRO AO NASF

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	NASF 1	NASF 2	NASF 3	TOTAL
AL	2703304	INHAPI	1	0	0	1
Total da UF:		1	1	0	0	1
AM	1300508	BARREIRINHA	0	1	0	1
AM	1304260	UARINI	0	1	0	1
Total da UF:		2	0	2	0	2
BA	2901353	ANDORINHA	1	0	0	1
BA	2902401	AURELINO LEAL	1	0	0	1
BA	2904209	BOTUPORA	1	0	0	1
BA	2907103	CARINHANHA	1	0	0	1
BA	2907400	CATOLANDIA	0	0	1	1
BA	2908200	CONCEICAO DA FEIRA	1	0	0	1
BA	2909208	CORONEL JOAO SA	1	0	0	1
BA	2909406	COTEGIPE	0	1	0	1
BA	2911659	GUAJERU	0	1	0	1
BA	2912301	IBICUI	1	0	0	1
BA	2913101	IBITITA	1	0	0	1
BA	2913804	IPECAETA	0	1	0	1
BA	2914406	IRAQUARA	1	0	0	1
BA	2915502	ITAJUIPE	1	0	0	1
BA	2918605	JUSSIAPE	0	1	0	1
BA	2919157	LAPAO	2	0	0	2
BA	2920502	MARACAS	1	0	0	1
BA	2923035	NOVO HORIZONTE	0	1	0	1
BA	2923803	PARIPIRANGA	0	1	0	1
BA	2924306	PIATA	1	0	0	1
BA	2925931	QUIXABEIRA	0	1	0	1
BA	2927804	SANTA CRUZ DA VITORIA	0	0	1	1
BA	2929701	SATIRO DIAS	1	0	0	1
Total da UF:		23	15	7	2	24

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	2300101	ABAIARA	0	1	0	1
CE	2301406	ARATUBA	1	0	0	1
CE	2301802	BAIXIO	0	0	1	1
CE	2302008	BARRO	1	0	0	1
CE	2302057	BARROQUINHA	1	0	0	1
CE	2303600	CATARINA	1	0	0	1
CE	2303956	CHOROZINHO	1	0	0	1
CE	2304004	COREAU	1	0	0	1
CE	2304236	CROATA	1	0	0	1
CE	2304707	GRANJA	1	0	0	1
CE	2305357	ICAPUI	1	0	0	1
CE	2305704	IPAUMIRIM	0	1	0	1
CE	2306207	ITAICABA	0	1	0	1
CE	2306504	ITAPIUNA	1	0	0	1
CE	2308351	MILHA	1	0	0	1
CE	2308906	MORRINHOS	0	1	0	1
CE	2309003	MUCAMBO	1	0	0	1
CE	2310001	PALHANO	0	1	0	1
CE	2311702	RERIUTABA	1	0	0	1
CE	2313757	UMIRIM	1	0	0	1
CE	2313906	URUOCA	1	0	0	1
Total da UF:		21	15	5	1	21
ES	3200607	ARACRUZ	3	0	0	3
ES	3201209	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	0	0	1
ES	3202009	DORES DO RIO PRETO	0	1	0	1
ES	3202504	IBIRACU	0	0	1	1
ES	3203205	LINHARES	4	0	0	4
ES	3204302	PRESIDENTE KENNEDY	0	1	0	1
ES	3204401	RIO NOVO DO SUL	1	0	0	1
ES	3204658	SAO DOMINGOS DO NORTE	0	1	0	1
ES	3205309	VITORIA	8	0	0	8
Total da UF:		9	17	3	1	21
GO	5200209	AGUA LIMPA	0	0	1	1
GO	5202502	ARUANA	0	0	1	1
GO	5204607	CAMPESTRE DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5205000	CARMO DO RIO VERDE	0	1	0	1
GO	5208301	DIVINOPOLIS DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5208400	GOIANAPOLIS	0	1	0	1
GO	5209408	GUARANI DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5209606	HEITORAI	0	0	1	1
GO	5209804	HIDROLINA	0	0	1	1
GO	5210109	IPAMERI	1	0	0	1
GO	5210158	IPIRANGA DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5211206	ITAPURANGA	1	0	0	1
GO	5212709	MAMBAI	0	0	1	1
GO	5214051	MUNDO NOVO	0	1	0	1
GO	5215256	NOVO PLANALTO	0	0	1	1
GO	5215504	OUVIDOR	0	0	1	1
GO	5218300	POSSE	1	0	0	1
GO	5219100	SANTA BARBARA DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5219258	SANTA FE DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5219357	SANTA ISABEL	0	0	1	1
GO	5219704	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	0	0	1	1
GO	5220264	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	0	0	1	1
GO	5220702	SITIO D'ABADIA	0	0	1	1
GO	5221809	URUTAI	0	0	1	1
GO	5222005	VIANOPOLIS	1	0	0	1
Total da UF:		25	4	3	18	25
MA	2100154	AGUA DOCE DO MARANHAO	1	0	0	1
MA	2100709	ANAJATUBA	1	0	0	1
MA	2101103	AXIXA	1	0	0	1
MA	2101301	BACURI	1	0	0	1
MA	2101509	BARAO DE GRAJAU	1	0	0	1
MA	2102036	BOM JESUS DAS SELVAS	1	0	0	1
MA	2102150	BREJO DE AREIA	0	1	0	1
MA	2102507	CAJARI	1	0	0	1
MA	2103505	COLINAS	1	0	0	1
MA	2104099	FORMOSA DA SERRA NEGRA	1	0	0	1
MA	2104404	GONCALVES DIAS	1	0	0	1
MA	2104628	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	0	1	0	1
MA	2104701	GRACA ARANHA	0	0	1	1
MA	2105153	IGARAPE DO MEIO	1	0	0	1
MA	2105476	JENIPAPO DOS VIEIRAS	1	0	0	1
MA	2105906	LAGO VERDE	1	0	0	1
MA	2105989	LAJEADO NOVO	0	1	0	1
MA	2106201	LUIS DOMINGUES	0	1	0	1
MA	2107308	NOVA IORQUE	0	0	1	1
MA	2107902	PASSAGEM FRANCA	1	0	0	1
MA	2109403	PRIMEIRA CRUZ	1	0	0	1
MA	2109759	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	0	1	0	1
MA	2110278	SANTO AMARO DO MARANHAO	0	1	0	1
MA	2110401	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	1	0	0	1
MA	2111029	SAO JOAO DO CARU	1	0	0	1
MA	2111300	SAO LUIS	13	0	0	13
MA	2111789	SERRANO DO MARANHAO	1	0	0	1
MA	2111904	SUCUPIRA DO NORTE	0	1	0	1
MA	2111953	SUCUPIRA DO RIACHAO	0	0	1	1
MA	2112605	URBANO SANTOS	0	1	0	1
Total da UF:		30	31	8	3	42
MG	3100708	AGUA COMPRIDA	0	0	1	1
MG	3101201	AIURUOCA	0	0	1	1
MG	3102001	ALTEROSA	1	0	0	1
MG	3102050	ALTO CAPARAO	0	0	1	1
MG	3102506	AMPARO DO SERRA	0	0	1	1
MG	3105509	BARAO DE MONTE ALTO	0	0	1	1
MG	3106804	BIAS FORTES	0	0	1	1
MG	3107505	BOM JARDIM DE MINAS	0	1	0	1
MG	3108909	BRASOPOLIS	0	1	0	1
MG	3109709	CACHOEIRA DE MINAS	0	1	0	1
MG	3110608	CAMBUI	1	0	0	1
MG	3111150	CAMPO AZUL	0	0	1	1
MG	3111705	CANAA	0	0	1	1
MG	3112703	CAPITAO ENEAS	1	0	0	1
MG	3115003	CASCALHO RICO	0	0	1	1
MG	3115904	CHACARA	0	0	1	1
MG	3116100	CHAPADA DO NORTE	1	0	0	1
MG	3116902	COMENDADOR GOMES	0	0	1	1
MG	3120508	CRISTINA	0	1	0	1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	3121803	DIONISIO	0	1	0	1
MG	3122454	DIVISOPOLIS	0	1	0	1
MG	3122702	DOM SILVERIO	0	0	1	1
MG	3123601	ELOI MENDES	1	0	0	1
MG	3125002	EWBANK DA CAMARA	0	0	1	1
MG	3125952	FERVEDOURO	0	1	0	1
MG	3126109	FORMIGA	3	0	0	3
MG	3126802	FREI GASPAR	0	0	1	1
MG	3127305	GALILEIA	0	1	0	1
MG	3128501	GUARARA	0	0	1	1
MG	3130051	ICARAI DE MINAS	0	1	0	1
MG	3132008	ITACAMBIRA	0	0	1	1
MG	3134608	JABOTICATUBAS	0	1	0	1
MG	3135001	JAGUARACU	0	0	1	1
MG	3135902	JESUANIA	0	0	1	1
MG	3136801	JURAMENTO	0	0	1	1
MG	3138351	LEME DO PRADO	0	0	1	1
MG	3138500	LIBERDADE	0	0	1	1
MG	3138609	LIMA DUARTE	1	0	0	1
MG	3140407	MARMELOPOLIS	0	0	1	1
MG	3140803	MATIAS BARBOSA	0	1	0	1
MG	3141702	MESQUITA	0	1	0	1
MG	3142254	MIRAVANIA	0	0	1	1
MG	3143500	MORADA NOVA DE MINAS	0	1	0	1
MG	3136603	NOVA UNIAO	0	0	1	1
MG	3145406	OLARIA	0	0	1	1
MG	3146552	PAI PEDRO	0	1	0	1
MG	3146404	PAINEIRAS	0	0	1	1
MG	3147956	PATIS	0	0	1	1
MG	3149002	PEDRA DOURADA	0	0	1	1
MG	3149200	PEDRINOPOLIS	0	0	1	1
MG	3150307	PIEDADE DO RIO GRANDE	0	0	1	1
MG	3150703	PIRAJUBA	0	0	1	1
MG	3152600	POUSO ALTO	0	0	1	1
MG	3154507	RIACHO DOS MACHADOS	0	1	0	1
MG	3155405	RIO NOVO	0	1	0	1
MG	3155900	RIO PRETO	0	0	1	1
MG	3156700	SABARA	1	0	0	1
MG	3157252	SANTA BARBARA DO LESTE	0	1	0	1
MG	3157302	SANTA BARBARA DO TUGURIO	0	0	1	1
MG	3158300	SANTANA DA VARGEM	0	1	0	1
MG	3159001	SANTANA DO RIACHO	0	0	1	1
MG	3161908	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	0	1	0	1
MG	3163003	SAO JOSE DA SAFIRA	0	0	1	1
MG	3163201	SAO JOSE DO ALEGRE	0	0	1	1
MG	3164902	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	0	0	1	1
MG	3165206	SÃO THOME DAS LETRAS	0	0	1	0
MG	3165008	SAO TIAGO	0	1	0	1
MG	3165503	SARDOA	0	0	1	1
MG	3165800	SENADOR JOSE BENTO	0	0	1	1
MG	3167004	SERRANOS	0	0	1	1
MG	3167905	TABULEIRO	0	0	1	1
MG	3168408	TARUMIRIM	1	0	0	1
MG	3168507	TEIXEIRAS	0	1	0	1
MG	3169505	TUMIRITINGA	0	1	0	1
MG	3169802	TURVOLANDIA	0	0	1	1
MG	3170008	UBAI	1	0	0	1
MG	3170206	UBERLANDIA	8	0	0	8
MG	3170305	UMBURATIBA	0	0	1	1
MG	3171303	VIÇOSA	1	0	0	1
MG	3171402	VIEIRAS	0	0	1	1
MG	3171709	VIRGINIA	0	1	0	1
Total da UF:		81	21	23	46	90
MT	5101308	ARENAPOLIS	0	1	0	1
MT	5104542	ITANHANGA	0	0	1	1
MT	5104559	ITAUBA	0	0	1	1
MT	5105309	LUCIARA	0	0	1	1
MT	5105580	MARCELANDIA	0	1	0	1
MT	5106224	NOVA MUTUM	1	0	0	1
MT	5106190	NOVA SANTA HELENA	0	0	1	1
MT	5106240	NOVA UBIRATA	0	1	0	1
MT	5106703	PONTE BRANCA	0	0	1	1
MT	5107750	SALTO DO CEU	0	0	1	1
MT	5107768	SANTA RITA DO TRIVELATO	0	0	1	1
MT	5107305	SAO JOSE DO RIO CLARO	1	0	0	1
MT	5108402	VARZEA GRANDE	2	0	0	2
Total da UF:		13	4	3	7	14
PA	1502202	CAPANEMA	2	0	0	2
PA	1503457	IPIXUNA DO PARA	1	0	0	1
PA	1507979	TERRA SANTA	0	1	0	1
PA	1508209	VIGIA	1	0	0	1
Total da UF:		4	4	1	0	5
PB	2501351	ASSUNCAO	0	0	1	1
PB	2501401	BAIA DA TRAICAO	0	1	0	1
PB	2502300	BOM SUCESSO	0	0	1	1
PB	2504850	COXIXOLA	0	0	1	1
PB	2505238	CUITE DE MAMANGUAPE	0	1	0	1
PB	2506509	GURJAO	0	0	1	1
PB	2507705	JUAZEIRINHO	1	0	0	1
PB	2508505	LIVRAMENTO	0	1	0	1
PB	2509008	MANAIRA	0	1	0	1
PB	2513851	SANTO ANDRE	0	0	1	1
Total da UF:		10	1	4	5	10
PE	2604502	CHA GRANDE	1	0	0	1
PE	2605707	FLORESTA	1	0	0	1
PE	2609105	MACHADOS	1	0	0	1
PE	2612471	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	1	0	0	1
PE	2612554	SANTA FILOMENA	1	0	0	1
PE	2613701	SAO LOURENCO DA MATA	2	0	0	2
PE	2614600	TABIRA	1	0	0	1
PE	2615409	TORITAMA	1	0	0	1
PE	2615706	TRIUNFO	1	0	0	1
Total da UF:		9	10	0	0	10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PI	2201309	BARREIRAS DO PIAUI	0	0	1	1
PI	2206902	NOVO ORIENTE DO PIAUI	0	1	0	1
PI	2207793	PAU D'ARCO DO PIAUI	0	0	1	1
PI	2209153	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	0	0	1	1
PI	2210383	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	0	0	1	1
PI	2211605	VILA NOVA DO PIAUI	0	0	1	1
Total da UF:		6	0	1	5	6
PR	4100459	ALTAMIRA DO PARANA	0	0	1	1
PR	4100509	ALTONIA	1	0	0	1
PR	4102307	BALSA NOVA	0	1	0	1
PR	4103479	CAFEZAL DO SUL	0	0	1	1
PR	4103958	CAMPINA DO SIMAO	0	0	1	1
PR	4104055	CAMPO BONITO	0	0	1	1
PR	4104402	CANDIDO DE ABREU	0	1	0	1
PR	4104600	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	0	1	0	1
PR	4107256	DOURADINA	0	0	1	1
PR	4107736	FERNANDES PINHEIRO	0	0	1	1
PR	4108452	FOZ DO JORDÃO	0	0	1	1
PR	4108502	GENERAL CARNEIRO	0	1	0	1
PR	4108650	GOIOXIM	0	0	1	1
PR	4109005	GUAPIRAMA	0	0	1	1
PR	4109500	GUARAQUECABA	0	1	0	1
PR	4110300	INAJA	0	0	1	1
PR	4110656	IRACEMA DO OESTE	0	0	1	1
PR	4111902	JAGUAPITÃ	0	1	0	1
PR	4112207	JANIOPOLIS	0	0	1	1
PR	4113007	JUSSARA	0	1	0	1
PR	4113205	LAPA	1	0	0	1
PR	4113403	LEOPOLIS	0	0	1	1
PR	4113759	LUNARDELI	0	0	1	1
PR	4114302	MANDIRITUBA	1	0	0	1
PR	4114351	MANFRINOPOLIS	0	0	1	1
PR	4115002	MARILENA	0	1	0	1
PR	4115101	MARILUZ	0	1	0	1
PR	4115457	MARQUINHO	0	0	1	1
PR	4115903	MIRADOR	0	0	1	1
PR	4116505	NOVA ALIANÇA DO IVAI	0	0	1	1
PR	4117206	NOVA OLIMPIA	0	0	1	1
PR	4118105	PARANACITY	0	0	1	1
PR	4118451	PATO BRAGADO	0	0	1	1
PR	4118907	PEROLA	0	1	0	1
PR	4119657	PITANGUEIRAS	0	0	1	1
PR	4120150	PORTO BARREIRO	0	0	1	1
PR	4120200	PORTO RICO	0	0	1	1
PR	4120655	QUARTO CENTENARIO	0	0	1	1
PR	4122503	RONCADOR	0	1	0	1
PR	4122651	ROSARIO DO IVAI	0	0	1	1
PR	4124020	SANTA TEREZA DO OESTE	0	1	0	1
PR	4124053	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	1	0	0	1
PR	4124004	SANTANA DO ITARARE	0	0	1	1
PR	4125001	SAO JOAO DO IVAI	0	1	0	1
PR	4125555	SAO MANOEL DO PARANA	0	0	1	1
PR	4126009	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	0	1	0	1
PR	4126405	SERTANEJA	0	0	1	1
PR	4126900	TAPIRA	0	0	1	1
PR	4128658	VIRMOND	0	0	1	1
PR	4128708	VITORINO	0	0	1	1
Total da UF:		50	4	14	32	50
RJ	3301850	GUAPIMIRIM	0	1	0	1
RJ	3302106	ITAOCARA	0	1	0	1
RJ	3303104	NATIVIDADE	1	0	0	1
RJ	3303302	NITEROI	4	0	0	4
RJ	3305406	SAPUCAIA	1	0	0	1
Total da UF:		5	6	2	0	8
RN	2401206	ARES	1	0	0	1
RN	2401651	BODO	0	0	1	1
RN	2402808	CORONEL EZEQUIEL	0	0	1	1
RN	2403400	EQUADOR	0	0	1	1
RN	2403806	FLORANIA	0	1	0	1
RN	2405900	JOAO DIAS	0	0	1	1
Total da UF:		6	1	1	4	6
RO	1100056	CEREJEIRAS	0	1	0	1
RO	1100924	CHUPINGUAIA	0	1	0	1
RO	1100262	RIO CRESPO	0	0	1	1
Total da UF:		3	0	2	1	3
RR	1400100	BOA VISTA	6	0	0	6
RR	1400233	CAROEBE	0	0	1	1
RR	1400605	SAO LUIZ	0	1	0	1
Total da UF:		3	6	1	1	8
RS	4300208	AJURICABA	0	1	0	1
RS	4300307	ALECRIM	0	1	0	1
RS	4300554	ALTO ALEGRE	0	0	1	1
RS	4300877	ARARICA	0	0	1	1
RS	4301552	AUREA	0	0	1	1
RS	4301875	BARRA DO QUARAI	0	0	1	1
RS	4301958	BARRA FUNDA	0	0	1	1
RS	4302378	BOM PROGRESSO	0	0	1	1
RS	4303806	CAMPINAS DO SUL	0	0	1	1
RS	4304101	CAMPOS BORGES	0	0	1	1
RS	4304408	CANELA	1	0	0	1
RS	4304655	CAPAO DO CIPO	0	0	1	1
RS	4306056	CRISTAL	0	0	1	1
RS	4306957	ENTRE RIOS DO SUL	0	0	1	1
RS	4308003	FAXINAL DO SOTURNO	0	0	1	1
RS	4310850	JABOTICABA	0	0	1	1
RS	4311205	JULIO DE CASTILHOS	1	0	0	1
RS	4313060	NOVA HARTZ	0	1	0	1
RS	4313490	NOVO BARREIRO	0	0	1	1
RS	4313466	NOVO XINGU	0	0	1	1
RS	4315057	PORTO MAUA	0	0	1	1
RS	4315313	QUATRO IRMAOS	0	0	1	1
RS	4315552	RIO DOS INDIOS	0	0	1	1
RS	4316402	ROSARIO DO SUL	1	0	0	1
RS	4316428	SAGRADA FAMILIA	0	0	1	1
RS	4316956	SANTA MARIA DO HERVAL	0	0	1	1
RS	4317905	SANTO CRISTO	0	0	1	1
RS	4318051	SAO DOMINGOS DO SUL	0	0	1	1
RS	4318424	SAO JOAO DA URTIGA	0	0	1	1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RS	4318465	SAO JOSE DO HERVAL	0	0	1	1
RS	4319372	SAO PEDRO DO BUTIA	0	0	1	1
RS	4320321	SENADOR SALGADO FILHO	0	0	1	1
RS	4320859	TABAI	0	0	1	1
RS	4321857	TRES PALMEIRAS	0	0	1	1
RS	4321956	TRINDADE DO SUL	0	0	1	1
RS	4322400	URUGUAIANA	0	1	0	1
RS	4322558	VANINI	0	0	1	1
RS	4323457	VILA NOVA DO SUL	0	0	1	1
Total da UF:		38	3	4	31	38
SC	4200051	ABDON BATISTA	0	0	1	1
SC	4200309	AGRONOMICA	0	0	1	1
SC	4200408	AGUA DOCE	0	1	0	1
SC	4200606	AGUAS MORNAS	0	0	1	1
SC	4200903	ANGELINA	0	0	1	1
SC	4201000	ANITA GARIBALDI	0	1	0	1
SC	4201208	ANTONIO CARLOS	0	1	0	1
SC	4201703	ASCURRA	0	0	1	1
SC	4202156	BELMONTE	0	0	1	1
SC	4203204	CAMBORIU	2	0	0	2
SC	4204350	CORDILHEIRA ALTA	0	0	1	1
SC	4204509	CORUPA	0	1	0	1
SC	4204756	CUNHATAI	0	0	1	1
SC	4205555	FREI ROGERIO	0	0	1	1
SC	4206207	GRAVATAL	0	1	0	1
SC	4206306	GUABIRUBA	1	0	0	1
SC	4206603	GUARUJA DO SUL	0	0	1	1
SC	4206801	IBICARE	0	0	1	1
SC	4207577	IOMERE	0	0	1	1
SC	4207700	IPUMIRIM	0	1	0	1
SC	4208609	JABORA	0	0	1	1
SC	4209201	LACERDOPOLIS	0	0	1	1
SC	4209607	LAURO MULLER	1	0	0	1
SC	4210308	MAJOR VIEIRA	0	1	0	1
SC	4210902	MODELO	0	0	1	1
SC	4211751	OTACILIO COSTA	1	0	0	1
SC	4211892	PAINEL	0	0	1	1
SC	4212304	PAULO LOPES	0	1	0	1
SC	4213351	PONTE ALTA DO NORTE	0	0	1	1
SC	4213807	PRAIA GRANDE	0	0	1	1
SC	4214300	RANCHO QUEIMADO	0	0	1	1
SC	4214508	RIO DO CAMPO	0	1	0	1
SC	4214607	RIO DO OESTE	0	0	1	1
SC	4215109	RODEIO	1	0	0	1
SC	4215703	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	1	0	0	1
SC	4215901	SAO BONIFACIO	0	0	1	1
SC	4216057	SAO CRISTOVAO DO SUL	0	0	1	1
SC	4217006	SAO LUDGERO	0	1	0	1
SC	4217154	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	0	0	1	1
SC	4217303	SAUDADES	0	1	0	1
SC	4217550	SERRA ALTA	0	0	1	1
SC	4218251	TIMBO GRANDE	0	1	0	1
SC	4218509	TREZE TILIAS	0	0	1	1
SC	4218806	TURVO	0	1	0	1
SC	4218954	URUPEMA	0	0	1	1
SC	4219606	XAVANTINA	0	0	1	1
Total da UF:		46	7	13	27	47
SE	2801900	CUMBE	0	0	1	1
SE	2802601	GRACHO CARDOSO	0	0	1	1
SE	2802700	ILHA DAS FLORES	0	1	0	1
SE	2804003	MARUIM	1	0	0	1
SE	2804300	MURIBECA	0	1	0	1
SE	2804458	NOSSA SENHORA APARECIDA	0	1	0	1
SE	2805505	POCO VERDE	1	0	0	1
SE	2806800	SAO DOMINGOS	0	1	0	1
Total da UF:		8	2	4	2	8
SP	3500758	ALAMBARI	0	0	1	1
SP	3501103	ALTO ALEGRE	0	0	1	1
SP	3501202	ALVARES FLORENCE	0	0	1	1
SP	3503406	AREALVA	0	0	1	1
SP	3503505	AREIAS	0	0	1	1
SP	3505906	BATATAIS	0	1	0	1
SP	3507308	BORACEIA	0	0	1	1
SP	3509106	CAIUA	0	0	1	1
SP	3509957	CANAS	0	0	1	1
SP	3510906	CASSIA DOS COQUEIROS	0	0	1	1
SP	3511904	CLEMENTINA	0	0	1	1
SP	3512506	COROADOS	0	0	1	1
SP	3514205	DOLCINOPOLIS	0	0	1	1
SP	3514908	ELIAS FAUSTO	0	1	0	1
SP	3514924	ELISIARIO	0	0	1	1
SP	3515657	FERNAO	0	0	1	1
SP	3515905	FLOREAL	0	0	1	1
SP	3516408	FRANCO DA ROCHA	1	0	0	1
SP	3526100	JUQUIA	0	1	0	1
SP	3526605	LAVRINHAS	0	1	0	1
SP	3526704	LEME	1	0	0	1
SP	3526902	LIMEIRA	1	0	0	1
SP	3534005	ONDA VERDE	0	0	1	1
SP	3534203	ORINDIUVA	0	0	1	1
SP	3537701	PIACATU	0	0	1	1
SP	3539707	PLATINA	0	0	1	1
SP	3540606	PORTO FELIZ	1	0	0	1
SP	3540804	POTIRENDABA	0	1	0	1
SP	3541307	PRESIDENTE EPITACIO	1	0	0	1
SP	3541653	QUADRA	0	0	1	1
SP	3542008	QUINTANA	0	1	0	1
SP	3542909	RIBEIRAO BONITO	0	1	0	1
SP	3544202	RIOLANDIA	0	0	1	1
SP	3548203	SANTO ANTONIO DO PINHAL	0	0	1	1
SP	3548302	SANTO EXPEDITO	0	0	1	1
SP	3549003	SAO FRANCISCO	0	0	1	1
SP	3552106	SOCORRO	1	0	0	1
SP	3552551	SUZANAPOLIS	0	0	1	1
SP	3554003	TATUI	0	1	0	1
SP	3555208	TURIUBA	0	0	1	1
SP	3555505	UBIRAJARA	0	0	1	1
Total da UF:		41	6	8	27	41

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TO	1707652	FIGUEIROPOLIS	0	0	1	1
TO	1708254	FORTALEZA DO TABOCAO	0	0	1	1
TO	1710508	ITACAJA	0	1	0	1
Total da UF:		3	0	1	2	3
Total Geral		437	158	110	215	483

PORTARIA Nº 2.453, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade de Estados e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e

Considerando a Portaria nº 1.153/GM/MS, de 22 de maio de 2014, que redefine os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso anual no montante de R$ 777.911,82 (setecentos e setenta e sete mil novecentos e onze reais e oitenta e dois centavos), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do recurso estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (Plano Orçamentário 0007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	IBGE	ESTADO/MUNICÍPIO	GESTÃO	ESTABELECIMENTO DE SAÚDE	VALOR ANUAL
AL	270430	Maceió	Municipal	Hospital Nossa Senhora da Guia - CNES 6303153	107.889,40
AM	130260	Manaus	Estadual	Instituto da Mulher Dona Lindu - CNES 6627595	159.650,12
AM	130080	Borba	Municipal	Hospital de Borba Vo Mundoca - CNES 2012383	8.455,49
MG	310620	Belo Horizonte	Municipal	Hospital Júlia Kubtschek - CNES 0027022	49.139,79
MG	313510	Janaúba	Municipal	Fundação de Assistência Social de Janaúba - CNES 2205939	23.793,54
MT	510250	Caceres	Estadual	Hospital São Luiz - CNES 2395037	31.961,56
PA	150080	Ananindeua	Municipal	Hospital Anita Gerosa - CNES 2615835	47.496,21
PE	261640	Vitória de Santo Antão	Municipal	APAMI de Vitória de Santo Antão - CNES 2429004	13.063,62
PE	260790	Jaboatão dos Guararapes	Municipal	Hospital Memorial Guararapes - CNES 2319454	52.772,54
PR	410000	Pinhais	Estadual	Hospital Municipal Nossa Senhora da Luz dos Pinhais - CNES 0018333	35.940,15
PR	410000	Toledo	Estadual	HOESP - CNES 4056752	38.462,51
RJ	330455	Rio de Janeiro	Municipal	Hospital Estadual Rocha Faria - CNES 2295407	17.597,02
SE	280030	Aracaju	Municipal	Hospital Santa Izabel - CNES 0002232	140.824,18
SE	280350	Lagarto	Municipal	Maternidade Zacarias Júnior - CNES 253824	50.865,69
TOTAL GERAL					777.911,82

PORTARIA Nº 2.454, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Portaria nº 237/GM/MS, de 14 de fevereiro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria nº 237/GM/MS, de 14 de fevereiro de 2014 quanto a gestão, passa a vigorar da seguinte forma:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTOS	GESTÃO
MG	310000	Padre Paraíso	2208083	Hospital Nossa Senhora Mãe da Igreja de Padre Paraíso	Municipal
MG	310000	Raul Soares	2168553	Hospital São Sebastião Raul Soares	Municipal
RS	430680	Encantado	2252228	Hospital Santa Teresinha Encantado	Municipal
SP	351080	Casa Branca	2082306	Santa Casa de Casa Branca	Municipal
SP	352600	Junqueirópolis	2751003	Santa Casa de Junqueirópolis	Municipal
SP	352920	Martinópolis	2751011	Santa Casa Mis Padre Joao Schneider	Municipal
SP	354770	Santo Anastácio	2751046	Santa Casa de Santo Anastácio	Municipal
SP	350000	Tupi Paulista	2081385	Santa Casa de Tupi Paulista	Municipal

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.455, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a outubro, novembro e dezembro de 2014, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 1.554/GM/MS, de 30 de julho de 2013, que dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e define em seu anexo IV os procedimentos e os valores dos medicamentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS no 4º trimestre 2014, conforme valores descritos no anexo a esta Portaria.

§ 1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em junho, julho e agosto de 2014 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

§ 2º Para o Estado de Alagoas foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 1.025.592,84 (um milhão, vinte e cinco mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de maio de 2014 até o momento de elaboração da Portaria nº 1.685/GM/MS, de 12 de agosto de 2014. Com os dados disponíveis para esta competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme anexo a esta Portaria.

§ 3º Para o Estado de Minas Gerais foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 7.198.593,99 (sete milhões, cento e noventa e oito mil quinhentos e noventa e três reais e noventa e nove centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de maio de 2014 até o momento de elaboração da Portaria nº 1.685/GM/MS, de 12 de agosto de 2014. Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme anexo a esta Portaria.

§ 4º Para o Estado de Rondônia foi realizado um ajuste a maior no total de R$ 266.394,81 (duzentos e sessenta e seis mil trezentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para a competência de maio de 2014 até o momento de elaboração da Portaria nº 1.685/GM/MS, de 12 de agosto de 2014; Com os dados disponíveis para essa competência, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme anexo a esta Portaria.

§ 5º Para o Estado do Pará foram utilizados os valores apresentados ao SIA/SUS no período de abril a agosto de 2014, sendo que os valores de abril e maio de 2014 foram computados como ajuste a maior, visto que estes dados não estavam disponíveis quando da publicação da Portaria nº 1.685/GM/MS, de 12 de agosto de 2014. Os dados de junho a agosto de 2014 foram sistematizados como valores a serem pagos nesta Portaria, conforme o anexo a esta Portaria.

§ 6º Para o Estado do Pará foi realizado ajuste a maior no total de R$ 668.894,31 (seiscentos e sessenta e oito mil oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos) já que o Estado não possuía informação ambulatorial disponível no SIA/SUS para as competências de abril e maio de 2014 até o momento da elaboração da Portaria nº 1.685/GM/MS, de 12 de agosto de 2014. Com os dados apresentados para essas competências, o valor de repasse pôde ser calculado, possibilitando o referido ajuste, dividido em três parcelas, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é de R$ 207.976.659,12 (duzentos e sete milhões novecentos e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e doze centavos) que corresponde a um valor mensal de R$ 69.325.553,04 (sessenta e nove milhões, trezentos e vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta e três reais e quatro centavos) que deverão ser transferidos mensalmente aos Estados, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Repasse de recursos financeiros no 4º Trimestre de 2014

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em junho, julho e agosto de 2014	Ajuste mensal a maior (1)	Valor de pagamento de outubro, novembro e dezembro de 2014
Acre	81.317,06		81.317,06
Alagoas	631.680,33	341.864,28	973.544,61
Amapá	16.529,17		16.529,17
Amazonas	606.299,45		606.299,45
Bahia	1.333.199,42		1.333.199,42
Ceará	1.858.883,97		1.858.883,97
Distrito Federal	1.090.024,77		1.090.024,77
Espírito Santo	1.856.717,93		1.856.717,93
Goiás	2.111.094,19		2.111.094,19
Maranhão	775.217,45		775.217,45
Mato Grosso	471.866,72		471.866,72
Mato Grosso do Sul	751.146,79		751.146,79
Minas Gerais	6.964.234,93	2.399.531,33	9.363.766,26
Pará	1.045.531,45	222.964,77	1.268.496,22
Paraíba	1.000.128,95		1.000.128,95
Paraná	4.202.507,79		4.202.507,79
Pernambuco	1.549.911,00		1.549.911,00
Piauí	346.851,69		346.851,69
Rio de Janeiro	3.068.562,41		3.068.562,41
Rio Grande do Norte	567.541,71		567.541,71
Rio Grande do Sul	1.934.781,00		1.934.781,00
Rondônia	170.709,04	88.798,27	259.507,31
Roraima	70.411,99		70.411,99
Santa Catarina	3.540.856,68		3.540.856,68
São Paulo	29.606.908,00		29.606.908,00
Sergipe	509.596,19		509.596,19
Tocantins	109.884,31		109.884,31
Total	66.272.394,39		69.325.553,04

(1) Conforme § 2º, § 3º, § 4º e § 6º do art 1º.

PORTARIA Nº 2.456, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.290/GM/MS, de 21 de outubro de 2014, que altera a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 1.208/GM/MS, de 18 de junho de 2013, que integra o Programa Melhor em Casa com o Programam SOS Emergências, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados, no Código 13.02, os estabelecimentos de saúde constantes no anexo a esta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando o número de Equipes Multidisciplinares (EMAD e EMAP) sediadas nos Municípios listados, a receberem incentivos financeiros referentes ao Melhor em Casa (Atenção Domiciliar).

Parágrafo único. Ficam habilitados os estabelecimentos que se configuram como hospitais que compõem o SOS Emergências, constantes no anexo a esta Portaria, contemplados com uma Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar tipo I (EMAD tipo I/SOS), não sendo esta contabilizada no cálculo do teto máximo de equipes do Município estabelecido pela Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013.

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD.0003 - Piso de Atenção Básica Variável - Atenção Domiciliar, para implantação de novas equipes dos proponentes, Secretaria Municipal de Saúde constantes na Planilha do anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

PLANILHA - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP - PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	CNES	Nome do Estabelecimento	Tipo de EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
BA	Itamaraju	2556847	Hospital Municipal de Itamaraju	Tipo 1	1	1
BA	Nova Viçosa	2506254	Hospital Municipal de Nova Viçosa	Tipo 1	1	1
PA	Ourilândia do Norte	2323044	Centro de Saúde Santa Inês	Tipo 2	1	1
BA	Barra	6223079	Unidade de Saúde da Família Geraldo Teixeita do Nascimento	Tipo 1	1	1
SP	São Paulo	2688689	Santa Casa de São Paulo Hospital Central São Paulo	Tipo 1 / SOS	1	0
RN	Parelhas	2375494	Hospital Dr José Augusto Dantas	Tipo 2	1	1
SC	Joinville	2511681	Policlínica Bucarein	Tipo 1	5	2
MG	Uberaba	2164817	UPA Unidade de Pronto Atendimento São Benedito	Tipo 1	1	0
PB	Itaporanga	2604868	Policlínica Manoel Medeiros Maia Itaporanga	Tipo 2	1	1
MS	Corumbá	2559498	Unidade Básica de Saúde Gastão de Oliveira	Tipo 1	1	1
MG	Jequitinhonha	2119889	Unidade Básica de Saúde de Jequitinhonha	Tipo 2	1	1
PB	Monteiro	7058284	Unidade Joaquina Pires Barbosa Henrique	Tipo 2	1	1
TOTAL					16	11

PORTARIA Nº 2.457, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Desabilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.290/GM/MS, de 21 de outubro de 2014, que altera a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 3.255/GM/MS, de 30 de dezembro de 2011, que habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado, no Código 13.02, o estabelecimento de saúde constante do anexo a esta Portaria, contemplado com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando as Equipes multidisciplinares (EMAD tipo 1, EMAD tipo 2 e EMAP) sediadas no mesmo.

Parágrafo único. Estão contidos na Planilha os serviços cujos proponentes são Secretarias Municipais de Saúde

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Planilha - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP - PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	Nome do Estabelecimento	CNES	TIPO EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
SC	Jonville	Secretaria Municipal da Saúde de Joinville	5374588	Tipo 1	5	2
TOTAL					5	2

PORTARIA Nº 2.458, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Picos, a receber o incentivo para Atenção Integral à Saúde de adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância da implementação de ações e serviços, que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Nacional Socioeducativo, estimada em mais de 80.000 adolescentes/jovens, distribuída em todas as unidades federadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme as Portarias nº 1.082/GM/MS e nº 1.083/GM/MS, ambas de 23 de maio de 2014;

Considerando o art. 1º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 3º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Fica qualificado o Município de Picos no Piauí até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, a receber o incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS de 2014;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014;

Art. 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria correrão por conta da Funcional Programática 10.301.2015.20YI (PO0004) - Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática dos recursos para o Fundo Municipal de Picos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO Á SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PI	Picos	Complexo de Defesa da Cidadania (CDC)	Municipal	29	R$ 7.486,50	R$ 7.486,50

PORTARIA Nº 2.459, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita a Central de Regulação das Urgências (CRU), 8 (oito) Unidades de Suporte Avançado (USA) e 31 (trinta e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) da Central de Regulação das Urgências (SAMU 192) Macro Sudeste, com sede no Município de Juiz de Fora (MG), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e autoriza a transferência de custeio mensal à Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera os valores de repasse financeiro da Portaria nº 1010/GM/MS, de 21 de maio de 2012;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico nº 0022/2014-CGFNS/DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Central de Regulação das Urgências (CRU), 8 (oito) Unidades de Suporte Avançado (USA) e 31 (trinta e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) da Central de Regulação das Urgências (SAMU 192) Região Macro Sudeste de Minas Gerais, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e fica autorizada a transferência de custeio mensal ao Estado de Minas Gerais com sede no Município de Juiz de Fora (MG), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado, para o Fundo Estadual de Saúde de Minas Gerais (MG).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS E UNIDADES MÓVEIS

LOCAL DE REPASSE	UF	Município	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
SECRETARIA ESTADUAL DE MINAS GERAIS (SES)	MG	Juiz de Fora	7476809	82.45	01 CRU	R$ 110.600,00	R$ 1.327.200,00
	MG	Juiz de Fora	7515289	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Juiz de Fora	7575319	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Carangola	7548109	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Lima Duarte	7545507	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Leopoldina	7548052	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Muriaé	7588348	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Santos Dumont	7575319	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Ubá	7588356	82.49	01 USA	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
	MG	Além Paraíba	7541090	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Carangola	7570678	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Espera Feliz	4548125	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Fervedouro	7548133	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Andrelândia	7539932	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Bom Jardim de Minas	7539967	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Goianá	7539975	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7572336	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7575085	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7572417	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7572425	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7572387	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Juiz de Fora	7572379	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Lima Duarte	7540035	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Matias Barbosa	7539983	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Rio Preto	7539991	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Astolfo Dutra	7541104	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Cataguases	7478267	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Laranjal	7541120	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Leopoldina	7548044	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Mirai	7588372	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Muriaé	7588399	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Patrocínio do Muriaé	7588402	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Santos Dumont	7540019	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Bicas	7539940	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	São João Nepomuceno	7540000	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Ervalia	7588364	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Rio Pomba	7588410	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Senador Firmino	7554184	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Ubá	7588429	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	MG	Visconde do Rio Branco	7588437	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
		TOTAL					R$ 9.905.700,00

PORTARIA Nº 2.460, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/GM/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira agosto de 2014, dos Municípios, relacionados no anexo a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFR	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	1200385	PLACIDO DE CASTRO	0	0	0	1	0	0
AL	2704005	JUNQUEIRO	0	0	0	1	0	0
AL	2705705	OLHO D'AGUA DAS FLORES	0	0	0	1	0	0
AM	1303908	SAO PAULO DE OLIVENCA	0	0	0	0	0	11
AP	1600303	MACAPA	0	0	0	1	0	2
AP	1600402	MAZAGAO	0	0	0	1	0	0
BA	2904407	BREJOLANDIA	1	0	0	1	0	4
BA	2905156	CAETANOS	0	0	0	1	0	0
BA	2905305	CAFARNAUM	0	0	0	1	0	0
BA	2905701	CAMACARI	0	0	0	2	0	0
BA	2906105	CANAPOLIS	1	0	0	1	0	6
BA	2909901	CURACA	0	0	0	0	0	2
BA	2911006	FLORESTA AZUL	0	0	0	1	0	0
BA	2912301	IBICUI	1	0	0	1	0	3
BA	2913804	IPECAETA	1	0	0	0	0	10
BA	2914000	IPIRA	0	0	0	0	0	1
BA	2915700	ITAMARI	1	0	0	1	0	9
BA	2916005	ITANHEM	0	0	0	1	0	0
BA	2916302	ITAPEBI	0	0	0	1	0	0
BA	2916609	ITAPITANGA	0	0	0	1	0	0
BA	2916906	ITIRUCU	1	0	0	1	0	7
BA	2919058	LAJEDO DO TABOCAL	0	0	0	1	0	0
BA	2919207	LAURO DE FREITAS	1	0	0	4	0	5
BA	2920007	MAIQUINIQUE	0	0	0	1	0	0
BA	2921609	MORPARA	0	0	0	1	0	0
BA	2924801	PIRITIBA	0	0	0	1	0	0
BA	2925303	PORTO SEGURO	0	0	0	1	0	0
BA	2925931	QUIXABEIRA	1	0	0	1	0	7
BA	2927200	RUY BARBOSA	0	0	0	1	0	0
BA	2927408	SALVADOR	0	0	0	4	0	0
BA	2928802	SANTO ESTEVAO	0	0	0	0	0	1
BA	2929206	SAO FRANCISCO DO CONDE	0	0	0	1	0	0
BA	2932101	UBAIRA	0	0	0	1	0	0
BA	2933307	VITORIA DA CONQUISTA	1	0	0	2	0	20
CE	2300150	ACARAPE	0	0	0	1	0	0
CE	2301901	BARBALHA	0	0	0	1	0	0
CE	2302206	BEBERIBE	1	0	0	0	1	7
CE	2304202	CRATO	1	0	0	0	0	6
CE	2304301	FARIAS BRITO	0	0	0	1	0	0
CE	2304400	FORTALEZA	1	0	0	0	0	12
CE	2305407	ICO	0	0	0	1	0	0
CE	2306306	ITAPAGE	0	0	0	1	0	0
CE	2307502	LAVRAS DA MANGABEIRA	1	0	0	1	0	10
CE	2308377	MIRAIMA	0	0	0	1	0	0
CE	2308401	MISSAO VELHA	1	0	0	1	0	5
CE	2310209	PARACURU	1	0	0	1	0	5
CE	2311306	QUIXADA	1	0	0	1	0	6
CE	2311355	QUIXELO	0	0	0	1	0	0
DF	5300108	BRASILIA	1	0	0	0	0	4
ES	3201506	COLATINA	1	0	0	2	0	8
ES	3202207	FUNDAO	1	0	0	1	0	5
ES	3203205	LINHARES	1	0	0	1	0	9
ES	3203304	MANTENOPOLIS	0	0	0	1	0	0
ES	3204500	SANTA LEOPOLDINA	1	0	0	0	0	8
ES	3205101	VIANA	0	0	0	1	0	0
GO	5204904	CAMPOS BELOS	0	0	0	0	1	0
GO	5206206	CRISTALINA	0	0	0	0	1	0
GO	5208707	GOIANIA	1	0	0	1	0	4
GO	5209937	INACIOLANDIA	0	0	0	0	0	1
GO	5215231	NOVO GAMA	0	0	0	1	0	0
MA	2106607	MATOES	1	0	0	2	0	10
MA	2107902	PASSAGEM FRANCA	0	0	0	1	0	0
MA	2110005	SANTA LUZIA	0	0	0	1	0	0
MA	2111250	SAO JOSE DOS BASILIOS	0	0	0	1	0	0
MA	2111409	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	1	0	0	1	0	6
MA	2111607	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	1	0	0	1	0	3
MA	2112100	TIMBIRAS	1	0	0	0	0	10
MA	2112308	TUNTUM	0	0	0	1	0	0
MG	3101102	AIMORES	1	0	0	1	0	7
MG	3104007	ARAXA	0	0	0	0	0	1
MG	3113701	CARLOS CHAGAS	1	0	0	1	0	7
MG	3116506	CLARO DOS POCOES	0	0	0	0	1	0
MG	3118601	CONTAGEM	3	0	0	3	0	17
MG	3126109	FORMIGA	0	0	0	1	0	0
MG	3129905	IBITIURA DE MINAS	0	0	0	0	0	1
MG	3130655	INDAIABIRA	0	0	0	0	1	0
MG	3133303	ITAOBIM	2	0	0	0	2	12
MG	3135209	JANUARIA	0	0	0	0	0	1
MG	3137601	LAGOA SANTA	1	0	0	0	0	5
MG	3139508	MANHUMIRIM	1	0	0	0	1	8
MG	3141009	MATO VERDE	0	0	0	0	1	0
MG	3142908	MONTE AZUL	1	0	0	0	1	6
MG	3143302	MONTES CLAROS	1	0	0	0	0	5
MG	3151602	PLANURA	0	0	0	0	0	1
MG	3154606	RIBEIRAO DAS NEVES	1	0	0	0	0	6
MG	3161106	SAO FRANCISCO	0	0	0	1	0	0
MG	3161908	SAO GONCALO DO RIO ABAIXO	1	0	0	1	0	6
MG	3162922	SAO JOAQUIM DE BICAS	0	0	0	0	1	0
MG	3168804	TIRADENTES	1	0	0	0	0	7
MS	5005806	NIOAQUE	1	0	0	1	0	6
MS	5006002	NOVA ALVORADA DO SUL	0	0	0	1	0	0
MT	5102637	CAMPO NOVO DO PARECIS	1	0	0	0	0	4
MT	5106281	NOVO SAO JOAQUIM	0	0	0	1	0	0
MT	5106752	PONTES E LACERDA	1	0	0	1	0	7
MT	5108303	UNIAO DO SUL	0	0	0	1	0	0
MT	5108352	VALE DE SAO DOMINGOS	0	0	0	0	1	0
PA	1500107	ABAETETUBA	1	0	0	1	0	9
PA	1500206	ACARA	0	0	0	1	0	0
PA	1500800	ANANINDEUA	0	0	0	1	0	7
PA	1502756	CONCORDIA DO PARA	1	0	0	1	0	1
PA	1502905	CURUCA	1	0	0	0	0	5
PA	1503507	IRITUIA	0	0	0	1	0	0
PA	1503804	JACUNDA	0	0	0	0	0	30
PA	1506161	RIO MARIA	1	0	0	1	0	6
PA	1506187	RONDON DO PARA	0	0	0	0	0	10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PB	2501807	BAYEUX	0	0	0	1	0	0
PB	2504405	CONCEICAO	1	0	0	1	0	8
PB	2505105	CUITE	0	0	0	1	0	0
PB	2506806	INGA	1	0	0	1	0	3
PB	2507507	JOAO PESSOA	0	0	0	1	0	0
PB	2508604	LUCENA	1	0	0	1	0	4
PB	2509404	MOGEIRO	2	0	0	2	0	12
PB	2513703	SANTA RITA	1	0	0	2	0	10
PB	2514008	SAO JOAO DO CARIRI	1	0	0	1	0	7
PB	2515302	SAPE	0	0	0	2	0	0
PB	2515401	SERIDO	1	0	0	1	0	6
PB	2516151	SOSSEGO	1	0	0	1	0	4
PE	2601102	ARARIPINA	1	0	0	0	0	10
PE	2603108	CACHOEIRINHA	1	0	0	1	0	4
PE	2603405	CALUMBI	1	0	0	1	0	4
PE	2607703	ITAPETIM	1	0	0	0	0	7
PE	2609808	OROCO	1	0	0	1	0	6
PE	2611705	RIACHO DAS ALMAS	0	0	0	1	0	0
PE	2614600	TABIRA	1	0	0	1	0	9
PE	2616407	VITORIA DE SANTO ANTAO	0	0	0	1	0	0
PI	2202075	CAJAZEIRAS DO PIAUI	1	0	0	1	0	5
PI	2202091	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	1	0	0	1	0	4
PI	2205532	JUREMA	0	0	0	1	0	0
PI	2206209	MIGUEL ALVES	0	0	0	1	0	0
PI	2207108	OLHO D'AGUA DO PIAUI	1	0	0	1	0	7
PR	4104501	CAPANEMA	0	0	0	1	0	0
PR	4123857	SANTA MARIA DO OESTE	1	0	0	1	0	8
PR	4126900	TAPIRA	1	0	0	1	0	7
PR	4127106	TELEMACO BORBA	1	0	0	0	0	8
PR	4128203	UNIAO DA VITORIA	1	0	0	0	0	6
RJ	3300456	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	8
RJ	3300506	BOM JARDIM	1	0	0	0	0	7
RJ	3301603	DUAS BARRAS	1	0	0	0	0	7
RJ	3301702	DUQUE DE CAXIAS	0	0	0	1	0	0
RJ	3301876	IGUABA GRANDE	1	0	0	1	0	7
RJ	3301900	ITABORAI	1	0	0	0	0	7
RJ	3302304	LAJE DO MURIAE	1	0	0	1	0	9
RJ	3302502	MAGE	6	0	0	4	0	40
RJ	3304557	RIO DE JANEIRO	0	0	0	0	1	0
RJ	3304904	SAO GONCALO	2	0	0	2	0	12
RJ	3306305	VOLTA REDONDA	1	0	0	1	0	5
RN	2402808	CORONEL EZEQUIEL	0	0	0	1	0	0
RN	2404507	GUAMARE	0	0	0	1	0	0
RN	2408003	MOSSORO	1	0	0	1	0	4
RO	1101302	MIRANTE DA SERRA	1	0	0	1	0	7
RS	4303103	CACHOEIRINHA	1	0	0	0	0	4
RS	4303905	CAMPO BOM	0	0	0	1	0	0
RS	4304358	CANDIOTA	0	0	0	1	0	0
RS	4305173	CERRO GRANDE DO SUL	1	0	0	1	0	7
RS	4308201	FLORES DA CUNHA	1	0	0	0	0	3
RS	4311627	LINDOLFO COLLOR	0	0	0	1	0	0
RS	4312674	NICOLAU VERGUEIRO	1	0	0	1	0	5
RS	4314902	PORTO ALEGRE	3	0	0	4	1	10
RS	4320008	SAPUCAIA DO SUL	0	0	0	0	0	1
SC	4202438	BOCAINA DO SUL	0	0	0	1	0	0
SC	4203204	CAMBORIU	1	0	0	1	0	6
SC	4204103	CAXAMBU DO SUL	1	0	0	1	0	6
SC	4204707	CUNHA PORA	3	0	0	1	0	19
SC	4207650	IPORA DO OESTE	1	0	0	0	0	4
SC	4211603	NOVA VENEZA	1	0	0	1	0	6
SC	4211892	PAINEL	1	0	0	1	0	6
SC	4215679	SANTA TEREZINHA	1	0	0	0	0	10
SC	4216404	SAO JOAO DO SUL	0	0	0	1	0	0
SC	4216602	SAO JOSE	1	0	0	0	0	4
SC	4218806	TURVO	0	0	0	2	0	0
SC	4219309	VIDEIRA	1	0	0	1	0	1
SC	4219606	XAVANTINA	1	0	0	1	0	6
SC	4219705	XAXIM	1	0	0	1	0	11
SE	2803005	ITABAIANINHA	0	0	0	1	0	0
SE	2803500	LAGARTO	0	0	0	1	0	0
SE	2805406	POCO REDONDO	0	0	0	1	0	0
SP	3505104	BARBOSA	1	0	0	0	0	4
SP	3516705	GARCA	1	0	0	1	0	6
SP	3517604	GUAPIARA	1	0	0	1	0	7
SP	3518800	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	3519253	IARAS	1	0	0	0	0	5
SP	3522307	ITAPETININGA	1	0	0	1	0	6
SP	3523206	ITARARE	1	0	0	0	0	5
SP	3529401	MAUA	1	0	0	0	0	4
SP	3530508	MOCOCA	0	0	0	0	0	3
SP	3543006	RIBEIRAO BRANCO	1	0	0	1	0	5
SP	3548500	SANTOS	0	0	0	0	0	7
SP	3550308	SAO PAULO	2	0	0	0	1	11
SP	3552007	SILVEIRAS	0	0	0	1	0	0
TO	1711902	LAGOA DA CONFUSAO	1	0	0	1	0	8
TO	1718204	PORTO NACIONAL	0	0	0	1	0	0
TOTAL		191	117	0	0	158	15	814

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.461, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campo Grande (MS) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Camapuã (MS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.099/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que habilita a Unidade de Suporte Básico (SAMU 192) de Camapuã (MS);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.142775/2014-96, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campo Grande (MS) e fica autorizada a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Camapuã (MS), conforme anexo a esta Portaria;

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Camapuã (MS).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação)	Valor mensal a ser pago com qualificação	Valor do Repasse Anual qualificado Fundo a Fundo
MS	Camapuã	7326467	82.51	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00

PORTARIA Nº 2.462, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera a Portaria nº 1.091/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O anexo I da Portaria nº 1.091/GM/MS, de 23 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 98, de 26 de maio de 2014, Seção 1, página 65, passa a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UNIDADES MÓVEIS

Município para repasse	USB	USA	CNES	Valor de repasse mensal	Valor do Repasse Anual
América Dourada (BA)	01	-	7239947	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Canarana (BA)	01	-	7242689	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Central (BA)	01	-	7261330	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Jacobina (BA)	01	01	7320477	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
			7320469	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
João Dourado (BA)	01	-	7253362	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Xique-Xique (BA)	01	-	7260423	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL					R$ 1.407.000,00

PORTARIA Nº 2.463, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família, Equipes de Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde nos Municípios com irregularidades no cadastro de profissionais no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando o disposto na Portaria nº 750/SAS/MS, de 10 de outubro de 2006, que define o SCNES como base cadastral para o SIAB;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando a existência de irregularidades no cadastramento de profissionais da Saúde da Família identificadas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Saúde da Família e Ribeirinhas, de Equipes Saúde Bucal e de Agentes Comunitários de Saúde, da competência financeira setembro de 2014, dos Municípios, relacionados no anexo a esta Portaria, que apresentaram duplicidade no cadastro de profissionais no SCNES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESF	ESFR	ESFRSB	ESB 1	ESB 2	ACS
AC	1200385	PLACIDO DE CASTRO	0	0	0	1	0	0
AL	2704203	LIMOEIRO DE ANADIA	0	0	0	0	0	1
AL	2707503	PORTO REAL DO COLEGIO	0	0	0	2	0	0
AM	1301407	EIRUNEPE	0	0	0	0	1	0
AM	1303908	SAO PAULO DE OLIVENCA	0	0	0	0	0	11
AM	1304237	TONANTINS	0	0	0	1	0	0
AP	1600303	MACAPA	2	0	0	0	0	13
AP	1600402	MAZAGAO	1	0	0	2	0	4
AP	1600501	OIAPOQUE	1	0	0	0	0	9
BA	2902302	ARATUIPE	0	0	0	1	0	0
BA	2903805	BOA VISTA DO TUPIM	0	0	0	1	0	0
BA	2905156	CAETANOS	0	0	0	1	0	0
BA	2905305	CAFARNAUM	0	0	0	1	0	0
BA	2905701	CAMACARI	0	0	0	2	0	0
BA	2906105	CANAPOLIS	1	0	0	1	0	6
BA	2909406	COTEGIPE	1	0	0	0	0	6
BA	2909901	CURACA	0	0	0	0	0	2
BA	2912202	IBICOARA	0	0	0	1	0	0
BA	2914000	IPIRA	0	0	0	0	0	3
BA	2914901	ITACARE	0	0	0	1	0	0
BA	2916005	ITANHEM	0	0	0	1	0	0
BA	2916302	ITAPEBI	0	0	0	1	0	0
BA	2919108	LAMARAO	0	0	0	1	0	0
BA	2919207	LAURO DE FREITAS	0	0	0	1	0	0
BA	2920007	MAIQUINIQUE	0	0	0	1	0	0
BA	2920205	MALHADA	0	0	0	1	0	0
BA	2925204	POJUCA	0	0	0	1	0	0
BA	2925303	PORTO SEGURO	0	0	0	1	0	0
BA	2926301	RIACHAO DO JACUIPE	1	0	0	0	0	10
BA	2927309	SALINAS DA MARGARIDA	0	0	0	1	0	0
BA	2927408	SALVADOR	1	0	0	3	0	7
BA	2930303	SERRA DOURADA	1	0	0	1	0	7
BA	2933307	VITORIA DA CONQUISTA	1	0	0	2	0	20
CE	2300150	ACARAPE	0	0	0	1	0	0
CE	2301901	BARBALHA	0	0	0	1	0	0
CE	2304202	CRATO	1	0	0	0	0	6
CE	2304285	EUSEBIO	1	0	0	1	0	3
CE	2304400	FORTALEZA	2	0	0	0	0	22
CE	2305233	HORIZONTE	0	0	0	0	0	1
CE	2307502	LAVRAS DA MANGABEIRA	0	0	0	1	0	0
CE	2308401	MISSAO VELHA	1	0	0	1	0	5
CE	2309003	MUCAMBO	0	0	0	1	0	0
CE	2312205	SANTA QUITERIA	0	0	0	1	0	0
CE	2313302	TAUA	0	0	0	1	0	0

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CE	2314102	VICOSA DO CEARA	0	0	0	0	0	1
ES	3201407	CASTELO	0	0	0	1	0	0
ES	3201506	COLATINA	0	0	0	2	0	0
ES	3202207	FUNDAO	1	0	0	1	0	5
ES	3202652	IRUPI	0	0	0	0	1	0
ES	3204500	SANTA LEOPOLDINA	2	0	0	0	0	14
ES	3205101	VIANA	0	0	0	1	0	0
GO	5204904	CAMPOS BELOS	0	0	0	0	1	0
GO	5205521	COLINAS DO SUL	1	0	0	1	0	4
GO	5209937	INACIOLANDIA	1	0	0	1	0	6
GO	5210000	INHUMAS	1	0	0	1	0	9
GO	5215231	NOVO GAMA	0	0	0	1	0	0
MA	2100832	APICUM-ACU	1	0	0	1	0	6
MA	2104107	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	1	0	0	1	0	8
MA	2106607	MATOES	0	0	0	1	0	0
MA	2111003	SAO JOAO BATISTA	0	0	0	1	0	0
MA	2111300	SAO LUIS	0	0	0	0	0	1
MA	2112308	TUNTUM	0	0	0	2	0	0
MG	3109709	CACHOEIRA DE MINAS	1	0	0	0	0	8
MG	3118007	CONGONHAS	0	0	0	0	1	0
MG	3118601	CONTAGEM	1	0	0	1	0	6
MG	3118809	CORACAO DE JESUS	0	0	0	1	0	0
MG	3120201	CRISTAIS	1	0	0	1	0	6
MG	3126406	FORTUNA DE MINAS	0	0	0	0	1	0
MG	3126703	FRANCISCO SA	1	0	0	1	0	6
MG	3129905	IBITIURA DE MINAS	0	0	0	0	0	1
MG	3131703	ITABIRA	1	0	0	1	0	7
MG	3133303	ITAOBIM	2	0	0	0	2	12
MG	3135050	JAIBA	1	0	0	1	0	6
MG	3137601	LAGOA SANTA	1	0	0	0	0	5
MG	3138005	LARANJAL	1	0	0	1	0	6
MG	3142502	MONJOLOS	0	0	0	0	1	0
MG	3142908	MONTE AZUL	1	0	0	0	1	6
MG	3143153	MONTE FORMOSO	0	0	0	1	0	0
MG	3143302	MONTES CLAROS	1	0	0	1	0	5
MG	3145372	NOVORIZONTE	1	0	0	1	0	6
MG	3150802	PIRANGA	1	0	0	1	0	5
MG	3151602	PLANURA	0	0	0	0	0	1
MG	3157104	SALTO DA DIVISA	0	0	0	1	0	0
MG	3160207	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	1	0	0	1	0	8
MG	3161106	SAO FRANCISCO	0	0	0	1	0	0
MG	3162807	SAO JOAO EVANGELISTA	0	0	0	1	0	0
MG	3162922	SAO JOAQUIM DE BICAS	0	0	0	0	1	0
MG	3164704	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	1	0	0	1	0	8
MG	3167202	SETE LAGOAS	1	0	0	1	0	5
MG	3167400	SILVIANOPOLIS	1	0	0	0	0	6
MG	3168804	TIRADENTES	1	0	0	0	0	7
MG	3170404	UNAI	0	0	0	0	1	0
MG	3171808	VIRGINOPOLIS	1	0	0	1	0	8
MS	5002704	CAMPO GRANDE	1	0	0	1	0	7
MS	5005608	MIRANDA	1	0	0	1	0	12
MS	5007109	RIBAS DO RIO PARDO	0	0	0	1	0	0
MS	5007505	ROCHEDO	1	0	0	1	0	7
MT	5103403	CUIABA	1	0	0	0	0	3
MT	5106281	NOVO SAO JOAQUIM	0	0	0	1	0	0
MT	5107958	TANGARA DA SERRA	1	0	0	1	0	4
PA	1500206	ACARA	0	0	0	1	0	0
PA	1500800	ANANINDEUA	0	0	0	1	0	0
PA	1502855	CURUA	0	0	0	0	0	12
PA	1503093	GOIANESIA DO PARA	1	0	0	0	0	7
PA	1503507	IRITUIA	0	0	0	1	0	0
PA	1504059	MAE DO RIO	1	0	0	0	0	3
PA	1504950	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	1	0	0	1	0	9
PA	1506161	RIO MARIA	1	0	0	1	0	6
PA	1506807	SANTAREM	0	0	0	0	0	1
PA	1508050	TRAIRAO	1	0	0	1	0	7
PB	2501807	BAYEUX	1	0	0	2	0	10
PB	2504405	CONCEICAO	1	0	0	1	0	8
PB	2505105	CUITE	0	0	0	1	0	0
PB	2506301	GUARABIRA	0	0	0	1	0	0
PB	2507101	ITAPOROROCA	0	0	0	0	0	4
PB	2510709	PASSAGEM	1	0	0	1	0	5
PB	2511400	PICUI	1	0	0	1	0	7
PB	2512705	REMIGIO	1	0	0	1	0	7
PB	2512804	RIACHO DOS CAVALOS	1	0	0	1	0	6
PB	2513703	SANTA RITA	1	0	0	3	0	10
PB	2515302	SAPE	1	0	0	2	0	9
PE	2607703	ITAPETIM	1	0	0	0	0	5
PE	2608800	LAJEDO	0	0	0	1	0	0
PE	2611705	RIACHO DAS ALMAS	0	0	0	1	0	0
PE	2613305	SAO JOAQUIM DO MONTE	0	0	0	0	0	1
PE	2613602	SAO JOSE DO EGITO	0	0	0	0	1	0
PE	2616407	VITORIA DE SANTO ANTAO	0	0	0	1	0	0
PI	2200707	ANISIO DE ABREU	0	0	0	1	0	0
PI	2206209	MIGUEL ALVES	0	0	0	1	0	0
PI	2207108	OLHO D'AGUA DO PIAUI	1	0	0	1	0	7
PI	2207207	PADRE MARCOS	1	0	0	1	0	5
PI	2207900	PEDRO II	0	0	0	1	0	0
PI	2208007	PICOS	1	0	0	1	0	6
PR	4106001	CONGONHINHAS	1	0	0	1	0	5
PR	4120804	QUATRO BARRAS	0	0	0	0	0	1
PR	4123857	SANTA MARIA DO OESTE	1	0	0	1	0	8
PR	4126306	SENGES	1	0	0	0	0	6
RJ	3300456	BELFORD ROXO	1	0	0	0	0	8
RJ	3300506	BOM JARDIM	1	0	0	0	0	7
RJ	3300803	CACHOEIRAS DE MACACU	1	0	0	1	0	8
RJ	3301702	DUQUE DE CAXIAS	0	0	0	1	0	0
RJ	3301876	IGUABA GRANDE	1	0	0	1	0	7
RJ	3301900	ITABORAI	1	0	0	0	0	7
RJ	3302007	ITAGUAI	1	0	0	1	0	6
RJ	3302304	LAJE DO MURIAE	1	0	0	1	0	9
RJ	3302502	MAGE	5	0	0	3	0	32
RJ	3302858	MESQUITA	1	0	0	0	0	7
RJ	3304557	RIO DE JANEIRO	1	0	0	1	1	6
RJ	3304904	SAO GONCALO	4	0	0	4	0	27
RN	2400307	AFONSO BEZERRA	0	0	0	1	0	0
RN	2400901	ANTONIO MARTINS	1	0	0	1	0	5
RN	2405801	JOAO CAMARA	0	0	0	1	0	0

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RN	2408003	MOSSORO	1	0	0	1	0	4
RN	2409803	PEDRO VELHO	0	0	0	1	0	0
RN	2414605	UPANEMA	0	0	0	0	0	1
RO	1100189	PIMENTA BUENO	1	0	0	1	0	12
RO	1101302	MIRANTE DA SERRA	1	0	0	1	0	7
RR	1400175	CANTA	0	0	0	0	0	1
RS	4303103	CACHOEIRINHA	1	0	0	0	0	4
RS	4304358	CANDIOTA	0	0	0	1	0	0
RS	4305173	CERRO GRANDE DO SUL	1	0	0	1	0	7
RS	4305454	CIDREIRA	0	0	0	1	0	0
RS	4308201	FLORES DA CUNHA	1	0	0	0	0	3
RS	4311627	LINDOLFO COLLOR	0	0	0	1	0	0
RS	4312674	NICOLAU VERGUEIRO	1	0	0	1	0	5
RS	4314902	PORTO ALEGRE	4	0	0	3	2	14
RS	4315107	PORTO XAVIER	1	0	0	0	0	7
RS	4315172	PROTASIO ALVES	0	0	0	1	0	0
RS	4320008	SAPUCAIA DO SUL	0	0	0	0	0	1
SC	4201950	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	0	0	0	0	0	1
SC	4203204	CAMBORIU	1	0	0	1	0	8
SC	4203600	CAMPOS NOVOS	1	0	0	1	0	9
SC	4206702	HERVAL D'OESTE	1	0	0	2	0	3
SC	4207601	IPIRA	0	0	0	1	0	0
SC	4209904	LONTRAS	1	0	0	1	0	4
SC	4211603	NOVA VENEZA	1	0	0	1	0	6
SC	4215679	SANTA TEREZINHA	1	0	0	0	0	10
SC	4215687	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	1	0	0	1	0	8
SC	4216602	SAO JOSE	1	0	0	0	0	4
SC	4218806	TURVO	0	0	0	2	0	0
SC	4219200	VIDAL RAMOS	1	0	0	0	0	6
SC	4219705	XAXIM	1	0	0	1	0	11
SE	2804458	NOSSA SENHORA APARECIDA	1	0	0	1	0	7
SP	3502804	ARACATUBA	1	0	0	1	0	5
SP	3505104	BARBOSA	1	0	0	0	0	4
SP	3517604	GUAPIARA	1	0	0	1	0	7
SP	3518800	GUARULHOS	0	0	0	1	0	0
SP	3519253	IARAS	1	0	0	0	0	5
SP	3522307	ITAPETININGA	1	0	0	1	0	6
SP	3529401	MAUA	1	0	0	0	0	5
SP	3534401	OSASCO	1	0	0	0	0	5
SP	3538907	PIRAJUI	0	0	0	1	0	0
SP	3543006	RIBEIRAO BRANCO	1	0	0	1	0	5
SP	3550308	SAO PAULO	0	0	0	0	1	0
SP	3552007	SILVEIRAS	0	0	0	1	0	0
SP	3552304	SUD MENNUCCI	1	0	0	1	0	5
TO	1700400	ALMAS	1	0	0	0	0	8
TO	1717008	PINDORAMA DO TOCANTINS	1	0	0	1	0	7
TO	1718204	PORTO NACIONAL	0	0	0	1	0	0
TO	1721000	PALMAS	0	0	0	1	0	0
TOTAL		200	121	0	0	160	16	840

PORTARIA Nº 2.464, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Redefine o Limite Financeiro Anual do recurso destinado ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação de Urgência de Dourados (MS) e habilita a Unidade de Suporte Básico para a Base Descentralizada do Município de Ponta Porã (MS), pertencente a Central de Regulação de Urgência (SAMU 192) de Dourados (MS) e redefine o custeio mensal aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 933/GM/MS, de 15 de maio de 2008, que habilita a Central de Regulação de Urgências (SAMU 192) no Município de Dourados (MS);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, capítulo III, art. 9, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.142232/2014-79, resolve:

Art. 1º Fica redefinido o Limite Financeiro Anual do recurso destinado ao incentivo de custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação de Urgência de Dourados (MS), e fica habilitada a Unidade de Suporte Básico para a Base Descentralizada do Município de Ponta Porã (MS), pertencente a Central de Regulação de Urgência (SAMU 192) de Dourados (MS), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor anual descrito, para os Fundos Municipais de Saúde de Dourados (MS) e Ponta Porã (MS).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor de repasse atual mensal (Municipal)	Valor de repasse redefinido mensal (Regional)	Valor de repasse redefinido anual (Regional)
MS	Dourados	5830591	82.45	01 CRU SAMU 192	R$ 26.600,00	R$ 68.600,00	R$ 823.200,00

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor mensal a ser pago	Valor do repasse anual
MS	Ponta Porã	7304560	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 2.465, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o tipo de repasse, de municipal para estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Aracati (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de gosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade;

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD); e

Considerando o Ofício nº 3.042/GABSEC, de 2014, que solicita a alteração do tipo de repasse dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Aracati (CE), resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de repasse, de municipal para estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) a seguir:

UF	Código	Município	Portaria de Habilitação	Recurso Anual (R$)
CE	230110	Aracati	Portaria nº 2.375/GM/MS, de 7 de outubro de 2009.	36.000,00
			Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	760,00
			Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	14.400,00
			Portaria nº 2.486/GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	38.840,00
TOTAL				90.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Ceará, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007) Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2014.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.466, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica os Municípios de Brejo do Cruz (PB), Bom Sucesso (PB), Catolé do Rocha (PB), São Bento (PB), Santa Cruz (PB) e Belém do Brejo do Cruz (PB) a receberem 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) e o Município de Catolé do Rocha (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), das bases descentralizadas da Central de Regulação das Urgências, Regional de Souza (PB) e autoriza a transferência de custeio aos Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.198/GM/MS, de 29 de dezembro de 2011, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Souza (PB);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.187603/2014-41, resolve:

Art.1º Ficam qualificados os Municípios Brejo do Cruz (PB), Bom Sucesso (PB), Catolé do Rocha (PB), São Bento (PB), Santa Cruz (PB) e Belém do Brejo do Cruz (PB) a receberem 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) e o Município de Catolé do Rocha (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado (USA), pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Souza (PB) e fica autorizada a transferência de custeio aos Fundos Municipais de Saúde, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo a esta Portaria, para o Fundo Municipal de Saúde de Brejo do Cruz (PB), Bom Sucesso (PB), Catolé do Rocha (PB), São Bento (PB), Santa Cruz (PB) e Belém do Brejo do Cruz (PB).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação) R$	Valor mensal a ser pago (qualificação) R$	Valor do Repasse Anual qualificado Fundo a Fundo R$
PB	Brejo do Cruz	6801064	82.50	-	-	01 USB	13.125,00	21.919,00	263.028,00
PB	Bom sucesso	6854117	82.50	-	-	01 USB	13.125,00	21.919,00	263.028,00
PB	Catolé do Rocha	7297351	82.50	6798470	82.49	01 USB 01 USA	51.625,00	70.140,00	841.680,00
PB	São Bento	6830676	82.50	-	-	01 USB	13.125,00	21.919,00	263.028,00
PB	Santa Cruz	6861342	82.50	-	-	01 USB	13.125,00	21.919,00	263.028,00
PB	Belém do Brejo do Cruz	6876722	82.50	-	-	01 USB	13.125,00	21.919,00	263.028,00
	TOTAL						117.250,00	179.735,00	2.156.820,00

PORTARIA Nº 2.467, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a expansão da oferta dos serviços de média e alta complexidade, no Município de Caldas Novas, Estado de Goiás; e

Considerando a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Goiás, por meio da Deliberação nº 284/CIB/GO, de 16 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante anual de R$ 2.142.960,00(dois milhões, cento e quarenta e dois mil novecentos e sessenta reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Goiás e Município de Caldas Novas.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Caldas Novas, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.468, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita Estados e Municípios a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

Considerando o art. 52 da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Estados e Municípios descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Estaduais e Municipais, após serem atendidas as condições previstas no § 1º e no § 8º do art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando os Programas de Trabalho:

I - 10.302.2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha;

II - 10.302.2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial; e

III - 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

ESTADOS E MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
BA	CANDEIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANDEIAS	10869.131000/1140-02	100.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
BA	CATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATU	12313.047000/1140-03	200.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
BA	ENTRE RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ENTRE RIOS	13612.531000/1140-03	298.360,00	10.302.2015.8535.0001	0003
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1140-26	300.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
MG	GURINHATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GURINHATA	12028.440000/1140-03	520.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO	12987.349000/1140-03	426.950,00	10.302.2015.8535.0001	0003
PB	SOUSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOUSA	05626.697000/1140-04	600.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
PE	FREI MIGUELINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FREI MIGUELINHO	13811.409000/1140-03	200.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
PE	JAQUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAQUEIRA	09471.844000/1140-08	250.000,00	10.302.2015.8535.0001	0003
PE	JUREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUREMA	10369.937000/1140-01	99.917,84	10.302.2015.8535.0001	0003
PE	JUREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JUREMA	10369.937000/1140-03	49.910,00	10.302.2015.8535.0001	0003
PE	TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRIUNFO	10334.957000/1140-02	99.945,00	10.302.2015.8535.0001	0003
TOTAL		12		3.145.082,84		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

REDE CEGONHA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1140-14	57.450,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1140-21	406.880,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1140-85	187.800,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO CEARÁ	74031.865000/1140-15	50.240,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
SC	FLORIANÓPO-LIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1140-49	154.020,00	10.302.2015.20R4.0001	0001
TOTAL		5		856.390,00		

ANEXO III

Rede para prevenção, diagnóstico e tratamento dos cânceres de cólo de útero e de mama

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
AM	MANAUS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE AMAZONAS	06023.708000/1140-03	300.000,00	10.302.2015.8535.0001	0007
TOTAL		1		300.000,00		

ANEXO IV

Rede de urgência e emergência

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1140-18	299.990,00	10.302.2015.8933.0001	0002
AP	MACAPÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO AMAPÁ	06023.582000/1140-19	965.000,00	10.302.2015.8933.0001	0002
SC	FLORIANÓ-POLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1140-10	591.300,00	10.302.2015.8933.0001	0002
SC	FLORIANÓ-POLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1140-11	850.000,00	10.302.2015.8933.0001	0002
TOTAL		4		2.706.290,00		

ANEXO V

SOS emergênciaS

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PLANO ORÇAMENTÁRIO
PB	JOÃO PESSOA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA PARAÍBA	03609.595000/1140-05	789.500,00	10.302.2015.8933.0001	0001
TO	PALMAS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE TOCANTINS	13849.028000/1140-14	990.000,00	10.302.2015.8933.0001	0001
TOTAL		2		1.779.500,00		

PORTARIA Nº 2.469, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a inserção do Hospital Municipal Brás Cubas no Sistema Único de Saúde; e

Considerando a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, por meio da Deliberação nº 56/CIB/SP, de 21 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante anual de R$ 24.600.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos mil reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Mogi das Cruzes.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria ao Fundo Municipal de Saúde de Mogi das Cruzes, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0007).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.470, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 1.137/SAS/MS, de 29 de outubro de 2014, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, resolve:

Art.1º Fica definido, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599 de 2006, nº 600 de 2006 e nº 1.464 de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
BA	292300	Nova Viçosa	7262817	Municipal	I	8.250,00

PORTARIA Nº 2.471, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;
Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e
Considerando a Portaria nº 1.138/SAS/MS, de 29 de outubro de 2014, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, resolve:
Art.1º Fica definido, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).
Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599 de 2006, nº 600 de 2006 e nº 1.464 de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.
Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.
Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
RS	431020	Ijuí	7592507	Municipal	I	8.250,00

PORTARIA Nº 2.472, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas - CEO Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;
Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;
Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;
Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;
Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e
Considerando a Portaria nº 1.136/SAS/MS, de 29 de outubro de 2014, que habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) a receber os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, resolve:
Art.1º Fica definido, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).
Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599, de 2006, nº 600, de 2006 e nº 1.464, de 2011, pelo Município pleiteante, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.
Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para o Fundo Municipal de Saúde, correspondente.
Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência outubro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFI-CAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
CE	230440	Fortaleza	7532121	Municipal	I	8.250,00

PORTARIA Nº 2.473, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Desabilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 3.255/GM/MS, de 30 de dezembro de 2011, que habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD);
Considerando a Portaria nº 814/SAS/MS, de 19 de julho de 2013, que habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD);
Considerando a Portaria nº 1.410/SAS/MS, de 13 de dezembro de 2013, que habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD); e
Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e considerando a Portaria nº 2.290/GM/MS de 21 de outubro de 2014, resolve:
Art. 1º Ficam desabilitados no Código 13.02 os estabelecimentos de saúde constantes do anexo a esta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando as Equipes Multidisciplinares (EMAD tipo 1, EMAD tipo 2 e EMAP) sediadas nos mesmos.
Parágrafo único. Estão contidos na Planilha 1 os serviços cujos proponentes são Secretarias Municipais de Saúde, e na Planilha 2 os serviços cujos proponentes são Secretarias Estaduais de Saúde .
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Planilha 1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP -PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	Nome do Estabelecimento	CNES	TIPO EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
MG	Montes Claros	ESFSB M2 Santos Reis	5302927	Tipo 1	1	0
GO	Formosa	PSF 03 Califórnia	2440350	Tipo 1	1	1
TOTAL					2	1

Planilha 2 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DESABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP -PROPONENTE ESTADUAL

UF	Município	Nome do Estabelecimento	CNES	TIPO EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
BA	Salvador	Hospital Manoel Victorino	2493845	Tipo 1	1	0
TOTAL					1	0

PORTARIA Nº 2.474, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita estabelecimentos de saúde contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e
Considerando a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
Considerando a Portaria nº 1.208/GM/MS, de 18 de junho de 2013, que integra o Programa Melhor em Casa com o Programam SOS Emergências; e
Considerando a Portaria nº 2.290/GM/MS, de 21 de outubro de 2014, que altera a Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, resolve:
Art. 1º Ficam habilitados, no Código 13.02, os estabelecimentos de saúde constantes no anexo a esta Portaria, contemplados com Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), explicitando o número de Equipes Multidisciplinares (EMAD e EMAP) sediadas nos Municípios listados, a receberem incentivos financeiros referentes ao Melhor em Casa (Atenção Domiciliar).
Parágrafo único. Ficam habilitados os estabelecimentos que se configuram como hospitais que compõem o SOS Emergências, constantes no anexo a esta Portaria, contemplados com uma Equipe Multiprofissional de Atenção Domiciliar tipo I (EMAD tipo I / SOS), não sendo esta contabilizada no cálculo do teto máximo de equipes do Município estabelecido pela Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD.0003 - Piso de Atenção Básica Variável - Atenção Domiciliar, para implantação de novas equipes dos proponentes, Secretaria Municipal de Saúde constantes na Planilha 1, e Secretaria Estadual de Saúde constantes na Planilha 2, do anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Planilha 1 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP - PROPONENTE MUNICIPAL

UF	Município	CNES	Nome do Estabelecimento	Tipo de EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
RS	Montenegro	2227118	Posto Timbaúva	Tipo 1	1	1
BA	Jaguarari	2533375	PSF Raul Lopes Escudeiro	Tipo 2	1	1
BA	Mairi	2493640	Policlínica Nossa Senhora das Dores	Tipo 2	1	0
BA	Brumado	2386429	Centro Municipal de Saúde	Tipo 1	1	1
MG	Montes Claros	3180166	ESFSB M1 Bela Paisagem	Tipo 1	1	0
GO	Formosa	2534967	Hospital Municipal de Formosa	Tipo 1	1	1
SC	Florianópolis	0019313	Policlínica Municipal Centro	Tipo 1	5	0
GO	Goianésia	2534584	Hospital Municipal Irmã Fany Duran Goianésia	Tipo 1	1	1
MT	Cuiabá	2495015	Hospital e Pronto Municipal Socorro de Cuiabá	Tipo 1 / SOS	1	0
MT	Cuiabá	3078167	USF Dr Fabio I	Tipo 1	1	0
MT	Cuiabá	8002487	USF Residencial Coxipo I	Tipo 1	2	1
MT	Cuiabá	2655462	USF Jardim Vitória II	Tipo 1	0	1
MT	Cuiabá	2393441	USF da Guia	Tipo 1	1	0
MT	Cuiabá	2655128	USF Lixeira	Tipo 1	1	0
MT	Cuiabá	3244938	USF Novo Colorado I	Tipo 1	1	0
RJ	Pinheiral	2271109	Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiral	Tipo 2	1	1
MT	Campo Verde	3865533	Unidade de Saúde da Família Central	Tipo 2	1	1
PE	São Caitano	3281922	Centro de Saúde Maria Almeida dos Santos	Tipo 2	1	1
AL	Junqueiro	2705001	Unidade Básica de Saúde da Família de Junqueiro	Tipo 2	1	1
CE	Paraipaba	2561891	Hospital Municipal de Paraipaba	Tipo 2	1	1
SP	Santo André	5380278	USF Jardim Santo Alberto	Tipo 1	0	3
SP	Santo André	2025329	US Vila Guiomar USF Vila Guiomar	Tipo 1	0	1
SP	Santo André	2065126	USF Parque Miami US Parque Miami			
PB	Conde	2341158	Unidade de Saúde da Família N S da Conceição	Tipo 2	1	0
PB	Conde	2342723	Centro Municipal de Saúde Dr. Jarbas Maribondo Vinagre	Tipo 2	0	1
TOTAL					25	16

Planilha 2 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE HABILITADOS NO CÓDIGO 13.02 PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EMAD E EMAP - PROPONENTE ESTADUAL

UF	Município	CNES	Tipo de EMAD	Tipo de EMAD	Nº DE EMAD	Nº DE EMAP
BA	Salvador	0004065	Hospital Especializado Octavio Mangabeira	Tipo 1	1	0
TOTAL					1	0

PORTARIA Nº 2.475, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera Portaria nº 2.262/GM/MS, de 15 de outubro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 2.262/GM/MS, de 15 de outubro de 2014, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Mato Grosso do Sul, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º Fica estabelecido recurso financeiro no montante anual de R$ 6.462.136,42 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil cento e trinta e seis reais e quarenta e dois centavos), a ser disponibilizado da seguinte forma:

I - R$ 497.087,42 (quatrocentos e noventa e sete mil oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos, em parcela única; e

II - R$ 5.965.049,00 (cinco milhões novecentos e sessenta e cinco mil e quarenta e nove reais), a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Mato Grosso do Sul, em parcelas mensais. "(NR)

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.476, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de São José do Rio Preto (SP) a receber 1 (uma) unidade de motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências da Regional de São José do Rio Preto (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 987/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de São José do Rio Preto (SP);

Considerando a Portaria nº 2.971/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui o veículo motocicleta (motolância) como integrante da frota de intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e define critérios técnicos para sua utilização;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.140492/2014-18, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de São José do Rio Preto (SP) a receber 1 (uma) motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências da Regional de São José do Rio Preto (SP).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de São José do Rio Preto (SP), no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de São José do Rio Preto (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
SP	São José do Rio Preto	7383150	82.48	01 Motolância SAMU 192	R$ 7.000,00	R$ 84.000,00
TOTAL R$ 84.000,00						

PORTARIA Nº 2.477, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Bacabal (MA) a receber 1 (uma) unidade de motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências da Regional de Bacabal (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 326/GM/MS, de 4 de maio de 2005, que habilita o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bacabal (MA);

Considerando a Portaria nº 2.971/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui o veículo motocicleta (motolância) como integrante da frota de intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e define critérios técnicos para sua utilização;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando que o Município situa-se na região da Amazônia Legal; e

Considerando o Parecer Técnico nº 438/CGFNS/DAHU/SAS/MAS, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Bacabal (MA) a receber 1 (uma) motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências da Regional de Bacabal (MA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Bacabal (MA) no valor de R$ 9.100,00 (nove mil e cem reais), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Bacabal (MA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal + 30% Amazônia Legal	Valor do Repasse Anual + 30% Amazônia Legal
MA	Bacabal	6952518	82.48	1 Motolância SAMU 192	R$ 9.100,00	R$ 109.200,00
	TOTAL	/ ANO				R$ 109.200,00

PORTARIA Nº 2.478, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bauru (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Iacanga (SP).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.264/GM/MS, de 20 de setembro de 2011, que habilita a Central de Regulação das Urgências (SAMU 192) Regional de Bauru (SP);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.148469/2014-63, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bauru (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Iacanga (SP), conforme anexo a esta Portaria

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo, para o Fundo Municipal de Saúde de Iacanga (SP).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação)	Valor mensal a ser pago com qualificação	Valor do repasse anual qualificado Fundo a Fundo
SP	Iacanga	6953395	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00

PORTARIA Nº 2.479, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Primavera (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) e o Município de Sirinhaém (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192, Regional Metropolitano do Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.155438/2014-69, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Primavera (PE) a receber 1 (uma) Unidade de suporte Básico (USB) e o Município de Sirinhaém (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada dos Municípios de Primavera (PE) e Sirinhaém (PE), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para os Fundos Municipais de Saúde de Primavera (PE) e Sirinhaém (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Municípios para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
PE	Primavera	7564775	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
PE	Sirinhaém	7448325	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO R$ 315.000,00						

PORTARIA Nº 2.480, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita a Central de Regulação das Urgências (CRU) e 2 (duas) Unidades de Suporte Básico (USB) da Central de Regulação das Urgências (SAMU 192), Regional do Alto Solimões (AM), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e autoriza a transferência de custeio mensal ao Estado do Amazonas e ao Município de Tabatinga.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação Médica das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera os valores de repasse financeiro da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando que o Município está inserido na Amazônia Legal; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.143469/2014-77, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Central de Regulação das Urgências (CRU), e 2 (duas) Unidades de Suporte Básico (USB) da Central de Regulação das Urgências (SAMU 192) Regional do Alto do Solimões (AM), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e autorizada a transferência de custeio mensal ao Estado e ao Município, conforme detalhado no anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado, para o Fundo Estadual de Saúde do Alto Solimões (AM), e ao Fundo Municipal de Saúde de Tabatinga (AM).

Art. 3º O território de abrangência da Central Regional do Alto Solimões (AM) é composto pelos Municípios contidos no anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal + 30% Amazônia Legal	Valor do Repasse Anual + 30% Amazônia Legal
AM	Secretaria Estadual de Saúde (SES)	7448864	82.45	01 CRU SAMU 192	R$ 54.600,00	R$ 655.200,00
TOTAL/ANO R$ 655.200,00						

UNIDADES MÓVEIS

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal + 30% Amazônia Legal	Valor do Repasse Anual + 30% Amazônia Legal
AM	Tabatinga	7493053	82.50	01 USB Terrestre SAMU 192	R$ 17.062,50	R$ 204.750,00
AM	Tabatinga	7493061	82.47	01 USB Fluvial SAMU 192	R$ 58.500,00	R$ 702.000,00
TOTAL/ANO R$ 906.750,00						

ANEXO II

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO SEGUNDO IBGE 2013
AMATURÁ	10436
ATALAIA NORTE	17174
BENJAMIN CONSTANT	37564
FONTE BOA	21859
JUTAÍ	17376
SANTO ANTONIO DO IÇÃ	24327
SÃO PAULO DE OLIVENÇA	34963
TABATINGA (CENTRAL REGIONAL)	58314
TONATINS	18162
TOTAL	240.175

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.481, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Imperatriz (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Sítio Novo (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.744/GM/MS, de 20 de agosto de 2012, que habilita a Unidade de Suporte Básico (SAMU 192) no Município de Sítio Novo (MA);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção ás Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando que o Município situa-se na região da Amazônia Legal; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.141757/2014-97, resolve:

Art.1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Imperatriz (MA) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Sítio Novo (MA), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo, para o Fundo Municipal de Saúde de Sítio Novo (MA).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago + 30% Amazônia Legal (habilitação)	Valor mensal a ser pago com qualificação + 30% Amazônia Legal	Valor do Repasse Anual qualificado + 30% Amazônia Legal Fundo a Fundo
MA	Sítio Novo	6952526	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 17.062,50	R$ 28.494,70	R$ 341.936,40

PORTARIA Nº 2.482, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o anexo da Portaria nº 1.412/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria nº 1.412/GM/MS, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 4 de julho de 2014, seção 1, página 111 (Município de Taquara) passa a vigorar da seguinte forma:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	Tipo	Valor Anual
RS	430000	Taquara	Estadual	CAPSad	R$ 477.360,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.483, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Amazonas e do Município de Manaus.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 636/GM/MS, de 23 de abril de 2014, que aprova o Componente Hospitalar da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Amazonas e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 1.125/SAS/MS, de 23 de outubro de 2014, que altera o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI, tipo II e habilita leitos da Unidade de Terapia Intensiva Coronariana - UCO no Hospital Universitário Francisca Mendes - Manaus (AM), resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no montante de R$ 1.249.286,40 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado do Amazonas e do Município de Manaus (AM).

Art. 2º O recurso financeiro descrito no art. 1º desta Portaria refere-se ao custeio de habilitação de leitos de UCO no âmbito da Rede de Atenção às Urgências.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, em parcelas mensais, do valor estabelecido no art. 1º desta Portaria ao Fundo Estadual de Saúde do Amazonas.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0013 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.484, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a adesão do Estado do Ceará e de Municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da PNAISP no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes e serviços que farão parte da Atenção Básica de Saúde Prisional e inclui na tabela de Tipos de Equipes do SCNES, os Tipos de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a adesão do Estado do Ceará (CE) e dos Municípios de Iraí (RS), São Sepé (RS), Erechim (RS), Sobradinho (RS), Pelotas (RS), Getúlio Vargas (RS), Espumoso (RS), Júlio de Castilhos (RS), Lajeado (RS), Santana do Livramento (RS), Canguçu (RS), Canela (RS), Candelária (RS), Santa Vitória do Palmar (RS), São Vicente do Sul (RS), Santo Ângelo (RS), Cachoeira do Sul (RS), Dom Pedrito (RS), Cruz Alta (RS), Santiago (RS), Apodi (RN), Cruz (CE), Montes Claros (MG), Maracaçumé (MA), Luis Domingues (MA), Colinas do Tocantins (TO), Cruzeiro do Oeste (PR) à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A transferência de recursos financeiros está condicionada à habilitação de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) previamente cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e ao cumprimento das demais exigências previstas nas Portarias nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, e nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.485, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o tipo de repasse, de municipal para estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Aracati (CE).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de gosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC);

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD); e

Considerando o Ofício nº 3.042/GABSEC de 2014, que solicita a alteração do tipo de repasse dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de Aracati (CE), resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de repasse, de Municipal para Estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) a seguir:

UF	Código	Município	Portaria de Habilitação	Recurso Anual (R$)
CE	230110	Aracati	Portaria nº 2.375/GM/MS, de 7 de outubro de 2009.	36.000,00
			Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	760,00
			Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	14.400,00
			Portaria nº 2.486/GM/MS, de 31 de outubro de 2012.	38.840,00
TOTAL				90.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para o Fundo Estadual de Saúde do Ceará, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007) Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência junho de 2014.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.486, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Revoga a Portaria nº 1.362/GM/MS, de 2 de julho de 2012.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1.362/GM/MS, de 2 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 3 de julho de 2012, Seção 1, página 44.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.487, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Remaneja e estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual do Estado e Municípios do Espírito Santo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.352/GM/MS, de 6 de outubro de 2011, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios de Alagoas, Aracajú, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo;

Considerando a Portaria nº 1.858/GM/MS, de 29 de agosto de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do Espírito Santo e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 3.162/GM/MS, de 28 de dezembro de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Espírito Santo e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 1.124/SAS/MS, de 22 de outubro de 2014, que altera o número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva - UTI tipo II e habilita leitos de Unidade de Terapia Intensiva Coronariana - UCO no Hospital Evangélico de Vila Velha - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - Vila Velha (ES), resolve:

Art. 1º Ficam remanejados recursos no montante anual de R$ 838.007,88 (oitocentos e trinta e oito mil sete reais e oitenta e oito centavos), provenientes da Portaria nº 1.858/GM/MS, de 29 de agosto de 2012, entre Municípios do Estado do Espírito Santo.

Parágrafo único. Os recursos, objeto deste remanejamento, referem-se à suspensão de repasse financeiro de custeio de leitos qualificados de Gestação de Alto Risco (GAR) e de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN), em decorrência de monitoramento do cumprimento de requisitos e critérios estabelecidos pela Portaria nº 1.459/2011, conforme o anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 411.278,52 (quatrocentos e onze mil duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) a serem incorporados ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha (ES).

Art. 3º Os recursos estabelecidos nos arts. 1º e 2º desta Portaria, que totalizam o montante anual de R$ 1.249.286,40 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), serão destinados ao custeio do incentivo PAR/RUE de leitos novos de Unidade de Terapia Intensiva Coronariana, previstos no Plano de Ação da Rede de Urgência e Emergência do Estado do Espírito Santo, conforme a Portaria nº 3.162/2012, em complemento ao custeio estabelecido pela Portaria nº 2.352/2011, conforme o anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto do anexo II a esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0032 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 3º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde do Espírito Santo.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

IBGE	Município	Gestão	Portaria GM/MS	Valor anual
320320	Linhares	Municipal	1.858/2012	(838.007,88)

ANEXO II

IBGE	Município	Gestão	Valor anual
320520	Vila Velha	Estadual	1.249.286,40

PORTARIA Nº 2.488, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Afogados da Ingazeira (PE) a receber incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 2.655/GM/MS, de 21 de novembro de 2012, que altera a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Afogados da Ingazeira (PE) a receber recurso financeiro para custeio da Central de Regulação Ambulatorial organizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saúde de Afogados da Ingazeira (PE) do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual estabelecido no anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do Programa de Trabalho 10.302.2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	IBGE	Entidade	Estados/Municípios	Central de Regulação	Tipo de Central de Regulação	Porte	Valor (R$) Ano
PE	260010	SMS	Afogados da Ingazeira	X Regional	Ambulatorial	I	194.400,00
Total							194.400,00

PORTARIA Nº 2.489, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o tipo de repasse, de municipal para estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de São Gonçalo do Amarante (CE).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 411/SAS/MS, de 9 de gosto de 2005, que inclui procedimentos realizados pelos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS;

Considerando a Portaria nº 2.867/GM/MS, de 27 de novembro de 2008, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) ao Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade (MAC);

Considerando a Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012, que altera o valor dos procedimentos de prótese dentária na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órtese, Prótese e Materiais Especiais (OPM), do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece recursos anuais a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados, Municípios e Distrito Federal para confecção de próteses dentárias nos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD); e

Considerando o Ofício nº 3.043/2014/GABSEC, que solicita a alteração do tipo de repasse dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) do Município de São Gonçalo do Amarante (CE), resolve:

Art. 1º Fica alterado o tipo de repasse, de Municipal para Estadual, dos recursos financeiros do Teto Financeiro Anual do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade referente ao custeio mensal do Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) a seguir:

UF	Código	Município	Portaria de Habilitação	Recurso Anual (R$)
CE	231240	São Gonçalo do Amarante	Portaria nº 2.375/GM/MS, de 7 de outubro de 2009.	47.160,00
			Portaria nº 1.172/GM/MS, de 19 de maio de 2011.	20.000,00
			Portaria nº 1.825/GM/MS, de 24 de agosto de 2012.	16.750,00
TOTAL				83.910,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, para o Fundo Estadual de Saúde do Ceará, de forma regular e automática, em parcelas mensais.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - RAB-BSOR-SM (Plano Orçamentário 0007) Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência abril de 2014.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.490, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa, devido à ausência de alimentação de dados no Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que Redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS , de 21 de outubro de 2011;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando o não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), pelas Equipes de Atenção Domiciliar por período superior a 60 (sessenta) dias, resolve:

Art. 1º Suspender a transferência de incentivos financeiros da competência financeira setembro de 2014, referentes ao número de Equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa do proponente Secretaria Municipal de Saúde no anexo a esta Portaria, devido não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência setembro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	EMAD Tipo 1	EMAD Tipo 2	EMAP
SC	421050	MARAVILHA	0	1	0
TOTAL			0	1	0

PORTARIA Nº 2.491, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Suspende a transferência de incentivos financeiros referentes ao número de Equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa, devido à ausência de alimentação de dados no Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os esforços do Ministério da Saúde pela transparência nos repasses de recursos para a Atenção Básica;

Considerando o disposto na Portaria nº 963/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica, instituída pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos para Municípios e Distrito Federal; e

Considerando o não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), pelas Equipes de Atenção Domiciliar por período superior a 60 (sessenta) dias, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a transferência de incentivos financeiros da competência financeira agosto de 2014, referentes ao número de equipes de Atenção Domiciliar - Programa Melhor em Casa do proponente Secretaria Municipal de Saúde no anexo a esta Portaria, devido não preenchimento do Sistema de Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde (RAAS), por período superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência agosto de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO	EMAD Tipo 1	EMAD Tipo 2	EMAP
MG	313760	LAGOA SANTA	1	0	1
TOTAL			1	0	1

PORTARIA Nº 2.492, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica; e

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem o incentivo às ações de Saúde Bucal, no âmbito da estratégia Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO - 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO À SAÚDE BUCAL

UF	CÓD. MUN.	MUNICÍPIO	MOD. 1	MOD. 2	TOTAL
AL	2705507	MURICI	11	0	11
AL	2709152	TEOTONIO VILELA	16	0	16
Total da UF:		2	27	0	27
AM	1300201	ATALAIA DO NORTE	4	0	4
Total da UF:		1	4	0	4
AP	1600238	FERREIRA GOMES	3	0	3
AP	1600501	OIAPOQUE	11	0	11
Total da UF:		2	14	0	14
BA	2902252	ARATACA	5	0	5
BA	2903508	BELO CAMPO	3	0	3
BA	2911659	GUAJERU	4	0	4
BA	2912400	IBIPEBA	4	0	4
BA	2916708	ITAQUARA	4	0	4
BA	2926400	RIACHO DE SANTANA	8	0	8
Total da UF:		6	28	0	28
CE	2313351	TEJUCUOCA	7	0	7
Total da UF:		1	7	0	7
ES	3200102	AFONSO CLAUDIO	8	0	8
ES	3202405	GUARAPARI	16	0	16
ES	3204302	PRESIDENTE KENNEDY	5	0	5
Total da UF:		3	29	0	29
MA	2100154	AGUA DOCE DO MARANHAO	4	1	5
MA	2100436	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	6	0	6
MA	2102036	BOM JESUS DAS SELVAS	5	0	5
MA	2108454	PERITORO	6	0	6
MA	2111102	SAO JOAO DOS PATOS	10	0	10
Total da UF:		5	31	1	32
MG	3107406	BOM DESPACHO	0	23	23
MG	3108552	BRASILANDIA DE MINAS	4	0	4
MG	3108602	BRASILIA DE MINAS	0	9	9
MG	3112406	CAPETINGA	3	0	3

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MG	3114204	CARMO DO CAJURU	4	1	5
MG	3115102	CASSIA	2	0	2
MG	3115805	CENTRALINA	5	0	5
MG	3116159	CHAPADA GAUCHA	0	5	5
MG	3119807	CORREGO DANTA	2	0	2
MG	3121902	DIVINESIA	2	0	2
MG	3124005	ERVALIA	9	0	9
MG	3128600	GUARDA-MOR	2	0	2
MG	3133501	ITAPECERICA	11	0	11
MG	3134202	ITUIUTABA	7	4	11
MG	3135209	JANUARIA	6	21	27
MG	3137502	LAGOA FORMOSA	8	0	8
MG	3138609	LIMA DUARTE	4	1	5
MG	3140001	MARIANA	13	0	13
MG	3141207	MATUTINA	2	0	2
MG	3141603	MERCES	3	0	3
MG	3161502	SAO GERALDO	4	0	4
MG	3162955	SAO JOSE DA LAPA	4	2	6
MG	3165701	SENADOR FIRMINO	2	0	2
MG	3171071	VEREDINHA	0	3	3
MG	3171402	VIEIRAS	2	0	2
MG	3172004	VISCONDE DO RIO BRANCO	12	0	12
Total da UF:		26	111	69	180
MT	5106372	PEDRA PRETA	2	1	3
Total da UF:		1	2	1	3
PA	1502756	CONCORDIA DO PARA	7	0	7
PA	1506708	SANTANA DO ARAGUAIA	6	1	7
PA	1508126	ULIANOPOLIS	5	0	5
Total da UF:		3	18	1	19
PB	2502508	BOQUEIRAO	8	0	8
PB	2502904	BREJO DOS SANTOS	3	0	3
PB	2507507	JOAO PESSOA	371	0	371
PB	2509404	MOGEIRO	7	0	7
PB	2515971	SOBRADO	4	0	4
Total da UF:		5	393	0	393
PE	2601904	BEZERROS	17	0	17
PE	2608255	JUCATI	5	0	5
PE	2609154	MANARI	6	0	6
PE	2612307	SALOA	8	0	8
PE	2615300	TIMBAUBA	20	0	20
Total da UF:		5	56	0	56
PR	4104204	CAMPO LARGO	16	5	21
PR	4105805	COLOMBO	23	0	23
PR	4107652	FAZENDA RIO GRANDE	8	2	10
PR	4117305	ORTIGUEIRA	3	1	4
PR	4120606	PRUDENTOPOLIS	8	0	8
Total da UF:		5	58	8	66
RJ	3301504	CORDEIRO	5	0	5
RJ	3301876	IGUABA GRANDE	9	0	9
RJ	3302254	ITATIAIA	7	0	7
RJ	3303302	NITEROI	24	0	24
RJ	3304201	RESENDE	29	0	29
Total da UF:		5	74	0	74
RN	2401800	BREJINHO	6	0	6
RN	2414407	TOUROS	16	0	16
Total da UF:		2	22	0	22
RS	4300604	ALVORADA	14	1	15
RS	4304200	CANDELARIA	4	0	4
RS	4304606	CANOAS	19	0	19
RS	4305454	CIDREIRA	4	0	4
RS	4306106	CRUZ ALTA	13	0	13
RS	4308508	FREDERICO WESTPHALEN	5	0	5
RS	4309001	GIRUA	3	0	3
RS	4313409	NOVO HAMBURGO	3	0	3
RS	4314902	PORTO ALEGRE	68	46	114
RS	4315909	RODEIO BONITO	3	0	3
RS	4316451	SALTO DO JACUI	1	0	1
RS	4316808	SANTA CRUZ DO SUL	11	0	11
RS	4316972	SANTA MARGARIDA DO SUL	1	0	1
RS	4317103	SANTANA DO LIVRAMENTO	7	0	7
RS	4318804	SAO LOURENCO DO SUL	12	0	12
RS	4320701	SOBRADINHO	3	0	3
RS	4321204	TAQUARA	8	0	8
RS	4321303	TAQUARI	4	0	4
RS	4321956	TRINDADE DO SUL	3	0	3
Total da UF:		19	186	47	233
SC	4202578	BOM JESUS DO OESTE	0	1	1
SC	4202701	BOTUVERA	2	0	2
SC	4212908	PINHALZINHO	6	2	8
SC	4213708	POUSO REDONDO	4	0	4
SC	4214904	RIO FORTUNA	0	2	2
SC	4217808	TAIO	6	0	6
Total da UF:		6	18	5	23
SP	3507605	BRAGANCA PAULISTA	24	1	25
SP	3515103	EMBU-GUACU	5	1	6
SP	3523107	ITAQUAQUECETUBA	8	0	8
SP	3526704	LEME	9	0	9
SP	3535200	PALMEIRA D'OESTE	3	0	3
SP	3541901	QUELUZ	4	0	4
SP	3551702	SERTAOZINHO	4	0	4
SP	3556404	VARGEM GRANDE DO SUL	20	0	20
Total da UF:		8	77	2	79
Total Geral:		105	1155	134	1289

PORTARIA Nº 2.493, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Credencia Municípios a receberem os incentivos financeiros referentes às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 978/GM/MS, de 16 de maio de 2012, que define valores de financiamento do Piso da Atenção Básica Variável para as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, instituídos pela Política Nacional de Atenção Básica;

Considerando a Portaria nº 1.834/GM/MS, de 27 de agosto de 2013, que institui e redefine valores diferenciados de custeio às Equipes de Saúde da Família que possuem profissionais médicos integrantes de programa nacionais de provimento; e

Considerando a Portaria nº 1.131/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que disciplina o repasse do Piso de Atenção Básica Variável a ser transferido aos Municípios, Distrito Federal que não efetuaram o cadastramento dos profissionais do Projeto Mais Médicos para o Brasil junto ao Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo II a esta Portaria, dos Estados relacionados no anexo I, a receberem os incentivos às estratégias de Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.2015.20AD (PO - 0006 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família), para implantação de novas equipes e contratações de agentes comunitários de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
AC	1	54	8
AL	3	214	30
AM	1	49	8
AP	2	59	14
BA	3	116	19
CE	7	307	61
ES	4	359	53
MA	11	840	103
MG	40	2.765	421
MT	2	129	18
PA	5	398	16
PB	6	1.979	396
PE	5	304	48
PR	7	588	100
RJ	3	248	42
RN	2	109	22
RO	2	199	27
RS	41	3.137	582
SC	7	205	40
SE	2	93	16
SP	12	1.456	220
TO	1	71	10
Total Geral:	167	13.679	2.254

ANEXO II

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DOS INCENTIVOS A EACS E ESF

UF	COD. MUN.	MUNICÍPIO	AGENTES	EQUIPES
AC	1200385	PLACIDO DE CASTRO	54	8
Total da UF:		1	54	8
AL	2704708	MARECHAL DEODORO	119	15
AL	2705507	MURICI	68	11
AL	2706109	OURO BRANCO	27	4
Total da UF:		3	214	30
AM	1300201	ATALAIA DO NORTE	49	8
Total da UF:		1	49	8
AP	1600238	FERREIRA GOMES	17	3
AP	1600501	OIAPOQUE	42	11
Total da UF:		2	59	14
BA	2902252	ARATACA	27	5
BA	2912400	IBIPEBA	37	8
BA	2931806	TREMEDAL	52	6
Total da UF:		3	116	19
CE	2300507	ALCANTARAS	27	5
CE	2301703	AURORA	61	12
CE	2304236	CROATA	43	9
CE	2304350	FORQUILHA	52	11
CE	2305357	ICAPUI	46	8
CE	2310852	PINDORETAMA	42	9
CE	2313559	TURURU	36	7
Total da UF:		7	307	61
ES	3200102	AFONSO CLAUDIO	84	13
ES	3202405	GUARAPARI	216	28
ES	3203346	MARECHAL FLORIANO	33	7
ES	3204302	PRESIDENTE KENNEDY	26	5
Total da UF:		4	359	53
MA	2100436	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	71	13
MA	2100956	ARAME	100	10
MA	2101251	BACABEIRA	52	8
MA	2101608	BARRA DO CORDA	260	21
MA	2102358	BURITIRANA	49	7
MA	2105005	HUMBERTO DE CAMPOS	83	10
MA	2105351	ITAIPAVA DO GRAJAU	47	7
MA	2105807	LAGO DO JUNCO	35	4
MA	2108454	PERITORO	69	11
MA	2111078	SAO JOAO DO SOTER	56	9
MA	2112274	TUFILANDIA	18	3
Total da UF:		11	840	103
MG	3105608	BARBACENA	183	27
MG	3107406	BOM DESPACHO	116	23
MG	3109105	BUENO BRANDAO	24	4
MG	3112059	CANTAGALO	11	2

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

MG	3112406	CAPETINGA	18	3
MG	3115102	CASSIA	28	4
MG	3115805	CENTRALINA	26	5
MG	3116159	CHAPADA GAUCHA	28	6
MG	3116506	CLARO DOS POCOES	20	4
MG	3119401	CORONEL FABRICIANO	262	34
MG	3122009	DIVINO	42	6
MG	3122306	DIVINOPOLIS	544	70
MG	3124005	ERVALIA	45	9
MG	3127404	GONCALVES	11	2
MG	3130408	IJACI	15	2
MG	3131000	INHAUMA	15	3
MG	3133501	ITAPECERICA	53	11
MG	3133600	ITAPEVA	22	3
MG	3135050	JAIBA	86	17
MG	3135209	JANUARIA	164	27
MG	3137007	LADAINHA	43	6
MG	3137809	LAMBARI	49	6
MG	3138658	LONTRA	21	4
MG	3141207	MATUTINA	8	2
MG	3141306	MEDEIROS	9	2
MG	3141603	MERCES	25	4
MG	3142007	MIRABELA	33	7
MG	3145356	NOVO ORIENTE DE MINAS	26	5
MG	3151305	PIRAUBA	27	4
MG	3152303	PORTO FIRME	26	5
MG	3154507	RIACHO DOS MACHADOS	24	5
MG	3157005	SALINAS	90	17
MG	3159506	SANTA RITA DO ITUETO	15	3
MG	3158607	SANTANA DO DESERTO	9	2
MG	3162401	SAO JOAO DA PONTE	67	13
MG	3164308	SAO ROQUE DE MINAS	17	3
MG	3167202	SETE LAGOAS	535	65
MG	3167301	SILVEIRANIA	6	1
MG	3170479	URUANA DE MINAS	8	2
MG	3171071	VEREDINHA	14	3
Total da UF:		40	2765	421
MT	5105259	LUCAS DO RIO VERDE	86	13
MT	5106307	PARANATINGA	43	5
Total da UF:		2	129	18
PA	1500404	ALENQUER	160	2
PA	1502509	CHAVES	74	3
PA	1503044	FLORESTA DO ARAGUAIA	50	5
PA	1503101	GURUPA	96	3
PA	1507466	SAO JOAO DA PONTA	18	3
Total da UF:		5	398	16
PB	2502508	BOQUEIRAO	42	8
PB	2502904	BREJO DOS SANTOS	16	3
PB	2507507	JOAO PESSOA	1856	371
PB	2509404	MOGEIRO	33	7
PB	2515971	SOBRADO	19	4
PB	2517209	VIEIROPOLIS	13	3
Total da UF:		6	1979	396
PE	2601904	BEZERROS	147	20
PE	2603900	CARNAIBA	47	9
PE	2608255	JUCATI	27	5
PE	2609154	MANARI	45	6
PE	2612307	SALOA	38	8
Total da UF:		5	304	48
PR	4104204	CAMPO LARGO	148	26
PR	4105805	COLOMBO	200	40
PR	4107405	ENEAS MARQUES	15	3
PR	4114807	MARIALVA	54	8
PR	4117305	ORTIGUEIRA	47	5
PR	4119301	PINHAO	76	11
PR	4120804	QUATRO BARRAS	48	7
Total da UF:		7	588	100
RJ	3301876	IGUABA GRANDE	60	9
RJ	3303708	PARAIBA DO SUL	104	21
RJ	3305000	SAO JOAO DA BARRA	84	12
Total da UF:		3	248	42
RN	2401800	BREJINHO	29	6
RN	2414407	TOUROS	80	16
Total da UF:		2	109	22
RO	1100049	CACOAL	166	23
RO	1100080	COSTA MARQUES	33	4
Total da UF:		2	199	27
RS	4300604	ALVORADA	160	28
RS	4300802	ANTONIO PRADO	31	5
RS	4301701	BARAO DE COTEGIPE	12	3
RS	4302006	BARROS CASSAL	28	3
RS	4304200	CANDELARIA	40	4
RS	4304606	CANOAS	262	48
RS	4304804	CARLOS BARBOSA	23	2
RS	4305454	CIDREIRA	26	4
RS	4306304	DAVID CANABARRO	9	2
RS	4306403	DOIS IRMAOS	19	4
RS	4307005	ERECHIM	100	17
RS	4307708	ESTEIO	76	13
RS	4308409	FORMIGUEIRO	17	3
RS	4308508	FREDERICO WESTPHALEN	45	7
RS	4309001	GIRUA	38	5
RS	4309308	GUAIBA	26	6
RS	4310439	IPE	15	3
RS	4310801	IVOTI	16	5
RS	4311502	LAVRAS DO SUL	10	2
RS	4312377	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	8	2
RS	4312476	MORRO REUTER	14	2
RS	4313508	OSORIO	63	9
RS	4313953	PANTANO GRANDE	9	2
RS	4314050	PAROBE	28	6
RS	4314753	POCO DAS ANTAS	5	1
RS	4314902	PORTO ALEGRE	1138	265
RS	4316451	SALTO DO JACUI	20	4
RS	4316600	SANANDUVA	25	4
RS	4316808	SANTA CRUZ DO SUL	200	22
RS	4316972	SANTA MARGARIDA DO SUL	6	1
RS	4317103	SANTANA DO LIVRAMENTO	62	9
RS	4317608	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	57	8
RS	4318804	SAO LOURENCO DO SUL	70	12
RS	4319406	SAO PEDRO DO SUL	34	5
RS	4320859	TABAI	11	2
RS	4321204	TAQUARA	78	13
RS	4321303	TAQUARI	40	4
RS	4322509	VACARIA	96	13
RS	4322541	VALE REAL	13	3
RS	4322905	VIADUTOS	12	2
RS	4323002	VIAMAO	195	29
Total da UF:		41	3137	582
SC	4202701	BOTUVERA	11	2
SC	4210209	MAJOR GERCINO	8	2
SC	4211603	NOVA VENEZA	34	6
SC	4212908	PINHALZINHO	42	8
SC	4213708	POUSO REDONDO	38	7
SC	4217402	SCHROEDER	28	8
SC	4217808	TAIO	44	7
Total da UF:		7	205	40
SE	2801207	CANINDE DE SAO FRANCISCO	64	11
SE	2806602	SANTO AMARO DAS BROTAS	29	5
Total da UF:		2	93	16
SP	3505708	BARUERI	174	34
SP	3507605	BRAGANCA PAULISTA	193	25
SP	3515186	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	65	8
SP	3523107	ITAQUAQUECETUBA	173	28
SP	3526704	LEME	84	10
SP	3535200	PALMEIRA D'OESTE	24	3
SP	3538808	PIRAJU	60	9
SP	3541901	QUELUZ	22	4
SP	3545209	SALTO	52	12
SP	3547809	SANTO ANDRE	408	63
SP	3551702	SERTAOZINHO	102	4
SP	3556404	VARGEM GRANDE DO SUL	99	20
Total da UF:		12	1456	220
TO	1721208	TOCANTINOPOLIS	71	10
Total da UF:		1	71	10
Total Geral:		167	13679	2254

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.494, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Sapeaçu (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Santo Antônio de Jesus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.038/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192 Regional de Santo Antônio de Jesus (BA);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.155394/2014-77, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Sapeaçu (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Santo Antônio de Jesus (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada do Município de Sapeaçu (BA), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Sapeaçu (BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
BA	Sapeaçu	7424655	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO R$ 157.500,00						

PORTARIA Nº 2.495, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.192/GM/MS, de 29 de dezembro de 2011, que habilita a Unidade de Suporte Básico (SAMU 192) no Município de Pocinhos (PB);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção ás Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.144067/2014-90, resolve:

Art.1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos (PB), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo, para o Fundo Municipal de Saúde de Pocinhos (PB).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação)	Valor mensal a ser pago com qualificação	Valor do Repasse Anual qualificado Fundo a Fundo
PB	Pocinhos	6946100	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00

PORTARIA Nº 2.496, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Formosa (GO) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 2 (duas) Unidades Móveis de Motolâncias, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Formosa (GO) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.154568/2014-84, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Formosa (GO) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico e 2 (duas) Unidades Móveis de Motolâncias, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Formosa (GO).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Formosa (GO), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Formosa (GO).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
GO	FORMOSA	7562330	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
GO	FORMOSA	7562365 e 7562357	82.48	02 (duas) Motolância SAMU 192	R$ 14.000,00	R$ 168.000,00
TOTAL/ANO R$ 325.500,00						

PORTARIA Nº 2.497, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Santa Terezinha (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Patos (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.359/GM/MS, de 10 de outubro de 2013, que redefine incentivo financeiro de custeio a Central de Regulação das Urgências (SAMU 192), Regional de Patos (PB);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192;

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.141524/2014-94, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Santa Terezinha (PB) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Patos (PB).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada do Município de Santa Terezinha (PB), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha (PB).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
PB	Santa Terezinha	7457324	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO R$ 157.500,00						

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.498, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Alagoa Nova (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 235/GM/MS, de 10 de fevereiro de 2012, que habilita a Unidade de Suporte Básico (SAMU 192) no Município de Alagoa Nova (PB);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012 que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção ás Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.142224/2014-22, resolve:

Art. 1º Fica qualificada 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) pertencente à Central de Regulação das Urgências do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Campina Grande (PB) e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Alagoa Nova (PB), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no anexo, para o Fundo Municipal de Saúde de Alagoa Nova (PB).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação)	Valor mensal a ser pago com qualificação	Valor do Repasse Anual qualificado Fundo a Fundo
PB	Alagoa Nova	6931936	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00

PORTARIA Nº 2.499, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Tatuí (SP) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Itapetininga (SP) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.613/GM/MS, de 18 de novembro de 2010, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192 Regional de Itapetininga (SP);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.169446/2014-92, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Tatuí (SP) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Itapetininga (SP).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Tatuí (SP), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Tatuí (SP).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor mensal a ser pago	Valor do Repasse Anual
SP	Tatuí	7391994	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO R$ 157.500,00						

PORTARIA Nº 2.500, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Cruzeiro do Sul (AC) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância da implementação de ações e serviços que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Nacional Socioeducativo, estimada em mais de 80.000 adolescentes/jovens, distribuída em todas as unidades federadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme as Portarias nº 1.082/GM/MS e nº 1.083/GM/MS, ambas de 23 de maio de 2014;

Considerando o art. 1º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 3º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, até o teto físico/financeiro constante no anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

§ 2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

Art 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria correrão por conta da funcional programática 10.301.2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde - PO0004 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Adolescente e Jovem.

Art 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Cruzeiro do Sul.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO Á SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
AC	Cruzeiro do Sul	Centro de Medidas Socioeducativas Vale do Juruá	Municipal	46	8.556,00	8.556,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.501, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Ananindeua (PA) a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de adolescentes em Conflito com a Lei.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a importância da implementação de ações e serviços que viabilizem uma atenção integral à saúde da população compreendida pelo Sistema Nacional Socioeducativo, estimada em mais de 80.000 adolescentes/jovens, distribuída em todas as unidades federadas;

Considerando a necessidade de um financiamento federal diferenciado para a implementação da Atenção à Saúde dos Adolescentes em conflito com a Lei, conforme as Portarias nº 1.082/GM/MS e nº 1.083/GM/MS, ambas de 23 de maio de 2014;

Considerando o art. 1º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, que institui o incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento de ações de atenção integral à Saúde de adolescentes em privação de liberdade, a ser repassado pelo Ministério da Saúde, com o objetivo de complementar o financiamento das ações de atenção integral à saúde dessa população; e

Considerando o preenchimento dos requisitos e o envio de documentação previsto no art. 3º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Ananindeua, no Estado do Pará, até o teto físico/financeiro constante no Anexo a esta Portaria, a receber o Incentivo para Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, conforme indicado no Plano Operativo Municipal.

§ 1º A transferência de recursos será baseada no limite financeiro correspondente ao número de adolescentes por unidade de internação, internação provisória e semiliberdade, conforme os critérios previstos no art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

§ 2º Os recursos serão repassados mensalmente conforme art. 2º da Portaria nº 1.083/GM/MS, de 23 de maio de 2014.

Art 2º Os recursos orçamentários de que trata a presente Portaria correrão por conta da funcional programática 10.301.2015.20YI - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde (PO0004 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde Adolescente e Jovem).

Art 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos para o Fundo Municipal de Saúde de Ananindeua.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

INCENTIVOS FINANCEIROS PARA A ATENÇÃO Á SAÚDE DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, EM REGIME DE INTERNAÇÃO, INTERNAÇÃO PROVISÓRIA E SEMILIBERDADE.

UF	Município	Unidade	Gestão	Total de Adolescentes	Valor mensal por Unidade	Valor total a ser repassado mensalmente
PA	Ananindeua	Centro Socioeducativo Masculino - CIJAM	Municipal	40	R$7.486,50	R$29.946,00
		Centro Juvenil Masculino - CJM	Municipal	40	R$7.486,50	
		Centro Socioeducativo Feminino - CESEF	Municipal	40	R$7.486,50	
		Unidade de Atendimento Socioeducativo - UASE	Municipal	30	R$7.486,50	

PORTARIA Nº 2.502, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Teolândia (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Ilhéus (BA) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 363/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006, que habilita a Central de Regulação das Urgências (SAMU 192), Município de Ilhéus (BA);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.155375/2014-41, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Teolândia (BA) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Ilhéus (BA).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada do Município de Teolândia (BA), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Teolândia .(BA).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor mensal a ser Pago	Valor do repasse anual
BA	Teolândia	7534388	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO ..... R$ 157.500,00						

PORTARIA Nº 2.503, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Remaneja recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Jacareí, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.721/GM/MS, de 21 de setembro de 2005, que cria o Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.123/GM/MS, de 7 de dezembro de 2006, que homologa o processo de adesão ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.617/GM/MS, de 1º de novembro de 2013, que estabelece prazo para o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 3.166/GM/MS, de 20 de dezembro de 2013, que estabelece recurso do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios; e

Considerando a contratualização dos hospitais no âmbito do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do SUS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o remanejamento de recurso anual no montante de R$ 1.648.887,14 (um milhão, seiscentos e quarenta e oito mil oitocentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos), do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Jacareí referente ao Incentivo de Integração ao Sistema Único de Saúde (INTEGRASUS).

Art. 2º Os valores desta Portaria serão remanejados do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade em conformidade com o art. 4º da Portaria nº 1.721/GM/MS, de 21 de setembro de 2005.

Art. 3º O incentivo constante desta Portaria deverá constar no contrato celebrado entre o gestor local do SUS e o estabelecimento de saúde.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, ao Fundo Municipal de Saúde de Jacareí.

Art. 5º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 (Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0007).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2014.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	INTEGRASUS
SP	352440	Jacareí	2096412	Santa Casa de Misericórdia de Jacareí	Municipal	1.648.887,84

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.510, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem disponibilizados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a expansão da oferta dos serviços de oncologia de média e alta complexidade, no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba; e

Considerando a aprovação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Paraíba, por meio da Deliberação nº 1/CIB/PB, de 19 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante de R$ 182.338,21 (cento e oitenta e dois mil trezentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos), a ser disponibilizado ao Município de Campinas Grande, em parcela única.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Campinas Grande.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0008- Controle do Câncer).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.511, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), 21 (vinte e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) e 5 (cinco) Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Goiânia (GO), a receberem incentivo de custeio redefinido, e autoriza o Fundo Nacional de Saúde a realizar transferência de custeio mensal ao Fundo Estadual de Saúde de Goiânia e aos Fundos Municipais de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no SUS;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS de 18 de julho de 2013, que redefine as diretrizes para a implantação do serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção ás Urgências;

Considerando as Portarias nº 29/GM/MS, de 10 de janeiro de 2006, e nº 1.288/GM/MS, de 22 de junho de 2012, que habilita e redefine custeio a Central de Regulação das Urgências e as Unidades de Suporte Básico e Avançado a receber recursos de custeio destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional Macro-Região Centro Oeste e autoriza a transferência de custeio ao Fundo Municipal de Saúde de Goiânia e as bases descentralizadas localizadas nos Municípios de Anicuns, Goianira, Guapó, Inhumas, Itauçu, Nerópolis, Petrolina de Goiás e Trindade a receber custeio de habilitação;

Considerando a Portaria nº 2.700/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, que habilita a base descentralizada de Anicuns (GO) a receber recurso de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico;

Considerando a Portaria nº 2.698/GM/MS, de 17 de novembro de 2011, que habilita a base descentralizada de Goianira (GO) a receber recurso de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico;

Considerando a Portaria nº 2.633/GM/MS, de 3 de novembro de 2011, que habilita a base descentralizada de Guapó (GO) a receber recurso de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico;

Considerando a Portaria nº 1.748/GM/MS, de 28 de julho de 2011, que habilita a base descentralizada de Itauçu (GO) a receber recurso de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico;

Considerando a Portaria nº 1.585/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que habilita a base descentralizada de Petrolina de Goiás (GO) a receber recurso de custeio referente a uma Unidade de Suporte Básico;

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.066936/2014-38, resolve:

Art. 1º Ficam qualificadas a Central de Regulação das Urgências (CRU), 21 (vinte e uma) Unidades de Suporte Básico (USB) e 5 (cinco) Unidades de Suporte Avançado (USA) do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Regional de Goiânia (GO), a receberem incentivo de custeio redefinido, e fica autoriza a transferência de custeio ao Fundo Estadual de Saúde de Goiás e aos Fundos Municipais de Saúde, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) dos valores, conforme descrito no Anexo I a esta Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde de Goiás e aos Fundos Municipais de Saúde.

Art. 3º O território de abrangência da Central Regional de Goiânia (GO) é composto pelos Municípios contidos no Anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGÊNCIAS:

MUNICÍPIO PARA REPASSE DOS RECURSOS	CENTRAL DE REGULAÇÃO	VALOR DO REPASSE MENSAL	VALOR DO REPASSE ANUAL
Goiânia (GO)	Goiânia	R$ 138.526,50	R$ 1.662.318,00
TOTAL			R$ 1.662.318,00

UNIDADES MÓVEIS:

MUNICÍPIOS PARA REPASSE DOS RECURSOS	UNIDADE DESUPORTE BASICO (USB)	UNIDADE DE SUPORTE AVANÇADO (USA)	VALOR DO REPASSE MENSAL	VALOR DO REPASSE ANUAL
Goiânia (GO)	13	4	R$ 477.831,00	R$ 5.733.972,00
Anicuns (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Goianira (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Guapó (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Inhumas (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Itauçu (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Nerópolis (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Petrolina de Goiás (GO)	1	0	R$ 21.919,00	R$ 263.028,00
Trindade (GO)	1	1	R$ 70.140,00	R$ 841.680,00
Total	21	5	R$ 701.404,00	R$ 8.416.848,00

ANEXO II

COD IBGE	MUNICÍPIO	POP_IBGE_2013
520130	Anicuns	21.195
520160	Araçu	3.823
520280	Avelinópolis	2.504
520360	Brazabrantes	3.444
520460	Campestre de Goiás	3.539
520520	Caturaí	4.910
520680	Damolândia	2.869
520870	Goiânia	1.393.579
520880	Goianira	37.713
520920	Guapó	14.397
521000	Inhumas	50.736
521140	Itauçu	8.893
521440	Nazário	8.421
521450	Nerópolis	26.364
521500	Nova Veneza	8.806
521680	Petrolina de Goiás	10.545
521910	Santa Bárbara de Goiás	6.118
521950	Santa Rosa de Goiás	2.823
521973	Santo Antônio de Goiás	5.253
522100	Taquaral de Goiás	3.628
522140	Trindade	113.447
TOTAL	21	1.733.007

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 2.512, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação;

Considerando a Portaria nº 2.373/GM/MS, de 7 outubro de 2009, que altera o art. 4º da Portaria nº 599/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.464/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que altera o anexo da Portaria nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 1.032/SAS/MS, de 8 de outubro de 2014, que habilita os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem os incentivos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados ao custeio mensal dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas nas Portarias nº 599/2006, nº 600/2006 e nº 1.464/2011, pelos Municípios pleiteantes implica, a qualquer tempo, no descredenciamento das Unidades de Saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos valores mensais para os Fundos Municipais de Saúde, correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO - 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) CUSTEIO MENSAL
PE	260040	Água Preta	7155204	Municipal	I	8.250,00
RS	431440	Pelotas	7478429	Municipal	I	8.250,00

PORTARIA Nº 2.513, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Define os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que estabelece os critérios de antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em fase de implantação;

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) Tipo I, CEO Tipo II e CEO Tipo III;

Considerando a Portaria nº 1.341/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que define os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e dá outras providências;

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde Bucal/Departamento de Atenção Básica, constante do processo de credenciamento/habilitação desses serviços; e

Considerando a Portaria nº 1.075/SAS/MS, de 15 de outubro de 2014, que habilita Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) a receberem a antecipação dos incentivos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do anexo a esta Portaria, os recursos financeiros destinados à implantação dos serviços especializados de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO).

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria nº 283/GM/MS, de 2005, pelos Municípios pleiteantes, implica na devolução ao Fundo Nacional de Saúde dos recursos repassados.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, dos recursos de antecipação dos incentivos financeiros para os Fundos Municipais de Saúde correspondentes.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objetos desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 (PO 0002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME FANTASIA ESTABELECIMENTO DE SAÚDE/CÓDIGO VERIFICADOR	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO CEO TIPO	INCENTIVO (R$) IMPLANTAÇÃO
MA	210640	Mata Roma	Mata Roma - 001014	Municipal	I	60.000,00
RN	240060	Almino Afonso	Almino Afonso - 001015	Municipal	I	60.000,00

PORTARIA Nº 2.514, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 9 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;

Considerando a Portaria nº 201/SVS/MS, de 3 de novembro de 2010 que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM); e

Considerando a Portaria nº 1.855/GM/MS, de 4 de setembro de 2014 que suspende a transferência de recursos financeiros do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde dos Municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência dos recursos financeiros do Componente de Vigilância em Saúde do Bloco de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira setembro de 2014, dos Municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de outubro de 2014, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	CODIGO IBGE	MUNICIPIO
BA	290520	Caetité
PA	150548	Pacajá
SP	350520	Bariri
SP	351860	Guariba

PORTARIA Nº 2.515, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Santa Catarina e do Município de Rio Negrinho.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.541/GM/MS, de 08 de novembro de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 1.076/SAS/MS, de 16 de outubro de 2014, que habilita leitos de Unidade de Cuidados Prolongados (UCP) no Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso no montante anual de R$ 1.427.150,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e sete mil cento e cinquenta reais) a ser incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Rio Negrinho.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à habilitação de leitos de Unidade de Cuidados Prolongados, previstos no Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina, conforme a Portaria nº 2.541/GM/MS, de 2012.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Rio Negrinho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.516, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Remaneja recursos e estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro anual do Estado do Piauí e do Município de Teresina.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de bloco de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 1.790/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Piauí e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação, resolve:

Art. 1º Ficam remanejados recursos no montante anual de R$ 248.200,00 (duzentos e quarenta e oito mil e duzentos reais), provenientes da Portaria nº 1.790/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, no Município de Teresina (PI).

Parágrafo único. Os recursos, objeto deste remanejamento, referem-se à suspensão de repasse financeiro de custeio de leitos qualificados de enfermaria clínica de retaguarda, em decorrência de monitoramento do cumprimento de requisitos e critérios estabelecidos pela Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 620.500,00 (seiscentos e vinte mil e quinhentos reais) a serem incorporados ao limite financeiro anual de média e alta complexidade do Estado do Piauí e do Município de Teresina.

Art. 3º Os recursos estabelecidos nos art. 1º e 2º desta Portaria, que totalizam o montante anual de R$ 868.700,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e setecentos reais), serão destinados ao custeio de leitos novos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos na Portaria nº 1.790/GM/MS de 2012, conforme anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto do Anexo II a esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0022 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 3º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Teresina (PI), conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

IBGE	Município	Gestão	Valor anual
221100	Teresina	Municipal	(248.200,00)

ANEXO II

IBGE	Município	Gestão	Valor anual
221100	Teresina	Municipal	868.700,00

PORTARIA Nº 2.517, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Credencia Municípios a receberem incentivos referentes às equipes de Consultório na Rua, que compõe o Bloco da Atenção Básica.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2012, que aprovou a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para organização da atenção básica;

Considerando a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes de organização e funcionamento das equipes de Consultório na Rua;

Considerando a Portaria nº 123/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define os critérios de cálculo do número máximo de equipes de Consultório na Rua;

Considerando Portaria nº 160/SAS/MS, de 1º de março de 2012, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes que farão parte do Movimento Nacional População em Situação de Rua;

Considerando a Portaria nº 1.029/GM/MS, de 20 de maio de 2014, amplia o rol das categorias profissionais que podem compor as equipes de Consultório na Rua em suas diferentes modalidades e dá outras providências; e

Considerando a Portaria nº 1.238/GM/MS, de 6 de junho de 2014, que fixa o valor do incentivo de custeio referente às equipes de Consultório na Rua nas diferentes modalidades, resolve:

Art.1º Ficam credenciados os Municípios descritos no anexo a esta Portaria a receberem o incentivo de equipes de Consultório na Rua (eCR).

Art. 2º Os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, na parte relativa ao Bloco da Atenção Básica, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.20AD - (PO - 0007 - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

MUNICÍPIOS CREDENCIADOS PARA RECEBIMENTO DO INCENTIVO DE EQUIPES DE CONSULTÓRIO NA RUA -(eCR).

UF	CÓDIGO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	equipes de Consultório na Rua			
			M I	M II	M III	TOTAL
CE	2312908	SOBRAL	0	1	0	1
Total da UF:		1	0	1	0	1
MA	2105302	IMPERATRIZ	0	0	1	1
Total da UF:		1	0	0	1	1
MG	3106200	BELO HORIZONTE	0	4	0	4
Total da UF:		1	0	4	0	4
PE	2609600	OLINDA	0	2	0	2
Total da UF:		1	0	2	0	2
PR	4106902	CURITIBA	0	3	1	4
PR	4115200	MARINGÁ	0	0	1	1
Total da UF:		2	0	3	2	5
RJ	3300100	ANGRA DOS REIS	0	0	1	1
Total da UF:		1	0	0	1	1
Total Geral		07	0	10	4	14

PORTARIA Nº 2.518, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova a adesão de Estados e Municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria Interministerial nº 1/MS/MJ, de 2 de janeiro de 2014, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, que institui normas para a operacionalização da PNAISP no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014, que estabelece normas para o cadastramento no SCNES das equipes e serviços que farão parte da Atenção Básica de Saúde Prisional e inclui na tabela de Tipos de Equipes do SCNES, os tipos de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP), resolve:

Art. 1º Fica aprovada a adesão do Estado do Piauí (PI) e dos Municípios de Bacabal (MA), Olho D'água das Cunhãs (MA), Caxias do Sul (RS), Santa Cruz do Sul (RS), Arroio dos Ratos (RS), Campos Novos (SC), Biguaçu (SC), Criciúma (SC), Araranguá (SC), Imbituba (SC), São Joaquim (SC), Rio do Sul (SC), Lages (SC) à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º A transferência de recursos financeiros está condicionada à habilitação de Equipes de Saúde no Sistema Prisional (ESP) previamente cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), e ao cumprimento das demais exigências previstas nas Portarias nº 482/GM/MS, de 1º de abril de 2014, e nº 305/SAS/MS, de 10 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.519, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Desabilita e habilita o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) de Itaporanga (PB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando as Portarias nº 599/GM/MS e nº 600/GM/MS, de 23 de março de 2006, que estabelecem critérios de credenciamento/habilitação dos serviços especializados denominados Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e suas formas de financiamento; e

Considerando a alteração promovida pelo gestor municipal no cadastro do estabelecimento de saúde no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
PB	250700	Itaporanga	Policlínica Manoel Medeiros Maia Itaporanga	2604868	Municipal	I

Art. 2º Fica habilitado o serviço Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) da Unidade de Saúde a seguir:

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	NOME DE FANTASIA	CÓDIGO NO CNES	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO
						CEO TIPO
PB	250700	Itaporanga	CEO Centro de Especialidades Odontológicas	7213328	Municipal	I

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º Fica estabelecido que o Fundo Nacional de Saúde mantenha a transferência, regular e automática, dos valores mensais.

Parágrafo único. O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, ocorrerá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8730 - (PO-002) Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.520, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Exclui proposta do Município de Cataguases (MG) do anexo da Portaria nº 1.380/GM/MS, de 3 de julho de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Portaria nº 1.380/GM/MS, de 3 de julho de 2014, que revoga as Portarias de habilitação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), pelo Ministério da Saúde, por descumprimento de prazos da Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, e por solicitação do proponente, resolve:

Art. 1º Fica excluído do anexo da Portaria nº 1.380/GM/MS, de 3 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 4 de julho de 2014, seção 1, página 101, a seguinte proposta:

UF	Ano	Proponente	Município	Porte	Nº da Proposta	Nº do Processo Ministério	Portaria de Habilitação	Valor Pago
MG	2010	SMS	Cataguases	I	17702.499001/3100-01	25000.125499/2010-78	2.330/GM/MS 16/08/2010	R$ 140.000,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.521, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o anexo da Portaria nº 962/GM/MS, de 19 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Os recursos federais destinados à construção de Oficina Ortopédica, descritos no anexo da Portaria nº 962/GM/MS, de 19 de maio de 2014, que habilita Municípios, Estados e Distrito Federal a receberem recursos referentes à Construção de Oficina Ortopédica Fixa, com base na Portaria nº 835/GM/MS, de 25 de abril de 2012, passam a vigorar na forma do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS PARA RECEBIMENTO DO RECURSO PARA O COMPONENTE CONSTRUÇÃO DE OFICINA ORTOPÉDICA FIXA

	MUNICIPIO	IBGE	NOME ESTABELE-CIMENTO	CNES	CNPJ	ORIGEM DO CNPJ	PROPOSTA	VALOR TOTAL PRO-POSTA	COMPONENTE	Modalidades	valor da primeira parcela	Funcional Programática
RN	Natal	2408102			14.031.955/0001-10	Fundo Estadual De Saude Do Rio Grande Do Norte	14031955000113054/2013	R$ 250.000,00	Oficina Ortopédica	Fixa	R$ 25.000,00	10.302.2015.8535 PO 0004/ 10.301.2015.20YI PO0006

PORTARIA Nº 2.522, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Torna sem efeito a Portaria nº 2.266/GM/MS, de 16 de outubro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito a Portaria nº 2.266/GM/MS, de 16 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 201, de 17 outubro de 2014, Seção 1, pág. 53, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.523, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado do Ceará e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.497/GM/MS, de 12 de julho de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Ceará e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Portaria nº 1.742/GM/MS, de 20 de agosto de 2013, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Ceará e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação; e

Considerando a Portaria nº 1.056/SAS/MS, de 14 de outubro de 2014, que habilita, no âmbito das Redes de Atenção às Urgências, leitos de Unidade de Terapia Intensivo Adulto e Pediátrico Tipo II, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no montante anual de R$ 8.146.800,00 (oito milhões, cento e quarenta e seis mil e oitocentos reais), a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do Estado do Ceará e Municípios de Fortaleza e Sobral, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à habilitação de leitos de Unidade Terapia Intensiva Adulto Tipo II.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde estabelecidos no anexo a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0023 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	Município	Gestão	Total
231290	Sobral	Estadual	7.884.000,00
230440	Fortaleza	Municipal	262.800,00
Total			8.146.800,00

PORTARIA Nº 2.524, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Santa Catarina e do Município de Laguna.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), previstos na Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais) a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Laguna (SC).

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à ampliação de leitos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos no Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Laguna.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.525, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Santa Catarina e do Município de Presidente Getúlio.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), previstos na Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recursos, no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Presidente Getúlio.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à ampliação de leitos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos no Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina, conforme a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 2013.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no artigo 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.526, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) do Estado de Santa Catarina e do Município de Ituporanga.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a inserção de leitos de enfermaria clínica de retaguarda no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), previstos na Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recursos no montante anual de R$ 775.625,00 (setecentos e setenta e cinco mil e seiscentos e vinte e cinco reais), a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade ambulatorial e hospitalar do Estado de Santa Catarina e do Município de Ituporanga.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se à ampliação de leitos de enfermaria clínica de retaguarda, previstos no Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina, conforme a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 2013.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.527, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Aprova o Componente Hospitalar da Etapa VIII do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implantação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.264/GM/MS, de 20 de junho de 2012, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Portaria nº 1.267/GM/MS, de 20 de junho de 2012, que aprova a Etapa II do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação;

Considerando a Portaria nº 1.658/GM/MS, de 8 de agosto de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 3.057/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013, que aprova a Etapa V do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 52/GM/MS, de 7 de janeiro de 2014, que aprova alterações da Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado e Municípios de São Paulo e aloca recursos financeiros;

Considerando a Portaria nº 71/GM/MS, de 9 de janeiro de 2014, que aprova a Etapa VI do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios - PAR RUE RRAS 13 - e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Deliberação CIB-SUS/SP nº 3, de 14 fevereiro de 2014, que aprova o Plano de Ação Regional (PAR) da Rede de Urgência e Emergência (RUE) da RRAS 09 Bauru;

Considerando a Portaria nº 1.674/GM/MS, de 5 de agosto de 2014, que aprova a Etapa VII do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e Municípios e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a Portaria nº 2.201/GM/MS, de 3 de outubro de 2014, que aprova a alteração do Componente Hospitalar da Etapa III do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de São Paulo e aloca recursos financeiros para sua implantação, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Componente Hospitalar da Etapa VIII do Plano de Ação Regional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de São Paulo, referente à RRAS 9 Bauru.

§ 1º O Plano de Ação de que trata o caput deste artigo estará disponível no site: http://sismac.saude.gov.br/ em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

§ 2º Os recursos referentes a este Plano de Ação Regional encontram-se no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Ficam estabelecidos recursos financeiros no montante anual de R$ 23.037.370,05 (vinte e três milhões, trinta e sete mil trezentos e setenta reais e cinco centavos) a serem incorporados ao limite financeiro de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar, do Estado e dos Municípios de São Paulo, destinados à implantação do previsto no art. 1º desta Portaria.

§ 1º Os recursos serão incorporados de acordo com o tipo de gestão dos estabelecimentos contemplados no Plano de Ação, de acordo com informação constante na ficha cadastral desses no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES).

§ 2º No caso dos estabelecimentos que possuem dupla gestão, o recurso será incorporado ao limite financeiro MAC do ente responsável pelo faturamento dos recursos referentes à última produção verificada no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS).

Art. 3º Os recursos referentes à habilitação de novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), de Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO), de Unidade de Cuidados Prolongados (UCP) e de Unidade de Cuidado aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (U-AVC) serão disponibilizados ao limite do Estado de São Paulo mediante visitas técnicas e/ou habilitações, de acordo com o previsto nas portarias específicas de cada componente.

Art. 4º O cadastramento no SCNES de novos leitos de UTI, UCO, UCP e U-AVC habilitados e/ou qualificados deverão ocorrer de acordo com as portarias específicas.

Art. 5º Os leitos novos e já existentes qualificados, quando couber, deverão ser cadastrados no SCNES, nos quantitativos previstos nos planos de ação, no prazo de 30 (trinta) dias após o início de vigência desta Portaria.

Art. 6º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos estabelecidos no art. 2º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde do Estado e dos Municípios de São Paulo, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 7º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

IBGE	Município	Gestão	Valor anual
350450	Avaré	Municipal	3.138.783,36
350600	Bauru	Estadual	7.927.159,68
350750	Botucatu	Estadual	2.488.591,17
352530	Jaú	Municipal	5.921.890,56
352710	Lins	Municipal	2.927.702,40
354160	Promissão	Estadual	633.242,88
Total			23.037.370,05

PORTARIA Nº 2.528, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Estabelece recursos a serem incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Balneário Camboriú.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.600/GM/MS, de 7 de julho de 2011, que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.395/GM/MS, de 11 de outubro de 2011, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, que aprova a Etapa IV do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Santa Catarina e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação - Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 556/SAS/MS, de 14 de julho de 2014, que habilita e altera leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI); e

Considerando a Portaria nº 1.670/GM/MS, de 5 de agosto de 2014, que estabelece recurso a ser incorporado ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 1.230.137,60 (um milhão, duzentos e trinta mil cento e trinta e sete reais e sessenta centavos) a serem disponibilizados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Santa Catarina e do Município de Balneário Camboriú.

Art. 2º Os recursos financeiros estabelecidos no art. 1º desta Portaria referem-se ao custeio do incentivo PAR/RUE de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) tipo II, previstos no Plano de Ação das Redes de Atenção às Urgências e Emergências do Estado de Santa Catarina, conforme Portaria nº 2.941/GM/MS, de 4 de dezembro de 2013, em complemento ao custeio estabelecido pela Portaria nº 1.670/GM/MS, de 5 de agosto de 2014.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585-0042 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Rede de Atenção às Urgências e Emergências - Plano Orçamentário 0007).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

VENDA PROIBIDA - VERSÃO DE ASSINANTE

PORTARIA Nº 2.529, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita o Município de Caruaru (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.144/GM/MS, de 17 de dezembro de 2009, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192 Regional de Caruaru (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.155415/2014-54, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Caruaru (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada do Município de Caruaru (PE), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Caruaru (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
PE	Caruaru	7409591	82.50	01 USB - SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO R$ 157.500,00						

PORTARIA Nº 2.530, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita e estabelece recursos para custeio Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h, Sobral, Franco Silva, Porte III), localizada no Município de Rio Branco (AC), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliadas (UPA Ampliada) e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal;

Considerando o art. 2º da Portaria nº 461/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que altera os códigos de incentivos de custeio de UPA 24h, na Tabela de Incentivos do SCNES;

Considerando que o Município de Rio Branco (PA) está inserido na Amazônia Legal; e

Considerando a Proposta SAIPS nº 2.086, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, Sobral, Franco Silva, Porte III, localizada no Município de Rio Branco (AC).

Art. 2º Ficam estabelecidos recurso para custeio de Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, Sobral, Franco Silva, Porte III, no montante anual R$ 3.900.000,00 (Três milhões e novecentos mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade do Estado do Acre (AC), transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde em parcelas mensais de R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

UF	Município	Código IBGE	CNES	INCENTIVO	Porte UPA 24h
AC	Rio Branco	1200401	7530684	82.43	Porte III NOVA

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º e 2º desta Portaria, para o Fundo Estadual de Saúde do Acre (AC).

Art. 4º Os recursos financeiros, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585.0012 (AC) - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário 0009 - UPA 24h).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.531, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Redefine as diretrizes e os critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito das PDP e o respectivo monitoramento e avaliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o disposto nos arts. 6º e 196 da Constituição Federal, que elegeu a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

Considerando o disposto no art. 218 da Constituição Federal, que estabeleceu que o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas para a solução dos problemas brasileiros;

Considerando o disposto no art. 219 da Constituição Federal, que estabeleceu que o mercado interno integra o patrimônio nacional e será incentivado de modo a viabilizar, dentre outros, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do País;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

Considerando a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006;

Considerando a Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e que, em seu artigo 19-Q, define que a incorporação, a exclusão ou a alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, bem como a constituição ou a alteração de protocolo clínico ou de diretriz terapêutica, são atribuições do Ministério da Saúde, assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo;

Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que incluiu o inciso XXXII e os §§ 1º e 2º no art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando o Decreto de 12 de maio de 2008, que cria, no âmbito do Ministério da Saúde, o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS);

Considerando o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 1990, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e que, na sua Seção II, dispõe sobre a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), a qual é disposta pelo Ministério da Saúde e compreende a seleção e a padronização de medicamentos indicados para atendimento de doenças ou de agravos no âmbito do SUS;

Considerando o Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011, que institui o Plano Brasil Maior (PBM) e cria o seu Sistema de Gestão;

Considerando o Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo SUS;

Considerando o Decreto nº 7.807, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a definição de produtos estratégicos para o SUS, para fins do disposto no inciso XXXII do caput e no § 2º do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;

Considerando o Decreto nº 8.269, de 25 de Junho de 2014, que institui o Programa Nacional de Plataformas de Conhecimento e seu Comitê Gestor;

Considerando a Portaria Interministerial nº 128/MPOG/MS/MCT/MDIC, de 30 de maio de 2008, que estabelece diretrizes para a contratação pública de medicamentos e fármacos pelo SUS;

Considerando a Portaria nº 3.031/GM/MS, de 16 de dezembro de 2008, que dispõe sobre critérios a serem considerados pelos Laboratórios Oficiais de produção de medicamentos em suas licitações para aquisição de matéria-prima;

Considerando a Portaria nº 506/GM/MS, de 21 de março de 2012, que Institui o Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS) e seu Comitê Gestor;

Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 2/ANVISA, de 2 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-registro, no Brasil, de medicamentos produzidos mediante parcerias público-público ou público-privado e transferência de tecnologia de interesse do SUS;

Considerando a RDC nº 50/ANVISA, de 13 de setembro de 2012, que dispõe sobre os procedimentos no âmbito da ANVISA para registro de produtos em processo de desenvolvimento ou de transferência de tecnologias objetos de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo público-público ou público-privado de interesse do SUS;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando a RDC nº 31/ANVISA, de 29 de maio de 2014, que dispõe sobre o procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos genéricos, similares, específicos, dinamizados, fitoterápicos e biológicos e dá outras providências;

Considerando a RDC nº 43/ANVISA, de 19 de setembro de 2014, que dispõe sobre a desvinculação dos registros concedidos por meio do procedimento simplificado estabelecido pela RDC 31/2014, para medicamentos decorrentes de processos de Parceria para Desenvolvimento Produtivo ou de transferências de tecnologia visando a internalização da produção de medicamentos considerados estratégicos pelo Ministério da Saúde e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 001/GEPBM, de 28 de setembro de 2011, referente à deliberação do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior sobre a criação dos Comitês Executivos, Conselhos de Competitividade Setorial e Coordenações Sistêmicas;

Considerando a Resolução nº 002/GEPBM, de 28 de setembro de 2011, referente à deliberação do Grupo Executivo do Plano Brasil Maior sobre os Regimentos Internos dos Comitês Executivos, Conselhos de Competitividade Setorial e Coordenações Sistêmicas;

Considerando que o Ministério da Saúde e demais órgãos e entidades públicas utilizam mecanismos de transferência de tecnologias para a inovação, dentre eles os previstos na Lei nº 10.973, de 2004 (Lei de Inovação) e em sua regulamentação conferida pelos Decretos nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, e nº 7.539, de 2 de agosto de 2011, com o objetivo de promover capacitação, alcançar autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial do País conjugado com o estímulo à produção nacional de produtos estratégicos para o SUS; e

Considerando que o Plano Nacional de Saúde (2012 -2015), compatibilizado com o Plano Plurianual Anual (PPA) instituído pela Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, estabeleceu, como uma das suas 16 (dezesseis) diretrizes, a diretriz de fortalecimento do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, com redução de vulnerabilidade do acesso à saúde, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria redefine as diretrizes e os critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito das PDP e o respectivo monitoramento e avaliação.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria, são adotados os seguintes conceitos:

I - Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP): parcerias que envolvem a cooperação mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS;

II - produtos estratégicos para o SUS: produtos necessários ao SUS para ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, com aquisições centralizadas ou passíveis de centralização pelo Ministério da Saúde e cuja produção nacional e de seus insumos farmacêuticos ativos ou componentes tecnológicos críticos são relevantes para o CEIS;

III - lista de produtos estratégicos para o SUS: relação de produtos estratégicos para o SUS que define as prioridades anuais para a apresentação de propostas de projeto de PDP;

IV - Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS): sistema produtivo da saúde que contempla as indústrias farmacêuticas, de base química e biotecnológica, os produtos para a saúde, tais como equipamentos e materiais, e os serviços de saúde;

V - instituição pública: órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de uma das três esferas do governo, que atue em pesquisa, desenvolvimento ou produção de medicamentos, soros, vacinas ou produtos para a saúde;

VI - entidade privada: pessoa jurídica de direito privado, não integrante da Administração Pública, Direta ou Indireta, que seja detentora, desenvolvedora, possua licença da tecnologia a ser transferida ou que seja responsável pela produção de uma etapa da cadeia produtiva no País;

VII - núcleo tecnológico: conjunto de conhecimentos tecnológicos que capacita seu detentor a reproduzir, desenvolver, aprimorar e transferir a tecnologia dos produtos objetos de PDP;

VIII - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços;

IX - verticalização: conjunto de etapas, unidades e sistemas produtivos que determinam o grau de internalização da cadeia produtiva do produto objeto de PDP no País;

X - Insumo Farmacêutico Ativo (IFA): substância química ou biológica ativa, fármaco, droga ou matéria-prima que tenha propriedades farmacológicas com finalidade medicamentosa, utilizada para diagnóstico, prevenção ou tratamento, empregada para modificar ou explorar sistemas fisiológicos ou estados patológicos, em benefício do paciente, cuja produção seja importante para o domínio do núcleo tecnológico pelo País no âmbito do CEIS;

XI - componente tecnológico crítico: insumo, produto ou processo da cadeia produtiva das indústrias de produtos em saúde, de uso preventivo, terapêutico e diagnóstico, cuja produção seja importante para o domínio do núcleo tecnológico pelo País no âmbito do CEIS;

XII - portabilidade tecnológica: capacidade técnica e gerencial de transferência de determinada tecnologia pela entidade privada ou instituição pública que a detém para outra instituição pública;

XIII - Processo Produtivo Básico (PPB): conjunto mínimo de operações no estabelecimento produtor que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto;

XIV - termo de compromisso: documento firmado entre a instituição pública, que se responsabiliza pelo investimento, desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, e o Ministério da Saúde, que se responsabiliza pela aquisição dos produtos objetos da PDP, contendo em anexo declaração de concordância com o referido documento subscrita pelos parceiros privados; e

XV - internalização da tecnologia: finalização do processo de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia objeto da PDP pela instituição pública, tornando-a detentora de todas as informações que garantam o domínio tecnológico e apta à portabilidade tecnológica para o atendimento das demandas do SUS.

Art. 3º São objetivos das PDP:

I - ampliar o acesso da população a produtos estratégicos e diminuir a vulnerabilidade do SUS;

II - reduzir as dependências produtiva e tecnológica para atender as necessidades de saúde da população brasileira a curto, médio e longo prazos, seguindo os princípios constitucionais do acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde;

III - racionalizar o poder de compra do Estado, mediante a centralização seletiva dos gastos na área da saúde, com vistas à sustentabilidade do SUS e à ampliação da produção no País de produtos estratégicos;

IV - proteger os interesses da Administração Pública e da sociedade ao buscar a economicidade e a vantajosidade, considerando-se preços, qualidade, tecnologia e benefícios sociais;

V - fomentar o desenvolvimento tecnológico e o intercâmbio de conhecimentos para a inovação no âmbito das instituições públicas e das entidades privadas, contribuindo para o desenvolvimento do CEIS e para torná-las competitivas e capacitadas;

VI - promover o desenvolvimento e a fabricação em território nacional de produtos estratégicos para o SUS;

VII - buscar a sustentabilidade tecnológica e econômica do SUS a curto, médio e longo prazos, com promoção de condições estruturais para aumentar a capacidade produtiva e de inovação do País, contribuir para redução do déficit comercial do CEIS e garantir o acesso à saúde; e

VIII - estimular o desenvolvimento da rede de produção pública no País e do seu papel estratégico para o SUS.

CAPÍTULO II

DA LISTA DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS

Art. 4º A lista de produtos estratégicos para o SUS é composta por produtos pertencentes aos seguintes grupos:

I - Grupo 1: fármacos;

II - Grupo 2: medicamentos;

III - Grupo 3: adjuvantes;

IV - Grupo 4: hemoderivados e hemocomponentes;

V - Grupo 5: vacinas;

VI - Grupo 6: soros;

VII - Grupo 7: produtos biológicos ou biotecnológicos de origem humana, animal ou recombinante;

VIII - Grupo 8: produtos para a saúde, tais como equipamentos e materiais de uso em saúde;

IX - Grupo 9: produtos para diagnóstico de uso "in vitro"; e

X - Grupo 10: "software" embarcado no dispositivo médico ou utilizado na transmissão de dados em saúde, na recuperação, reconstrução e processamento de sinais e imagens ou na comunicação entre dispositivos.

Parágrafo único. Poderão ser incluídos na lista de produtos estratégicos para o SUS os produtos e bens que compõem os programas estratégicos desenvolvidos no âmbito do Ministério da Saúde, ainda que não previstos nos grupos de que trata o "caput".

Art. 5º O Ministério da Saúde definirá, anualmente, a lista de produtos estratégicos para o SUS em conformidade com as recomendações expedidas pelo Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS).

§ 1º A lista de que trata o "caput" será editada por ato do Ministro de Estado da Saúde e observará o disposto nos arts. 4º e 6º.

§ 2º O Ministério da Saúde poderá efetuar consultas específicas a órgãos e entidades, públicas e privadas, além de especialistas no tema, e consultas públicas antes de definir a lista de produtos estratégicos para o SUS, sem prejuízo das recomendações expedidas pelo GECIS, conforme disciplinado no Decreto nº 7.807, de 17 de setembro de 2012.

Art. 6º A lista de produtos estratégicos de que trata o art. 5º será definida considerando-se:

I - necessariamente os seguintes critérios:

a) importância do produto para o SUS, conforme as políticas e os programas de promoção, prevenção e recuperação da saúde;

b) aquisição centralizada do produto pelo Ministério da Saúde ou passível de centralização; e

c) interesse de produção nacional do produto e de seus insumos farmacêuticos ativos ou componentes tecnológicos críticos relevantes para o CEIS; e

II - adicionalmente pelo menos um dos seguintes critérios:

a) alto valor de aquisição para o SUS;

b) dependência expressiva de importação do produto para os programas e ações de promoção, prevenção e assistência à saúde no âmbito do SUS nos últimos 3 (três) anos;

c) incorporação tecnológica recente no SUS; e

d) produto negligenciado ou com potencial risco de desabastecimento.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no "caput", o Ministro de Estado da Saúde poderá alterar, a qualquer tempo, a lista de produtos estratégicos para o SUS, de forma justificada, após consulta ao GECIS.

§ 2º O potencial risco de desabastecimento, de que trata a alínea "d" do inciso II, estará configurado quando existir registro de desabastecimento no país justificado pela área finalística do Ministério da Saúde.

§ 3º O produto estratégico para o SUS que seja objeto de processo de transferência de tecnologia no âmbito de PDP em curso constará no portal do Ministério da Saúde e somente será contemplado na definição anual da lista de produtos estratégicos para o SUS se for possível a execução de nova PDP relativa ao mesmo produto, considerando-se as propostas de projeto de PDP anteriormente aprovadas.

Art. 7º Os produtos estratégicos para o SUS poderão ser objeto de medidas e iniciativas voltadas para pesquisa, desenvolvimento, transferência de tecnologia, inovação e produção nacional, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento do CEIS e para ampliação do seu acesso pela população.

Art. 8º A lista de produtos estratégicos para o SUS encontra-se no portal do Ministério da Saúde, disponível por meio do sítio eletrônico www.saude.gov.br.

CAPÍTULO III

DOS SUJEITOS PARTICIPANTES DA PDP

Art. 9º Os sujeitos participantes da PDP poderão ser:

I - instituição pública, individualmente ou conjuntamente a outras instituições públicas, com vistas a possibilitar segurança, portabilidade tecnológica, agilidade e dinamicidade no processo de pesquisa, desenvolvimento, absorção tecnológica e inovação; e

II - entidade privada, individualmente ou conjuntamente a outras entidades privadas, com vistas a possibilitar segurança, portabilidade tecnológica, agilidade e dinamicidade no processo de transferência de tecnologia.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO

Art. 10. O processo para o estabelecimento de PDP possui as seguintes fases:

I - proposta de projeto de PDP: fase de submissão e análise da viabilidade da proposta e, em caso de aprovação, celebração do termo de compromisso entre o Ministério da Saúde e a instituição pública;

II - projeto de PDP: início da fase de implementação da proposta de projeto de PDP aprovada e do termo de compromisso;

III - PDP: início da fase de execução do desenvolvimento do produto, transferência e absorção de tecnologia de forma efetiva e celebração do contrato de aquisição do produto estratégico entre o Ministério da Saúde e a instituição pública; e

IV - internalização de tecnologia: fase de conclusão do desenvolvimento, transferência e absorção da tecnologia objeto da PDP em condições de produção do produto objeto de PDP no País e portabilidade tecnológica por parte da instituição pública.

Parágrafo único. O fluxograma do processo de estabelecimento das PDP está previsto no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br.

Seção I

Da Proposta de Projeto de PDP

Art. 11. A proposta de projeto de PDP será elaborada considerando-se a lista vigente de produtos estratégicos para o SUS.

Parágrafo único. A proposta de projeto PDP seguirá o modelo de projeto executivo previsto no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br.

Art. 12. A proposta de projeto de PDP será apresentada por meio de expediente físico pela instituição pública ao Ministério da Saúde, especificamente à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS).

Art. 13. A proposta de projeto de PDP deverá ser formalizada pela instituição pública junto à SCTIE/MS entre 1º de janeiro e 30 de abril.

§ 1º Esclarecimentos em relação à elaboração da proposta de projeto de PDP poderão ocorrer por meio de reuniões técnicas, e-mail ou expedientes físicos entre as instituições públicas e entidades privadas e o Ministério da Saúde a qualquer tempo, exceto durante o período de análise das propostas e de recursos administrativos.

§ 2º Os resultados das avaliações das propostas de projeto de PDP serão divulgados nas reuniões do GECIS realizadas após o período de que trata o "caput".

§ 3º O calendário anual de reuniões do GECIS será divulgado concomitantemente com a divulgação da lista de produtos estratégicos para o SUS, devendo a pauta das reuniões do GECIS ser divulgada com antecedência mínima de 7 (sete) dias da realização da reunião.

§ 4º Em caso de propostas de projeto de PDP apresentadas no mesmo período e que versem sobre o mesmo produto estratégico para o SUS, a sua avaliação será feita de forma conjunta e respectivos resultados divulgados simultaneamente.

§ 5º É facultada a abertura de novo período para apresentação de propostas de projeto de PDP, mediante divulgação no portal eletrônico do Ministério da Saúde, em caso excepcional de relevante interesse de saúde pública e de forma justificada pelo Ministro de Estado da Saúde.

Subseção I

Das Diretrizes e dos Requisitos para a Elaboração de Proposta de Projeto de PDP

Art. 14. A elaboração de proposta de projeto de PDP observará as seguintes diretrizes:

I - quanto aos sujeitos participantes, serão indicadas de forma pormenorizada:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) a instituição pública responsável pela absorção da tecnologia e fabricação do produto ao final da fase de internalização de tecnologia da PDP;

b) a entidade privada detentora ou desenvolvedora da tecnologia do produto, que será responsável pela transferência da tecnologia à instituição pública;

c) a instituição pública ou entidade privada desenvolvedora nacional e produtora local do insumo farmacêutico ativo (IFA) ou componente tecnológico crítico; e

d) a motivação para a escolha das entidades privadas participantes da PDP pelas instituições públicas;

II - quanto ao objeto, será informado:

a) os produtos constantes da lista de produtos estratégicos para o SUS que serão objeto do desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP;

b) as especificações dos produtos que serão objeto do desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP, conforme definido em ato do Ministério da Saúde; e

c) o prazo de vigência da PDP e o cronograma de sua implementação, observadas as disposições desta Portaria;

III - quanto à propriedade intelectual:

a) a pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação dos produtos a serem adquiridos no âmbito da PDP seguirão a legislação vigente; e

b) devem ser informados os números dos documentos das patentes concedidas ou em processamento no país, relacionados à produção e transferência de tecnologia do produto objeto de PDP, indicando seus respectivos titulares e a sua vigência;

IV - quanto aos cronogramas do projeto executivo:

a) o prazo de vigência da PDP será proposto de acordo com a complexidade tecnológica para a internalização da tecnologia no País, respeitado o limite máximo de 10 (dez) anos;

b) as atividades prévias ao registro do produto na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), referentes à implementação do projeto de PDP, constarão do cronograma, detalhando-se os prazos previstos para a conclusão e os responsáveis pela execução de cada item do cronograma;

c) o cronograma apresentado para as fases de estabelecimento de PDP deve ser detalhado, contendo cronogramas físico e financeiro compatíveis com a evolução das atividades e com a necessidade dos recursos, atendendo-se, no mínimo, aos itens apontados no modelo de projeto executivo; e

d) identificação do início de cada uma das fases do processo de estabelecimento da PDP e respectivas atividades;

V - quanto à documentação para registro e certificação:

a) os registros do produto objeto da PDP pela instituição pública e entidade privada na ANVISA e as alterações pós-registro constarão no cronograma da PDP para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, com indicação da Resolução da ANVISA a ser seguida a depender do produto; e

b) o cronograma de obtenção do registro ou renovação de licenças e certificados, quando aplicável, incluindo-se o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), junto à ANVISA será apresentado no projeto executivo para cada sujeito participante público e privado;

VI - quanto ao grau de integração produtiva:

a) previsão da internalização da tecnologia pela instituição pública;

b) em caso de utilização, no início do projeto, de IFA ou de componente tecnológico crítico internacional, devem ser apontados os fabricantes e locais de fabricação;

c) demonstração de que a entidade privada praticará um grau de integração produtiva em território nacional pertinente com a produção nacional do produto objeto da PDP, sendo que:

1. para produtos de síntese química e síntese mista, o projeto deve contemplar a verticalização nacional de etapas produtivas significativas para o parque produtivo nacional farmoquímico e a garantia de acesso da instituição pública ao conhecimento tecnológico, incluindo-se o Arquivo Mestre da Droga (AMD);

2. para produtos biológicos, obrigatoriedade de garantia da transferência do Banco de Células Mestre além dos conhecimentos tecnológicos requeridos para produção do produto no País; e

3. para produtos em saúde, o projeto deve contemplar a produção do componente tecnológico crítico, aplicando-se, no que couber, as regras de origem ou o PPB, respeitando-se, quando for o caso, a dificuldade para a produção no País de componentes de uso não específico para a área da saúde como, por exemplo, os componentes microeletrônicos; e

d) garantia de acesso ao conhecimento integral da tecnologia objeto de PDP a ser transferida por meio de processos de capacitação no País e, quando aplicável, no exterior;

VII - quanto ao processo de produção:

a) o projeto deve proporcionar o desenvolvimento do CEIS e apresentar as condições para tornar a instituição pública apta a produzir o produto objeto da PDP;

b) deverá ser apresentado o fluxo de produção planejado detalhadamente, envolvendo-se, no que se refere à infraestrutura:

1. a estrutura física necessária, com indicação se as plantas produtivas dos parceiros envolvidos possuem projetos de investimento;

2. as condições apropriadas para execução do projeto, englobando-se instalações, procedimentos, processos e recursos organizacionais; e

3. quando necessárias adequações na infraestrutura, serão especificados pela instituição pública, no projeto executivo, os recursos necessários, os valores orçados e a previsão de conclusão dos investimentos críticos para a viabilização da PDP por parte de todos os parceiros;

c) os equipamentos necessários para o processo de produção e controle de qualidade do produto e dos insumos serão descritos no projeto executivo da PDP, informando-se a capacidade nominal, se os parceiros já possuem os referidos equipamentos ou previsão de sua aquisição e a previsão de gastos com o respectivo detalhamento sobre as fontes de recursos; e

d) os recursos humanos necessários para execução do processo de gestão, de desenvolvimento e absorção tecnológica e garantia da qualidade do projeto serão relacionados, indicando-se o número, a formação e a qualificação necessária;

VIII - quanto à proposta de preço de venda e estimativa da capacidade de oferta:

a) serão apresentadas propostas com os valores unitários anuais em termos nominais e a capacidade de oferta anual do produto para o período do projeto;

b) os preços propostos serão compatíveis com os praticados pelo SUS e, quando necessário, aos preços de mercados internacionais dos países contemplados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), considerando os princípios da econonomicidade e da vantajosidade;

c) serão apresentados preços em escala decrescente dos valores, em bases reais, que serão consideradas em função da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou índices setoriais de preços e, no que couber, a taxa de variação cambial, respeitando a regulação da CMED;

d) para a proposta de preços e estimativa da capacidade de oferta, serão utilizadas como fonte de dados:

1. os preços médios praticados pela Administração Pública e registrados nos bancos de dados oficiais, quais sejam o Banco de Preço em Saúde (BPS) e o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG);

2. o preço praticado na última aquisição do produto pelo Ministério da Saúde, conforme extratos publicados no Diário Oficial da União (DOU), no caso de ser produto de aquisição centralizada;

3. o valor de repasse estabelecido em portaria específica do Ministério da Saúde ou os valores unitários definidos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, utilizando-se, como referência, o período de 1 (um) ano anterior à apresentação da proposta de projeto de PDP no caso de produtos de aquisição não centralizada;

4. as atas de registros de preços do sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal e os sistemas nacionais de informações de saúde do SUS, para os demais produtos de aquisição não centralizada;

5. os preços médios praticados no mercado e registrados nos bancos de dados oficiais nacionais e internacionais e utilizados pela Administração Pública, tais como o Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos (SAMMED) da CMED, o Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde (SOMASUS) do Ministério da Saúde, o Fundo Rotatório da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o Fundo Global de Luta contra AIDS, Tuberculose e Malária;

6. os preços definidos pela CMED, de acordo com a legislação vigente; e

7. os preços médios praticados no mercado internacional de países contemplados pela CMED para definição de preços de entrada de novos produtos, quando se tratar de produtos inovadores; e

e) para produtos com prazo de expiração de patente a ocorrer durante as fases do projeto executivo, será apresentado estudo com as projeções de redução de preços compatíveis com o novo patamar de mercado;

IX - quanto ao balanço de divisas, será avaliado pela instituição pública proponente o impacto da importação do produto acabado, insumos farmacêuticos ativos, componentes tecnológicos críticos e intermediários, apresentando-se o balanço de divisas e a economia de divisas anual estimada durante as fases de estabelecimento da PDP, informando-se a metodologia de cálculo utilizada;

X - quanto à análise de risco da PDP, a instituição pública proponente a apresentará conforme modelo de projeto executivo previsto no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br; e

XI - quanto aos investimentos necessários para concretização do projeto, estes serão factíveis à capacidade e fonte de financiamento informadas.

§ 1º Em relação aos sujeitos participantes da PDP de que trata o inciso I do "caput", serão apresentadas cópias dos seguintes documentos comprobatórios:

I - do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - do endereço da planta produtiva;

III - do alvará sanitário;

IV - da autorização de funcionamento e/ou autorização especial de funcionamento;

V - do CBPF ou relatório de inspeções sanitárias com a comprovação de condições de fabricação;

VI - termo de aprovação emitido pela vigilância sanitária local do projeto de construção, ampliação e/ou reforma da estrutura física; e

VII - registro sanitário do produto objeto da PDP concedido pela ANVISA em nome dos sujeitos participantes da PDP.

§ 2º Caso não seja possível a apresentação dos documentos elencados nos termos do § 1º com a proposta de projeto de PDP, deverão ser apresentados o cronograma para sua obtenção junto aos órgãos e entidades competentes e justificativas fundamentadas, de acordo com o processo de investimento, de desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologia, para fins de análise das instâncias de avaliação da proposta.

§ 3º Os sujeitos participantes de que trata o inciso I do "caput" firmarão declaração conjunta de concordância com todos os termos da proposta de projeto de PDP apresentada, inclusive em relação às informações contidas no projeto executivo, a qual também constará do rol de documentos que compõe a citada proposta.

§ 4º As condições de usos adicionais do Banco de Células Mestre referentes ao produto objeto de PDP poderão ser definidas mediante acordo entre os sujeitos participantes da PDP.

Subseção II

Das Instâncias de Avaliação da Proposta de Projeto de PDP

Art. 15. A análise e a avaliação da proposta de projeto de PDP serão realizadas pelas Comissões Técnicas de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo.

Art. 16. Compete às Comissões Técnicas de Avaliação:

I - emitir relatório quanto à proposta de projeto de PDP;

II - sugerir prazos, critérios e condicionantes específicos para execução do projeto de PDP;

III - avaliar o grau de integração produtiva em território nacional proposto para a produção nacional do produto;

IV - avaliar a economicidade e vantajosidade da proposta de projeto de PDP;

V - verificar se os prazos do desenvolvimento e absorção tecnológica, incluindo-se as etapas regulatórias, são compatíveis com o cronograma proposto;

VI - avaliar a possibilidade e a viabilidade de execução de mais de uma PDP relativas ao mesmo produto, visando-se estimular a concorrência e diminuir a vulnerabilidade do SUS, indicando, quando for o caso, a factibilidade de mais de um projeto por produto, seja por questões sanitárias, de escala técnica, econômica ou pelos investimentos requeridos; e

VII - outras competências que lhe foram atribuídas nos termos desta Portaria.

Art. 17. As Comissões Técnicas de Avaliação serão compostas por membros dos seguintes órgãos e entidades:

I - do Ministério da Saúde:

a) 1 (um) da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS); e

b) 1 (um) de cada Secretaria cujas competências estejam relacionadas ao objeto da proposta de projeto de PDP;

II - 1 (um) do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC);

III - 1 (um) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

IV - 1 (um) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

V - 1 (um) da FINEP - Inovação e Pesquisa; e

VI - 1 (um) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

§ 1º Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em seus impedimentos eventuais ou permanentes.

§ 2º A Coordenação de cada Comissão Técnica de Avaliação será exercida pelo representante da SCTIE/MS.

§ 3º Os membros, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes máximos de seus respectivos órgãos e entidades ao Ministério da Saúde.

§ 4º A participação dos órgãos e entidades elencadas nos incisos II a VI do "caput" será formalizada após resposta a convite a eles encaminhado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 5º Ato do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos constituirá a Comissão Técnica de Avaliação, com definição de seu objeto e prazo de duração.

§ 6º Cada Comissão Técnica de Avaliação poderá avaliar uma ou mais propostas de projeto de PDP, a depender do objeto definido nos termos do ato de que trata o parágrafo anterior.

§ 7º A Coordenação da Comissão poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas em assuntos relacionados ao tema, cuja presença seja considerada necessária para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§ 8º Os representantes e especialistas de que trata o parágrafo anterior assinarão termo de confidencialidade e declaração de inexistência de conflito de interesse para participarem das atividades para as quais foram convidados pela Coordenação da Comissão.

Art. 18. Compete ao Comitê Deliberativo:

I - analisar e validar os relatórios das Comissões Técnicas de Avaliação;

II - aprovar ou reprovar as propostas de projeto de PDP, mediante parecer conclusivo;

III - definir os prazos, critérios e condicionantes específicos para execução das propostas de projetos de PDP, dos projetos de PDP e das PDP;

IV - analisar e validar o grau de integração produtiva em território nacional do produto objeto de PDP para aplicação das regras previstas nesta Portaria;

V - analisar e validar os prazos do desenvolvimento e absorção tecnológica, incluindo-se as etapas regulatórias, compatíveis com o cronograma proposto;

VI - estabelecer as condições de economicidade e vantajosidade da PDP;

VII - indicar, motivadamente, a necessidade de submissão das propostas de projeto de PDP à nova avaliação por Comissão Técnica de Avaliação "ad hoc", cujos membros serão designados mediante ato do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, com definição de seu objeto e prazo de duração; e

VIII - outras competências que lhe forem atribuídas nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. Os membros da Comissão Técnica de Avaliação "ad hoc" de que trata o inciso VII assinarão termo de confidencialidade e declaração de inexistência de conflito de interesse para fins de análise das propostas de projeto de PDP.

Art. 19. O Comitê Deliberativo será composto por membros dos seguintes órgãos:

I - 1 (um) do Ministério da Saúde;

II - 1 (um) do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - 1 (um) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

§ 1º Cada membro titular terá um suplente, que o substituirá em seus impedimentos eventuais ou permanentes.

§ 2º A coordenação do Comitê Deliberativo será exercida pelo Ministério da Saúde.

§ 3º Os membros, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes máximos de seus respectivos órgãos ao Ministério da Saúde e serão distintos daqueles que compõem as Comissões Técnicas de Avaliação.

§ 4º A participação dos órgãos elencados nos incisos II e III do "caput" será formalizada após resposta a convite a eles encaminhado pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 5º Ato do Ministro de Estado da Saúde constituirá o Comitê Deliberativo.

§ 6º A Coordenação do Comitê poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, bem como especialistas em assuntos relacionados ao tema, cuja presença seja considerada necessária para o cumprimento do disposto nesta Portaria.

§ 7º Os representantes e especialistas de que trata o parágrafo anterior assinarão termo de confidencialidade e declaração de inexistência de conflito de interesse para participarem das atividades para as quais foram convidados pela Coordenação do Comitê.

Art. 20. As funções dos membros das Comissões Técnicas de Avaliação, das Comissões Técnicas de Avaliação "ad hoc" e do Comitê Deliberativo não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 21. O Comitê Deliberativo elaborará o seu regimento interno e o das Comissões Técnicas de Avaliação, a serem aprovados por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Parágrafo único. A Comissão Técnica de Avaliação "ad hoc" terá suas atividades disciplinadas pelo regimento interno da Comissão Técnica de Avaliação.

Subseção III

Dos Critérios de Análise de Proposta de Projeto de PDP

Art. 22. Serão considerados na análise de mérito da proposta de projeto de PDP os seguintes critérios:

I - atendimento das diretrizes e dos requisitos previstos no art. 14;

II - objetivos da proposta consoantes com as políticas públicas desenvolvidas no SUS para promoção, prevenção e atenção à saúde;

III - importância da PDP para redução da vulnerabilidade econômica e tecnológica do SUS, bem como contribuição para o desenvolvimento científico, tecnológico e socioeconômico do País;

IV - ausência ou insuficiência de produção nacional ou risco de desabastecimento do produto acabado, IFA ou componente tecnológico crítico, contribuindo para a integração produtiva no âmbito do CEIS e para a redução do déficit comercial em saúde;

V - clareza do objetivo geral a ser alcançado, dos objetivos específicos e das etapas ou produtos que, no conjunto, definam o que se quer alcançar com a PDP;

VI - adequação do cronograma à complexidade da tecnologia envolvida e aos requisitos regulatórios e sanitários;

VII - racionalidade dos investimentos previstos, com indicação da fonte, cronogramas físico e financeiro compatíveis com a evolução das atividades e com a necessidade dos recursos;

VIII - observância da legislação de propriedade intelectual em vigor;

IX - grau de integração produtiva compatível com o produto objeto de PDP e o desenvolvimento do parque produtivo nacional;

X - potencial da instituição pública em relação a recursos humanos necessários para execução do projeto, área produtiva instalada ou projeto de adequação de área aprovado pela instância de financiamento, compatibilidade da natureza do projeto com as atividades executadas pela instituição pública e capacidade da instituição absorver a tecnologia do parceiro;

XI - correta delimitação das habilidades e competências das entidades privadas e das instituições públicas, linhas produtivas necessárias e existentes em cada planta fabril, análise de risco e prazo de vigência apresentados;

XII - compatibilidade de execução e obtenção das previsões de registro e certificações perante os órgãos e entidades competentes;

XIII - projeção de balanço de divisas e de economia anual gerada para o SUS nas aquisições do produto tendo em vista a última aquisição realizada pelo Sistema;

XIV - presença no projeto de planejamento de capacitação para a inovação, treinamentos da instituição pública pelos parceiros para absorção e transferência da tecnologia e desenvolvimento das plataformas produtiva e de conhecimento no País; e

XV - aceitação integral do processo e metodologias de monitoramento e avaliação definidos nesta Portaria.

Parágrafo único. Serão priorizadas as propostas distintas de projetos de PDP, pelos mesmos parceiros, que envolvam produtos de alto valor e produtos para doenças e populações negligenciadas de interesse do Ministério da Saúde.

Art. 23. Os seguintes critérios de desempate serão utilizados quando o número de propostas de projetos de PDP aprovadas quanto ao mérito, nos termos do art. 22, para o mesmo produto for superior ao número de propostas cabíveis para aprovação, de acordo com as questões sanitárias e de viabilidades técnica e econômica:

I - adequação dos produtos e processos aos requerimentos dos programas e ações do Ministério da Saúde, visando atender às necessidades do SUS e da população;

II - instituição pública com linha de produção adequada para o produto objeto de PDP;

III - investimentos aplicados pelo parceiro privado para execução do projeto de PDP;

IV - menor prazo para internalização da tecnologia;

V - proposta de preço que tenha potencial de maior economia para o Ministério da Saúde;

VI - Autorização de Funcionamento e Autorização de Funcionamento Especial, quando aplicável, ativas para o parceiro privado produtor do produto acabado;

VII - Autorização de Funcionamento e Autorização de Funcionamento Especial, quando aplicável, ativas para o parceiro privado produtor do insumo farmacêutico ativo (IFA) ou componente tecnológico crítico;

VIII - CBPF válido para a linha de produção do produto objeto da proposta de PDP para a instituição pública ou relatório de inspeções sanitárias com a comprovação de condições de fabricação;

IX - CBPF válido para a linha de produção do produto objeto de PDP para o parceiro privado produtor do produto acabado ou relatório de inspeções sanitárias com a comprovação de condições de fabricação;

X - CBPF válido para a linha de produção do produto objeto de PDP para o parceiro privado produtor do insumo farmacêutico ativo ou componente tecnológico crítico ou relatório de inspeções sanitárias com a comprovação de condições de fabricação;

XI - apresentação adicional de inovação relacionada ao produto objeto de PDP;

XII - contribuição relativa da tecnologia para o desenvolvimento do CEIS;

XIII - entidade privada com linha de produção no País adequada para o produto objeto de PDP;

XIV - desenvolvimento tecnológico do produto objeto de PDP realizado no País; e

XV - contribuição para o equilíbrio competitivo e tecnológico do mercado.

Art. 24. Serão considerados na análise da divisão de responsabilidades de instituições públicas, em casos de aprovação de mais de uma proposta de projeto de PDP para um mesmo produto, os seguintes critérios:

I - estímulo à concorrência no mercado;

II - capacidade instalada para oferta do produto;

III - capacidade programada de acordo com o projeto de construção, ampliação e/ou reforma da estrutura física para oferta do produto conforme cronograma da proposta;

IV - demanda do SUS; e

V - equilíbrio econômico-financeiro do projeto.

Subseção IV

Da Instrução do Processo Administrativo de Proposta de Projeto de PDP

Art. 25. Caberá à SCTIE/MS a instrução do processo administrativo da proposta de projeto de PDP.

Art. 26. As propostas de projetos de PDP protocoladas na SCTIE/MS serão autuadas como processo e, em seguida, encaminhadas ao Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIIS/SCTIE/MS) por meio de despacho do Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

Parágrafo único. Antes da remessa dos autos ao DECIIS/SCTIE/MS, o Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos classificará as informações constantes da proposta de projeto de PDP em grau de sigilo nos termos da Portaria nº 1.583/GM/MS, de 19 de julho de 2012.

Art. 27. O DECIIS/SCTIE/MS encaminhará o processo para a Coordenação-Geral de Base Química e Biotecnológica (CGBQB/DECIIS/SCTIE/MS) ou a Coordenação-Geral de Equipamentos e Materiais para a Saúde (CGEMS/DECIIS/SCTIE/MS), a depender da área temática do produto, para fins de análise da proposta.

Art. 28. A Coordenação-Geral de que trata o art. 27, que seja responsável pela análise da proposta, elaborará nota técnica a fim de verificar se a proposta de projeto de PDP atendeu todos os requisitos e orientações constantes do modelo de projeto executivo de que trata o parágrafo único do art. 11.

Art. 29. A proposta de projeto de PDP será restituída pela Coordenação-Geral responsável ao DECIIS/SCTIE/MS e, em seguida, enviada ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, incluindo-se a nota técnica de que trata o art. 28, para fins de avaliação e adoção das medidas necessárias para efetivação das competências do Ministério da Saúde previstas nos arts. 17 e 19.

Art. 30. Após ser constituída a Comissão Técnica de Avaliação, a SCTIE/MS lhe encaminhará a proposta de projeto de PDP e a nota técnica de que trata o art. 28 para fins do disposto no art. 16.

Art. 31. Após trâmite pela Comissão Técnica de Avaliação, a proposta de projeto de PDP, incluindo-se os respectivos documentos produzidos no âmbito da SCTIE/MS e da própria Comissão, será encaminhada para o Comitê Deliberativo para fins do disposto no art. 18.

Subseção V

Do Processo de Avaliação e Decisório da Proposta de Projeto de PDP

Art. 32. A instituição pública será convocada pela SCTIE/MS para apresentação oral da proposta de projeto de PDP perante as Comissões Técnicas de Avaliação e, quando couber, perante o Comitê Deliberativo.

Parágrafo único. Somente a instituição pública participará da apresentação oral da proposta, devendo responder aos questionamentos das Comissões Técnicas de Avaliação e do Comitê Deliberativo quanto à proposta de projeto de PDP.

Art. 33. A Comissão Técnica de Avaliação analisará a proposta de projeto de PDP e poderá demandar à instituição pública ajustes no seu conteúdo para adequação ao disposto no art. 14.

§ 1º A proposta de projeto de PDP reajustada pela instituição pública nos termos do "caput" deverá ser enviada à SCTIE/MS no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento da comunicação formal de que trata o "caput".

§ 2º A proposta de projeto de PDP será analisada pela Comissão Técnica de Avaliação, que emitirá relatório com parecer final a ser encaminhado, com trâmite pela SCTIE/MS, ao Comitê Deliberativo.

Art. 34. Após recebimento dos documentos de que trata o art. 33, o Comitê Deliberativo adotará as medidas previstas no art. 18.

Art. 35. As propostas de projetos de PDP aprovadas pelo Comitê Deliberativo serão formalizadas por meio de termos de compromisso subscritos pela instituição pública e pelo Ministério da Saúde, por meio da SCTIE/MS, e declaração de concordância pelos parceiros privados anexa ao termo de compromisso.

Parágrafo único. Os termos de compromisso serão subscritos e anunciados em reuniões do GECIS até o final do ano em que foram apresentadas as respectivas propostas de projeto de PDP.

Art. 36. O extrato do termo de compromisso da proposta de projeto de PDP aprovada será publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 37. Após assinatura do termo de compromisso, o DECIIS/SCTIE/MS enviará cópia do ato à instituição pública e à ANVISA, incluindo-se cópia dos documentos produzidos pela SCTIE/MS, Comissão Técnica de Avaliação e Comitê Deliberativo.

Art. 38. As propostas de projetos de PDP que não forem aprovadas pelo Comitê Deliberativo serão comunicadas pelo Ministério da Saúde, por meio da SCTIE/MS, à instituição pública proponente, com a respectiva motivação.

Art. 39. É facultado à instituição pública o direito de interposição de recurso administrativo em face da decisão de reprovação da proposta de projeto de PDP, com fundamento em razões de legalidade e de mérito, em única e última instância, dirigido ao Ministro de Estado da Saúde.

§ 1º É de dez dias o prazo para interposição do recurso administrativo, sem efeito suspensivo, contado a partir da divulgação da decisão no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br.

§ 2º O recurso administrativo será encaminhado pelo Gabinete do Ministro (GM/MS) para a SCTIE/MS para elaboração de manifestação técnica que, em seguida, o remeterá para a Consultoria Jurídica (CONJUR/MS) para elaboração de manifestação jurídica a fim de subsidiar o julgamento pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º Em caso de provimento do recurso administrativo, a proposta de projeto de PDP será encaminhada à SCTIE/MS para reavaliação por nova Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo, observando-se o mesmo fluxo processual previsto nesta Portaria.

Art. 40. A relação das propostas de projeto de PDP que não forem aprovadas, com a respectiva motivação, será divulgada no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br.

Art. 41. A aprovação das propostas de projeto de PDP não vincula o Ministério da Saúde ao financiamento de investimentos e custeio de despesas nas instituições públicas.

Art. 42. Os regimentos internos das Comissões Técnicas de Avaliação e do Comitê Deliberativo definirão em caráter complementar os ritos, prazos, documentação, metodologia a ser utilizada para ponderação dos critérios de análise e competências para o processo de avaliação e decisório das propostas de projeto de PDP.

Seção II

Do Projeto de PDP

Art. 43. Após a assinatura do termo de compromisso, inicia-se a fase do projeto de PDP.

Art. 44. Na fase do projeto de PDP, o atendimento dos compromissos, responsabilidades e condicionantes do projeto ficará a cargo da instituição pública e da entidade privada.

Art. 45. Até o início da fase de PDP, a instituição pública e a entidade privada formalizarão acordo ou contrato de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP com observância dos critérios, diretrizes e orientações desta Portaria, sem interveniência do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A existência do acordo ou contrato de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP e a sua apresentação ao Ministério da Saúde pela instituição pública é requisito para a formalização do primeiro fornecimento do produto objeto de PDP.

Art. 46. Qualquer necessidade de alteração do cronograma do projeto de PDP será apresentada oficialmente pela instituição pública, com justificativas fundamentadas, à SCTIE/MS para sua apreciação e, quando referente aos aspectos regulatórios sanitários, pelo Comitê Técnico Regulatório (CTR) da ANVISA.

Parágrafo único. A SCTIE/MS e, quando pertinente, o CTR da ANVISA decidirão sobre o pedido, "ad referendum" do Comitê Deliberativo.

Art. 47. A instituição pública poderá apresentar proposta de alteração dos seus parceiros envolvidos no projeto de PDP, com as respectivas justificativas fundamentadas, à SCTIE/MS para sua apreciação, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo.

Parágrafo único. A decisão sobre o pedido competirá ao Comitê Deliberativo, que decidirá pelo envio ou não de nova proposta de projeto de PDP para avaliação pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo referido Comitê.

Art. 48. A instituição pública poderá apresentar proposta de alteração das tecnologias do projeto de PDP, com as respectivas justificativas fundamentadas, à SCTIE/MS para sua apreciação, pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Fica o Comitê Deliberativo autorizado a definir, em ato próprio, as hipóteses em que as propostas de alteração das tecnologias do projeto de PDP poderão ser avaliadas apenas pela SCTIE/MS ou pela SCTIE/MS e pela Comissão Técnica de Avaliação.

Art. 49. Os pedidos de alterações de cronograma, parceiros ou tecnologia serão respondidos oficialmente pela SCTIE/MS ao requerente.

Art. 50. O fornecimento de informações quanto à execução do projeto de PDP para o Ministério da Saúde será realizado pela instituição pública.

Parágrafo único. A instituição pública encaminhará, em caráter ordinário, relatório de acompanhamento quadrimestral para o Ministério da Saúde, que ficará disponível para avaliação pelos Comitês Técnicos de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo, observadas a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e a Portaria nº 1.583/GM/MS, de 19 de julho de 2012.

Seção III

Da PDP

Art. 51. A PDP inicia-se com a demonstração ao Ministério da Saúde pela instituição pública do início da etapa de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, capacitação industrial e tecnológica, em conjunto com o primeiro fornecimento do produto objeto de PDP ao Ministério da Saúde pela instituição pública.

§ 1º O ano 1 (um) da PDP se iniciará a partir da publicação do instrumento específico para o primeiro fornecimento do produto objeto da PDP pela instituição pública ao Ministério da Saúde no DOU.

§ 2º A instituição pública encaminhará, em caráter ordinário, relatório de acompanhamento quadrimestral para o Ministério da Saúde.

Art. 52. A aquisição do produto objeto de PDP pelo Ministério da Saúde se dará apenas depois de cumpridas todas as etapas descritas nas Seções I e II deste Capítulo e com a demonstração pela instituição pública do início da etapa de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, capacitação industrial e tecnológica.

§ 1º Para projetos de PDP relativos ao mesmo produto, a PDP que atender primeiramente ao estabelecido no "caput" e ter capacidade de suprimento poderá ser responsável pelo fornecimento da demanda total do Ministério da Saúde até que as outras PDP atendam ao estabelecido no "caput" e se inicie a divisão de responsabilidades aprovada para cada projeto de PDP.

§ 2º O produto objeto de PDP atenderá as apresentações, especificações, formas e quantitativos demandados pelo Ministério da Saúde, respeitando-se a regulação sanitária.

§ 3º A definição de centralização da aquisição do produto deverá ocorrer mediante pactuação prévia na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

Art. 53. Para a primeira aquisição, o registro sanitário do produto objeto da PDP poderá ser da instituição pública ou da entidade privada, desde que esteja em processo comprovado de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, nos termos do inciso XXXII do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º No caso do produto possuir registro sanitário em nome da entidade privada e estar em processo de transferência de tecnologia, a instituição pública deverá possuir todas as informações técnicas e cópia de inteiro teor do dossiê do referido registro aprovado pela ANVISA, assim como a documentação requerida para sua eventual atualização.

§ 2º Da primeira aquisição do produto objeto da PDP, a instituição pública terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar à ANVISA o pedido de registro, em seu nome, do produto objeto da PDP, nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 31/ANVISA, de 29 de maio de 2014, e da RDC nº 43/ANVISA, de 19 de setembro de 2014, quando aplicáveis, e demais regulamentações da ANVISA.

§ 3º A instituição pública terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados do término do prazo de que trata o parágrafo anterior, para encaminhar ao Ministério da Saúde a cópia do protocolo da referida documentação apresentada junto à ANVISA.

Art. 54. Após 1 (um) ano da primeira aquisição do produto objeto da PDP, o Ministério da Saúde apenas efetuará novas aquisições mediante comprovação pela instituição pública de que possui o registro sanitário do referido produto junto à ANVISA e da evolução das etapas de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, conforme cronograma aprovado no projeto executivo e eventuais alterações.

Art. 55. A aquisição do produto objeto da PDP se dará entre o Ministério da Saúde e a instituição pública, por meio de instrumento específico, e será realizada após observância e reanálise dos seguintes itens:

I - quanto à capacidade de atendimento:

a) serão verificadas as condições técnicas da instituição pública, junto à entidade privada, de entregar o produto nos quantitativos, termos e condições preconizados pelas áreas finalísticas do Ministério da Saúde; e

b) será verificada a capacidade da instituição pública de fornecer o produto nas apresentações e formas farmacêuticas e nas especificações técnicas solicitadas pelo Ministério da Saúde;

II - será considerada a demanda do Ministério da Saúde à época de aquisição do produto objeto de PDP; e

III - quanto aos preços, economicidade e vantajosidade:

a) os preços estabelecidos para a aquisição de produto objeto da PDP considerarão o aporte tecnológico associado à internalização da produção e serão decrescentes em termos reais, podendo sofrer variação, nos períodos e na forma da legislação pertinente, de forma a levar em conta a flutuação nos preços médios de mercado nacionais e internacionais, a variação de preços medidas pelo IPCA ou por indicadores oficiais setoriais, a variação da taxa cambial quando envolver importações no período de transferência, considerando-se economias e sistemas de saúde similares aos do Brasil e, no que couber, as normas e critérios adotados pela CMED;

b) considerar-se-á na avaliação de preços, quando cabível, as estimativas de valores de mercado para produtos que estejam próximos ao período de expiração da patente e a redução relevante de preços de mercado decorrente de estratégias de competição das empresas; e

c) a economicidade e vantajosidade do processo deve ser analisada tendo como referência as orientações estabelecidas no inciso VIII do art. 14.

§ 1º A análise de preços referenciada na proposta de projeto da PDP servirá como referencial para definição do preço de aquisição a ser praticado pelo Ministério da Saúde.

§ 2º A Secretaria do Ministério da Saúde responsável pela execução do instrumento específico de aquisição do produto objeto da PDP junto à instituição pública deverá, em conjunto com a Secretaria Executiva (SE/MS), realizar a análise de preços a serem praticados com o apoio técnico da SCTIE/MS, em procedimento administrativo distinto do processo de PDP.

Art. 56. O processo administrativo de aquisição do produto objeto da PDP observará a legislação vigente e conterá toda a documentação necessária para comprovação da existência e regularidade da PDP, inclusive o extrato do termo de compromisso publicado no DOU e os documentos citados nesta Seção.

Parágrafo único. A aquisição do produto objeto da PDP será efetuada mediante a celebração de contrato plurianual compatível com o cronograma da PDP, respeitando-se a legislação vigente.

Art. 57. Verificada a capacidade de fornecimento, pela instituição pública, do produto objeto da PDP e para fins de sua aquisição, a SCTIE/MS encaminhará os seguintes documentos à Secretaria do Ministério da Saúde responsável pela sua aquisição:

I - cópia da página do DOU contendo a publicação da Resolução da ANVISA referente à concessão do registro sanitário do produto objeto da PDP;

II - cópia do CBPF do local de fabricação constante do registro sanitário;

III - cópia do extrato do termo de compromisso; e

IV - nota técnica elaborada pela SCTIE/MS contendo, no mínimo, os seguintes itens:

a) instituição pública e entidade privada envolvida na PDP;

b) objeto e objetivo da PDP, especificando-se o produto envolvido, as apresentações, a forma farmacêutica e o estágio da transferência de tecnologia;

c) prazo previsto pela instituição pública para a internalização da tecnologia; e

d) declaração dos sujeitos participantes de concordância de atendimento dos objetivos do projeto para desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia nos termos desta Portaria.

Parágrafo único. A Secretaria do Ministério da Saúde responsável pela aquisição do produto objeto da PDP poderá requerer da SCTIE/MS, caso seja de sua posse ou competência, outras informações e documentos que sejam necessários para a devida instrução do procedimento de aquisição.

Art. 58. A proposta de alteração do cronograma da PDP, quando iniciado o processo de aquisição, será apresentada oficialmente pela instituição pública, com justificativas fundamentadas, à SCTIE/MS.

Parágrafo único. Caso a proposta de alteração impactar na ampliação do período de aquisição de produto objeto da PDP conforme previsto no cronograma vigente, a SCTIE/MS encaminhará a proposta à Comissão Técnica de Avaliação e ao Comitê Deliberativo para avaliação e à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS) para decisão.

Seção IV

Da Internalização da Tecnologia

Art. 59. Após finalização da PDP e concluído o processo de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia pela instituição pública e entidade privada, as aquisições do produto que foi objeto de PDP não serão mais realizadas sob o rito disciplinado na Seção anterior.

Parágrafo único. Nos casos previstos de impossibilidade das instituições públicas suprirem integralmente a demanda do Ministério da Saúde, proceder-se-á a processo licitatório para complementariedade do quantitativo necessário ao SUS.

Art. 60. Comprovada a internalização de tecnologia, a instituição pública poderá, com a devida motivação analisada pelo Ministério da Saúde, transferir a tecnologia objeto de PDP a outra instituição pública para fins de atendimento às necessidades do SUS.

CAPÍTULO V

DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 61. Cada PDP será monitorada de forma contínua desde o projeto de PDP até a internalização da tecnologia para fins de verificação dos avanços esperados no processo produtivo, desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia.

Art. 62. O monitoramento e a avaliação dos projetos de PDP e das PDP observará a ocorrência ou não do:

I - cumprimento do cronograma da PDP estabelecido no projeto executivo; e

II - cumprimento das obrigações e responsabilidades definidas durante as fases do processo para o estabelecimento de PDP.

Art. 63. O monitoramento técnico da capacitação, das atividades tecnológicas e produtivas, do projeto executivo e seu cronograma, do processo técnico de transferência de tecnologia e do desenvolvimento das capacidades da instituição pública para o novo patamar tecnológico, no âmbito da PDP, será realizado pela SCTIE/MS, com participação da ANVISA, mediante a atuação dos CTR, e com base em instrumentos e metodologias específicas, envolvendo-se as seguintes dimensões:

I - monitoramento técnico da capacitação e atividades tecnológicas e produtivas requeridas para a regulação sanitária, a cargo da ANVISA, mediante a atuação dos CTR, e com base em instrumentos e metodologias específicas;

II - monitoramento do projeto executivo, do processo técnico de transferência e de absorção de tecnologia e do desenvolvimento das capacidades da instituição pública para o novo patamar tecnológico, com base em instrumentos e metodologias específicas, sendo subsidiado pelas atividades previstas no inciso I do "caput", a cargo da SCTIE/MS;

III - análise de relatórios de acompanhamento enviados quadrimestralmente pela instituição pública ao Ministério da Saúde; e

IV - realização de visitas técnicas anuais conjuntas nas unidades fabris públicas e privadas pelo Ministério da Saúde e ANVISA.

Art. 64. Os projetos de PDP e as PDP que estejam em desacordo com requisitos, critérios, diretrizes e orientações estabelecidos e sejam identificados pelos mecanismos de monitoramento e avaliação instituídos nesta Portaria serão suspensos pela SCTIE/MS para posterior análise das Comissões Técnicas de Avaliação e decisão do Comitê Deliberativo quanto à sua:

I - reestruturação: se for verificada a inobservância dos requisitos, critérios, diretrizes e orientações estabelecidos nesta Portaria que comprometa os objetivos da PDP; ou

II - extinção:

a) se for efetuado dano à Administração Pública ou sua utilização em desacordo com os objetivos previstos nesta Portaria; ou

b) se for descumprido de modo relevante e com risco de irreversibilidade o cronograma estabelecido na PDP, inclusive para efetivação do desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia em condições de portabilidade, sem justificativa de fatores alheios aos esforços dos participantes.

§ 1º A suspensão de que trata o "caput" será comunicada pela SCTIE/MS à Secretaria do Ministério da Saúde responsável pela execução do instrumento específico de aquisição do produto objeto da PDP junto à instituição pública.

§ 2º A adoção das medidas previstas neste artigo não exclui a aplicação de outras sanções e penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 65. A instituição pública e a entidade privada ficarão sujeitas a medidas administrativas e judiciais, além de sanções previstas em lei e nos contratos firmados, no caso de PDP que tenha iniciada a aquisição de produtos pelo Ministério da Saúde e a transferência de tecnologia para a instituição pública não seja efetivada, especialmente quando verificado eventual dano ao erário.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas do disposto no "caput" as situações de caso fortuito, força maior ou outras hipóteses devidamente fundamentadas de acordo com a legislação vigente, aprovadas pelo Ministério da Saúde.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

Art. 66. O Ministério da Saúde é responsável por:

I - elaborar e revisar a lista de produtos estratégicos para o SUS;

II - pactuar, junto à Comissão Intergestores Tripartite (CIT), a viabilidade de centralização de aquisição de produtos estratégicos para o SUS;

III - estimular as instituições públicas a apresentarem propostas de projetos de PDP que se enquadrem na lista de produtos estratégicos para o SUS;

IV - estimular as entidades privadas a participarem das iniciativas que favoreçam o investimento, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e a geração de renda e emprego no Brasil de produtos estratégicos para o SUS, mediante sua participação em PDP;

V - receber e formalizar as propostas de projeto de PDP, com inclusão de sua manifestação técnica, quando couber, para fins de análise das Comissões Técnicas de Avaliação e discussão e decisão pelo Comitê Deliberativo;

VI - fornecer apoio técnico e administrativo para a realização das atividades das Comissões Técnicas de Avaliação e Comitê Deliberativo;

VII - celebrar o termo de compromisso de cada projeto de PDP aprovado;

VIII - monitorar e avaliar os projetos de PDP;

IX - participar das reuniões do CTR e requerer informações e documentos, inclusive reuniões, da instituição pública e da entidade privada para acompanhamento da implementação do projeto de PDP e sugestão de estratégias para cumprimento;

X - participar da fase de PDP e cumprir as responsabilidades e obrigações previstas na referida fase; e

XI - divulgar no portal do Ministério da Saúde, disponível no sítio eletrônico www.saude.gov.br, as informações públicas referentes às PDP, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

a) leis, decretos, portarias e resoluções relacionadas às PDP;

b) modelo de projeto executivo de PDP;

c) modelo de relatório de acompanhamento a ser apresentado pela instituição pública;

d) relação anual de propostas de projeto de PDP em análise, aprovadas ou não aprovadas; e

e) relação anual de projetos de PDP e PDP e respectivos "status" de implementação e execução; e

f) relação de produtos de PDP cuja aquisição foi iniciada pelo Ministério da Saúde via PDP, com cópia do extrato de publicação no DOU.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Parágrafo único. Para monitoramento e avaliação do projeto de PDP e da PDP, o Ministério da Saúde contará com o apoio dos órgãos e entidades da Administração Pública.

Art. 67. A ANVISA é responsável por:

I - concluir as análises requeridas no âmbito dos projetos de PDP e de PDP para registro e alteração pós-registro em até 60 (sessenta) dias da data do requerimento;

II - priorizar, nos termos das normas sanitárias vigentes, as análises requeridas dos produtos objetos das PDP;

III - acompanhar, dentro das atividades do CTR, o atendimento ao cronograma para obtenção de registro sanitário do medicamento ou produto para a saúde, bem como as alterações pós-registro, para os produtores públicos e privados participantes de uma PDP, em consonância com o termo de compromisso aprovado, desde que atendam todas as normas e exigências sanitárias, acordado formalmente com a SCTIE/MS e demais Secretarias do Ministério da Saúde cujo produto faça parte de seus programas e ações;

IV - acompanhar o cronograma de obtenção ou renovação do CBPF, em consonância com o termo de compromisso aprovado, desde que atendam todas as normas e exigências sanitárias, acordado formalmente com a SCTIE/MS e demais Secretarias do Ministério da Saúde cujo produto faça parte de seus programas e ações;

V - apoiar a SCTIE/MS com atividades de monitoramento e avaliação do desenvolvimento técnico dos projetos de PDP para atender os requisitos sanitários de qualidade e de internalização da produção no País, utilizando metodologias adequadas para este fim;

VI - realizar visitas técnicas anuais nas unidades fabris das instituições públicas e privadas, integrantes das PDP, junto ao Ministério da Saúde;

VII - monitorar tecnicamente a capacitação e as atividades tecnológicas e produtivas requeridas para a regulação sanitária dos produtores públicos e privados, de modo a subsidiar a internalização produtiva e tecnológica do produto objeto da PDP, mediante a atuação dos CTR e outras atividades proativas em que a ANVISA possa contribuir para seus resultados; e

VIII - participar das Comissões Técnicas de Avaliação das propostas de projetos de PDP.

Art. 68. A instituição pública proponente e executora da PDP é responsável por:

I - elaborar e apresentar a proposta de projeto de PDP em observância aos critérios, requisitos, diretrizes e orientações desta Portaria, contendo, no mínimo, os dados solicitados conforme modelo de projeto executivo;

II - demonstrar a capacidade produtiva, os equipamentos e os recursos humanos necessários para execução do projeto de PDP na instituição pública, efetuando as adequações pertinentes para efetivação da transferência de tecnologia;

III - realizar a análise de risco do projeto;

IV - enviar o projeto executivo de PDP à SCTIE/MS para análise, atendendo os prazos definidos nesta Portaria;

V - apresentar oralmente a proposta de projeto de PDP para as Comissões Técnicas de Avaliação e Comitê Deliberativo, após manifestação formal do Ministério da Saúde;

VI - celebrar o termo de compromisso com o Ministério da Saúde;

VII - celebrar contratos ou outros instrumentos jurídicos com colaboradores e parceiros do projeto de PDP, seguindo os critérios e orientações desta Portaria e as premissas integrantes do termo de compromisso celebrado, sem prejuízos do acréscimo de outras condições necessárias ao bom atendimento do interesse público, em observância à legislação pertinente;

VIII - peticionar o dossiê de registro do produto junto à ANVISA conforme normativos específicos da referida entidade e cronograma estabelecido;

IX - garantir, junto a seu parceiro privado, a internalização da produção nacional do IFA, componente tecnológico crítico e, quando aplicável, o atendimento à regra de origem e/ou PPB;

X - acompanhar, monitorar e avaliar as ações desempenhadas pela entidade privada para a transferência de tecnologia e para o efetivo cumprimento do cronograma técnico-regulatório;

XI - participar ativamente do desenvolvimento dos produtos junto à entidade privada, acompanhando todo ciclo tecnológico;

XII - realizar treinamentos para sua equipe, coordenada junto aos parceiros privados, a fim de absorver os conhecimentos necessários para a efetiva transferência de tecnologia do produto objeto da PDP, sendo a sua efetividade prática avaliada periodicamente, os registros dos treinamentos mantidos e os cronogramas oficializados ao Ministério da Saúde, estando disponíveis durante as visitas técnicas;

XIII - participar das visitas técnicas na entidade privada em conjunto com o Ministério da Saúde e a ANVISA;

XIV - solicitar as priorizações de análise junto à ANVISA após petição de registro ou alteração pós-registro;

XV - cumprir o cronograma do projeto de PDP definido, comunicando e justificando ao Ministério da Saúde qualquer alteração necessária;

XVI - enviar ao Ministério da Saúde, especificamente à SCTIE/MS, relatórios de acompanhamento quadrimestrais para os projetos de PDP aprovados, demostrando as atividades do projeto executadas, em andamento e previstas, apresentando justificativas fundamentadas em caso de alteração do cronograma apresentado no projeto executivo;

XVII - colaborar e fornecer a documentação necessária para a visita técnica do Ministério da Saúde e ANVISA na instituição pública;

XVIII - participar das reuniões do CTR e do Ministério da Saúde, sempre que requerida;

XIX - celebrar instrumento específico com o Ministério da Saúde para fornecimento de produtos no âmbito da PDP, respeitando as legislações pertinentes e os termos desta Portaria; e

XX - garantir o fornecimento e entrega dos produtos conforme quantitativo e cronograma definidos pelo Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A escolha e as relações contratuais com a entidade privada são de inteira responsabilidade da instituição pública produtora celebrante da PDP, inclusive com relação à sua qualificação e à avaliação da regularidade de sua situação legal e idoneidade.

Art. 69. Para participar da proposta de projeto de PDP, do projeto de PDP e da PDP, a entidade privada deverá:

I - participar da proposta de projeto de PDP em observância aos critérios, requisitos, diretrizes e orientações desta Portaria, contendo, no mínimo, os dados solicitados conforme modelo de projeto executivo;

II - demonstrar a capacidade produtiva, os equipamentos e os recursos humanos necessários para participação no projeto de PDP, efetuando as adequações pertinentes para efetivação da transferência de tecnologia;

III - celebrar contratos ou outros instrumentos jurídicos com a instituição pública e parceiros privados do projeto de PDP, seguindo os critérios, requisitos, diretrizes e orientações desta Portaria e as premissas integrantes do termo de compromisso celebrado, sem prejuízos do acréscimo de outras condições necessárias ao bom atendimento do interesse público, em observância à legislação pertinente;

IV - garantir no projeto executivo, na esfera de sua responsabilidade, a internalização da produção nacional do IFA, componente tecnológico crítico e, quando aplicável, o atendimento à regra de origem e/ou PPB;

V - garantir a transferência de tecnologia e o efetivo cumprimento do cronograma técnico-regulatório sob sua responsabilidade;

VI - participar ativamente do desenvolvimento dos produtos junto à instituição pública e aos parceiros privados;

VII - realizar treinamentos a fim de transferir os conhecimentos necessários para o efetivo desenvolvimento e transferência de tecnologia do produto objeto da PDP, efetuando os registros dos treinamentos e os cronogramas oficializados ao Ministério da Saúde, estando disponíveis durante as visitas técnicas;

VIII - receber visitas técnicas periódicas das equipes do Ministério da Saúde e da ANVISA, em consonância com as metodologias utilizadas, colaborando e fornecendo a documentação necessária;

IX - peticionar, quando couber, o dossiê de registro do produto e alterações pós-registro junto à ANVISA, conforme sua regulamentação específica;

X - cumprir o cronograma do projeto de PDP aprovado, definindo junto ao parceiro público a possibilidade de qualquer alteração nele necessária;

XI - informar periodicamente à instituição pública, conforme cronograma definido, as atividades do projeto executadas, em andamento e previstas, auxiliando a instituição pública na elaboração dos relatórios de acompanhamento quadrimestrais e das justificativas fundamentadas em caso de alteração do cronograma e enviando à instituição pública documentos sobre o andamento do projeto e das atividades inerentes para sua efetivação, visando o atendimento do interesse público e das suas finalidades, entre as quais se incluem a transferência de tecnologia, a garantia de fornecimento e a produção local do insumo;

XII - garantir o fornecimento e entrega dos produtos conforme quantitativo e cronograma definidos pela instituição pública para atender as demandas do Ministério da Saúde; e

XIII - firmar a declaração conjunta de concordância aos termos da proposta de projeto de PDP, conforme disposto no § 3º do art. 14, e a declaração de concordância anexa ao termo de compromisso, nos termos do art. 35.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 70. As orientações, critérios, requisitos, diretrizes e formas de monitoramento e avaliação definidos nesta Portaria são aplicáveis, no que couber, às PDP vigentes.

§ 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, para adequação pelas instituições públicas e entidades privadas, no que couber, das PDP em vigor ao disposto no "caput".

§ 2º A SCTIE/MS efetuará a classificação das PDP vigentes conforme as fases de estabelecimento de PDP previstas no art. 10.

§ 3º Para as PDP vigentes de pesquisa e desenvolvimento que estejam em fase de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, a instituição pública poderá solicitar à SCTIE/MS a sua adequação para enquadramento como projeto de PDP ou PDP, nos termos desta Portaria, para fins de análise pela Comissão Técnica de Avaliação e pelo Comitê Deliberativo.

§ 4º As propostas de projeto de PDP em tramitação no Ministério da Saúde nos termos da Portaria nº 837/GM/MS, de 18 de abril de 2012, e ainda não avaliadas pelas Comissões Gestoras serão restituídas pela SCTIE/MS às instituições proponentes para fins de adequação ao regramento disposto nesta Portaria.

Art. 71. Na hipótese de existência de contratos vigentes entre o Ministério da Saúde e as instituições públicas para aquisição de produtos estratégicos até a data de publicação desta Portaria, os referidos contratos serão adequados, no que couber, ao regramento disposto nesta Portaria.

Art. 72. Na hipótese de existência de acordo ou contrato de desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia do produto objeto da PDP entre as instituições públicas e as entidades privadas até a data de publicação desta Portaria, os referidos acordos contratos serão adequados, no que couber, ao regramento disposto nesta Portaria.

Art. 73. Ato específico do Ministro de Estado da Saúde disciplinará as diretrizes e os critérios referentes às PDP sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 74. Até a edição da nova lista de produtos estratégicos para o SUS de que trata o art. 7º, permanecerá vigente a lista definida nos termos do art. 6º da Portaria nº 3.089/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013.

Art. 75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 76. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 837/GM/MS, de 18 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 82, Seção 1, do dia 27 seguinte, p. 34; e

II - a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 11 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 242, Seção 1, do dia 13 seguinte, p. 153.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 2.535, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita os Municípios e Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o art. 52 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n.º 12.919, de 24 de dezembro de 2013;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCOT) no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios e Estados descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais e Estaduais, após serem atendidas as condições previstas no art. 13 da Portaria nº 3.134/GM/MS, de 17 de dezembro de 2013.

Art. 3º Os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.302.2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

MUNICÍPIOS E ESTADOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ACRE	07458.465000/1140-01	26880008	825.310,00	10.302.2015.8535.0157
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO AMAPA	06023.582000/1140-24	20470007	5.132.410,00	10.302.2015.8535.0016
AP	MACAPA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO AMAPA	06023.582000/1140-26	11350022	4.462.913,00	10.302.2015.8535.0016

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

BA	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA	05816.630000/1140-65	34590014	1.499.150,00	10.302.2015.8535.0029
CE	ARACOIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACOIABA	09625.350000/1140-04	16530002	450.000,00	10.302.2015.8535.0023
CE	CRATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CRATO	11737.471000/1140-05	23570011	263.650,00	10.302.2015.8535.0023
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA	11621.453000/1140-28	23570011	200.750,00	10.302.2015.8535.0023
CE	MASSAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSAPE	11414.057000/1140-04	29570010	210.091,00	10.302.2015.8535.0023
CE	MASSAPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSAPE	11414.057000/1140-05	29570010	202.930,00	10.302.2015.8535.0023
ES	VITÓRIA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESPIRITO SANTO	06893.466000/1140-02	14120007	572.080,00	10.302.2015.8535.0032
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALDAS NOVAS	05593.119000/1140-03	20210003	500.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	CALDAS NOVAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CALDAS NOVAS	05593.119000/1140-11	10640005	478.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA	09105.181000/1140-02	28320005	350.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	ITAPURANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPURANGA	11321.092000/1140-01	14780005	150.000,00	10.302.2015.8535.0052
GO	URUAÇU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUAÇU	04755.973000/1140-01	18460009	304.360,00	10.302.2015.8535.0052
MA	CAXIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXIAS	09239.491000/1140-03	26140004 31790003 35100005	1.000.000,00 300.000,00 1.000.000,00	10.302.2015.8535.0021
MA	PARNARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARNARAMA	11340.821000/1140-04	24350009	836.089,97	10.302.2015.8535.0681
MG	ITAMARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAMARANDIBA	11322.163000/1140-02	24870002	498.940,00	10.302.2015.8535.0031
MG	MANHUAÇU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANHUAÇU	00996.849000/1140-03	27650005	990.970,00	10.302.2015.8535.0031
MG	VARGINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGINHA	11234.223000/1140-11	27550002	104.100,00	10.302.2015.8535.0031
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE	11228.564000/1140-15	29810014	417.680,00	10.302.2015.8535.5218
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS	13896.863000/1140-02	29150007	500.000,00	10.302.2015.8535.0054
MT	CUIABÁ	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MATO GROSSO	04441.389000/1140-07	18310008	100.000,00	10.302.2015.8535.0051
MT	SANTA CRUZ DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ DO XINGU	11669.254000/1140-02	29360005	200.000,00	10.302.2015.8535.0051
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO	12987.349000/1140-02	29360005	100.000,00	10.302.2015.8535.0051
PA	CACHOEIRA DO ARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRA DO ARARI	12459.320000/1140-06	32600007	450.000,00	10.302.2015.8535.0015
PE	BELO JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO JARDIM	10241.913000/1140-03	16930001	800.000,00	10.302.2015.8535.0026
RJ	BARRA DO PIRAÍ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO PIRAÍ	01606.604000/1140-03	27890004	184.540,00	10.302.2015.8535.0033
RJ	NILÓPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NILÓPOLIS	11390.042000/1140-08	27930016	422.000,00	10.302.2015.8535.0033
RJ	PATY DO ALFERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATY DO ALFERES	11297.536000/1140-16	29770005	182.679,00	10.302.2015.8535.3327
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DE JANEIRO	11715.094000/1140-56	25100003	800.000,00	10.302.2015.8535.0033
RO	ALTO PARAÍSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO PARAÍSO	04316.867000/1140-05	24220008	199.495,00	10.302.2015.8535.0011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COSTA MARQUES	04100.020000/2140-08	29170004	100.000,00	10.302.2015.8535.0011
RO	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	11328.684000/1140-04	29170004	300.000,00	10.302.2015.8535.0011
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VILHENA	04092.706000/3140-06	24220007	500.000,00	10.302.2015.8535.0011
SC	FLORIANÓPOLIS	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE SANTA CATARINA	80673.411000/1141-10	28550005	20.000,00	10.302.2015.8535.0042
SP	ITANHAÉM	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITANHAÉM	13889.813000/1140-01	17990002	482.000,00	10.302.2015.8535.0035
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOGI DAS CRUZES	12336.008000/1140-15	25420017	334.900,00	10.302.2015.8535.3709
SP	PRAIA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE	11252.940000/1140-07	29300014	1.199.500,00	10.302.2015.8535.3825
SP	VÁRZEA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VÁRZEA PAULISTA	13786.887000/1140-11	17990002	99.750,00	10.302.2015.8535.0035

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 2.536, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita os Municípios, a receberem recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o artigo 52 da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009; e

Considerando a Portaria nº 1.958/GM/MS, de 6 de setembro de 2013, que estabelece procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde destinados à aquisição de produtos médicos de uso único pelas Secretarias de Saúde dos Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades privadas sem fins lucrativos que atuam de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) para o Programa da Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, resolve:

Art. 1º Habilitar os Municípios, descritos no anexo a esta Portaria, a receberem os recursos federais destinados à aquisição de produtos médicos de uso único para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Determinar que o Fundo Nacional de Saúde adote as medidas necessárias à transferência dos recursos financeiros em parcela única, na modalidade fundo a fundo, para os Fundos de Saúde Municipais, após serem atendidas as condições previstas no art. 4º da Portaria nº 1.958/GM/MS, de 6 de setembro de 2013.

Art. 3º Estabelecer que os recursos orçamentários, de que trata esta Portaria, façam parte do Bloco de Financiamento da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, e que corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.122.2015.4525 - Apoio a Manutenção de Unidades de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

MUNICÍPIOS HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS DE USO ÚNICO NO ÂMBITO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BRANCO	84317.205000/1140-07	26880012 29120004	159.999,95 443.000,00	10.122.2015.4525.0012
MG	OURO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO PRETO	18435.647000/1140-02	27660002	494.657,70	10.122.2015.4525.0031
PR	GUARAPUAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAPUAVA	09121.814000/1140-02	28740006	1.250.000,00	10.122.2015.4525.0041
SP	BARRETOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRETOS	13900.928000/1140-07	90410018	100.000,00	10.122.2015.4525.0035
SP	ITAQUAQUE-CETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAQUAQUECETUBA	12444.435000/1140-01	18080002	260.000,00	10.122.2015.4525.3630
SP	PORTO FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO FELIZ	12372.408000/1140-02	15310007	150.000,00	10.122.2015.4525.0035
SP	SALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALTO	11297.631000/1140-04	15310007	200.000,00	10.122.2015.4525.0035

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

RETIFICAÇÃO

No D.O.U. de 12 de novembro de 2014, Seção 1, página 42 e 43, processo: 33902.206452/2012-31 da operadora ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA onde consta .206452/2012-31 leia-se 33902.206452/2012-31.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.419, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de recondução de 9 maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014 e a Portaria MS/GM n° 912, de 12 de maio de 2014, tendo em vista o disposto no inciso VII do art. 164 e no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria n.º 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - U
PRINCIPIO ATIVO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO
MARCA OU REFERÊNCIA NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
NOME COMERCIAL
ASSUNTO DESCRIÇÃO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 1.01063-3
RIFAMPICINA + ISONIAZIDA + CLORIDRATO DE ETAMBUTOL + PIRAZINAMIDA
TUBERCULOSTATICOS
Farmanguinhos rifampicina+isoniazida+pirazinamida+etambutol25351.499876/2011-80 11/2019
1.1063.0140.001-7 Ano(s)
150MG+75MG+400+275 COM REV CT BL AL PLAS AMB X 90
Não informado
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 329, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência através do Circuito Deliberativo CD 449/2014 de 05 de novembro de 2014, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no D. O. U. de 02 de junho de 2014 e em conformidade com a Resolução RDC nº 25 de 04 de abril de 2008 e Portaria nº 616, de 24 de abril de 2012, por unanimidade, não conhecer dos recursos a seguir especificados, por Perda de Objeto, determinando a extinção dos recursos sem julgamento do mérito.

JAIME CÉSAR DE MOURA OLIVEIRA
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

EMPRESA: D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 08.076.127/0001-04
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 4.787, de 31/10/11
EXPEDIENTE DO RECURSO: 988156/11-5
EMPRESA: RONALDO JOSÉ GONÇALVES& CIA LTDA.
CNPJ: 02.025.367/0001-95
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 612, de 25/02/13
EXPEDIENTES DOS RECURSOS: 0163737/13-1 e 0145001/13-8 (Petição Eletrônica)
EMPRESA: REINALDO & PERSONA LTDA.
CNPJ: 06.697.493/0001-47
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 810, de 04/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0192597/13-1
EMPRESA: MARINA CORRÊA & CIA LTDA.
CNPJ: 02.202.635/0001-05
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 483, de 13/02/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0129295/13-1
EMPRESA: CCL FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-EPP
CNPJ: 05.293.499/0001-96
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 4.813, de 12/11/12
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0948783/12-2
EMPRESA: PHARMACIA CAMOMILA LTDA.
CNPJ: 02.866.332/0001-89
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 964, de 19/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0232463/13-6
EMPRESA: M. SILVA & CIA. LTDA.
CNPJ: 76.184.837/0001-08
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 911, de 11/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0201536/13-6
EMPRESA: MANIPULÁRIO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-EPP
CNPJ: 74.670.365/0001-60
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 612, de 25/02/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0164518/13-8
EMPRESA: FARMÁCIA E DROGARIA DO TRABALHADOR LTDA.
CNPJ: 03.695.912/0001-13
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 810, de 04/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0189215/13-1
EMPRESA: FERRAZ MARTINELLI FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA.-ME
CNPJ: 14.061.574/0001-84
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 962, de 18/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0232198/13-0
EMPRESA: MG - FARMA DISTRIBUIDORA LTDA.
CNPJ: 05.568.797/0001-41
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 617, de 25/02/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0174801/13-7
EMPRESA: CENTER VET COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS E ACESSÓRIOS LTDA.-ME
CNPJ: 04.990.906/0001-51
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 810, de 04/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0185757/13-6
EMPRESA: M. F. DA SILVA & SILVA LTDA.-ME
CNPJ: 01.797.071/0001-20
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 1.385, de 22/04/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0348694/13-0
EMPRESA: FABIANO ZANCO-ME
CNPJ: 05.742.592/0001-30
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 483, de 13/02/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0125690/13-4
EMPRESA: ONCOLINE COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
CNPJ: 07.909.536/0001-73
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 964, de 19/03/13
EXPEDIENTE DO RECURSO: 0240102/13-9
EMPRESA: FARMÁCIA ARTESAMED LTDA.
CNPJ: 02.865.023/0001-94
RESOLUÇÃO RECORRIDA: RE nº 5.369, de 17/12/12
EXPEDIENTE DO RECURSO: 1029384/12-1

SUPERINTENDÊNCIA DE CORRELATOS E ALIMENTOS
GERÊNCIA-GERAL DE COSMÉTICOS

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.359, DE 11 DE ABRIL DE 2014(*)

A Gerente-Geral de Cosméticos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 1.726, de 21 de outubro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 2 de junho de 2014, resolve:

Art. 1° Conceder a Revalidação Automática dos processos dos Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, conforme RDC nº 250/2004, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSINEIRE MELO COSTA SALLUM

ANEXO

NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
COR E/OU TONALIDADE NUMERO DE PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
LOCAL DE FABRICAÇÃO VENCIMENTO
DESTINAÇÃO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO
GRUPO DO PRODUTO
EMBALAGEM PRIMÁRIA
EMBALAGEM SECUNDÁRIA
FORMA FÍSICA
ASSUNTO DA PETIÇÃO
RESTRIÇÃO DE USO
CONSERVAÇÃO
ADCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.02028-8
MELANGE LIPOSSOMADA SECATIVA ADCOS
. 25351.064743/2009-90 2.2028.0242.001-1
SERRA/ES 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MÁSCARA SECATIVA ADCOS
25351.064876/2009-37 2.2028.0243.001-5
SERRA/ES 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2021003 MÁSCARA FACIAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA OU COM BENEFÍCIOS ESPECÍFICO
S QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
REVIT PEEL ADCOS
25351.124788/2009-15 2.2028.0244.001-0
SERRA/ES 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PEEL PLUS ADCOS
25351.124797/2009-14 2.2028.0245.001-6
SERRA/ES 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ADCOS CELL COMPLEX GEL CREME INTENSIVO
25351.245692/2009-28 2.2028.0247.001-7
SERRA/ES 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ADCOS CELL COMPLEX ÁREA DOS OLHOS
25351.245713/2009-17 2.2028.0246.001-1
SERRA/ES 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
AGE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. 2.03413-3
SABONETE LÍQUIDO ÍNTIMO MORANGOS COM CHAMPAGNE JEQUITI EU PROVOCO
25351.222505/2009-52 2.3413.0104.001-7
PALHOÇA/SC 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
SABONETE LÍQUIDO ÍNTIMO MORANGOS COM CHAMPAGNE JEQUITI EU PROVOCO
25351.222505/2009-52 2.3413.0104
PALHOÇA/SC 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ALIANZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉETICOS LTDA

VEDADA A VENDA DE ASSINATURA E DA IMPRENSA NACIONAL

EPP 2.03102-9
COSMO PEEL SOLUTION COSMOBEAUTY
25351.147945/2009-61 2.3102.0367.001-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020230 CREME ESFOLIANTE "PEELING" QUÍMICO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS G
ÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COSMO PEEL SOLUTION COSMOBEAUTY
25351.147945/2009-61 2.3102.0367.002-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020230 CREME ESFOLIANTE "PEELING" QUÍMICO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS G
ÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COSMO PEEL SOLUTION COSMOBEAUTY
25351.147945/2009-61 2.3102.0367
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020230 CREME ESFOLIANTE "PEELING" QUÍMICO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS G
ÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ANA PAULA C. SPACCA ME 2.04369-9
LENÇOS UMEDECIDOS PERFUMADOS LIPPY WIPES
25351.287334/2009-12 2.4369.0002.001-3
CAJAMAR/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LENÇOS UMEDECIDOS PERFUMADOS LIPPY WIPES
25351.287334/2009-12 2.4369.0002.002-1
CAJAMAR/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
BALDE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LENÇOS UMEDECIDOS PERFUMADOS LIPPY WIPES
25351.287334/2009-12 2.4369.0002.003-1
CAJAMAR/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
REFIL DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LENÇOS UMEDECIDOS PERFUMADOS LIPPY WIPES
25351.287334/2009-12 2.4369.0002.004-8
CAJAMAR/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
REFIL DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ANABER COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.01752-1
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
1 PRETO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.001-2
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
3 CASTANHO ESCURO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.002-0
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
4 CASTANHO MÉDIO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.003-9
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5 CASTANHO CLARO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.004-7
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6 LOURO ESCURO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.005-5
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7 LOURO MÉDIO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.006-3
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
8 LOURO CLARO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.007-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
9 LOURO MUITO CLARO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.008-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
10 LOURO CLARÍSSIMO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.009-8
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.1 CASTANHO CLARO ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.010-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6.1 LOURO ESCURO ACINZENTADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.011-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7.1 LOURO ACINZENTADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.012-8
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
10.1 LOURO CLARÍSSIMO ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.013-6
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
8.31 LOURO CLARO DOURADO BEGE25351.259889/2009-14 2.1752.0090.014-4
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
9.13 LOURO MUITO CLARO BEGE ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.015-2
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6.7 CHOCOLATE 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.016-0
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6.6 LOURO ESCURO AVERMELHADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.017-9
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.3 CASTANHO CLARO DOURADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.018-7
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7.3 LOURO MÉDIO DOURADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.019-5
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
9.3 LOURO MUITO CLARO DOURADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.020-9
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7.41 LOURO MÉDIO ACOBREADO ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.021-7
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6.66 LOURO ESCURO VERMELHO PROFUNDO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.022-5
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.54 CASTANHO CLARO ACAJÚ ACOBREADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.023-3
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.5 CASTANHO CLARO ACAJÚ 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.024-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.20 CASTANHO CLARO VIOLINE INTENSO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.025-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
4.56 CASTANHO MÉDIO ACAJÚ AVERMELHADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.026-8
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7.35 LOURO MÉDIO DOURADO ACAJÚ25351.259889/2009-14 2.1752.0090.027-6
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
6.34 LOURO ESCURO DOURADO ACOBREADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.028-4
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
5.4 CASTANHO CLARO ACOBREADO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.029-2
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
7.01 LOURO MÉDIO NATURAL ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.030-6
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
8.01 LOURO CLARO CINZA NATURAL25351.259889/2009-14 2.1752.0090.031-4
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
900K LOURO CLARÍSSIMO NEUTRO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.032-2
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
66.46 VULCÃO 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.033-0
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
77.44 TÂMARA 25351.259889/2009-14 2.1752.0090.034-9
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.41 LOURO ESCURO ACOBREADO ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.035-7
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
12.89 LOURO ULTRA CLARO PÉROLA25351.259889/2009-14 2.1752.0090.036-5
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
12.0 LOURO ULTRA CLARO NATURAL25351.259889/2009-14 2.1752.0090.037-3
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KOLORINES TINTURA CREME COM PROTEÍNAS MISS ANNE
12.1 LOURO ULTRA CLARO ACINZENTADO25351.259889/2009-14 2.1752.0090.038-1
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MISSLISSE FASE A MISS ANNE
25351.724107/2008-53 2.1752.0089.001-7
RIO CLARO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ARIZZO INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA 2.02724-1
DESODORANTE CREMOSO ANTIPERSPIRANTE NEUTRO - SÈHVEN
25351.034482/2004-84 2.2724.0028.001-1
IMIGRANTE/RS 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON INDUSTRIAL LTDA 2.00004-1
AVON TOQUE DE AMOR DESODORANTE ROLL ON ANTITRANSPIRANTE
25000.010489/9971- 2.0004.1017.001-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 4 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON CHARISMA DESODORANTE ROLL ON ANTITRANSPIRANTE
25000.010491/9913- 2.0004.1018.001-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 4 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON RENEW CLINICAL MICROESFOLIANTE FACIAL
25351.038093/2004-28 2.0004.1357.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010497 ESFOLIANTE MECÂNICO
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON RENEW ULTIMATE ELIXIR PREMIUM SÉRUM CONCENTRADO REPARADOR ANTIIDADE
25351.113731/2009-34 2.0004.1629.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
AVON SUN UV CARE COMPLEX? BLOQUEADOR SOLAR KIDS FPS 40
25351.192192/2009-51 2.0004.1637.001-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020410 PROTETOR SOLAR INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA 2.03836-5
LENÇO UMEDECIDO PARA BANHO - READY BATH
25351.103537/2009-69 2.3836.0001.001-8
ESTADOS UNIDOS 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021054 LENÇO UMEDECIDO COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUST
IFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA
FILME DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
BAYER S.A. 2.04501-3
LUCIARA
25351.124780/2009-09 2.4501.0001.001-9
ITÁLIA 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LUCIARA
25351.124780/2009-09 2.4501.0001.002-7
ITÁLIA 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BAYONNE COSMETICOS LTDA. 2.02288-6
ÓLEO PARA ÁREA DOS OLHOS RESTAURAÇÃO HUILE ARL RACCO
25351.164545/2009-18 2.2288.0161.001-3
CURITIBA/PR 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021011 ÓLEO PARA ÁREA DOS OLHOS COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA (PERFUMADO OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
SHRINK
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BIOCILIN INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS EIRELI 2.02652-2
BANHO DE CREME FORTALECEDOR CRESCE FORTE CAPICILIN
25351.791913/2008-13 2.2652.0116.001-1
VESPASIANO/MG 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021066 CONDICIONADOR COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTICASPA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ES
PECÍFICOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BRIGHT STAR BUSINESS CORP. DO BRASIL LTDA 2.03940-3
LA PRAIRIE CELLULAR CREAM PLATINUM RARE
25351.048088/2009-50 2.3940.0163.001-4
SUÍÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CASA SIENA FRAGRÂNCIAS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA 2.02700-8
CREME CLAREADOR DE PELE COM LOÇÃO HIDRATANTE KIVA
25351.696437/2008-41 2.2700.0335.001-5
MONTE MOR/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020224 CREME CLAREADOR DA PELE (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA 2.01717-1
DERMAGE BB CREAM FPS 35
25351.278989/2009-01 2.1717.0187.001-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COFERLY COSMETICA LTDA. 2.03597-0
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
44,65 CASTANHO EXTRA VERMELHO ACAJU25351.112428/2009-96 2.3597.0176.001-1
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
55,62 CASTANHO CLARO EXTRA VERMELHO IRISE25351.112428/2009-96 2.3597.0176.002-8
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
66,46 LOURO ESCURO COBRE EXTRA AVERMELHADO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.003-6
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
77,44 LOURO VERMELHO EXTRA ACOBREADO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.004-4
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
8,21 LOURO CLARO ACETINADO 25351.112428/2009-96 2.3597.0176.005-2
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
9,21 LOURO CLARÍSSIMO ACETINADO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.006-0
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
10,21 LOURO ULTRA CLARO ACETINADO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.007-9
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
12,21 LOURO ESPECIAL EXTRA CLARO ACETINADO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.008-7
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
5,71 CASTANHO CLARO MARRON CAPPUTTINO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.009-5
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
6,71 LOURO ESCURO MARRON CAPPUTTINO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.010-9
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
7,71 LOURO MARRON CAPPUTTINO 25351.112428/2009-96 2.3597.0176.011-7
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
8,71 LOURO CLARO MARRON CAPPUTTINO25351.112428/2009-96 2.3597.0176.012-5
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
5,74 CASTANHO CLARO MARRON CANELLA25351.112428/2009-96 2.3597.0176.013-3
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
6,74 LOURO ESCURO MARRON CANELLA25351.112428/2009-96 2.3597.0176.014-1
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROFESSIONAL CREAM COLOR GRANDHA COLOR'S
0,66 SUPER RED 25351.112428/2009-96 2.3597.0176.015-1
BARUERI/SP 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO REVESTIDA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA 2.04970-3
COLGATE WHITENING + PLAX
25351.220146/2009-16 2.4970.0003.001-4
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO / PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CRIA SIM PRODUTOS DE HIGIENE LTDA 2.04211-1
DAVENE CORPO A CORPO DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE ENVOLVENTE
25351.217231/2009-84 2.4211.0122.001-3
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DAVENE CORPO A CORPO DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE NATURAL
25351.217690/2009-01 2.4211.0119.001-7
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DAVENE CORPO A CORPO DESODORANTE ANTIPERSPIRANTE SUAVE
25351.217715/2009-06 2.4211.0123.001-9
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DELLY KOSMETIC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 2.02560-4
EVOLUTION OF THE COLOR HCI SYSTEM PURE PLATINUM PP.01 - PLATINA PURO CINZA 25351.245535/2009-90 2.2560.0180.001-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
EVOLUTION OF THE COLOR HCI SYSTEM PURE PLATINUM PP.02 - PLATINA PURO IRISÉ 25351.245535/2009-90 2.2560.0180.002-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
EVOLUTION OF THE COLOR HCI SYSTEM PURE PLATINUM PP.013 - PLATINA PURO CINZA DOURADO25351.245535/2009-90 2.2560.0180.003-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
EVOLUTION OF THE COLOR HCI SYSTEM PURE PLATINUM PP.015 - PLATINA PURO CINZA ACAJU25351.245535/2009-90 2.2560.0180.004-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
8.21-LOURO CLARO IRISÉ CINZA 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.001-3
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
7.53-LOURO ACAJU DOURADO 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.002-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
7.35-LOURO DOURADO ACAJU 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.003-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
7.32-LOURO DOURADO IRISÉ 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.004-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.53-LOURO ESCURO ACAJU DOURADO25351.319570/2009-33 2.2560.0181.005-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.35-LOURO ESCURO DOURADO ACAJU25351.319570/2009-33 2.2560.0181.006-4
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.32-LOURO ESCURO DOURADO IRISÉ25351.319570/2009-33 2.2560.0181.007-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
5.32-CASTANHO CLARO DOURADO IRISÉ25351.319570/2009-33 2.2560.0181.008-0
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
10.21-LOURO EXTRA-CLARO IRISÉ CINZA25351.319570/2009-33 2.2560.0181.009-9
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
8.1-LOURO CLARO CINZA 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.010-2
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
7,31-LOURO DOURADO CINZA 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.011-0
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.5-LOURO ESCURO ACAJU 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.012-9
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
9.3-LOURO CLARÍSSIMO DOURADO 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.013-7
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
10.0-LOURO EXTRA-CLARO 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.014-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
8.3-LOURO CLARO DOURADO 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.015-3
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.1-LOURO ESCURO CINZA 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.016-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
6.45-LOURO ESCURO COBRE ACAJU25351.319570/2009-33 2.2560.0181.017-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
7.13-LOUR MÉDI CINZ DOURADO 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.018-8
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
YELLOW COLOR COLORAÇÃO EM CREME
9.13 LOUR CLARISS CINZ DOUR 25351.319570/2009-33 2.2560.0181.019-6
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2020122 TINTURA PERMANENTE (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DEVINTEX COSMÉTICOS LTDA 2.02959-4
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO COM ÓLEO DE SEMENTE DE MANGA MÉDIO
25351.061978/2009-04 2.2959.0155.001-9
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO COM ÓLEO DE SEMENTE DE MANGA MÉDIO
25351.061978/2009-04 2.2959.0155
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO EXTRA CONDITIONING MÉDIO
25351.061981/2009-26 2.2959.0156.001-4
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO EXTRA CONDITIONING MÉDIO
25351.061981/2009-26 2.2959.0156
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO EXTRA CONDITIONING FORTE
25351.061985/2009-32 2.2959.0157.001-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO EXTRA CONDITIONING FORTE
25351.061985/2009-32 2.2959.0157
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO COM ÓLEO DE SEMENTE DE MANGA FORTE
25351.066165/2009-29 2.2959.0159.001-0
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SALON LINE PROFESSIONAL CREME ALISANTE TIOGLICOLATO COM ÓLEO DE SEMENTE DE MANGA FORTE
25351.066165/2009-29 2.2959.0159
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
DI HELLEN INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA. 2.02480-8
DI HELLEN DOCTORZINHO LOÇÃO MASSAGEADORA
25351.202521/2009-06 2.2480.0132.001-5
ENCANTADO/RS 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010253 LOÇÃO PARA O CORPO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ECOLAB QUÍMICA LTDA 2.00594-1
SANIGIZER - LOÇÃO ALCOÓLICA EM ESPUMA
25351.169727/2009-41 2.0594.0702.001-3
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020256 LOÇAO PARA AS MÃOS COM AÇAÕ ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA P
ELE, COM INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAME
NTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E
CARTUCHO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SANIGIZER - LOÇÃO ALCOÓLICA EM ESPUMA
25351.169727/2009-41 2.0594.0702.002-1
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020256 LOÇAO PARA AS MÃOS COM AÇAÕ ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA P
ELE, COM INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAME
NTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E
CARTUCHO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ANTIBACTERIAL CLEAN & SMOOTH LIQUID HAND SOAP
25351.285131/2009-11 2.0594.0704.001-4
BARUERI/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
CARTUCHO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ANTIBACTERIAL CLEAN & SMOOTH LIQUID HAND SOAP
25351.285131/2009-11 2.0594.0704.002-2
BARUERI/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
CARTUCHO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
EMDIMNAL-Empresa de Distribuição Mercantil Nacional Ltda. 2.03464-0
FLUIDO ANTI-CASPA DE TRATAMENTO COSMÉTICO BARRO MINAS
25351.846127/2008-98 2.3464.0021.001-9
IPATINGA/MG 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020281 LOÇÃO CAPILAR (LÍQUIDA, EMULSIONADA OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO COM GOTEJADOR
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SHAMPOO ANTI-CASPA BARRO MINAS
25351.846158/2008-72 2.3464.0022.001-4
IPATINGA/MG 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
FIO DENTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.01592-9
BABYLIMP PLUS COM EXTRATO DE ALOE VERA
25351.519121/2008-37 2.1592.0021.001-4
RIO DE JANEIRO/RJ 11/2018
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
POTE DE PLÁSTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BABYLIMP PLUS COM EXTRATO DE ALOE VERA
25351.519121/2008-37 2.1592.0021.002-2
RIO DE JANEIRO/RJ 11/2018
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
BALDE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BABYLIMP PLUS COM EXTRATO DE ALOE VERA
25351.519121/2008-37 2.1592.0021.003-0
RIO DE JANEIRO/RJ 11/2018
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
ENVELOPE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BABYLIMP PLUS COM EXTRATO DE ALOE VERA
25351.519121/2008-37 2.1592.0021.004-9
RIO DE JANEIRO/RJ 11/2018
COMERCIAL 24 Meses
2020390 LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE INFANTIL
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GALDERMA BRASIL LTDA 2.02262-5
PRODERM EMULSAO
25000.008502/9903- 2.2262.0050.001-2
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020340 LOÇAO DE LIMPEZA/HIGIENIZANTE INFANTIL
FRASCO PLASTICO PVC
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
CETAPHIL SABONETE LIQUIDO PARA PELE OLEOSA
25000.019055/9909- 2.2262.0058.001-6
DIADEMA/SP 07/2019

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COMERCIAL 36 Meses
2010001 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL EXCETO OS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA OU ESFO
LIANTE QUÍMICO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CETAPHIL SABONETE LIQUIDO PARA PELE OLEOSA
25000.019055/9909- 2.2262.0058.002-4
DIADEMA/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010001 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL EXCETO OS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA OU ESFO
LIANTE QUÍMICO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CETAPHIL SABONETE LIQUIDO PARA PELE OLEOSA
25000.019055/9909- 2.2262.0058
DIADEMA/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010001 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL EXCETO OS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA OU ESFO
LIANTE QUÍMICO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PRODERM CREME
25000.019058/9999- 2.2262.0059.001-1
DIADEMA/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020342 CREME PROTETOR INFANTIL
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
GLIKIMPORT COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA 2.02999-2
DUAL PURPOSE LIGHTENER
25351.166247/2009-31 2.2999.0142.001-0
ESTADOS UNIDOS 05/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020130 DESCOLORANTE PARA CABELOS (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
HERBOFARMA LAB COM COSM PROD NATURAIS LTDA - ME 2.01780-8
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA CHÁ VERDE HERBO AROMAS
25351.244168/2009-97 2.1780.0007.001-0
CAMPINAS/SP 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA BAUNILHA HERBO AROMAS
25351.244197/2009-13 2.1780.0005.001-1
CAMPINAS/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA LAVANDA HERBO AROMAS
25351.244214/2009-02 2.1780.0003.001-9
CAMPINAS/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA ALOE OLIVA HERBO AROMAS
25351.244236/2009-98 2.1780.0006.001-5
CAMPINAS/SP 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA FRUTAS DO BOSQUE HERBO AROMAS
25351.244294/2009-41 2.1780.0004.001-4
CAMPINAS/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HOME SWEET HOME GEL ANTISSÉPTICO HIDRATANTE ESSÊNCIA VERBENA HERBO AROMAS
25351.250886/2009-25 2.1780.0008.001-6
CAMPINAS/SP 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
IMS-COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA 2.01436-0
CREME PARA ALISAMENTO E RELAXAMENTO VITA- A®
25351.085676/2009-01 2.1436.0653.001-1
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CREME PARA ALISAMENTO E RELAXAMENTO VITA- A®
25351.085676/2009-01 2.1436.0653.002-1
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ÁGUA OXIGENADA CONDICIONADORA SILICONIZADA FIOETON 30 VOLUMES
25351.121132/2009-19 2.1436.0645.001-8
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FLACONETE PLASTICO
DISPLAY DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÁGUA OXIGENADA CONDICIONADORA SILICONIZADA FIOETON 30 VOLUMES
25351.121132/2009-19 2.1436.0645
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÁGUA OXIGENADA CONDICIONADORA SILICONIZADA FIOETON 20 VOLUMES
25351.121137/2009-48 2.1436.0646.001-3
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
EMULSÃO REVELADORA BIOTON EXTREME AROMA DO CAMPO
25351.294486/2009-56 2.1436.0647.001-9
NOVA IGUAÇU/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMESTICOS NATURA LTDA 2.00567-7
NATURA CHRONOS SINAIS 60+
25351.197645/2009-98 2.0567.1209.001-7
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS SINAIS 60+
25351.197645/2009-98 2.0567.1209.002-5
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
REFIL DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS SINAIS 60+
25351.197645/2009-98 2.0567.1209.003-3
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PAPEL CARTAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS SINAIS 60+
25351.197645/2009-98 2.0567.1209
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

BLISTER
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS CREME NOITE
25351.200122/2009-96 2.0567.1207.001-6
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS CREME NOITE
25351.200122/2009-96 2.0567.1207.002-4
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
REFIL DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO

NATURA CHRONOS CREME NOITE
25351.200122/2009-96 2.0567.1207.003-2
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PAPEL CARTAO
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS CREME NOITE
25351.200122/2009-96 2.0567.1207.005-9
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS CREME NOITE
25351.200122/2009-96 2.0567.1207
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BLISTER
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS PRIMEIROS CUIDADOS 25 +
25351.200130/2009-50 2.0567.1213.001-9
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS PRIMEIROS CUIDADOS 25 +
25351.200130/2009-50 2.0567.1213.002-7
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
REFIL DE POLIETILENO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS PRIMEIROS CUIDADOS 25 +
25351.200130/2009-50 2.0567.1213.003-5
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
SACHE
PAPEL CARTAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
NATURA CHRONOS PRIMEIROS CUIDADOS 25 +
25351.200130/2009-50 2.0567.1213
CAJAMAR/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BLISTER
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
JOHNSON & JOHNSON INDUSTRIAL LTDA. 2.00092-5
JOHNSON´S BABY SHAMPOO PARA CABELOS CACHEADOS
25351.031793/2004-91 2.0092.0718.001-0
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MINI LISTERINE® COOL CITRUS ANTI-SÉPTICO BUCAL
25351.143948/2009-40 2.0092.0944.001-1
JAGUARIÚNA/SP 05/2019
COMERCIAL 18 Meses
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEUTROGENA RAPID CLEAR GEL SECATIVO
25351.166606/2009-72 2.0092.0945.001-5
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SUNDOWN FRESH FPS 30
25351.223973/2009-62 2.0092.0950.001-2
ARUJÁ/SP 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
TUBO DE ALUMINIO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
KELLDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME 2.04906-3
DERMANI
25351.096436/2009-02 2.4906.0001.001-7
ANÁPOLIS/GO 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DERMANI
25351.096436/2009-02 2.4906.0001.002-5
ANÁPOLIS/GO 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KLEY HERTZ S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO 2.00228-6
HELIODERM SUNCARE FPS 15
25351.153040/2009-36 2.0228.0168.001-1
PORTO ALEGRE/RS 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020091 PROTETOR SOLAR
FRASCO PLASTICO PEAD
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
HELIODERM SUNCARE FPS 30
25351.153051/2009-87 2.0228.0169.001-5
PORTO ALEGRE/RS 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO PLASTICO PEAD
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
HELIODERM SUNCARE FPS 30
25351.153051/2009-87 2.0228.0169
PORTO ALEGRE/RS 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LABORATÓRIO ACLIMAÇÃO LTDA 2.00237-7
SHAMPOO ANTICASPA - BRILHANTE
25351.048657/2004-31 2.0237.0059.001-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LABORATORIO FARMAERVAS LTDA 2.00631-7
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
BEET 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.001-5
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
CAT 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.002-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SU-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
AFFAIR 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.003-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
ADORE 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.004-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
BESIDE 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.005-8
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
MEL 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.006-6
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
BLISS 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.007-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
AFFECT 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.008-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
EMBRACE 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.009-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
KISSES 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.010-4
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
FLAVIA 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.011-2
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
CADEAU 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.012-0
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
MOCHA 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.013-9
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
FEMME 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.014-7
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
RAINBOW 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.015-5
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BATOM CRYSTAL TRACTA FPS 15
ALIBI 25351.108727/2009-01 2.0631.0343.016-3
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021029 BATOM COM FINALIDADE FOTOPROTETORA (LÍQUIDO, CREME OU SÓLIDO)
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
SOLIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LABORATÓRIO MADREVITA LTDA 2.00354-0
FULMINSECT REPELENTE DE INSETOS
25000.008150/9960- 2.0354.0004.001-1
FORTALEZA/CE 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020320 REPELENTE DE INSETOS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 2.00044-1
DAILY CARE
25351.294699/2009-74 2.0044.0455.001-4
DIADEMA/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
BISNAGA POLIETILENO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
APOS ABERTURA DE EMBALAGEM DE USO UTILIZAR CONF. CONDIÇOES INDICADAS NO ROTULO.
DAILY CARE
25351.294699/2009-74 2.0044.0455.002-2
DIADEMA/SP 07/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
APOS ABERTURA DE EMBALAGEM DE USO UTILIZAR CONF. CONDIÇOES INDICADAS NO ROTULO.
LABORATÓRIO VITALAB LTDA 2.02502-4
SHAMPOO JABORANDI VITAPLANKTA
25351.072348/2004-81 2.2502.0042.001-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010011 XAMPU EXCETO OS COLORANTES/TONALIZANTES E OS COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTI
CASPA OU OUTROS BENEFÍCIOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL,
CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LIMA & PERGHER INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA 2.03679-3
ASSEPTGEL FRUTAS FRESCAS GEL ALCOOLICO ANTI SEPTICO
25351.016865/2004-71 2.3679.0004.001-8
UBERLÂNDIA/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CAIXA DE PAPELAO
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRUTAS FRESCAS GEL ALCOOLICO ANTI SEPTICO
25351.016865/2004-71 2.3679.0004.002-6
UBERLÂNDIA/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO PET
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRUTAS FRESCAS GEL ALCOOLICO ANTI SEPTICO
25351.016865/2004-71 2.3679.0004.003-4
UBERLÂNDIA/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BOLSA PLASTICA
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRUTAS FRESCAS GEL ALCOOLICO ANTI SEPTICO
25351.016865/2004-71 2.3679.0004.004-2
UBERLÂNDIA/MG 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
SACHE
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LIPSON COSMETICOS LTDA 2.01239-0
CARIAX ENXÁGUE BUCAL
25351.225278/2009-31 2.1239.2583.001-8
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
CARIAX ENXÁGUE BUCAL
25351.225278/2009-31 2.1239.2583.002-6
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
CARIAX ENXÁGUE BUCAL
25351.225278/2009-31 2.1239.2583
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MAGISTRIS DO BRASIL LABORATÓRIO DERMOCOSMÉTICO LTDA - EPP 2.03105-1
PH-10 BOTHANICA MINERAL
25351.202095/2009-96 2.3105.0189.001-4
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
CENZI CREME CORPORAL BOTHANICA MINERAL
25351.299226/2009-22 2.3105.0194.001-1
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
NATIVA BIOCOSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.02527-1
SERUM IONIZÁVEL - EQUILÍBRIO - NATIVA
---------- 25351.214271/2009-50 2.2527.0168.001-2
BELO HORIZONTE/MG 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020223 CREME PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO PET
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NEVER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 2.01248-1
CREME DENTAL NEVASCA COM FLÚOR XYLITOL E VITAMINA E
25351.095469/2009-31 2.1248.0144.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2021041 DENTIFRÍCIO COM FLÚOR (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ÁFRO PERMANENTE ANALÉA CREME RELAXANTE
25351.095490/2009-45 2.1248.0146.001-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ÁFRO PERMANENTE ANALÉA CREME RELAXANTE
25351.095490/2009-45 2.1248.0146.002-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
ÁFRO PERMANENTE ANALÉA CREME RELAXANTE
25351.095490/2009-45 2.1248.0146.003-9
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACHE
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CREME DE ALISAMENTO E RELAXAMENTO ANALÉA ALISA & RELAXA
25351.138465/2009-60 2.1248.0147.001-8
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
FILME PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NUTRIPHITOS COSMÉTICOS LTDA 2.02609-5
GEL REDUTOR KENDRA
25351.040947/2004-36 2.2609.0324.001-4
PINHAIS/PR 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GEL REDUTOR KENDRA
25351.040947/2004-36 2.2609.0324.002-2
PINHAIS/PR 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
OPUS PRODUTOS DE HIGIENE E DESCARTAVEIS LTDA. 2.00035-9
SHAMPOO POPPY KIDS
25351.130097/2009-37 2.0035.0246.001-1
SÃO PAULO/SP 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
CONDICIONADOR POPPY KIDS
25351.131437/2009-61 2.0035.0242.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020360 CONDICIONADOR CAPILAR INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SABONETE CREMOSO OPUS TOILET ÍNTIMA CORPO & INTIMIDADE
25351.166756/2009-76 2.0035.0244.001-0
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PHYTOTRATHA COSMÉTICOS LTDA 2.03883-7
PHYTOTRATHA BODY DEFINITE FORM MALANGE CORPORAL
25351.193370/2009-85 2.3883.0034.001-3
GUARULHOS/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PHYTOTRATHA BODY PERFECT FORM MELANGE CORPORAL
- 25351.193394/2009-25 2.3883.0033.001-8
GUARULHOS/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PRACOM INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS DO BRASIL LTDA 2.03734-2
LOWELL COLOR EMULSÃO REVELADORA 20 VOLUMES
25351.252277/2009-80 2.3734.0020.001-0
ITAPIRA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOWELL COLOR EMULSÃO REVELADORA 30 VOLUMES
25351.252288/2009-21 2.3734.0021.001-6
ITAPIRA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LOWELL COLOR EMULSÃO REVELADORA 10 VOLUMES
25351.252305/2009-10 2.3734.0022.001-1
ITAPIRA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00070-9
DAY CONTROL DEODORANT STICK BIOTHERM HOMME
25351.043447/2004-56 2.0070.2559.001-2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
BASTAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DAY CONTROL DEODORANT ATOMISEUR
25351.044838/2004-98 2.0070.2555.001-0
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
TUBO DE ALUMINIO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
AEROSSOL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GÉNIFIQUE - LANCÔME
25351.238837/2009-83 2.0070.3421.001-4
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GÉNIFIQUE - LANCÔME
25351.238837/2009-83 2.0070.3421.002-2
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO COM GOTEJADOR
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
STOK SKIN COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMÉTICOS LTDA 2.02904-3
ACTIVATEUR DE MASQUE CRYO-ELASTIQUE - MARY COHR
25351.047671/2009-01 2.2904.0110.001-3
FRANÇA 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2021003 MÁSCARA FACIAL COM FINALIDADE ESPECÍFICA OU COM BENEFÍCIOS ESPECÍFICO
S QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MASQUE DEFATIGANT YEAUX - MARY COHR
25351.801601/2008-76 2.2904.0109.001-8
FRANÇA 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020085 GEL PARA ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATANTE E
/OU DEMAQUILANTE
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
sunnyday industria manipulacao e comercio de cosmeticos ltda 2.01845-3
DERMOSAM LOÇÃO HIDRATANTE CREMOSA
25351.105788/2009-32 2.1845.0033.001-6
GOIÂNIA/GO 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010253 LOÇÃO PARA O CORPO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
TAHHARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP 2.03687-1
HENNA CREME HIMALAYA
PRETO 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.001-6
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
CASTANHO 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.002-4
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
COBRE 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.003-2
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
ACAJÚ 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.004-0
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
LOURO DOURADO 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.005-9
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
VERMELHO 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.006-7
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
VINHO 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.007-5
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA CREME HIMALAYA
CINZA PRATA 25351.044218/2004-59 2.3687.0001.008-3
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE PLASTICO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VERMELHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.001-1
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VERMELHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.002-1
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VERMELHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.003-8
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
ACAJÚ 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.004-6
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
ACAJÚ 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.005-4
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
ACAJÚ 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.006-2
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HENNA HIMALAYA
CASTANHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.007-0
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
CASTANHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.008-9
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
CASTANHA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.009-7
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
COBRE 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.010-0
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
COBRE 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.011-9
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
COBRE 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.012-7
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
DOURADA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.013-5
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
DOURADA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.014-3
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
DOURADA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.015-1
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
LOURA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.016-1
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
LOURA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.017-8
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
LOURA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.018-6
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
NEUTRA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.019-4
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
NEUTRA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.020-8
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
NEUTRA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.021-6
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
PRETA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.022-4
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
PRETA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.023-2
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
PRETA 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.024-0
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VINHO 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.025-9
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
LATA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VINHO 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.026-7
DESCALVADO/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
HENNA HIMALAYA
VINHO 25351.044222/2004-17 2.3687.0002.027-5
DESCALVADO/SP 06/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020120 TINTURA CAPILAR TEMPORÁRIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, OU SÓLIDO)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
PO SECO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
VITADERM FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA 2.01032-4
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.001-2
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.002-0
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.003-9
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.004-7
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.005-5
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASNAGA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SERUM INTENSIVO ÁREA DOS OLHOS VITADERM
25351.166238/2009-48 2.1032.0290.006-3
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA 2.03566-2
DERMAGLÓS LINHA SOLAR BLOQUEADOR SOLAR TOTAL FPS 65 RESISTENTE À ÁGUA
25351.134493/2009-68 2.3566.0039.001-8
ARGENTINA 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020092 BLOQUEADOR SOLAR/ANTI SOLAR (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
3M DO BRASIL LTDA 2.03452-8
MAXICREME 3 MICROBAC POMP
NÃO SE APLICA 25351.890050/2008-08 2.3452.0011.001-2
NOVA ODESSA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAXICREME 3 MICROBAC POMP
NÃO SE APLICA 25351.890050/2008-08 2.3452.0011.002-0
NOVA ODESSA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 2 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
5 S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-ME 2.02889-2
LENÇOS TINGILIMP DELFINO
1 25351.871460/2008-01 2.2889.0274.001-3
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LENCO TECIDO NAO TECIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
TINGILIMP DELFINO
1 25351.871469/2008-46 2.2889.0294.001-2
SÃO PAULO/SP 07/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
_ _ _ _ _ _ _ _ _ _
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. 2.01087-5
MILLAR
- 25351.124505/2009-74 2.1087.0299.001-1
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
POMADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE
ATSUM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.04088-8
CREME RELAXANTE TRIOX
1 25351.463858/2009-85 2.4088.0043.001-1
CURITIBA/PR 10/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
CREME RELAXANTE TRIOX
1 25351.463858/2009-85 2.4088.0043
CURITIBA/PR 10/2019
PROFISSIONAL 3 Ano(s)
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BIOCILIN INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS EIRELI 2.02652-2
SHAMPOO CAPICILIN OURO ANTICASPA
25351.350288/2009-15 2.2652.0123.001-1
VESPASIANO/MG 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CHANDAL IND E COM IMP EXPORT DE COSMETICOS LTDA 2.00909-9
BLOSSON GEL PARA PERNAS RELAXANTE REFRESCANTE COM ARNICA, GENGIBRE E GINGKO BILOBA
25351.055668/2004-77 2.0909.0165.001-1
DIADEMA/SP 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASNAGA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
COR BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.03564-5
ATIVADOR PARA CREME RELAXANTE CAPILAR BELEZA NATURAL
25351.127004/2004-17 2.3564.0001.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
BASE PARA CREME RELAXANTE CAPILAR BELEZA NATURAL
25351.127026/2004-87 2.3564.0002.001-2
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SUPER RELAXANTE CAPILAR - BELEZA NATURAL - BY ZICA
25351.280105/2009-60 2.3564.0008.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BALDE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SUPER RELAXANTE CAPILAR - BELEZA NATURAL - BY ZICA
25351.280105/2009-60 2.3564.0008.002-3
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
SACO PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ATIVADOR PARA SUPER RELAXANTE CAPILAR - BELEZA NATURAL - BY ZICA
25351.280111/2009-75 2.3564.0007.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 08/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BOMBONA PLASTICA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 2.00003-8
LOÇÃO ATIVADORA BIOCOLOR HOMEM 15 VOLUMES
25351.139192/2009-18 2.0003.0376.001-0
TABOÃO DA SERRA/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ECOLAB QUÍMICA LTDA 2.00594-1
ESPUMA HIGIENIZADORA PARA AS MÃOS
25351.260700/2009-08 2.0594.0703.001-9
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020256 LOÇAO PARA AS MÃOS COM AÇAÕ ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA P
ELE, COM INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAME
NTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E
CARTUCHO DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ESPUMA HIGIENIZADORA PARA AS MÃOS
25351.260700/2009-08 2.0594.0703.002-7
BARUERI/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020256 LOÇAO PARA AS MÃOS COM AÇAÕ ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA P
ELE, COM INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAME
NTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E
CARTUCHO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ELCA COSMÉTICOS LTDA 2.02468-9
CLINIQUE SKIN SUPPLIES FOR MEN M PROTECT SPF 21 DAILY HYDRATION + PROTECTION
25351.130899/2009-61 2.2468.0671.001-4
ESTADOS UNIDOS 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020255 LOÇÃO PARA O ROSTO COM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE OU COM OUTRAS FINAL
IDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS
OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CLINIQUE SELF SUN BODY TINTED LOTION (MEDIUM/DEEP)
25351.149871/2009-07 2.2468.0663.001-0
BÉLGICA 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020103 BRONZEADOR SIMULATÓRIO (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CLINIQUE ANTI-BLEMISH SOLUTIONS CLEARING CONCEALER
SHADE 01 25351.189476/2009-68 2.2468.0669.001-3
BÉLGICA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CLINIQUE ANTI-BLEMISH SOLUTIONS CLEARING CONCEALER
SHADE 02 25351.189476/2009-68 2.2468.0669.002-1
BÉLGICA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CLINIQUE ANTI-BLEMISH SOLUTIONS CLEARING CONCEALER
SHADE 03 25351.189476/2009-68 2.2468.0669.003-1
BÉLGICA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CLINIQUE ANTI-BLEMISH SOLUTIONS CLEARING CONCEALER
SHADE 04 25351.189476/2009-68 2.2468.0669.004-8
BÉLGICA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
FLORESÇA INDÚSTRIA E COMÉERCIO DE COSMÉTICOS LTDA 2.03319-1
SHAMPOO ANTI CASPA SATTIVA
25351.408055/2009-88 2.3319.0009.001-4
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 08/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO PLASTICO PVC
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GFG COSMETICOS LTDA 2.01114-8
SHAMPOO BABY MURIEL MENINA
25351.159126/2009-75 2.1114.0191.001-9
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SHAMPOO BABY MURIEL MENINO
25351.159147/2009-38 2.1114.0192.001-4
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020350 XAMPU INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SABONETE LÍQUIDO BABY MURIEL MENINO
25351.159305/2009-21 2.1114.0189.001-8
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
SABONETE LÍQUIDO BABY MURIEL MENINA
25351.165094/2009-26 2.1114.0190.001-3
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020380 SABONETES INFANTIS
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 2.00008-6
PARODONTAX FLÚOR
25351.048423/2003-11 2.0008.0212.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PARODONTAX FLÚOR
25351.048423/2003-11 2.0008.0212.002-5
RIO DE JANEIRO/RJ 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020022 DENTIFRÍCIO ANTICÁRIE (LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO)
TUBO LAMINADO
CARTUCHO DE CARTOLINA
PASTA DENTIFRICIA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
IBC INDÚSTRIA BRASILEIRA DE COSMÉTICOS LTDA - EPP 2.03889-9
CREME DE RELAXAMENTO COTTON BOTÂNICA COSMETICS SENSÍVEL
25351.147286/2009-02 2.3889.0013.001-1
SÃO CAETANO DO SUL/SP 06/2019
PROFISSIONAL 48 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS FLORES & VEGETAIS LTDA. 2.02488-9
SHAMPOO ANTIQUEDA SETE ERVAS FLORES & VEGETAIS
25351.103022/2009-07 2.2488.0064.001-0
ARARAS/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SHAMPOO ANTIQUEDA SETE ERVAS FLORES & VEGETAIS
25351.103022/2009-07 2.2488.0064.002-9
ARARAS/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020014 XAMPU ANTICASPA / ANTIQUEDA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS QUE JU
STIFIQUEM A COMPROVAÇÃO PRÉVIA (LÍQUIDO, GEL, CREME, PÓ OU SÓLIDO)
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MÁSCARA DE TRATAMENTO COSMÉTICO INTENSIVO ANTIQUEDA SETE ERVAS FLORES & VEGETAIS
25351.103037/2009-58 2.2488.0065.001-6
ARARAS/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010282 MÁSCARA CAPILAR (CREME, SÓLIDO)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
CONDICIONADOR ANTIQUEDA SETE ERVAS FLORES & VEGETAIS
25351.103071/2009-61 2.2488.0063.001-5
ARARAS/SP 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021066 CONDICIONADOR COM AÇÃO ANTIQUEDA, ANTICASPA E/OU OUTROS BENEFÍCIOS ES
PECÍFICOS QUE JUSTIFIQUEM COMPROVAÇÃO PRÉVIA
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
KUSH DO BRASIL LIMITADA - EPP 2.03672-8
RT REESTRUTURAÇAO TÉRMICA-UNIVERSAL NEUTRALIZING CREAM- CREME NEUTRALIZANTE UNIVERSAL TRUSS
25351.116177/2009-21 2.3672.0023.001-9
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2010161 NEUTRALIZANTE CAPILAR PARA ALISANTE (LÍQUIDO, CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RT REESTRUTURAÇAO TÉRMICA-UNIVERSAL NEUTRALIZING CREAM- CREME NEUTRALIZANTE UNIVERSAL TRUSS
25351.116177/2009-21 2.3672.0023.002-7
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2010161 NEUTRALIZANTE CAPILAR PARA ALISANTE (LÍQUIDO, CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
R.T. REESTRUTURAÇAO TÉRMICA-BLOND THERMAL RESTRUCTURER- REESTRUTURADOR TERMICO BLOND TRUSS
25351.116195/2009-13 2.3672.0024.001-4
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
R.T. REESTRUTURAÇAO TÉRMICA-BLOND THERMAL RESTRUCTURER- REESTRUTURADOR TERMICO BLOND TRUSS
25351.116195/2009-13 2.3672.0024.002-2
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RT REESTRUTURAÇAO TERMICA TRADITIONAL THERMAL RESTRUCTURER-REESTRUTURADOR TERMICO TRADICIONALTRUSS
25351.116215/2009-77 2.3672.0025.001-1
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
RT REESTRUTURAÇAO TERMICA TRADITIONAL THERMAL RESTRUCTURER-REESTRUTURADOR TERMICO TRADICIONALTRUSS
25351.116215/2009-77 2.3672.0025.002-8
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP 08/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
BISNAGA DE PLASTICO
CAIXA DE PAPELAO
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LA FORCE CREATIVE PRODUTOS NATURAIS LTDA 2.02929-0
REVELUX MUTARI
25351.108645/2009-75 2.2929.0048.001-2
BELO HORIZONTE/MG 07/2019
PROFISSIONAL 24 Meses
2020131 CLAREADOR PARA CABELOS (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
FILME DE PVC
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LABORATÓRIO SKLEAN DO BRASIL LTDA 2.01511-9
SABONETE ÍNTIMO EM MOUSSE MY MOUSSE LYCHIA MAHOGANY
25351.067898/2009-21 2.1511.0278.001-5
OSASCO/SP 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2021019 SABONETE DE USO ÍNTIMO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LABORATÓRIOS STIEFEL LTDA 2.00190-3
UREMOL FLUID
N/A 25351.238022/2009-50 2.0190.0105.001-1
GUARULHOS/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
UREMOL FLUID
N/A 25351.238022/2009-50 2.0190.0105.002-1
GUARULHOS/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
UREMOL CREME
NÃO APLICAVEL 25351.238038/2009-36 2.0190.0106.001-7
GUARULHOS/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
UREMOL CREME
NÃO APLICAVEL 25351.238038/2009-36 2.0190.0106.002-5
GUARULHOS/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
UREMOL CREME
NÃO APLICAVEL 25351.238038/2009-36 2.0190.0106.003-3
GUARULHOS/SP 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
LIMA & PERGHER INDÚSTRIA, COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA 2.03679-3
ASSEPTGEL FRAMBOESA GEL ALCOOLICO ANTI SÉPTICO
25351.018165/2004-11 2.3679.0001.001-1
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO PET
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRAMBOESA GEL ALCOOLICO ANTI SÉPTICO
25351.018165/2004-11 2.3679.0001.002-1
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CAIXA DE PAPELAO
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRAMBOESA GEL ALCOOLICO ANTI SÉPTICO
25351.018165/2004-11 2.3679.0001.003-8
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
BOLSA PLASTICA
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASSEPTGEL FRAMBOESA GEL ALCOOLICO ANTI SÉPTICO
25351.018165/2004-11 2.3679.0001.004-6
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
SACHE
CAIXA DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
ASTRAL SABONETE ANTI SÉPTICO
25351.127018/2009-22 2.3679.0016.001-3
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
BOMBONA PLASTICA
CAIXA DE PAPELAO
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ASTRAL SABONETE ANTI SÉPTICO
25351.127018/2009-22 2.3679.0016.002-1
UBERLÂNDIA/MG 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
BOMBONA PLASTICA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

L.R. NORDESTE S/A 2.03867-2
DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE LEITE DE ROSAS SEM PERFUME
25351.226351/2009-15 2.3867.0003.001-5
NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020038 ANTITRANSPIRANTE/ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADO OU NÃO SOB A FORMA
DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DESODORANTE ROLL-ON ANTITRANSPIRANTE LEITE DE ROSAS PÉTALAS
25351.226441/2009-14 2.3867.0002.001-1
NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
DESODORANTE ROLL- ON ANTITRANSPIRANTE LEITE DE ROSAS FRESH
25351.226465/2009-76 2.3867.0004.001-0
NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
LUNIZ COSMÉTICOS LTDA ME 2.04766-0
REDOX SYSTEM RESISTANT HAIR TREAT - RELAXANTE CAPILAR - SELF
25351.785706/2008-62 2.4766.0015.001-8
RIBEIRÃO PRETO/SP 05/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
LVMH PARFUMS ET COSMETIQUES DO BRASIL S/A. 2.02640-0
GIVENCHY NO COMPLEX - CRÈME FESSES - CUISSES GALBE ET MINCEUR
25351.226506/2009-81 2.2640.0656.001-6
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020225 CREME PARA CELULITE / ESTRIAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY CLEAN IT TRUE - GEL NETTOYANT RÉGULATEUR / REGULATING CLEANSING GEL
25351.313360/2009-05 2.2640.0665.001-5
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010228 CREME DE LIMPEZA FACIAL EXCETO PARA PELE ACNÉICA (PERFUMADOS OU NÃO,
INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY HYDRA SPARKLING - CRÈME FONDANTE HYDRATATION LUMIÈRE - PEAUX NORMALES À MIXTES
25351.370485/2009-21 2.2640.0669.001-7
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010221 CREME PARA O ROSTO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
1 - MISTER MERINGUE 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.001-1
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
2 - MISTER MILK 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.002-1
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
3 - MISTER TOAST 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.003-8
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
4 - MISTER MACAROON 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.004-6
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
5 - MISTER BISCUIT 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.005-4
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
GIVENCHY MISTER LIGHT STYLO CORRECTION LUMIÈRE INSTANT LIGHT CORRECTIVE PEN
6 - MISTER CINNAMON 25351.532575/2009-13 2.2640.0679.006-2
FRANÇA 11/2019
COMERCIAL 36 Meses
2010275 CORRETIVO FACIAL SEM FINALIDADE FOTOPROTETORA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
MAVARO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. 2.01280-0
WURTH LUVA QUÍMICA PROTETOR DA PELE
25351.235589/2009-01 2.1280.0021.001-0
COTIA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
WURTH LUVA QUÍMICA PROTETOR DA PELE
25351.235589/2009-01 2.1280.0021.002-9
COTIA/SP 06/2019
PROFISSIONAL 12 Meses
2020227 CREME PARA AS MÃOS COM AÇÃO ANTI-SÉPTICA, COM AÇÃO FOTOPROTETORA, COM
INDICAÇÃO DE AÇÃO PROTETORA INDIVIDUAL PARA O TRABALHO COMO EQUIPAMENTO DE P
ROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI - E/ou COM OUTRAS FINALIDADES ALÉM DE HIDRATAÇÃO E/O
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
MAZA 2000 COMERCIO INDUSTRIAL LTDA 2.02995-8
FLÚOR PREV MAZA SABOR MORANGO
25351.889731/2008-64 2.2995.0009.001-1
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020025 ENXAGUATÓRIO BUCAL COM FLÚOR, ANTIPLACA E ANTI-SÉPTICO
FRASCO PLASTICO PVC
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
NATURELLE IND E COMERCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA 2.00664-1
LOCAO CAPILAR A SLIM
25000.000420/9949- 2.0664.0353.001-1
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020281 LOÇÃO CAPILAR (LÍQUIDA, EMULSIONADA OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LOÇAO EMULSIONADA
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
NIELY DO BRASIL INDUSTRIAL LTDA 2.01154-6
OXIDANTE COR & TON 30 VOLUMES NIELY
25351.134421/2009-87 2.1154.0315.001-4
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
OXIDANTE COR & TON 30 VOLUMES NIELY
25351.134421/2009-87 2.1154.0315.002-2
NOVA IGUAÇU/RJ 05/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020132 ÁGUA OXIGENADA (10 A 40 VOLUMES) (INCLUÍDAS AS CREMOSAS, EXCETO OS PR
ODUTOS DE USO MEDICINAL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
EMULSAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
OWL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.02980-5
FACE & BODY CLEANSER MM SYSTEM
25351.262614/2009-10 2.2980.0050.001-6
ESTADOS UNIDOS 337485098 06/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2010257 LOÇÃO DE LIMPEZA FACIAL EXCETO PARA PELE ACNÉICA (ALCOÓLICAS OU NÃO,
EMULSIONADAS OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
NAO APRESENTA CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO
PERFUMARIA ELANS IND COM EXP E IMP LTDA 2.00274-4
CREME DE RELAXAMENTO E ALISAMENTO LIVE.LIFE
25351.417965/2009-73 2.0274.0287.001-0
TABOÃO DA SERRA/SP 09/2019
PROFISSIONAL 36 Meses
2020150 ALISANTE PARA CABELOS (CREME OU GEL)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
USO PROFISSIONAL
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
PHARMATURA INDUSTRIA DE COSMETICOS LTDA-ME 2.02190-6
GEL PÉ GEL REFRESCANTE PARA OS PÉS E PERNAS FRANCISCO ALVES
25351.147969/2004-26 2.2190.0072.001-6
CAPIVARI/SP 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010255 LOÇÃO PARA OS PÉS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESC
ÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GEL HIGIENIZADOR DE MÃOS COSMÉTICOS PHARMA - 25351.504829/2009-99 2.2190.0142.001-6
CAPIVARI/SP 09/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA LTDA 2.00070-9
MODERATO FLORAL GARNIER
25351.024173/2004-04 2.0070.2564.001-1
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MODERATO ORVALHO GARNIER
25351.024189/2004-17 2.0070.2569.001-7
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MODERATO FRESH GARNIER
25351.024196/2004-19 2.0070.2565.001-5
RIO DE JANEIRO/RJ 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
MODERATO SEM PERFUME GARNIER
25351.024244/2004-61 2.0070.2568.001-1
SÃO PAULO/SP 07/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KIEHL'S FACIAL FUEL ENERGIZING MOISTURE TREATMENT FOR MEN
25351.108669/2009-15 2.0070.3393.001-3
ESTADOS UNIDOS 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
BISNAGA DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KIEHL'S FACIAL FUEL ANTI-WRINKLE CREAM
25351.108676/2009-50 2.0070.3394.001-9
ESTADOS UNIDOS 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020222 CREME PARA RUGAS (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
DERMO EXPERTISE REVITALIFT CLAREADOR
25351.120530/2009-95 2.0070.3402.001-0
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020252 LOÇAO CLAREADORA DE PELE (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU NÃO, INC
LUINDO OS "LEITES")
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
FLUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GARNIER BI O EXTREME 80 MEN
25351.143970/2009-82 2.0070.3417.001-2
RIO DE JANEIRO/RJ 06/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020036 DESODORANTE ANTITRANSPIRANTE / ANTIPERSPIRANTE AXILAR (PERFUMADOS OU
NÃO, SOB A FORMA DE LÍQUIDO, GEL, CREME, SÓLIDO OU AEROSSOL)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
VICHY LIFTACTIV RETINOL HA
25351.276823/2009-11 2.0070.3438.001-7
FRANÇA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
TUBO DE ALUMINIO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
VICHY LIFTACTIV RETINOL HA YEUX
25351.303819/2009-11 2.0070.3433.001-1
FRANÇA 07/2024
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
VICHY LIFTACTIV RETINOL HA YEUX
25351.303819/2009-11 2.0070.3433.001-1
FRANÇA 07/2024
COMERCIAL 36 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
KERASTASE SPÉCIFIQUE STIMULISTE TRAITEMENT ANTI-CHUTE QUOTIDIEN NUTRI-ENÉRGÉTIQUE
25351.321469/2009-41 2.0070.3437.001-1
ESPANHA 08/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020281 LOÇÃO CAPILAR (LÍQUIDA, EMULSIONADA OU NÃO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
VICHY HOMME LIFTACTIV YEUX
25351.344813/2009-13 2.0070.3436.001-6
FRANÇA 07/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020084 CREME PARA A ÁREA DOS OLHOS EXCETO OS DE MAQUIAGEM E/OU AÇÃO HIDRATAN
TE E/OU DEMAQUILANTE
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BIOTHERM SKIN VIVO NUIT
25351.423315/2009-18 2.0070.3459.001-1
FRANÇA 09/2019
COMERCIAL 36 Meses
2020221 CREME OU LOÇÃO PARA O ROSTO COM FOTOPROTETOR DA PELE E/ou COM OUTRAS
FINALIDADES ALÉM DA HIDRATAÇÃO (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
POTE VIDRO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
Proline Indústria e Comércio Ltda 2.03093-8
SABONETE PREMISSE ANTI SÉPTICO CLOREXIDINA
25351.028700/2004-41 2.3093.0016.001-5
CURITIBA/PR 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020003 SABONETE FACIAL E/OU CORPORAL ANTI-SÉPTICO (LÍQUIDO,GEL, CREME OU SÓL
IDO)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
LIQUIDO VISCOSO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PROVIDER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A 2.03134-1
GRECIN 2000
UNICA 25351.108107/2009-10 2.3134.0209.001-4
LOUVEIRA/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020121 TINTURA PROGRESSIVA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
GEL CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
GRECIN 2000 HOMEM
UNICA 25351.108397/2009-99 2.3134.0211.001-5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LOUVEIRA/SP 05/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2020121 TINTURA PROGRESSIVA (LÍQUIDO, GEL, CREME OU SÓLIDO)
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
PUP LYNE COSMÉTICOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME 2.03692-7
GEL MASSAGEADOR DR. GEL COM ARNICA MUNDIAL - 25351.120493/2009-79 2.3692.0010.001-4
SÃO PAULO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2020999 OUTROS PRODUTOS NÃO PREVISTOS - GRAU II
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
REALGEM'S DO BRASIL IND.DE COSMETICO LTDA 2.00873-3
COLÔNIA INFANTIL SEM ÁLCOOL PRINCESS FLORENCE 25351.027576/2004-05 2.0873.0137.001-6
CURITIBA/PR 05/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2020420 COLÔNIAS INFANTIS (HIDROALCOÓLICAS OU NÃO)
FRASCO DE VIDRO
CAIXA DE CARTOLINA
LIQUIDO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
REYMER DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA 2.03489-7
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.001-3
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.002-1
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.003-1
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
SACHE
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.004-8
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO DE PLASTICO
DISPLAY DE CARTOLINA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.005-6
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.006-4
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
CARTUCHO DE CARTOLINA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
ÓLEO HIDRATANTE AGE NUTRI
25351.145013/2009-72 2.3489.0008.007-2
APARECIDA DE GOIÂNIA/GO 06/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010260 ÓLEO AMACIANTE PARA O CORPO COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/
OU REFRESCÂNCIA
FRASCO PLÁSTICO COM VÁLVULA SPRAY
DISPLAY DE CARTOLINA
OLEO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM LOCAL FRESCO
SANTA TEREZINHA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 2.02545-3
BIO TEMPO ILUMINE ESFOLIANTE ENZIMÁTICO EXTRATOS DA TERRA
25351.841110/2008-86 2.2545.0041.001-4
PALHOÇA/SC 07/2019
COMERCIAL 3 Ano(s)
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
POTE DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
BIO TEMPO ILUMINE ESFOLIANTE ENZIMÁTICO EXTRATOS DA TERRA
25351.841110/2008-86 2.2545.0041
PALHOÇA/SC 07/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2021001 ESFOLIANTE QUÍMICO
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
NAO APRESENTA RESTRIÇAO DE USO
CONSERVAR EM LUGAR FRESCO (TEMPERATURA NAO SUPERIOR A 40° C).
SOFISTICATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS LTDA 2.03567-6
GEL MASSAGEADOR ARNICA SOFISTICATTO
25351.147337/2009-41 2.3567.0015.001-9
GOIÂNIA/GO 05/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
GEL MASSAGEADOR ARNICA + ERVA DE SANTA MARIA SOFISTICATTO
25351.147399/2009-16 2.3567.0016.001-4
GOIÂNIA/GO 05/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
GEL MASSAGEADOR ARNICA + GUARANÁ SOFISTICATTO
25351.147432/2009-10 2.3567.0017.001-1
GOIÂNIA/GO 05/2019
COMERCIAL 2 Ano(s)
2010220 CREME PARA AS PERNAS COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFR
ESCÂNCIA (PERFUMADOS OU NÃO, INCLUINDO OS GÉIS)
FRASCO DE PLASTICO
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
GEL
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
SOUSAM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA 2.03113-7
STELAPROTECT CLEANSING FOAM MUSTELA
25351.087493/2009-37 2.3113.0081.001-1
FRANÇA 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020340 LOÇAO DE LIMPEZA/HIGIENIZANTE INFANTIL
FRASCO DE PLASTICO COM VALVULA DOSADORA
PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
MOUSSE
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
COLD CREAM NUTRI PROTECTIVE MUSTELA
25351.087502/2009-56 2.3113.0082.001-7
FRANÇA 05/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020342 CREME PROTETOR INFANTIL
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
STELAPROTECT FACE CREAM MUSTELA
25351.221905/2009-93 2.3113.0085.001-3
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020342 CREME PROTETOR INFANTIL
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM
STELAPROTECT FACE CREAM MUSTELA
25351.221905/2009-93 2.3113.0085.002-1
FRANÇA 06/2019
COMERCIAL 30 Meses
2020342 CREME PROTETOR INFANTIL
TUBO PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
CREME
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CUIDADOS ESPECIAIS DE CONSERVAÇAO INDICADOS NA ROTULAGEM

THERASKIN FARMACEUTICA LTDA. 2.03708-3
AMILIA
25351.126376/2009-18 2.3708.0014.001-0
SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP 05/2019
COMERCIAL 24 Meses
2010253 LOÇÃO PARA O CORPO SEM AÇÃO FOTOPROTETORA DA PELE E COM FINALIDADE EX
CLUSIVA DE HIDRATAÇÃO E/OU REFRESCÂNCIA (ALCOÓLICAS OU NÃO, EMULSIONADAS OU N
ÃO, INCLUINDO OS "LEITES")
BISNAGA DE PLASTICO
CARTUCHO DE CARTOLINA
LOÇAO
2336 Revalidação automática para Registro de produtos Cosméticos
RESTRIÇAO DE USO CONFORME MENCIONADO NA ROTULAGEM
CONSERVAR EM TEMPERATURA AMBIENTE

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 71, de 14-4-2014, Seção 1, pág. 48 e Suplemento, pág. 144, com incorreções no original.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 4.418, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 1.666, de 10 de outubro de 2014; de acordo com os incisos XI e XIII do Art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999; e tendo em vista o disposto no inciso I e no §1º do Art. 6º e no inciso IX e no §1º do Art. 164 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no D.O.U. de 02 de junho de 2014; e considerando o disposto no Art. 23 da Resolução RDC nº 90, de 27 de dezembro de 2007, republicada no D.O.U. de 28 de março de 2008, e suas alterações, resolve:

Art.1º Deferir as petições relativas a produtos fumígenos derivados do tabaco, conforme anexo.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SÍLVIA DE OLIVEIRA SANTOS CAZENAVE

ANEXO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
DICINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE TABACOS LIMITADA.
CNPJ: 10.742.854/0001-05

Marca	Processo	Expediente	Assunto
OSCAR PREMIUM (cigarro com filtro) - embalagens maço e box	25069.153190/2013-65	0725454/14-7	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
VILA RICA BLUE (cigarro com filtro) - embalagens maço e box	25069.153200/2013-10	0724515/14-7	6003 - Renovação de Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

REALITY CIGARS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 07.756.070/0001-13

Marca	Processo	Expediente	Assunto
AFZAL GRAPE PAN TWIST - UVA PAN TWIST (fumo p/ Narguilé) - embalagem com 50g	25351.640871/2014-49	0948491/14-4	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais
AFZAL PAN APPLE SPLASH - PAN MAÇÃ SPLASH (fumo p/ Narguilé) - embalagem com 50g	25351.640846/2014-29	0948466/14-3	6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA Nº 1.252, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 14 SP 18
II - denominação: Hospital Municipal Ermelino Matarazzo Alípio Correa Netto;
III - CNPJ: 46.392.148/0026-78;
IV - CNES: 2082829;
V- endereço: Alameda Rodrigo de Brum, Nº. 1989, Bairro: Ermelino Matarazzo, São Paulo/SP, CEP: 03.807-230.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

RIM: 24.08
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 01 99 SP 03
II - denominação: Fundação Adib Jatene - Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia;
III - CNPJ: 53.725.560-0001-70;
IV - CNES: 2088495;
V- endereço: Avenida Dr. Dante Pazzanese, Nº 500, Bairro: Ibirapuera, São Paulo/SP, CEP: 04.012-180.

I - Nº do SNT: 2 01 00 SP 04
II - denominação: Santa Casa de Misericórdia de Presidente Prudente;
III - CNPJ: 55.344.337/0001-08;
IV - CNES: 2080532;
V- endereço: Rua Wenceslau Braz, Nº 05, Bairro: Vila Euclides, Presidente Prudente/SP, CEP: 19.014-230.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT: 2 01 02 RS 07
II - denominação: Sociedade Beneficência e Caridade de Lajeado-Hospital Bruno Born;
III - CNPJ: 91.162.511/0001-65;
IV - CNES: 2252287;
V- endereço: Avenida Benjamin Constant, Nº 186, Bairro: Centro, Lajeado/RS, CEP: 95.900-000.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de fígado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

FIGADO - 24.09
MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 02 10 MG 05
II - denominação: Irmandade Nossa Senhora das Mercês de Montes Claros;
III - CNPJ: 22.669.931/0001-10;
IV - CNES: 2149990;
V- endereço: Praça Honorato Alves, Nº: 22, Bairro: Centro, Montes Claros/MG, CEP: 39.400-103.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante coração aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CORAÇÃO: 24.11
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 03 99 SP 17
II - denominação: Fundação Adib Jatene - Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia;
III - CNPJ: 53.725.560-0001-70;
IV - CNES: 2088495;
V- endereço: Avenida Dr. Dante Pazzanese, Nº 500, Bairro: Ibirapuera, São Paulo/SP, CEP: 04.012-180.

I - Nº do SNT: 2 03 02 SP 69
II - denominação: Associação do Sanatório Sírio - Hospital do Coração;
III - CNPJ: 60.453.024/0003-90;
IV - CNES: 2081288;
V- endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, Nº 123, Bairro: Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04.000-403.

Art. 5° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07
ALAGOAS

I - Nº do SNT: 2 11 02 AL 02
II - denominação: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes;
III - CNPJ: 24.464.109/2000-29;
IV - CNES: 2006197;
V- endereço: Avenida Lourival Melo Mota, S/Nº, Bairro: Tabuleiro dos Martins, Maceió/AL, CEP: 57.072-900.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 99 RJ 16
II - denominação: Hospital Universitário Pedro Ernesto;
III - CNPJ: 33.540.014/0017-14;
IV - CNES: 2269783;
V- endereço: Avenida 28 de Setembro, Nº. 77, Bairro: Vila Isabel, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.551-900.

I - Nº do SNT: 2 11 00 RJ 06
II - denominação: Hospital São Vicente de Paulo;
III - CNPJ: 18.010.750/0001-00;
IV - CNES: 2270544;
V- endereço: Rua Gonçalves Crespo, Nº. 430, Bairro: Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.270-320.

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT: 2 11 00 DF 06
II - denominação: Oftalmed Núcleo de Diagnose e Microcirurgia Ocular de Brasília Ltda;
III - CNPJ: 37.992.740/0001-61;
IV - CNES: 2779366;
V- endereço: SEPS 714/914, Bloco D, 1° andar, Ed. Sabin, Sala 101, Bairro: Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.390-145.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 11 04 SP 02
II - denominação: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos;
III - CNPJ: 45.186.053/0001-87;
IV - CNES: 2748029;
V- endereço: Rua Dalzoni Ricardo, N°. 620, Bairro: Centro, São José dos Campos/SP, CEP: 12.210-110.

I - Nº do SNT: 2 11 06 SP 11
II - denominação: Hospital Dia Oftalmológico Ltda;
III - CNPJ: 07.242.292/0001-18;
IV - CNES: 3759660;
V- endereço: Rua Joaquim Marques Lisboa, N°. 26, Bairro: Vila Progresso, Jundiaí/SP, CEP: 13.202-170.

I - Nº do SNT: 2 11 02 SP 19
II - denominação: Instituto de Olhos Reynaldo Rezende Ltda;
III - CNPJ: 52.398.161/0001-89;
IV - CNES: 3832295;
V- endereço: Rua Vicente de Carvalho, N°. 662, Bairro: Vila Seixas, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.020-040.

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 11 06 PE 01
II - denominação: SEOPE - Serviço Oftalmológico de Pernambuco Ltda;
III - CNPJ: 35.470.574/0001-08;
IV - CNES: 2354942;
V- endereço: Rua Antônio Gomes de Freitas, N°. 191, Bairro: Ilha do Leite, Recife/PE, CEP: 50.070-080.

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 00 PR 11
II - denominação: Hospital Universitário Regional de Maringá;
III - CNPJ: 79.151.312/0001-56;
IV - CNES: 2587335;
V- endereço: Avenida Mandacaru, N°. 1590, Bairro: Mandacaru, Maringá/PR, CEP: 87.013-240.

Art. 6° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 12 10 SP 16
II - denominação: Hospital 9 de Julho;
III - CNPJ: 60.884. 855/0003-16;
IV - CNES: 2079089;
V- endereço: Rua Peixoto Gomide, Nº. 625, Bairro: Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 00.109-902.

I - Nº do SNT: 2 12 11 SP 24
II - denominação: Associação Beneficente Hospital Universitário;
III - CNPJ: 09.528.436/0001-22;
IV - CNES: 5860490;
V- endereço: Rua Dr. Professor Cecílio Coimbra, Nº. 80, Bairro: Campus Universitário, Marília/SP, CEP: 17.511-330.

Art. 7° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23
SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 2 41 10 SP 21
II - denominação: Fundação Adib Jatene - Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia;
III - CNPJ: 53.725.560-0001-70;
IV - CNES: 2088495;
V- endereço: Avenida Dr. Dante Pazzanese, Nº 500, Bairro: Ibirapuera, São Paulo/SP, CEP: 04.012-180.

I - Nº do SNT: 2 41 07 SP 16
II - denominação: Associação do Sanatório Sírio - Hospital do Coração;
III - CNPJ: 60.453.024/0003-90;
IV - CNES: 2081288;
V- endereço: Rua Desembargador Eliseu Guilherme, Nº 123, Bairro: Paraíso, São Paulo/SP, CEP: 04.000-403.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT: 2 41 08 SC 04
II - denominação: Irmandade do Senhor dos Passos e Imperial Hospital de Caridade;
III - CNPJ: 83.884.999/0001-06;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - CNES: 0019402;
V- endereço: Rua Menino Deus, Nº 376, Bairro: Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88.020-210.

Art. 8° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 14 RJ 25
II - responsável técnico: Aletea Cerqueira Pompei, oftalmologista, CRM 52715905.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 14 SP 56
II - responsável técnico: Meibal Junqueira Piedade, oftalmologista, CRM 131404;
III - membro: Tadeu Cvintal, oftalmologista, CRM 10861;
IV - membro: Leonardo Henrique Ferreira Beraldo, oftalmologista, CRM 104884;
V - membro: Marcelo Luis Occhiutto, oftalmologista, CRM 69439;
VI - membro: Victor Andrigheti Coronado Antunes, oftalmologista, CRM 108193.

Art. 9° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 14 SP 57
II - responsável técnico: Antônio Guilherme Padovani Garofo, ortopedista e traumatologista, CRM 116310.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 14 RJ 26
II - responsável técnico: Fabiano Claudio Pereira, ortopedista e traumatologista, CRM 52741027.

Art. 10 Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 14 SP 58
II - responsável técnico: Maria Cristina de Almeida Macedo, hematologista e hemoterapeuta, CRM 61597;
III - membro: Roberto Luiz da Silva, hematologista e hemoterapeuta, CRM 69825;
IV - membro: Adriana Seber, hematologista e hemoterapeuta, CRM 63195;
V - membro: Priscila dos Reis Carvalho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 146569;
VI - membro: Jayr Schmidt Filho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 127063;
VII - membro: Marina de Mattos Nascimento, hematologista e hemoterapeuta, CRM 131649;
VIII - membro: José Ulysses Amigo Filho, hematologista e hemoterapeuta, CRM 83229;
IX - membro: Lívia Caroline Barbosa Mariano, hematologista e hemoterapeuta, CRM 135006;
X - membro: Érick Menezes Xavier, hematologista e hemoterapeuta, CRM 142596.

Art. 11 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada de órgãos e tecidos à equipe de saúde a seguir identificada:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS

AMAZONAS

I - Nº do SNT 1 71 12 AM 02
II - responsável técnico: Fernando César Façanha Fonseca, cirurgião geral, CRM 2225;
III - membro: Raymison Monteiro de Souza, cirurgião geral, CRM 2001;
IV - membro: Ítalo Valle Cortez, urologista, CRM 4326;
V - membro: Sidney Raimundo Silva Chalub, cirurgião geral, CRM 2811;
VI - membro: Antônio Osman da Silva, cirurgião geral, CRM 4737.

Art. 12 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de rim às equipes de saúde a seguir identificadas:

RIM: 24.08

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 01 99 SP 19
II - responsável técnico: João Cezar Mendes Moreira, nefrologista, CRM 22115;
III - membro: Luiz Fernando Orlandi Saraiva, nefrologista, CRM 66443;
IV - membro: Luciana Cristina Pereira da Silva, nefrologista, CRM 99017;
V - membro: Renata Cristina Barsante Barbosa, nefrologista, CRM 91842;
VI - membro: Walcyr Ferezin Junior, nefrologista, CRM 66508;
VII - membro: Ademar Pessoa Ferreira Junior, urologista, CRM 114083;
VIII - membro: João Ferreira Neves Neto, urologista, CRM 97258;
IX - membro: Juliano Chrystian Mello Offerni, urologista, CRM 115538;
X - membro: Mário Nogueira Junior, urologista, CRM 78501;
XI - membro: Maurício Costa Manso de Almeida, urologista, CRM 104026;
XII - membro: Rodrigo Batista Alcântara, urologista, CRM 94905;
XIII - membro: Sérgio Félix Ximenes, urologista, CRM 76085;
XIV - membro: Aline Daiane Carnevalle Carneiro, nefrologista, CRM 119927.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 02 RS 23
II - responsável técnico: Ernany Vicente Bender Junior, urologista, CRM 7879;
III - membro: Nara Regina Lessa Pimentel, nefrologista, CRM 10603;
IV - membro: Douglas Bohnenberger, urologista, CRM 21844;
V - membro: Vinicius Lourega Pletsch, cirurgia vascular, CRM 26999;
VI - membro: Luiz Paulo Ely, anestesiologista, CRM 11795;
VII - membro: João Batista Petracco, cirurgião vascular e cardiovascular, CRM 4156;
VIII - membro: Gibran Rashad Muslih Ahmad, cirurgião vascular e angeologista, CRM 20898;
IX - membro: Márcia Beatriz Hexsel Abichequer, nefrologista, CRM 11912;
X - membro: Aline Almeida Heck, cirurgiã geral e cardiovascular, CRM 31633;
XI - membro: Juliana Lessa Mariante Pimentel, nefrologista, CRM 31951.

Art. 13 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 03 99 SP 18
II - responsável técnico: Paulo Chaccur, cirurgião cardiovascular, CRM 22868;
III - membro: Carlos Alberto Mendez Contreras, cirurgião cardiovascular, CRM 138791;
IV - membro: Marco Aurélio Finger, cardiologista, CRM 84388;
V - membro: João Manoel Rossi Neto, cardiologista, CRM 61434;
VI - membro: Hélio Maximiano de Magalhães, cardiologista, CRM 9737;
VII - membro: Alessandro Wasum Mariani, cirurgião torácico, CRM 116960;
VIII - membro: Gretel Oliveira Nicolau, anestesiologista, CRM 101884;
IX - membro: Emerson Domingos da Costa, anestesiologista, CRM 87264;
X - membro: Caio Bottini Cruz, cirurgião cardiovascular, CRM 111900;
XI - membro: Raiane Pereira, cirurgiã cardiovascular, CRM 109228;
XII - membro: Antônio Flávio Sanchez de Almeida, cirurgião cardiovascular, CRM 60076;
XIII - membro: Carolina Casadei dos Santos, cardiologista, CRM 127011;
XIV - membro: Daniel Chagas Dantas, cirurgião cardiovascular, CRM 111634.

Art. 14 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 97
II - responsável técnico: Luciano Bertolini Andrade, oftalmologista, CRM 103125.

I - Nº do SNT 1 11 02 SP 196
II - responsável técnico: Marcus Casarin Comegno, oftalmologista, CRM 070628.

I - Nº do SNT 1 11 00 SP 13
II - responsável técnico: Reinaldo Luiz de Oliveira Resende, oftalmologista, CRM 20313.

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 09 RJ 15
II - responsável técnico: Renata Attanasio de Rezende Bisol, oftalmologista, CRM 52669270.

I - Nº do SNT 1 11 10 RJ 17
II - responsável técnico: Ana Carolina Vieira Medina Coeli, oftalmologista, CRM 52739588.

I - Nº do SNT 1 11 99 RJ 03
II - responsável técnico: Marisa Florence, oftalmologista, CRM 52477766;
III - responsável técnico: Ana Carolina Vieira Medina Coeli, oftalmologista, CRM 52739588;
IV - responsável técnico: Rodrigo Carvalhosa Ramos, oftalmologista, CRM 52660906;

I - Nº do SNT 1 11 09 RJ 18
II - responsável técnico: Tiago Bisol, oftalmologista, CRM 52715808.

I - Nº do SNT 1 11 02 RJ 04
II - responsável técnico: Tiago Bisol, oftalmologista, CRM 52715808;
III - responsável técnico: Flávio Rezende Dias, oftalmologista, CRM 52108134;
IV - responsável técnico: Renata Attanasio de Rezende Bisol, oftalmologista, CRM 52669270.

DISTRITO FEDERAL

I - Nº do SNT 1 11 00 DF 04
II - responsável técnico: Sérgio Elias Saraiva, oftalmologista, CRM 6410.

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 11 06 PE 01
II - responsável técnico: Luiz Felipe Lynch de Moraes, oftalmologista, CRM 14634;
III - responsável técnico: Candido Nobre dos Santos Filho, oftalmologista, CRM 14303;
IV - responsável técnico: Sandro José Lopes Cavalcanti, oftalmologista, CRM 10002.

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 12 PR 10
II - responsável técnico: Ricardo Eizi Tokunaga, oftalmologista, CRM 22355;
III - responsável técnico: Nilson Didoni, oftalmologista, CRM 6835.

Art. 15 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético à equipe de saúde a seguir identificada:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 11 SP 35
II - responsável técnico: Vitor Barion Castro de Padua, ortopedista e traumatologista, CRM 115962;
III - membro: Rogério Silveira Miguel, ortopedista e traumatologista, CRM 86892;
IV - membro: Carlos Henrique Bertoni Reis, ortopedista e traumatologista, CRM 120868.

Art. 16 Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana às equipes de saúde abaixo identificadas:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 41 08 SP 12
II - responsável técnico: Paulo Chaccur, cirurgião cardiovascular, CRM 22868;
III - membro: Hélio Maximiano Magalhães, cardiologista, CRM 9737;
IV - membro: Marco Aurélio Finger, cardiologista, CRM 84388.

SANTA CATARINA

I - Nº do SNT 1 41 08 SC 05
II - responsável técnico: Everton Luz Varella, cirurgião cardíaco, CRM 4262;
III - membro: Frederico José Di Giovanni, cirurgião cardíaco, CRM 5685;
IV - membro: Carin Cirila Fontana, cirurgião cardíaco, CRM 6600;
V - membro: Anderson Dietrich, cirurgião cardíaco, CRM 10334.

Art. 17 As renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, terão validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 5º, 6º, 7º e 8º do art. 8º do Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 18 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1.253, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Renova a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde para realização dos exames de histocompatibilidade.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.312/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 1.313/GM/MS, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que define em seu Anexo XVII o Regulamento Técnico dos Laboratórios de Histocompatibilidade e Imunogenética - LHI;

Considerando a Portaria nº 835/SAS/MS, de 16 de agosto de 2012, que concede autorização ao estabelecimento de saúde constante desta Portaria, para a realização de exames de histocompatibilidade;

Considerando a Portaria nº 844/GM/MS, de 2 de maio de 2012, que estabelece a manutenção regulada do número de doadores no Registro Brasileiro de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e que define em seu Art. 4º que todos os laboratórios de Imunologia e Histocompatibilidade autorizados pela CGSNT/DAHU/SAS/MS deverão realizar recadastramento junto à referida Coordenação-Geral; e

Considerando a análise favorável da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, em cujo âmbito de atuação se encontra o estabelecimento de saúde, resolve:

Art. 1º Fica renovada a autorização e habilitação do estabelecimento de saúde a seguir, para realização dos exames de histocompatibilidade Tipo II, relacionados na Portaria nº 1.314/GM/MS, de 30 de novembro de 2000.

CÓDIGO: 24.18 - Exames de histocompatibilidade através de sorologia e ou biologia molecular - Tipo II

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunologia de Transplante de Uberlândia	CNPJ: 03.922.013/0001-06 CNES: 2152975

Art. 2º Fica recadastrado o estabelecimento de saúde a seguir relacionado para realização do exame de histocompatibilidade relativo à identificação de doador voluntário de medula óssea - 05.01.01.005-0 - Identificação de doador não aparentado de células-tronco hematopoéticas 1ª fase (por doador tipado).

CÓDIGO: 24.25 - Cadastramento de doadores voluntários de medula óssea e outros precursores hematopoéticos.

MINAS GERAIS

RAZÃO SOCIAL	
Laboratório de Imunologia de Transplante de Uberlândia	CNPJ: 03.922.013/0001-06 CNES: 2152975

Art. 3º A renovação de autorização concedida por meio desta Portaria terá validade pelo prazo de dois anos, renovável por períodos iguais e sucessivos, em conformidade com o estabelecido na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009.

Art. 4º O recadastramento concedido por meio desta Portaria terá validade pelo prazo de dois anos a contar desta publicação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1.254, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Concede renovação de autorização ao banco de Tecido ocular Humano para estabelecimento de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, e na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009;

Considerando a Resolução - RDC Nº 67, de 30 de setembro de 2008;

Considerando a avaliação da Secretaria de Estado da Saúde;

Considerando a licença de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Local; e

Considerando a análise técnica da Secretaria de atenção à Saúde - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência/Coordenação Geral do Sistema Nacional de Transplantes, resolve:

Art. 1º Fica concedida renovação de autorização aos Bancos de Tecido Ocular Humano dos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

BANCO DE TECIDO OCULAR HUMANO: 24.13

MATO GROSSO DO SUL

I - Nº do SNT 3 51 06 MS 02
II - denominação: Banco de Tecidos Oculares da Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa;
III - CNPJ: 03.276.524/0001-06; IV - CNES: 0009717; V- endereço: Rua Eduardo Santos Pereira, Nº. 88, Bairro: Centro, Campo Grande/MS - CEP: 79.002-924.

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 3 51 12 MG 11
II - denominação: Banco de Tecidos Oculares do Hospital Bom Samaritano;
III - CNPJ: 22.709.109/0002-16; IV - CNES: 2118661; V- endereço: Rua Nízio Peçanha Barcelos, Nº. 1567, Bairro: Vila Isa, Governador Valadares/MG - CEP: 35.044-080.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1.255, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Inclui membros nas equipes de transplante habilitadas pelas Portarias nº 332/SAS/MS, de 24 de abril de 2014, nº 225/SAS/MS, de 26 de março de 2014, nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, e nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997, na Portaria nº 2.600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009, que aprova o regulamento técnico do Sistema Nacional de Transplantes (SNT), e tudo no que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 332/SAS/MS, de 24 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 78, de 25 de abril de 2014, Seção 1, página 36, os membros a seguir conforme nº do SNT 1 12 14 PR 02:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 12 14 PR 02 II - membro: Márcio Martins Vidor, ortopedista e traumatologista, CRM 23274; III - membro: Marlus Eduardo Gunia Schiavon, ortopedista e traumatologista, CRM 19501; IV - membro: Bruno Sbrissia, ortopedista e traumatologista, CRM 23851; V - membro: Carlos Henrique Ramos, ortopedista e traumatologista, CRM 13098; VI - membro: Willian Jurjus Yousef, ortopedista e traumatologista, CRM 13098; VII - membro: Rogério Fuchs, ortopedista e traumatologista, CRM 6294; VIII - membro: Fabiano Kupczik, ortopedista e traumatologista, CRM 16893; IX - membro: Thiago Fuchs, ortopedista e traumatologista, CRM 24871; X - membro: Lucas Pinto D'Amico, ortopedista e traumatologista, CRM 24879; XI - membro: Leonardo Oliveira Nobre, ortopedista e traumatologista, CRM 21967; XII - membro: Adriano de Araujo Karpstein, ortopedista e traumatologista, CRM 15995; XIII - membro: Fernando Ribeiro de Oliveira, ortopedista e traumatologista, CRM 16194.

Art. 2º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 225/SAS/MS, de 26 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 59, de 27 de março de 2014, Seção 1, página 39, os membros a seguir conforme nº do SNT 1 11 00 MG 01:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT 1 11 00 MG 01 II - responsável técnico: Paulo Henrique de Lima Soares, oftalmologista, CRM 44183.

Art. 3º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 12 de setembro de 2014, Seção 1, página 70, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 01 08 RS 03:

RIM: 24.08

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 01 08 RS 03 II - responsável técnico: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685.

Art. 4º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 852/SAS/MS, de 10 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 12 de setembro de 2014, Seção 1, página 70, o membro a seguir conforme nº do SNT 1 31 14 RS 01:

RIM/PÂNCREAS: 24.05

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 31 14 RS 01 II - responsável técnico: José Alberto Rodrigues Pedroso, nefrologista, CRM 25685.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1.256, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Habilita número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa) e altera número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo) de estabelecimentos de saúde.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) a Rede Cegonha;

Considerando a Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, que define os critérios de classificação e habilitação de leitos de Unidades Neonatal;

Considerando o Plano de Ação Regional do respectivo Estado; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar - DAHU/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Canguru (UCINCa) do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
0027022	Hospital Julia Kubitschek - FHEMIG - Belo Horizonte/MG	
28.03		03

CNES	Hospital	Nº leitos
2192896	Hospital Municipal Odilon Bherens - Belo Horizonte/MG	
28.03		05

CNES	Hospital	Nº leitos
2761203	Hospital Nossa Senhora da Saúde - Diamantina - MG	
28.03		01

Art. 2º Fica alterado, no âmbito da Rede Cegonha, o número de leitos da Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional (UCINCo), do hospital a seguir relacionado:

CNES	Hospital	Nº leitos
0026794	Hospital Sofia Feldman - FHEMIG - Belo Horizonte/MG	
28.02		30

CNES	Hospital	Nº leitos
2134276	Hospital São Vicente de Paulo - Araçuaí/MG	
28.02		05

CNES	Hospital	Nº leitos
2761203	Hospital Nossa Senhora da Saúde - Diamantina - MG	
28.02		03

Art. 3º Os efeitos financeiros destas habilitações estão contemplados nas Portarias nº 3.062/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, e Portaria nº 1.228/GM/MS, de 13 de junho de 2012, que aprovam, respectivamente, as Etapas I e II do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado de Minas Gerais e aloca recursos.

Art. 4º As referidas unidades poderão ser submetidas à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria nº 930/GM/MS, de 10 de maio de 2012, terão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 12 de novembro de 2014

Processo n.º 25000.127775/2007-37
Interessado: DIONE BATISTA LARA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso II da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DIONE BATISTA LARA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 07.985.586/0001-30, localizada no Município de ITIRAPUA/SP, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

Processo n.º 25000.140387/2010-47
Interessado: DROGARIA J. G. LTDA - ME
Assunto: Solicitação de descredenciamento do Programa Farmácia Popular - Sistema Co-pagamento.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pelo artigo 42, Inciso I da Portaria 971/2012, à vista da conclusão jurídica após irregularidades apresentadas pelo estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa DROGARIA J. G. LTDA - ME inscrita no CNPJ sob o n.º 07.665.438/0001-38, localizada no Município de ITAPEMIRIM/ES, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 398, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Acrescenta o artigo 11-A ao texto da Portaria nº 11/SGTES/MS, de 13 de agosto de 2013 e estende aos enfermeiros e cirurgiões-dentistas participantes do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) o disposto nos artigos 10 e 10-A da referida portaria.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE TRABALHO E DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 55, Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013 e do art. 3º da Portaria Interministerial nº 2.087/MS/MEC, de 21 de setembro de 2011, resolve:

Art.1º. Fica acrescentado o artigo 11-A a Portaria nº 11/SGTES/MS, de 13 de agosto de 2013, com a seguinte redação:

"Art. 11-A. Fica assegurado ao participante do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) o direito a 30 (trinta dias) de repouso dentro do ano de atividade, respeitando a escala definida pelo gestor municipal e pelo supervisor designado."

Art. 2º Aplica-se o disposto nos artigos 10 e 10-A da Portaria nº 11/SGTES/MS, de 13 de agosto de 2013, com redação da Portaria nº 21/SGTES/MS, de 18 de setembro de 2013, a todos os profissionais enfermeiros e cirurgiões-dentistas participantes do PROVAB.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 266, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n. 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n. 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005303/2004, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE BIRIGUI LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Birigui, estado de São Paulo, serviço esse outorgado anteriormente por meio da Portaria MVOP nº 492, de 31 de maio de 1948, e renovada pelo Decreto de 6 de novembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 7 de novembro de 1997, referendado pelo Decreto Legislativo nº 77, de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2001.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 439, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005383/2014-82, resolve:

Art. 1º Extinguir, a pedido da Empresa Brasil de Comunicação S.A., a consignação referente ao canal/frequência 9705 KHz , no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 448, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no art. 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.005397/2014-04, resolve:

Art. 1º Extinguir, a pedido da Empresa Brasil de Comunicação S.A., a consignação para a execução do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens referente ao canal 40, do Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Velho, estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 1.519, DE 23 DE SETEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Decreto no 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto no 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do processo no 53000.008287/2002-52, resolve:

Art. 1o Outorgar permissão à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Belém, estado do Pará.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2o Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3o, da Constituição.

Art. 3o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 27 DE OUTUBRO DE 2014

Nº 335/2014-CD - Processo nº 53500.018840/2014

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 761, de 23 de outubro de 2014. Recorrente/Interessado: HERBERT TEIXEIRA DE OLIVEIRA (CPF/MF nº 277.662.498-04)

EMENTA: RADIOAMADOR. CERTIFICADO DE OPERADOR DE ESTAÇÃO DE RADIOAMADOR. COER. TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO AUDITIVA DE SINAIS EM CÓDIGO MORSE. TELEGRAFIA. DISPENSA DE EXAME DE QUALIFICAÇÃO. 1. Candidatos para obtenção do COER, que sejam portadores de deficiências físicas, moléstias contagiosas ou acometidos de males que lhes impeçam a livre movimentação têm direito a bancas examinadoras especiais, podendo os testes, considerando a característica da deficiência, ser adaptados quanto à forma, à natureza e ao conteúdo. 2. Indeferir o requerimento de dispensa do exame de proficiência em telegrafia, ressaltando que é possível a ascensão da classe "C" para a "B" com a realização de testes adaptados ao requerente portador de grave patologia, seja na forma, natureza ou conteúdo.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 112/2014-GCJV, de 15 de outubro de 2014, integrante deste acórdão, indeferir o requerimento de dispensa do exame de proficiência em telegrafia, ressaltando que é possível a ascensão da classe "C" para a "B" com a realização de testes adaptados ao requerente portador de grave patologia, seja na forma, natureza ou conteúdo.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 14 de março de 2014

Processo nº 53524.001059/2008

Nº 1.252 - O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela NET Serviços de Comunicação S.A., CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65, prestadora do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), na condição de sucessora, por incorporação, da Net Belo Horizonte Ltda., CNPJ/MF nº 38.738.308.0001-01, à época da ocorrência dos fatos concessionária do Serviço de TV a Cabo na área de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) em epígrafe, considerando o Informe nº 45/2014-COQL, de 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Retratar parcialmente a decisão exarada por meio do Ato nº 2.084, de 8 de abril de 2011, nos termos do art. 115, §§ 7º e 8º, do Regimento Interno da Anatel, para que seja alterado o valor total da multa de R$ 270.688,60 (duzentos e setenta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos) para R$ 248.789,40 (duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos), em razão da descaracterização da infração ao art. 10, § 2º, do Plano Geral de Metas de Qualidade para os Serviços de Televisão por Assinatura (PGMQ - Televisão por Assinatura), aprovado pela Resolução nº 411, de 14 de julho de 2005.

Em 7 de novembro de 2014

Processo nº 53500.011649/2009

Nº 6.082 - O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no exercício das atribuições conferidas pelos artigos 158 e 200 do Regimento Interno desta Agência, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, considerando o que dispõem os itens 6.5 a 6.10, e seus subitens, do Edital nº 001/2007/SPV-Anatel, decidiu:

a) ATESTAR o cumprimento dos Compromissos de Abrangência referentes aos municípios constantes dos lotes abaixo listados, que fazem parte do rol de obrigações do Edital de Licitação nº 001/2007/SPV - Anatel e dos Termos de Autorização e aditivos decorrentes da referida licitação, pela TNL PCS S/A, CNPJ nº 04.164.616/0001-59, conforme exposição técnica contida no Informe n.º 555/2014-COUN2/COUN, de 31 de outubro de 2014.

Item do Edital	Lotes	N.º de municípios	Municípios atendidos	Valor Atestado
4.1 - Item III	1	8	Americana, Bauru, Guarujá, Hortolândia, Jacareí, Limeira, Marília e Piracicaba (SP).	R$ 5.597.001,33
	2	1	Franca (SP)	R$ 514.423,33
4.1 - Item IV	1	16	Americana, Bauru, Guarujá, Hortolândia, Jacareí, Limeira, Marília, Piracicaba, Praia Grande, Presidente Prudente, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São Vicente, Sumaré e Taubaté (SP).	R$ 11.194.002,67
	2	1	Franca (SP)	R$ 1.028.846,67
	7	1	Itapevi (SP)	R$ 621.572,59
	24 e 25	2	Marabá e Santarém (PA)	R$ 354.992,73
	34 a 37	1	Itapevi (SP)	R$ 819.698,92
	93	2	Ilhéus e Itabuna (BA)	R$ 155.458,67
	104 e 105	1	Arapiraca (AL)	R$ 232.377,33
4.1 - Item V	7	34	Araçatuba, Araras, Atibaia, Barretos, Birigui, Botucatu, Bragança Paulista, Catanduva, Cotia, Cubatão, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Indaiatuba, Itapecerica da Serra, Itapetininga, Itu, Jandira, Jaú, Mogi Guaçu, Ourinhos, Pindamonhangaba, Poá, Ribeirão Pires, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara d'Oeste, Santana de Parnaíba, São Caetano do Sul, Sertãozinho, Tatuí, Várzea Paulista e Votorantim (SP).	R$ 31.700.202,22
	24 e 25	12	Parintins (AM); Santana (AP); Açailândia, Caxias, Codó, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Timon (MA); Abaetetuba, Bragança, Castanhal e Marituba (PA).	R$ 3.194.934,55
4.1 - Item V	34 a 37	15	Atibaia, Bragança Paulista, Cotia, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapecerica da Serra, Itu, Jandira, Poá, Ribeirão Pires, Salto, Santana de Parnaíba, São Caetano do Sul e Várzea Paulista (SP).	R$ 18.443.225,81
	52 a 57	5	Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guarapari, Linhares e São Mateus (ES).	R$ 2.619.583,33
	93	2	Barreiras e Teixeira de Freitas (BA)	R$ 233.188,00
	98 e 99	1	Nossa Senhora do Socorro (SE)	R$ 304.240,00
	104 e 105	3	Santa Rita (PB); Parnaíba (PB) e Parnamirim (RN).	R$ 1.045.698,00
TOTAL				R$ 78.059.446,15

b) DETERMINAR a apresentação pela TNL PCS S/A de garantias para os compromissos não cumpridos do Edital n.º 001/2007/SPV-ANATEL, conforme valores indicados na tabela abaixo:

Lote	Valor da Garantia
1	R$ 20.988.755,00
31	R$ 7.992.064,52
24	R$ 221.870,45

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

25	R$ 221.870,45
93	R$ 1.204.804,67
98	R$ 152.120,00
99	R$ 152.120,00
100	R$ 304.240,00
TOTAL	R$ 31.237.845,09

c) Caso a ANATEL constate, a qualquer tempo, irregularidades ou alteração das condições descritas nos documentos enviados para a Agência pela AUTORIZADA, ou detecte, supervenientemente, pela fiscalização ou por outros meios, eventual descumprimento dos atendimentos descritos na documentação, inclusive no que se refere à escolha de municípios, forma e prazos: c.1) DETERMINAR a apresentação pela TNL PCS S/A de nova garantia referente aos Compromissos de Abrangência para os quais esta alegou o cumprimento integral, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, previstas na legislação pertinente, no Edital n.º 001/2007/SPV-ANATEL e Termos de Autorização correlatos. c.2) EMITIR declaração de que a prestadora responsável pela irregularidade encontra-se inadimplente com a regulamentação editada pela Anatel.

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 8.448, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

Processo nº 53000.022843/2013- Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu - FM - Itaúna/MG - homologa a transferência do local do estúdio principal.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

ATO Nº 8.662, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.084311/2006 - Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda - FM - Itambacuri/MG - Canal 292 - retifica o Ato n.º 8187, de 14 de outubro de 2014, onde se lê: "0,25 kW", leia-se: "1,0 kW".

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

ATO Nº 8.729, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) WD AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 01.105.558/0001-02 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 8.987, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Prorrogar o uso de radiofreqüência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0793-79 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA
KATAVATIS NEVES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 8.887, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000194/02. SOCIEDADE VALE DE COMUNICAÇÕES LTDA. - FM - Balneário Piçarras/SC - Canal 252. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.889, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000180/02. S.R.S. COMUNICAÇÕES LTDA-FM-São João Batista/SC-Canal 296. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.891, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53740.000601/00. ESTUDIO TUNAPORA DE COMUNICAÇÕES LTDA - OM - Tunápolis/SC - Frequência 1260 kHz. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.903, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53500.010582/2014. Expede autorização à JORGE MORGADO - ME, CNPJ/MF nº 12.726.555/0001-02, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.968, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Picos/PI - Canal 7^{-}. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.969, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Altos/PI - Canal 8. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.970, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Amarante (Serra das Araras)/PI - Canal 3^{+}. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.971, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Batalha/PI - Canal 8^{-}. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.972, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Elesbão Veloso (Mocambo)/PI - Canal 11^{+}. Autoriza o Uso d e Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.973, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV-Esperantina/PI-Canal 11. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.990, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- José de Freitas/PI - Canal 8. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.991, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Luís Corrêia/PI- Canal 5-. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.994, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA - RTV- Oeiras/PI - Canal 4. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.995, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Parnaíba/PI - Canal 7+. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.996, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Pedro II/PI - Canal 4. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.997, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- Piripiri/PI - Canal 12^{-}. Autoriza Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.998, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 29115.000069/1990.JET RADIODIFUSÃO LTDA-RTV- União/PI-Canal 4. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.980, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Autorizar ADP3 TELECOMUNICACOES LTDA., CNPJ nº 13.954.560/0001-27 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de São Paulo/SP, , no período de 17/11/2014 a 31/12/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.982, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo n° 53000.025015/2007 - SISTEMA MERIDIONAL DE RADIODIFUSAO LTDA - CNPJ 90.558.222.0001-17 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada FM Camaqua/RS - Canal nº 254 - Autoriza novas características técnicas

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 8.992, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo n.º 53500.019381/2012 - Expande a área de execução do Serviço Limitado Privado, autorizado pelo Ato nº 7.252, de 04/12/2012, publicado no D.O.U. em 07/12/2012, à ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A, CNPJ/CPF 02.359.572/0004-30, de interesse restrito, para uso próprio, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação do serviço todo território nacional. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s), à(ao) ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A, CNPJ nº 02.359.572/0004-30, associada à autorização do Serviço Limitado Privado, na aplicação móvel privado, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, até 07/12/2032, em caráter precário, prorrogável uma única vez, por igual período e de forma onerosa.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO Nº 8.993, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo n° 53000.014551/2005 - TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S/A - Serviço Ancilar de Retransmissão de Televisão - Carazinho/RS - Canal nº 32 - Autoriza novas características técnicas

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.000, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Autorizar GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ nº 27.865.757/0001-02 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, , no período de 13/11/2014 a 16/11/2014.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.003, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.045943/08. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTV - Caxias do Sul/RS - Canal 55-. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.004, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.045944/08. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTV - Pelotas/RS - Canal 40. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.006, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.008505/06. TELEVISÃO URBANA LTDA - RTV - Porto Alegre/RS - Canal 55. Autoriza o Uso de RF.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.009, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.045946/08. EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A - RTV - Chapecó/SC - Canal 14. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.010, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.005376/02. BOA SORTE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTV - Colinas do Tocantins/TO - Canal 5. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

ATO Nº 9.011, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Processo nº 53000.026223/05. SENADO FEDERAL - RTV - Palmas/TO - Canal 43. Autoriza o Uso de Radiofreqüência.

MARCONI THOMAZ DE SOUZA MAYA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 7487, de 03 de setembro de 2014, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 73, do dia 5 de setembro de 2014, retifica-se conforme abaixo:

Onde se lê: "tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, excetuando os Setores 31, 32 e 34 da Região III do Anexo II do Plano Geral de Outorgas, já autorizados por meio do Ato n.º 33.791 de 14 de fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2003"

Leia-se: "tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, excetuando o Setor 31 da Região III do Anexo II do Plano Geral de Outorgas - PGO, aprovado pelo Decreto n.º 6.654, de 20 de novembro de 2008, que corresponde aos Setores 31, 32 e 34 do anterior PGO, já autorizado por meio do Ato n.º 33.791, de 14 de fevereiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União de 18 de fevereiro de 2003"

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.160, DE 5 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.027214/2013-12, resolve:

Art. 1º Consignar à TV COMUNITÁRIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de APARECIDA DE GOIÂNIA/GO, o canal 27 (vinte e sete), correspondente à faixa de frequência de 548 a 554 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

PORTARIA Nº 1.268, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.019262/2013-37, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de RIO DE JANEIRO/RJ?, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA BRITO DE AVILA

SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 2.356, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram concedidas pela Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012, publicada do D.O.U. de 15 seguinte, pela Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013, publicada do D.O.U. de 11 seguinte, alterada pela Portaria MC nº 222, de 25 de julho de 2013, publicada do D.O.U. de 26 seguinte e na Portaria STE nº 2, de 26 de agosto de 2013, publicada do D.O.U. de 28 seguinte, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta da pessoa jurídica HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob nº 02.975.504/0001-52, de atendimento ao pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no Brasil no âmbito do Programa de Inclusão Digital para telefones portáteis do tipo "smartphone", de que trata a Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013 e alterações, e a Portaria STE nº 2, de 26 de agosto de 2013, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A fruição da desoneração fiscal está condicionada ao cumprimento do disposto no art. 2º da Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013 e alterações.

Art. 3º Os autos eletrônicos dessa proposta ficarão disponíveis neste Ministério para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDER EUSTAQUIO ALVES

ANEXO

Pessoa Jurídica		HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA	
CNPJ		02.975.504/0001-52	
Quantidade de aplicativos aprovados		8 (oito)	
	#Aplicativo	Categoria	Desenvolvedor
1	Taxi Já	Utilidades	MOBINOV SOLUCOES S.A.
2	Curso de Bolso	Educação	IT GAMES COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - EPP
3	Alfabeto Smartkids	Educação	WEBCORE SERVICOS LTDA - EPP
4	Histórias Smartkids	Educação	WEBCORE SERVICOS LTDA - EPP
5	Quebra-Cabeças Smartkids	Educação	WEBCORE SERVICOS LTDA - EPP
6	Vamos Colorir Smartkids	Educação	WEBCORE SERVICOS LTDA - EPP
7	Vamos Contar Smartkids	Educação	WEBCORE SERVICOS LTDA - EPP
8	Baidu Navegador	Navegador	BAIDU BRASIL INTERNET LTDA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade
Francisco Joseli Parente Camelo	Aviso 307-CH/GSI/PR	Presidência da República	30/06/2015
Luiz Albert Pereira Bianchi	Aviso 307-CH/GSI/PR	Presidência da República	30/06/2015
Edson Fernando da Costa Guimarães	Aviso 307-CH/GSI/PR	Presidência da República	30/06/2015
Emílio Carlos Ambrogi	Aviso 307-CH/GSI/PR	Presidência da República	30/06/2015
Márcio Rodrigues Pereira	Aviso 307-CH/GSI/PR	Presidência da República	30/06/2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3.º da Portaria n.º 98, de 24 de janeiro de 2011, resolve:

Conceder passaportes diplomáticos, com base no art. 6.º, § 3.º, do Decreto 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nome	Expediente de solicitação	Órgão	Validade
Paulo Speller	Ofício BR/NV n. 2014/12, de 09 de outubro de 2014.	Organização dos Estados Ibéroamericanos	5 anos
Maria Augusta Rondas Speller	Ofício BR/NV n. 2014/12, de 09 de outubro de 2014.	Organização dos Estados Ibéroamericanos	5 anos

LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 603, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 7º, 43 e 47, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo DNPM nº 48403.830.374/1995, resolve:

Art. 1º Outorgar à Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., concessão para lavrar Minério de Fosfato, nos Municípios de Cruzeiro da Fortaleza, Patrocínio e Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, numa área de 982,01 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°01'30,066"S/46°44'21,778"W; 19°03'28,059"S/46°44'21,783"W; 19°03'28,063"S/46°44'56,877"W; 19°03'15,078"S/46°44'56,880"W; 19°03'15,074"S/46°44'39,780"W; 19°02'10,029"S/46°44'39,798"W; 19°02'10,043"S/46°45'48,194"W; 19°01'53,782"S/46°45'48,197"W; 19°01'53,784"S/46°46'05,295"W; 19°03'15,087"S/46°46'05,284"W; 19°03'15,093"S/46°47'30,788"W; 19°03'28,479"S/46°47'30,787"W; 19°03'28,479"S/46°47'30,845"W; 19°03'08,858"S/46°47'30,845"W; 19°03'08,858"S/46°47'30,800"W; 19°02'42,622"S/46°47'30,800"W; 19°02'42,617"S/46°46'05,346"W; 19°02'42,184"S/46°46'05,346"W; 19°02'42,184"S/46°46'05,301"W; 19°01'24,888"S/46°46'05,312"W; 19°01'24,885"S/46°45'46,584"W; 19°01'36,590"S/46°45'46,582"W; 19°01'36,583"S/46°45'09,650"W; 19°01'36,144"S/46°45'09,650"W; 19°01'36,144"S/46°45'09,629"W; 19°00'31,542"S/46°45'09,635"W; 19°00'31,530"S/46°44'21,796"W; 19°01'30,066"S/46°44'21,778"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°01'30,066"S e Long. 46°44'21,778"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3628,0m-S; 1026,2m-W; 399,3m-N; 500,0m-E; 2000,0m-N; 2000,2m-W; 500,0m-N; 500,0m-W; 2499,9m-S; 2500,2m-W; 411,6m-S; 1,7m-W; 603,3m-N; 1,3m-E; 806,7m-N; 2498,5m-E; 13,3m-N; 1,3m-E; 2376,7m-N; 547,6m-E; 359,9m-S; 1079,9m-E; 13,5m-N; 0,6m-E; 1986,4m-N; 1399,0m-E; 1799,9m-S.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. A outorga objeto desta Portaria fica condicionada à anuência de seu Titular a Termo de Compromisso, na forma do Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO

A Empresa Galvani Indústria, Comércio e Serviços S.A., interessada na outorga da concessão para lavrar Minério de Fosfato, nos Municípios de Cruzeiro da Fortaleza, Patrocínio e Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais, numa área de 982,01 hectares, delimitada por um Polígono que tem seus Vértices coincidentes com os Pontos de Coordenadas Geodésicas descritos a seguir (Lat/Long): 19°01'30,066"S/46°44'21,778"W; 19°03'28,059"S/46°44'21,783"W; 19°03'28,063"S/46°44'56,877"W; 19°03'15,078"S/46°44'56,880"W; 19°03'15,074"S/46°44'39,780"W; 19°02'10,029"S/46°44'39,798"W; 19°02'10,043"S/46°45'48,194"W; 19°01'53,782"S/46°45'48,197"W; 19°01'53,784"S/46°46'05,295"W; 19°03'15,087"S/46°46'05,284"W; 19°03'15,093"S/46°47'30,788"W; 19°03'28,479"S/46°47'30,787"W; 19°03'28,479"S/46°47'30,845"W; 19°03'08,858"S/46°47'30,845"W; 19°03'08,858"S/46°47'30,800"W; 19°02'42,622"S/46°47'30,800"W; 19°02'42,617"S/46°46'05,346"W; 19°02'42,184"S/46°46'05,346"W; 19°02'42,184"S/46°46'05,301"W; 19°01'24,888"S/46°46'05,312"W; 19°01'24,885"S/46°45'46,584"W; 19°01'36,590"S/46°45'46,582"W; 19°01'36,583"S/46°45'09,650"W; 19°01'36,144"S/46°45'09,650"W; 19°01'36,144"S/46°45'09,629"W; 19°00'31,542"S/46°45'09,635"W; 19°00'31,530"S/46°44'21,796"W; 19°01'30,066"S/46°44'21,778"W; em SAD 69 e em Coordenadas Cartesianas delimitada por um Polígono que tem um Vértice coincidente com o Ponto de Coordenadas Geodésicas: Lat. 19°01'30,066"S e Long. 46°44'21,778"W e os lados a partir desse Vértice, com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3628,0m-S; 1026,2m-W; 399,3m-N; 500,0m-E; 2000,0m-N; 2000,2m-W; 500,0m-N; 500,0m-W; 2499,9m-S; 2500,2m-W; 411,6m-S; 1,7m-W; 603,3m-N; 1,3m-E; 806,7m-N; 2498,5m-E; 13,3m-N; 1,3m-E; 2376,7m-N; 547,6m-E; 359,9m-S; 1079,9m-E; 13,5m-N; 0,6m-E; 1986,4m-N; 1399,0m-E; 1799,9m-S, conforme consta do Processo DNPM nº 48403.830374/1995, firma, como condição de eficácia para a outorga a ser concedida, o presente Termo de Compromisso no sentido de desempenhar suas atividades em conformidade com a legislação setorial, observando especialmente o seguinte:

I) a outorga de concessão de lavra fica condicionada à reserva lavrável de 41.225.000 toneladas de minério bruto (ROM) e a produção anual prevista de 2.523.675 toneladas com vida útil da Jazida de dezesseis anos, conforme informações do Plano de Aproveitamento Econômico, aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM;

II) qualquer alteração de especificações e metas do Plano de Aproveitamento Econômico da Jazida ficarão submetidos à avaliação e à aprovação do DNPM, para, posteriormente, serem objeto de nova Portaria Ministerial autorizando sua efetiva implementação;

III) o Titular da outorga deve iniciar os trabalhos previstos no Plano de Lavra no prazo de seis meses, contados da data da publicação da Portaria Ministerial de Concessão, sob pena de caracterização de abandono formal da Jazida. Após iniciados os trabalhos de lavra, estes não poderão ser interrompidos por mais de seis meses consecutivos, nos termos do art. 49 do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967; e

IV) a outorga de concessão de lavra e sua exploração pelo respectivo Titular devem atender às condições estabelecidas por lei ou regulamentação setorial superveniente.

_____

Assinatura, Nome e CPF do Representante da Empresa

PORTARIA Nº 604, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001500/2014-15, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Cabo Verde 2, de titularidade da empresa Ventos do Cabo Verde II Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.167.180/0001-78, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos do Cabo Verde II Energia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Cabo Verde 2, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Cabo Verde 2.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 07/2011-ANEEL, realizado em 20 de dezembro de 2011.	
Atos Autorizativos	Portaria MME nº 326, de 29 de maio de 2012 e Portaria SPE/MME nº 127, de 19 de dezembro de 2013.	
Titular	Ventos do Cabo Verde II Energia S.A.	
CNPJ/MF	15.167.180/0001-78.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	CNPJ/MF: 07.219.024/0001-85.
Localização	Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 29.900 kW, composta por treze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.001500/2014-15.	

PORTARIA Nº 605, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, no art. 2º da Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e o que consta no Processo nº 48000.001501/2014-43, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, como prioritário o projeto da Central Geradora Eólica denominada EOL Cabo Verde 3, de titularidade da empresa Ventos do Cabo Verde II Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.167.180/0001-78, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério de Minas e Energia, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até cinco anos após o vencimento das debêntures emitidas, para consulta e fiscalização pelos Órgãos de Controle.

Art. 3º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá informar, ao Ministério de Minas e Energia e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Ventos do Cabo Verde II Energia S.A., a ocorrência de situações que evidenciem a não implantação do projeto aprovado nesta Portaria, entre as quais:

I - atraso superior a trezentos e sessenta e cinco dias em qualquer um dos marcos de implantação constantes de seu ato de outorga; ou

II - extinção da outorga de geração.

Art. 4º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no prazo de vinte dias a contar da sua emissão, cópia do ato autorizativo da Operação Comercial da EOL Cabo Verde 3, emitido pelo Órgão ou Entidade competente.

Art. 5º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANEEL ou pelo Ministério de Minas e Energia, não ensejarão a publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 6º A Ventos do Cabo Verde II Energia S.A. e a sociedade controladora deverão observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 7.603, de 2011, na Portaria MME nº 47, de 6 de fevereiro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Projeto	EOL Cabo Verde 3.	
Tipo	Central Geradora Eólica.	
Leilão	Leilão de Energia nº 07/2011-ANEEL, realizado em 20 de dezembro de 2011.	
Atos Autorizativos	Portaria MME nº 314, de 24 de maio de 2012 e Portaria SPE/MME nº 10, de 9 de janeiro de 2014.	
Titular	Ventos do Cabo Verde II Energia S.A.	
CNPJ/MF	15.167.180/0001-78.	
Pessoa Jurídica integrante da SPE	Razão Social: Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda.	CNPJ/MF: 07.219.024/0001-85.
Localização	Município de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	
Descrição do Projeto	Central Geradora Eólica com Potência Instalada de 25.300 kW, composta por onze Unidades Geradoras e Sistema de Transmissão de Interesse Restrito.	
Setor	Energia, nos termos do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011.	
Identificação do Processo	48000.001501/2014-43.	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 606, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.003200/2014-13, resolve:

Art. 1º Autorizar as empresas abaixo qualificadas, integrantes do Consórcio Ouro Verde I, a se estabelecerem como Produtores Independentes de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ouro Verde I, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte, com 27.500 kW de capacidade instalada e 10.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por onze Unidades Geradoras de 2.500 kW, cujas localizações são apresentadas em Anexo à presente Portaria:

I - Furnas Centrais Elétricas S.A. (90% - Líder do Consórcio), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.274.194/0001-19, com Sede na Rua Real Grandeza nº 219, Bairro Botafogo, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - Eólica Tecnologia Ltda. (7%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.135.980/0001-90, com Sede na Rua do Bom Jesus nº 183, Sala 203, Bairro Recife Antigo, Município de Recife, Estado de Pernambuco;

III - Ventos Tecnologia Elétrica Ltda. (2,99%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.093.977/0001-09, com Sede na Avenida Santos Dumont nº 5.753, Sala 905/910, Bairro Papicú, Município de Fortaleza, Estado do Ceará; e

IV - Central Eólica Ouro Verde I Ltda. (0,01%), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.037.262/0001-35, com Sede na Fazenda Ouro Verde, Distrito de Brejinhos, Galpão 1, s/nº, Zona Rural, Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pelas autorizadas destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverão as autorizadas implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de Interesse Restrito da EOL Ouro Verde I, constituído de uma Subestação Elevadora de 34,5/138 kV, junto à Usina, e uma Linha de Transmissão em 138 kV, com cerca de dezesseis quilômetros de extensão, em Circuito Simples, interligando a Subestação Elevadora à Subestação João Câmara III, de propriedade da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. - ETN, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações das autorizadas:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Eólica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) obtenção da Licença de Instalação: até 8 de novembro de 2016;

b) início da Montagem do Canteiro de Obras: até 9 de novembro de 2016;

c) início das Obras do Sistema de Transmissão de Interesse Restrito: até 7 de dezembro de 2016;

d) início das Obras Civis das Estruturas: até 7 de janeiro de 2017;

e) início da Concretagem das Bases das Unidades Geradoras: até 7 de julho de 2017;

f) obtenção da Licença de Operação: até 15 de agosto de 2017;

g) início da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 28 de agosto de 2017;

h) início da Operação em Teste da 1ª Unidade Geradora: até 6 de setembro de 2017;

i) início da Operação em Teste da 2ª Unidade Geradora: até 15 de setembro de 2017;

j) início da Operação em Teste da 3ª Unidade Geradora: até 26 de setembro de 2017;

k) início da Operação em Teste da 4ª Unidade Geradora: até 4 de outubro de 2017;

l) início da Operação em Teste da 5ª Unidade Geradora: até 15 de outubro de 2017;

m) início da Operação em Teste da 6ª Unidade Geradora: até 26 de outubro de 2017;

n) início da Operação em Teste da 7ª Unidade Geradora: até 3 de novembro de 2017;

o) início da Operação em Teste da 8ª Unidade Geradora: até 14 de novembro de 2017;

p) início da Operação em Teste da 9ª Unidade Geradora: até 23 de novembro de 2017;

q) conclusão da Montagem das Torres das Unidades Geradoras: até 30 de novembro de 2017;

r) início da Operação em Teste da 10ª Unidade Geradora: até 3 de dezembro de 2017;

s) início da Operação em Teste da 11ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

t) início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora: até 12 de dezembro de 2017;

u) início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora: até 14 de dezembro de 2017;

v) início da Operação Comercial da 3ª Unidade Geradora: até 16 de dezembro de 2017;

w) início da Operação Comercial da 4ª Unidade Geradora: até 18 de dezembro de 2017;

x) início da Operação Comercial da 5ª Unidade Geradora: até 20 de dezembro de 2017;

y) início da Operação Comercial da 6ª Unidade Geradora: até 22 de dezembro de 2017;

z) início da Operação Comercial da 7ª Unidade Geradora: até 24 de dezembro de 2017;

aa) início da Operação Comercial da 8ª Unidade Geradora: até 26 de dezembro de 2017;

bb) início da Operação Comercial da 9ª Unidade Geradora: até 28 de dezembro de 2017;

cc) início da Operação Comercial da 10ª Unidade Geradora: até 30 de dezembro de 2017; e

dd) início da Operação Comercial da 11ª Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.771.350,00 (quatro milhões, setecentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da EOL Ouro Verde I;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 10/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, as autorizadas ficarão sujeitas às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela EOL Ouro Verde I, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pelas autorizadas com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

Coordenadas Planimétricas da Localização das Unidades Geradoras da EOL Ouro Verde I

Aerogerador	Coordenadas UTM	
	E (m)	N (m)
1	183.459	9.391.051
2	183.398	9.391.557
3	183.656	9.391.885
4	183.890	9.392.189
5	184.058	9.392.494
6	184.062	9.390.934
7	184.715	9.390.706
8	185.007	9.390.880
9	185.258	9.391.075
10	185.501	9.391.310
11	185.745	9.391.526

Fuso/Datum: 25S/SIRGAS2000.

PORTARIA Nº 607, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 18, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta no Processo nº 48000.001897/2014-29, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Portaria MME nº 563, de 17 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Parágrafo único. O Leilão previsto no caput deverá ser realizado em 27 de abril de 2015." (NR)

Art. 2º O § 1º do art. 3º da Portaria MME nº 563, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"§ 1º Para os empreendimentos previstos no art. 2º, § 2º, inciso I, deverão ser negociados no mínimo:

I - noventa por cento da diferença entre a garantia física vigente e a garantia física revisada do empreendimento, no caso de empreendimentos de geração existentes com revisão dos montantes de garantia física de energia, com base no aumento da disponibilidade de combustível e/ou eficiência energética sem aumento de capacidade instalada, a que se referem o art. 1º, inciso I, o art. 7º e o art. 12 da Portaria MME nº 564, de 17 de outubro de 2014;

II - dez por cento da garantia física do empreendimento, no caso de empreendimentos de geração existentes, observado o disposto no inciso I;

III - setenta por cento da garantia física do empreendimento, no caso de novos empreendimentos de geração." (NR)

Art. 3º O art. 4º da Portaria MME nº 563, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

§ 1º O prazo para o requerimento, de que trata o caput, será até as doze horas do dia 3 de dezembro de 2014.

.....

§ 8º Os empreendedores cujos projetos de fonte termelétrica a biomassa tenham sido habilitados tecnicamente pela EPE para participação no Leilão "A-5", de 2014, previsto na Portaria MME nº 169, de 15 de abril de 2014, poderão requerer o cadastramento dos respectivos empreendimentos, estando dispensados da reapresentação de documentos, desde que mantidos inalterados os parâmetros, as características técnicas e demais informações dos referidos projetos, sendo obrigatório o registro dessa opção no Sistema AEGE quando do requerimento definido no caput, oportunidade na qual deverão declarar a validade de toda e qualquer documentação apresentada no Leilão "A-5", de 2014, para fins de cadastramento no Leilão de Fontes Alternativas, de 2015.

§ 9º Aos empreendedores que optarem pelo cadastramento nos termos do § 8º, fica vedada a apresentação de quaisquer documentos em substituição aos protocolados na EPE, por ocasião do cadastramento no Leilão "A-5", de 2014, com exceção do Despacho de Requerimento de Outorga emitido pela ANEEL, da Licença Ambiental cujo prazo de validade tenha expirado, do Parecer de Acesso ou documento equivalente, de que trata o art. 5º, § 3º, inciso X, da Portaria MME nº 21, de 2008, observado o disposto no § 5º, e de quaisquer outros documentos quando solicitados pela EPE." (NR)

Art. 4º O inciso II do caput do art. 5º da Portaria MME nº 563, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"II - o empreendimento de geração cujo ponto de conexão ao SIN tenha capacidade de escoamento inferior à sua potência injetada, observado o prazo para alteração do ponto de conexão, conforme disposto no art. 9º, §§ 7º e 8º; e" (NR)

Art. 5º O inciso I do caput do art. 7º da Portaria MME nº 563, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"I - para usinas eólicas a potência associada será igual a zero por cento da energia contratada, não sendo a potência gerada considerada um recurso do vendedor; e" (NR)

Art. 6º O § 9º do art. 9º da Portaria MME nº 563, de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"§ 9º A capacidade de escoamento em ponto de conexão do âmbito da distribuição na segunda fase do Leilão prevista no § 1º, inciso II, corresponderá ao maior valor de potência do empreendimento para o qual seja apresentado Parecer de Acesso ou documento equivalente, definido no art. 5º, § 3º, inciso X, da Portaria MME nº 21, de 2008, na respectiva subestação da concessionária ou permissionária de distribuição, considerando exclusivamente para esse fim:

I - a potência nominal do empreendimento de maior capacidade instalada para empreendimentos eólicos; e

II - a potência injetada do empreendimento de maior montante de uso do sistema de distribuição para empreendimentos a biomassa." (NR)

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 608, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º, § 1º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Resolução nº 9, de 28 de julho de 2008, do conselho Nacional de Política Energética - CNPE, e o que consta no Processo nº 48000.002265/2009-15, resolve:

Art. 1º O inciso I do caput do art. 1º da Portaria MME nº 564, de 17 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"II - revisão dos montantes de garantia física de energia com base no aumento da disponibilidade de combustível e/ou eficiência energética, sem aumento de capacidade instalada." (NR)

Art. 2º O art. 7º da Portaria MME nº 564, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 7º .....

I - empreendimentos existentes participantes de leilões de energia existente, leilões de fontes alternativas ou leilões de energia de reserva;

.....

§ 1º Os agentes deverão cadastrar na EPE projeto de aumento da disponibilidade de combustível ou de eficiência energética, segundo as diretrizes estabelecidas nos leilões previstos no inciso I do caput.

.....

§ 3º Para todos os efeitos, as garantias físicas revisadas dos empreendimentos perderão a validade e a eficácia após o leilão caso sua energia não seja objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR ou Contrato de Energia de Reserva - CER." (NR)

Art. 3º O inciso III do caput do art. 12º da Portaria MME nº 564, de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"III - a revisão de garantia física de energia motivada por aumento de disponibilidade de combustível e/ou eficiência energética, sem aumento de capacidade instalada, será realizada para os empreendimentos que atendam à seguinte condição:

....." (NR)

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RETIFICAÇÕES

No Despacho n. 4.203, de 21 de outubro de 2014, constante dos Processos n. 48500.003685/2013-64, 48500.003686/2013-17, 48500.003687/2013-53 e 48500.003688/2013-06, publicada no DO em de 30.10.2014, seção 1, p. 110, v. 151, n. 210, onde se lê "pela aprovação do reembolso às Empresas Breitener Energética S.A, Geradora de Energia do Norte S.A. - Geranorte, Cia Energética Manaura e Rio Amazonas Energia S.A. - RAESA, com recursos da CCC, dos custos de interligação ao SIN, no valor de R$ 110.903,89 (cento e dez mil, novecentos e três reais e oitenta e nove centavos) cada, em parcela única, atualizado até setembro de 2014", leia-se "pela aprovação do reembolso às Empresas Breitener Energética S.A, Geradora de Energia do Amazonas S.A. - Gera Amazonas, Cia Energética Manauara e Rio Amazonas Energia S.A. - RAESA, com recursos da CCC, dos custos de interligação ao SIN, no valor de R$ 110.903,89 (cento e dez mil, novecentos e três reais e oitenta e nove centavos) para cada um dos empreendimentos listados na Tabela abaixo, em parcela única, atualizado até setembro de 2014".

Tabela - Valores do reembolso.

Empresa	Central Geradora	Valor do reembolso [R$]
Geradora de Energia do Amazonas S.A	Ponta Negra	R$ 110.903,89
Cia Energética Manauara	Manauara	R$ 110.903,89
Breitener Energética S.A	Jaraqui	R$ 110.903,89
Breitener Energética S.A	Tambaqui	R$ 110.903,89
Rio Amazonas Energia S.A.	Cristiano Rocha	R$ 110.903,89

Na Resolução Autorizativa nº 4.854, de 23 de setembro de 2014, constante no Processo n° 48500.004651/2014-78, publicada no DOU nº 187, de 29 de setembro de 2014, Seção 1, página 65, onde se lê: "Art. 1° ... inscrita no CGC/MF sob o n° 02.328.280/0001-97, com sede na Rua Bela Cintra, n° 847, 7° andar, São Paulo/SP..."; leia-se: "Art. 1° ... inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, com sede na Rua Ary Antenor de Souza, n° 321, Jardim Nova América, Campinas/SP...".

Na Resolução Homologatória nº 1.814, de 29 de outubro de 2014, publicada no D.O. nº. 210, de 30 de outubro de 2014, Seção 1, página 109, constante do Processo nº 48500.002952/2014-67 retificar as seguintes linhas das Tabelas 1 e 2, que foram disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Nº 4.413 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a delegação de competências estabelecidas na Portaria nº 1.850, de 5 de julho de 2011, com o disposto na Resolução nº 391, de 15 de dezembro de 2009, e o que consta do Processo nº 48500.001158/2010-72, resolve: Alterar a configuração de implantação da Central Geradora Eólica Morro dos Ventos IX, pela mudança das coordenadas geográficas de instalação dos aerogeradores, conforme o que consta do quadro no ANEXO I deste Despacho.

HÉLVIO NEVES GUERRA

ANEXO I

EÓLICA MORRO DOS VENTOS IX	NOVA COORDENADA DE LOCALIZAÇÃO	
UTM - Datum: SIRGAS 2000 / Fuso: 25		
Aerogerador n°	Latitude	Longitude
1	177022,068	9412797,823
2	176956,000	9412531,000
3	176810,000	9412385,000
4	175382,472	9412860,662
5	175905,480	9412754,523
6	175567,175	9413317,675
7	175524,236	9413105,277
8	175463,165	9412906,703
9	175416,054	9412712,262
10	175396,045	9412507,086
11	175390,083	9412297,045
12	175304,883	9412112,234
13	175175,400	9411956,990
14	175001,556	9411839,311
15	174857,028	9411688,919
16	174436,094	9412715,762
17	174342,049	9412514,864
18	174277,970	9412317,255
19	174178,838	9412125,306

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 300, de 11.02.2014, constante do Processo nº 48500.005561/2005-14, publicado no D.O. de 12.02.2014, seção 1, p. 74, v. 151, n. 30, onde se lê "Resolução Autorizativa nº 2.064, de 3 de novembro de 2010", leia-se "Resolução Autorizativa nº 2.604, de 3 de novembro de 2010".

Na íntegra do Despacho nº 1.588, de 21 de maio de 2014, constante no Processo nº 48500.001664/2013-12, publicado no DOU de 22 de maio de 2014, seção 1, página 76, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, onde se lê "...objeto do Despacho nº 2.374, de 18 de julho de 2013", leia-se "...objeto do Despacho nº 2.375, de 18 de julho de 2013".

No Despacho nº 2.572, de 10 de julho de 2014, constante no Processo 48500.006028/2012-98, publicado em resumo no DOU de 11 de julho de 2014, seção 1, página 57, onde se lê "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 2.348/2013", leia-se "Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga nº 2.438/2013".

Na íntegra do Despacho nº 2.931, de 26 de setembro de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 29 de setembro de 2014, Seção 1, pág. 66, onde se lê "alterar o Despacho nº 2.541, de 23 de julho de 2014" leia-se "alterar o Despacho nº 2.541, de 23 de julho de 2013" e onde se lê "Despacho nº 2.541/2014" leia-se "Despacho nº 2.541/2013".

Na íntegra do Despacho nº 3.560, de 29 de agosto de 2014, disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca, publicada em resumo no DOU do dia 01 de setembro de 2014, Seção 1, pág. 74, onde se lê "CNPJ/MF sob nº 17.289.857/0001-00", leia-se "CNPJ/MF sob nº 19.289.857/0001-00".

No Extrato do Despacho nº 3.877, de 24 de setembro de 2014, constante do Processo nº 48500.004285/2014-57, publicado no Diário Oficial nº 185, de 25 de setembro de 2014, seção 1, página 87, onde se lê "localizada no município de São Tomé, estado do Rio Grande do Norte" leia-se "localizada no município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte".

No Despacho nº 4.183, de 20 de outubro de 2014, constante do Processo nº 48500.005057/2007-75, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial nº 203, de 21 de outubro de 2014, seção 1, página 72, onde se lê "MF Projetos em Engenharia Ltda." leia-se "MF Projetos em Energia Ltda.".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Nº 4.408 - Processo nº: 48500.004172/2012-90. Interessada: ATE XXI Transmissora de Energia S.A. Decisão: negar provimento ao recurso interposto pela ATE XXI Transmissora de Energia S.A. contra o Despacho nº 4.088, de 8 de outubro de 2014, ratificando a responsabilidade da ATE XXI Transmissora de Energia S.A. de realizar as obras necessárias para implantação da expansão da SE Xingu 500 kV, incluindo o remanejamento da Linha de Transmissão 230 kV Tucuruí - Altamira.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Nº 4.409 - Processo nº 48500.004020/2012-97. Interessado: Usina de Energia Eólica Terral S.A. Usina: EOL Terral. Unidades Geradoras: UG5 a UG7, de 3.000 kW cada. Localização: Município de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.

Nº 4.410 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: AVG Siderurgia Ltda. Usina: UTE AVG I-II. Unidades Geradoras: UG1, de 2.600 kW, e UG2, de 2.200 kW. Localização: Município de Sete Lagoas, Estado do Minas Gerais.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação em teste a partir do dia 13 de novembro de 2014.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 4.411 - Processo nº 48500.005039/2014-12. Interessado: Tropical Bioenergia S.A. Usina: UTE Tropical Bioenergia II. Unidade Geradora: UG1 de 32.000 kW. Localização: Município de Edéia, Estado de Goiás.

Nº 4.412 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Santa Rosa Papéis e Embalagens Ltda. Usina: CGH Taquara Verde. Unidades Geradoras: UG1, de 49,95 kW, e UG2, de 385,20 kW. Localização: Município de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 13 de novembro de 2014.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Nº 4.414 - Documento nº 48500.003373/2010-16. Interessada: Light Serviços de Eletricidade S.A. Decisão: anuir à celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Comodato nº 021-118-003-029, entre a Interessada e Fabiano Batista do Nascimento, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência do Contrato anuído pelo Despacho nº 4.645/2011, até 13 de dezembro de 2017.

Nº 4.415 - Processo nº 48500.005721/2014-13. Interessada: Companhia Piratininga de Força e Luz. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para cessão fiduciária de recebíveis da concessão em garantia de Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), com a finalidade de investimentos na respectiva concessão.

Nº 4.416 - Processo nº 48500.005728/2014-27. Interessada: Companhia Paulista de Força e Luz. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para cessão fiduciária de recebíveis da concessão em garantia de Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R$ 490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais), com a finalidade de investimentos na respectiva concessão.

Nº 4.417 - Documento nº 48513.032848/2014-00. Interessada: Rio Grande Energia S.A. - RGE. Decisão: anuir ao pedido da Interessada para cessão fiduciária de recebíveis da concessão em garantia de Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a finalidade de investimentos na respectiva concessão.

Nº 4.418 - Documento nº: 48513.024745/2014-00. Interessada: Light Serviços de eletricidade S.A. Decisão: anuir à desvinculação e doação com encargos dos bens imóveis de propriedade da interessada que serão utilizados para expansão da VIA LIGHT pelo Estado do Rio de Janeiro, considerando todas condicionantes estabelecidas na minuta do Termo de Doação anexo à correspondência supracitada.

Nº 4.419 - Documento nº 48513. 034721/2014-00. Interessada: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Decisão: anuir com a vinculação de receita própria da Interessada como garantia ao Contrato de Repasse de Recursos, a ser firmado com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no montante de R$ 1.210.000.000,00 (um bilhão e duzentos e dez milhões de reais).

Nº 4.420 - Processo nº 48500.006925/2013-82. Interessada: Renova Energia S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 4.515, de 28 de janeiro de 2014.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Despacho nº 120, de 21 de janeiro de 2013, publicado em resumo no DOU de 22 de janeiro de 2013, seção 1, página 25, onde se lê "(...) no período de 2013 a 2023 (...)", leia-se "(...) no período de 2014 a 2024 (...)". A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 492, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 482, de 5 de novembro de 2014, e com base na Resolução de Diretoria nº 1144, de 31 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Ficam alterados os quantitativos e a distribuição dos cargos em comissão previstos no Anexo I da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, sem aumento de despesa, conforme quadro anexo.

Art. 2º Revoga-se a Portaria ANP nº 330, de 1 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 2 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUTMAN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO I

QUADRO QUANTITATIVO DE CARGOS COMISSIONADOS

Cargo em Comissão	Valor Unitário de Remuneração do Cargo (R$)	Quantitativo
CD I	13.345,52	1
CD II	12.678,24	4
CGE I	12.010,96	20
CGE II	10.676,41	4
CGE III	10.009,13	33
CGE IV	6.672,75	21
CA I	10.676,41	11
CA II	10.009,13	8
CA III	2.856,83	8
CAS I	2.231,95	17
CAS II	1.934,35	14
CCT V	2.537,32	41
CCT IV	1.854,18	57
CCT III	996,19	84
CCT II	878,20	34
CCT I	777,61	35

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de novembro de 2014

Nº 1.698 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com fundamento no art. 29, parágrafo único e art. 30, inciso II, alínea "g" da Resolução ANP nº 18, de 18 de junho de 2009 e com base no que consta do Processo Administrativo n.º 48610.011999/2012-11, torna pública a revogação da autorização para o exercício da atividade de produção de óleo lubrificante acabado industrial outorgada à FORT LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES LTDA, sociedade inscrita no CNPJ sob o n.º 09.124.711/0001-42, em razão do não envio de documentação necessária para o recadastramento para o exercício da mencionada atividade.

Fica sem efeitos a Autorização n° 590/2008, publicada no DOU de 22/12/2008.

Nº 1.699 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento aos requisitos constantes no certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, adotada pela resolução ANP n° 05, de 26 de fevereiro de 2008.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
GLP/PA0227490	ADIVALDO FERREIRA DA CUNHA - ME	20.415.392/0001-67	ITUPIRANGA	PA	48610.012042/2014-45
GLP/SP0227491	ADRIELE MARQUES GERALDO 43172480852	20.656.965/0001-44	JULIO MESQUITA	SP	48610.012046/2014-23
GLP/ES0227492	ALEANDRO AGOSTINHO ROSI WANDEKOKEN 08000481723	20.356.608/0001-60	GUARAPARI	ES	48610.011978/2014-59
GLP/PE0227493	ARLINDO NUNES DE QUEIROZ 07177750460	20.180.799/0001-52	CUSTODIA	PE	48610.009919/2014-11
GLP/SC0227494	ARNOLDA ANDRADE - ME	02.407.813/0001-26	LONTRAS	SC	48610.010240/2004-19
GLP/RN0227495	C A DE LIMA	10.620.715/0001-09	EXTREMOZ	RN	48610.005978/2012-58
GLP/RR0227496	C. C DE SOUSA NETO ME	19.252.347/0001-50	BOA VISTA	RR	48610.011956/2014-99
GLP/RJ0227497	CAMPO ALEGRE - COMERCIO DE GAS LTDA - ME.	18.687.142/0001-34	ITATIAIA	RJ	48610.004862/2014-63
GLP/SP0227498	CARDOSO AMARAL DE SIQUEIRA - ME	17.950.747/0002-94	MONGAGUA	SP	48610.011969/2014-68
GLP/PB0227499	COMERCIAL DE GAS NOVO HORIZONTE LTDA - ME	16.539.265/0001-00	CUITE	PB	48610.002599/2014-78
GLP/RJ0227500	COMÉRCIO GÁS ITALVENSE LTDA. - ME.	02.845.804/0008-93	SAO FIDELIS	RJ	48610.011942/2014-75
GLP/SC0227501	DAVID KASMIRCZAK & CIA LTDA ME	08.789.435/0001-79	ITAIOPOLIS	SC	48610.011950/2014-11
GLP/PA0227502	E DE L PESSOA COMERCIO - ME	19.922.623/0001-40	SANTAREM	PA	48610.008265/2014-16
GLP/BA0227503	ELIVIS RIBEIRO FERREIRA DE SOUZA 05835558538	18.124.657/0001-26	CAMPO FORMOSO	BA	48610.011963/2014-91
GLP/SC0227504	ERNESTO CARDOSO 50982095953	19.507.651/0001-09	CAMBORIU	SC	48610.012045/2014-89
GLP/SP0227505	FERNANDES GAS EXPRES EIRELI - ME	20.929.488/0001-43	RIBEIRAO PIRES	SP	48610.011955/2014-44
GLP/SP0227506	FRANCISCO & DEVINHALE GAS LTDA - ME	20.129.224/0001-05	PIRACICABA	SP	48610.009156/2014-16
GLP/CE0227507	G C FREITAS - EPP	20.754.036/0001-78	HORIZONTE	CE	48610.012060/2014-27
GLP/SP0227508	G. K. DISTRIBUIDORA DE GÁS E ÁGUA LTDA. ME.	10.014.556/0001-90	JACAREI	SP	48610.011971/2014-37
GLP/PR0227509	GEZIEL DOS SANTOS & CIA LTDA - ME	20.879.635/0001-18	GUARAPUAVA	PR	48610.011861/2014-75
GLP/PI0227510	GRUPO PASSOS LTDA - ME	20.430.888/0001-00	MARCOS PARENTE	PI	48610.010027/2014-62
GLP/RR0227511	H DE JESUS MATOS - ME	14.563.065/0001-50	CANTA	RR	48610.011946/2014-53
GLP/AM0227512	J. A. M. AFONSO - ME.	14.171.169/0002-08	COARI	AM	48610.011952/2014-19
GLP/RO0227513	JOTACE COMÉRCIO SERVIÇOS EIRELI - ME	19.726.863/0002-50	CANDEIAS DO JAMARI	RO	48610.011962/2014-46
GLP/GO0227514	LIDER GAS DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	20.605.738/0001-90	SAO LUIZ DO NORTE	GO	48610.009907/2014-96
GLP/AM0227515	LINDOMAR ALVES DE LIMA 40725790253	19.637.002/0001-14	MANAUS	AM	48610.012044/2014-34
GLP/BA0227516	L.L.J.DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA - EPP	13.072.978/0001-00	FEIRA DE SANTANA	BA	48610.006141/2011-45
GLP/SP0227517	LUANA CARVALHO DA SILVA - COMBUSTIVEIS - ME	09.812.877/0001-51	PARAIBUNA	SP	48610.003925/2014-64
GLP/TO0227518	M. A. RODRIGUES DE OLIVEIRA - ME.	18.038.589/0001-82	GURUPI	TO	48610.006829/2014-78
GLP/MG0227519	MARIA DE LOURDES CUNHA	20.967.708/0001-23	SAO GONCALO DO PARA	MG	48610.011967/2014-79
GLP/SP0227520	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA VAZ 04399238836	19.150.130/0001-39	TORRE DE PEDRA	SP	48610.009679/2014-54
GLP/SP0227521	MFC DISTRIBUIDORA LTDA - ME	10.460.817/0001-04	LUPERCIO	SP	48610.012037/2014-32
GLP/GO0227522	MUNYQUE CAVALCANTE FERREIRA SANTOS 02494077109	21.097.531/0001-14	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	GO	48610.011859/2014-04
GLP/SP0227523	NILSON MACHADO BEZERRA 28338119857	20.113.606/0001-40	FLORA RICA	SP	48610.012057/2014-11
GLP/MG0227524	PAULO VITOR DIAS 03357214601	19.660.233/0001-49	CAMPOS GERAIS	MG	48610.012050/2014-91
GLP/TO0227525	PEG PAG BOM JESUS LTDA - ME	17.467.900/0001-46	LAGOA DO TOCANTINS	TO	48610.012059/2014-01
GLP/PR0227526	R P COMERCIO DE GAS LTDA - ME	20.429.275/0001-52	FAZENDA RIO GRANDE	PR	48610.011860/2014-21
GLP/PE0227527	R&R COMÉRCIO E TRANSPORTES DE GÁS LTDA. - ME	19.105.226/0001-85	JABOATAO DOS GUARARAPES	PE	48610.011960/2014-57
GLP/MS0227528	SIDNEI SILVA DA CRUZ - ME	17.541.429/0001-99	CAMPO GRANDE	MS	48610.012065/2014-50
GLP/MA0227529	SILVANIA S SOUZA GAS - ME	20.283.775/0001-29	BARAO DE GRAJAU	MA	48610.011822/2014-78
GLP/TO0227530	SOUZA MASTER & EXPRESSO LTDA ME	20.487.734/0001-54	PARANA	TO	48610.010141/2014-92
GLP/SC0227531	SUPERMERCADO POPULAR SCHREINER LTDA - ME	17.419.613/0001-60	SANTA TEREZINHA	SC	48610.006909/2014-23
GLP/MG0227532	TELE GÁS GOIANIA LTDA - ME	20.720.128/0001-37	IPATINGA	MG	48610.011812/2014-32
GLP/MG0227533	VANIO VALTER DOS SANTOS DISTRIBUICAO DE GAS - ME	20.302.791/0001-11	SAO GONCALO DO PARA	MG	48610.011836/2014-91
GLP/MG0227534	WENDERSON SANTOS ALVES	20.963.750/0001-76	MONTES CLAROS	MG	48610.011970/2014-92
GLP/AC0227535	WLYNSAN ESTRADA DE SOUSA 80986404268	16.661.848/0001-00	RIO BRANCO	AC	48610.011935/2014-73

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL

AUTORIZAÇÃO Nº 478, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMERCIALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS E GÁS NATURAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n. º 64, de 01 de março de 2012, tendo em vista o constante do Processo ANP n.º 48610.008653/2012-27, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Copersucar Armazéns Gerais S/A, CNPJ: 02.822.024/0047-34, autorizada a construir 2 (dois) dutos de 14" para a movimentação de etanol combustível entre o Ponto A, na REPLAN, e o Ponto B, no seu terminal, no Município de Paulínia, Estado de São Paulo, com as características básicas descritas na Tabela a seguir:

Duto	Origem	Destino	Diâmetro (pol)	Extensão (m)	Produto	Material	Vazão (m^3/h)	Pressão de projeto (kgf/cm^2)
1	Ponto "A" na Replan	Ponto "B" na entrada do Terminal	14	1.819	Etanol Anidro e Hidratado	API 5L Gr.B	692	15
2	Ponto "A" na Replan	Ponto "B" na entrada do Terminal	14	1.819	Etanol Anidro e Hidratado	API 5L Gr.B	692	15

Art. 2º O objeto da presente Autorização deverá ser executado em conformidade com as normas técnicas pertinentes.

Art. 3º As obras relativas à implantação dos dutos deverão ser executadas de acordo com o cronograma mais recente constante no processo ANP n° 48610.008653/2012-27, devendo a Copersucar Armazéns Gerais S/A, comunicar de imediato quaisquer alterações neste cronograma.

Art. 4º A empresa Copersucar Armazéns Gerais S/A, deverá apresentar à ANP, até a data de vencimento do licenciamento ambiental das instalações relacionadas na presente Autorização, cópia autenticada do protocolo de solicitação de renovação deste junto ao órgão ambiental competente, bem como cópia autenticada da renovação deste licenciamento, em até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua renovação.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CESÁRIO CECCHI

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 264/2014-PA

Fase de Requerimento de Pesquisa

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação, e condições acordadas em Termo, nos casos cabíveis:(323)

10405/2014-850.204/2004-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-Ordem Judicial nº 0007838-23.2014.4.01.3400 - 3ª VARA FEDERAL

SERGIO AUGUSTO DAMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 100/2014

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

880.167/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°286/2014

880.169/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°287/2014

880.170/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°288/2014

880.171/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°289/2014

880.172/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°290/2014

880.173/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°291/2014

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

880.174/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°292/2014
880.175/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°293/2014
880.176/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°294/2014
880.177/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°295/2014
880.178/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°296/2014
880.179/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°297/2014
880.180/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°298/2014
880.181/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°299/2014
880.182/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°300/2014
880.245/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°301/2014
880.246/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°302/2014
880.657/2008-RBS-REDSTONE MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA-AI N°303/2014
880.272/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°272/2014
880.273/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°273/2014
880.274/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°274/2014
880.275/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°275/2014
880.276/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°276/2014
880.277/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°277/2014
880.278/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°278/2014
880.279/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°279/2014
880.280/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°280/2014
880.281/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°281/2014
880.282/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°282/2014
880.283/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°283/2014
880.284/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°284/2014
880.285/2011-ATHENA RESOURCES BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°285/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
880.095/2004-JOSE EDUARDO MARTINS - AI N°383/2013
880.367/2010-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°372/2013
880.368/2010-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°371/2013
880.033/2011-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°373/2013
880.043/2011-MANOEL JUARES SIMÕES CARDOSO - AI N°382/2013
880.058/2011-MANUEL LOPES DA SILVA - AI N°374/2013
880.240/2011-IARA AZEVEDO LEMBI DE CARVALHO BARBOSA - AI N°364/2013

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Alexander Machado Orsi - 866091/13 - Not.187/2014 - R$ 23.409,80
Amanda Francielle Ferreira de Campos Silva - 866455/12 - Not.183/2014 - R$ 20,70
Aurora Gold CORP. Mineracao de Ouro Ltda - 866064/07 - Not.141/2014 - R$ 48.243,56, 866065/07 - Not.143/2014 - R$ 45.439,99, 866066/07 - Not.145/2014 - R$ 28.778,24
Bernardo Estacio da Silveira - 866652/10 - Not.159/2014 - R$ 34.163,15
br Conquista Mineração Ltda - 866279/14 - Not.203/2014 - R$ 2.332,79
Darcy Winter - 866638/07 - Not.130/2014 - R$ 4.851,70
Ecosideral Group Participações, Representação e Consultoria LTDA. - 866010/13 - Not.185/2014 - R$ 6.273,01
Florema Agropecuária Ltda - 866096/07 - Not.147/2014 - R$ 9.774,67, 866097/07 - Not.149/2014 - R$ 9.603,61
Francisco de Paula e Silva - 866067/14 - Not.191/2014 - R$ 29.395,06, 866068/14 - Not.193/2014 - R$ 30.309,45, 866069/14 - Not.195/2014 - R$ 24.978,43, 866070/14 - Not.197/2014 - R$ 25.639,45, 866071/14 - Not.199/2014 - R$ 28.288,03, 866072/14 - Not.201/2014 - R$ 4.369,22
Hera Mineração Ltda - 867334/05 - Not.139/2014 - R$ 48.873,35
hk Minerações Ltda - 866205/12 - Not.177/2014 - R$ 19.306,94, 866206/12 - Not.179/2014 - R$ 3.302,92
Incofal Mineração Ltda - 866448/09 - Not.157/2014 - R$ 244,32
Inter Lex Consultoria Empresarial Participaçoes e Serviços Ltda Epp - 866296/12 - Not.181/2014 - R$ 28.935,23
Jefferson Reinaldo de Paula - 867336/08 - Not.155/2014 - R$ 4.552,26
José Pupin - 867372/13 - Not.189/2014 - R$ 27.182,95
Martinei de Freitas Franco - 866093/12 - Not.173/2014 - R$ 9.074,70, 867065/11 - Not.163/2014 - R$ 3.222,83, 867066/11 - Not.165/2014 - R$ 3.068,31, 867067/11 - Not.167/2014 - R$ 3.213,57, 867068/11 - Not.169/2014 - R$ 3.206,52
Mauro Fermino da Silva - 867295/10 - Not.161/2014 - R$ 14.240,80
Mgm Mineração Ltda - 866851/07 - Not.151/2014 - R$ 48.572,79, 866852/07 - Not.153/2014 - R$ 48.682,74
Rute Volpato - 867142/11 - Not.171/2014 - R$ 2.901,44

RELAÇÃO Nº 135/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Alexander Machado Orsi - 866091/13 - Not.188/2014 - R$ 2.744,46
Amanda Francielle Ferreira de Campos Silva - 866455/12 - Not.184/2014 - R$ 5.488,91
Aurora Gold CORP. Mineracao de Ouro Ltda - 866064/07 - Not.142/2014 - R$ 5.488,91, 866065/07 - Not.144/2014 - R$ 5.488,91, 866066/07 - Not.146/2014 - R$ 5.488,91
Bernardo Estacio da Silveira - 866652/10 - Not.160/2014 - R$ 2.744,46
br Conquista Mineração Ltda - 866279/14 - Not.204/2014 - R$ 2.744,46
Ecosideral Group Participações, Representação e Consultoria LTDA. - 866010/13 - Not.186/2014 - R$ 2.744,46
Florema Agropecuária Ltda - 866096/07 - Not.148/2014 - R$ 5.488,91, 866097/07 - Not.150/2014 - R$ 5.488,91
Francisco de Paula e Silva - 866067/14 - Not.192/2014 - R$ 2.744,46, 866068/14 - Not.194/2014 - R$ 2.744,46, 866069/14 - Not.196/2014 - R$ 2.744,46, 866070/14 - Not.198/2014 - R$ 2.744,46, 866071/14 - Not.200/2014 - R$ 2.744,46, 866072/14 - Not.202/2014 - R$ 2.744,46
Hera Mineração Ltda - 867334/05 - Not.140/2014 - R$ 2.744,46
hk Minerações Ltda - 866205/12 - Not.178/2014 - R$ 2.744,46, 866206/12 - Not.180/2014 - R$ 2.744,46
Incofal Mineração Ltda - 866448/09 - Not.158/2014 - R$ 2.744,46
Inter Lex Consultoria Empresarial Participaçoes e Serviços Ltda Epp - 866296/12 - Not.182/2014 - R$ 5.488,91
Jefferson Reinaldo de Paula - 867336/08 - Not.156/2014 - R$ 5.488,91
José Pupin - 867372/13 - Not.190/2014 - R$ 2.744,46
Martinei de Freitas Franco - 866093/12 - Not.174/2014 - R$ 2.744,46, 867065/11 - Not.164/2014 - R$ 5.488,91, 867066/11 - Not.166/2014 - R$ 5.488,91, 867067/11 - Not.168/2014 - R$ 5.488,91, 867068/11 - Not.170/2014 - R$ 5.488,91
Mauro Fermino da Silva - 867295/10 - Not.162/2014 - R$ 2.744,46
Mgm Mineração Ltda - 866851/07 - Not.152/2014 - R$ 5.488,91, 866852/07 - Not.154/2014 - R$ 5.488,91
Rute Volpato - 867142/11 - Not.172/2014 - R$ 2.744,46

JOSÉ DA SILVA LUZ

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 239/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Cooperativa Dos Trabalhadores de Minerio e Agricultura de Equador e do Seridó - 848223/13 - Not.208/2014 - R$ 1.717,34

RELAÇÃO Nº 240/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
João Bosco Pereira Dantas - 848354/10 - Not.201/2014 - R$ 571,51, 848488/10 - Not.202/2014 - R$ 571,51, 848455/10 - Not.203/2014 - R$ 571,51, 848486/10 - Not.204/2014 - R$ 571,51
Sidney Diniz de Almeida - 848100/10 - Not.190/2014 - R$ 4.940,54, 848098/10 - Not.191/2014 - R$ 4.515,32, 848053/11 - Not.192/2014 - R$ 4.433,63, 848054/11 - Not.193/2014 - R$ 5.239,55

RELAÇÃO Nº 241/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Arthur Pedro da Silva Costa - 848139/10 - Not.196/2014 - R$ 1.935,57
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 848533/10 - Not.206/2014 - R$ 252,48
Cooperativa Dos Trabalhadores de Minerio e Agricultura de Equador e do Seridó - 848223/13 - Not.209/2014 - R$ 2.735,77
Crenor Carbonatos do Nordeste Ltda - 848057/11 - Not.207/2014 - R$ 2.629,51
Douglas de Freitas Ramalho - 848744/10 - Not.189/2014 - R$ 122,78
Elizabeth Produtos Cerâmicos Ltda - 848233/10 - Not.205/2014 - R$ 2.506,64
José Domingues de Carvalho Neto - 848003/11 - Not.195/2014 - R$ 960,48
Jose Luis Arantes Horto - 848253/10 - Not.198/2014 - R$ 294,75
Mauricio Kelner Burgos - 848355/10 - Not.199/2014 - R$ 282,28
R.a Comércio de Minérios Ltda - 848249/10 - Not.197/2014 - R$ 119,18
Sidney Diniz de Almeida - 848200/11 - Not.194/2014 - R$ 5.192,86
Tânia Maria de Lara Andrade - 848448/10 - Not.187/2014 - R$ 282,28, 848636/10 - Not.188/2014 - R$ 282,28

RELAÇÃO Nº 242/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
L&l Universal Empreendimentos Minerais Ltda - 848017/09

ROGER GARIBALDI MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 90/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
886.426/2011-JOÃO CAPISTRANO NETO DA LUZ-OF. N°1.294/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
886.264/2012-ITAMAR CESAR ROVER
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
886.139/2010-WAGNER LOPES GHELER SERVIÇOS ME-Cessionário:COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE RONDÔNIA S.A- CPF ou CNPJ 04.418.471/0001-75- Alvará n°9.084/2014
886.415/2013-METAL GEMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA- CPF ou CNPJ 16.614.304/0001-89- Alvará n°13.523/2014
886.416/2013-METAL GEMA COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME- Cessionário:Delta do Brasil Importação e Exportação LTDA- CPF ou CNPJ 16.614.304.0001/89- Alvará n°9876/2014
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
886.264/2012-ITAMAR CESAR ROVER
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
886.253/2014-UDO WAHLBRINK-Registro de Licença N°37/2014 de 31/10/2014-Vencimento em 20/01/2018
886.270/2014-LEANDRO BRASILEIRO DE QUEIROZ-Registro de Licença N°38/2014 de 04/11/2014-Vencimento em 36/06/2015
886.418/2014-ORLIZES SOUZA DA SILVA-Registro de Licença N°40/2014 de 07/11/2014-Vencimento em 25/08/2014
886.439/2014-DIEGO DA VITORIA SILVA & CIA LTDA ME-Registro de Licença N°41/2014 de 10/11/2014-Vencimento em Indeterminado
886.443/2014-ITAMAR CESAR ROVER-Registro de Licença N°39/2014 de 04/11/2014-Vencimento em 25/09/2019
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
886.295/2014-GERSON MARCOS DE ASSIS-OF. N°1.219/2014
Indefere requerimento de licença - área onerada/Port. 266/2008(1282)
886.146/2014-MICHEL JUNIOR CAMPANHONNI
886.229/2014-L.M. CONSTRUTORA LTDA
886.234/2014-CERAMICA RIO MACHADO LTDA ME
886.238/2014-EXTRAÇÃO LATERITA QUINARI LTDA
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
886.103/2000-PEDREIRA VALE DO ABUNÃ LTDA
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
886.045/2006-ZORTTON COMÉRCIO E SERVIÇOS IMP. E EXP. LTDA

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 180/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
815.638/2014-JOEL GABRIEL DE AVIZ
815.662/2014-MINERAÇÃO VEIGA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
815.514/2014-PORTO UNIÃO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-OF. N°4585/2014
815.656/2014-TRAINOTTI DADAM EXTRACAO DE AREIA E ARGILA LTDA EPP-OF. N°4588/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.876/2007-ERNANDES AUGUSTO BENDINI- Alvará n°8.009/2014 - Cessionario:815.648/2014-Balneário Materiais de Construção Ltda.- CPF ou CNPJ 00.874.055/0001-20
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
815.066/2009-RODOMÁQUINAS LTDA ME
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
815.741/2010-MINERADORA PORTO IGUAÇU LTDA-OF. N°4543/2014
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.439/2006-MIVAL MINERAÇÃO VALE DO RIO TIJUCAS LTDA- Área de 901,50 ha para 92,71 ha-Saibro e Argila
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a Lavra(331)
815.296/2013-HELDER CASAGRANDE ME- Alvará n°3926/2010 - Cessionário: A.J.E Terraplanagem Ltda. ME- CNPJ 07.841.041/0001-50
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.024/1994-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4581/2014
815.594/2003-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4541/2014
815.718/2006-PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA-OF. N°4540/2014
815.356/2007-SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°4580/2014
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.293/1993-TERRAPLENAGEM AZZA LTDA.-BRUSQUE/SC, NOVA TRENTO/SC - Guia n° 122/2014-50.000Toneladas-Granito- Validade:31/10/2015
815.114/2000-J M COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE PEDRAS LTDA.-AGRONÔMICA/SC, TROMBUDO CENTRAL/SC - Guia n° 121/2014-4.000toneladas/ano-Folhelho/Ardósia- Validade:05/11/2015
815.597/2005-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-TAIÓ/SC - Guia n° 123/2014-6000Toneladas-Diabásio Ornamental- Validade:07/11/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.594/2003-CAMBIRELA EXT. COM. DE SILIX LTDA-OF. N°4542/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
815.802/2010-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°4576/2014
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
815.126/2001-H. LEVE ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA- Água Mineral Natural H Leve - Fonte: Heinig: Embalagem descartável 2,5 l sem gás- BRUSQUE/SC
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
810.241/1979-MINERAÇÃO PORTOBELLO LTDA- AI N° 847/2014
Multa aplicada /Prazo para pagamento 30 dias(460)
815.460/2004-L.A LATICINIOS E AGUA MINERAL LTDA ME- AI Nº 276/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.890/1995-PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°4545/2014
815.460/2004-L.A LATICINIOS E AGUA MINERAL LTDA ME-OF. N°4592/2014
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.036/2006-NASCIMENTO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N°:1282/2006 - Vencimento em 15/02/2015
815.719/2012-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA- Registro de Licença N°:1547/2013 - Vencimento em 02/10/2018
Fase de Disponibilidade
Não conhece proposta de habilitação protocolizado fora do prazo ou em desacordo com a legislação(1116)
815.074/2005-CETARB - COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA - CNPJ Nº 81908469/0001-25
No julgamento das habilitações para área em disponibilidade, DECLARO:(1803)
815.074/2005- HABILITADOS os proponentes: x-x-x e INABILITADOS os proponentes: DESMONTEC MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA - CNPJ Nº 07721027/0001-12 E MINERAÇÃO LM LTDA - CNPJ Nº 08561759/0001-55
815.048/2008- HABILITADOS os proponentes: COMERCIAL E INDUSTRIAL ALEXANDRO LTDA ME, CNPJ Nº 01647989/0001-92 e INABILITADOS os proponentes: LIDIA CARVALHO PLÁCIDO TEIXEIRA RIECK, CPF Nº 02808957/0001-94
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
815.363/2014-COMERCIAL DACLANDE LTDA EPP-OF. N°4514/2014

RICARDO MOREIRA PEÇANHA

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 135/2014

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Bpl Brasil Investimentos e Participações Ltda Epp - 820478/13
Ceramica Barfran LTDA. - 820825/07
Cerâmica Francischinelli Ltda Epp - 820440/12
Daniel Zem Gimenez - 821186/12
David Rodrigo da Silva - 820246/11
Diego Arias Villanueva - 820911/10
Eliane Maria Dos Santos - 820989/01
Elisabeth Ilek Rodrigues Guino - 820546/05
Extração e Comércio de Minérios Piracicaba LTDA. - 820213/10
Francisco Mendes de Souza - 820447/12
Gino Corbucci Filho - 820628/96, 820629/96
Guilherme de Jesus Nascimento Morais - 821169/10
Henrique Margherito Neto - 820309/05
Imperio Minerais Preparacao de Terras Ltda me - 820552/13
Israel Vieira Damasceno Filho - 820593/05
Ivan Franco Dornelles de Carvalho - 820335/11
Jesuitas Silva - 820512/05
João Alfredo Cetino - 820441/13, 820191/13
l l x Açu Operações Portuárias S.A. - 820185/07, 820187/07
Laércio da Silva Olaria me - 820500/11, 820268/11
Luiissa Sasaki me - 820268/98
Luiz Manoel Moreira Farrapo - 820939/11, 820527/11
Marco Antonio Szymanski de Toledo - 820510/05, 820511/05
Marcos Carvalho - 820894/11, 820519/12, 820061/12, 820278/12, 820279/12, 820326/12, 820836/12, 820400/13
Maria Luiza Uchoa Santalucia Campos - 820424/08
Matsusige Miyashiro - 820624/05
Mineração Grandes Lagos LTDA. - 820329/08, 820617/13
Mineração Itapecuru Ltda - 821426/12
Pedreiras Migliato Ltda Epp - 820571/12
Poliminas Construtora e Mineração Ltda - 820543/12
Reghine & Cia Construtora LTDA. - 820627/02, 820887/11, 820888/11, 820889/11, 820890/11, 820891/11, 820892/11, 820893/11
Sergio Aparecido Delgado - 820544/12
Sérgio Simone de Oliveira - 820301/13
Spe Águas Termais e Minerais do Guarani Ltda - 820755/09
Ubaldo Joaquim Silva - 820515/05
Vilela & Silva Ltda me - 821126/10
Wilson César - 821116/11, 821117/11
Wilson Gabriel Giannetti - 821108/11, 821109/11

RICARDO DE OLIVEIRA MORAIS

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 98/2014

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.
Titular: Ceramica Marcal Ltda me Cpf/cnpj :03.798.755/0001-71 - Processo minerário: 878111/05 - Processo de cobrança: 978150/14 Valor: R$.9.774,41, Processo minerário: 878053/12 - Processo de cobrança: 978161/14 Valor: R$.593,93
Titular: Ceramica Maria Luiza Ltda Cpf/cnpj :03.941.460/0001-02 - Processo minerário: 878113/10 - Processo de cobrança: 978151/14 Valor: R$.51.901,47, Processo minerário: 878015/08 - Processo de cobrança: 978162/14 Valor: R$.11.464,01

JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
864.027/2008-LUCIANA CORDEIRO NASCIMENTO- AI N°795/2014 - DNPM/TO
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
864.002/2004-VOTORANTIM CIMENTOS S A- OF. N° 2.603/2014 - DNPM/TO
Nega provimento a defesa apresentada(242)
864.170/2011-ANANIAS PONCE LACERDA NETO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
864.384/2007-FAMA MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°2668/2014 - DNPM/TO
864.061/2013-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-OF. N°2.568/2014 - DNPM/TO
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
864.077/2014-PHYLADELFIA EXTRAÇÃO IND. E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-OF. N°2.130/2014 - DNPM/TO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
864.228/2010-WALDEMAR PINTO CERQUEIRA- Área de 592,04 para 183,83-Granito
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
864.028/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.030/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.031/2002-GOIAZ MINERADORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA.
864.219/2007-BRITACAL IND E COM DE BRITA E CALCARIO BRASILIA LTDA
864.027/2008-LUCIANA CORDEIRO NASCIMENTO
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
864.393/2006-VIVALDO GAUDÊNCIO-AI N°941/2013 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- DOU de 09/04/2014

RELAÇÃO Nº 173/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
864.393/2006-VIVALDO GAUDÊNCIO- AI N°941/2013 - DNPM/TO
Fase de Licenciamento
Torna sem efeito multa aplicada(1822)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- Publicado DOU de 44/2012 - DNPM/TO
Torna sem efeito Auto de Infração(1873)
864.202/2005-INDUSTRIA E COMERCIO DE BRITAS NORTE LTDA EPP- AI N°44/2012 - DNPM/TO

RÔMULO SOARES MARQUES

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 322, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 337, de 30 de setembro de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009, nº 169, de 15 de abril de 2014, e o que consta no Processo nº 48000.001295/2014-71, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, na forma do Anexo à presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2014, de que trata a Portaria MME nº 169, de 15 de abril de 2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas. Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia das Pequenas Centrais Hidrelétricas constantes do Anexo permanecerão válidos e eficazes desde que:

I - sejam mantidos os parâmetros físicos e energéticos que fundamentaram o seu cálculo e que resultaram nos valores constantes do Anexo; e

II - o Empreendimento tiver obtido Habilitação Técnica da Empresa de Pesquisa Energética - EPE para o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTINO VENTURA FILHO

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS - PCHs PARA O LEILÃO A-5, DE 2014

Pequena Central Hidrelétrica	Empreendedor (Razão Social)	Rio	UF	Potência (MW)	Garantia Física (MWmed)	Documento de Aprovação do Projeto Básico
PCH Bandeirante	Atiaia Energia S.A.	Sucuriú	MS	27,15	18,40	Despacho nº 1.198, de 14/4/2014
PCH Cantu 3	BE Empresa de Estudos Energéticos S.A.	Cantu	PR	6,9646	3,97	Despacho nº 1.660, de 27/5/2014
PCH Grão Mogol	RBO Energia S.A.	Itacambiruçu	MG	27,0	11,82	Despacho nº 1.901, de 18/6/2014
PCH Lajari	Lajari Energética S.A.	Taquari e Ribeirão da Laje	MT	20,88	10,90	Despacho nº 2.988, de 4/8/2014
PCH Matrinchã	Zarwal de Participação Ltda.	Ponte de Pedra	MT	29,70	18,62	Despachos nº 3.861, de 14/11/2013 e nº 2.928, de 31 de julho de 2014
PCH Rincão	Rincão Energia S.A.	Ijuizinho	RS	10,00	3,73	Despacho nº 2.929, de 31/7/2014
PCH Sertãozinho	Minas PCH S.A.	Claro	GO	18,00	10,86	Despacho nº 1.657, de 27/5/2014

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

N. da Coejo: Torna sem efeito a publicação das Portarias nº 124, de 19 de março de 2014 e nº 355, de 10 de julho de 2014, ocorrida na edição do DOU nº 219, de 12-11-2014, Seção 1, página 71.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-06/N° 031, de 10 de setembro de 2004, que cria o Projeto de Assentamento ROSELI NUNES II, localizado no município de Resplendor de Minas/MG, publicada no DOU N° 188, de 29 de setembro de 2004, Seção 1, página 54, e Boletim de Serviço N° 40, de 04 de outubro de 2004, onde se lê " 40 (quarenta) unidades familiares..." leia-se 39 (trinta e nove) unidades familiares e onde se lê "... área de 2.320,6973 ha (duas mil, trezentos e vinte hectares, sessenta e nove ares e setenta e três centiares) ...", leia-se área de 2.338,3417 ha (duas mil, trezentos e trinta e oito hectares, trinta e quatro ares e dezesete centiares).

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR

PORTARIA Nº 53, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto na lei 10.420, de 10 de abril de 2002 e no Decreto 4.962, de 22 de janeiro de 2004, e considerando que os pagamentos de benefícios seguem às condições vigentes na data de adesão do agricultor, conforme o artigo 9º do Decreto 4.962/2004, de 22 de janeiro de 2004, resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento dos benefícios relativos à safra 2013/2014 aos agricultores(as) que aderiram ao Garantia-Safra nos municípios constantes no anexo.

Art. 2º Os pagamentos serão realizados a partir do mês de novembro de 2014, nas mesmas datas definidas pelo calendário de pagamentos de benefícios sociais da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER BIANCHINI

ANEXO

(Safra 2013/2014)

UF	Região	CDIBGE	Municípios	Aderidos
BA	R1	2909406	Cotegipe	197
CE	ÚNICA	2300309	Acopiara	5.318
CE	ÚNICA	2301208	Aracoiaba	1.575
CE	ÚNICA	2303931	Choró	1.841
CE	ÚNICA	2306603	Itatira	3.080
CE	ÚNICA	2308377	Miraíma	1.069
CE	ÚNICA	2308500	Mombaça	5.843
CE	ÚNICA	2310902	Piquet Carneiro	2.598
CE	ÚNICA	2312700	Senador Pompeu	2.634
CE	ÚNICA	2313104	Tabuleiro do Norte	2.101
MA	R2	2101731	Belágua	536
PB	R1	2502607	Igaracy	486
PB	R1	2504108	Carrapateira	270
PB	R1	2504207	Catingueira	308
PB	R1	2508406	Lastro	279
PB	R1	2509156	Marizópolis	119
PB	R1	2511301	Piancó	686
PB	R1	2513968	São Domingos de Pombal	254
PB	R1	2514305	São José de Caiana	206
PB	R1	2500700	São João do Rio do Peixe	1.486
PB	R2	2500908	Arara	650
PB	R2	2503100	Cabaceiras	348
PB	R2	2504009	Campina Grande	3.168
PB	R2	2516409	Campo de Santana	389
PB	R2	2508307	Lagoa Seca	540
PB	R2	2509339	Matinhas	486
PB	R2	2509503	Montadas	561
PE	R1	2602001	Bodocó	3.644
PE	R1	2604304	Cedro	1.024
PE	R1	2605301	Exu	5.115
PE	R1	2607307	Ipubi	3.272
PE	R1	2609907	Ouricuri	7.823
PE	R1	2614808	Tacaratu	1.718
PE	R1	2615607	Trindade	1.978
PE	R2	2600609	Alagoinha	940
PE	R2	2600807	Altinho	374
PE	R2	2601201	Arcoverde	742
PE	R2	2601706	Belo Jardim	239
PE	R2	2601904	Bezerros	305
PE	R2	2602605	Brejo da Madre de Deus	248
PE	R2	2604700	Correntes	6
PE	R2	2606002	Garanhuns	1.099
PE	R2	2606705	Ibirajuba	237
PE	R2	2608305	Jupi	426
PE	R2	2608404	Jurema	320
PE	R2	2608800	Lajedo	328
PE	R2	2611705	Riacho das Almas	526
PE	R2	2613008	São Bento do Una	1.155
PE	R2	2613107	São Caitano	185
PI	ÚNICA	2202307	Canto do Buriti	2.136
PI	ÚNICA	2205524	Júlio Borges	489
RN	R1	2400109	Acari	105
RN	R1	2400208	Açu	791
RN	R1	2400703	Alto do Rodrigues	107
RN	R1	2401008	Apodi	1.260
RN	R1	2401305	Augusto Severo	770
RN	R1	2401453	Baraúna	447
RN	R1	2402006	Caicó	240
RN	R1	2402303	Caraúbas	1.068
RN	R1	2402402	Carnaúba dos Dantas	219
RN	R1	2403103	Currais Novos	602
RN	R1	2403400	Equador	156
RN	R1	2403707	Felipe Guerra	195
RN	R1	2404309	Governador Dix-Sept Rosado	554
RN	R1	2404408	Grossos	278
RN	R1	2404853	Itajá	126
RN	R1	2404903	Itaú	104
RN	R1	2405603	Jardim de Piranhas	157
RN	R1	2405702	Jardim do Seridó	359
RN	R1	2406908	Lucrécia	214
RN	R1	2407609	Messias Targino	208
RN	R1	2408003	Mossoró	2.623
RN	R1	2408409	Olho-d'Água do Borges	124
RN	R1	2408508	Ouro Branco	133
RN	R1	2408904	Parelhas	534
RN	R1	2409308	Patu	300
RN	R1	2409902	Pendências	87
RN	R1	2410256	Porto do Mangue	462
RN	R1	2410702	Riacho da Cruz	66
RN	R1	2411007	Rodolfo Fernandes	133
RN	R1	2411429	Santana do Seridó	201
RN	R1	2412104	São João do Sabugi	107
RN	R1	2412401	São José do Seridó	118
RN	R1	2413409	Serra Negra do Norte	288
RN	R1	2413607	Severiano Melo	269
RN	R1	2411056	Tibau	67
RN	R1	2414308	Timbaúba dos Batistas	42
RN	R1	2414506	Umarizal	273
RN	R1	2414605	Upanema	911

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA DO CNAS A SER REALIZADA EM 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2014 E 228ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014

Local de realização da Reunião Descentralizada e Ampliada - 17 e 18 de novembro e 228ª Reunião Ordinária do CNAS dia 19 de novembro: Grand Hotel Stella Maris, localizado na Rua Prof. Felipe Tiago Gomes, 5 - Stella Maris, Salvador/BA

17/11/2014 - REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA

18/11/2014 - REUNIÃO DESCENTRALIZADA E AMPLIADA

19/11/2014 - PLENÁRIA

9h às 09h15

Aprovação da ata da 227ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta da 228ª Reunião Ordinária

09h15 às 10h

Informes da Presidência/Secretaria Executiva, MDS, CIT, FONSEAS, CONGEMAS e Conselheiros.

10h às 11h

Apreciação do Calendário de Reuniões do CNAS 2015

11h às 12h

Relato da Presidência Ampliada

14h às 18h

Desafios para o Controle Social do SUAS em 2015

EDIVALDO DA SILVA RAMOS
Presidente do Conselho

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 284, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto Terminal Portátil de Telefonia Celular, industrializado no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001194/2014-68, de 8 de setembro de 2014, e na Nota Técnica nº 1409/2014/GT/PPB, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 306, de 28 de dezembro de 2012, que estabelece o Processo Produtivo Básico para TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR, industrializado no País, tem o seu art. 1° acrescido do § 5°, com a seguinte redação:

"§ 5º Fica dispensado até 31 de dezembro de 2016 o cumprimento do inciso I para circuito impresso flexível e/ou circuito impresso combinado no processo de impressão das camadas a circuito impresso flexível de conexão, desde que não implemente a função processamento e/ou de comunicação por RF."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 285, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto Terminal Portátil de Telefonia Celular, industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.001194/2014-68, de 8 de setembro de 2014, e na Nota Técnica nº 1409/2014/GT/PPB, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 307, de 28 de dezembro de 2012, que estabelece o Processo Produtivo Básico para TERMINAL PORTÁTIL DE TELEFONIA CELULAR, industrializado na Zona Franca de Manaus, tem o seu art. 1º acrescido do § 6°, com a seguinte redação:

"§ 6º Fica dispensado até 31 de dezembro de 2016 o cumprimento do inciso I para circuito impresso flexível e/ou circuito impresso combinado no processo de impressão das camadas a circuito impresso flexível de conexão, desde que não implemente a função processamento e/ou de comunicação por RF."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 286, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "Unidade de Armazenamento de Dados, Não Volátil, em Meio Semicondutor (SSD - Solid State Drive)", industrializado na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000503/2014-82, de 17 de abril de 2014, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - moldagem, encapsulamento ou injeção plástica das peças plásticas do gabinete externo, quando aplicável;

III - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes;

IV - integração final do produto, montado de acordo com os incisos anteriores; e

V - formatação, instalação dos programas de computador residentes e testes finais, quando aplicável.

§ 1º Todas as etapas acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto a etapa descrita no inciso II, que poderá ser realizada em outras regiões do País.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas estabelecidas nos incisos IV e V, que não poderão ser terceirizadas.

§ 3º A etapa estabelecida no inciso II fica dispensada até o limite de produção anual de 100.000 (cem mil) unidades.

§ 4º Atingido o limite de produção a que se refere o § 3º, a empresa deverá cumprir a etapa estabelecida no inciso II do caput em até 6 (seis) meses.

Art. 2º O Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido nesta Portaria Interministerial não se aplica aos DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO NÃO VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE), que tem PPB específico.

Art. 3º Os circuitos integrados ou microchips do tipo memória não volátil, utilizados na montagem das placas de circuito impresso do produto a que se refere o art. 1º deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano-calendário, conforme cronograma abaixo:

I - de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014: 0% (zero por cento); e

II - de 1º de janeiro de 2015 em diante: 40% (quarenta por cento).

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 24, de 28 de janeiro de 2013.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 287, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto "Unidade de Armazenamento de Dados, Não Volátil, em Meio Semicondutor (SSD - Solid State Drive)", industrializado no país.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000503/2014-82, de 17 de abril de 2014, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto UNIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS, NÃO VOLÁTIL, EM MEIO SEMICONDUTOR (SSD - Solid State Drive), produzido no País, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - moldagem, encapsulamento ou injeção plástica das peças plásticas do gabinete externo, quando aplicável;

III - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes;

IV - integração final do produto, montado de acordo com os incisos anteriores; e

V - formatação, instalação dos programas de computador residentes e testes finais, quando aplicável.

§ 1º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas estabelecidas nos incisos IV e V, que não poderão ser terceirizadas.

§ 2º A etapa estabelecida no inciso II fica dispensada até o limite de produção anual de 100.000 (cem mil) unidades.

§ 3º Atingido o limite de produção a que se refere o § 2º, a empresa deverá cumprir a etapa estabelecida no inciso II do caput em até 6 (seis) meses.

Art. 2º O Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido nesta Portaria Interministerial não se aplica aos DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO NÃO VOLÁTIL DE DADOS À BASE DE SEMICONDUTORES (PEN DRIVE), que tem PPB específico.

Art. 3º Os circuitos integrados ou microchips do tipo memória não volátil, utilizados na montagem das placas de circuito impresso do produto a que se refere o art. 1º deverão atender ao respectivo Processo Produtivo Básico, nos percentuais da produção, no ano-calendário, conforme cronograma abaixo:

I - de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2014: 0% (zero por cento); e

II - de 1º de janeiro de 2015 em diante: 40% (quarenta por cento).

Art. 4º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Portaria nº 23, de 28 de janeiro de 2013.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLELIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 47, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de TERMINAL DE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE DÉBITO E CRÉDITO.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

CONSULTA PÚBLICA Nº 48, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de Máquina Automática para Processamento de Dados Digital, Portátil (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "Netbook, Notebook e Ultrabook".

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

CONSULTA PÚBLICA Nº 49, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8o e 9o da Portaria Interministerial MDIC/MCT no 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de BICICLETA ERGOMÉTRICA, ESTEIRA ROLANTE MECÂNICA OU ELÉTRICA E STEPPER OU ELIPTICO.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mails: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

HELOISA REGINA GUIMARÃES DE MENEZES

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 661, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/09/2014 e 04/11/2014, e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 02/09/2014 e 04/11/2014, e na reunião extraordinária realizada em 22/10/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.001791/2014-81
Proponente: Confederação Brasileira de Basketball
Título: Campeonato Brasileiro de Seleções Sub -17 2014
Registro: 02RJ011152007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.265.884/0001-28
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 2.049.310,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0392 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 51288-5
Período de Captação até: 30/11/2014

2 - Processo: 58701.001914/2014-84
Proponente: Instituto de Gestão Sustentável do Esporte
Título: Centro de Basquete 2015
Registro: 02SP123412013
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 14.563.287/0001-72
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 2.328.199,94
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1270 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22620-3
Período de Captação até: 31/12/2015

3 - Processo: 58701.007750/2013-18
Proponente: ONG Futebol de Rua
Título: Futebol de Rua Pela Educação Ano III
Registro: 02SP033172008
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 08.607.847/0001-40
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 1.453.940,13
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1518 DV: 0 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 26787-2
Período de Captação até: 31/12/2015

SECRETARIA NACIONAL DE ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO Nº 15, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Reconhece o direito à isenção de Imposto de Importação - II e IPI a Enéias Mendes da Silva, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.002234/2014-88, no qual se acha comprovado que os equipamentos e materiais a serem importados foram homologados pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar a Enéias Mendes da Silva, CPF: 006.629.959-45 no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e suas posteriores alterações, relativo aos materiais e equipamentos para a modalidade de Tiro Esportivo, abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR (DO PAÍS DE ORIGEM)
1	Espingarda Perazzi, Modelo MX8, Calibre 12, 2 Canos Comprimento 75 cm, Coronha Regulável e Estojo.	01	5.571,00 Euros
TOTAL			5.571,00 Euros

RICARDO LEYSER GONÇALVES
Secretário

ATO DECLARATÓRIO Nº 16, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2014

Reconhece o direito à isenção de Imposto de Importação - II e IPI ao atleta THIAGO LIBÓRIO ROMANELLI, nas aquisições no mercado interno e nas importações dos produtos que relaciona.

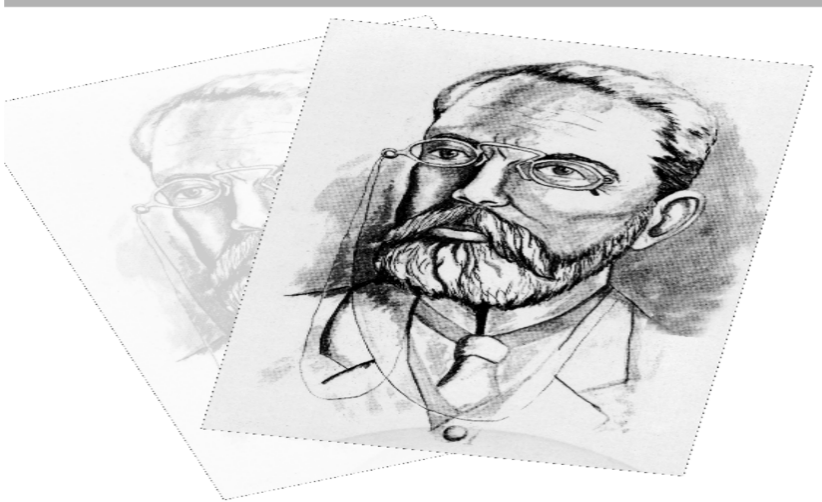
A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte, de conformidade com o disposto no art. 4º da Portaria nº 199, de 09 de agosto de 2002, tendo em vista o que consta do Processo nº 58701.004026/2014-13, no qual se acha comprovado que o equipamento a ser importado foi homologado pela entidade internacional da respectiva modalidade esportiva e não possui similar nacional, expede o presente ATO DECLARATÓRIO a beneficiar o atleta THIAGO LIBÓRIO ROMANELLI, CPF: 259.853.238-46, no direito à isenção do Imposto de Importação - II e Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de acordo com os termos que trata a Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e suas posteriores alterações, relativo aos materiais e equipamentos para a modalidade de Tiro Esportivo, abaixo relacionado:

ORD	IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO	QTD	VALOR (DO PAÍS DE ORIGEM)
1	Espingarda Sobreposta Pietro Beretta 692 Skeet de 73 cm, Choque Cambiável, Calibre 12, Matrícula SX10271A	01	€ 1.030,00
TOTAL			€ 1.030,00 (EUROS)

RICARDO LEYSER GONÇALVES
Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA

VOCÊ SABIA QUE...



...a obra "Marília de Dirceu", do inconfidente mineiro Thomaz Antonio Gonzaga, foi impressa em 1810 na Impressão Régia?



Que Machado de Assis, autor de romances como "Dom Casmurro" e "Quincas Borba", entre outros, trabalhou na Imprensa Nacional, onde chegou a ser ajudante do diretor de publicação do *Diário Oficial*?

SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF CEP 70610-460
www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 8, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Regula os procedimentos administrativos para a celebração de termos de compromisso para cumprimento da obrigação referente à compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências (Processo nº 02070.000426/2014-79).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 21, do Anexo I do Decreto nº 7.515, de 8 de julho de 2011, o qual aprovou a Estrutura Regimental do Instituto Chico Mendes, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União em 29 de março de 2012,

Considerando o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que obriga o empreendedor, em caso de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação;

Considerando o disposto nos arts. 31 a 33 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando a necessidade de o Instituto Chico Mendes disciplinar os procedimentos administrativos para formalizar o cumprimento da compensação ambiental, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa regula, no âmbito do Instituto Chico Mendes, os procedimentos administrativos para a celebração de Termo de Compromisso para cumprimento da obrigação de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das unidades de conservação federais, e dá outras providências.

Art. 2° Para os fins do disposto nesta Instrução Normativa entende-se por:

I - Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental - TCCA: instrumento por meio do qual são formalizadas e estabelecidas as condições para o cumprimento, pelo empreendedor, das obrigações de Compensação Ambiental constantes em licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental;

II - Certidão de Cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental: documento emitido pelo Instituto Chico Mendes, que atesta o cumprimento integral ou parcial, pelo empreendedor, das obrigações pactuadas em Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental nas unidades de conservação federais ou das obrigações de compensação ambiental decorrentes de instrumentos celebrados anteriormente a esta Instrução Normativa;

III - Formulário Instrutório: formulário preestabelecido que sintetiza e consolida as informações, com a finalidade de otimizar a análise jurídica do processo e ordenar os documentos necessários à assinatura do TCCA;

IV - Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental - PTCA: documento a ser apresentado pelo ICMBio, devendo constituir-se em anexo como parte integrante do TCCA, contendo a descrição detalhada das atividades a serem executadas pelo empreendedor;

V - Solicitação de Aplicação de Recursos de Compensação Ambiental - SAR: formulário a ser encaminhado pelo ICMBio ao empreendedor com a relação dos bens/serviços a serem contratados, de acordo com as etapas previstas no Plano de Trabalho;

VI - Termo de Referência - TR: documento enviado pelo ICMBio ao empreendedor, detalhando as especificações dos bens/serviços anexo à Solicitação de Aplicação de Recursos de Compensação Ambiental - SAR;

VII - Termo de Dação - TD: documento a ser emitido pelo empreendedor, através do qual se dará a entrega/repasse ao ICMBio dos bens adquiridos com recursos de Compensação Ambiental;

VIII - Unidade organizacional responsável da DIPLAN: é a unidade organizacional responsável da DIPLAN, que detém a competência de controle e monitoramento das ações de Compensação Ambiental.

§ 1º Nas hipóteses em que o compromisso imposto ao empreendedor contemple várias unidades de conservação, será elaborado um PTCA para cada unidade contemplada.

§ 2º Considerando o § 1º deste artigo, o TCCA poderá prever a apresentação do PTCA em data posterior à assinatura, por meio de Termo Aditivo.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 3º A celebração do TCCA entre o Instituto Chico Mendes e o empreendedor, objetivando o cumprimento das obrigações relativas à compensação ambiental, oriundas dos processos de Licenciamento Ambiental Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, será formalizada mediante processo administrativo instaurado de Ofício no âmbito do ICMBio, decorrente de determinação do órgão ambiental licenciador em conformidade com o § 2º do art. 36 da Lei n° 9.985/2000.

§ 1º O órgão ambiental licenciador poderá participar do TCCA como interveniente, sempre que assim dispuser cláusula expressa no ato de destinação de recursos a unidade de conservação federal.

§ 2º Nos casos de destinação de recursos de Compensação Ambiental às unidades de conservação geridas pelo ICMBio, por parte de órgão ambiental licenciador federal, distrital, estadual ou municipal, a celebração do TCCA obedecerá ao estabelecido nesta Instrução Normativa.

Art. 4º A celebração do TCCA obedecerá aos seguintes procedimentos:

I - instauração do processo administrativo pela unidade administrativa organizacional responsável vinculada à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN;

II - análise e aprovação do PTCA pela unidade técnica finalística responsável;

III - envio do Plano de Trabalho ao órgão ambiental licenciador para aprovação, quando for o caso;

IV - elaboração da minuta do TCCA pela unidade administrativa responsável vinculada à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN;

V - análise jurídica da minuta do TCCA pela Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio - PFE/ICMBio; e

VI - assinatura e publicação do extrato do TCCA no Diário Oficial da União.

Art. 5º O processo deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - requerimento do empreendedor se for o caso;

II - cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do empreendedor, conforme o caso;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado e atualizado, se o empreendedor for pessoa jurídica de direito privado;

IV - ata da última eleição da Diretoria, se o empreendedor for pessoa jurídica de direito privado;

V - cópia da carteira de identidade e de comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante do empreendedor que assinará o TCCA, se o empreendedor for pessoa jurídica de direito privado;

VI - cópia da publicação do ato de nomeação da autoridade signatária, se o empreendedor for pessoa jurídica de direito público;

VII - cópia da licença ambiental expedida pelo órgão ambiental licenciador com a condicionante de fixação da Compensação Ambiental; e

VIII - comprovação da destinação dos recursos de Compensação Ambiental órgão ambiental licenciador.

§ 1º Caso o empreendedor atue no processo por intermédio de procurador, deverá constar dos autos procuração com poderes específicos, em via original ou em cópia autenticada, além dos documentos pessoais do procurador, sem prejuízo dos documentos exigíveis para o empreendedor outorgante.

§ 2º O não encaminhamento da documentação estabelecida nos incisos deste artigo pelo empreendedor, no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação dada pelo ICMBio, acarretará em comunicação formal ao órgão ambiental licenciador para as providências cabíveis.

Art. 6º Sem prejuízo ao disposto no art. 4° desta Instrução, compete à unidade organizacional responsável vinculada à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN:

I - promover a instrução documental do processo;

II - solicitar à unidade de conservação beneficiária ou área técnica responsável junto à sede do ICMBio a apresentação do PTCA;

III - elaborar a minuta de Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental - TCCA;

IV - preencher o formulário instrutório;

V - submeter o processo administrativo à apreciação da unidade organizacional responsável da DIPLAN visando à celebração do Ajuste; e

VI - encaminhar cópia do Ajuste com o respectivo PTCA ao Gerente Técnico Operacional do TCCA para acompanhamento e providências quanto à sua execução, após à sua publicação no DOU.

Art.7º Compete à Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN:

I - submeter à análise jurídica da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio - PFE/ICMBio a minuta de Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental - TCCA visando à assinatura; e

II - providenciar junto ao empreendedor e à Presidência do ICMBio a assinatura do TCCA.

Art. 8º A PFE/ICMBio promoverá a análise jurídica da minuta do TCCA, emitindo parecer nos termos da Lei n° 10.480/2002 c/c a Lei Complementar n° 73/1993.

Art. 9º Após a emitida a manifestação conclusiva da Procuradoria Federal a que alude o Art. 8º, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística - DIPLAN providenciará:

I - a assinatura do TCCA das 3 (três) vias de igual teor pelo empreendedor; e

II - a assinatura do TCCA das 3 (três) respectivas vias de igual teor assinadas pelo empreendedor junto à Presidência do ICMBio.

Art. 10. Após assinatura do Ajuste pelas Partes, a Presidência do ICMBio encaminhará o TCCA para a publicação no Diário Oficial da União - DOU.

§ 1º Após a publicação no DOU, uma via do TCCA deverá compor o processo administrativo de compensação ambiental do ICMBio, e as demais, por intermédio da unidade organizacional responsável da DIPLAN, serão encaminhadas uma ao empreendedor e a outra ao órgão ambiental licenciador, juntamente com o extrato de publicação do TCCA.

§ 2º Após a celebração do TCCA e publicação do extrato no DOU, o processo administrativo será restituído à DIPLAN, para providências junto à unidade organizacional responsável, visando ao encaminhamento de uma cópia do TCCA com o respectivo PTCA ao Gerente Técnico Operacional do TCCA.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE CUMPRIMENTO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Art. 11. O cumprimento da compensação ambiental dar-se-á através de execução direta pelo empreendedor.

§ 1º O empreendedor deverá apoiar diretamente as unidades de conservação federais beneficiadas, em conformidade com os Planos de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental - PTCA, as Solicitações de Aplicação dos Recursos - SAR e os Termos de Referência - TR a serem elaborados pelo ICMBio.

§ 2º Para administração da execução dos recursos da compensação ambiental o empreendedor poderá valer-se da contratação de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

§ 3º As despesas administrativas decorrentes da intermediação referida no § 2º deste artigo, correrão à conta do empreendedor, não podendo ser abatidas do valor devido a título de compensação ambiental.

§ 4º O empreendedor responderá integralmente perante o ICMBio pelas obrigações decorrentes da contratação realizada na forma do § 2º deste artigo, bem como por eventuais prejuízos causados pelos mesmos.

Art. 12. O TCCA permanecerá vigente a partir da data de publicação no Diário Oficial da União pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado e/ou alterado através de Termo Aditivo, mediante expressa manifestação das partes com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do prazo de vigência.

CAPÍTULO IV

DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DA COMPENSAÇÃO

Art. 13. Os valores devidos a título de compensação ambiental serão atualizados conforme os critérios definidos pelo órgão ambiental licenciador, a partir do momento de sua fixação.

§ 1º Na hipótese de inexistência de indicação do critério de atualização serão utilizados aqueles adotados pelo órgão licenciador federal.

§2º A atualização do valor da compensação ambiental será calculada:

a) para fins de apuração do valor a ser incluído no TCCA, considerar-se-á a variação acumulada das taxas referenciais entre o mês em que ocorreu a fixação do valor da compensação ambiental pelo órgão ambiental licenciador até o mês em que for assinado o TCCA.

b) para fins de apuração do valor devido após assinatura do TCCA, a atualização dar-se-á quando ao final do prazo estipulado no cronograma de execução constante do PTCA houver saldo a executar pelo empreendedor, devendo o saldo remanescente ser reajustado a partir da data em que tiver ocorrido a última atualização, até o mês da apuração.

§ 3º Na ausência da informação acerca da data em que ocorreu a fixação do valor da compensação ambiental, mencionada na alínea "a" do §2º deste artigo, será expedida consulta ao órgão ambiental licenciador sobre a data a ser considerada, ficando sobrestado o processo de celebração do TCCA até a obtenção da informação.

§ 4º Os reajustes decorrentes da atualização do valor da compensação ambiental constituem mera manutenção do valor da moeda e serão necessariamente utilizados com o valor principal objeto do TCCA, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas ao valor principal.

§ 5º Apurado saldo em favor do ICMBio após a execução das SAR´s emitidas, a execução do valor remanescente será objeto de novo PTCA, que obedecerá ao disposto no art. 16.

§ 6º Na hipótese de impossibilidade de elaboração no novo PTCA para cumprimento da do valor remanescente, o responsável pela elaboração solicitará à unidade organizacional responsável da DIPLAN providências necessárias ao encaminhamento da proposição de redestinação do saldo ao CCAF.

CAPÍTULO V

DO GERENCIAMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO

Art. 14. O gerenciamento técnico-operacional do TCCA abrangerá as atividades relacionadas ao acompanhamento, cumprimento e fiscalização dos prazos e execução do objeto e do PTCA estabelecidos.

§1º O chefe da unidade de conservação federal beneficiada será responsável pelo gerenciamento técnico-operacional do TCCA ou, em caso de impossibilidade, a DIPLAN deverá indicar, mediante Ato Administrativo, um técnico responsável em até 10 (dias) após a publicação do Extrato do TCCA no Diário Oficial da União - DOU.

§2º Nos casos em que houver duas ou mais unidades de conservação beneficiadas, cada chefe da respectiva unidade será responsável pelo gerenciamento de sua cota parte no TCCA.

Art. 15. O empreendedor deverá indicar, em até 10 (dez) dias a contar da publicação do extrato do TCCA no DOU, o técnico responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho, com poder decisório, e que permanecerá em contato institucional com o ICMBio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAPÍTULO VI

DO PLANO DE TRABALHO

Art. 16. O Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental - PTCA é o documento a ser elaborado pelo ICMBio, visando orientar ao empreendedor quanto à execução das atividades objeto do TCCA.

§ 1º O PTCA será elaborado pela unidade de conservação federal beneficiada, em conjunto com a Coordenação Regional a qual se vincula, referente à compensação ambiental estabelecida pelo órgão ambiental licenciador.

§ 2º O Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental deverá conter, no mínimo:

a) a descrição das ações objeto do PTCA;

b) as etapas previstas para a execução das atividades pelo empreendedor;

c) a descrição dos resultados esperados por etapa;

d) o cronograma de execução.

§ 3º O prazo para elaboração do PTCA será de 30 dias, contatos do recebimento da solicitação para elaboração, podendo ser prorrogado pela unidade organizacional responsável da DIPLAN mediante documento encaminhado pela chefia da unidade beneficiada, justificando a impossibilidade de cumprimento do prazo.

§ 4º Sem prejuízo aos dispostos nos incisos II e III do art. 4°, como também do inciso II do art. 6° desta Instrução Normativa, o PTCA, uma vez elaborado, deverá ser enviado à unidade organizacional responsável da DIPLAN, que o encaminhará para análise e aprovação da Diretoria pertinente na sede do ICMBio.

§ 5º Em caso de não aprovação do PTCA, o documento retornará à unidade de origem, para que se providenciem as adequações recomendadas pela Diretoria responsável.

§ 6º Após publicação do Extrato do TCCA no DOU, o PTCA poderá ser ajustado, no interesse da Administração, por meio de:

a) registro por simples apostila, quando se tratar de alterações nas etapas previstas, condicionadas à aprovação pela Diretoria pertinente e que não acarretem mudanças nas ações destinadas pelo órgão competente, conforme estabelecido no art. 33 do Decreto n° 4.340/2002;

b) celebração de TERMO ADITIVO, quando se tratar de:

1. alteração de valores;

2. alteração ou inclusão de unidade de conservação beneficiada;

3. alteração das ações destinadas pelo Órgão competente, conforme estabelecido no art. 33 do Decreto n° 4.340/2002, decorrente de redestinação de recursos de Compensação Ambiental.

§ 7º No caso de recursos destinados às ações de (1) Regularização Fundiária e Demarcação de Terras, (2) Elaboração e Revisão do Plano de Manejo e (3) Desenvolvimento de Pesquisas, o PTCA será elaborado pelas Coordenações Gerais pertinentes, nos termos do § 2º deste artigo, aplicando-se o disposto no § 3º quanto ao prazo estabelecido.

§ 8º O não atendimento do prazo estabelecido no § 3º poderá acarretar prejuízos para a aplicação da compensação ambiental, sendo passível de procedimento de apuração de responsabilidade.

CAPÍTULO VII

DA SOLICITAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS E TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 17. Após a Publicação do TCCA no DOU, o Gerente Técnico Operacional do TCCA encaminhará ao empreendedor as Solicitações de Aplicação de Recursos - SAR´s com os respectivos Termos de Referência, contendo as especificações dos bens e/ou serviços necessários à consecução do Plano de Trabalho de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental - PTCA.

§ 1º Os valores de referência indicados nas SAR´s e nos Termos de Referência constituirão os limites máximos para aquisição dos bens ou contratação dos serviços entregues para fins de amortização, sendo glosados os valores excedentes, salvo se demonstrada efetiva alteração do valor de mercado do produto ou serviço indicados.

§ 2º A Unidade Gestora Executora responsável do ICMBio deverá prestar auxílio às unidades de conservação e Diretorias quanto à confecção dos Termos de Referência e demais procedimentos relativos às especificações dos bens e/ou serviços solicitados e valores a serem consultados no SISPP.

§ 3° Durante o processo de confecção dos Termos de Referência e demais documentos relativos às especificações dos bens e/ou serviços, especialmente no caso de serviços de consultoria, deverão ser observadas as disposições legais e regulamentares no que diz respeito à pesquisa de preços e contratações diretas fundadas por inexibilidade, definindo-se um valor máximo para a contratação pelo emprendedor.

Art. 18. Nas Solicitações de Aplicação de Recursos - SAR´s e Termos de Referência - TR, os valores máximos estabelecidos terão como referência os valores registrados no Sistema de Preços Praticados - SISPP, que é um subsistema do SIASG, que permite o registro dos preços praticados nas compras de bens e serviços no âmbito da Administração Pública Federal e o estabelecimento de referencial de preços para novas aquisições.

§ 1º Caso os bens ou serviços a serem adquiridos não constem no SISPP, será excepcionalmente admitido, como o valor máximo permitido, o menor valor de no mínimo 3 (três) cotações obtidas junto ao mercado.

Art. 19. No que tange a obras e serviços de engenharia, o Gerente Técnico Operacional do TCCA receberá o apoio do Serviço de Engenharia e Arquitetura - ICMBio na elaboração da Solicitação de Aplicação de Recursos - SAR e Termo de Referência, caso em que este Serviço de Engenharia e Arquitetura deverá ser informado previamente da demanda, no sentido de fornecer as orientações quanto à elaboração de projeto preliminar/Projeto Básico.

§ 1º Na SAR para obras e serviços de engenharia inicialmente não haverá valor e sim o detalhamento técnico da necessidade da unidade de conservação.

§ 2º Para elaboração do Projeto Executivo da obra, o empreendedor ficará responsável por apresentar 3 (três) orçamentos de empresas de engenharia/arquitetura ao Gerente Técnico Operacional do TCCA.

§ 3º Os orçamentos recebidos pelo Gerente Técnico Operacional do TCCA, para a elaboração do Projeto Executivo, serão analisados e autorizados pelo Serviço de Engenharia e Arquitetura do ICMBio, que definirá o valor máximo permitido para contratação do referido projeto.

§ 4º O Serviço de Engenharia e Arquitetura - ICMBio ou área equivalente, ficará responsável em analisar e aprovar o Projeto Executivo apresentado pelo empreendedor.

§ 5º Na execução do Projeto Executivo, as etapas referentes à fiscalização da obra, pagamento de entregas parciais/medições, recebimento provisório e final da obra, deverão contar com a aprovação do Gerente Técnico Operacional do TCCA, em conjunto com o Serviço de Engenharia e Arquitetura - ICMBio ou área equivalente.

Art. 20 O empreendedor executará as Solicitações de Aplicação de Recursos - SAR´s, obedecendo estritamente o disposto nas respectivas solicitações e/ou Termos de Referências apresentados, assim como os prazos previstos no PTCA.

§1° Em casos de comprovada impossibilidade de execução de determinada Solicitação de Aplicação de Recursos - SAR, o empreendedor solicitará ao Gerente Técnico-Operacional do TCCA as adequações necessárias visando a torná-la exequível.

§2° Caso a execução de determinada Solicitação de Aplicação de Recursos - SAR não seja realizada no prazo fixado e o empreendedor não indicar as adequações necessárias previstas no §1° deste artigo, o ICMBio comunicará formalmente o inadimplemento ao órgão ambiental licenciador, para fins de aplicação de medidas estabelecidas na legislação vigente.

Art. 21. No caso de produto objeto de consultoria e pesquisa, o Gerente Técnico Operacional do TCCA encaminhará à Diretoria pertinente com respectivo parecer, para aprovação e posterior pagamento.

CAPÍTULO VIII

DA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

Art. 22. Nos casos de dação de imóveis inseridos em unidades de conservação federais, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - O processo de aquisição dos imóveis deverá estar de acordo com a Instrução Normativa ICMBio Nº 02/2009;

II - Os imóveis deverão estar livres e desembaraçados, não sujeitos a qualquer gravame ou execução por dívidas fiscais ou trabalhistas já constituídas na época da dação;

III - Os bens imóveis devem ser previamente avaliados por técnicos do ICMBio, ou por entidade contratada para tal finalidade; e

IV - A dação somente produzirá pleno efeito após seu registro no competente Cartório de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Na hipótese de dação de imóvel adquirido pelo empreendedor por valor superior ao da avaliação referida no inciso III, o excedente será glosado para fins de amortização.

CAPÍTULO IX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 23. O empreendedor deverá encaminhar ao Gerente Técnico Operacional do TCCA, a Prestação de Contas dos recursos executados da Compensação Ambiental a cada 6 (seis) meses a partir da publicação do Termo de Compromisso no Diário Oficial da União, contendo a seguinte documentação:

I - Relatório Parcial ou Final de Cumprimento do Objeto demonstrando os objetivos alcançados decorrentes da execução do PTCA, inserindo, se necessário, registros fotográficos dos serviços executados e bens adquiridos.

II - Demonstrativo da Execução de Receita e Despesa demonstrando a atualização dos recursos;

III - Relatório de Execução Físico - Financeira;

IV - Relação de Pagamentos;

V - Documentos fiscais comprobatórios dos pagamentos efetuados, devidamente atestados, e com a identificação do número do TCCA correspondente;

VI - Comprovantes bancários dos pagamentos; e

VII - Termo de Dação dos bens móveis e imóveis adquiridos no período decorrentes do cumprimento do TCCA com o correspondente Termo de Recebimento.

Art. 24. A Prestação de Contas encaminhada nos termos do art. 24 desta Instrução será analisada pelo Gerente Técnico Operacional do TCCA, que examinará a execução física - financeira das atividades previstas e executadas e os objetivos alcançados, emitindo Parecer Técnico quanto à aprovação do cumprimento parcial ou final do objeto.

§1º O Gerente Operacional Técnico do TCCA encaminhará, a cada 6 (seis) meses, à unidade organizacional responsável da DIPLAN, a prestação de contas conforme o art. 24 desta Instrução, com o respectivo Parecer Técnico.

§2º No caso do Parecer Técnico se relacionar à aprovação do Cumprimento Final do Objeto do TCCA, deverá ser enviada cópia ao órgão ambiental licenciador.

§3º Em caso de haver a constatação, pela análise da prestação de contas apresentada, de eventual impropriedade quanto à documentação, o Gerente Operacional Técnico do TCCA notificará o empreendedor quanto à necessidade do saneamento da irregularidade.

§4º O prazo para o saneamento da irregularidade prevista no §4º deste artigo será de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da notificação.

CAPÍTULO X

DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NO TCCA

Art. 25. Constatado eventual descumprimento das obrigações previstas no TCCA, deverá o Instituto Chico Mendes, por meio da DIPLAN, notificar o empreendedor na forma prevista pelo Art. 26 da Lei 9.784/99, para que, querendo, apresente, por escrito, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do documento, as razões de fato e de direito pertinentes, assim como as provas do alegado.

Art. 26. O Presidente do Instituto Chico Mendes decidirá em até 30 (trinta) dias pelo acatamento ou rejeição da justificativa, notificando o empreendedor quanto à sua decisão.

§ 1° A DIPLAN elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à presidência.

§ 2º Acatada a justificativa, o Presidente do Instituto Chico Mendes fixará novo prazo para o cumprimento da obrigação de Compensação Ambiental, sendo o saldo remanescente passível de atualização até o efetivo cumprimento da Compensação Ambiental.

§ 3º Rejeitada a justificativa, a DIPLAN, no prazo de até 20 (vinte) dias a contar do recebimento pelo empreendedor da notificação de que trata o caput, comunicará formalmente o inadimplemento ao Órgão Licenciador, para fins de aplicação de medidas estabelecidas na legislação vigente.

§ 4º Não apresentada justificativa, a DIPLAN comunicará formalmente o inadimplemento ao Órgão Licenciador, para fins de aplicação de medidas estabelecidas na legislação vigente, em até 20 (vinte) dias a contar do término do prazo previsto no art. 26.

Art. 27. O Instituto Chico Mendes, por meio da DIPLAN, emitirá, em nome do empreendedor, Certidão de Cumprimento do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da aprovação da Prestação de Contas Final.

Parágrafo único. A Certidão de que trata o caput tem seus efeitos limitados às obrigações de Compensação Ambiental dirigida a unidades de conservação federais, não se estendendo às unidades de conservação estaduais ou municipais que também figurem como beneficiárias.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A DIPLAN administrará e manterá atualizado banco de dados com os valores de Compensação Ambiental, suas respectivas destinações e unidades de conservação federais beneficiadas.

Parágrafo único. Os dados indicados no caput são de acesso público e serão divulgados no sítio do Instituto Chico Mendes na rede mundial de computadores.

Art. 29. A publicação do Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental - TCCA deverá se dar por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Art. 30. Os Termos de Compromisso para Cumprimento de Compensação Ambiental celebrados ao amparo da Instrução Normativa nº 20/2011, permanecem por ela regidos, inclusive quanto a aditamentos, até o seu encerramento.

Parágrafo único. Na hipótese de rescisão ou denúncia do TCCA referido no caput, deverá ser celebrado novo TCCA nos termos da presente Instrução Normativa.

Art. 31. As situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisadas conjuntamente pela DIPLAN e pela PFE/ICMBio, após o que serão submetidas à apreciação do Presidente, para determinação quanto às medidas a serem adotadas.

Art. 32. Durante a vigência do TCCA, as ações destinadas às unidades de conservação federais, previstas no art. 33 do Decreto 4.340/2002, poderão sofrer alterações, no interesse do Órgão Gestor, desde que os processos de aquisições não tenham sidos iniciados pelo empreendedor.

Parágrafo único. A alteração prevista no CAPUT dependerá de aprovação pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF - ou Órgão Licenciador Estadual e Municipal, e deverá ser formalizada mediante Termo Aditivo.

Art. 33. A unidade organizacional responsável da DIPLAN manterá registro relativo a cada TCCA, cuja consulta será facultada, a qualquer tempo, aos Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração Federal, bem assim dos órgãos licenciadores responsáveis pela imposição da obrigação de Compensação Ambiental.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, igualmente, aos TCCA referidos no art. 30, observadas suas características próprias.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 35. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 396, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo eletrônico ou digital no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A SECRETÁRIA-EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Anexo I do Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e na Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e

Considerando o impacto da melhoria dos processos de gestão da informação e da documentação no desempenho da Administração Pública;

Considerando que os processos administrativos devem adotar formas simples e que as relações que envolvem a Administração Pública devem eliminar as formalidades e as exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido, nos termos do art. 14 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e do inciso V do art. 1º do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009;

Considerando a necessidade de criar melhores condições para o tratamento, a recuperação e o cruzamento de informações;

Considerando a diretriz de ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso das tecnologias da informação e comunicação;

Considerando a necessidade de aprimorar a segurança e a confiabilidade das informações;

Considerando a diretriz de ampliar a transparência nos processos de trabalho, também expressa na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

Considerando o princípio da eficiência na Administração Pública, expresso no art. 37 da Constituição Federal;

Considerando que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, expresso no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a implantação e o funcionamento do processo administrativo eletrônico ou digital no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 2º Para o atendimento ao disposto nesta Portaria, fica instituído o Sistema Eletrônico de Informações no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEI-MP).

Art. 3º São objetivos do SEI-MP:

I - aumentar a produtividade e a celeridade na tramitação dos processos;

II - aprimorar a segurança e a confiabilidade dos dados e das informações;

III - criar condições mais adequadas para a produção e a utilização de informações;

IV - facilitar o acesso às informações e às instâncias administrativas; e

V - reduzir o uso de papel e os custos operacionais e de armazenamento da documentação.

Art. 4º Para fins desta Portaria, entende-se por:

I - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o seu formato, suporte ou natureza;

II - documento eletrônico ou digital: documento armazenado sob a forma eletrônica, podendo ser:

a) documento nato digital: documento criado originalmente em meio eletrônico; e

b) documento digitalizado: documento obtido a partir da conversão de um documento-base não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

III - processo administrativo eletrônico ou digital: aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados por meio eletrônico; e

IV - assinatura eletrônica: registro realizado eletronicamente por usuário identificado de modo inequívoco, de uso pessoal e intransferível, para firmar documento eletrônico ou digital.

CAPÍTULO II

DA IMPLANTAÇÃO

Art. 5º A implantação do SEI-MP será gradativa e escalonada, conforme Plano de Implantação do Sistema a ser estabelecido pela Diretoria de Planejamento e Gestão, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DIPLA/SE/MP).

§ 1º A implantação conterá uma fase preliminar e compreenderá processos de negócio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que serão realizados exclusivamente por meio do SEI-MP.

§ 2º O Plano de Implantação deve ser divulgado até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria.

Art. 6º Após a implantação de cada processo de negócio no SEI-MP, todos os atos processuais relativos a esses processos deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto nas situações em que isso for inviável, ou em caso de indisponibilidade do SEI-MP cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo.

§ 1º No caso das exceções previstas no caput, os atos processuais poderão ser praticados segundo as regras aplicáveis aos processos em meio físico, digitalizando-se, posteriormente, o documento-base e incluindo-o no processo administrativo eletrônico ou digital correspondente, conforme procedimento previsto no art. 13.

§ 2ºApós a implantação a que se refere o caput, o Sistema de Controle de Processos e Documentos (CPROD) permanecerá disponível para consulta, sendo vedado o seu uso para registro de novos documentos.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

Art. 7º Os documentos produzidos no âmbito do SEI-MP terão sua autoria e integridade asseguradas mediante a utilização de assinatura eletrônica nas seguintes modalidades:

a) identificação de usuário e senha; ou

b) assinatura digital, baseada em certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 1º O uso de assinatura digital é obrigatório para atos de conteúdo decisório ou que necessitem de comprovação de autoria e integridade em ambiente externo, adotando-se, nos demais casos, a assinatura mediante identificação de usuário e senha, ressalvado o disposto em normas que disciplinem procedimentos eletrônicos específicos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2º A utilização de assinatura eletrônica importa aceitação das normas sobre o assunto pelo usuário, inclusive no que se refere à responsabilidade por eventual uso indevido.

§ 3º A senha de acesso ao SEI-MP e o certificado digital são de uso pessoal e intransferível, sendo de responsabilidade do titular sua guarda e sigilo.

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica a situações onde seja necessário o anonimato ou que permitam identificação simplificada do administrado.

Art. 8º O SEI-MP proverá mecanismo para a verificação da autoria e da integridade dos documentos em processos administrativos eletrônicos ou digitais.

Art. 9º Os documentos natos digitais e os assinados eletronicamente conforme o artigo 7º são originais para todos os efeitos legais.

Art. 10. Consideram-se realizados os atos processuais em meio eletrônico no dia e na hora registrados no SEI-MP, os quais ficarão armazenados e disponíveis para consulta no histórico de operações do Sistema.

§ 1º Quando o ato processual tiver de ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, serão considerados tempestivos os efetivados, salvo disposição em contrário, até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos do último dia, na hora oficial de Brasília.

§ 2º No caso do § 1º, se o SEI-MP estiver indisponível, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte ao da resolução do problema.

Art. 11. O SEI-MP disponibilizará acesso à integra do processo administrativo eletrônico ou digital para vista do interessado por meio da autorização de acesso externo ou pelo envio de cópia(s) do(s) documento(s) por meio eletrônico.

Art. 12. O administrado poderá enviar eletronicamente documentos digitalizados para a juntada aos autos.

§ 1º O teor e a integridade dos documentos digitalizados são de responsabilidade do administrado, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.

§ 2º Os documentos digitalizados enviados pelo administrado terão valor de cópia simples.

Art. 13. A digitalização de documentos recebidos ou produzidos no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento digitalizado.

§ 1º Os documentos resultantes da digitalização de originais são considerados cópia autenticada administrativamente, e nos demais casos terão valor de cópia simples.

§ 2º A digitalização dos processos legados a partir da necessidade de se anexar novo(s) documento(s) ficará a critério das unidades administrativas que já tiveram a implantação do SEI-MP concluída, observadas os procedimentos constantes da Norma Operacional a ser editada pela DIPLA/SE/MP, nos termos do art. 22.

Art. 14. Nas hipóteses de sigilo da informação, o acesso será limitado a servidores autorizados e aos interessados no processo, nos termos do que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e demais normas vigentes.

Art. 15. A classificação da informação quanto ao grau de sigilo deve observar o disposto na legislação específica.

Art. 16. Os documentos em processos administrativos eletrônicos ou digitais deverão ser classificados e avaliados de acordo com o código de classificação e a tabela de temporalidade e destinação adotados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme a legislação arquivística em vigor.

Parágrafo único. A eliminação de documentos eletrônicos ou digitais deve seguir as diretrizes previstas na legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 17. Integram a estrutura de implantação e gestão do SEI-MP:

I - a DIPLA/SE/MP, que atuará como unidade gestora;

II - a Diretoria de Tecnologia da Informação, da Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DTI/SE/MP); e

III - as demais unidades administrativas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 18. Compete à DIPLA/SE/MP:

I - elaborar e disseminar instrumentos orientadores do SEI-MP;

II - promover a capacitação e reciclagem dos usuários do SEI-MP;

III - implantar e gerenciar o SEI-MP em articulação com as unidades administrativas do Ministério;

IV - realizar a gestão administrativa do SEI-MP e mantê-lo atualizado e alinhado às necessidades;

V - prestar atendimento e dirimir dúvidas quanto ao uso e à operacionalização do SEI-MP; e

VI - informar às áreas responsáveis por cada processo de negócio o momento a partir do qual o SEI-MP considerar-se-á implantado naquele caso.

Art. 19. Compete à DTI/SE/MP:

I - instalar, disponibilizar e parametrizar as bases de dados do SEI-MP, e dar suporte tecnológico referente à sua implantação e manutenção;

II - analisar as ocorrências de incidentes e problemas técnicos relativos ao SEI-MP e encaminhar a solução;

III - analisar, juntamente com a DIPLA/SE/MP, as sugestões de melhorias no SEI-MP e encaminhar, quando for o caso, o seu desenvolvimento;

IV - garantir a continuidade do serviço em níveis acordados com a unidade gestora, bem como a disponibilidade dos documentos; e

V - proceder à atualização do SEI-MP e executar as manutenções periódicas conforme planejamento de mudanças definido com a unidade gestora.

Art. 20. Compete às demais unidades administrativas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - implantar o SEI-MP no âmbito de suas respectivas áreas, conforme orientações da DIPLA/SE/MP;

II - cooperar no processo de aperfeiçoamento da gestão de documentos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

III - produzir, tramitar e receber os documentos da unidade no SEI-MP.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Os sistemas de informação relativos a processos administrativos eletrônicos ou digitais que já estão em funcionamento no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coexistirão com o SEI-MP enquanto não houver disposição em contrário da DIPLA/SE/MP.

Art. 22. A DIPLA/SE/MP editará Norma Operacional com orientações e regras para a implantação, funcionamento e utilização do SEI-MP.

Art. 23. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 24. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVA MARIA CHIAVON

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 140, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 8.197, de 20 de fevereiro de 2014, e a delegação de competência de que trata o art. 3º, inciso II, da Portaria MP nº 58, de 21 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento constante dos Anexos I e II da Portaria MP nº 58, de 21 de fevereiro de 2014, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MP Nº 58, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
52000	Ministério da Defesa	4.790.000
TOTAL		4.790.000

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MP Nº 58, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014)

R$ 1,00

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS		DISPONÍVEL
52000	Ministério da Defesa	4.790.000
TOTAL		4.790.000

Fontes: Todas as fontes, exceto 112, 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECUROS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 12 de novembro de 2014

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e considerando o que dispõe o § 5° do art. 23 da lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu pelo conhecimento do recurso, negando provimento e efeito suspensivo, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

PROCESSO	INTERDIÇÃO	EMPRESA	UF
46214.008010/2014-92 46214.007560/2014-94	351849-21/2014	SC2 Shopping Center Teresina LTDA	PI
46214.008012/2014-81 46214.007559/2014-60	351849-22/2014	SC2 Shopping Center Teresina LTDA	PI

ROBERTO CAVALCANTE LEÃO BORGES

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 17, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o registro de empresas de trabalho temporário, solicitação de prorrogação de contrato de trabalho temporário e dá outras providências.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VIII do art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, considerando o disposto na Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, no Decreto nº 73.841, de 13 de março de 1974, e na Portaria MTE nº 789, de 02 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Os procedimentos de registro de empresa de trabalho temporário e os de autorização de contratação e prorrogação de contratos de trabalho temporário que excedam três meses obedecerão ao disposto nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO I - DO REGISTRO DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 2º O funcionamento da Empresa de Trabalho Temporário - ETT dependerá de registro efetuado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 6.019/74 e no art. 4º do Decreto nº 73.841/74.

Parágrafo único. O registro para funcionamento da ETT é pessoal e intransferível, sendo vedada a execução das atividades de locação de mão de obra temporária por terceiros.

Art. 3º O contrato de trabalho temporário - CTT firmado com ETT sem registro no Ministério do Trabalho e Emprego será considerado nulo de pleno direito, nos termos do artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 4º A ETT fica autorizada a exercer suas atividades nas localidades onde possuir matriz, filiais, agências ou escritórios, devidamente registrados no MTE.

§ 1º A ETT poderá exercer suas atividades em localidades onde não possua filial, agência ou escritório, desde que informe no Sistema de Registro de Empresa de Trabalho Temporário - SIRETT os dados de contrato firmado com a empresa tomadora ou cliente.

§ 2º O recrutamento e a seleção de trabalhadores temporários são atividades exclusivas da ETT, ainda que em local onde não tenha filial, agência ou escritório.

Art. 5º A solicitação de registro de ETT deverá ser realizada por meio do SIRETT, disponível no endereço eletrônico do MTE, em www.mte.gov.br.

Art. 6º Após o preenchimento do formulário eletrônico e a transmissão dos dados, o SIRETT emitirá requerimento, que deverá ser protocolado na unidade descentralizada do MTE da localidade da ETT, acompanhado dos seguintes documentos:

I - requerimento de empresário ou contrato social e suas alterações ou versão consolidada, devidamente registrados na Junta Comercial, no qual conste o nome empresarial e o nome de fantasia, se houver;

II - comprovação de integralização do capital social previsto na alínea "b" do art. 6º da Lei nº 6.019, de 1974, para o qual poderão ser considerados imóveis de propriedade da empresa, desde que devidamente registrados em cartório.

III - prova de entrega da última Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, positiva ou negativa;

IV - certidão negativa de débito previdenciário - CND;

V - prova de recolhimento da contribuição sindical patronal;

VI - prova de propriedade do imóvel sede ou contrato de locação firmado em nome da ETT ou autorização de sublocação, se for o caso, e eventuais aditamentos e comprovantes de prorrogação da locação, acompanhado do recibo de aluguel do mês imediatamente anterior à data do pedido;

VII - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, em que conste como atividade principal a locação de mão de obra temporária; e

VIII - identificação dos sócios por meio dos seguintes documentos, dentre outros que se fizerem necessários:

a) para sócios pessoas físicas: identificação pessoal que contenha o número da carteira de identidade e o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF; e

b) para sócios pessoas jurídicas: contrato social ou requerimento de empresário e inscrição no CNPJ.

Parágrafo único. Os documentos devem ser apresentados em cópia autenticada, a qual poderá ser efetuada por servidor do MTE, desde que os originais respectivos lhe sejam apresentados juntamente com as cópias, para conferência.

Art. 7º Compete ao Secretário de Relações do Trabalho decidir sobre o deferimento da solicitação de registro.

Art. 8º A Divisão de Registro de Empresa de Trabalho Temporário - DITT, da Coordenação-Geral de Relações do Trabalho - CGRT, da Secretaria de Relações do Trabalho - SRT, é a unidade competente para analisar as solicitações de registro de ETT.

§ 1º Havendo falta ou constatada irregularidade nos documentos previstos no art. 6º, a DITT notificará a empresa para saneamento do processo no prazo de dez dias.

§ 2º As irregularidades não sanadas ensejarão a declaração de inépcia do pedido pelo chefe do DITT e o conseqüente arquivamento do processo.

§ 3º Da decisão de arquivamento a que se refere o parágrafo anterior caberá recurso, no prazo de dez dias.

§ 4º O recurso será dirigido ao chefe da DITT, o qual, caso não reconsidere sua decisão, o encaminhará ao Secretário de Relações do Trabalho, para decisão final.

Art. 9º Deferido o pedido, o processo será encaminhado à unidade regional do MTE onde foi protocolada a solicitação para entrega do certificado de registro à ETT, mediante recibo.

Art. 10 Havendo alteração contratual, mudança de sede ou abertura de filiais, agências ou escritórios, a ETT deverá seguir os procedimentos previstos nos artigos 5º e 6º.

§ 1º A solicitação de alteração de dados gerada pelo SIRETT deverá ser protocolada na unidade regional do MTE da localidade onde está situada sua sede ou filial, juntamente com cópia dos seguintes documentos:

I - requerimento de empresário ou contrato social e respectivas alterações ou versão consolidada devidamente registrados na Junta Comercial, do qual conste a mudança de sede ou abertura de filiais, agências ou escritórios;

II - inscrição no CNPJ, em que conste como atividade principal a locação de mão-de-obra temporária e o novo nome empresarial, endereço da sede ou da filial, agência ou escritório;

III - certificado de registro de ETT; e

IV - prova de propriedade do imóvel, conforme previsto no inciso VI do art. 6º.

§ 2º A solicitação de alteração relativa a mudanças de endereço, abertura de filiais ou alteração de razão social, implicará na expedição de novo certificado e seguirá os mesmos procedimentos previstos para a de registro.

§ 3º O novo certificado deverá ser entregue à ETT pela Seção ou Setor de Relações do Trabalho da unidade regional do MTE onde foi efetuado o protocolo do pedido, mediante recibo e devolução do certificado original para anexação aos autos.

Art. 11 No caso de extravio, perda, roubo ou inutilização do certificado original, a ETT poderá solicitar a emissão de segunda via por meio de requerimento dirigido à DITT, acompanhado de boletim de ocorrência policial, se for o caso.

Art. 12 O registro de ETT será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - a pedido da ETT, para o qual devem ser observados os procedimentos constantes nos artigos 5º e 6º, caput ;

II - de ofício, quando for comprovada cobrança de qualquer importância ao trabalhador, conforme parágrafo único do art. 18 da Lei nº 6.019/74;

III - de ofício, quando a ETT deixar de cumprir quaisquer dos requisitos constantes no artigo 6º, da Lei nº 6.019/74.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º O pedido de cancelamento feito pela ETT deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

a) cópia do requerimento de empresário ou do contrato social e suas alterações ou versão consolidada, devidamente registrados na Junta Comercial, no qual conste o nome empresarial e o nome de fantasia, se houver; e

b) original do certificado de registro de empresa de trabalho temporário.

§ 2º A ETT será notificada do início do processo de cancelamento de ofício do registro e poderá apresentar defesa escrita à DITT, no prazo de dez dias, acompanhada de documentos que a sustentem.

§ 3º O cancelamento de ofício será realizado pelo Secretário de Relações do Trabalho, com base em análise feita pela DITT.

§ 4º Da decisão de cancelamento de ofício caberá pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo, no prazo de dez dias.

CAPÍTULO II - DA AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR PERÍODO SUPERIOR A TRÊS MESES

Art. 13 O CTT poderá exceder o prazo de três meses, desde que autorizado pelo MTE, atendidas as condições previstas nos artigos 2º a 6º da Portaria MTE nº 789/14.

Art. 14 Na hipótese legal de substituição transitória de pessoal regular e permanente, o CTT poderá ser pactuado por mais de três meses com relação a um mesmo empregado, nas seguintes situações:

I - quando ocorrerem circunstâncias, já conhecidas na data da sua celebração, que justifiquem a contratação de trabalhador temporário por período superior a três meses; ou

II - quando houver motivo que justifique a prorrogação de contrato de trabalho temporário, que exceda o prazo total de três meses de duração.

§ 1º Observadas as condições estabelecidas neste artigo, a duração do CTT, incluídas as prorrogações, não pode ultrapassar um período total de nove meses.

§ 2º Na hipótese prevista no caput, caberá à ETT, ao descrever o motivo justificador, identificar o trabalhador substituído e o motivo do seu afastamento.

Art.15 Na hipótese legal de acréscimo extraordinário de serviços será permitida a prorrogação do CTT por até três meses além do prazo previsto no art. 10 da Lei 6.019, de 3 de janeiro de 1974, desde que perdure o motivo justificador da contratação.

§ 1º Acréscimo extraordinário de serviços é o aumento excepcional da atividade da empresa ou de setor dela, provocado por um fato determinado e identificável;

§ 2º Não se consideram extraordinários os acréscimos de serviço comuns do ramo de negócio do tomador e que façam parte do risco do empreendimento, bem como os decorrentes do crescimento da empresa, da expansão de seus negócios ou da abertura de filiais;

§ 3º Demandas sazonais, entendidas como aquelas que, embora previsíveis, representam um aumento expressivo e significativo na atividade da empresa para atender a um evento episódico no decorrer do ano, justificam a contratação por acréscimo extraordinário de serviços.

Art. 16 Para efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Hipótese legal para a contratação de trabalho temporário: necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços;

II - Motivo justificador: fato determinado que, no caso concreto, justifica a hipótese legal para a contratação de trabalho temporário.

§ 1º É vedada a indicação de mais de uma hipótese legal para o mesmo CTT, bem como a sua alteração no decorrer do contrato.

§ 2º A alteração do motivo justificador da contratação implica em celebração de novo CTT.

Art. 17 As solicitações de autorização para contratação ou prorrogação deverão observar os seguintes prazos, sob pena de indeferimento do pedido:

I - até cinco dias antes de seu início, quando se tratar de celebração de CTT com prazo superior a três meses;

II - até cinco dias antes do termo final inicialmente previsto, quando se tratar de prorrogação de CTT.

Art. 18 A ETT deverá efetuar a solicitação de autorização de prorrogação do CTT ou de sua contratação pelo prazo superior a três meses por meio do SIRETT.

§ 1º As prorrogações de CTT cujo tempo total de contratação não exceda três meses independem de autorização;

§ 2º O CTT pode ser prorrogado mais de uma vez, desde que o motivo justificador da contratação perdure e seja suficiente para abranger todo o período permitido;

§ 3º Para solicitação de autorização de prorrogação de CTT é necessário que conste no SIRETT a informação prévia do respectivo contrato, na forma do artigo 7º da Portaria MTE nº 789/2014.

Art. 19 Compete ao Chefe da Seção de Relações do Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego da Unidade da Federação onde o trabalhador temporário prestará seus serviços, decidir de forma fundamentada sobre a autorização solicitada.

§ 1º A decisão será proferida com base na análise formal e objetiva da documentação e das declarações prestadas pelos requerentes, não implicando em responsabilidade da autoridade concedente caso as condições fáticas do contrato divirjam das informações prestadas pelo solicitante;

§ 2º A competência estabelecida neste artigo poderá ser delegada pela chefia aos servidores lotados na Seção de Relações do Trabalho da respectiva unidade.

Art. 20 A decisão sobre o pedido de autorização constará de termo gerado pelo SIRETT, que será disponibilizado no próprio sistema.

Art. 21 Será denegado o pedido de autorização quando não preenchidas as condições previstas na Portaria MTE nº 789/14 e nesta Instrução Normativa.

§ 1º Será denegado o pedido, ainda, quando o motivo justificador constituir-se em alegações abstratas e inespecíficas ou simples remissão às hipóteses legais.

Art. 22 Em caso de indeferimento do pedido de autorização, o interessado poderá, em até dez dias, apresentar pedido de reconsideração à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, a encaminhará de ofício à autoridade superior para análise em grau de recurso, sem efeito suspensivo.

CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 Havendo a celebração de um único contrato com um mesmo trabalhador temporário para substituir mais de um empregado do quadro permanente, sucessivamente, tal condição deverá ser informada expressamente no SIRETT, com a indicação dos trabalhadores substituídos e o motivo da substituição, devendo o prazo contratual ser compatível com a substituição de todos os empregados.

Art. 24 O local da efetiva prestação de serviços pelo trabalhador temporário colocado à disposição da empresa tomadora ou cliente é o endereço do espaço físico em que ele desempenhará suas atividades, seja o próprio estabelecimento do tomador, seja o estabelecimento de cliente do tomador do serviço ou um local externo determinado.

§ 1º Quando, pela própria natureza do trabalho, o local da prestação de serviços externo for variável ou indeterminado, como nos casos de atendimento a diversos clientes do tomador ou serviço prestado em via pública, a ETT deverá indicar tal condição no SIRETT;

§ 2º Em qualquer caso, a ETT deverá informar o CNPJ vinculado, entendido como o da unidade do tomador - matriz ou filial - que exerce o poder diretivo sobre o trabalhador durante o contrato.

Art. 25 A ETT deverá indicar as datas de início e término do contrato no SIRETT, sendo vedada a celebração de CTT por prazo indeterminado ou sujeito a condição para seu encerramento.

§ 1º A data de término do contrato deve ser determinada no momento da assinatura do CTT;

§ 2º Eventuais alterações na data de término de contrato implicarão sua rescisão antecipada ou sua prorrogação e estarão sujeitas aos respectivos procedimentos legais, bem como à obrigação de atualização no SIRETT.

Art. 26 A contagem dos prazos a que se refere esta Instrução Normativa se dá excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do final.

Art. 27 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Relações do Trabalho.

Art. 28 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29 Fica revogada a Instrução Normativa nº 14, de 17 de novembro de 2009.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 11 de novembro de 2014

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o Mandado de Segurança - Processo Judicial n.º 0000361-07.2014.5.10.0007 e com fundamento no art. 5º da Portaria n.º 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria n.º 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46255.000668/2013-99
Entidade	Sindicato dos Empregados e Trabalhadores Avulsos nas Empresas de Movimentação de Mercadorias em Geral e Empresas de Armazenagem Multimodal, Depósitos e Centros de Distribuição de Cajamar/SP
CNPJ	16.952.875/0001-23
Fundamento	Arquivamento pelo art. 5º, II, da Portaria n.º 186/2008 c/c art. 27, I, da Portaria n.º 326/2013, embasado pela Nota Técnica n.º 1447/2014/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0001281-54.2014.5.10.0015, interposto na 15ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, notifica o Senhor Cícero Joventino de Oliveira, presidente do SITIEBA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Barro Alto - Goiás, processo de pedido de registro sindical n.º 46208.012509/2012-11 (SC14842), CNPJ n.º 15.614.711/0001-23, do inteiro teor do OFÍCIO N.º 1218/2014/CGRS/SRT/MTE, encaminhado à entidade em 10/10/2014, solicitando o envio de documentos. Dessa forma, informamos à entidade o prazo de 30 (trinta) dias para o envio da documentação expressa no ofício, sob pena de indeferimento do pedido de registro sindical, conforme determina o artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 578, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial nº 1.095, de 19/05/2010, publicada no DOU, de 20/05/2010 e considerando o que consta dos autos do Processo nº 46220.003780/2014-60, protocolado no dia 10/07/2014, resolve:

Conceder autorização à OXFORD CRISTAIS LTDA - Setor de Produção/Forno/Fundição, inscrita no CNPJ sob o nº 11.413.930/0001-93, para reduzir o intervalo intrajornada destinado ao repouso e à alimentação para 30 (trinta) minutos, no estabelecimento situado na Avenida 21 de Janeiro, 2850 - Centro, na cidade de Pomerode (SC); nos exatos termos estabelecidos no parágrafo 3º, do artigo 71, da CLT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo a solicitação de renovação ser protocolado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial 1.095/2010, anexando relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos à redução do intervalo destinado ao repouso e a alimentação.

Considerando se tratar de fiscalização indireta, conforme disciplinado no art. 30, § 1º, do Decreto nº 4.552/2002, concede-se o prazo de 30 (trinta) dias para a Requerente retirar os documentos apresentados nos autos em epígrafe, sob pena de destruição.

A presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO Nº 1, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do processo n.º 46385.000256/2010-21 e anexos nºs 46385.000136/2011-12 e 46385.000148/2013-09, resolve: Declarar credenciado LUIZ CRESONI DELLA COLLETA, como Mediador de Negociação Coletiva, uma vez que foram preenchidos os requisitos legais estabelecidos nos parágrafos 2º e 3º do artigo 1º da Portaria 818, de 30.08.95.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 145, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das atribuições legais, e CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos para a expedição das Certidões de Infrações Trabalhistas, de Débito Salarial e de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, e CONSIDERANDO que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas as hipóteses legais, de acordo com o art. 5º, XXXIII, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo deverá fornecer aos interessados legitimados (art. 9º da Lei nº 9.784/99) informações contidas no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de certidões. Art. 2º O requerimento da certidão deverá ser formalizado perante a Superintendência Regional ou na Gerência Regional da circunscrição onde se situe o estabelecimento indicado no requerimento.

Art. 3º A solicitação deverá ser formalizada em requerimento onde constem as certidões a serem requeridas.

Art. 4º O requerimento deverá conter, obrigatoriamente, a razão social, CNPJ/CPF/CEI e endereço da empresa requerente, a referência expressa à certidão requerida, os fins e as razões do pedido e a assinatura do interessado ou de preposto/procurador devidamente habilitado.

§ 1º - A aceitação do pedido fica condicionada ao fornecimento de dados cadastrais corretos, que possibilitem a realização das diligências necessárias.

§ 2º - Ao requerimento, deverão ser anexados cópia do cartão do CNPJ/CPF/CEI, bem como cópia dos atos constitutivos do requerente (Contrato Social, Ata de Assembléia).

Art. 5º - Serão emitidas as seguintes certidões:

I - Certidão de Débitos Salariais ;

II - Certidão de Infrações Trabalhistas;

III - Certidão de Ilícitos Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente.

§ 1º - Tratando-se das certidões previstas nos incisos I e III, o requerente firmará declaração acerca da regularidade de suas obrigações de natureza salarial com relação aos seus empregados e/ou de regularidade de suas obrigações em relação a criança e ao adolescente, que deverá acompanhar o requerimento (conforme modelo do anexo I e II).

Art. 6º As certidões terão validade por 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único - Não será emitida certidão antes do final do prazo de validade da anteriormente emitida.

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA - IMPRENSA NACIONAL

Art. 7º - A certidão de que trata o inciso I do artigo 5º será emitida pelo Setor de Fiscalização do Trabalho, e expedida com base na declaração de responsabilidade de inexistência de Débito Salarial, bem como consulta ao sistema informatizado para apurações de eventuais infrações ao Título IV, capítulo II da CLT e à Lei nº 8.036/90; já as certidões constantes dos incisos II e III serão emitidas pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos, mediante consulta ao sistema informatizado do MTE, e deverá, ainda, atender ao disposto no artigo 3º, § 1º, inciso VI da Portaria Interministerial MPAS/MF nº 254, de 24 de setembro de 2009; todas as certidões serão expedidas no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da formalização da solicitação ou da regularização dos dados mencionados no artigo 4º, § 1º.

Parágrafo único: nas GRTE's, a responsabilidade pela emissão das certidões será dos Gerentes Regionais, que as emitirá com base na declaração acima referida, e após consulta ao sistema informatizado do MTE.

Art. 8º - Para fins de emissão das certidões de que trata o artigo 5º , II e III, considerar-se-á:

I - Negativa - quando os respectivos processos administrativos tiverem sido arquivados por recolhimento da multa, quitação do débito para com o FGTS, insubsistência ou prescrição dos processos originários de Autos de Infração e Levantamento de Débito (Anexos III, V, e VIII);

II - Positiva - nos demais casos (ANEXO IV, VI, e IX).

III - Positiva com efeito de negativa, somente nos casos dos itens II e III do artigo 5º. (ANEXO VII e X)

Art. 9º - Quando não for cabível a emissão da Certidão Negativa de Débito Salarial, o pedido será indeferido. Caso a empresa manifeste interesse, será expedida Certidão Positiva de Débito Salarial. (Anexo IV)

Art. 10º - As certidões serão retiradas na Seção de Multas e Recursos, pelo signatário do requerimento, representante legal devidamente habilitado ou por portador autorizado, devendo o documento de autorização ser juntado ao processo.

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as Portarias nº 43, de 24 de agosto de 2009, e nº 13, de 02 de Fevereiro de 2010.

LUIZ ANTONO MEDEIROS

ANEXO I

DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE DÉBITO SALARIAL

Eu,_____, _____(nacionalidade), _____ (estado civil), RG nº _____, e CPF nº _____, na condição de _____ da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular com todas as obrigações trabalhistas de natureza salarial (pagamento de salários, décimo - terceiro, rescisões, e depósito do FGTS) para com seus empregados na presente data.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo a presente declaração de responsabilidade de inexistência de Débito Salarial para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade de pagamento salarial junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____, _____
(local) (data)

_____
(assinatura)
*Código Penal, art. 299

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Eu, _____, _____(nacionalidade),_____ (estado civil), RG nº _____, e CPF nº _____, na condição de_____ da empresa _____inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei*, que a pessoa jurídica acima nominada encontra-se em situação regular quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Por ser esta uma declaração da verdade, firmo o presente para os efeitos pretendidos, especialmente para comprovação de regularidade quanto ao cumprimento da norma constitucional de proteção ao trabalho do menor e do adolescente junto ao Sistema Federal de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

_____,_____
(local) (data)

_____
(assinatura)
Código Penal, art. 299

ANEXO III

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO SALARIAL
Nº

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o nº _____, que inexiste débito quanto aos salários devidos aos empregados de _____, cujo estabelecimento está situado à _____, nº _____, bairro _____, neste município, inscrito no CNPJ sob o nº _____, conforme declaração de responsabilidade de inexistência de Débito Salarial constante às fls , bem como consulta ao sistema informatizado para apuração de eventuais infrações ao Título IV, capítulo II, da CLT e à Lei nº 8.036/90. Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu, _____(nome), matrícula SIAPE n.º _____, lavrei a presente certidão, assinada pelo Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho / Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. São Paulo, _____. NADA MAIS.

Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO IV

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO SALARIAL
N.º

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____ , e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe débito quanto aos salários devidos aos empregados de _____ _____(nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado à _____ bairro _____, município de _____, inscrito no CNPJ sob o n.º _____. Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu (nome)_____ (nome), matrícula SIAPE n.º _____, lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho/Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____ - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. _____ (local e data). "

Chefe do Setor de Fiscalização do Trabalho/SRTE/SP
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO V

CERTIDÃO NEGATIVA DE INFRAÇÕES TRABALHISTAS
Nº

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____ , e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que inexistem tramitando, nesta data, processos originários de multas trabalhistas lavradas por infrações à legislação trabalhista e às Normas Regulamentadoras, bem como levantamentos de débito para com o FGTS, em nome da empresa _____, cujo estabelecimento está situado _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ sob o n.º _____ . Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu _____ (nome), matrícula SIAPE n.º _____ , lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos / Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____ - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. _____(local e data) .

Chefe da Seção de Multas e Recursos/SRTE/SP
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO VI

CERTIDÃO POSITIVA DE INFRAÇÕES TRABALHISTAS
Nº

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____, e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe(m) tramitando, nesta data, o(s) seguinte(s) processo(s) originário(s) de multa(s) trabalhista(s) e levantamento(s) de débito lavrado(s) contra _____ (nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado à _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ/CPF/CEI, sob o n.º _____ (número de inscrição): _____(número do processo, número do auto/notificação, dispositivo infringido e situação do processo). Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu _____(nome), matrícula SIAPE n.º _____, lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos / Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____, - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo.(Local e data). XXXXXXXXXXXXXXXXX

Chefe da Seção de Multas e Recursos/SRTE/SP
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO VII

CERTIDÃO DE INFRAÇÕES TRABALHISTAS POSITIVA COM EFEITO, DE NEGATIVA
Nº

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____ (nº do protocolo - CPROD,), e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe(m) tramitando, nesta data, pendente(s) de decisão administrativa, o(s) seguinte(s) processo(s) originário(s) de multa(s) trabalhista(s) e levantamento(s) de débito, lavrado(s) contra _____ (nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado à _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ/CPF/CEI, sob o n.º _____ (número de inscrição): _____(número do processo, número do auto/notificação, dispositivo infringido), o qual se encontra pendente de _____. Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias. E, para constar, eu _____(nome), matrícula SIAPE n.º _____ , lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos/ Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____- Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo.(Local e data).

Chefe da Seção de Multas e Recursos/SRTE/SP
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO VIII

CERTIDÃO NEGATIVA DE ILÍCITOS TRABALHISTAS À LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
N.º

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____, e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que inexiste(m) tramitando, nesta data, processos administrativos originários de multa trabalhistas referentes ao Capítulo IV do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da proteção do trabalho do menor, lavrados contra _____ (nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado à _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ/CPF/CEI, sob o n.º _____ (número de inscrição). Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu _____ (nome), matrícula SIAPE n.º _____, lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos/Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____, - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo._____(Local e data).

Chefe da Seção de Multas e Recursos
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

ANEXO IX

CERTIDÃO POSITIVA DE ILÍCITOS TRABALHISTAS À LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
N.º

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____, e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe(m) tramitando, nesta data, o(s) seguinte(s) processo(s) administrativo(s) originário(s) de multa(s) trabalhista(s) referente(s) ao Capítulo IV do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da proteção do trabalho do menor, lavrado(s) contra _____ (nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ/CPF/CEI, sob o n.º _____ : _____ (número do processo, número do auto/notificação, dispositivo infringido e situação do processo), conforme print em anexo, parte integrante desta certidão. Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua expedição. E, para constar, eu _____ (nome), matrícula SIAPE n.º _____ , lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos desta Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo. _____ (Local e data).

Chefe da Seção de Multas e Recursos
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO X

CERTIDÃO DE ILÍCITOS TRABALHISTAS À LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
- POSITIVA COM EFEITO, DE NEGATIVA -
N.º

Certifico, atendendo a requerimento protocolizado nesta Superintendência/Gerência Regional do Trabalho e Emprego, sob o n.º_____, e após pesquisa no sistema informatizado do Ministério do Trabalho e Emprego, que existe(m) tramitando, nesta data, o(s) seguinte(s) processo(s) administrativo(s) originário(s) de multa(s) trabalhista(s) referente(s) ao Capítulo IV do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da proteção do trabalho do menor, lavrado(s) contra _____ (nome do empregador solicitante), cujo estabelecimento está situado à _____ (endereço, cidade e estado), inscrito no CNPJ/CPF/CEI, sob o n.º _____ (número de inscrição): _____(número do processo, número do auto/notificação, dispositivo infringido), o qual se encontra pendente de _____. Esta certidão tem prazo de validade de 180 (cento e oitenta) dias. E, para constar, eu _____(nome), matrícula SIAPE n.º _____ , lavrei a presente certidão que vai por mim rubricada e assinada pelo Chefe da Seção de Multas e Recursos / Gerente Regional do Trabalho e Emprego em _____ - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo.(Local e data).

Chefe da Seção de Multas e Recursos /SRTE/SP
ou
Gerente Regional do Trabalho e Emprego

PORTARIA Nº 154, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta a Portaria Ministerial N.º 3118, de 03/04/89, publicada no D.O.U. de 05/04/89, que subdelegou competência ao SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, para decidir acerca dos pedidos de autorização para o trabalho aos domingos e feriados civis e religiosos e, considerando o que consta dos autos do Processo n.º 46263.003469/2013-33 e conceder autorização à empresa: BASF S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 48.539.407/0073-92, situada à Av. Ângelo Demarchi, nº 123, Bairro Demarchi, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, nos termos do que prescreve os artigos 68 e 70, da CLT e as disposições da Lei Nº 605, de 05/01/49 e seu Regulamento aprovado pelo Decreto Nº 27.048, de 12/08/49, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar da publicação desta, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos constantes nas alíneas do artigo 2º, da referida Portaria Ministerial N.º 3118/89. Outrossim, observa-se que a presente autorização estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS.

PORTARIA Nº 155, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.004914/2014-63 e conceder autorização à empresa: GLOBALPACK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.558.449/0004-73, situada à Rua dom Joaquim de Nazaré, nº 153, Bairro Vila Nogueira, Município de Diadema, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 26 de setembro de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 09 a 11 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS.

PORTARIA Nº 156, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46263.003990/2014-51 e conceder autorização à empresa: LUSOART EDITORA GRÁFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.376.684/0001-19, situada à Rua Líbero Badaró, nº 1201, pav.02, Bairro Pauliceia, Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 26 de maio de 2016 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 82 e 83 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS

PORTARIA Nº 157, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e tendo em conta o que consta no artigo 1º, parágrafo 1º, da Portaria Ministerial N.º 1.095 de 19/05/10, publicada no D.O.U. de 20/05/10, e considerando o que consta dos autos do processo n.º 46472.005102/2014-70 e conceder autorização à empresa: PROCOSA PRODUTOS DE BELEZA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.306.929/0007-98, situada à Av. Manoel Monteiro de Araújo, nº 1350, Bairro Vila Jaguara, Município de São Paulo, Estado de São Paulo para reduzir o intervalo destinado ao repouso e à alimentação nos Setores de Custos Fabricação UP01, Custos Fabricação UP02, Fluxo Logístico, Gerência ETNSHE, IDC Curto Prazo, MOD UP1 Maquiagem, MOD UP2 Capilar, Qualidade,Staff UP01, Staff UP02, UP01, Mecânicos e Supervisores, UP02 Mecânicos e Supervisores, conforme consta no acordo coletivo de trabalho, nos termos do que prescreve o parágrafo 3º, do artigo 71, da Consolidação das Leis do Trabalho, vigendo até 26 de maio de 2015 a contar da publicação desta, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término desta autorização, observados os requisitos do artigo 1º da referida Portaria Ministerial n.º 1.095/10 com a juntada de relatório médico resultante do programa de acompanhamento de saúde dos trabalhadores submetidos a redução do intervalo destinado ao repouso e à alimentação. Os intervalos e os turnos a serem observados são conforme fls. 233 e 234 do referido processo. Outrossim, a presente autorização estará sujeita a cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes da mencionada Portaria Ministerial, constatada a hipótese por regular inspeção do trabalho.

LUIZ ANTONIO MEDEIROS.

Ministério dos Transportes

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

PORTARIA Nº 439, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, em exercício, no uso de suas atribuições e, tendo em vista o disposto na Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, publicada no DOU de 18 de fevereiro de 2009, alterada pela Resolução nº 3.192, de 08 de julho de 2009, publicada no DOU de 16 de julho de 2009, resolve:

Art. 1º Estabelecer as datas-limites para a prática de atos relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial referente ao encerramento do exercício financeiro de 2014, no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 2º Todas as Unidades Organizacionais deverão cumprir rigorosamente o calendário anexo a esta portaria.

JORGE BASTOS

ANEXO

ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO
CALENDÁRIO / DATAS-LIMITES EVENTOS- 2014

Data Limite	Evento
28.11.2014	- Publicação de Portaria de nomeação de Comissões de Levantamentos Físicos de Bens Patrimoniais e de Almoxarifado, pelas Unidades Gestoras Responsáveis e Executoras;
28.11.2014	- Solicitação à GEPLA/SUDEG/ANTT para o estorno ou reforço dos créditos disponíveis;
02 .12.2014	- Data Limite para Emissão de Notas de Empenhos (empenhos das despesas ou reforços de empenhos) - UNIDADES REGIONAIS; - Solicitação à GEPLA/SUDEG/ANTT pelas Unidades Gestoras de Convênio/Termo de Execução Descentralizada dos recursos orçamentários a liberar; - Anulação de Pré-empenhos - UNIDADES REGIONAIS
05.12.2014	- Data limite para Emissão de Notas de Empenhos (empenhos das despesas ou reforços de empenhos e anulação de pré-empenhos); SEDE;
18.12.2014	- Último dia para inclusão no SCDP das solicitações de passagens nacionais e internacionais, para finalização do exercício; - Data Limite de aplicação de suprimento de fundos;
19.12.2014	- Devolução pelos convenentes dos saldos financeiros e/ou orçamentários não utilizados no objeto de convênio ou termo de execução descentralizada; - Solicitação à GEPLA/SUDEG/ANTT pelas Unidades Gestoras de Convênio/Termo de Execução Descentralizada dos recursos financeiros a liberar; - Entrada na GEPLA/SUDEG/ANTT dos Processos relativos aos Termos de Convênio/ Execução Descentralizada e Termos Aditivos aprovados a serem registrados, ainda no exercício de 2014, no SICONV/SIAFI;
22.12.2014	- Prestação de contas e recolhimento (GRU) de saldos de suprimento de fundos via cartão de pagamento;
26.12.2014	- Emissão de Ordens Bancárias - OB (exceto pagamento de pessoal);
29.12.2014	- Último dia para regularização de pendências (prestação de contas e recolhimento de GRU) no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP; - Recolhimento na conta única do Tesouro, via Guia de Recolhimento da União - GRU, a qualquer título ou natureza; - Ajuste, pelas UG's, dos saldos existentes nas contas de contratos (contas contábeis 199720200, 199720300 e 199720400), com os saldos das Notas de Empenhos inscritas em Restos a Pagar, vinculadas a contratos; - Avaliação final, pelas UG's, das Notas de Empenho - NE destinadas à inscrição em Restos a Pagar, com base na legislação em vigor, e anulação das NE´s que não atendam aos critérios da legislação pertinente; - Anulação, pela GEPLA/SUDEG/ANTT, dos eventuais saldos de créditos disponíveis existentes nas UG's; - Informação, das UG's à GEPLA/SUDEG/ANTT, via Mensagem SIAFI, dos créditos disponibilizados como consequência de anulação de Notas de Empenhos que não possam ser inscritas em Restos a Pagar;
30.12.2014	- Data-limite para entrega das relações bancárias na agência de relacionamento da UG; - Emissão, pelas UG´s, de Ordem Bancária "D+O", devendo entregar as Relações Bancárias Externas (RE) no domicilio bancário; - Anulação de Empenho; SEDE;
02.01.2015	- Registros, pelas UG´s, no SIAFI/2014, das Conformidades de Registro de Gestão, das datas pendentes na transação "ATUCONFREG", mês de dez/2014; INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR: - Os RP´s Não Processados são classificados em: RP´s Não Processados a Liquidar e RP´s Não Processados em Liquidação; - A inscrição dos Restos a Pagar Não processados a Liquidar ficará condicionada à indicação pelo ordenador de despesas (Dec. 93.872/86 e suas alterações); - Os RP´s Não Processados em Liquidação referem-se às despesas que já tiveram sua execução iniciada, porém a liquidação não pode ser efetuada, pois o bem e/ou serviço contratado não foi entregue, atestado ou aferido totalmente;
05.01.2015	- Encaminhamento à GEFIN/SUDEG/ANTT, do Relatório Mensal de Almoxarifado - RMA e Relatório Mensal de Bens Móveis - RMB; - Último dia para prestação de contas das viagens efetuadas no mês de dezembro/2014; - Fechamento - Setorial Contábil;
07.01.2015	- Conferência dos processos de baixa de saldos/inscrição de RP´s;
08.01.2015	- Conferência do processo do Diferido;
12.01.2015	- Apuração do resultado do Exercício;
14.01.2015	- Conformidade contábil das UG's; - Encerramento das contas de resultado;
15.01.2015	- Conformidade Contábil do Órgão;
16.01.2015	- Encaminhamento à GEPLA/SUDEG/ANTT, de informações físicas e financeiras referentes às ações da ANTT, para composição do Relatório de Gestão 2014;
20.01.2015	- Conformidade Contábil do Órgão Superior;
21.01.2015	- Conformidade Contábil do BGU;
20.03.2015	- Encaminhamento à GEPLA/SUDEG, das atividades desenvolvidas por todas as Unidades da ANTT, para a elaboração do Relatório de Atividades, referentes ao exercício de 2014.

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 217, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50505.023774/2014-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/RJ, no km 203+600m, na Pista Norte, em Seropédica/RJ, de interesse da Prefeitura Municipal de Seropédica/RJ.

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, a Prefeitura Municipal deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Prefeitura Municipal não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio de Janeiro - URRJ, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Prefeitura Municipal assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Prefeitura Municipal deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Prefeitura Municipal verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Prefeitura Municipal deverá apresentar, à URRJ e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 218, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50510.029398/2014-98, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Fernão Dias, BR-381/MG, no km 609+800m, na Pista Sul, em Oliveira/MG, de interesse do Sr. Alex Sander Oliveira.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, o Sr. Alex Sander deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Fernão Dias S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Sr. Alex Sander não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Fernão Dias S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Fernão Dias S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Sr. Alex Sander assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Sr. Alex Sander deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 06 (seis) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Sr. Alex Sander verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Fernão Dias S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Fernão Dias S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Sr. Alex Sander deverá apresentar, à URMG e à Autopista Fernão Dias S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Sr. Alex Sander abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 219, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.033125/2014-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos de fibra óptica na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, por meio de ocupação longitudinal, no trecho entre o km 216+900m e o km 216+974m, na Pista Norte, e travessia no km 216+900m, em Guarulhos/SP, de interesse da SAMM - Sociedade de Atividade em Multimídia Ltda..

Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos de fibra óptica, a SAMM deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SAMM não poderá iniciar a implantação da rede de cabos de fibra óptica objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A SAMM assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos de fibra óptica, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SAMM deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo de 90 (noventa) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SAMM verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da rede de cabos de fibra óptica no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à rede de cabos de fibra óptica.

Art. 8º A SAMM deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de rede de cabos de fibra óptica por meio de ocupação longitudinal e travessia autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 1.127,28 (um mil, cento e vinte e sete reais e vinte e oito centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SAMM abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 220, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50515.026825/2014-36, resolve:

Art. 1º Autorizar a readequação de acesso localizado na faixa de domínio da Rodovia Presidente Dutra, BR-116/SP, no km 121+680m, na Pista Sul, em Taubaté/SP, de interesse do Sr. Rubens Latorraca Lima.

Art. 2º Na readequação e conservação do referido acesso, o Sr. Rubens deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela NovaDutra - Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º O Sr. Rubens não poderá iniciar a readequação do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a NovaDutra, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A NovaDutra deverá encaminhar, à Unidade Regional de São Paulo - URSP, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º O Sr. Rubens assumirá todo o ônus relativo à readequação, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º O Sr. Rubens deverá concluir a obra de readequação do acesso no prazo de 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso o Sr. Rubens verifique a impossibilidade de conclusão da obra de readequação do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à NovaDutra sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à NovaDutra acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º O Sr. Rubens deverá apresentar, à URSP e à NovaDutra, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. O Sr. Rubens abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 221, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50520.053711/2011-47, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação de tubulação de gás na faixa de domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias, no trecho entre o km 006+255m e o km 027+206m, em Garuva/SC e Joinville/SC, de interesse da SCGÁS - Companhia de Gás de Santa Catarina.

§ 1º As ocupações longitudinais serão implantadas nos seguintes subtrechos:

I - Do km 006+255m ao km 007+580m, na Pista Sul;
II - Do km 007+580m ao km 015+038m, na Pista Norte;
III - Do km 015+038m ao km 015+919m, na Pista Sul;
IV - Do km 015+919m ao km 016+567m, na Pista Norte;
V - Do km 016+567m ao km 018+690m, na Pista Sul;
VI - Do km 018+690m ao km 022+798m, na Pista Norte;
VII - Do km 022+798m ao km 023+174m, na Pista Sul; e
VIII - Do km 023+174m ao km 027+206m, na Pista Norte.

§ 2º As travessias serão implantadas nos seguintes locais:

I - No km 006+255m;
II - No km 007+580m;
III - No km 015+038m;
IV - No km 015+919m;
V - No km 016+567m;
VI - No km 018+690m;
VII - No km 022+798m; e
VIII - No km 023+174m.

Art. 2º Na implantação e conservação da referida tubulação de gás, a SCGÁS deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A SCGÁS não poderá iniciar a implantação da tubulação de gás objeto desta Portaria antes de assinar, com a Autopista Litoral Sul S/A, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A deverá encaminhar, à Unidade Regional do Rio Grande do Sul - URRS, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 5º A SCGÁS assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa tubulação de gás, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A SCGÁS deverá concluir a obra de implantação da tubulação de gás no prazo de 21 (vinte e um) meses após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a SCGÁS verifique a impossibilidade de conclusão da obra de implantação da tubulação de gás no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Autopista Litoral Sul S/A sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à tubulação de gás.

Art. 8º A SCGÁS deverá apresentar, à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A implantação de tubulação de gás por meio de subtrechos de ocupações longitudinais e travessias autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária no valor de R$ 301.443,66 (trezentos e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e seis centavos), calculado conforme Resolução ANTT n.º 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A SCGÁS abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÕES DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 0.00.000.001524/2014-21
RELATOR: CONSELHEIRO LEONARDO DE FARIAS DUARTE
REQUERENTE: CLAUDIO ROBERTO PEREIRA SOEIRO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
DECISÃO
(...)

Por fim, anoto que a regularidade dos demais editais de movimentação por antiguidade, que não foram anulados pelo CSMP-PI, será examinada por ocasião do julgamento do presente feito.

Pelas razões expostas, indefiro o pedido de liminar.

Publique-se.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.000804/2014-12
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
DECISÃO
(...)

Diante do exposto, determino o arquivamento deste Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000804/2014-12, diante da ausência de providência a ser adotada por parte deste Conselho Nacional do Ministério Público, com fundamento no art. 43, IX, "c", do RICNMP.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

PROCESSO: RIEP Nº 0.00.000.000558/2014-07
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: SANDRA REGINA DE JESUS COSTA MATOS
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
DECISÃO
(...)

Diante do exposto, constatada a regularidade da atuação do promotor de Justiça Fábio Ribeiro Velloso e diante da comprovada movimentação do procedimento instaurado no âmbito do MP/BA para averiguar os fatos descritos na exordial, determino o arquivamento desta RIEP nº 0.00.000.000558/2014-07 pela perda de seu objeto, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do RICNMP.

Brasília, 10 de novembro de 2014.
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro-Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000020/2014-94
RECLAMANTE: HAROLDO CARNEIRO RASTOLDO
RECLAMADO: MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS
Decisão:
(...)

Ante o exposto, proponho que seja mantida a decisão recorrida e, admitido o recurso interno, o seu processamento, na forma regimental.

Brasília, 3 de novembro de 2014
RICARDO RANGEL DE ANDRADE
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir. Cumpra-se.

Brasília, 11 de novembro de 2014
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 84, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, §1º, inciso III, da Lei n.º 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO 2014), e a autorização constante no art. 4º, inciso XVI, da Lei n.º 12.952, de 20 de janeiro de 2014 (LOA 2014), e tendo em vista o disposto na Portaria SOF n.º 10, de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.952, de 20 de janeiro de 2014), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 4.668.000,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e oito mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2.º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

ANEXO I

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							114.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							114.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	114.000
TOTAL - FISCAL									114.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									114.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34102 - Ministério Público Militar

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							90.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							36.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	36.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							54.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	54.000
TOTAL - FISCAL									90.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									90.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							1.093.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							93.000
03 331	0581 2010 0053	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	93.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.000.000
03 331	0581 2012 0053	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - No Distrito Federal	F	3	1	90	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.093.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.093.000

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34104 - Ministério Público do Trabalho
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							3.371.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							371.000
03 331	0581 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	371.000
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							3.000.000
03 331	0581 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	3.000.000
TOTAL - FISCAL									3.371.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.371.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 34000 - Ministério Público da União
UNIDADE: 34101 - Ministério Público Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							4.668.000
		ATIVIDADES							
03 331	0581 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							4.668.000
03 331	05812012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	4.668.000
TOTAL - FISCAL									4.668.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.668.000

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria nº 603, de 29 de setembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 2/10/2014, Seção 1, onde se lê:

Situação anterior			Situação atual		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	.....			.....	
	DIRETORIA REGIONAL			DIRETORIA REGIONAL	
1	Diretor Regional	CC 04	1	Diretor Regional	CC 04
2	Assistente Nível II	FC 02	1	Assistente Nível II	FC 02
3	Assistente Nível I	FC 01	3	Assistente Nível I	FC 01
	.....			.....	
	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
1	Diretor	CC 02	1	Diretor	CC 02
1	Serviço de Diárias e Passagens	FC 02			
				Setor de Apoio Administrativo	
			1	Chefe	FC 02
	.....			.....	CC 02

Leia-se:

Situação anterior			Situação atual		
Nº de Funções	Denominação	Código	Nº de Funções	Denominação	Código
	.....			.....	
	DIRETORIA REGIONAL			DIRETORIA REGIONAL	
1	Diretor Regional	CC 04	1	Diretor Regional	CC 04
2	Assistente Nível II	FC 02	1	Assistente Nível II	FC 02
3	Assistente Nível I	FC 01	3	Assistente Nível I	FC 01
	.....			.....	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO			DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO	
1	Diretor	CC 02	1	Diretor	CC 02
	Setor de Diárias e Passagens				
1	Chefe	FC 02			
				Setor de Apoio Administrativo	
			1	Chefe	FC 02
	.....			.....	

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 241, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da Procuradora do Trabalho que subscreve este ato, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no(a) Procedimento Preparatório nº 000299.2014.01.006/2 - 602, autuado(a) com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao(s) seguinte(s) objeto(s): Temas: 09.14.02. - Atraso ou Não Ocorrência do Pagamento,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

I- Instaurar o Inquérito Civil nº 000299.2014.01.006/2 - 602, em face de TENASA - TÉCNICA NACIONAL DE SERVIÇOS AUXILIARES LTDA., CPF/CNPJ nº 04.329.875/0001-92;

II - Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, Erica Bonfante de Almeida Tessarollo, que poderá ser secretariada pela servidora Susana da Silveira Mulin.

ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

PORTARIA Nº 242, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, por intermédio da Procuradora do Trabalho que subscreve este ato, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no(a) Notícia de Fato nº 000752.2014.01.006/0 - 602, autuado(a) com a finalidade de apurar irregularidades quanto ao(s) seguinte(s) objeto(s): Temas: 01.01.02. - Atividades e Operações Insalubres, 01.01.07. - Condições Sanitárias e de Conforto Nos Locais de Trabalho, 01.01.09. - EPI e EPC - equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

I- Instaurar o Inquérito Civil nº 000752.2014.01.006/0 - 602, em face de M MADALENA G MONTEIRO - ME, CPF/CNPJ nº 12.231.844/0001-22;

II - Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, Erica Bonfante de Almeida Tessarollo, que poderá ser secretariada pela servidora Susana da Silveira Mulin .

ERICA BONFANTE DE ALMEIDA TESSAROLLO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2014

Dá nova redação ao artigo 5º, da Resolução nº. 90, de 14 de setembro de 2009, e ao artigo 20, parágrafos 2º, 3º e 4º, da Resolução nº. 121, de 15 de agosto de 2011.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 166, inciso I, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o que consta no processo nº 08190.095679/13-26 e de acordo com deliberação na 184ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 6 de novembro de 2014;

CONSIDERANDO a evolução da dinâmica do sistema prisional do Distrito Federal, sendo certa a maior complexidade no acompanhamento das diversas atividades envolvidas na prestação de serviços penitenciários;

CONSIDERANDO a observância dos tratados internacionais vigentes sobre a matéria, das normas constitucionais de proteção à dignidade da pessoa humana bem como da legislação infraconstitucional, em especial as disposições da Lei de Execuções Penais;

CONSIDERANDO a atribuição constitucional do Ministério Público no acompanhamento e fiscalização de atividades relacionadas ao Poder de Polícia do Estado Nacional;

CONSIDERANDO a atribuição constitucional do Ministério Público na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO a criação do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional do Distrito Federal, resolve:

Art. 1º - Acrescentar o parágrafo único no artigo 4º da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, com alterações posteriores, com a seguinte redação:

(...)

Parágrafo único - As disposições deste artigo não se aplicam às Promotorias de Justiça de Execuções Penais.

Art. 2º - O artigo 5º da Resolução nº. 90, de 14 de setembro de 2009, com alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Às Promotorias de Justiça de Execuções Penais, além do disposto nos art. 2º, compete ainda:

I - zelar pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança;

II - zelar pela garantia de integridade física e psicológica dos presos e, em caso conhecimento de eventuais violações por qualquer meio, tomar as providências urgentes, comunicando os fatos ao núcleo especializado;

III - zelar pela garantia de individualização do cumprimento da pena, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

IV - zelar pelo cumprimento da garantia às presidiárias de atendimento gestante e parturiente, bem como da permanência com seus filhos em creche e berçário, nos termos da legislação em vigor;

V - promover a defesa e garantia dos direitos individuais dos presos, sem prejuízo das atribuições do núcleo especializado;

VI - fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internação;

VII - tomar as providências necessárias para o desenvolvimento célere e regular do processo de execução penal;

VIII - intervir em ou promover de ofício:

a) incidentes da execução penal;

b) pedido de aplicação, de substituição e de revogação da medida de segurança;

c) procedimento de progressão e regressão de regime de cumprimento da pena;

d) procedimento de revogação e de suspensão condicional da pena;

e) procedimento de livramento condicional;

f) procedimento de internação, desinternação e restabelecimento do regime anterior;

g) pedido de aplicação de lei posterior ao caso julgado, que de qualquer modo possa favorecer o condenado;

h) pedido de extinção da punibilidade;

i) pedido de soma ou unificação de penas;

j) pedido de detração e remição de pena;

l) pedido de saída temporária;

m) pedido de cumprimento de pena ou medida de segurança em outra comarca;

n) pedido de remoção, na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execuções Penais - LEP);

IX - representar à autoridade judicial ou administrativa a fim de instaurar sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal, se não for o caso de instaurá-los de ofício, relativamente aos processos de execução penal a que lhes forem afetos;

X - manter permanente contato com os demais órgãos da execução penal, visando ao aprimoramento dos meios e modos de cumprimento da pena;

XI - fiscalizar a regularidade dos procedimentos administrativos instaurados para apuração de faltas e aplicação de sanções administrativas;

XII - inspecionar, mensalmente, os estabelecimentos prisionais, fazendo constar em livro próprio o termo de visita;

XIII - elaborar os relatórios estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 3º - O artigo 20 da Resolução nº. 121, de 15 de agosto de 2011, alterada pela Resolução nº. 129, de 13 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

§ 2º - A apuração de eventual notícia de violação de direitos ocorrida nos estabelecimentos penais caberá ao núcleo especializado, sem prejuízo das providências urgentes a serem tomadas pela Promotoria de Justiça de Execução Penal responsável pelo processo de execução do preso ou internado que figurar como vítima.

§ 3º - Tratando-se de violação de direitos relativo ao sistema prisional como um todo ou tratando-se de desrespeito a direitos difusos ou coletivos relativos dos presos e internados, a apuração caberá ao núcleo especializado.

§ 4º - Caso a notícia de violação de direitos diga respeito a um grupo indeterminado de indivíduos ou à generalidade de apenados de um determinado estabelecimento prisional, a apuração caberá ao núcleo especializado, sem prejuízo das providências urgentes tomadas pela Promotoria de Justiça de Execução Penal responsável pela inspeção da unidade prisional.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Vice-Presidente do Conselho Superior
Conselheiro-Relalor

ANDRÉ VINÍCIUS ESPÍRITO SANTO DE ALMEIDA
Procurador de Justiça
Conselheiro-Secretário ad hoc

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 44, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Augusto Nardes
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e Weder de Oliveira e do Representante do Ministério Público, Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado. Ausentes a Ministra Ana Arraes, para tratamento de saúde, e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Do Ministro Walton Alencar Rodrigues:

Proposta de realização de ajustes pontuais no texto Regimento Interno, a partir da identificação de falhas de revisão, de compilação e de publicação do texto regimental. Foi aberto prazo de 20 dias para que os Ministros, Ministros-Substitutos e Membros do Ministério Público, assim como as unidades técnicas do Tribunal, possam contribuir com a identificação de outras falhas e respectivos ajustes.

Do Ministro Raimundo Carreiro:

Participação da cerimônia de instalação da Subseção Judiciária Federal em Balsas/MA, unidade do Tribunal Regional Federal da 1ª Região que abrange 26 municípios; e

Realização do Seminário "Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - Medidas Preventivas de Impactos de Desastres Climáticos", organizado em parceria com os órgãos que compõem a Rede de Controle da Gestão Pública do Estado do Rio de Janeiro.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 29 de outubro e 4 de novembro, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo: 012.959/2014-6
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 015.042/2010-3
Interessado: Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 135, parágrafo único, do CPC, c/c o Art. 151, parágrafo único do RI.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 028.889/2014-2
Interessado: OLÍVIO ARMANDO CORDEIRO JÚNIOR
Motivo do sorteio: Recurso da Lei de Acesso à Informação
Tipo do sorteio: Recurso da Lei de Acesso à Informação
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 027.918/2014-9
Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92 c/c art. 66, § 4º, da Resolução nº 136/2000 - TCU).
Motivo do sorteio: Conflito de Competência
Tipo do sorteio: Sorteio por Conflito de Competência
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Recurso: 003.440/2003-6/R001
Recorrente: THEREZA SILVA DA SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 003.187/2004-4/R001
Recorrente: Joaquim de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 003.187/2004-4/R002
Recorrente: Homero Raimundo Cambraia
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 003.187/2004-4/R003
Recorrente: PLANURB PLANEJAMENTO E CONSTRUCOES LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 003.187/2004-4/R004
Recorrente: Miguel de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 005.000/2004-6/R005
Recorrente: JOÃO CORREIA LIMA SOBRINHO
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 009.802/2008-5/R001
Recorrente: Gilberto Moita
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 010.290/2008-8/R007
Recorrente: APLAUSO ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de revisão
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 025.115/2009-2/R001
Recorrente: Domingos Juvenil Nunes de Souza
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 025.115/2009-2/R002
Recorrente: MULTISUL CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 006.583/2010-5/R001
Recorrente: POLI ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 012.990/2010-8/R001
Recorrente: Josias Matos de Araujo
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 027.115/2010-0/R001
Recorrente: EMERSON JOCASTER NEGRI SCHERER
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 028.734/2010-6/R002
Recorrente: Claudia Inês Chamas
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: AROLDO CEDRAZ

Recurso: 028.835/2010-7/R001
Recorrente: Clodomir Costa Rocha
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 030.918/2010-3/R001
Recorrente: PEDRO OLIVEIRA DA SILVA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 010.765/2011-5/R001
Recorrente: Luiz Flávio Carvalho Ribeiro
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 011.921/2011-0/R001
Recorrente: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BRUNO DANTAS

Recurso: 032.432/2011-9/R001
Recorrente: jeferson dias dornelas
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 011.711/2012-4/R001
Recorrente: Suleima Fraiha Pegado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 011.711/2012-4/R002
Recorrente: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER - PA
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 023.501/2012-0/R001
Recorrente: Patricia Francisco da Silva
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 033.456/2012-7/R002
Recorrente: CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-RJ/1A REGIÃO/Manoel da Silveira Maia
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 046.082/2012-3/R002
Recorrente: José Zortéa
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 046.082/2012-3/R003
Recorrente: Paulo Gilberto Fernandes Tigre
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 046.082/2012-3/R004
Recorrente: Heitor José Müller
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 003.284/2013-1/R001
Recorrente: Carlos Alberto Lopes de Oliveira
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 003.346/2013-7/R001
Recorrente: Revelino Braz Trevisan
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: ANA ARRAES

Recurso: 007.346/2013-1/R001
Recorrente: Sebastião Ferro de Moraes
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 008.989/2013-3/R001
Recorrente: MARIA PAULA DE OLIVEIRA FILHA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 013.515/2013-6/R001
Recorrente: Brasscom - Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação/ASSESPRO/ABES - Associação Brasileira das Empresas de Software
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: RAIMUNDO CARREIRO

Recurso: 019.635/2013-3/R001
Recorrente: Antonio Bernardino Guimarães Murta
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ JORGE

Recurso: 025.861/2013-1/R001
Recorrente: Ezenivaldo Alves Dourado
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 030.147/2013-1/R002
Recorrente: CLINSUL MÃO DE OBRA E REPRESENTAÇÃO LTDA.
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 034.152/2013-0/R001
Recorrente: SUNTECH SOFTWARE SOLUTIONS
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: ANA ARRAES

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-023.972/2013-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, produziram sustentação oral a Dra. Júlia Pauro Oliveira, em nome da Associação Nacional dos Especialistas em Política Públicas e Gestão Governamental, e o Sr. Alexandre Ribeiro Motta, em nome da ESAF.

Na apreciação do processo nº TC-005.991/2003-1, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro, as Dras. Tathiane Vieira Viggiano Fernandes e Cristiana Muraro Tarsia declinaram de produzir as sustentações orais requeridas, em nome da Construtora Norberto Odebrecht S/A e da Petrobras, respectivamente.

Na apreciação do processo nº TC-006.049/2014-1, cujo relator é o Ministro José Jorge, o Dr. Ricardo N. Logus declinou de produzir sustentação oral em nome da Petrobras Biocombustível S/A.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-005.991/2003-1 (Ata nº 49/2013) e o Tribunal aprovou o Acórdão nº 3011, sendo vencedora a proposta apresentada pelo relator, Ministro José Múcio Monteiro.

APRECIAÇÃO DO TC-023.972/2013-0

Na oportunidade da apreciação do TC-023.972/2013-0, o Ministro José Jorge apresentou proposta de realização de Auditoria Operacional na ESAF, com foco nos concursos públicos realizados pela instituição. A Presidência determinou a remessa da matéria à Segecex.

PEDIDOS DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação dos processos nºs TC-003.957/2014-4, TC-003.993/2014-0, TC-003.997/2013-8, TC-010.227/2013-0 e TC-012.735/2007-4, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues. Já votaram o relator, no sentido de firmar entendimento de que o artigo 217 da Lei 8.112/1990, incluídas as alíneas 'a', 'b', 'c' e 'd' do seu inciso II, permanecem vigentes, e o Ministro Raimundo Carreiro, que endossou a proposta do relator e sugeriu o acréscimo de item para autorizar a revisão de ofício dos atos cujos registros foram impugnados unicamente com base no entendimento ora retificado. Os relatórios, os votos e as minutas de Acórdão constam do Anexo III desta Ata.

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-009.641/2003-1, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Raimundo Carreiro. Já votou o relator, no sentido de conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento. O relatório, o voto e a minuta de Acórdão constam do Anexo III desta Ata.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-044.693/2012-5, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-004.577/2012-4 e TC-010.450/2014-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

TC-006.196/2012-8 e TC-033.189/2008-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-005.708/2013-3, cujo relator é o Ministro José Jorge;

TC-007.622/2012-0, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-006.694/2013-6, TC-007.680/2014-7, TC-015.894/2014-2, TC-015.896/2014-5, TC-021.824/2014-2, TC-031.725/2013-9 e TC-034.062/2011-4, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 2950 a 2980.

RELAÇÃO Nº 54/2014 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 2950/2014 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Clóvis Antônio Shwertmer em face do Acórdão 192/2014-TCU-Plenário;

Considerando que o Tribunal, por intermédio da deliberação embargada, negou provimento aos Embargos de Declaração opostos ao Acórdão 195/2013-TCU-Plenário, que julgou recursos de reconsideração, mantendo a irregularidade das contas e a condenação dos responsáveis solidários ao pagamento das importâncias descritas na deliberação original, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora, desde as datas dos respectivos fatos geradores até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em rigor;

Considerando que o voto condutor do Acórdão 192/2014-TCU-Plenário esclarece "*os débitos apurados pelo TCU são atualizados conforme o critério estabelecido pelo Acórdão 1.603/2011-Plenário, com redação dada pelo Acórdão 1.247/2012-Plenário, no sentido de que os débitos devem ser atualizados monetariamente até 31/7/2011 pelo IPCA, acrescido dos juros simples de mora de 1% ao mês e, a partir de 1/8/2011, com base na taxa Selic*";

Considerando que o mesmo voto propugna *"no sítio do TCU na internet está disponível, para qualquer interessado, o Sistema Atualização de Débito, que permite a fácil atualização monetária dos débitos, de acordo com a sistemática de cálculo adotada pelo TCU";*

Considerando que o embargante não alegou a existência de contradição, omissão ou obscuridade na deliberação embargada;

Considerando que o embargante limitou-se a reiterar alegação já tratada nos embargos anteriores, de que haveria omissão no tocante ao modo de atualização monetária do valor do débito solidário, configurando estes embargos em mera repetição de argumentação devidamente refutada por esta Corte de Contas, sendo a real intenção do embargante protelar os efeitos de sua condenação;

Considerando que a decisão embargada declarou *"a oposição de novos embargos de declaração contra a presente deliberação, contendo argumentos já rejeitados pelo Tribunal, poderá implicar o não conhecimento do recurso, a teor do que dispõe o § 2º do art. 278 do Regimento Interno/TCU";*

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso IV, "b", do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer dos Embargos de Declaração e dar ciência à embargante.

1. Processo TC-004.176/1999-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 1998)
1.1. Apensos: 012.054/2001-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Antônio Carlos Menna Barreto Filho (050.157.230-91); Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20); Antônio Jorge Camardelli (157.222.440-15); Associação Sul Brasileira Ind. de Produtos Suínos (92.941.574/0001-82); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Clóvis Antonio Schwertner (185.728.390-20); Dalila Silva dos Santos (282.887.340-49); Fundação de Cooperação para o Desenvolvimento Cultural (87.632.717/0001-34); Instituto de Estudos Jurídicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67); João Adolfo Kasper (130.776.190-91); Júlio Maria Porcaro Puga (189.692.246-53); Mario Pereira (171.321.000-25); Mario Pereira de Assis (171.321.000-25); Nelton Andrade de Azevedo (169.654.000-30); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49); Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda (74.107.897/0001-93)
1.3. Recorrente: Clóvis Antônio Schwertner (185.728.390-20)
1.4. Órgão: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul
1.5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SecexRS).
1.9. Advogado constituído nos autos: não há.
1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2951/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, II e 17, inciso VI, 143, incisos III e V, "a", 230 e 250, inciso III, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer emitido pela SecobRodov:

1. Processo TC-022.279/2014-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Medida: tendo em vista as atuais condições críticas de segurança da rodovia que se refletem nos altos índices de acidentes registrados, recomendar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que:
1.7.1. no processo de aprovação dos projetos dos contratos de duplicação da BR-381/MG e na fiscalização das obras, dê atenção à necessidade de adequar os elementos geométricos da pista existente às exigências normativas da Autarquia, em especial ao Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais, de 1999, do DNER;
1.7.2. considere a adoção de barreiras de concreto New-Jersey ao invés das defensas metálicas no projeto de duplicação nos locais que os elementos de segurança forem necessários;
1.7.3. demande especial atenção nas condições de manutenção das defensas metálicas no trecho estudado no decurso do contrato do Programa BR-LEGAL, exigindo que a empresa contratada as mantenha sempre íntegras e em condições de suportar o impacto de veículos, realizando os reparos ou substituições em tempo razoável após a ocorrência de acidentes; e
1.7.4. reforce a sinalização vertical com placas contendo o sinal de proibido ultrapassar ao longo do trecho da BR-381/MG, km 425 a 433, seguindo a recomendação do Manual de Sinalização Rodoviária, de 2010, do Dnit.

ACÓRDÃO Nº 2952/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", 237, inciso VII, e 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela Representante, tendo em vista a inexistência dos elementos necessários para sua adoção; em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e encaminhar cópia desta deliberação à representante e ao Senado Federal, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de adotar a seguinte medida, de acordo com o parecer da Selog:

1. Processo TC-027.839/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Senado Federal (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Medida: dar ciência ao Senado Federal, com fulcro na Portaria - Segecex 13/2011, visando aperfeiçoar futuros certames licitatórios, de que, no Pregão Eletrônico 85/2014, o pregoeiro denegou intenção de recurso de empresa licitante fundado em exame prévio de questão relacionada ao mérito do recurso, quando, nos termos da jurisprudência desta Corte e dos arts. 11, inciso VII, e 26, *caput*, ambos do Decreto 5.450/2005, o juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve avaliar tão somente a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação).

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 54/2014 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 2953/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/92 c c/c o art. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em determinar o **arquivamento** do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.250/2013-1 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsável: Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87)
1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()
1.3. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.; Refinaria Abreu e Lima S.A.
1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2014 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 2954/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação ao Sr. Hamilton Martins Silveira, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada por meio do Acórdão 149/2002 - TCU - Plenário, Sessão de 24/4/2002, Ata 13/2002, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-023.281/1990-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 007.820/2003-3 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Responsáveis: Hamilton Martins Silveira (CPF 009.976.416-49); Alcir Miranda Pereira (CPF 029.765.367-91), Roberto Bittencourt Ascoly (CPF 026.631.477-53) e Sandra Maria Aldrighi (CPF 463.929.717-34).
1.3. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmb).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2955/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno; em fazer as determinações a seguir indicadas, sem prejuízo de que seja dada ciência da presente deliberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.895/2013-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 003.442/2012-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.2. Entidade: Secretaria de Políticas para as Mulheres
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. considerar não atendidas as determinações contidas nos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 490/2013-TCU-Plenário e no item 9.2 do Acórdão 1379/2013-TCU-Plenário;
1.7.2. considerar parcialmente atendida a determinação constante do item 9.1.2 do Acórdão 490/2013-TCU-Plenário;
1.7.3. considerar atendidas as demais determinações constantes do Acórdão 1379/2013-TCU-Plenário e do Acórdão 490/2013-TCU-Plenário;
1.7.4. reiterar as determinações constantes dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 490/2013-TCU-Plenário e do item 9.2 do Acórdão 1379/2013-TCU-Plenário, estabelecendo para o seu cumprimento o prazo de 30 (trinta) dias;
1.7.5. determinar à Secretaria de Política para as Mulheres que passe a incluir, a partir do próximo relatório de gestão, no campo destinado a informações sobre transferências voluntárias, as seguintes informações sobre os instrumentos vigentes no exercício de referência: quantidade física e financeira de convênios com status "a aprovar" e "a comprovar"; quantidade de convênios vencidos com os dois status; providências adotadas no exercício para saneamento da situação e cronograma executivo com vistas ao cumprimento dos prazos legais para cada fase dos instrumentos;
1.7.6. dar ciência à SPM de que a reincidência no descumprimento de determinação deste Tribunal pode ensejar a aplicação da multa prevista no art. 58, § 1º, da Lei 8.443/1992, a qual prescinde de realização de prévia audiência, nos termos do art. 268, inc. VIII, § 3º, do Regimento Interno/TCU;
1.7.7. juntar cópia da presente deliberação aos processos originários TC 003.435/2012-1 e TC 003.442/2012-8; e
1.7.8. determinar o arquivamento dos presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 2956/2014 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 1702/2014 - TCU - Plenário, prolatado na sessão de 2/7/2014, Ata 24/2014, relativamente ao subitem "1.4.3.", de modo que onde se lê: "de acordo com os requisitos presentes no item 9.2 do Acórdão 1.371/1998 - TCU - Plenário", leia-se: "de acordo com os requisitos presentes no item 9.2 do Acórdão 1.371/2007 - TCU - Plenário", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-015.328/2004-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antonio Aroldo Lins Soares (001.782.923-20); Antônio Aritomar Barro (235.856.413-34); Carlos Augusto Nunes Rodrigues (164.833.243-91); Fernando Henrique Monteiro Carvalho (143.038.763-72); Lília Pedraça Rodrigues Alves Costa (223.808.763-04); Rene Teixeira Barreira (018.207.963-53)

1.2. Interessado: Universidade Federal do Ceará (07.272.636/0001-31)

1.3. Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.4. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 44/2014 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 2957/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de expediente acerca de possíveis irregularidades em contrato firmado pelo Ministério Público do Trabalho para a aquisição de serviço de rastreamento de veículos via satélite, com previsão de instalação de circuito de escuta sigilosa;

Considerando a ampla participação e disputa verificada no Pregão Eletrônico 45/2012 do MPT;

Considerando a inexistência de indícios de sobrepreço; e

Considerando a extinção do contrato pelo advento do seu termo final;

Com fundamento nos arts. 143, III, e 237, inciso III, do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) comunicar ao representante o presente Acórdão;

c) arquivar o processo, com base no inciso I do art. 250 do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-025.724/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Marcelo Ferra de Carvalho Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público

1.2. Unidade: Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 2958/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de representação formulada pela empresa Certisign Certificadora Digital S/A a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho, relacionadas ao Pregão Eletrônico 52/2014, que tratou de contratação de empresa especializada no fornecimento de solução integrada para assinatura eletrônica de documentos digitais;

Considerando que o edital exigiu que a empresa vencedora deveria comprovar, por meio de pelo menos um atestado, capacidade técnica em "ter fornecido equipamentos PDDE - protocoladora digital de documentos eletrônicos - homologados pelo Observatório Nacional e homologados (ou em processo de homologação) pela ICP-Brasil" (item 14 do termo de referência - peça 2, p. 27);

Considerando que os atestados apresentados pela representante não contêm a informação demanda pelo edital;

Considerando que a exigência do atestado de capacidade técnica não pode ser considerada excessiva, mas sim pertinente e compatível com a característica do objeto licitado prevista no Anexo I do Termo de Referência;

Considerando que não há evidências de direcionamento da licitação ou restrição indevida de competitividade, uma vez que não só a empresa vencedora produz os equipamentos compreendidos no objeto do certame, mas também há equipamentos homologados pelo Observatório Nacional fabricados por outras empresas, listados em documento juntado à peça 2, p. 84 alfabética"), o que permitiria a qualquer interessada em participar do certame ofertar tais equipamentos como parte da solução prevista no edital;

Com fundamento no art. 143, III, do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993;

b) considerar improcedente a representação;

c) comunicar à Procuradoria Geral do Ministério Público do Trabalho e à representante o presente Acórdão;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-028.820/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Certisign Certificadora Digital S/A, CNPJ 01.554.285/0001-75

1.2. Unidade: Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho

1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI)

1.6. Advogado constituído nos autos: André de Almeida, OAB/RJ 151.551, e outros

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 51/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 2959/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *a*, c/c art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, por perda do objeto, tendo em vista a revogação da Portaria-MME 485/2014, que estabelecia as diretrizes para realização do leilão da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, dar ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica e à Empresa de Pesquisa Energética, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-024.689/2014-9 (DESESTATIZAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU

1.2.Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnergia).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2960/2014 - TCU - Plenário

Considerando que a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo ingressou com expediente denominado recurso de reconsideração em face do Acórdão nº 2172/2014-TCU-Plenário, prolatado nos autos do TC 034.261/2011-7, que trata de Representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU, acerca de fragilidades detectadas nos procedimentos de arrecadação, apropriação, distribuição e fiscalização dos recursos arrecadados pela Caixa Econômica Federal, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, envolvendo contribuições sindicais urbana e rural, patronal e dos empregados;

Considerando que o referido Acórdão conheceu da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, e recomendou ao Ministério do Trabalho e Emprego que adote providências no sentido de incitar a observância dos parâmetros contidos na Nota Técnica CGRT/SRT nº 05/2004 pelas Confederações Sindicais Patronais, até que haja uma legislação específica tratando da correlação entre capital social das empresas e a aplicação de alíquota progressiva para cômputo de contribuição sindical por parte do empregador;

Considerando que a expedição de recomendações por parte do TCU não gera qualquer sucumbência aos seus jurisdicionados, ante seu caráter não impositivo;

Considerando que as recomendações não têm o caráter de julgamento propriamente dito, suscetível a atingir interesses jurídicos.

Considerando que a deliberação não gerou a sucumbência do recorrente, viabilizadora da interposição de recurso;

Considerando o parecer da Unidade Técnica pelo não conhecimento do pedido de reexame, aplicável à espécie, interposto pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal, nos termos do art. 48 da Lei nº 8443/1992 e arts. 146 e 282 do Regimento Interno;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, diante das razões expostas pelo Relator, em não conhecer do pedido de reexame encaminhado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em razão da ausência de legitimidade e interesse recursal:

1. Processo TC-034.261/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Recorrente: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo da Indústria-CNC.

1.2. Interessado: Ministério Público junto ao TCU.

1.3. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

1.4. Relator: Ministro José Jorge.

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur), Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (Secex Previdência).

1.8. Advogado constituído nos autos: Antônio Lisboa Cardoso (OAB/DF 9901).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2961/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *e*, do Regimento Interno, c/c o art. 15, inciso II, §2º, da Resolução-TCU nº 215/2008, em autorizar a prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para a finalização do relatório de auditoria de que trata o subitem 9.2 do Acórdão nº 1870/2014-TCU-Plenário e dar ciência deste Acórdão ao Coordenador da Comissão Externa para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda - CEXPETRO, Deputado Federal Maurício Quintella Lessa, de acordo com a proposta da Unidade Técnica:

1. Processo TC-011.211/2014-8 (SOLICITAÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL)

1.1. Interessado: Congresso Nacional (CN).

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

1.3. Relator: Ministro José Jorge.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 42/2014 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2962/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.514/2008-2 (RECURSO DE REVISÃO EM TCE)

1. Apensos: TC-021.578/2013-3, TC-021.577/2013-7, TC-002.464/2014-4, TC-006.409/2014-8, TC-006.421/2014-8, TC-006.412/2014-9, TC-002.459/2014-0, TC-013.053/2014-0, TC-006.418/2014-7, TC-013.052/2014-4, TC-006.404/2014-6, TC-001.484/2014-1, TC-021.580/2013-8, TC-006.417/2014-0, TC-006.419/2014-3, TC-010.743/2014-6, TC-006.408/2014-1 e TC-001.481/2014-2 (COBRANÇAS EXECUTIVAS) e TC-008.287/2007-7 (TCE)

2. Recorrente: espólio de Ginaldo Domingos Martins Santos (CPF: 103.094.545-49), representado nos autos por Carmem Estela Menezes Rezende (CPF: 068.325.475-87)

3. Unidade: Secretaria de Estado da Educação de Sergipe

4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/SE

8. Advogada constituída nos autos: Ana Edite Menezes Vasconcelos Silva (OAB/SE 1.851)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, convertida de representação, para apurar irregularidades na execução de convênios celebrado com a Secretaria de Estado da Educação de Sergipe que foram custeados com recursos federais, agora em fase de recurso.

Considerando que, em processo regularmente constituído, este Tribunal, na Sessão de 20/06/2012, por meio do Acórdão 1.527/2012 - Plenário, julgou irregulares as contas de Ginaldo Domingos Martins Santos e outros responsáveis, condenando-o ao pagamento de multa de R$ 10.000,00 e inabilitando-o para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo de 5 (cinco) anos;

Considerando que o responsável não interpôs, no prazo previsto normativamente, recurso de reconsideração contra a decisão condenatória, permitindo a livre fluência do prazo para trânsito em julgado da decisão em relação a sua pessoa.

Considerando que, em 20/11/2013, Carmem Estela Menezes Rezende anexou certidão de óbito aos autos, demonstrando que Ginaldo Domingos Martins Santos havia falecido em 11/11/2013, momento em que já havia ocorrido o trânsito em julgado do Acórdão 1.527/2012 - Plenário, nos termos do art. 33 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 285 do RI/TCU, e conforme apurado na peça 346;

Considerando que, em 05/05/2014, o espólio de Ginaldo Domingos Martins Santos, representado nos autos por Carmem Estela Menezes Rezende, protocolou, formalmente, expediente denominado "recurso de revisão", em que requer a nulidade da decisão prolatada, que manteve a multa aplicada, em razão de a morte do responsável ter se dado após o transito em julgado do acórdão, por entender que a sanção, por seu caráter personalíssimo, não se transfere aos sucessores;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando que o falecimento do responsável, após o trânsito em julgado do acórdão que lhe aplicou multa, não impede a constituição nem o curso do processo de cobrança executiva, nos termos do art. 3º, § 1º, da Resolução-TCU 178/2005;

Considerando que tanto a Serur, em pareceres uniformes, como o Ministério Público, pronunciaram-se pelo não-conhecimento da peça recursal, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, previstos no art. 35 da Lei 8.443/92, c/c o art. 288 do RI/TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 35 da Lei 8.443/92 e 288 do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em não conhecer do presente recurso, dando-se ciência desta deliberação ao recorrente.

ACÓRDÃO Nº 2963/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 143, inciso V; alínea "e", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em fixar até 17/11/2014 o termo para atendimento do subitem 9.1 do Acórdão nº 1168/2014 - TCU - Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, dando-se ciência à requerente

1. Processo TC-013.031/2014-7 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.2. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2964/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada, feita pelo responsável Élio Bahia Souza, ACORDAM, por unanimidade, em adotar as seguintes providências:

1. Processo TC-019.825/2009-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 014.201/2014-3 (Solicitação); 033.323/2013-5 (Solicitação); 023.000/2007-9 (Relatório de Monitoramento); 019.192/2013-4 (Solicitação); 008.314/2010-1 (Relatório de Auditoria)

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União

1.3. Responsável: Élio Bahia Souza (189.776.697-15)

1.4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodovia).

1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

1.9. Providências:

1.9.1. autorizar o pagamento da dívida de Élio Bahia Souza em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze dias), a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária;

1.9.2. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

1.9.3. determinar à SecobRodovia que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

1.9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

ACÓRDÃO Nº 2965/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 169, 237 e 250 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, uma vez que a Casa da Moeda do Brasil demonstrou que já abriu processo administrativo para apurar eventuais irregularidades ocorridas na execução do Contrato 58/2013, indeferindo, por conseguinte, o pedido de medida cautelar formulado pela representante, dando-lhe ciência desta decisão, com o envio de cópia da respectiva instrução, e arquivar o feito.

1. Processo TC-004.782/2014-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: EBF Vaz Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ: 00.159.451/0001-76)

1.2. Unidade: Casa da Moeda do Brasil (CMB)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: SecexEstataisRJ

1.6. Advogados constituídos nos autos: Luiz Fernando Pereira (OAB/PR 22.076), Fernando Vernalha Guimarães (OAB/PR 20.738), Márcio Luís Gonçalves Dias (OAB/RJ 93.770) e Priscila Cabral Lestro (OAB/RJ 158.097)

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 2966/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, dando ciência à Caixa Econômica Federal da irregularidade a seguir, ocorrida no Pregão Eletrônico 033/7065-2014-Gilog/BH, encaminhando cópia desta decisão, acompanhada de cópia da instrução de peça 57, à Caixa, à representante, à empresa Alarmtek Eletrônica e à Unicamp e arquivando os presentes autos, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-016.298/2014-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Síntesis Projetos Especiais Ltda. (01.647.377/0001-08)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogados constituídos nos autos: Adam Luiz Alves Barra (OAB/DF 19.786); Alexandre Pantoja (OAB/SP 230.145) e outros.

1.7. Dar ciência à Caixa Econômica Federal de que a inclusão de entidades não certificadoras de laudos técnicos para fins de validação de amostras em certames licitatórios, como verificado no caso da Unicamp - Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação (FEEC), no subitem 9.9.1 do Edital, representa vício insanável ao certame licitatório, regido pelo art. 49 da Lei nº 8.666/1993.

ACÓRDÃO Nº 2967/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; 237 e 250 a 252 e 276 do Regimento Interno/TCU, bem como no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de cautelar, considerá-la, no mérito, improcedente, bem como arquivá-la, adotando as medidas propostas pela unidade técnica.

1. Processo TC-027.861/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: TSW Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

1.2. Unidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 10/2014 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 2968/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 27, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em dar quitação à responsável Sra. Maria das Neves dos Santos Nascimento, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-350.210/1995-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 014.063/1993-0 (SOLICITAÇÃO); 033.478/2011-2 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO)

1.2. Responsáveis: José Câmara Ferreira (012.222.363-20); Maria das Neves dos Santos Nascimento (146.233.583-72); Paulo Sérgio Duarte de Figueiredo (125.825.654-15); ETEC - Empresa de Terraplenagem e Construções Ltda (23.695.091/0001-22)

1.3. Órgão/Entidade: Ministério do Bem Estar Social (extinta)

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (SECEX-MA).

1.7. Advogado constituído nos autos: José Henrique Cabral Coaracy (OAB/MA 912) e José Antonio Aranha Rodrigues Filho (OAB/MA 11.250) .

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.9. Quitação relativa 9.5 do Acórdão 1543/2012-TCU-Plenário:

1.9.1. Responsável: Maria das Neves dos Santos Nascimento (146.233.583-72);

1.9.2. Valor original da multa: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

1.9.3. Data da condenação: 20/6/2012;

1.9.4. Valor recolhido: R$ 4.000,00 (quatro mil reais);

1.9.5. Datas dos recolhimentos: 28/9/2012, 30/10/2012, 29/11/2012 e 28/12/2012.

ACÓRDÃO Nº 2969/2014 - TCU - Plenário

Considerando que as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis foram suficientes para elidir os indícios de irregularidade a eles imputados;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15,inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235 , todos do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a)conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b)acatar as razões de justificativas apresentadas;

c)dar ciência desta deliberação, acompanhada da instrução à peça 21, à unidade jurisdicionada, aos responsáveis e ao denunciante;

d)tornar pública a identidade do denunciante e dos responsáveis, com fulcro no art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, devendo a unidade técnica de origem proceder às respectivas alterações nos sistemas deste Tribunal;

e)encerrar os presentes autos.

1. Processo TC-030.995/2013-2 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)

1.3. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2970/2014 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de auditoria piloto realizada pela Secob Infraestrutura Urbana em obras de infraestrutura para atendimento a educação básica, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nas municipalidades de Planaltina de Goiás, Formosa, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás, Goiânia, Aparecida de Goiânia, todas localizadas no Estado de Goiás. O volume de recursos fiscalizados alcança R$ 46.475.248,00.

Considerando que o presente trabalho se insere em um conjunto de auditorias realizadas no âmbito de uma Fiscalização de Orientação Centralizada- FOC (TC 001.073/2014-1), autorizadas mediante o Acórdão 3.143/2013-Plenário (Seleção do Fiscobras 2014);

Considerando tratar-se de auditoria piloto, cujas conclusões destinam-se, fundamentalmente, a subsidiar o mérito da FOC coordenada pela Secob Infraestrutura Urbana, relativa à análise da gestão e governança do FNDE em programas relacionados à infraestrutura para a educação básica;

Considerando que outras fiscalizações com escopos semelhantes também foram realizadas nos estados da Bahia, Paraíba, Piauí, Roraima, Mato Grosso, Santa Catarina, São Paulo, e Espirito Santo; todas constituídas para subsidiar a elaboração do referido processo consolidador;

Considerando que os achados do relatório detectados envolvem a competência de órgãos de controle dos municípios e do Tribunal de Contas competente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I e II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em apensar os presentes autos ao TC 001.073/2014-1, nos termos do art. 169, inciso I, do RITCU, sem prejuízo das medidas acessórias estabelecidas no subitem 1.8:

1. Processo TC-002.556/2014-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Antonio Correa Neto (244.743.801-00); Eles Reis de Freitas (483.782.161-87); Everaldo Vidal Pereira Martins (004.336.071-81); Giselle Cristina de Oliveira Araújo (577.355.141-15); Itamar Sebastião Barreto (023.185.201-00); José Carlos Wanderley Dias de Freitas (388.266.584-04); Luiz Alberto Maguito Vilela (070.745.571-53); Osmarildo Alves de Sousa (478.059.191-00); Paulo de Siqueira Garcia (335.382.551-72); Romeu Weliton Caputo (030.868.756-66); Vanda das Dores Siqueira Batista (430.176.651-00)

1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador) ()

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Águas Lindas de Goiás - GO; Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO; Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental - GO; Prefeitura Municipal de Formosa - GO; Prefeitura Municipal de Goiânia - GO; Prefeitura Municipal de Novo Gama - GO; Prefeitura Municipal de Planaltina - GO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobUrban).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado de cópia do relatório de auditoria aos seguintes órgãos aos municípios de Planaltina de Goiás, Formosa, Novo Gama, Cidade Ocidental, Águas Lindas de Goiás, Goiânia e Aparecida de Goiânia, todos situados no estado de Goiás, assim como à Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

ACÓRDÃO Nº 2971/2014 - TCU - Plenário

Cuidam os autos de auditoria realizada pela Secex-SP em obras de infraestrutura para atendimento a educação básica, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), nas municipalidades de Atibaia, Francisco Morato e Itapevi, todas no Estado de São Paulo (SP). O volume de recursos fiscalizados alcança R$ 16.369.115,95.

Considerando que o presente trabalho se insere em um conjunto de auditorias realizadas no âmbito de uma Fiscalização de Orientação Centralizada- FOC (TC 001.073/2014-1), autorizadas mediante o Acórdão 3.143/2013-Plenário (Seleção do Fiscobras 2014);

Considerando que os resultados da presente auditoria destinam-se, fundamentalmente, a subsidiar o mérito da FOC coordenada pela Secob Infraestrutura Urbana, relativa à análise da gestão e governança do FNDE em programas relacionados à infraestrutura para a educação básica;

Considerando que outras fiscalizações com escopos semelhantes já foram realizadas nos estados da Bahia, Goiás, Paraíba, Piauí, Roraima, Mato Grosso, Santa Catarina e Espirito Santo; todas constituídas para subsidiar a elaboração do referido processo consolidador;

Considerando que os achados do relatório detectados envolvem a competência de órgãos de controle dos municípios e do Tribunal de Contas competente;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I e II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 230 e 250, inciso II, do Regimento Interno, em apensar os presentes autos ao TC 001.073/2014-1, nos termos do art. 169, inciso I, do RITCU, sem prejuízo das medidas acessórias estabelecidas no subitem 1.8:

1. Processo TC-010.001/2014-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Jaci Tadeu da Silva (046.197.558-00); Marcelo Cecchettini (056.083.158-71); Saulo Pedroso de Souza (304.202.308-74)
1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado de cópia do relatório de auditoria aos seguintes órgãos e entidades:
1.8.1. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
1.8.2. Prefeitura de Francisco Morato/SP;
1.8.3. Câmara de Vereadores de Francisco Morato/SP;
1.8.4. Prefeitura de Itapevi/SP
1.8.5. Câmara de Vereadores de Itapevi/SP; e
1.8.6. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

ACÓRDÃO Nº 2972/2014 - TCU - Plenário

Considerando que pregão é a modalidade destinada à aquisição de bens e serviços comuns, que, na dicção do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002, são "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado", amoldando-se, com isso, ao caso em tela, porquanto todos os padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no instrumento convocatório;

Considerando que já ocorreu a abertura dos envelopes de habilitação da concorrência, estando sobrestada a licitação em razão do presente processo, bem como a iminência do vencimento do contrato vigente para a prestação dos serviços licitados (7/11/2014);

Considerando o atual estágio da licitação e o curto prazo para conclusão do processo de forma a permitir a contratação da nova empresa a tempo de evitar a interrupção da prestação dos serviços de fornecimento de refeições pela Universidade de Brasília em seus restaurantes universitários, e até mesmo para evitar a necessidade de contratações emergenciais;

Considerando se tratar de prestação de serviços de natureza continuada, com vigência inicial de 12 (doze) meses, prorrogável nos termos do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, sem prejuízo da determinação sugerida, dando ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 12), promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.210/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, à Fundação Universidade de Brasília que se abstenha de prorrogar o contrato a ser firmado em decorrência da Concorrência 2/2014, realizando nova licitação, na modalidade pregão, com especial atenção ao § 1º do art. 4º do Decreto 5.450/2005, com antecedência suficiente para que não sejam interrompidos os serviços necessários ao fornecimento de refeições nos restaurantes universitários da UnB, e não incorra em contratações emergenciais.

ACÓRDÃO Nº 2973/2014 - TCU - Plenário

Considerando que não restou demonstrada a alegada restrição à competitividade, porquanto, por exemplo, no Grupo 3, item 13, quase 33 licitantes distintos apresentaram propostas e participaram da fase de lances;

Considerando a impossibilidade de verificar, no presente caso, se a restrição de formação de consórcios constante do edital do pregão limitou a participação de interessados na licitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, dando ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 4), promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.414/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2974/2014 - TCU - Plenário

Considerando que não restou demonstrada a alegada restrição à competitividade, porquanto 8 (oito) empresas participaram do Pregão Eletrônico 211/2014, inclusive a empresa que ora representa junto a este Tribunal;

Considerando que a realização do pregão na modalidade menor preço por item resultaria em uma redução de cerca de 2% do preço final ofertado na modalidade menor preço por grupo, o que não justificaria a realização de um novo certame, se considerarmos os custos administrativos e gerenciais envolvidos na contratação de 12 (doze) empresas diferentes;

Considerando que houve uma redução de mais de 10% do preço final ofertado em relação ao preço inicialmente estimado pela Administração;

Considerando que os laudos exigidos no edital do Pregão Eletrônico 211/2014 são laudos que obedecem às Normas Brasileiras, aprovadas pela ABNT, e às Normas Regulamentadoras, estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e são de caráter obrigatório em todas as contratações do poder público;

Considerando que a alegação de "parentesco" entre as empresas pesquisadas para a elaboração do preço médio estimado dos produtos não logrou correspondência com as provas carreadas aos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, negando, por consequência, a medida cautelar requerida, dando ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 9), promovendo-se, em seguida, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.008/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Informobile Industria e Comércio de Móveis Ltda. (00.630.985/0001-39)
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 59/2014 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 2975/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relatados estes autos de Levantamento de Auditoria realizado no Sistema de Seguro-Desemprego para, entre outros pontos, avaliar o desempenho dos trabalhos realizados pelo Sine, em cumprimento ao Acórdão 1555/2009-TCU-Plenário, prolatado nos autos do TC 005.051/2009-6, tendo como objeto: Realizar estimativas de eficiência dos postos Sine para o exercício de 2013, a fim de subsidiar o Relatório Sistêmico da Função Trabalho (FiscTrabalho) e as contas do governo, bem como prover o Tribunal de propostas de trabalhos futuros.

Considerando que o que a metodologia adotada pela SecexPrevi na realização deste trabalho pauta-se na obtenção de informações específicas sobre os postos do Sine distribuídos pelo Brasil;

Considerando que a unidade técnica não logrou sucesso em obter as informações úteis sobre inscrição de trabalhadores, requerimento e habilitação de Seguro Desemprego (SD), emissão de carteiras de trabalho, município de localização, quantidade de funcionários, área física do posto, quantidade de computadores, horário de funcionamento, tempo médio de concessão de SD e recursos alocados pelos entes federados;

Considerando que parte dos dados, apesar de fornecidos pelo MTE, foram apresentados por estado ou convenente, ou seja, em um nível de desdobramento mais agregado do que o necessário para o estudo dos postos e que foram detectados muitos valores perdidos (*missing values*), o que afastou a oportunidade de realização de análise de sensibilidade quanto à inclusão/exclusão de variáveis.

Considerando que os representantes do MTE alegaram dificuldades no levantamento das informações requeridas pela unidade técnica;

Considerando que, com vistas a não reduzir a expectativa de controle sobre as atividades dos órgãos jurisdicionados, e com fundamento no art. 2º da Portaria-Segecex 15/2011 c/c art. 6º, inciso VII, da Resolução-TCU 229/2009, convém ser aposta a chancela de sigiloso nos presentes autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 2º da Portaria-Segecex 15/2011 c/c art. 6º, inciso VII, da Resolução-TCU 229/2009, em apor a chancela de sigiloso nos presentes autos com vistas a não reduzir a expectativa de controle sobre as atividades dos órgãos jurisdicionados.

1. Processo TC-023.876/2014-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevi).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1 Determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego, que forneça em 30 (trinta) dias, a este Tribunal, em meio eletrônico, a planilha de dados com as seguintes informações referentes a cada posto de atendimento SINE, que tenha funcionado durante todo o exercício de 2013:
a.Código do posto SINE;
b.Nome do posto SINE;
c.Cidade em que se localiza o posto;
d.Estado em que se localiza o posto;
e.Nome do convenente;
f.Tipo de convenente (estadual, municipal, distrital ou entidade privada);
g.Quantidade de funcionários administrativos, em janeiro e dezembro de 2013, considerando aqueles que atuam exclusivamente em atividades administrativas e nunca realizam atendimento ao público;
h.Quantidade de funcionários operacionais, em janeiro e dezembro de 2013;
i.Área física do posto em metros quadrados, em janeiro e dezembro de 2013;
j.Quantidade de computadores com acesso à internet e aos sistemas do MTE, em janeiro e dezembro de 2013;
k.Horas semanais de funcionamento, em janeiro e dezembro de 2013;
l.Quantidade de trabalhadores inscritos em 2013;
m.Quantidade de requerimentos de seguro-desemprego em 2013;
n.Quantidade de habilitações de seguro-desemprego em 2013;
o.Tempo médio entre requerimentos e habilitações de seguro-desemprego em 2013;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

p.Quantidade de vagas captadas em 2013;
q.Quantidade de vagas ofertadas em 2013;
r.Quantidade de pesquisas de oportunidade emprego em 2013;
s.Quantidade de encaminhamentos de trabalhadores para vaga em 2013;
t.Quantidade de trabalhadores colocados em 2013;
u.Quantidade de emissões de Carteira de Trabalho, em 2013;
v.Montante de recursos federais utilizados em 2013;
w.Montante recursos estaduais (ou distritais) utilizados em 2013;
x.Montante de recursos municipais utilizados em 2013;
y.Montante de recursos privados utilizados em 2013.

1.7.2. Informar aos responsáveis que o não cumprimento da determinação acima, no prazo estipulado, induz a aplicação da multa disposta no art. 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/92

ACÓRDÃO Nº 2976/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relatados estes autos de representação, com pedido de cautelar, versando sobre possível ilegalidades no Edital da Concorrência Pública 14/00004-CC, conduzida pelo Serviço Social do Comércio ? Administração Regional no Rio Grande do Norte (Sesc-AR/RN), tendo por objeto a contratação de sociedade de advogados para a prestação de serviços jurídicos judiciais e extrajudiciais, sendo que as irregularidades retratadas restringiriam a competitividade do certame devido à exigência de que os escritórios e seus sócios tivessem inscrição na seccional da OAB/RN previamente à realização do certame; à pontuação, de forma desproporcional, de alguns itens e experiências sem relação direta com o objeto licitado (magistério em ensino superior, títulos de mestrado e doutorado, e dois quinquênios de funcionamento do escritório); e à redução, em dois terços, da pontuação dos sócios não domiciliados no Rio Grande do Norte, o que implicaria direcionamento para escritório local. Ademais, somente seriam computados os critérios de pontuação técnica de sócios da sociedade de advogados, não se admitindo que advogados empregados da sociedade pudessem ter seus currículos avaliados.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do Regimento Interno do TCU, por se tratar de matéria da competência deste Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada do indício concernente à irregularidade ou ilegalidade;

Considerando que o autor da representação possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso VII do art. 237 do RI/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993;

Considerando que, após contatada pela unidade técnica, a entidade comunicou que seu presidente decidiu **revogar** a Concorrência Pública 14/00004-CC, segundo se verifica do "Termo de Revogação" que integra a peça 16 destes autos eletrônicos;

Considerando que a revogação do certame induz à inexistência dos requisitos para eventual medida cautelar.

Considerando a instrução e as propostas uniformes elaboradas no âmbito da Secex/RJ;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, por unanimidade, em:

a) conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos art. 235 e 237, inciso VII do RI/TCU c/c art. 113, § 1º da Lei 8.666/1993, para no mérito, considerá-la prejudicada por perda de objeto;

b) dar ciência ao Serviço Social do Comércio ? Administração Regional no Rio Grande do Norte (Sesc-AR/RN) que, a despeito da perda de seu objeto, ao examinar Representação acerca de possíveis irregularidades no âmbito da Concorrência Pública 14/00004-CC, do tipo técnica e preço, deflagrada por aquela entidade, o Tribunal de Contas da União identificou, no edital do certame, a ocorrência de irregularidades/impropriedades, relacionadas à proposta técnica, com potencial de restringir a competitividade do certame, tanto por meio de critérios impertinentes ao objeto a ser contratado, quanto por meio de pontuação desproporcional, as quais devem ser evitadas em futuros certames que vierem a ser realizados, conforme listado a seguir:

b.1) utilização de ponderação que privilegia a proposta técnica em detrimento da proposta de preço (0,7 e 0,3, respectivamente), sem justificativa cabível, no caso concreto, em desacordo com a jurisprudência desta Corte, tal como disposto, por exemplo, nos Acórdãos 210/2011 e 743/2014, ambos do Plenário;

b.2) pontuação relacionada ao tempo de inscrição da sociedade, na condição de sede ou filial, na Seccional da OAB no Estado do Rio Grande do Norte, quando a experiência da sociedade poderia ser avaliada por meio do tempo de inscrição em qualquer seccional da OAB, o que configura violação ao princípio da ampla competitividade;

b.3) atribuição desproporcional de pontos a determinados critérios com potencial restritivo ou direcionador do certame, em violação ao princípio da ampla competitividade, conforme previsto nos arts. 37, XXI, da Constituição Federal, 3º, da Lei 8.666/1993 (que tem aplicação subsidiária nas licitações realizadas por entidades do Sistema "S") e 2º, do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc, e, em alguns casos, também em desacordo com a jurisprudência desta Corte, tal como disposto, por exemplo, no subitem 9.3.1 do Acórdão 2.681/2008-TCU-Plenário:

b.3.1) pontuação dos itens constantes da parte *capacidade técnica e experiência*, que privilegia, de forma excessiva, a atuação dos sócios em ações judiciais na segunda instância, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, em detrimento da experiência na primeira instância, na qual tramita a maioria dos processos da entidade, e dos demais critérios constantes da parte *Recursos Humanos*, relativa à proposta técnica;

b.3.2) pontuação de sócios dos escritórios de advocacia pela participação em conselhos de recursos fiscais, experiência sem relação direta com o objeto licitado, pouco comum à maioria dos advogados e com potencial de beneficiar o escritório até então contratado;

b.3.3) com relação à pontuação para os títulos de mestre e doutor:

b.3.3.1) pontuação excessiva e desproporcional dos títulos de mestre e doutor (22 pontos), em relação aos demais critérios (100 pontos);

b.3.3.2) pontuação, para os títulos de mestre e doutor, que admite que até dois sócios com o título de mestre sejam pontuados e apenas um com o título de doutor. Tal forma de pontuação pode, por um lado, evitar que escritórios com dois títulos de doutor sejam excessivamente beneficiados. Entretanto, observa-se que, com base nesse critério, a sociedade de advogados até então contratada, atingiria a pontuação máxima para esses títulos, em detrimento de outros escritórios com dois sócios com ambos os títulos acadêmicos;

b.3.3.3) pontuação cumulativa dos títulos de mestre e doutor de forma que, dependendo da pontuação atribuída a cada título, pode beneficiar, de forma excessiva, os detentores do título de doutor;

b.3.3.4) admissão, para fins de pontuação, dos títulos de mestre e doutor apenas na esfera do Direito Público, muito embora grande parte das ações judiciais em andamento, nas quais o Sesc-AR/RN figura como parte, são de natureza civil ou trabalhista;

b.4) ausência de clareza quanto aos critérios de pontuação das experiências no magistério de ensino superior ou nas escolas de magistratura ou do Ministério Público de forma a explicitar se a um advogado que já ministrou cursos, por curtos períodos de tempo, em diversas instituições, seria melhor pontuado em relação a profissionais que atuam há longo período em uma única instituição renomada. Tal omissão configura violação ao princípio da publicidade;

c) com fulcro no art. 250, inc. III, do Regimento Interno do TCU, recomendar ao Sesc-AR/RN que, em futuros certames licitatórios, especialmente concorrência do tipo técnica e preço para a contratação de serviços advocatícios, ao definir as exigências editalícias e, especialmente, os critérios técnicos a serem pontuados na proposta técnica:

c.1) realize pesquisa de forma a identificar se, com base nos critérios e formas de pontuação definidos, há um número razoável de interessados que atendam aos requisitos, de forma integral ou pelo menos na sua maior parte, com vistas a evitar que os critérios adotados acabem por frustrar o caráter competitivo do certame;

c.2) busque definir os itens a serem pontuados e a forma de pontuação de modo que:

c.2.1) os itens guardem alguma relação com o objeto a ser contratado, sejam comumente utilizados na avaliação de propostas técnicas para a contratação de serviços advocatícios e sejam comuns à maioria ou a boa parte dos advogados bem conceituados;

c.2.2) os pontos atribuídos a cada item não venham a ser desproporcionais entre si, com vistas a evitar que interessados sejam alijados do certame simplesmente por não atenderem a determinados critérios do edital, a despeito de sua experiência e de seus conhecimentos;

c.3) adote cautela na definição dos itens a serem pontuados bem como na forma de pontuação de modo a evitar beneficiar, de forma indevida, qualquer licitante, inclusive o escritório até então contratado;

c.4) com fulcro na jurisprudência desta Corte (por exemplo, Acórdão 525/2012-Plenário) e no previsto nos arts. 30, *caput* e inciso II, e 46, *caput* e inciso I, § 1º, todos da Lei 8.666/1993, que têm aplicação subsidiária nos processos licitatórios do Sesc, e, ainda, considerando que, conforme justificativas apresentadas, relativas à Concorrência Pública 14/00004-CC, a entidade receia que uma sociedade de advogados com sede em outro Estado possa disponibilizar, para a prestação de serviços, apenas advogados empregados, sem maior experiência, estabeleça exigência e critérios a fim de que os advogados que vierem a ser objeto de pontuação na proposta técnica atuem pessoalmente e de forma direta em parte substancial dos serviços a serem realizados;

c.5) ao estabelecer critérios de pontuação para a experiência profissional de advogados com base no tempo de inscrição na OAB, busque adotar critérios mais graduais de pontuação, de forma a evitar que somente profissionais com muitos anos de inscrição venham a ser pontuados;

c.6) no caso de concorrências do tipo técnica e preço, estabeleça critérios de aceitabilidade de preços de forma a evitar que a melhor proposta geral, ponderada, tenha preço acima do de mercado;

d) dar ciência desta deliberação, acompanhado das peças que o fundamentam, ao Serviço Social do Comércio ? Administração Regional no Rio Grande do Norte (Sesc-AR/RN); e

e) arquivar os presentes autos, com fundamento no art. 169, inc. V, do Regimento Interno deste Tribunal.

1. Processo TC-003.718/2014-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Marcelo Fernandes de Queiroz (322.551.444-68); Serviço Social do Comércio Administração Regional no Rio Grande do Norte (Sesc-AR/RN).

1.2. Representante: Valdomiro Abrahão Persch (065.886.999-05)

1.3. Órgão/Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Rio Grande do Norte (Sesc-AR/RN)

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

1.7. Advogados constituídos nos autos: Aldo de Mattos Sabino Júnior (em nome do Representante), OAB/PR 17.134, e Laumir Almeida Barrêto (em nome do Sesc-AR/RN), OAB/RN 7.233.

ACÓRDÃO Nº 2977/2014 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada pela Force Vigilância Ltda. contra ato da comissão de licitação na Concorrência 12/2014, promovida pelas Administrações Regionais do SESC e do SENAC no Estado do Paraná, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de vigilância desarmada para aquelas entidades.

Considerando que a suposta irregularidade apontada pela representante consiste na desclassificação de sua proposta por estar em desconformidade com o edital do certame;

Considerando que a comissão de licitação, ao desclassificar a proposta da representante, agiu dentro dos limites impostos pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que o ato da comissão de licitação preserva os direitos dos demais licitantes que formularam corretamente as suas propostas, de acordo com as exigências do edital;

Considerando que, na presente representação, prevalece o interesse particular sobre o interesse público na questão suscitada;

Considerando que já se encontra pacificado neste Tribunal o entendimento de que não se insere nas suas funções o patrocínio de interesses particulares, a exemplo do que consta do Voto condutor do Acórdão 4.779/2011-TCU-1ª Câmara;

Considerando, portanto, que a presente representação não preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU, em razão de a matéria não ser de competência do Tribunal;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, em:

a) não conhecer da presente representação, por não satisfazer os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;

b) dar conhecimento deste Acórdão à representante e às Administrações Regionais do SESC e do SENAC no Estado do Paraná;

c) arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-028.030/2014-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Force Vigilância Ltda. (CNPJ 02.601.159/0001-97)

1.2. Órgão/Entidade: Administração Regional do Senac no Estado do Paraná; Administração Regional do Sesc No Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário
Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 39/2014 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 2978/2014 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, e 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a análise das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Marcelino Arruda da Silva e pelas Sras. Maria Letícia V. Coelho de Araújo e Eliane F. Remígio Marques, dando-lhes ciência do teor desta deliberação, e em fazer a seguinte determinação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do feito, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.315/2006-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Lins de Lima (097.827.104-15); Alexandrino Cabral de Oliveira Filho (390.634.104-68); Alexandrino Cabral de Oliveira Filho (390.634.104-68); Aluísio Gomes de Oliveira (192.835.984-15); Francisco Xavier Ramos Pedrosa Filho (430.940.314-04); Jose Luiz Sobral (069.878.854-00); José Luiz Sobral (069.878.854-00); José Lídio de Mesquita Paraíba (563.482.908-91); João Gomes da Cunha (085.253.744-15); Liana Cabral de Souza Barros (345.446.904-04); Luiz Edmundo Paiva de Souza (085.306.964-68); Reginaldo Medeiros de Souza (001.027.684-04); Sonia Maria da Silva Salsa (103.677.804-53); Sonia Maria da Silva Salsa (103.677.804-53).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. à Sefip que autue a pertinente cobrança executiva da multa aplicada à Sra. Maria de Lourdes Cabral de Melo (CPF 002.132.924-91) por meio do subitem 9.1 do Acórdão n. 1.404/2007 - Plenário, com vistas a posterior cobrança judicial, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2979/2014 - TCU - Plenário

Considerando que o recorrente ingressou com recurso de revisão contra o acórdão 1.814/2012-2ª Câmara, prolatado nesta tomada de contas especial;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, nos termos do artigo 35, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 288, do Regimento Interno; em não conhecer deste recurso de revisão, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade; e em dar ciência às partes e à unidade interessada do teor desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica.

1. Processo TC-006.741/2011-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: 019.725/2012-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Classe de Assunto: I

1.3. Recorrente: Joao Henrique Rodrigues Pimentel (CPF 066.963.252-04).

1.4. Unidade: município de Macapá - AP.

1.5. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.6. Representante do Ministério Público: procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.7. Relator da deliberação recorrida: ministro Augusto Nardes.

1.8. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.9. Advogado: Eliston José Pimentel Bentes Monteiro (OAB/AP 1229).

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2980/2014 - TCU - Plenário

Vistos estes autos de recurso interposto por Adelaide Soares Sette contra o acórdão 2.800/2013-Plenário, que conheceu do recurso por ela anteriormente interposto, deu-lhe provimento e reconheceu sua inclusão entre os beneficiários do acórdão 2.920/2011-Plenário, observada a incidência prescricional estabelecida nesta última deliberação;

considerando que a recorrente fundamentou seu recurso nos arts. 107, inciso II, e 108 da Lei 8.112/1990 e, caso não fosse acolhido tal embasamento por este Tribunal, que o apelo fosse recebido como pedido de reexame, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, a exemplo do ocorrido no TC 017.846/1990-0 (acórdão 399/2007-Plenário);

considerando o parecer da Consultoria Jurídica (peça 46) pelo não conhecimento do apelo;

considerando ser improcedente a alegação de supressão de instância recursal, uma vez que o recurso hierárquico anteriormente interposto pela interessada foi submetido, pelo presidente, à apreciação do Plenário desta Corte com fulcro nos arts. 16, inciso IV, e 28, inciso XIV, do Regimento Interno, normativo este que foi elaborado pelo Tribunal em plena consonância com a competência que lhe foi reservada pela Lei 8.443/1992 e pela Constituição Federal;

considerando que a decisão ora recorrida foi proferida pelo Plenário, instância deliberativa máxima deste Tribunal, e que não é cabível o recurso hierárquico do §1º do art. 107 da Lei 8.112/1990, o que acarreta o esgotamento da instância recursal;

considerando ser incabível o conhecimento do recurso como pedido de reexame, uma vez que tal espécie de recurso é aplicável contra decisão proferida em processos concernentes a atos sujeitos a registro e a fiscalização de atos e contratos, em sede de controle externo, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992;

considerando, finalmente, que é inaplicável ao presente caso o precedente apontado pela recorrente no TC 017.846/1990-0 (acórdão 399/2007-Plenário), por se tratar de deliberação adotada em caso isolado e que levou em consideração circunstâncias especialíssimas, que não se verificam na situação sob exame, conforme apontado pela Consultoria Jurídica - Conjur;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por falta de previsão legal e regimental, em dar ciência desta deliberação à recorrente e em arquivar os autos.

1. Processo TC-036.854/2011-5 (ADMINISTRATIVO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2.Recorrente: Adelaide Soares Sette (CPF 001.654.331-91)

1.3. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade: Tribunal de Contas da União.

1.6. Advogado: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 44/2014 - Plenário

Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 2981 a 3051, a seguir transcritos e incluídos no Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 2981/2014 - TCU - Plenário

1. . Processo nº TC 011.169/2013-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII- Administrativo

3. Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - CMO

4. Órgão/Entidade: não há.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de consolidação das fiscalizações realizadas pelo Tribunal, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2014 - Fiscobras 2014, com o objetivo de atender os ditames do art. 100, inciso II, da Lei 12.919, de 24/12/2013 (LDO/2014).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. autorizar a remessa à Presidência do Congresso Nacional e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional das informações constantes em mídia digital, conforme detalhado no item 288 do relatório consolidador (peça 36), atualizadas até a Sessão Plenária de 29/10/2014, bem como de cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;

21.9.2. encaminhar cópia da mesma documentação acima referida, acompanhada desta deliberação, bem como dos respectivos Relatório e Voto, aos Presidentes da Câmara dos Deputados, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Ministra-Chefe do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Procurador-Geral da República;

9.3. restituir os autos à Secob Infraurbana para a consolidação das auditorias referentes aos temas constantes da Tabela 1 do relatório consolidador (peça 36), e correspondente encaminhamento ao Relator dos autos até o dia 31 de março de 2015.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2981-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2982/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.126/2011-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Bruno Santiago Pires (733.625.302-49); Elma Ferreira dos Santos (386.425.812-04); Evandro Lacerda de Lima (595.965.542-04); Hegessipo Neves de Morais (087.785.074-72); Joelma Figueiredo de Souza (631.579.932-91); José Girão Machado Neto (631.587.102-00); João da Costa Ramos (052.124.212-68); Lucivaldo Silva da Costa (469.347.072-49); Madecon Engenharia e Participacoes Ltda. MÈ (08.666.201/0001-34); Osvaldo Sousa (190.797.962-04); Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO (63.761.902/0001-60); Robson Souza Santos (616.903.332-00); Superintendência Estadual da Funasa Em Rondônia (26.989.350/0180-82).

4. Órgãos/Entidades: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO; Superintendência Estadual da Funasa Em Rondônia.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2011, no intuito de avaliar a regularidade das despesas realizadas com recursos repassados pela Funasa, mediante o Termo de Compromisso TC/PAC 0938/2008, para execução das obras de drenagem no município de Candeias do Jamari/RO;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 250, II, §§ 1º e 2º, e III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. considerar prejudicado o exame das justificativa dos senhores Osvaldo Souza, José Girão Machado Neto e Hegessipo Neves de Morais, relativas a ausência de licitação para contratação de projeto básico;

9.2. acolher as justificativas apresentadas por José Girão Machado Neto (CPF: 631.587.102-00) e Bruno Santiago Pires (CPF: 733.625.302-49), relativas a emissão de parecer favorável a certame em que se verificou projeto básico sem aprovação da autoridade competente;

9.3. rejeitar as justificativas apresentadas pelos responsáveis a seguir relacionados, sem aplicação de multa, em decorrência das irregularidades indicadas:

9.3.1. Osvaldo Souza (CPF: 190.797.962-04), por homologar o Processo Licitatório 060/SEMSAU/2010 (Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010), da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, em que se verificou projeto básico sem aprovação da autoridade competente, julgamento da fase de habilitação em desacordo com os critérios do edital e utilização de critérios inadequados de habilitação;

9.3.2. José Girão Machado Neto (CPF: 631.587.102-00), por emitir parecer jurídico no sentido da regularidade do Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, contendo critérios inadequados de habilitação;

9.3.3. Bruno Santiago Pires (CPF: 733.625.302-49), por emitir parecer no sentido da regularidade do Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, contendo critérios inadequados de habilitação;

9.3.4. Lucivaldo Silva da Costa (CPF: 469.347.072-49), por presidir a comissão permanente de licitação responsável pela promoção do Processo Licitatório 060/SEMSAU/2010 (Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010), da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, em que se verificou julgamento da fase de habilitação em desacordo com os critérios do edital e utilização de critérios inadequados de habilitação;

9.3.5. Joelma Figueiredo de Souza (CPF: 631.579.932-91), por integrar comissão permanente de licitação responsável pelo Processo Licitatório 060/SEMSAU/2010 (Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010) da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, em que se verificou julgamento da fase de habilitação em desacordo com os critérios do edital;

9.3.6. Elma Ferreira dos Santos (CPF: 386.425.812-04), por integrar comissão permanente de licitação responsável pelo Processo Licitatório 060/SEMSAU/2010 (Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010) da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, em que se verificou julgamento da fase de habilitação em desacordo com os critérios do edital;

9.4. rejeitar justificativas apresentadas pelos senhores João da Costa Ramos (CPF: 052.124.212-68), Evandro Lacerda de Lima (CPF: 595.965.542-04) e Robson Souza Santos (CPF: 616.903.332-00), relativas à fiscalização ou supervisão deficiente ou omissa do Contrato 55/2010, celebrado entre o município de Candeias do Jamari e a empresa Madecon Engenharia e Participações Ltda.;

9.5. em consequência do subitem 9.4, aplicar a multa prevista no art. 58, II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, II, do Regimento Interno, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), aos senhores João da Costa Ramos (CPF: 052.124.212-68), Evandro Lacerda de Lima (CPF: 595.965.542-04) e Robson Souza Santos (CPF: 616.903.332-00), individualmente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), os recolhimentos das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data desta deliberação até a dos respectivos recolhimentos, caso sejam pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, no Estado de Rondônia, com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, II, do Regimento Interno, que, no prazo de 30 (trinta) dias:

9.7.1. corrija o prazo de execução das obras constante da Cláusula Quinta do Contrato 055/2010/PMCJ (180 dias), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO e a empresa Madecon Engenharia e Participações Ltda, tendo em vista que o referido prazo foi fixado em 210 dias no item 5.2.4 do Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010;

9.7.2. inclua, na Cláusula Quarta do Contrato 055/2010/PMCJ, os parágrafos 7 a 11, que tratam do desembolso máximo por período (§7º), do critério de atualização financeira (§8º), do não adiantamento ou antecipações de pagamentos na realização dos serviços (§9º), do não reajustamento dos preços (§10º) e das penalizações decorrentes de atraso no pagamento (§11), em razão de estarem previstos na minuta de contrato anexa ao Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010, mas não constarem do referido Contrato;

9.7.3.comunique a este Tribunal as providências adotadas.

9.8. dar ciência, nos termos do art. 4º da Portaria-Segecex 13/2011, à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, no Estado de Rondônia, que o Edital de Concorrência Pública 002/CPL/2010 daquela municipalidade apresenta as seguintes impropriedades:

9.8.1. ausência de critério de aceitabilidade de preços unitários, em afronta o disposto no art. 40, X, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.8.2. projeto básico sem aprovação da autoridade competente, em desrespeito ao art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/1993;

9.8.3. habilitação de licitante em desacordo com critérios do edital, contrariando o art. 6º, XVI, c/c o art. 51, ambos da Lei 8.666/1993

9.8.4. adoção de critério inadequado de habilitação, consistente na exigência de comprovação de que as licitantes possuíssem capital social mínimo de 10% do valor total da prestação dos serviços (item 4.1 do edital) e, simultaneamente, de oferecimento de garantia de correspondente a 1% do valor global da planilha de custo, contrariando jurisprudência pacífica e reiterada do Tribunal de Contas da União, a exemplo dos Acórdãos 701/2007 e 2.882/2008, ambos do Plenário.

9.9. encaminhar cópia desta instrução, da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, haja vista a irregularidade analisada nos itens 69 a 74 do relatório, para adoção das medidas que entender cabíveis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2982-44/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2983/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 019.834/2014-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto VII: Representação (com pedido de medida cautelar)
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério dos Transportes (vinculador).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Connectcom Teleinformática Comércio e Serviços Ltda., contra possíveis irregularidades no processamento do Pregão Eletrônico nº 11/2014, conduzido pelo Ministério dos Transportes, cujo objeto é a contratação de serviços técnicos especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da Representação com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os artigos 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU;
9.2. considerar prejudicado o pedido de medida cautelar formulado pela representante;
9.3. no mérito, considerar a Representação parcialmente procedente;
9.4. cientificar o Ministério dos Transportes de que, no Edital e respectivos anexos ao Pregão Eletrônico nº 11/2014, foi verificada a ausência de estipulação de critérios objetivos para aferição da compatibilidade do ambiente tecnológico em que atuaram as licitantes, com o parque de TI descrito no Anexo IX ao instrumento convocatório, em, pelo menos 75%, a contrariar o *caput* do artigo 3º da Lei 8.666/1993, aplicável subsidiariamente ao Pregão Eletrônico (art. 9º da Lei 10.520/2002);
9.5. dar ciência da presente deliberação à representante e à empresa Datainfo Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.; e
9.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2983-44/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2984/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 031.621/2012-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (em Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (03.659.166/0035-51); Sandra Aparecida Steff da Silva (773.655.269-04).
3.2. Responsável: Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira (640.898.517-34).
3.3. Recorrentes: Sérgio Augusto Coelho Diniz Nogueira (640.898.517-34), Coordenador-Geral de Recursos Humanos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (03.659.166/0035-51); Sandra Aparecida Steff da Silva (773.655.269-04).
4. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
8. Advogados constituídos nos autos: Walmor Floriano Furtado OAB/SC nº 5.949 e OAB/PR nº 22.545-A e outros (procuração - doc. 61).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedidos de reexame contra o Acórdão 1554/2013 - TCU - Plenário, sobre pensões civis deferidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 285 e 286, do Regimento Interno deste Tribunal, em:
9.1. conhecer dos pedidos de reexame para, no mérito, darlhes provimento;
9.2. tornar insubsistente o Acórdão 1554/2013 - TCU - Plenário;
9.3. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ibama para as providências necessárias em decorrência da insubsistência do acórdão recorrido;
9.5. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2984-44/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2985/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.359/2009-2.
1.1. Apensos: 026.902/2013-3; 003.139/2014-0; 000.725/2012-9; 018.690/2014-9; 031.021/2011-5
2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração em Pedido de Reexame em Representação.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: David José de Castro Gouvêa (232.236.859-87); Emerson Cooper Coelho (544.491.209-06); e Marcelo Jose Leal Gasino (782.642.789-49).
4. Entidade: Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná - DNIT/MT.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).
8. Advogados constituídos nos autos: Gabriele Seffrin (OAB/PR 59.284) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Sr. David José de Castro Gouvêa contra o Acórdão 2.296/2014-Plenário, que apreciou pedido de reexame interposto pelo referido responsável, dentre outros, em face do Acórdão 2.914/2013-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 32, inciso II, e 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência da deliberação ao embargante, à Superintendência Regional do Dnit no Estado do Paraná e ao Ministério Público do Estado do Paraná, remetendo-lhes cópia do relatório e do voto que a fundamentam.
9.3. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para o exame de admissibilidade do recurso interposto pelo Sr. Marcelo Leal Gasino e posterior sorteio de relator.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.
11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2985-44/14-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2986/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.421/2012-0.
1.1. Apensos: 003.164/2012-8; 010.543/2006-8
2. Grupo II - Classe de Assunto IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Ademilson Montes Ferreira (025.487.122-49); Ana Maria Cartaxo Bernardo Albuquerque (082.320.834-68); Antônio Alfredo de Melo Guimarães (069.875.084-53); Antônio Aureliano de Almeida (035.670.104-25); Carlos Roberto Targino Moreira (176.254.164-53); CCL Construções e Comercio Ltda. (08.522.773/0001-40); Construtora Galvão Marinho Ltda. (12.647.038/0001-30); Construtora Irmãos Dantas Ltda. (09.248.402/0001-84); Dalton César Pereira de Oliveira (219.310.624-04); Estado da Paraíba (08.761.132/0001-48), Evandro José Barbosa (455.534.834-68); Francisco Lira Braga (048.874.924-72); Francisco Xavier Bandeira Ventura (141.959.764-72); Hildon Régis Navarro (027.207.604-04); Humberto Ramalho Trigueiro Mendes (617.762.897-49); José Adalberto Targino Araújo (160.811.704-97); José Galdino (151.008.634-04); Linear Engenharia e Empreendimentos Ltda. (01.698.341/0001-45); Luciano de Aguiar Barbosa Maia (275.883.004-34); Luzenira Cavalcante da Silva (132.419.824-91); Marivaldo Saraiva Bezerra (082.028.264-20); Sóstenes Rodrigues do Rêgo (109.512.704-78) e VVP - Engenharia e Construção Ltda. (35.571.819/0001-93).
4. Entidade: Estado da Paraíba.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
8. Advogado constituídos nos autos: Lúcio Landim Batista da Costa (OAB/BA 21.611), Evandro José Barbosa (OAB/PB 6.688) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial oriunda de representação oferecida pelos Srs. José Guilherme Ferraz da Costa e Victor Carvalho Veggi, Procuradores da República no Estado da Paraíba, noticiando possíveis irregularidades ocorridas durante a construção de unidades prisionais os municípios paraibanos de Cajazeiras, Santa Rita, Guarabira, Catolé do Rocha e Campina Grande,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da presente relação processual a Sra. Ana Maria Cartaxo de Albuquerque e a sociedade empresária VVP Engenharia Construção Ltda., esta última especificamente com relação ao achado 14;
9.2. acatar as alegações de defesa produzidas pelos Srs. Antônio Alfredo de Melo Guimarães (achados 2, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16); Antônio Aureliano de Almeida (achados 2, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16), Carlos Roberto Targino Moreira (achados 2, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16), Francisco Lira Braga (achados 6 e 9) e Luzenira Cavalcante da Silva (achados 2, 8, 9, 11, 12, 13, 15 e 16) e das sociedades empresárias CCL Construções e Comércio Ltda. (achados 8, 9, 12 e 13) e VVP Engenharia Construção Ltda. (achados 2, 15 e 16);
9.3. acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. Ademilson Montes Ferreira (achado 3), Humberto Ramalho Trigueiro Mendes (achado 3), José Adalberto Targino Araújo (achado 3);
9.4.acatar as razões justificativas trazidas pelo Sr. Ademilson Montes Ferreira (achados 24 e 25), Carlos Roberto Targino Moreira (achados 20, 21 e 22)
9.5.acatar parcialmente as razões justificativas juntadas pelo Sr. Carlos Roberto Targino Moreira (achado 23);
9.6. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Ana Maria Cartaxo Bernardo Albuquerque (achado 27), Carlos Roberto Targino Moreira, Antônio Alfredo de Melo Guimarães (achado 27), Evandro José Barbosa (achado 27) e José Galdino (achado 6), das sociedades empresárias CCL Construções e Comércio Ltda. (achados 6 e 11) e Construtora Irmãos Dantas Ltda. (achado 27) e do Estado da Paraíba (achado 26);
9.7. rejeitar as razões de justificativa do Sr. Carlos Roberto Targino Moreira (achado 18);
9.8. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19 e 23, inciso III, todos da Lei nº 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Ana Maria Cartaxo Bernardo Albuquerque, do Sr. Antônio Alfredo de Melo Guimarães, do Sr. Carlos Roberto Targino Moreira, do Sr. Evandro José Barbosa e do Sr. José Galdino e das sociedades empresárias CCL Construções e Comércio Ltda. e Construtora Irmãos Dantas Ltda. e condená-los ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:
9.8.1. Sr. José Galdino e CCL Construções e Comércio Ltda.:

Valor	Data de ocorrência
36.594,27	13/12/2002

9.8.2. Sra. Ana Maria Cartaxo Bernardo Albuquerque, Srs. Carlos Roberto Targino Moreira, Antônio Alfredo de Melo Guimarães e Evandro José Barbosa e Construtora Irmãos Dantas Ltda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Valor	Data de ocorrência
6.672,38	18/7/2002
115.531,07	28/5/2002

9.8.3. CCL Construções e Comércio Ltda.:

Valor	Data de ocorrência
105.876,73	1/2/2001

9.9. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.10. aplicar aos responsáveis as seguintes multas individuais:

9.10.1. ao Sr. José Galdino e à sociedade empresária CCL Construções e Comércio Ltda., com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.10.2. aos Srs. Carlos Roberto Targino Moreira, Antônio Alfredo de Melo Guimarães e Evandro José Barbosa e à Construtora Irmãos Dantas Ltda., com fulcro no art. 57 da Lei 8.443/1992: R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.10.3. ao Sr. Carlos Roberto Targino Moreira, com fulcro no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992: R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.11. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o item anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando pagas após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.12. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.13. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.14 fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno, para que o Estado da Paraíba efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do

efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor	Data de ocorrência
40.125,00	13/12/2002

9.15. dar ciência ao Estado da Paraíba que:

9.15.1. a não utilização de BDI diferenciado para aquisição de equipamentos, identificada na Concorrência 2/2005 da Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan), constitui irregularidade, o que afronta a jurisprudência deste Tribunal exemplificada pelo Acórdão 2.622/2013-Plenário;

9.15.2. a aplicação dos recursos disponíveis em fundo de investimento a curto prazo, ao invés de poupança, para movimentações que ultrapassassem 30 dias, identificada nas obras dos presídios de Santa Rita-PB e Cajazeiras-PB, constitui irregularidade, o que afronta o art. 20, § 1º da IN STN 1/1997;

9.15.3. a alteração da planilha contratual sem a formalização de aditivo, identificada no Contrato 23/2000, relativa à construção do presídio de Cajazeiras, constitui irregularidade, o que viola o art. 60, parágrafo único, da Lei 8.666/1993;

9.16. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis indicados no item 9.8, ao Estado da Paraíba, ao Estado da Paraíba, à Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado da Paraíba, à Secretária da Administração Penitenciária do Estado da Paraíba e aos Srs. José Guilherme Ferraz da Costa e Victor Carvalho Veggi, Procuradores da República no Estado da Paraíba, neste caso, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis;

9.17. dar ciência da deliberação aos demais responsáveis.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2986-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2987/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.619/2014-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Dimas de Paiva Gadelha (048.864.884-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: Júlio César Borges de Resende (OAB/DF nº 8.583) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de revisão de ofício do julgamento do ato de aposentadoria de Dimas de Paiva Gadelha no cargo de sanitarista junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, julgado legal por meio do Acórdão nº 265/2010-2ª Câmara,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 71, III e IX, da Constituição Federal, 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443/1992 e 1º, VIII, e 260, §§ 1º e 2º, do RITCU, em:

9.1. conhecer da representação e julgá-la parcialmente procedente, para tornar sem efeito relativamente ao interessado o Acórdão nº 265/2010-2ª Câmara e considerar ilegal o ato de aposentadoria de Dimas de Paiva Gadelha (048.864.884-04), negando-lhe o correspondente registro;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.2.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, quando cabíveis, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.2.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que o interessado teve conhecimento do acórdão;

9.2.4. proceder ao recálculo dos proventos do interessado no cargo de sanitarista da FUNASA, excluindo-se a vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, denominada de *Incentivo Funcional*, hipótese em que deverá ser emitido novo ato de aposentadoria em favor do interessado, a ser submetido à apreciação do Tribunal, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelo interessado a título da parcela *Incentivo Funcional* no período correspondente aos 5 (cinco) anos anteriores à publicação da presente deliberação e promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, o ressarcimento ao erário;

9.3. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.3.1. apensar os presentes autos ao TC 016.217/2009-3, com fulcro no art. 40 da Resolução TCU 259/2014, procedendo-se às anotações e registros devidos no Sistema Sisac;

9.3.2. monitorar o cumprimento do item 9.2 da presente deliberação, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

9.4. dê-se ciência da presente deliberação ao servidor interessado e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2987-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge, José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2988/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.956/2011-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Antonio Roberto Rodrigues Góes da Silva (264.042.222-72); Eduardo Monteiro de Jesus (039.523.552-91); Emerson Almeida Cardoso (415.171.132-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Macapá - AP.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de levantamento de auditoria realizado com o intuito de avaliar a aplicação de recursos do Sistema Único de Saúde - SUS pela Prefeitura Municipal de Macapá - AP,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 1º, inciso II, e 41 a 43 da Lei 8.443/1992, em:

9.1.aplicar ao seguintes responsáveis a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992:

9.1.1.Sr. Antônio Roberto Rodrigues Góes da Silva, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.1.2.Sr. Eduardo Monteiro de Jesus, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

9.1.3.Sr. Emerson Almeida Cardoso, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2.fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que os responsáveis de que trata o subitem anterior comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", e 269 do Regimento Interno do TCU - RI/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas, quando paga após seu vencimento, monetariamente desde a data de prolação deste acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3.autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas a notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.4.autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o devido pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.5.dar ciência à Prefeitura Municipal de Macapá sobre as seguintes ocorrências identificadas na gestão de recursos federais do SUS repassados ao município:

9.5.1.movimentações financeiras nas contas correntes do Fundo Municipal de Saúde autorizadas apenas pelo prefeito municipal e pelo secretário de finanças e não pelo secretário de saúde, como preconiza o art. 9º, inciso III, da Lei 8.080/1990;

9.5.2.Relatório de Gestão de 2009 não contempla todas as informações definidas pelo art. 6º, § 3º, do Decreto 1.651/1995;

9.5.3.excessiva demora na aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde e não utilização dos recursos decorrentes de rendimentos de aplicação financeira, em afronta ao princípio da eficiência insculpido no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.6.recomendar com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, à Prefeitura de Macapá que, quando da estimativa de receitas e fixação das despesas das ações e serviços de saúde, por ocasião da proposta de lei orçamentária, contabilize os rendimentos de aplicação financeira das contas bancárias vinculadas aos blocos de financiamento do SUS;

9.7.dar ciência desta deliberação aos responsáveis arrolados nos autos;

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2988-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2989/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 007.555/2012-1

2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: George Ney de Souza Fernandes (CPF 284.114.717-72), Raul de Taunay (CPF 098.202.991-87), Sylvia Maria Silva Nogueira (CPF 144.768.601-25), Lucia Helena de Souza Batista (CPF 144.771.731-72), Erly Gégila Silva (CPF 225.337.701-59) e Paulo Gonçalves de Oliveira (CPF 119.951.221-49)

4. Entidade: Embaixada do Brasil em Harare - Zimbábue

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Procurador Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social - SecexPrevidência.

8. Advogados constituídos nos autos: Fábio Tomás de Souza - OAB/DF 22.315 (peça 53), Celso Renato D'Ávila - OAB/DF 360 (peça 79), Bruno Costa Cavalcante - OAB/DF 30.847 (peça 85), Wilkerson Freitas Rodrigues - OAB/DF 25.468 (peça 98)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em razão de irregularidades na aplicação de recursos na Embaixada do Brasil em Harare, Zimbábue, no período de 2005 a 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 excluir Paulo Gonçalves de Oliveira da responsabilidade nestes autos, nos termos do art. 197, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

9.2 acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas por Raul de Taunay;

9.3 rejeitar as razões de justificativa apresentadas por Erly Gégila Silva, Sylvia Maria Silva Nogueira e Lúcia Helena de Souza Batista;

9.4 julgar regulares com ressalva as contas de Raul de Taunay, nos termos do arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, dando-lhe quitação;

9.5 julgar irregulares, com base nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992, as contas de Erly Gégila Silva, Sylvia Maria Silva Nogueira e Lúcia Helena de Souza Batista;

9.6 aplicar a Erly Gégila Silva, Sylvia Maria Silva Nogueira e Lúcia Helena de Souza Batista, individualmente, a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais);

9.7 rejeitar as alegações de defesa apresentadas por George Ney de Souza Fernandes, nos termos do art. 12, § 1º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

9.8 fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992 e no art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, para que o Sr. George Ney de Souza Fernandes efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia de US$ 7.618,41 (sete mil, seiscentos e dezoito dólares americanos e quarenta e um cents) aos cofres do Tesouro Nacional, a ser convertida pela cotação de R$ 1,7623, concernente à taxa de câmbio oficial, para compra, de 25/1/2012 (data da notificação administrativa pelo Ministério das Relações Exteriores), nos termos do art. 39, § 3º, da Lei 4.320/1964, atualizada monetariamente desde essa data até a do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, ou, alternativamente, solicite o parcelamento dessa quantia, na forma indicada no item 9.10, a seguir;

9.9 informar George Ney de Souza Fernandes de que a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e permitirá que suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhe quitação, nos termos do § 4º do art. 202 do Regimento Interno/TCU, ao passo que a ausência dessa liquidação tempestiva, levará ao julgamento pela irregularidade das contas (em caso de não solicitação de parcelamento, na forma indicada no item seguinte), com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios nos termos do art. 19 da Lei 8.443/1992, bem como à aplicação da multa prevista no art. 57 dessa lei;

9.10 autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas de George Ney de Souza Fernandes, de Erly Gégila Silva, de Sylvia Maria Silva Nogueira e de Lúcia Helena de Souza Batista, em até trinta e seis parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.11 autorizar o desconto das dívidas na remuneração de George Ney de Souza Fernandes (caso solicitado o parcelamento para recolhimento do débito) e de Erly Gégila Silva, Sylvia Maria Silva Nogueira e Lúcia Helena de Souza Batista (com ou sem solicitação de parcelamento das multas sugeridas), observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990;

9.12 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas de Erly Gégila Silva, Sylvia Maria Silva Nogueira e Lúcia Helena de Souza Batista, caso não atendidas as respectivas notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.13 determinar ao Ministério das Relações Exteriores que informe ao TCU quando ocorrer a devolução integral dos valores de US$ 20.244,43 (vinte mil, duzentos e quarenta e quatro dólares americanos, e quarenta e três cents) e US$ 13.889,67 (treze mil, oitocentos e oitenta e nove dólares americanos, e sessenta e sete cents), de responsabilidade, respectivamente, de Sylvia Maria Silva Nogueira e de Lúcia Helena de Souza Batista, devendo a Corte de Contas ser comunicada, a qualquer tempo, acerca de eventual interrupção dos ressarcimentos por parte de uma ou de ambas as servidoras, antes de as dívidas serem quitadas.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2989-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2990/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 017.562/2008-1

2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas

3. Responsáveis: Alfredo Fernandes (002.598.101-34); Alonso Resende do Nascimento (110.343.519-15); Arlene dos Santos Machado Zancanelli (250.258.991-68); Carlos Seiji Tsuge (139.623.371-72); Edis Gomes da Silva (102.767.771-15); Eloine Marques de Carvalho dos Santos (366.039.021-68); Eudes Oliveira Correa de Lima (358.083.571-87); Fabio Garcia de Morais Lemos (199.710.601-91); Heber Xavier (022.819.531-49); Irineu Milanesi (024.753.081-68); Ismael Ferreira de Arruda (164.470.261-49); Jonathas Soares de Camargo (472.679.330-68); Luiz Tadao Oshiro (164.280.131-34); Marismar Soares Santana (156.986.291-53); Marlene Alves Nogueira Rondon (104.865.851-15); Maura Catharina Gabínio e Souza (121.014.001-20); Nilson Aparecido dos Santos (235.467.518-68); Olga Martins Torres (293.911.991-00); Pedro Renato de Almeida Lara (073.715.861-15); Sérgio Marcolino Longen (203.296.361-20); Tereza Cristina Correa da Costa Dias (209.694.306-04).

4. Entidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em Mato Grosso do Sul - Sesi/MS

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

6. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso do Sul

8. Advogados constituídos nos autos: João de Campos Corrêa (OAB/MS 1634) e Célia K. Hirokawa Higa (OAB/MS 3626)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria em Mato Grosso do Sul (Sesi/MS) referentes ao exercício de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 acolher parcialmente as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis;

9.2 julgar regulares com ressalva as contas de Sérgio Marcolino Longen e de Heber Xavier, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992, dando-lhe quitação;

9.3 julgar regulares as contas dos demais responsáveis listados no rol inserto à peça 1, p. 7-13, expedindo-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992;

9.4 determinar ao Sesi/MS que proceda à devida recomposição das cotas de participação das entidades condôminas do pavilhão Albano Franco para que a participação do Sesi/MS passe de 36,7461% para 37,6529% do empreendimento, em razão do apurado nos presentes autos, e informe este Tribunal em até 90 (noventa) dias acerca das medidas adotadas; e

9.5 monitorar o cumprimento da determinação que consta do subitem anterior em processo específico autuado para esse fim, nos termos do art. 35 da Resolução TCU 259/2014.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2990-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2991/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.101/2010-4.

1.1. Apenso: 010.702/2005-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional

3.2. Responsáveis: Delevam Gutemberg Queiroz de Melo (CPF 130.479.904-25); Jader Torres (CPF 123.478.504-82); Hugo Sternick (CPF 296.677.716-87); Fernando Cesar de Oliveira Furtado (CPF 230.713.034-91); EIT - Empresa Industrial Técnica S.A. (CNPJ 08.402.620/0001-69).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit; e Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte - DER/RN.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Rodoviárias (SecobRodov).

8. Advogados constituídos nos autos: Jose Alberto Rôla (OAB/CE 945); Rommel Carvalho (OAB/CE 2.661); Abimael Clementino Ferreira de Carvalho Neto (OAB/CE 10.509); Daniel Araújo Lima (OAB/CE 15.108); Natasha de Alcântara Paiva (OAB/CE 18.081); Rodrigo Campelo da Costa Andrade (OAB/CE 14.807); Jennyson Ercy Soares de Oliveira (OAB/CE 15.876); e Fabrício de Castro Oliveira (OAB/CE 15.055).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, decorrente da conversão de relatório de levantamento elaborado no âmbito do Fiscobras 2005, cujo objeto é a execução da BR-226/RN, contemplando o Contrato 9/1993, firmado entre a Em-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

presa Industrial Técnica S.A. e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte, com aportes de recursos federais da ordem de R$ 97.919.734,53 (noventa e sete milhões, novecentos e dezenove mil, setecentos e trinta e quatro reais e cinquenta e três centavos), em virtude da celebração do Termo de Compromisso 159/2004 com Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, no valor total de R$ 108.717.860,95 (cento e oito milhões, setecentos e dezessete mil, oitocentos e sessenta reais, e noventa e cinco centavos) com vigência prevista até 31/12/2014.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. revogar parcialmente a medida cautelar adotada no TC 010.702/2005-8, de modo que o DER/RN mantenha a retenção apenas da quantia suficiente para cobrir o valor do superfaturamento materializado a partir da 47ª Medição, bem como do valor estimado para ocorrer até o final da vigência do Contrato 9/1993, consoante planilha de cálculo do sobrepreço constante da peça 46 dos autos;

9.2. determinar o retorno do processo à sua natureza original de relatório de levantamento de auditoria;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte que adotem as medidas cabíveis para:

9.3.1. repactuar o Termo de Compromisso 159/2004 e o Contrato 9/1993, para ressarcir ao Dnit o valor de R$ 2.231.296,49 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos) a preços iniciais, medido a maior entre as medições 47ª e 125ª, acrescidos dos respectivos reajustamentos, utilizando parte do montante já retido nessas medições;

9.3.2. impedir a ocorrência de pagamentos a maior nas medições do Contrato 9/1993 posteriores à 125ª Medição, conforme planilha de cálculo do sobrepreço (peça 46), o que deverá estar demonstrado nas prestações de contas do Termo de Compromisso 159/2004;

9.3.3. encaminhem a esta Corte de Contas, no prazo de 60 dias, a contar da ciência, as providências adotadas para cumprir as determinações supra;

9.4. determinar a audiência dos responsáveis abaixo indicados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, apresentem razões de justificativa acerca das seguintes irregularidades:

9.4.1. Hugo Sternick (CPF 296.677.716-87), então Coordenador Geral de Desenvolvimento e Projetos do Dnit, em função da aprovação dos projetos executivos com sobrepreço, conforme Portarias 446/2005 e 314/2006;

9.4.2. Jader Torres (CPF 123.478.504-82), ex-Diretor-Geral do DER/RN, responsável pela celebração do 16º Termo Aditivo, que inseriu no Contrato 9/1993 preços superiores aos referenciais de mercado;

9.4.3. Delevam Gutemberg Queiroz de Melo (CPF 130.479.904-25), ex-Diretor-Geral do DER/RN, responsável pela celebração do 18º Termo Aditivo, que inseriu no Contrato 9/1993 preços superiores aos referenciais de mercado;

9.4.4. Fernando Cesar de Oliveira Furtado (CPF 230.713.034-91), Responsável Técnico do DER/RN, responsável pelo recebimento e pela aprovação dos projetos com sobrepreço, indicado pelo DER/RN (peça 32, p.2);

9.5. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, bem como da peça 46 dos autos, aos responsáveis chamados em audiência, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Norte e à EIT Empresa Industrial Técnica S.A.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2991-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2992/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 000.149/2014-4.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), Arlindo Soares (CPF 175.085.927-00), Dalva Gordo Correa (CPF 079.124.647-78), Djalma Pereira de Souza (CPF 099.684.587-91), Djalma Soares de Souza (CPF 273.470.287-87), Hermann Andrade (CPF 258.964.587-20), Luiz Carlos de Oliveira Marcondes (CPF 353.184.737-68), Luiz Carlos Furtado Sachinho (CPF 264.224.177-72), Maria da Gloria Pontes de Sousa (CPF 681.008.417-72), Paulo Roberto Silva (CPF 277.220.747-15) e Pedro de Alcântara Matos (CPF 030.053.643-72).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Eliana Silva de Souza, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Arlindo Soares (CPF 175.085.927-00); Dalva Gordo Correa (CPF 079.124.647-78); Djalma Pereira de Souza (CPF 099.684.587-91); Djalma Soares de Souza (CPF 273.470.287-87); Hermann Andrade (CPF 258.964.587-20); Luiz Carlos de Oliveira Marcondes (CPF 353.184.737-68); Luiz Carlos Furtado Sachinho (CPF 264.224.177-72); Maria da Gloria Pontes de Sousa (CPF 681.008.417-72); Paulo Roberto Silva (CPF 277.220.747-15); Pedro de Alcântara Matos (CPF 030.053.643-72);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Eliana Silva de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Eliana Silva de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Arlindo Soares (CPF: 175.085.927-00; peça 1, p. 204-206):

Data do lançamento	Tipo	Valor
9/6/1997	Débito	2.599,04
9/7/1997	Débito	882,59
8/8/1997	Débito	882,59
5/9/1997	Débito	882,59
10/10/1997	Débito	882,59
7/11/1997	Débito	882,59
5/12/1997	Débito	1.614,85
8/1/1998	Débito	885,83
6/2/1998	Débito	882,59
6/3/1998	Débito	882,59
7/4/1998	Débito	882,59
11/5/1998	Débito	882,59
10/6/1998	Débito	882,59
14/7/1998	Débito	925,03
7/8/1998	Débito	925,04
10/9/1998	Débito	925,04
19/10/1998	Débito	925,03
9/11/1998	Débito	925,03
7/12/1998	Débito	1.850,06
8/1/1999	Débito	925,03
5/2/1999	Débito	923,19
5/3/1999	Débito	923,19
9/4/1999	Débito	923,19
7/5/1999	Débito	923,19
8/6/1999	Débito	923,19
7/12/1999	Débito	1.938,75
9/12/1999	Débito	1.938,74
7/1/2000	Débito	969,37
7/2/2000	Débito	1.033,99
9/3/2000	Débito	969,37
7/4/2000	Débito	969,37
8/5/2000	Débito	969,37
7/6/2000	Débito	969,37
7/7/2000	Débito	1.024,84
7/8/2000	Débito	1.024,84
8/9/2000	Débito	1.024,84
6/10/2000	Débito	1.024,84
8/11/2000	Débito	1.024,84
7/12/2000	Débito	2.049,69
8/1/2001	Débito	1.024,84
7/2/2001	Débito	1.024,84
7/3/2001	Débito	1.024,84
6/4/2001	Débito	1.025,65
8/5/2001	Débito	1.025,65
7/6/2001	Débito	1.025,65
6/7/2001	Débito	1.104,18
07/08/2001	Débito	1.104,18
10/9/2001	Débito	1.104,18
5/10/2001	Débito	1.104,18
8/11/2001	Débito	1.104,18
7/12/2001	Débito	2.208,36
8/1/2002	Débito	1.104,18
7/2/2002	Débito	1.104,18
7/3/2002	Débito	1.104,45
5/4/2002	Débito	1.104,27
8/5/2002	Débito	1.104,27
7/6/2002	Débito	1.104,27
5/7/2002	Débito	1.205,79
7/8/2002	Débito	1.205,79
6/9/2002	Débito	1.205,79
7/10/2002	Débito	1.205,79
7/11/2002	Débito	1.205,79
6/12/2002	Débito	2.411,59
8/1/2003	Débito	1.205,79
7/2/2003	Débito	1.205,79
10/3/2003	Débito	1.205,79
7/4/2003	Débito	1.205,79
8/5/2003	Débito	1.205,79
6/6/2003	Débito	1.205,79
7/7/2003	Débito	1.443,33
7/8/2003	Débito	1.443,33
5/9/2003	Débito	1.443,33
7/10/2003	Débito	1.443,33
7/11/2003	Débito	1.443,33
5/12/2003	Débito	2.886,67
8/1/2004	Débito	1.443,33
6/2/2004	Débito	1.443,33
5/3/2004	Débito	1.443,33
7/4/2004	Débito	1.443,33
7/5/2004	Débito	1.443,33
7/6/2004	Débito	1.508,68
7/7/2004	Débito	1.508,68
6/8/2004	Débito	1.508,68
8/9/2004	Débito	1.508,68
7/10/2004	Débito	1.508,86
8/11/2004	Débito	1.508,74
7/12/2004	Débito	3.017,49
7/1/2005	Débito	1.508,74
9/2/2005	Débito	1.508,75
7/3/2005	Débito	1.508,74
7/4/2005	Débito	1.508,74
6/5/2005	Débito	1.508,74
7/6/2005	Débito	1.604,57
7/7/2005	Débito	1.604,57
5/8/2005	Débito	1.604,57
8/9/2005	Débito	1.603,93
7/10/2005	Débito	1.603,93
8/11/2005	Débito	1.603,93
7/12/2005	Débito	3.208,51
6/1/2006	Débito	1.603,93
7/2/2006	Débito	1.603,93
7/3/2006	Débito	1.603,93
7/4/2006	Débito	1.604,09
8/5/2006	Débito	1.684,17

9.4.2. Dalva Gordo Correa (CPF: 079.124.647-78; peça 1, p. 270-272):

Data do lançamento	Tipo	Valor
13/8/1997	Débito	3.207,33
10/9/1997	Débito	958,45
13/10/1997	Débito	958,45
12/11/1997	Débito	958,45
10/12/1997	Débito	1.594,26
13/1/1998	Débito	961,62
11/2/1998	Débito	958,45
11/3/1998	Débito	958,45
15/4/1998	Débito	958,45
14/5/1998	Débito	958,45
12/6/1998	Débito	958,45
10/7/1998	Débito	1.004,54
12/8/1998	Débito	1.004,57
11/9/1998	Débito	1.004,57
14/10/1998	Débito	1.004,54
12/11/1998	Débito	1.004,54
10/12/1998	Débito	2.009,09
13/1/1999	Débito	1.004,54
10/2/1999	Débito	1.002,57
10/3/1999	Débito	1.002,57
14/4/1999	Débito	1.002,57
12/5/1999	Débito	1.002,57
11/6/1999	Débito	1.002,57
12/7/2000	Débito	1.112,83
10/8/2000	Débito	1.603,74
10/8/2000	Débito	1.393,35
13/10/2000	Débito	1.112,83
13/11/2000	Débito	1.112,83
12/12/2000	Débito	2.225,66

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

11/1/2001	Débito	1.112,83
12/2/2001	Débito	1.113,67
12/3/2001	Débito	1.113,67
11/4/2001	Débito	1.114,54
11/5/2001	Débito	1.114,54
12/6/2001	Débito	1.114,54
11/7/2001	Débito	1.199,56
10/8/2001	Débito	1.199,56
13/9/2001	Débito	1.199,56
11/10/2001	Débito	1.199,56
13/11/2001	Débito	1.199,56
12/12/2001	Débito	2.391,10
11/1/2002	Débito	1.199,56
14/2/2002	Débito	1.199,56
12/3/2002	Débito	1.199,74
10/4/2002	Débito	1.199,96
13/5/2002	Débito	1.199,96
12/6/2002	Débito	1.199,96
10/7/2002	Débito	1.309,80
12/8/2002	Débito	1.309,80
11/9/2002	Débito	1.309,80
14/10/2002	Débito	1.309,80
12/11/2002	Débito	1.309,80
11/12/2002	Débito	2.611,58
13/1/2003	Débito	1.309,80
12/2/2003	Débito	1.309,80
14/3/2003	Débito	1.309,80
10/4/2003	Débito	1.309,80
13/5/2003	Débito	1.309,80
11/6/2003	Débito	1.309,80
10/7/2003	Débito	1.568,20
12/8/2003	Débito	1.568,20
10/9/2003	Débito	1.568,20
13/10/2003	Débito	1.568,20
12/11/2003	Débito	1.567,25
10/12/2003	Débito	3.127,55
13/1/2004	Débito	1.567,25
11/2/2004	Débito	1.567,25
10/3/2004	Débito	1.567,25
5/4/2004	Débito	1.567,25
5/5/2004	Débito	1.567,25
3/6/2004	Débito	1.638,22
5/7/2004	Débito	1.638,22
4/8/2004	Débito	1.638,22
3/9/2004	Débito	1.638,22
5/10/2004	Débito	1.638,39
4/11/2004	Débito	1.638,28
3/12/2004	Débito	3.276,56
5/1/2005	Débito	1.638,28
3/2/2005	Débito	1.638,29
3/3/2005	Débito	1.638,28
5/4/2005	Débito	1.638,28
4/5/2005	Débito	1.638,28
3/6/2005	Débito	1.742,35
5/7/2005	Débito	1.740,60
3/8/2005	Débito	1.740,60
5/9/2005	Débito	1.740,60
5/10/2005	Débito	1.740,60
4/11/2005	Débito	1.740,60
5/12/2005	Débito	3.482,96
3/2/2006	Débito	1.740,60
17/2/2006	Débito	1.740,60
3/3/2006	Débito	1.740,60
5/4/2006	Débito	1.740,76
4/5/2006	Débito	1.827,74
5/6/2006	Débito	1.827,74
5/7/2006	Débito	1.827,74
3/8/2006	Débito	1.827,74
5/9/2006	Débito	2.742,64
4/10/2006	Débito	1.828,08
6/11/2006	Débito	1.827,91
5/12/2006	Débito	2.742,98
4/1/2007	Débito	1.827,91
5/2/2007	Débito	1.827,94
5/3/2007	Débito	1.827,94
4/4/2007	Débito	1.827,94
4/5/2007	Débito	1.887,99
5/6/2007	Débito	1.888,28
4/7/2007	Débito	1.888,28
3/8/2007	Débito	1.888,28
5/9/2007	Débito	2.833,47
3/10/2007	Débito	1.888,28
6/11/2007	Débito	1.888,28
5/12/2007	Débito	2.833,14
4/1/2008	Débito	1.888,32
8/2/2008	Débito	1.883,18
5/3/2008	Débito	1.883,18
3/4/2008	Débito	1.977,33
6/5/2008	Débito	1.977,33
4/6/2008	Débito	1.977,33
3/7/2008	Débito	1.977,33
5/8/2008	Débito	1.977,33
3/9/2008	Débito	2.965,99
3/10/2008	Débito	1.977,33

9.4.3. Djalma Pereira De Souza (CPF: 099.684.587-91; peça 1, p. 348-349):

Data do lançamento	Tipo	Valor
29/1/1998	Débito	3.804,99
29/1/1998	Débito	965,20
12/2/1998	Débito	965,20
16/3/1998	Débito	965,20
15/4/1998	Débito	965,20
20/5/1998	Débito	965,20
15/6/1998	Débito	965,20
13/7/1998	Débito	1.003,69
18/9/2000	Débito	1.111,95
16/10/2000	Débito	1.111,95
17/11/2000	Débito	1.111,95
14/12/2000	Débito	2.223,90
17/1/2001	Débito	1.111,95
13/2/2001	Débito	1.112,54
15/3/2001	Débito	1.112,54
8/5/2001	Débito	1.113,41
15/6/2001	Débito	1.113,41
15/6/2001	Débito	1.113,41
16/7/2001	Débito	1.198,42
13/8/2001	Débito	1.198,42
12/11/2001	Débito	1.198,42
15/1/2002	Débito	2.391,83
15/1/2002	Débito	1.198,42
15/1/2003	Débito	1.308,64
24/2/2003	Débito	9.128,05
20/3/2003	Débito	1.308,64
31/3/2003	Débito	10.976,66
14/5/2003	Débito	18.716,96
18/6/2003	Débito	1.308,64
21/7/2003	Débito	1.566,01
15/8/2003	Débito	1.566,01
16/9/2003	Débito	1.566,01
14/10/2003	Débito	1.566,01
18/11/2003	Débito	1.566,01
15/12/2003	Débito	3.130,01
14/1/2004	Débito	1.566,00
12/2/2004	Débito	1.566,00
11/3/2004	Débito	1.566,00
6/4/2004	Débito	1.566,00
6/5/2004	Débito	1.566,00
4/6/2004	Débito	1.636,91
6/7/2004	Débito	1.636,91
5/8/2004	Débito	1.636,91
6/9/2004	Débito	1.636,91
6/10/2004	Débito	1.637,08
5/11/2004	Débito	1.636,97
6/12/2004	Débito	3.273,64
6/1/2005	Débito	1.636,97
4/2/2005	Débito	1.636,97
4/3/2005	Débito	1.636,97
6/4/2005	Débito	1.636,97
5/5/2005	Débito	1.636,97
6/6/2005	Débito	1.740,95
6/7/2005	Débito	1.740,95
4/8/2005	Débito	1.740,95
6/9/2005	Débito	1.740,95
6/10/2005	Débito	1.740,95
7/11/2005	Débito	1.740,95
6/12/2005	Débito	3.481,91
5/1/2006	Débito	1.740,95
6/2/2006	Débito	1.740,95
6/3/2006	Débito	1.740,95
6/4/2006	Débito	1.741,11
5/5/2006	Débito	1.828,02
6/6/2006	Débito	1.828,02
6/7/2006	Débito	1.828,02
4/8/2006	Débito	1.828,02
6/9/2006	Débito	2.742,19
5/10/2006	Débito	1.828,36
7/11/2006	Débito	1.828,19

9.4.4. Djalma Soares De Souza (CPF: 273.470.287-87; peça 2, p. 4-6):

Data do lançamento	Tipo	Valor
9/6/1997	Débito	513,49
7/7/1997	Débito	673,66
7/8/1997	Débito	673,66
5/9/1997	Débito	673,66
7/10/1997	Débito	673,66
10/11/1997	Débito	673,66
5/12/1997	Débito	1.122,77
9/1/1998	Débito	673,66
12/2/1998	Débito	673,66
6/3/1998	Débito	673,66
7/4/1998	Débito	673,66
8/5/1998	Débito	673,66
5/6/1998	Débito	673,66
7/7/1998	Débito	706,06
7/8/1998	Débito	706,06
8/9/1998	Débito	706,06
7/10/1998	Débito	706,06
9/11/1998	Débito	706,06
7/12/1998	Débito	1.412,12
8/1/1999	Débito	706,06
5/2/1999	Débito	704,65
5/3/1999	Débito	704,65
9/4/1999	Débito	704,65
7/5/1999	Débito	704,65
8/6/1999	Débito	704,65
7/6/2002	Débito	843,20
5/7/2002	Débito	22.781,37
7/8/2002	Débito	920,49
6/9/2002	Débito	920,37
7/10/2002	Débito	920,37
7/11/2002	Débito	920,37
6/12/2002	Débito	1.839,79
8/1/2003	Débito	920,37
7/2/2003	Débito	920,37
10/3/2003	Débito	920,37
7/4/2003	Débito	920,37
8/5/2003	Débito	920,37
6/6/2003	Débito	920,37
7/7/2003	Débito	1.101,75
7/8/2003	Débito	1.101,75
5/9/2003	Débito	1.101,75
7/10/2003	Débito	1.101,75
7/11/2003	Débito	1.101,75
5/12/2003	Débito	2.203,50
8/1/2004	Débito	1.101,75
6/2/2004	Débito	1.101,75
5/3/2004	Débito	1.101,75
7/4/2004	Débito	1.101,75
7/5/2004	Débito	1.101,75
7/6/2004	Débito	1.151,63
7/7/2004	Débito	1.151,63
6/8/2004	Débito	1.151,63
8/9/2004	Débito	1.151,71
7/10/2004	Débito	1.151,78
8/11/2004	Débito	1.151,68
7/12/2004	Débito	2.303,29
7/1/2005	Débito	1.151,68
9/2/2005	Débito	1.151,68
7/3/2005	Débito	1.151,68
7/4/2005	Débito	1.151,68
6/5/2005	Débito	1.151,68
7/6/2005	Débito	1.223,53
7/7/2005	Débito	1.223,53
5/8/2005	Débito	1.223,53
8/9/2005	Débito	1.223,53
7/10/2005	Débito	1.223,53
8/11/2005	Débito	1.223,53
7/12/2005	Débito	2.448,37
6/1/2006	Débito	1.223,53
7/2/2006	Débito	1.223,53
7/3/2006	Débito	1.223,53
7/4/2006	Débito	1.223,62
8/5/2006	Débito	1.284,79
7/6/2006	Débito	1.284,79
7/7/2006	Débito	1.284,79
7/8/2006	Débito	1.284,79
8/9/2006	Débito	1.927,84
6/10/2006	Débito	1.284,89
8/11/2006	Débito	1.284,77
7/12/2006	Débito	1.927,95
8/1/2007	Débito	1.284,77
7/2/2007	Débito	1.284,78
7/3/2007	Débito	1.284,78
9/4/2007	Débito	1.284,78
8/5/2007	Débito	1.327,22
8/6/2007	Débito	1.327,22
6/7/2007	Débito	1.327,22
7/8/2007	Débito	1.327,22
10/9/2007	Débito	1.991,55
5/10/2007	Débito	1.327,22
8/11/2007	Débito	1.327,22
7/12/2007	Débito	1.991,56
8/1/2008	Débito	1.327,22
12/2/2008	Débito	1.323,63
7/3/2008	Débito	1.323,63
7/4/2008	Débito	1.389,81
8/5/2008	Débito	1.389,81
6/6/2008	Débito	1.389,81
7/7/2008	Débito	1.389,81
7/8/2008	Débito	1.389,81
5/9/2008	Débito	2.084,71
7/10/2008	Débito	1.389,81
7/11/2008	Débito	1.389,81
5/12/2008	Débito	2.084,72
8/1/2009	Débito	1.389,81
6/2/2009	Débito	1.389,81
6/3/2009	Débito	1.472,08
7/4/2009	Débito	1.472,08
8/5/2009	Débito	1.472,08
5/6/2009	Débito	1.472,08
7/7/2009	Débito	1.472,08
7/8/2009	Débito	1.472,08
8/9/2009	Débito	2.208,12
7/10/2009	Débito	1.472,08
9/11/2009	Débito	1.472,08
7/12/2009	Débito	2.208,12
8/1/2010	Débito	1.472,08
5/2/2010	Débito	1.562,46
5/3/2010	Débito	1.562,46

9.4.5. Hermann Andrade (CPF: 258.964.587-20; peça 2, p. 80-82):

Data do lançamento	Tipo	Valor
17/10/1997	Débito	3.786,56
11/11/1997	Débito	956,01
9/12/1997	Débito	1.510,69
12/1/1998	Débito	959,02
10/2/1998	Débito	956,01
10/3/1998	Débito	956,01
13/4/1998	Débito	956,01
12/5/1998	Débito	956,01
9/6/1998	Débito	956,01
9/7/1998	Débito	1.001,98
11/8/1998	Débito	1.002,01
10/9/1998	Débito	1.002,01
9/10/1998	Débito	1.001,98
11/11/1998	Débito	1.001,98
9/12/1998	Débito	2.003,96
12/1/1999	Débito	1.001,98
9/2/1999	Débito	1.000,01
9/3/1999	Débito	1.000,01
13/4/1999	Débito	1.000,01

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

11/5/1999	Débito	1.000,01
10/6/1999	Débito	1.000,01
13/3/2000	Débito	1.050,01
11/4/2000	Débito	7.050,71
10/5/2000	Débito	1.050,01
9/6/2000	Débito	1.050,01
11/7/2000	Débito	1.110,11
9/8/2000	Débito	1.110,11
12/9/2000	Débito	1.110,11
10/10/2000	Débito	1.110,11
10/11/2000	Débito	1.110,11
11/12/2000	Débito	2.220,23
10/1/2001	Débito	1.110,11
9/2/2001	Débito	1.110,26
9/3/2001	Débito	1.110,26
10/4/2001	Débito	1.111,13
10/5/2001	Débito	1.111,13
11/6/2001	Débito	1.111,13
10/7/2001	Débito	1.196,11
9/8/2001	Débito	1.196,11
12/9/2001	Débito	1.196,11
9/10/2001	Débito	1.196,11
12/11/2001	Débito	1.196,11
11/12/2001	Débito	2.391,23
10/1/2002	Débito	1.196,11
14/2/2002	Débito	1.196,11
12/3/2002	Débito	1.197,29
9/4/2002	Débito	1.196,51
10/5/2002	Débito	1.196,51
11/6/2002	Débito	1.196,51
9/7/2002	Débito	1.306,31
9/8/2002	Débito	1.306,31
10/9/2002	Débito	1.306,31
9/10/2002	Débito	1.306,31
11/11/2002	Débito	1.306,31
10/12/2002	Débito	2.609,61
10/1/2003	Débito	1.306,11
11/2/2003	Débito	1.306,11
12/3/2003	Débito	1.306,11
9/4/2003	Débito	1.306,11
12/5/2003	Débito	1.306,11
10/6/2003	Débito	1.306,11
9/7/2003	Débito	1.563,42
11/8/2003	Débito	1.563,42
9/9/2003	Débito	1.563,42
9/10/2003	Débito	1.563,42
11/11/2003	Débito	1.563,42
9/12/2003	Débito	3.125,85
12/1/2004	Débito	1.563,42
10/2/2004	Débito	1.563,42
9/3/2004	Débito	1.563,42
2/4/2004	Débito	1.563,42
4/5/2004	Débito	1.563,42
2/6/2004	Débito	1.634,21
2/7/2004	Débito	1.634,21
3/8/2004	Débito	1.634,21
2/9/2004	Débito	1.634,21
4/10/2004	Débito	1.634,38
3/11/2004	Débito	1.634,27
2/12/2004	Débito	3.268,54
4/1/2005	Débito	1.634,27
2/2/2005	Débito	1.634,27
2/3/2005	Débito	1.634,27
4/4/2005	Débito	1.634,27
3/5/2005	Débito	1.633,86
2/6/2005	Débito	1.737,22
4/7/2005	Débito	1.737,22
2/8/2005	Débito	1.737,22

9.4.6. Luiz Carlos De Oliveira Marcondes (CPF: 353.184.737-68; peça 2, p. 138-140):

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/11/1997	Débito	157,31
11/11/1997	Débito	674,22
10/12/1997	Débito	842,78
12/1/1998	Débito	674,22
10/2/1998	Débito	674,22
10/3/1998	Débito	674,22
13/4/1998	Débito	674,22
12/5/1998	Débito	674,22
9/6/1998	Débito	674,22
9/7/1998	Débito	698,42
11/8/1998	Débito	698,42
10/9/1998	Débito	698,42
9/10/1998	Débito	698,42
11/11/1998	Débito	698,42
10/12/1998	Débito	1.396,85
12/1/1999	Débito	698,42
9/2/1999	Débito	697,03
9/3/1999	Débito	697,03
13/4/1999	Débito	697,03
11/5/1999	Débito	697,03
10/6/1999	Débito	697,03
13/3/2000	Débito	1.049,05
11/4/2000	Débito	5.155,42
10/5/2000	Débito	731,90
9/6/2000	Débito	731,90
11/7/2000	Débito	773,80
9/8/2000	Débito	773,80
12/9/2000	Débito	773,80
10/10/2000	Débito	773,80
10/11/2000	Débito	773,80
11/12/2000	Débito	1.547,60
10/1/2001	Débito	773,80
9/2/2001	Débito	774,32
9/3/2001	Débito	774,32
10/4/2001	Débito	774,94
10/5/2001	Débito	774,94
11/6/2001	Débito	774,94
9/7/2001	Débito	834,16
9/8/2001	Débito	834,16
12/9/2001	Débito	834,16
9/10/2001	Débito	834,16
12/11/2001	Débito	834,16
11/12/2001	Débito	1.663,31
10/1/2002	Débito	834,16
13/2/2002	Débito	834,16
11/3/2002	Débito	834,16
9/4/2002	Débito	834,16
10/5/2002	Débito	834,16
11/6/2002	Débito	834,16
9/7/2002	Débito	910,45
9/8/2002	Débito	910,45
10/9/2002	Débito	910,45
9/10/2002	Débito	910,45
11/11/2002	Débito	910,45
10/12/2002	Débito	1.817,90
10/1/2003	Débito	910,45
11/2/2003	Débito	910,45
13/3/2003	Débito	910,45
9/4/2003	Débito	910,45
12/5/2003	Débito	910,45
10/6/2003	Débito	910,45
9/7/2003	Débito	1.090,28
11/8/2003	Débito	1.090,28
9/9/2003	Débito	1.090,28
9/10/2003	Débito	1.090,28
11/11/2003	Débito	1.090,28
9/12/2003	Débito	2.177,17
12/1/2004	Débito	1.089,86
10/2/2004	Débito	1.089,86
9/3/2004	Débito	1.089,86
2/4/2004	Débito	1.089,86
4/5/2004	Débito	1.089,86
2/6/2004	Débito	1.139,20
2/7/2004	Débito	1.139,20
3/8/2004	Débito	1.139,20
2/9/2004	Débito	1.139,20
4/10/2004	Débito	1.139,33
3/11/2004	Débito	1.139,24
2/12/2004	Débito	2.278,49
4/1/2005	Débito	1.139,24
2/2/2005	Débito	1.139,24
2/3/2005	Débito	1.139,24
4/4/2005	Débito	1.139,24
3/5/2005	Débito	1.138,49
2/6/2005	Débito	1.210,86
4/7/2005	Débito	1.210,86

9.4.7. Luiz Carlos Furtado Sachinho (CPF: 264.224.177-72; peça 2, p. 194-196):

Data do lançamento	Tipo	Valor
11/8/1997	Débito	333,87
3/9/1997	Débito	770,49
2/10/1997	Débito	770,49
5/11/1997	Débito	770,49
3/12/1997	Débito	1.091,52
7/1/1998	Débito	770,49
4/2/1998	Débito	770,49
4/3/1998	Débito	770,49
7/4/1998	Débito	770,49
6/5/1998	Débito	770,49
3/6/1998	Débito	770,49
6/7/1998	Débito	804,38
5/8/1998	Débito	804,38
2/9/1998	Débito	804,38
2/10/1998	Débito	804,38
4/11/1998	Débito	804,38
2/12/1998	Débito	1.608,77
6/1/1999	Débito	804,38
3/2/1999	Débito	802,78
31/3/1999	Débito	802,78
6/4/1999	Débito	802,78
5/5/1999	Débito	802,78
2/2/2000	Débito	5.880,82
2/3/2000	Débito	842,86
5/4/2000	Débito	842,86
3/5/2000	Débito	842,86
2/6/2000	Débito	842,86
5/7/2000	Débito	891,11
2/8/2000	Débito	891,11
4/9/2000	Débito	891,11
4/10/2000	Débito	891,11
3/11/2000	Débito	891,11
4/12/2000	Débito	1.782,22
3/1/2001	Débito	891,11
2/2/2001	Débito	891,67
2/3/2001	Débito	891,67
4/4/2001	Débito	892,39
3/5/2001	Débito	892,39
4/6/2001	Débito	892,39
4/7/2001	Débito	961,08
2/8/2001	Débito	961,08
5/9/2001	Débito	961,08
2/10/2001	Débito	961,08
5/11/2001	Débito	961,08
4/12/2001	Débito	1.913,14
3/1/2002	Débito	961,08
5/2/2002	Débito	961,08
7/3/2002	Débito	960,77
2/4/2002	Débito	960,64
7/5/2002	Débito	960,64
6/6/2002	Débito	960,64
5/7/2002	Débito	1.048,98
5/8/2002	Débito	1.048,98
10/9/2002	Débito	1.048,98
10/10/2002	Débito	1.048,98
5/11/2002	Débito	1.048,98
5/12/2002	Débito	2.089,94
13/1/2003	Débito	1.048,98
4/2/2003	Débito	1.048,98
10/3/2003	Débito	1.048,98
3/4/2003	Débito	1.048,98
5/5/2003	Débito	1.048,98
3/6/2003	Débito	1.048,98
8/7/2003	Débito	1.255,51
7/8/2003	Débito	1.255,51
2/9/2003	Débito	1.255,51
2/10/2003	Débito	1.254,99
4/11/2003	Débito	1.254,99
2/12/2003	Débito	2.504,96
5/1/2004	Débito	1.254,99
3/2/2004	Débito	1.254,99
2/3/2004	Débito	1.254,99
2/4/2004	Débito	1.254,99
4/5/2004	Débito	1.254,99
2/6/2004	Débito	1.311,82
2/7/2004	Débito	1.311,82
3/8/2004	Débito	1.311,82
2/9/2004	Débito	1.311,82
4/10/2004	Débito	1.311,99
3/11/2004	Débito	1.311,87
2/12/2004	Débito	2.623,75
4/1/2005	Débito	1.311,87
2/2/2005	Débito	1.311,88
2/3/2005	Débito	1.311,88
4/4/2005	Débito	1.311,88
3/5/2005	Débito	1.311,88
2/6/2005	Débito	1.395,20

9.4.8. Maria Da Gloria Pontes De Sousa (CPF: 681.008.417-72; peça 2, p. 250-252):

Data do lançamento	Tipo	Valor
23/6/1997	Débito	1.392,17
8/7/1997	Débito	728,43
8/8/1997	Débito	728,43
8/9/1997	Débito	728,43
8/10/1997	Débito	728,43
10/11/1997	Débito	728,43
8/12/1997	Débito	1.272,21
9/1/1998	Débito	730,98
9/2/1998	Débito	728,43
9/3/1998	Débito	728,43
8/4/1998	Débito	728,43
12/5/1998	Débito	728,43
9/6/1998	Débito	728,43
9/7/1998	Débito	763,46
10/8/1998	Débito	763,46
9/9/1998	Débito	763,46
9/10/1998	Débito	763,46
19/11/1998	Débito	763,46
8/12/1998	Débito	1.526,93
12/1/1999	Débito	763,46
9/2/1999	Débito	761,94
8/3/1999	Débito	761,94
12/4/1999	Débito	761,94
11/5/1999	Débito	761,94
9/6/1999	Débito	761,94
8/12/1999	Débito	764,84
8/12/1999	Débito	1.600,07
10/1/2000	Débito	1.600,06
8/2/2000	Débito	800,03
10/3/2000	Débito	800,03
10/4/2000	Débito	800,03
10/5/2000	Débito	800,03
9/6/2000	Débito	800,03
11/7/2000	Débito	845,83
8/8/2000	Débito	845,83
13/9/2000	Débito	845,83
9/10/2000	Débito	845,83
10/11/2000	Débito	845,83
8/12/2000	Débito	1.691,67
9/1/2001	Débito	845,83
8/2/2001	Débito	846,53
9/3/2001	Débito	846,53
9/4/2001	Débito	847,21
9/5/2001	Débito	847,21
8/6/2001	Débito	847,21
10/7/2001	Débito	911,63
9/8/2001	Débito	911,63
12/9/2001	Débito	911,63
8/10/2001	Débito	911,63
9/11/2001	Débito	911,63
11/12/2001	Débito	1.818,25
9/1/2002	Débito	911,63
8/2/2002	Débito	911,63
11/3/2002	Débito	912,11
8/4/2002	Débito	911,46
9/5/2002	Débito	911,35
10/6/2002	Débito	911,35
8/7/2002	Débito	995,19
8/8/2002	Débito	995,19
9/9/2002	Débito	995,19
8/10/2002	Débito	995,19
8/11/2002	Débito	995,19

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9/12/2002	Débito	1.988,40
9/1/2003	Débito	995,19
10/2/2003	Débito	995,19
11/3/2003	Débito	995,19
8/4/2003	Débito	995,19
9/5/2003	Débito	995,19
9/6/2003	Débito	995,19
8/7/2003	Débito	1.191,26
8/8/2003	Débito	1.191,26
8/9/2003	Débito	1.191,26
8/10/2003	Débito	1.191,26
10/11/2003	Débito	1.191,26
8/12/2003	Débito	2.382,52
9/1/2004	Débito	1.191,26
9/2/2004	Débito	1.191,26
8/3/2004	Débito	1.191,26
1/4/2004	Débito	1.191,26
3/5/2004	Débito	1.191,26
1/6/2004	Débito	1.245,19
1/7/2004	Débito	1.245,19
2/8/2004	Débito	1.245,19

9.4.9. Paulo Roberto Silva (CPF: 277.220.747-15; peça 2, p. 304-306):

Data do lançamento	Tipo	Valor
20/6/1997	Débito	1.591,04
9/7/1997	Débito	630,68
11/8/1997	Débito	630,68
9/9/1997	Débito	630,68
9/10/1997	Débito	630,68
11/11/1997	Débito	630,68
9/12/1997	Débito	1.156,24
12/1/1998	Débito	630,68
12/2/1998	Débito	630,68
10/3/1998	Débito	630,68
13/4/1998	Débito	630,68
13/5/1998	Débito	630,68
9/6/1998	Débito	630,68
9/7/1998	Débito	661,01
11/8/1998	Débito	661,01
10/9/1998	Débito	661,01
9/10/1998	Débito	661,01
11/11/1998	Débito	661,01
9/12/1998	Débito	1.322,02
12/1/1999	Débito	661,01
9/2/1999	Débito	659,69
9/3/1999	Débito	659,69
15/4/1999	Débito	659,69
25/10/1999	Débito	646,45
9/2/2000	Débito	1.385,26
28/3/2000	Débito	2.670,63
11/4/2000	Débito	692,63
10/5/2000	Débito	692,63
9/6/2000	Débito	692,63
11/7/2000	Débito	732,27
9/8/2000	Débito	732,27
12/9/2000	Débito	732,27
10/10/2000	Débito	732,27
10/11/2000	Débito	732,27
11/12/2000	Débito	1.464,55
10/1/2001	Débito	732,27
9/2/2001	Débito	733,19
12/3/2001	Débito	733,19
11/4/2001	Débito	733,78
10/5/2001	Débito	733,78
11/6/2001	Débito	733,78
10/7/2001	Débito	788,99
10/8/2001	Débito	788,99
12/9/2001	Débito	788,99
11/10/2001	Débito	788,99
13/11/2001	Débito	788,99
11/12/2001	Débito	1.573,98
11/1/2002	Débito	788,99
13/2/2002	Débito	788,99
11/3/2002	Débito	788,99
10/4/2002	Débito	788,99
10/5/2002	Débito	788,99
1/6/2002	Débito	788,99
9/7/2002	Débito	862,27
12/8/2002	Débito	862,27
10/9/2002	Débito	862,27
9/10/2002	Débito	862,27
12/11/2002	Débito	862,27
11/12/2002	Débito	1.719,53
10/1/2003	Débito	862,27
4/2/2003	Débito	862,27
5/3/2003	Débito	862,27
1/4/2003	Débito	862,27
2/5/2003	Débito	862,27
2/6/2003	Débito	862,27
1/7/2003	Débito	1.031,92
1/8/2003	Débito	1.031,92
1/9/2003	Débito	1.031,92
1/10/2003	Débito	1.031,92
3/11/2003	Débito	1.031,39
1/12/2003	Débito	2.056,12
2/1/2004	Débito	1.031,39
2/2/2004	Débito	1.031,39
1/3/2004	Débito	1.031,39
1/4/2004	Débito	1.031,39
3/5/2004	Débito	1.031,39
1/6/2004	Débito	1.078,10
1/7/2004	Débito	1.078,10
2/8/2004	Débito	1.078,10
1/9/2004	Débito	1.078,10
1/10/2004	Débito	1.078,13
1/11/2004	Débito	1.078,11
1/12/2004	Débito	2.156,23
3/1/2005	Débito	1.078,11
1/2/2005	Débito	1.078,11
1/3/2005	Débito	1.078,11
1/4/2005	Débito	1.078,11
2/5/2005	Débito	1.078,11
1/6/2005	Débito	1.146,62
1/7/2005	Débito	1.146,62
1/8/2005	Débito	1.146,62
1/9/2005	Débito	1.146,62

9.4.10. Pedro Alcantara Matos (CPF: 030.053.643-72; peça 2, p. 364-365):

Data do lançamento	Tipo	Valor
5/9/1997	Débito	511,92
5/9/1997	Débito	731,33
7/10/1997	Débito	731,33
11/11/1997	Débito	731,33
5/12/1997	Débito	1.096,99
8/1/1998	Débito	731,33
6/2/1998	Débito	731,33
6/3/1998	Débito	731,33
7/4/1998	Débito	731,33
8/5/108	Débito	731,33
5/6/1998	Débito	731,33
7/7/1998	Débito	763,50
7/8/1998	Débito	763,50
8/9/1998	Débito	763,50
7/10/1998	Débito	763,50
9/11/1998	Débito	763,50
7/12/1998	Débito	1.527,01
8/1/1999	Débito	763,50
5/2/1999	Débito	761,98
5/3/1999	Débito	761,98
9/4/1999	Débito	761,98
7/5/1999	Débito	761,98
8/6/1999	Débito	761,98
8/9/1999	Débito	800,11
7/10/1999	Débito	800,11
8/11/1999	Débito	800,11
7/12/1999	Débito	1.600,22
16/12/1999	Débito	1.840,21
7/2/2000	Débito	800,11
9/3/2000	Débito	800,11
7/4/2000	Débito	800,11
8/5/2000	Débito	800,11
7/6/2000	Débito	800,11
7/7/2000	Débito	845,90
7/8/2000	Débito	845,90
8/9/2000	Débito	845,90
6/10/2000	Débito	845,90
8/11/2000	Débito	845,90
7/12/2000	Débito	1.691,81
8/1/2001	Débito	845,90
7/2/2001	Débito	845,90
7/3/2001	Débito	845,90
6/4/2001	Débito	846,58
8/5/2001	Débito	846,58
7/6/2001	Débito	846,58
6/7/2001	Débito	911,42
7/8/2001	Débito	911,42
10/9/2001	Débito	911,42
5/10/2001	Débito	911,42
8/11/2001	Débito	911,42
7/12/2001	Débito	1.822,85
8/1/2002	Débito	911,42
7/2/2002	Débito	911,42
7/3/2002	Débito	911,44
5/4/2002	Débito	911,43
8/5/2002	Débito	911,43
7/6/2002	Débito	911,43
5/7/2002	Débito	995,28
7/8/2002	Débito	995,28
6/9/2002	Débito	995,28
7/10/2002	Débito	995,28

9.5. aplicar à responsável Eliana Silva de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Eliana Silva de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Rio de Janeiro, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que a decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2992-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2993/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.575/2011-6.

2. Grupo II - Classe V - Relatório de Auditoria

3. Responsáveis: Antonio Tibúrcio da Costa Filho (CPF 108.373.454-72), José Nilvan Dantas (CPF 130.419.594-53) e Paulo Tarcísio Lopes (CPF 142.301.274-72).

4. Entidades: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh/RN)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

8. Advogados constituídos nos autos: Anna Maria da Trindade dos Reis, OAB/DF 6.811; Gustavo Persch Holzbach, OAB/DF 21.403; Genarte de Medeiros Brito Júnior, OAB/RN 3.324 e outros.

8.1. Interessado em sustentação oral: Gustavo Persch Holzbach, OAB/DF 21.403.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Relatório de Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2011, nas obras de construção da Barragem Oiticica, no Município de Jucurutu/RN, executadas pela Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado do Rio de Grande do Norte (Semarh/RN), com recursos repassados pelo Dnocs.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 com fulcro no art. 71, inciso IX da Constituição Federal e no art. 45 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, determinar à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte (Semarh/RN) que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova medidas junto ao Consórcio EIT/Encalso para repactuar o Contrato 39/2010 de forma a elidir o sobrepreço global de R$ 15.176.659,17 (quinze milhões cento e setenta e seis mil seiscentos e cinquenta e nove reais e dezessete centavos), e, no caso da celebração de termos aditivos, adote como limites máximos os preços dos serviços constantes da tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Preço de Referência (R$)
1.6.13	Concreto usinado, com consumo de 80kg de cimento por m³, para CCR, (fck=8 MPa)	m³	128,82
1.6.12	Concreto usinado, com consumo de 90kg de cimento por m³, para CCR, (fck=8 Mpa)	m³	136,14
1.1.7	Administração local inclusive Manutenção e operação do Canteiro de Obras	mês	607.787,15
1.6.15	Transporte de concretos em caminhões betoneira e basculante, da usina de CCR e central de concretos a barragem DMT <= 1,00km	m³ x Km	9,05
1.6.14	Aplicação de concreto para CCR	m³	8,03
1.6.2	Concreto usinado, com consumo de 155 kg de cimento por m³, dental, para obras de CCR, para regularização da superfície de rocha para apoio da barragem, espessura média 50 cm	m³	144,71

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6.6	Concreto usinado, com consumo de 240 kg de cimento por m³, de ligação para CCR (argamassa de ligação, 2,5 cm)	m³	191,82
1.6.9	Lançamento e aplicação de concreto em estrutura, para uso na face de montante	m³	53,11
1.7.2	Concreto usinado, com consumo 250 kg de cimento por m³, exceto lançamento, para fundação em rocha	m³	197,36

9.2 determinar à SecobHidro que autue processo de monitoramento para verificar o cumprimento da determinação acima;

9.3 encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh/RN), ao Ministério da Integração Nacional e à Secex/RN;

9.4 arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2993-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2994/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.174/2013-2.

1.1 Processos conexos: TC 006.633/2013-7 e TC 006.854/2013-3.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Lúcia Lemos de Souza (CPF 551.866.107-04), Leila Maria Moreira de Moraes (CPF 131.974.478-83), Lenice Messias Ferreira (CPF 076.471.777-45), Leomiro Francisco Farias (CPF 330.098.139-53), Levi Augusto Rodrigues (CPF 306.790.607-15), Lúcia Monco dos Reis (CPF 169.380.328-31), Luiz Pereira Barbosa (CPF 529.135.037-72), Manoel Borges da Silva (CPF 556.634.787-87), Marcos José dos Santos Ferreira (falecido, CPF 238.189.057-20), Maria Aparecida dos Santos Vasconcellos (CPF 457.911.127-34), Maria Alice Pinheiro (CPF 068.909.702-68), Maria da Glória Machado (CPF 466.275.027-04), Maria de Lourdes Rodrigues (falecida, CPF 047.064.448-61), Maria do Carmo Santana Matos (CPF 060.210.758-03), Maria José de Oliveira (CPF 035.124.947-81), Maria Mori (CPF 077.250.228-56) e Mauricio Sodani (CPF 689.617.828-00).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: Irany Sperandio de Medeiros (OAB/RJ 81.634).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de habilitação e concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. excluir da relação processual os segurados Leila Maria Moreira de Moraes (CPF 131.974.478-83), Lenice Messias Ferreira (CPF 076.471.777-45), Leomiro Francisco Farias (CPF 330.098.139-53), Levi Augusto Rodrigues (CPF 306.790.607-15), Lúcia Monco dos Reis (CPF 169.380.328-31), Luiz Pereira Barbosa (CPF 529.135.037-72), Manoel Borges da Silva (CPF 556.634.787-87), Marcos José dos Santos Ferreira (falecido, CPF 238.189.057-20), Maria Aparecida dos Santos Vasconcellos (CPF 457.911.127-34), Maria Alice Pinheiro (CPF 068.909.702-68), Maria da Glória Machado (CPF 466.275.027-04), Maria de Lourdes Rodrigues (falecida, CPF 047.064.448-61), Maria do Carmo Santana Matos (CPF 060.210.758-03), Maria José de Oliveira (CPF 035.124.947-81), Maria Mori (CPF 077.250.228-56) e Mauricio Sodani (CPF 689.617.828-00);

9.2. rejeitar as alegações de defesa interpostas pela responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, ex-servidora do INSS;

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Maria Lúcia Lemos de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Leila Maria Moreira de Moraes (CPF 131.974.478-83)

Data	Valor	Tipo
5/6/2003	1.039,00	D
2/7/2003	1.302,67	D
1/8/2003	1.302,67	D
2/9/2003	1.302,67	D
1/10/2003	1.302,67	D
2/11/2003	1.302,67	D
2/12/2003	2.171,41	D
4/1/2004	1.302,67	D
1/2/2004	1.302,67	D
1/3/2004	1.302,67	D
2/4/2004	1.302,67	D
3/5/2004	1.302,67	D
1/6/2004	1.361,52	D
1/7/2004	1.361,52	D
2/8/2004	1.361,52	D
1/9/2004	1.361,52	D
31/10/2004	1.361,52	D
2/11/2004	1.361,52	D
30/11/2004	2.723,46	D
03/1/2005	1.361,52	D
1/2/2005	1.361,72	D
1/3/2005	1.361,62	D

9.4.2. Lenice Messias Ferreira (CPF 076.471.777-45)

Data	Valor	Tipo
2/9/2004	1.253,17	D
4/10/2004	1.879,10	D
4/11/2004	1.879,10	D
5/12/2004	2.661,58	D
3/1/2005	1.879,10	D
2/2/2005	1.879,30	D
3/3/2005	1.879,20	D

9.4.3. Leomiro Francisco Farias (CPF 330.098.139-53)

Data	Valor	Tipo
21/6/2004	942,00	D
6/7/2004	1.487,32	D
4/8/2004	1.487,32	D
3/9/2004	1.487,32	D
5/10/2004	1.487,32	D
3/11/2004	1.487,32	D
2/12/2004	2.478,28	D
4/1/2005	1.487,32	D
2/2/2005	1.487,52	D
3/3/2005	1.487,42	D

9.4.4. Levi Augusto Rodrigues (CPF 306.790.607-15)

Data	Valor	Tipo
17/6/2003	261,00	D
11/7/2003	1.869,70	D
14/8/2003	1.869,70	D
11/9/2003	1.869,70	D
13/10/2003	1.869,70	D
12/11/2003	1.869,70	D
10/12/2003	2.960,10	D
13/1/2004	1.869,70	D
11/2/2004	1.869,70	D
11/3/2004	1.869,70	D
7/4/2004	1.869,70	D
7/5/2004	1.869,70	D
4/6/2004	1.954,40	D
6/7/2004	1.954,40	D
6/8/2004	1.954,40	D
8/9/2004	1.954,40	D
31/10/2004	1.954,40	D
4/11/2004	1.954,40	D
6/12/2004	3.908,20	D
5/1/2005	1.954,40	D
8/2/2005	1.954,60	D

9.4.5. Lúcia Monco dos Reis (CPF 169.380.328-31)

Data	Valor	Tipo
8/7/2003	1.924,52	D
7/8/2003	1.715,52	D
4/9/2003	1.715,52	D
9/10/2003	1.715,52	D
9/11/2003	1.715,52	D
9/12/2003	2.715,77	D
7/1/2004	1.715,52	D
5/2/2004	1.715,52	D
9/3/2004	1.715,52	D
7/4/2004	1.715,52	D
7/5/2004	1.715,52	D
7/6/2004	1.793,17	D
6/7/2004	1.793,17	D
5/8/2004	1.793,17	D
6/9/2004	1.793,17	D
6/10/2004	1.793,17	D
31/11/2004	1.793,17	D
5/12/2004	3.585,38	D
6/1/2005	1.793,17	D
3/2/2005	1.793,37	D

9.4.6. Luiz Pereira Barbosa (CPF 529.135.037-72)

Data	Valor	Tipo
29/05/2003	1.197,87	D
09/07/2003	3.432,23	D
04/11/2003	1.869,70	D
21/12/2003	1.869,70	D
05/04/2004	8.817,60	D
08/04/2004	5.609,10	D
06/05/2004	1.869,70	D
04/06/2004	1.954,40	D
05/07/2004	1.954,40	D
03/08/2004	1.954,40	D
02/09/2004	1.954,40	D
05/10/2004	1.954,40	D
04/11/2004	1.954,40	D
01/12/2004	3.908,81	D
04/01/2005	1.954,40	D
02/02/2005	1.954,60	D

9.4.7. Manoel Borges da Silva (CPF 556.634.787-87)

Data	Valor	Tipo
12/6/2003	937,00	D
11/7/2003	1.666,11	D
13/8/2003	1.666,11	D
11/9/2003	1.666,11	D
13/10/2003	1.666,11	D
12/11/2003	1.666,11	D
10/12/2003	2.776,27	D
13/1/2004	1.666,11	D
11/2/2004	1.666,11	D
11/3/2004	1.666,11	D
6/4/2004	1.666,11	D
6/5/2004	1.666,11	D
4/6/2004	1.741,43	D
6/7/2004	1.741,43	D
5/8/2004	1.741,43	D
6/9/2004	1.741,43	D
31/10/2004	1.741,43	D
4/11/2004	1.741,43	D
5/12/2004	3.481,80	D
5/1/2005	1.741,43	D
3/2/2005	1.741,63	D

9.4.8. Marcos José dos Santos Ferreira (falecido) (CPF 238.189.057-20)

Data	Valor	Tipo
18/5/2004	272,00	D
3/6/2004	1.635,55	D
5/7/2004	1.635,55	D
4/8/2004	1.635,01	D
3/9/2004	1.635,01	D
5/10/2004	1.635,01	D
3/11/2004	1.635,01	D
2/12/2004	2.725,01	D
4/1/2005	1.635,01	D
2/2/2005	1.635,01	D
3/3/2005	1.635,01	D
5/4/2005	1.635,01	D
4/5/2005	1.635,01	D

9.4.9. Maria Aparecida dos Santos Vasconcellos (CPF 457.911.127-34)

Data	Valor	Tipo
13/5/2003	1.249,68	D
11/6/2003	1.562,53	D
10/7/2003	1.732,01	D
12/8/2003	1.732,01	D
10/9/2003	1.732,01	D
10/10/2003	1.732,01	D
11/11/2003	1.732,01	D
9/12/2003	3.030,00	D
12/1/2004	1.731,43	D
10/2/2004	1.731,43	D
10/3/2004	1.731,43	D
5/4/2004	1.731,43	D
5/5/2004	1.731,43	D
3/6/2004	1.809,86	D
5/7/2004	1.809,86	D
4/8/2004	1.809,86	D
31/9/2004	1.809,86	D
31/10/2004	1.809,86	D
3/11/2004	1.809,86	D
2/12/2004	3.619,72	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4/1/2005	1.809,86	D
2/2/2005	1.809,86	D
7/6/2006	4.298,86	D
4/7/2006	28.271,37	D
5/7/2006	2.021,11	D
3/8/2006	2.021,11	D
5/9/2006	3.031,66	D
4/10/2006	2.021,49	D
5/11/2006	2.021,30	D
4/12/2006	4.042,60	D

9.4.10. Maria Alice Pinheiro (CPF 068.909.702-68)

Data	Valor	Tipo
27/11/1995	273,63	D
14/12/1995	870,67	D
14/1/1996	746,29	D
15/2/1996	746,29	D
15/3/1996	746,29	D
16/4/1996	746,29	D
15/5/1996	746,29	D
17/6/1996	813,15	D
12/7/1996	813,15	D
14/8/1996	813,15	D
13/9/1996	813,15	D
14/10/1996	813,15	D
13/11/1996	813,15	D
12/12/1996	1.626,30	D
14/1/1997	813,15	D
18/2/1997	813,15	D
31/3/1997	813,15	D
14/4/1997	813,15	D
15/5/1997	813,15	D
13/6/1997	813,15	D
14/7/1997	876,25	D
14/8/1997	876,25	D
12/9/1997	876,25	D
13/10/1997	876,25	D
13/11/1997	876,25	D
11/12/1997	1.752,50	D
14/1/1998	879,75	D
12/2/1998	876,25	D
13/3/1998	876,25	D
16/4/1998	876,25	D
15/5/1998	876,25	D
15/6/1998	876,25	D
14/7/1998	918,39	D
14/8/1998	918,39	D
15/9/1998	918,39	D
14/10/1998	918,39	D
15/11/1998	918,39	D
13/12/1998	1.836,78	D
14/1/1999	918,39	D
11/2/1999	918,39	D
12/3/1999	918,39	D
16/4/1999	918,39	D
14/5/1999	918,39	D
15/6/1999	918,39	D
14/7/1999	960,72	D
13/8/1999	960,72	D
15/9/1999	960,72	D
14/10/1999	960,72	D
15/11/1999	960,72	D
13/12/1999	1.921,44	D
13/1/2000	960,72	D
13/2/2000	960,72	D
16/3/2000	960,72	D
14/4/2000	960,72	D
15/5/2000	960,72	D
14/6/2000	960,72	D
14/7/2000	1.016,53	D
14/8/2000	1.016,53	D
15/9/2000	1.016,53	D
15/10/2000	1.016,53	D
15/11/2000	1.016,53	D
13/12/2000	2.033,06	D
14/1/2001	1.016,53	D
13/2/2001	1.017,47	D
14/3/2001	1.017,47	D
16/4/2001	1.017,47	D
15/5/2001	1.017,47	D
15/6/2001	1.017,47	D
13/7/2001	1.095,15	D
14/8/2001	1.095,15	D
17/9/2001	1.095,15	D
14/10/2001	1.095,15	D
15/11/2001	1.095,15	D
13/12/2001	2.188,78	D
31/1/2002	1.094,39	D
18/2/2002	1.094,39	D
14/3/2002	1.094,39	D
12/4/2002	1.094,39	D
15/5/2002	1.094,39	D
14/6/2002	1.094,39	D
12/7/2002	1.195,07	D
14/8/2002	1.195,07	D
13/9/2002	1.195,07	D
14/10/2002	1.195,07	D
13/11/2002	1.195,07	D
12/12/2002	2.390,14	D
14/1/2003	1.195,07	D
13/2/2003	1.195,07	D
17/3/2003	1.195,07	D
14/4/2003	1.195,07	D
15/5/2003	1.195,07	D
13/6/2003	1.195,07	D
14/7/2003	1.430,61	D
14/8/2003	1.430,61	D
12/9/2003	1.430,61	D
14/10/2003	1.430,61	D
13/11/2003	1.430,61	D
11/12/2003	2.861,22	D
14/1/2004	1.430,61	D
12/2/2004	1.430,61	D
12/3/2004	1.430,61	D
07/04/2004	1.430,61	D
07/05/2004	1.430,61	D
07/06/2004	1.495,41	D
07/07/2004	1.495,41	D
06/08/2004	1.495,41	D
08/09/2004	1.495,41	D
07/10/2004	1.495,41	D

9.4.11. Maria da Glória Machado (CPF 466.275.027-04)

Data	Valor	Tipo
19/5/2004	1.869,70	D
14/6/2004	1.954,40	D
05/7/2004	1.954,40	D
12/8/2004	1.954,40	D
08/9/2004	1.954,40	D
18/10/2004	1.954,40	D
7/11/2004	1.954,40	D
9/12/2004	3.908,29	D
11/1/2005	1.954,40	D
15/2/2005	1.954,60	D

9.4.12. Maria de Lourdes Rodrigues (falecida) (CPF 047.064.448-61)

Data	Valor	Tipo
17/2/2003	508,00	D
27/3/2003	1.522,56	D
11/4/2003	1.522,56	D
12/5/2003	1.522,56	D
10/6/2003	1.522,56	D
9/7/2003	1.632,11	D
11/8/2003	1.632,11	D
9/9/2003	1.632,11	D
9/10/2003	1.632,11	D
10/11/2003	1.632,11	D
8/12/2003	3.128,73	D
11/1/2004	1.632,11	D
9/2/2004	1.632,11	D
9/3/2004	1.632,11	D
2/4/2004	1.632,11	D
4/5/2004	1.632,11	D
31/6/2004	1.706,20	D
31/7/2004	1.706,20	D
3/8/2004	1.706,20	D
2/9/2004	1.706,20	D
4/10/2004	1.706,20	D
2/11/2004	1.706,20	D
1/12/2004	3.413,01	D
3/1/2005	1.706,20	D
1/2/2005	1.706,40	D

9.4.13. Maria do Carmo Santana Matos (CPF 060.210.758-03)

Data	Valor	Tipo
8/7/2003	1.564,26	D
8/8/2003	1.380,26	D
10/9/2003	1.380,26	D
8/10/2003	1.380,26	D
11/11/2003	1.380,26	D
7/12/2003	2.185,49	D
11/1/2004	1.380,26	D
8/2/2004	1.380,26	D
10/3/2004	1.380,26	D
1/4/2004	1.380,26	D
3/5/2004	1.380,26	D
1/6/2004	1.442,63	D
2/7/2004	1.442,63	D
9/8/2004	1.442,63	D
1/9/2004	1.442,63	D
1/10/2004	1.442,63	D
31/11/2004	1.442,63	D
31/12/2004	2.885,22	D
2/1/2005	1.442,63	D
2/2/2005	1.442,83	D
1/3/2005	1.442,73	D

9.4.14. Maria José de Oliveira (CPF 035.124.947-81)

Data	Valor	Tipo
26/11/1995	208,81	D
6/12/1995	609,04	D
7/1/1996	522,04	D
8/2/1996	522,04	D
7/3/1996	522,04	D
9/4/1996	522,04	D
8/5/1996	522,04	D
10/6/1996	568,81	D
5/7/1996	568,81	D
7/8/1996	568,81	D
6/9/1996	568,81	D
07/10/1996	568,81	D
7/11/1996	568,81	D
5/12/1996	1.137,62	D
8/1/1997	568,81	D
6/2/1997	568,81	D
31/3/1997	568,81	D
07/4/1997	568,81	D
9/5/1997	568,81	D
6/6/1997	568,81	D
7/7/1997	612,94	D
7/8/1997	612,94	D
5/9/1997	612,94	D
6/10/1997	612,94	D
6/11/1997	612,94	D
4/12/1997	1.225,88	D
7/1/1998	615,38	D
5/2/1998	612,94	D
6/3/1998	612,94	D
7/4/1998	612,94	D
8/5/1998	612,94	D
5/6/1998	612,94	D
7/7/1998	642,42	D
7/8/1998	642,42	D
7/10/1998	1.284,84	D
08/11/1998	642,42	D
6/12/1998	1.284,84	D
21/1/1999	642,42	D
5/3/1999	1.284,84	D
9/4/1999	642,42	D
7/5/1999	642,42	D
8/6/1999	642,42	D
19/7/1999	672,03	D
6/8/1999	672,03	D
10/9/1999	672,03	D
7/10/1999	672,03	D
9/11/1999	672,03	D
7/12/1999	1.344,06	C
6/1/2000	672,03	D
6/2/2000	672,03	D
10/3/2000	672,03	D
7/4/2000	672,03	D
8/5/2000	672,03	D
8/6/2000	672,03	D
7/7/2000	711,07	D
31/8/2000	711,07	D
8/9/2000	711,07	D
6/10/2000	711,07	D
8/11/2000	711,07	D
7/12/2000	1.422,14	D
11/1/2001	711,07	D
7/2/2001	712,00	D
7/3/2001	712,00	D
6/4/2001	712,00	D
8/5/2001	712,00	D
7/6/2001	712,00	D
6/7/2001	766,00	D
7/8/2001	766,00	D
10/9/2001	766,00	D
5/10/2001	766,00	D
8/11/2001	766,00	D
6/12/2001	1.532,00	D
7/1/2002	766,00	D
6/2/2002	766,00	D
31/3/2002	766,00	D
5/4/2002	766,00	D
8/5/2002	765,53	D
7/6/2002	765,53	D
5/7/2002	835,95	D
7/8/2002	835,95	D
6/9/2002	835,95	D
7/10/2002	835,95	D
6/11/2002	835,95	D
5/12/2002	1.671,90	D
7/1/2003	835,95	D
6/2/2003	835,95	D
10/3/2003	835,95	D
7/4/2003	835,95	D
8/5/2003	835,95	D
6/6/2003	835,95	D
7/7/2003	1.000,71	D
7/8/2003	1.000,71	D
5/9/2003	1.000,71	D
7/10/2003	1.000,71	D
6/11/2003	1.000,71	D
4/12/2003	2.001,42	D
7/1/2004	1.000,71	D
5/2/2004	1.000,71	D
5/3/2004	1.000,71	D
7/4/2004	1.000,71	D
7/5/2004	1.000,71	D
7/6/2004	1.046,04	D
7/7/2004	1.046,04	D
6/8/2004	1.046,04	D
8/9/2004	1.046,04	D
7/10/2004	1.046,04	D
7/11/2004	1.046,04	D
6/12/2004	2.092,08	D
6/1/2005	1.046,04	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8/2/2005	1.046,04	D
7/3/2005	1.046,04	D
7/4/2005	1.046,04	D
31/5/2005	1.046,04	D
7/6/2005	1.112,51	D
7/7/2005	1.112,51	D

9.4.15. Maria Mori (CPF 077.250.228-56)

Data	Valor	Tipo
6/10/2004	2.828,64	D
5/12/2004	4.828,96	D
13/1/2005	2.069,64	D
17/2/2005	2.069,84	D
3/3/2005	2.069,74	D

9.4.16. Mauricio Sodani (CPF 689.617.828-00)

Data	Valor	Tipo
13/7/2004	1.014,00	D
9/8/2004	507,00	D
8/9/2004	507,00	D
6/10/2004	507,00	D
4/11/2004	507,00	D
2/12/2004	888,02	D
4/1/2005	507,00	D
2/2/2005	507,00	D
3/3/2005	506,92	D

9.5. aplicar à responsável Maria Lúcia Lemos de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.9. tendo em vista a gravidade da infração cometida, aplicar à Sra. Maria Lúcia Lemos de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que a decisão contida no subitem 9.1 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2994-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2995/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.633/2013-7.

1.1 Processos conexos: TC 006.854/2013-3 e TC 006.174/2013-2.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Lúcia Lemos de Souza (CPF 551.866.107-04), Alcindo Crisostomo Beni (CPF 204.522.509-78), Amadeu Gertrudes Mendonça (CPF 193.972.837-15), Amado Florêncio Diniz (CPF 567.403.608-04), Ana Sczibor Oliveira (CPF 075.582.708-20), Benedito Daniel (CPF 684.843.308-00), Cacilda Guilhermina Braz Miranda (CPF 220.150.078-90), Castorina Ferreira Caldas (CPF 079.895.697-60), Célia Aparecida Pedroso Andriotti (CPF 051.064.378-73), Claudio Alves dos Santos (CPF 475.124.318-72), Dalila Machado Aurélio (CPF 268.075.838-26), Damião Antonio de Brito (CPF 760.099.558-15), Edenilza dos Santos (CPF 921.527.758-72), Ednaldo Vieira Lima (CPF 420.724.687-87), Elias José de Almeida (CPF 481.986.508-06), Eraldo Fortunato Ferreira (CPF 412.974.907-20), Florentina Heerdt Machado (CPF 187.319.408-03), Helena de Melo Daumas (CPF 582.490.527-49) e Irene Vilela e Silva (CPF 011.789.907-02).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Alcindo Crisostomo Beni (204.552.509-78), Amadeu Gertrudes Mendonça (193.972.837-15), Amado Florêncio Diniz (567.403.608-04), Ana Sczibor Oliveira (075.582.708-20), Benedito Daniel (684.843.308-00), Cacilda Guilhermina Braz Miranda (220.150.078-90), Castorina Ferreira Caldas (079.895.697-60), Célia Aparecida Pedroso Andriotti (051.064.378-73), Claudio Alves dos Santos (475.124.318-72), Dalila Machado Aurélio (268.075.838-26), Damião Antonio de Brito (760.099.558-15), Edenilza dos Santos (921.527.758-72), Ednaldo Vieira Lima (420.724.687-87), Elias José de Almeida (481.986.508-06), Eraldo Fortunato Ferreira (412.974.907-20), Florentina Heerdt Machado (187.319.408-03), Helena de Melo Daumas (582.490.527-49) e Irene Vilela e Silva (011.789.907-02);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Maria Lúcia Lemos de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Alcindo Crisostomo Beni (204.522.509-78)

9/5/2003	2098,81	D
10/6/2003	1430,81	D
10/7/2003	1475,59	D
12/8/2003	1475,59	D
9/9/2003	1475,59	D
9/10/2003	1475,59	D
10/11/2003	1475,59	D
8/12/2003	2704,84	D
11/1/2004	1.475,59	D
10/3/2004	2951,18	D
6/4/2004	1.475,59	D
3/5/2004	1.475,59	D
2/6/2004	1.542,61	D
1/7/2004	1.542,61	D
2/8/2004	1.542,61	D
1/9/2004	1.542,61	D
4/10/2004	1.542,61	D
1/11/2004	1.542,61	D
31/12/2004	3.084,81	D
2/1/2005	1.542,61	D
31/1/2005	1.542,61	D

9.4.2. Amadeu Gertrudes Mendonça (193.972.837-15)

6/5/2003	833,00	D
3/6/2003	1.562,53	D
2/7/2003	1.732,01	D
4/8/2003	1.732,01	D
4/9/2003	1.732,01	D
3/10/2003	1.732,01	D
9/11/2003	1.732,01	D
1/12/2003	3.030,00	D
4/1/2004	1.731,43	D
2/2/2004	1.731,43	D
2/3/2004	1.731,43	D
2/4/2004	1.731,43	D
4/5/2004	1.731,43	D
2/6/2004	1.809,86	D
2/7/2004	1.809,86	D
3/8/2004	1.809,86	D
2/9/2004	1.809,86	D
31/10/2004	1.809,86	D
31/11/2004	1.809,86	D
1/12/2004	3.619,72	D
3/1/2005	1.809,86	D
1/2/2005	1.809,86	D

9.4.3. Amado Florêncio Diniz (567.403.608-04)

10/2/2003	781,00	D
12/3/2003	1.562,53	D
9/4/2003	1.562,53	D
15/5/2003	1.562,53	D
11/6/2003	1.562,53	D
10/7/2003	1.869,70	D
14/8/2003	1.869,70	D
9/9/2003	1.869,70	D
13/10/2003	1.869,70	D
11/11/2003	1.869,70	D
8/12/2003	3.739,30	D
11/1/2004	1.869,70	D
11/2/2004	1.869,70	D
15/3/2004	1.869,70	D
20/4/2004	1.869,70	D
7/5/2004	1.869,70	D
11/6/2004	1.954,40	D
31/7/2004	1.954,40	D
9/8/2004	1.954,40	D
15/9/2004	1.954,40	D
8/10/2004	1.954,40	D
10/11/2004	1.954,40	D
8/12/2004	3.908,50	D
9/1/2005	1.954,40	D
13/2/2005	1.954,40	D

9.4.4. Ana Sczibor Oliveira (075.582.708-20)

9/7/2003	3.242,84	D
5/9/2003	3.360,62	D
1/10/2003	1.680,31	D
2/11/2003	1.680,31	D
30/11/2003	2.800,58	D
1/1/2004	1.680,31	D
1/2/2004	1.680,31	D
2/3/2004	1.680,31	D
1/4/2004	1.680,31	D
3/5/2004	1.680,31	D
1/6/2004	1.756,73	D
1/7/2004	1.756,73	D
2/8/2004	1.756,73	D
1/9/2004	1.756,73	D
1/10/2004	1.756,73	D
1/11/2004	1.756,73	D
30/11/2004	3.513,11	D
2/1/2005	1.756,73	D
31/1/2005	1.756,93	D

9.4.5. Benedito Daniel (684.843.308-00)

21/5/2003	773,00	D
5/6/2003	1.449,65	D
4/7/2003	1.475,50	D
7/8/2003	1.475,50	D
4/9/2003	1.475,50	D
7/10/2003	1.475,50	D
5/11/2003	1.475,50	D
3/12/2003	2.581,53	D
6/1/2004	1.475,50	D
5/2/2004	1.475,50	D
4/3/2004	1.475,50	D
6/4/2004	1.475,50	D
6/5/2004	1.475,50	D
4/6/2004	1.541,52	D
6/7/2004	1.541,52	D
5/8/2004	1.541,52	D
6/9/2004	1.541,52	D
31/10/2004	1.541,52	D
4/11/2004	1.541,52	D
5/12/2004	3.083,10	D
5/1/2005	1.541,52	D
3/2/2005	1.541,72	D
4/3/2005	1.541,62	D

9.4.6. Cacilda Guilhermina Braz Miranda (220.150.078-90)

14/7/2003	1.712,00	D
6/8/2003	1.524,00	D
4/9/2003	1.524,00	D
6/10/2003	1.524,00	D
5/11/2003	1.524,00	D
3/12/2003	2.412,92	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6/1/2004	1.524,00	D
4/2/2004	1.524,00	D
4/3/2004	1.524,00	D
6/4/2004	1.524,00	D
6/5/2004	1.524,00	D
4/6/2004	1.593,00	D
6/7/2004	1.593,00	D
5/8/2004	1.593,00	D
6/9/2004	1.593,00	D
6/10/2004	1.593,00	D
4/11/2004	1.593,00	D
31/12/2004	3.186,08	D
5/1/2005	1.593,00	D
3/2/2005	1.593,00	D

9.4.7. Castorina Ferreira Caldas (079.895.697-60)

4/6/2004	1.589,00	D
6/7/2004	2.508,90	D
5/8/2004	2.508,90	D
6/9/2004	2.508,90	D
7/10/2004	2.508,90	D
4/11/2004	2.508,90	D
6/12/2004	4.181,95	D
5/1/2005	2.508,90	D
3/2/2005	2.509,30	D
4/3/2005	2.509,10	D

9.4.8. Célia Aparecida Pedroso Andriotti (051.064.378-73)

15/7/2003	2.075,93	D
11/8/2003	1.557,93	D
5/9/2003	1.557,93	D
15/10/2003	1.557,93	D
6/11/2003	1.557,93	D
7/12/2003	2.466,56	D
7/1/2004	1.557,93	D
9/2/2004	1.557,93	D
8/3/2004	1.557,93	D
7/4/2004	1.557,93	D
7/5/2004	1.557,93	D
9/6/2004	1.628,51	D
7/7/2004	1.628,51	D
6/8/2004	1.628,51	D
15/9/2004	1.628,51	D
7/10/2004	1.628,11	D
7/11/2004	1.628,11	D
31/12/2004	3.256,22	D
6/1/2005	1.628,11	D
8/2/2005	1.628,11	D

9.4.9. Claudio Alves dos Santos (CPF 475.124.318-72)

11/3/2003	2.031,53	D
16/4/2003	1.562,53	D
8/5/2003	1.562,53	D
6/6/2003	1.562,53	D
7/7/2003	1.869,70	D
8/8/2003	1.869,70	D
8/9/2003	1.869,70	D
8/10/2003	1.869,70	D
9/11/2003	1.869,70	D
9/12/2003	3.583,25	D
7/1/2004	1.869,70	D
9/2/2004	1.869,70	D
16/3/2004	1.869,70	D
7/4/2004	1.869,70	D
13/5/2004	1.869,70	D
8/6/2004	1.954,40	D
12/7/2004	1.954,40	D
31/8/2004	1.954,40	D
31/9/2004	1.954,40	D
11/10/2004	1.954,40	D
16/11/2004	1.954,40	D
8/12/2004	3.908,23	D
9/1/2005	1.954,40	D
13/2/2005	1.954,60	D
8/3/2005	1.954,50	D

9.4.10. Dalila Machado Aurélio (268.075.838-26)

14/5/2003	1.615,53	D
9/6/2003	1.562,53	D
7/7/2003	1.869,70	D
6/8/2003	1.869,70	D
8/9/2003	1.869,70	D
6/10/2003	1.869,70	D
9/11/2003	1.869,70	D
7/12/2003	3.271,99	D
6/1/2004	1.869,70	D
4/2/2004	1.869,70	D
4/3/2004	1.869,70	D
6/4/2004	1.869,70	D
6/5/2004	1.869,70	D
3/6/2004	1.954,40	D
6/7/2004	1.954,40	D
9/8/2004	1.954,40	D
9/9/2004	1.954,40	D
7/10/2004	1.954,40	D
31/11/2004	1.954,40	D
5/12/2004	3.908,53	D
4/1/2005	1.954,40	D
2/2/2005	1.954,60	D

9.4.11. Damião Antonio de Brito (760.099.558-15)

25/6/2003	937,00	D
8/7/2003	1.672,05	D
11/8/2003	1.672,05	D
9/9/2003	1.672,05	D
9/10/2003	1.672,05	D
6/11/2003	1.672,05	D
8/12/2003	2.787,19	D
8/1/2004	1.672,05	D
8/2/2004	1.672,05	D
9/3/2004	1.672,05	D
8/4/2004	1.672,05	D
7/5/2004	1.672,05	D
8/6/2004	1.748,41	D
7/7/2004	1.748,41	D
6/8/2004	1.748,41	D
8/9/2004	1.748,41	D
7/10/2004	1.748,41	D
8/11/2004	1.748,41	D
7/12/2004	3.495,16	D
6/1/2005	1.748,41	D
8/2/2005	1.747,61	D

9.4.12. Edenilza dos Santos (921.527.758-72)

2/7/2004	2.671,64	D
3/8/2004	1.635,64	D
2/9/2004	1.635,64	D
4/10/2004	1.635,64	D
2/11/2004	1.635,64	D
1/12/2004	2.726,06	D
3/1/2005	1.635,64	D
1/2/2005	1.635,64	D
2/3/2005	1.635,64	D

9.4.13. Ednaldo Vieira Lima (420.724.687-87)

27/10/2003	7.434,95	D
9/11/2003	1.869,70	D
7/12/2003	2.960,67	D
11/1/2004	1.869,70	D
5/2/2004	1.869,70	D
8/3/2004	1.869,70	D
7/4/2004	1.869,70	D
10/5/2004	1.869,70	D
7/6/2004	2.163,87	D
8/7/2004	2.163,87	D
10/8/2004	2.163,87	D
9/9/2004	2.163,87	D
7/10/2004	2.163,87	D
4/11/2004	2.163,87	D
5/12/2004	4.327,41	D
6/1/2005	2.163,87	D
9/2/2005	2.164,02	D

9.4.14. Elias José de Almeida (481.986.508-06)

14/5/2003	1.249,68	D
12/6/2003	1.562,53	D
14/7/2003	1.682,52	D
14/8/2003	1.682,52	D
16/9/2003	1.682,52	D
7/10/2003	1.682,52	D
5/11/2003	1.682,52	D
3/12/2003	2.943,35	D
4/1/2004	1.682,52	D
12/2/2004	1.682,52	D
4/3/2004	1.682,52	D
5/4/2004	1.682,52	D
5/5/2004	1.682,52	D
4/6/2004	1.757,95	D
5/7/2004	1.757,95	D
4/8/2004	1.757,95	D
3/9/2004	1.757,95	D
13/10/2004	1.757,95	D
31/11/2004	1.757,95	D
2/12/2004	3.516,03	D
4/1/2005	1.757,95	D
8/2/2005	1.757,95	D

9.4.15. Eraldo Fortunato Ferreira (412.974.907-20)

9/5/2003	1.296,65	D
9/6/2003	1.440,25	D
8/7/2003	1.466,07	D
8/8/2003	1.466,07	D
8/9/2003	1.466,07	D
8/10/2003	1.466,07	D
9/11/2003	1.466,07	D
7/12/2003	2.564,19	D
8/1/2004	1.466,07	D
8/2/2004	1.466,07	D
8/3/2004	1.466,07	D
1/4/2004	1.466,07	D
3/5/2004	1.466,07	D
1/6/2004	1.531,54	D
1/7/2004	1.531,54	D
2/8/2004	1.531,54	D
1/9/2004	1.531,54	D
1/10/2004	1.531,54	D
1/11/2004	1.531,54	D
30/11/2004	3.063,08	D
2/1/2005	1.531,54	D
31/1/2005	1.531,54	D
1/3/2005	1.531,54	D

9.4.16. Florentina Heerdt Machado (187.319.408-03)

20/6/2003	1.498,58	D
18/7/2003	1.474,43	D
15/8/2003	1.474,43	D
22/9/2003	1.474,43	D
19/10/2003	1.474,43	D
17/11/2003	1.474,43	D
15/12/2003	2.457,14	D
14/1/2004	1.474,43	D
16/2/2004	1.474,43	D
15/3/2004	1.474,43	D
8/4/2004	1.474,43	D
7/5/2004	1.474,43	D
8/6/2004	1.541,45	D
8/7/2004	1.541,45	D
10/8/2004	1.541,45	D
9/9/2004	1.541,45	D
7/10/2004	1.541,45	D
31/11/2004	1.541,45	D
7/12/2004	3.082,63	D
6/1/2005	1.541,45	D
9/2/2005	1.541,45	D

9.4.17. Helena de Melo Daumas (582.490.527-49)

7/10/2004	1.615,56	D
8/11/2004	1.670,91	D
13/12/2004	2.228,50	D
6/1/2005	1.670,91	D

9.4.18. Irene Vilela e Silva (011.789.907-02)

4/6/2004	1.209,62	D
6/7/2004	1.813,29	D
5/8/2004	1.813,29	D
8/9/2004	1.813,29	D
6/10/2004	1.813,29	D
4/11/2004	1.813,29	D
5/12/2004	3.022,73	D
5/1/2005	1.813,29	D
3/2/2005	1.813,49	D
4/3/2005	1.813,39	D

9.5. aplicar à responsável Maria Lúcia Lemos de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.9. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Maria Lúcia Lemos de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2995-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2996/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.854/2013-3.

1.1 Processos conexos: TC 006.633/2013-7 e TC 006.174/2013-2.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Maria Lúcia Lemos de Souza (CPF 551.866.107-04); Issami Yamaguchi (CPF 406.391.698-72); Izildinha Aparecida Soares de Lima Kakitsuka (CPF 902.538.688-15); João Batista Cândido da Silva (CPF 618.365.838-34); João Martins dos Reis (CPF 809.638.978-53); Joaquim Clemente Machado Sobrinho (CPF 248.552.518-87); Joaquim da Silva (CPF 734.854.388-04); José Aires de Freitas (CPF 537.207.927-49); José Carlos Leone (CPF 613.842.837-49); José Maria Barbosa Guimarães (CPF 518.252.018-20); Josefa Carlos de Oliveira Silva (CPF 925.289.457-87); Joselir Pereira de Oliveira (falecido) (CPF 197.774.267-04); Jovino Gonçalves Pereira dos Santos (CPF 053.347.318-73); Judith Correa Fingolo (CPF 952.873.377-87); Júlio Cesar de Azevedo Braga (CPF 233.213.697-53).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Issami Yamaguchi (CPF 406.391.698-72), Izildinha Aparecida Soares de Lima Kakitsuka (CPF 902.538.688-15), João Batista Cândido da Silva (CPF 618.365.838-34), João Martins dos Reis (CPF 809.638.978-53), Joaquim Clemente Machado Sobrinho (CPF 248.552.518-87), Joaquim da Silva (CPF 734.854.388-04), José Aires de Freitas (CPF 537.207.927-49), José Carlos Leone (CPF 613.842.837-49), José Maria Barbosa Guimarães (CPF 518.252.018-20), Josefa Carlos de Oliveira Silva (CPF 925.289.457-87), Joselir Pereira de Oliveira (falecido) (CPF 197.774.267-04), Jovino Gonçalves Pereira dos Santos (CPF 053.347.318-73), Judith Correa Fingolo (CPF 952.873.377-87) e Júlio Cesar de Azevedo Braga (CPF 233.213.697-53);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Maria Lúcia Lemos de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Maria Lúcia Lemos de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Issami Yamaguchi (CPF 406.391.698-72):

Data	Valor	Tipo
16/6/2003	2.812,21	D
15/7/2003	1.682,52	D
15/8/2003	1.682,52	D
15/9/2003	1.682,52	D
17/10/2003	1.682,52	D
13/11/2003	1.682,52	D
11/12/2003	2.943,35	D
14/1/2004	1.682,52	D
17/2/2004	1.682,52	D
12/3/2004	1.682,52	D
8/4/2004	1.682,52	D
10/5/2004	1.682,52	D
8/6/2004	1.757,95	D
8/7/2004	1.757,95	D
9/8/2004	1.757,95	D
8/9/2004	1.757,95	D
7/10/2004	1.757,95	D
7/11/2004	1.757,95	D
6/12/2004	3.516,03	D
6/1/2005	1.757,95	D
8/2/2005	1.758,15	D

9.4.2. Izildinha Aparecida Soares de Lima Kakitsuka (CPF 902.538.688-15):

Data	Valor	Tipo
9/7/2003	491,00	D
31/7/2003	1.230,93	D
11/8/2003	1.230,93	D
15/9/2003	1.230,93	D
8/10/2003	1.230,87	D
9/11/2003	1.230,87	D
7/12/2003	1.948,87	D
8/1/2004	1.230,87	D
8/2/2004	1.230,87	D
8/3/2004	1.230,87	D
1/4/2004	1.230,87	D
3/5/2004	1.230,87	D
1/6/2004	1.286,62	D
1/7/2004	1.286,62	D
2/8/2004	1.286,62	D
1/9/2004	1.286,62	D
11/10/2004	1.286,62	D
10/11/2004	1.286,62	D
30/11/2004	2.573,24	D
2/1/2005	1.286,62	D
31/1/2005	1.286,82	D
30/11/2005	8.301,50	D
1/1/2006	1.368,38	D
31/1/2006	1.368,38	D
1/3/2006	1.368,38	D
3/4/2006	1.368,38	D
2/5/2006	1.436,79	D
1/6/2006	1.436,79	D

9.4.3. João Batista Cândido da Silva (CPF 618.365.838-34):

Data	Valor	Tipo
16/5/2003	1.083,80	D
12/6/2003	1.413,26	D
11/7/2003	1.439,01	D
8/8/2003	1.439,01	D
8/9/2003	1.439,01	D
8/10/2003	1.439,01	D
9/11/2003	1.439,01	D
7/12/2003	2.517,18	D
8/1/2004	1.439,01	D
5/2/2004	1.439,01	D
8/3/2004	1.439,01	D
7/4/2004	1.439,01	D
7/5/2004	1.439,01	D
8/6/2004	1.503,78	D
8/7/2004	1.503,78	D
6/8/2004	1.503,78	D
8/9/2004	1.503,78	D
1/10/2004	1.503,78	D
7/11/2004	1.503,78	D
7/12/2004	3.006,73	D
6/1/2005	1.503,78	D
9/2/2005	1.503,98	D

9.4.4. João Martins dos Reis (CPF 809.638.978-53):

Data	Valor	Tipo
20/2/2003	729,00	D
13/3/2003	1.562,53	D
10/4/2003	1.562,53	D
12/5/2003	1.562,53	D
11/6/2003	1.562,53	D
10/7/2003	1.729,68	D
12/8/2003	1.729,68	D
9/9/2003	1.729,68	D
10/10/2003	1.729,68	D
10/11/2003	1.729,68	D
8/12/2003	3.458,92	D
12/1/2004	1.729,68	D
10/2/2004	1.729,68	D
9/3/2004	1.729,68	D
5/4/2004	1.729,68	D
4/5/2004	1.729,68	D
7/6/2004	1.808,42	D
7/7/2004	1.808,42	D
5/8/2004	1.808,42	D
2/9/2004	1.808,42	D
6/10/2004	1.808,42	D
2/11/2004	1.808,42	D
2/12/2004	3.615,10	D
3/1/2005	1.808,42	D
1/2/2005	1.807,62	D

9.4.5. Joaquim Clemente Machado Sobrinho (CPF 248.552.518-87):

Data	Valor	Tipo
6/5/2003	1.688,11	D
4/6/2003	1.406,11	D
4/7/2003	1.869,70	D
7/8/2003	1.869,70	D
2/9/2003	1.869,70	D
7/10/2003	1.869,70	D
12/11/2003	1.869,70	D
2/12/2003	3.271,44	D
6/1/2004	1.869,70	D
4/2/2004	1.869,70	D
4/3/2004	1.869,70	D
7/4/2004	1.869,70	D
6/5/2004	1.869,70	D
4/6/2004	1.954,40	D
6/7/2004	1.954,40	D
6/8/2004	1.954,40	D
3/9/2004	1.954,40	D
1/10/2004	1.954,40	D
2/11/2004	1.954,40	D
2/12/2004	3.908,98	D
5/1/2005	1.954,40	D
3/2/2005	1.954,60	D

9.4.6. Joaquim da Silva (CPF 734.854.388-04):

Data	Valor	Tipo
27/7/2004	1.574,00	D
8/9/2004	1.574,00	D
4/10/2004	787,00	D
2/11/2004	787,00	D
1/12/2004	1.376,37	D
4/1/2005	787,00	D
3/2/2005	787,00	D
11/3/2005	787,00	D

9.4.7. José Aires de Freitas (CPF 537.207.927-49):

Data	Valor	Tipo
9/4/2003	474,00	D
9/5/2003	1.093,26	D
9/6/2003	1.093,26	D
8/7/2003	1.467,23	D
11/8/2003	1.467,23	D
9/9/2003	1.467,23	D
9/10/2003	1.467,23	D
9/11/2003	1.467,23	D
8/12/2003	2.566,05	D
11/1/2004	1.467,23	D
8/2/2004	1.467,23	D
8/3/2004	1.467,23	D
1/4/2004	1.467,23	D
3/5/2004	1.467,23	D
1/6/2004	1.533,20	D
1/7/2004	1.533,20	D
2/8/2004	1.533,20	D
11/9/2004	1.533,20	D
4/10/2004	1.533,20	D
1/11/2004	1.533,20	D
30/11/2004	3.065,60	D
2/1/2005	1.533,20	D
31/1/2005	1.533,40	D

9.4.8. José Carlos Leone (CPF 613.842.837-49):

Data	Valor	Tipo
14/10/2004	972,00	D
7/11/2004	1.324,96	D
6/12/2004	1.766,30	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6/1/2005	1.324,96	D
8/2/2005	1.325,16	D
7/3/2005	1.325,06	D

9.4.9. José Maria Barbosa Guimarães (CPF 518.252.018-20):

Data	Valor	Tipo
24/6/2004	2.124,55	D
21/7/2004	1.635,55	D
10/8/2004	1.635,55	D
10/9/2004	1.635,55	D
15/10/2004	1.635,55	D
11/11/2004	1.635,55	D
9/12/2004	2.725,10	D
13/1/2005	1.635,55	D
13/2/2005	1.635,75	D
10/3/2005	1.635,65	D

9.4.10. Josefa Carlos de Oliveira Silva (CPF 925.289.457-87):

Data	Valor	Tipo
19/10/2004	1.129,00	D
7/11/2004	1.539,13	D
6/12/2004	2.051,87	D
4/1/2005	1.539,13	D
8/2/2005	1.539,33	D

9.4.11. Joselir Pereira de Oliveira (falecido) (CPF 197.774.267-04):

Data	Valor	Tipo
7/5/2002	1.001,00	D
3/6/2002	1.430,80	D
1/7/2002	1.562,53	D
1/8/2002	1.562,53	D
2/9/2002	1.562,53	D

9.4.12. Jovino Gonçalves Pereira dos Santos (CPF 053.347.318-73):

Data	Valor	Tipo
19/7/2004	1.888,00	D
3/8/2004	944,00	D
2/9/2004	944,00	D
4/10/2004	944,00	D
1/11/2004	944,00	D
1/12/2004	1.652,00	D
2/1/2005	944,00	D
1/2/2005	944,00	D
1/3/2005	944,00	D

9.4.13. Judith Correa Fingolo (CPF 952.873.377-87):

Data	Valor	Tipo
20/10/2003	5.235,06	D
4/11/2003	1.316,71	D
4/12/2003	2.084,32	D
5/1/2004	1.316,71	D
5/2/2004	1.316,71	D
5/3/2004	1.316,71	D
6/4/2004	1.316,71	D
7/5/2004	1.316,71	D
7/6/2004	1.376,65	D
5/7/2004	1.376,65	D
6/8/2004	1.376,65	D
3/9/2004	1.376,65	D
6/10/2004	1.376,65	D
04/11/2004	1.376,65	D
6/12/2004	2.752,36	D
5/01/2005	1.376,65	D
3/2/2005	1.375,65	D

9.4.14. Júlio Cesar de Azevedo Braga (CPF 233.213.697-53):

Data	Valor	Tipo
12/11/2002	256,00	D
3/12/2002	1.276,21	D
5/1/2003	1.093,26	D
4/2/2003	1.093,26	D
7/3/2003	1.093,26	D
3/4/2003	1.093,26	D
6/5/2003	1.093,26	D
4/6/2003	1.093,26	D
3/7/2003	1.399,04	D
5/8/2003	1.394,04	D
4/9/2003	1.399,04	D
3/10/2003	1.399,04	D
4/11/2003	1.399,04	D
2/12/2003	2.796,89	D
5/1/2004	1.399,04	D
3/2/2004	1.399,04	D
3/3/2004	1.399,04	D
4/4/2004	1.399,04	D
5/5/2004	1.399,04	D
3/6/2004	1.462,54	D
5/7/2004	1.462,54	D
4/8/2004	1.462,54	D
3/9/2004	1.462,54	D
5/10/2004	1.462,54	D
3/11/2004	1.462,54	D
2/12/2004	2.923,86	D
4/1/2005	1.462,54	D
2/2/2005	1.461,74	D

9.5. aplicar à responsável Maria Lúcia Lemos de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.9. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Maria Lúcia Lemos de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que a decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2996-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2997/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.867/2013-9.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53), Maristela Aparecida Toledo (CPF 507.619.277-00), Nanci Pedro (CPF 543.218.757-49), Paulo Dias de Almeida (CPF 495.563.047-20), Ademar da Silva Barros (CPF 207.528.576-49), Antonio Carlos Silva (CPF 377.023.359-04), Basílio da Costa e Silva (CPF 181.318.247-72), José Claudio da Silva Braz (CPF 492.771.627-91), Luis Jorge dos Santos (CPF 587.592.047-53), Odhemar Celso Moreira dos Santos (CPF 468.597.307-06), Paulo Roberto Oliveira dos Santos (CPF 369.002.227-49), Paulo Sergio Monteiro da Silva (CPF 511.992.207-44) e Ronaldo Gomes da Conceição (CPF 606.179.777-04).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: Paulo José Andrade Pereira (OAB/RJ 140.964).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Nanci Pedro, Maristela Aparecida Toledo e Alberto Alexandre Dias Ribeiro, ex-servidores do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do responsável Paulo Dias de Almeida, ex-servidor do INSS;

9.3. excluir da relação processual os segurados Ademar da Silva Barros (CPF 207.528.576-49), Antonio Carlos Silva (CPF 377.023.359-04), Basílio da Costa e Silva (CPF 181.318.247-72), José Claudio da Silva Braz (CPF 492.771.627-91), Luis Jorge dos Santos (CPF 587.592.047-53), Odhemar Celso Moreira dos Santos (CPF 468.597.307-06), Paulo Roberto Oliveira dos Santos (CPF 369.002.227-49), Paulo Sergio Monteiro da Silva (CPF 511.992.207-44) e Ronaldo Gomes da Conceição (CPF 606.179.777-04);

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro, Maristela Aparecida Toledo, Nanci Pedro e Paulo Dias de Almeida, ex-servidores do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.5. condenar o responsável Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53), ex-servidor do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.5.1. Ademar da Silva Barros (CPF 207.528.576-49):

Data	Valor	Tipo
2/5/2002	1.100,41	D
22/5/2002	1.100,41	D
7/6/2002	1.100,41	D
5/7/2002	1.120,98	D
7/8/2002	1.120,98	D
9/9/2002	1.120,98	D
7/10/2002	1.120,98	D
8/11/2002	1.120,98	D
9/12/2002	2.055,13	D

9.5.2. Jose Claudio da Silva Braz (CPF 492.771.627-91):

Data	Valor	Tipo
4/7/2002	625,36	D
6/8/2002	1.042,27	D
9/9/2002	1.042,27	D
7/10/2002	1.042,27	D
7/11/2002	1.650,26	D
6/12/2002	1.042,27	D
9/1/2003	1.042,27	D
7/2/2003	1.042,27	D
11/3/2003	1.042,27	D
4/4/2003	1.042,27	D
8/5/2003	1.042,27	D

9.6. condenar os responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53) e Nanci Pedro (CPF 543.218.757-49), ex-servidores do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.6.1. Antônio Carlos Silva (CPF 377.023.359-04):

Data	Valor	Tipo
12/4/2002	336,60	D
14/6/2002	2.002,00	D
12/7/2002	1.104,14	D
14/8/2002	1.104,14	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13/9/2002	1.104,14	D
14/10/2002	1.104,14	D
14/11/2002	1.104,14	D
13/12/2002	1.932,24	D

9.7. condenar a responsável Maristela Aparecida Toledo (CPF 507.619.277-00), ex-servidora do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.7.1. Basílio da Costa e Silva (CPF 181.318.247-72):

Data	Valor	Tipo
12/3/2002	893,75	D
10/4/2002	1.072,50	D
9/5/2002	1.072,50	D
12/6/2002	1.072,50	D
8/7/2002	1.124,02	D
8/8/2002	1.124,02	D
9/9/2002	1.124,02	D
8/10/2002	1.124,02	D
8/11/2002	1.124,02	D
9/12/2002	2.154,37	D
14/1/2002	1.124,02	D
10/2/2003	1.124,02	D
14/3/2003	1.124,02	D
8/4/2003	1.124,02	D
12/5/2003	1.124,02	D

9.7.2. Luis Jorge dos Santos (CPF 587.592.047-53):

Data	Valor	Tipo
28/2/2002	79,80	D
13/3/2002	1.197,03	D
8/4/2002	1.197,03	D
6/5/2002	1.197,03	D
3/6/2002	1.197,03	D
2/7/2002	1.232,46	D
1/8/2002	1.232,46	D
3/9/2002	1.232,46	D

9.8. condenar a responsável Nanci Pedro (CPF 543.218.757-49), ex-servidora do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.8.1. Odhemar Celso Moreira dos Santos (CPF 468.597.307-06):

Data	Valor	Tipo
13/6/2002	716,90	D
11/7/2002	1.475,57	D
13/8/2002	1.475,57	D
12/9/2002	1.475,57	D
11/10/2002	1.475,57	D
13/11/2002	1.475,57	D
12/12/2002	2.459,28	D
14/1/2003	1.475,57	D
13/2/2003	1.475,57	D
14/3/2003	1.475,57	D
11/4/2003	1.475,57	D
14/5/2003	1.475,57	D
12/6/2003	1.475,57	D
11/7/2003	1.766,43	D

9.9. condenar os responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53) e Paulo Dias de Almeida (CPF 495.563.047-20), ex-servidores do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.9.1. Paulo Roberto Oliveira dos Santos (CPF 369.002.227-49):

Data	Valor	Tipo
10/8/2001	353,21	D
27/8/2001	963,32	D
19/9/2001	963,32	D
15/10/2001	963,32	D
22/11/2001	963,32	D
14/12/2001	1.444,98	D
16/1/2002	963,32	D
18/2/2002	963,32	D
14/3/2002	963,32	D
16/4/2002	963,32	D
15/5/2002	963,32	D
14/6/2002	963,32	D
16/7/2002	1.051,94	D
15/8/2002	1.051,94	D
16/9/2002	1.051,94	D
14/11/2002	1.051,94	D
25/11/2002	1.051,94	D
17/12/2002	2.103,88	D
15/1/2003	1.051,94	D
17/2/2003	1.051,94	D
17/3/2003	1.051,94	D

9.9.2. Ronaldo Gomes da Conceição (CPF 606.179.777-04):

Data	Valor	Tipo
4/7/2001	421,69	D
1/8/2001	632,54	D
3/9/2001	632,54	D
1/10/2001	632,54	D
1/11/2001	632,54	D
3/12/2001	1.001,52	D
4/1/2002	632,54	D
1/2/2002	632,54	D
4/3/2002	632,54	D
1/4/2002	632,54	D
2/5/2002	632,54	D
3/6/2002	632,54	D
1/7/2002	690,73	D
1/8/2002	690,73	D
31/9/2002	690,73	D
31/10/2002	690,73	D
1/11/2002	690,73	D
2/12/2002	1.381,46	D
2/1/2003	690,73	D
3/2/2003	690,73	D
6/3/2003	690,73	D
24/3/2004	7.469,39	D
1/4/2004	826,87	D
3/5/2004	826,87	D
1/6/2004	864,32	D
1/7/2004	864,32	D
2/8/2004	864,32	D
1/9/2004	864,32	D
1/10/2004	864,32	D
1/11/2004	864,32	D
1/12/2004	1.728,64	D
3/1/2005	864,32	D
1/2/2005	864,32	D
1/3/2005	864,32	D
1/4/2005	864,32	D
2/5/2005	864,32	D
1/6/2005	919,24	D
1/7/2005	919,24	D
1/8/2005	919,24	D
1/9/2005	919,24	D
3/10/2005	919,24	D
1/11/2005	919,24	D
1/12/2005	1.838,48	D
2/1/2006	919,24	D
1/2/2006	919,24	D
1/3/2006	919,24	D
3/4/2006	919,24	D
2/5/2006	965,20	D
1/6/2006	965,20	D
3/7/2006	965,20	D
1/8/2006	965,20	D
1/9/2006	1.447,80	D
2/10/2006	965,29	D

9.10. condenar os responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53) e Maristela Aparecida Toledo (CPF 507.619.277-00), ex-servidores do INSS, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.10.1. Paulo Sergio Monteiro da Silva (CPF 511.992.207-44):

Data	Valor	Tipo
1/3/2002	1.048,66	D
3/4/2002	1.258,40	D
9/5/2002	1.258,40	D
11/6/2002	1.258,40	D
1/7/2002	1.381,15	D
1/8/2002	1.381,15	D
2/9/2002	1.381,15	D
1/10/2002	1.381,15	D
1/11/2002	1.381,15	D
2/12/2002	2.647,20	D
2/2/2004	1.653,37	D
10/2/2004	14.239,80	D
1/3/2004	1.653,37	D
1/4/2004	1.653,37	D
3/5/2004	1.653,37	D
31/6/2004	1.728,26	D
1/7/2004	1.728,26	D
2/8/2004	1.728,26	D
1/9/2004	1.728,26	D
1/10/2004	1.728,26	D
1/11/2004	1.728,26	D
1/12/2004	3.456,52	D
3/1/2005	1.728,26	D
1/2/2005	1.728,26	D
1/3/2005	1.728,26	D
1/4/2005	1.728,26	D
2/5/2005	1.728,26	D
1/6/2005	1.838,09	D
1/7/2005	1.838,09	D
1/8/2005	1.838,09	D
1/9/2005	1.838,09	D
3/10/2005	1.838,09	D
1/11/2005	1.838,09	D
1/12/2005	3.676,18	D
2/1/2006	1.838,09	D
1/2/2006	1.838,09	D
1/3/2006	1.838,09	D
3/4/2006	1.838,09	D
1/6/2006	1.929,99	D

9.11. aplicar aos responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro, Maristela Apa77777recida Toledo, Nanci Pedro e Paulo Dias de Almeida a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores individuais de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.12. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.13. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.14. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.15. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar aos responsáveis Alberto Alexandre Dias Ribeiro, Maristela Aparecida Toledo, Nanci Pedro e Paulo Dias de Almeida a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de cinco anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.16. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que a decisão contida no subitem 9.3 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2997-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2998/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 009.892/2013-3.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis Sérgio de Oliveira (CPF 066.221.408-04), Andrea Tamie Yamacuti (CPF 263.235.808-61), José Luiz Franco (CPF 073.229.828-86), Luciane Rodrigues Granado Vasques (CPF 271.904.688-46), Maristela de Souza Torres Cursi (CPF 063.788.938-02), Regis Augusto Jurado Cabrera (CPF 110.821.808-31) e um corresponsável não identificado nos autos.

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/SP.

8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Antônio Vasques Junior (OAB/SP 176.159) e Alexandre Martinez Ignatius (OAB/SP 155.628).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Andrea Tamie Yamacuti, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos responsáveis Sérgio de Oliveira, José Luiz Franco, Luciane Rodrigues Granado Vasques, Maristela de Souza Torres Cursi e Regis Augusto Jurado Cabrera, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a eles atribuídas;

9.3. julgar irregulares as contas do responsável Sérgio de Oliveira, servidor do INSS à época da ocorrência das irregularidades, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Andrea Tamie Yamacuti, José Luiz Franco, Luciane Rodrigues Granado Vasques, Maristela de Souza Torres Cursi e Regis Augusto Jurado Cabrera, intermediários/procuradores dos segurados beneficiados com as revisões irregulares de benefícios previdenciários, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.5. condenar solidariamente os responsáveis abaixo mencionados ao pagamento das quantias a seguir especificadas, a partir das datas indicadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

9.5.1. Débitos (Valores em R$) / Responsáveis Solidários:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04 e Andrea Tamie Yamacuti - CPF: 263.235.808-61	
28/8/2002	R$ 5.896,61
15/10/2002	R$ 6.096,57
4/11/2002	R$ 3.813,64
6/11/2002	R$ 5.413,95
12/11/2002	R$ 3.988,82
20/12/2002	R$ 16.383,81

Origem do Débito: retroação irregular de revisão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social de Tupã/SP, por parte do ex-servidor do INSS Sérgio de Oliveira, em conluio com a intermediária Andrea Tamie Yamacuti, representante de 6 segurados.

9.5.2. Responsáveis Solidários:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04 e José Luiz Franco - CPF: 073.229.828-86	
6/7/1999	R$ 2.010,35
6/7/2000	R$ 3.009,82
7/8/2000	R$ 2.796,30
30/10/2000	R$ 1.324,60
30/10/2000	R$ 1.306,77
13/11/2000	R$ 2.615,55
16/11/2000	R$ 11.937,54
27/12/2000	R$ 3.499,85
6/2/2001	R$ 2.212,22
26/3/2001	R$ 3.652,23
26/3/2001	R$ 3.130,71
22/2/2002	R$ 12.918,03
11/9/2002	R$ 2.387,16
21/9/2001	R$ 9.730,17

Origem do Débito: retroação irregular de revisão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social de Tupã/SP, por parte do ex-servidor do INSS Sérgio de Oliveira, em conluio com o intermediário José Luiz Franco, representante de 14 segurados.

9.5.3. Responsáveis Solidários:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04 e Luciane Rodrigues Granado Vasques - CPF: 271.904.688-46	
13/5/2002	R$ 3.300,15
6/8/2002	R$ 3.367,32
7/8/2002	R$ 2.327,33
12/8/2002	R$ 4.989,36
6/9/2002	R$ 3.599,49
1/10/2002	R$ 5.218,85
1/10/2002	R$ 6.575,29
1/10/2002	R$ 6.066,62
3/10/2002	R$ 3.717,93
4/10/2002	R$ 2.872,85
16/10/2002	R$ 3.879,86
11/11/2002	R$ 2.952,94
18/11/2002	R$ 6.467,27
18/11/2002	R$ 6.410,32
18/11/2002	R$ 6.467,27
26/11/2002	R$ 4.094,69
26/11/2002	R$ 5.564,62
28/11/2002	R$ 11.208,59
4/12/2002	R$ 3.926,93
9/12/2002	R$ 13.371,88
10/12/2002	R$ 6.487,55
13/12/2002	R$ 6.541,62
20/12/2002	R$ 4.461,85
23/12/2002	R$ 5.582,74
30/12/2002	R$ 5.597,12

Origem do Débito: retroação irregular de revisão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social de Tupã/SP, por parte do ex-servidor do INSS Sérgio de Oliveira, em conluio com a intermediária Luciane Rodrigues Granado Vasques, representante de 25 segurados.

9.5.4. Responsáveis Solidários:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04 e Maristela de Souza Torres Cursi - CPF: 063.788.938-02	
24/12/2001	R$ 2.525,17
27/12/2001	R$ 3.708,28
27/12/2001	R$ 3.731,94
1/2/2002	R$ 3.040,35
14/2/2002	R$ 2.782,80
20/3/2002	R$ 4.485,37
25/3/2002	R$ 5.183,97
8/4/2002	R$ 2.976,80
17/4/2002	R$ 5.214,63
18/4/2002	R$ 5.184,25
26/4/2002	R$ 4.641,26
3/5/2002	R$ 4.689,15
7/5/2002	R$ 4.946,04
7/5/2002	R$ 3.056,03
9/5/2002	R$ 3.417,96
10/6/2002	R$ 4.742,63
4/7/2002	R$ 1.726,49
26/7/2002	R$ 1.247,88
26/7/2002	R$ 4.977,48
9/9/2002	R$ 3.842,95
3/10/2002	R$ 4.399,52
4/10/2002	R$ 2.890,83
28/10/2002	R$ 7.065,27
8/11/2002	R$ 3.898,53
18/11/2002	R$ 5.507,86
21/11/2002	R$ 5.120,88
28/11/2002	R$ 6.739,86
29/11/2002	R$ 7.932,50
2/12/2002	R$ 3.661,93
3/12/2002	R$ 5.573,68
3/12/2002	R$ 3.839,95
3/12/2002	R$ 5.573,68
3/12/2002	R$ 3.661,93
10/12/2002	R$ 3.638,38
26/12/2002	R$ 7.002,65
9/5/2002	R$ 3.432,84
3/1/2003	R$ 4.143,30
7/1/2003	R$ 3.207,99
8/1/2003	R$ 5.829,29
8/1/2003	R$ 4.275,21
15/1/2003	R$ 6.829,55
15/1/2003	R$ 7.244,27
18/3/2003	R$ 13.494,00

Origem do Débito: retroação irregular de revisão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social de Tupã/SP, por parte do ex-servidor do INSS Sérgio de Oliveira, em conluio com a intermediária Maristela de Souza Torres Cursi, representante de 43 segurados.

9.5.5. Responsáveis Solidários:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04 e Regis Augusto Jurado Cabrera - CPF: 110.821.808-31	
13/12/1999	R$ 1.625,63
8/2/2000	R$ 9.756,65
18/2/2000	R$ 1.851,73
18/2/2000	R$ 1.872,55
18/2/2000	R$ 1.872,55
30/3/2000	R$ 3.182,06
30/3/2000	R$ 2.807,87
27/4/2000	R$ 2.884,53
12/5/2000	R$ 4.833,39
21/6/2000	R$ 5.345,64
28/6/2000	R$ 1.703,81
23/8/2000	R$ 3.031,96
15/9/2000	R$ 3.517,45
21/9/2000	R$ 1.265,45
1/12/2000	R$ 1.589,32
12/12/2000	1.590,52
23/2/2001	2.880,57
12/4/2001	1.058,24
3/5/2001	3.240,68

Origem do Débito: retroação irregular de revisão de benefícios previdenciários na Agência da Previdência Social de Tupã/SP, por parte do ex-servidor do INSS Sérgio de Oliveira, em conluio com o intermediário Regis Augusto Jurado Cabrera, representante de 19 segurados.

9.5.6. Responsável:

Sérgio de Oliveira - CPF 066.221.408-04	
8/6/1999	R$ 1.384,72
2/7/1999	R$ 787,12
8/7/1999	R$ 829,08
12/7/1999	R$ 1.777,10
13/7/1999	R$ 1.311,38
14/7/1999	R$ 861,27
2/8/1999	R$ 1.172,34
10/8/1999	R$ 997,14
11/8/1999	R$ 957,20
20/8/1999	R$ 4.579,88
18/2/2000	R$ 2.097,14
18/2/2000	R$ 1.919,10
5/1/2001	R$ 1.621,43
6/2/2001	R$ 2.048,97
13/2/2001	R$ 3.499,85
14/2/2001	R$ 1.315,76
14/3/2001	R$ 1.987,22
5/7/2001	R$ 3.817,96
12/12/2001	R$ 2.453,75
11/6/2002	R$ 2.580,00
5/7/2002	R$ 3.131,64
9/1/2003	R$ 1.662,42

9.6. aplicar aos responsáveis Sérgio de Oliveira, Andrea Tamie Yamacuti, José Luiz Franco, Luciane Rodrigues Granado Vasques, Maristela de Souza Torres Cursi, e Regis Augusto Jurado Cabrera a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.9. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar ao responsável Sérgio de Oliveira, ex-servidor do INSS, a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2998-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2999/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.400/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), Aguinel dos Anjos (CPF 380.994.707-53), Ana Lúcia de Souza Ferrão (CPF 663.947.587-68), Celso Luiz Lima da Silva (CPF 336.074.797-15), Enilda Nunes (CPF 639.573.027-49), Ernandes Rodrigues dos Santos (CPF 359.005.477-87), Geraldo Luiz do Nascimento (CPF 748.652.857-68), José Carlos Soares de Souza (CPF 377.935.947-20), Juscelino Silva de Palda (CPF 555.351.787-72), Lúcia Cunha da Silva (CPF 859.32.477-87), Luiz Antônio da Rocha (CPF 413.164.797-49), Marina Dalva Peixoto Santos (CPF 789.349.235-04), Paulo Antônio da Silva (CPF 281.691.237-04), Tânia Regina Wendel Mergulhão (CPF 404.020.887-00), Valmir Albino Moreira (CPF 367.034.277-04), Valmir de Azevedo Ferreira (CPF 232.230.657-68), Vera Lúcia Pinheiro (CPF 481.469.007-04), Winson Joaquim da Penha (CPF 391.791.177-910), Zelinda Virgínia da Rocha Viana (CPF 496.678.667-34) e Zueber Orcídio da Silva Tito (CPF 305.940.497-68).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis João Luiz Perez Brasil, ex-servidor do INSS, e Tânia Regina Wendel Mergulhão, segurada do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Aguinel dos Anjos (CPF 380.994.707-53), Ana Lúcia de Souza Ferrão (CPF 633.947.587-68), Celso Luiz Lima da Silva (CPF 366.074.797-15), Enilda Nunes da Silva (CPF 639.573.027-49), Ernandes Rodrigues dos Santos (CPF 359.005.477-87), Geraldo Luiz do Nascimento (CPF 748.652.857-68), José Carlos Soares de Souza (CPF 377.935.947-20), Juscelino Silva de Palda (CPF 555.351.787-72), Lúcia Laxe da Cunha (CPF 859.326.477-87), Luiz Antônio da Rocha (CPF 413.164.797-49), Marina Dalva Peixoto Santos (CPF 789.349.235-04), Paulo Antônio da Silva (CPF 281.691.237-04), Valmir Albino Moreira (CPF 367.034.277-04), Valmir de Azevedo Ferreira (CPF 232.230.657-68), Vera Lúcia Pinheiro Correa (CPF 481.469.007-04), Winson Joaquim da Penha (CPF 391.791.177-910), Zelinda Virgínia da Rocha Viana Muniz (CPF 496.678.667-34) e Zueber Orcídio da Silva Tito (CPF 305.940.497- 68);

9.3. julgar irregulares as contas do responsável João Luiz Perez Brasil, ex-servidor do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, *caput*, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar o responsável João Luiz Perez Brasil, **em solidariedade** com a segurada Tânia Regina Wendel Mergulhão (CPF 404.020.887-00), relativamente às quantias indevidamente recebidas por esta última, e **individualmente** no que diz respeito aos demais débitos, na forma indicada a seguir, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Responsáveis solidários: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20) e Sra. Tânia Regina Wendel Mergulhão (CPF 404.020.887-00), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados a esta última:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
9/5/2002	258,25	D
4/6/2002	1.106,79	D
1/7/2002	1.117,08	D
1/8/2002	1.117,08	D
2/9/2002	1.117,08	D
1/10/2002	1.117,08	D
1/11/2002	1.117,08	D
3/12/2002	1.861,80	D
2/1/2003	1.117,08	D
3/2/2003	1.117,08	D
6/3/2003	1.117,08	D
1/4/2003	1.117,08	D

9.4.2. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Aguinel dos Anjos (CPF 380.994.707-53):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
7/8/2002	721,59	D
5/9/2002	1.546,27	D
4/10/2002	1.546,27	D
6/11/2002	1.546,27	D
5/12/2002	2.319,40	D
7/1/2003	1.546,27	D
6/2/2003	1.546,27	D
10/3/2003	1.546,27	D
4/4/2003	1.546,27	D

9.4.3. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sra. Ana Lúcia de Souza Ferrão (CPF 633.947.587-68):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
24/7/2002	437,23	D
7/8/2002	1.093,09	D
6/9/2002	1.093,09	D
8/10/2002	1.093,09	D
13/11/2002	1.093,09	D
9/12/2002	1.639,63	D
8/1/2003	1.093,09	D
7/2/2003	1.093,09	D
11/3/2003	1.093,09	D
8/4/2003	1.093,09	D

9.4.4. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Celso Luiz Lima da Silva (CPF 366.074.797-15):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
12/8/2002	812,12	D
18/9/2002	1.282,30	D
10/10/2002	1.282,30	D
12/11/2002	1.282,30	D
11/12/2002	1.923,45	D
13/1/2003	1.282,30	D
12/2/2003	1.282,30	D
13/3/2003	1.282,30	D
10/4/2003	1.282,30	D

9.4.5. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sra. Enilda Nunes da Silva (CPF 639.573.027-49):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
12/8/2002	824,46	D
11/9/2002	951,30	D
10/10/2002	951,30	D
12/11/2002	951,30	D
11/12/2002	1.426,95	D
13/1/2003	951,30	D
12/2/2003	951,30	D
13/3/2003	951,30	D
10/4/2003	951,30	D

9.4.6. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Ernandes Rodrigues dos Santos (CPF 359.005.477-87):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
11/7/2002	1.001,00	D
12/7/2002	1.003,50	D
14/8/2002	1.003,50	D
13/9/2002	1.003,50	D
14/10/2002	1.003,50	D
14/11/2002	1.003,50	D
13/12/2002	1.672,50	D
15/1/2003	1.003,50	D
14/2/2003	1.003,50	D
18/3/2003	1.003,50	D
14/4/2003	1.003,50	D

9.4.7. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Geraldo Luiz do Nascimento (CPF 748.652.857-68):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
5/7/2002	988,98	D
2/8/2002	1.186,78	D
3/9/2002	1.186,78	D
2/10/2002	1.186,78	D
4/11/2002	1.186,78	D
4/12/2002	1.879,06	D
3/1/2003	1.186,78	D
4/2/2003	1.186,78	D
5/3/2003	1.186,78	D
2/4/2003	1.186,78	D
5/5/2003	1.186,78	D

9.4.8. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. José Carlos Soares de Souza (CPF 377.935.947-20):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
16/7/2002	84,99	D
9/8/2002	509,95	D
10/9/2002	509,95	D
9/10/2002	509,95	D
11/11/2002	509,95	D
10/12/2002	764,92	D
10/1/2003	509,95	D
11/2/2003	509,95	D
13/3/2003	509,95	D
9/4/2003	509,95	D

9.4.9. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Juscelino Silva de Palda (CPF 555.351.787-72):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
6/8/2002	1.280,47	D
13/8/2002	1.280,47	D
12/9/2002	1.280,47	D
11/10/2002	1.280,47	D
13/11/2002	1.280,47	D
12/12/2002	2.027,41	D
14/1/2003	1.280,47	D
13/2/2003	1.280,47	D
14/3/2003	1.280,47	D
11/4/2003	1.280,47	D

9.4.10. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Lúcia Laxe da Cunha (CPF 859.326.477-87):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
15/6/2001	686,10	D
13/7/2001	1.034,30	D
14/8/2001	1.034,30	D
17/9/2001	1.034,30	D
15/10/2001	1.034,30	D
16/11/2001	1.034,30	D
14/12/2001	1.723,83	D
15/1/2002	1.034,30	D
18/2/2002	1.034,30	D
14/3/2002	1.034,30	D
12/4/2002	1.034,30	D
15/5/2002	1.034,30	D
14/6/2002	1.034,30	D
12/7/2002	1.129,45	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

14/8/2002	1.129,45	D
13/9/2002	1.129,45	D
13/10/2002	1.129,45	D
14/11/2002	1.129,45	D
13/12/2002	2.258,90	D
15/1/2003	1.129,45	D
14/2/2003	1.129,45	D
17/3/2003	1.129,45	D
14/4/2003	1.129,45	D

9.4.11. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Luiz Antônio da Rocha (CPF 413.164.797-49):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
9/5/2002	149,21	D
7/6/2002	746,09	D
5/7/2002	753,02	D
7/8/2002	753,02	D
6/9/2002	753,02	D
7/10/2002	753,02	D
7/11/2002	753,02	D
6/12/2002	1.255,03	D
8/1/2003	753,02	D
7/2/2003	753,02	D
10/3/2003	753,02	D
7/4/2003	753,02	D

9.4.12. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Marina Dalva Peixoto Santos (CPF 789.349.235-04):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
7/8/2002	909,78	D
3/9/2002	1.436,50	D
2/10/2002	1.436,50	D
4/11/2002	1.436,50	D
3/12/2002	2.154,75	D
3/1/2003	1.436,50	D
4/2/2003	1.436,50	D
20/3/2003	1.436,50	D
3/4/2003	1.436,50	D

9.4.13. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Paulo Antônio da Silva (CPF 281.691.237-04):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
7/5/2002	461,62	D
6/6/2002	602,12	D
5/7/2002	607,71	D
6/8/2002	607,71	D
5/9/2002	607,71	D
8/10/2002	607,71	D
6/11/2002	607,71	D
5/12/2002	1.063,49	D
7/1/2003	607,71	D
6/2/2003	607,71	D
10/3/2003	607,71	D
4/4/2003	607,71	D
27/4/2007	849,26	D
7/5/2007	877,28	D
6/6/2007	877,28	D
6/7/2007	877,28	D
6/8/2007	877,28	D
6/9/2007	877,28	D
4/10/2007	877,28	D
7/11/2007	877,28	D
7/12/2007	1.754,56	D
7/1/2008	877,28	D
11/2/2008	877,28	D
6/3/2008	877,28	D
4/4/2008	921,14	D
7/5/2008	921,14	D
5/6/2008	921,14	D
4/7/2008	921,14	D
6/8/2008	921,14	O
4/9/2008	921,14	D
6/10/2008	921,14	D

9.4.14. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Valmir Albino Moreira (CPF 367.034.277-04):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
13/8/2002	1.525,64	D
13/9/2002	1.525,64	D
11/10/2002	1.525,64	D
13/11/2002	1.525,64	D
12/12/2002	2.288,46	D
14/1/2003	1.525,64	D
13/2/2003	1.525,64	D
14/3/2003	1.525,64	D
11/4/2003	1.525,64	D
14/5/2003	1.525,64	D
12/6/2003	1.525,64	D
11/7/2003	1.815,20	D
13/8/2003	1.815,20	D
11/9/2003	1.815,20	D
13/10/2003	1.815,20	D
12/11/2003	1.815,20	D
13/12/2003	3.630,40	D
14/1/2004	1.815,20	D
12/2/2004	1.815,20	D
11/3/2004	1.815,20	D
6/4/2004	1.815,20	D

9.4.15. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Valmir de Azevedo Ferreira (CPF 232.230.657-68):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
25/6/2002	42,76	D
10/7/2002	1.286,02	D
12/8/2002	1.286,02	D
11/9/2002	1.286,02	D
10/10/2002	1.286,02	D
12/11/2002	1.286,02	D
11/12/2002	2.036,19	D
13/1/2003	1.286,02	D
12/2/2003	1.286,02	D
14/3/2003	1.286,02	D
10/4/2003	1.286,02	D

9.4.16. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Vera Lúcia Pinheiro Correa (CPF 481.469.007-04):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
8/8/2002	463,31	D
9/9/2002	534,59	D
8/10/2002	534,59	D
8/11/2002	534,59	D
9/12/2002	801,88	D
9/1/2003	534,59	D
10/2/2003	534,59	D
11/3/2003	534,59	D
8/4/2003	534,59	D

9.4.17. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Winson Joaquim da Penha (CPF 391.791.177-910):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
12/4/2002	347,16	D
15/5/2002	452,83	D
14/6/2002	452,83	D
15/7/2002	459,89	D
14/8/2002	459,89	D
16/9/2002	459,89	D
14/10/2002	459,89	D
14/11/2002	459,89	D
13/12/2002	843,13	D
15/1/2003	459,89	D
14/2/2003	459,89	D
19/3/2003	459,89	D
15/4/2003	459,89	D

9.4.18. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Zelinda Virgínia da Rocha Viana Muniz (CPF 496.678.667-34):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
9/5/2002	724,53	D
6/6/2002	1.086,80	D
4/7/2002	1.188,60	D
14/8/2002	1.188,60	D
18/9/2002	1.188,60	D
8/10/2002	1.188,60	D
8/11/2002	1.188,60	D
9/12/2002	2.080,05	D
21/1/2003	1.188,60	D
12/2/2003	1.188,60	D
11/3/2003	1.188,60	D
11/4/2003	1.188,60	D

9.4.19. Responsável: Sr. João Luiz Perez Brasil (CPF 615.492.907-20), relativamente aos pagamentos indevidamente efetuados ao Sr. Zueber Orcídio da Silva Tito (CPF 305.940.497-68):

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL R$	Tipo
4/6/2002	967,63	D
2/7/2002	1.085,38	D
2/8/2002	1.085,38	D
3/9/2002	1.085,38	D
2/10/2002	1.085,38	D
4/11/2002	1.085,38	D
3/12/2002	1.808,96	D
3/1/2003	1.085,38	D
4/2/2003	1.085,38	D
5/3/2003	1.085,38	D
2/4/2003	1.085,38	D
5/5/2003	1.085,38	D

9.5. aplicar ao responsável João Luiz Perez Brasil a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar à responsável Tânia Regina Wendel Mergulhão a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.9. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar ao ex-servidor João Luiz Perez Brasil a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.11. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2999-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3000/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 012.545/2013-9.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Carmem Salles de Oliveira Martins (CPF 829.573.207-20), Jorge Angra de Oliveira Filho (CPF 297.796.187-97), Pedro Inácio de Oliveira (CPF 655.903.508-59), Pedro Simon Teixeira Folhadella (CPF 234.898.717-15) e Roberto Luiz Ballalai de Carvalho (CPF 433.835.487-91).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Carmem Salles de Oliveira Martins, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Jorge Angra de Oliveira Filho (CPF 297.796.187-97), Pedro Inácio de Oliveira (CPF 655.903.508-59), Pedro Simon Teixeira Folhadella (CPF 234.898.717-15) e Roberto Luiz Ballalai de Carvalho (CPF 433.835.487-91);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Carmem Salles de Oliveira Martins, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Carmem Salles de Oliveira Martins ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Jorge Angra de Oliveira Filho (CPF 297.796.187-97):

Data	Valor	Tipo
14/4/2000	2.017,20	D
3/5/2000	1.008,60	D
2/6/2000	1.008,60	D
4/7/2000	1.042,38	D
3/8/2000	1.042,38	D
4/9/2000	1.042,38	D
3/10/2000	1.042,38	D
3/11/2000	1.042,38	D
4/12/2000	2.084,76	D
3/1/2001	1.042,38	D
6/2/2001	1.042,38	D
2/3/2001	1.042,38	D
3/4/2001	1.042,38	D
3/5/2001	1.042,38	D
4/6/2001	1.042,38	D
3/7/2001	1.122,22	D
31/8/2001	1.122,22	D
4/9/2001	1.122,22	D
2/10/2001	1.122,22	D
5/11/2001	1.122,22	D
4/12/2001	2.244,44	D
3/1/2002	1.122,22	D
4/2/2002	1.122,22	D
4/3/2002	1.122,22	D
2/4/2002	1.122,22	D
3/5/2002	1.122,22	D
4/6/2002	1.122,22	D
2/7/2002	1.225,46	D
2/8/2002	1.225,46	D
3/9/2002	1.225,46	D
2/10/2002	1.225,46	D
4/11/2002	1.225,46	D
3/12/2002	2.450,92	D
3/1/2003	1.225,46	D
4/2/2003	1.225,46	D
5/3/2003	1.225,46	D
2/4/2003	1.225,46	D
5/5/2003	1.225,46	D
3/6/2003	1.225,46	D
2/7/2003	1.466,99	D
4/8/2003	1.466,99	D
2/9/2003	1.466,99	D
2/10/2003	1.466,99	D
4/11/2003	1.466,99	D
2/12/2003	2.933,98	D
5/1/2004	1.466,99	D
3/2/2004	1.466,99	D
2/3/2004	1.466,99	D
2/4/2004	1.466,99	D
4/5/2004	1.466,99	D

9.4.2. Pedro Inácio de Oliveira (CPF 655.903.508-59):

Data	Valor	Tipo
22/6/1998	810,36	D
10/7/1998	794,84	D
4/9/1998	1.589,68	D
6/10/1998	794,84	D
6/11/1998	794,84	D
4/12/1998	1.324,73	D
7/1/1999	794,84	D
4/2/1999	794,84	D
4/3/1999	794,84	D
8/4/1999	794,84	D
6/5/1999	794,84	D
7/6/1999	794,84	D
6/7/1999	831,48	D
5/8/1999	831,48	D
6/9/1999	831,48	D
6/10/1999	831,48	D
31/11/1999	831,48	D
6/12/1999	1.662,96	D
7/1/2000	831,48	D
4/2/2000	831,48	D
8/3/2000	831,48	D
6/4/2000	831,48	D
5/5/2000	831,48	D
6/6/2000	831,48	D
6/7/2000	879,78	D
4/8/2000	879,78	D
6/9/2000	879,78	D
5/10/2000	879,78	D
7/11/2000	879,78	D
6/12/2000	1.759,56	D
5/1/2001	879,78	D
6/2/2001	879,78	D
6/3/2001	879,78	D
5/4/2001	879,78	D
7/5/2001	879,78	D
6/6/2001	879,78	D
5/7/2001	947,17	D
6/8/2001	947,17	D
6/9/2001	947,17	D
4/10/2001	947,17	D
7/11/2001	947,17	D
6/12/2001	1.894,34	D
7/1/2002	947,17	D
6/2/2002	947,17	D
6/3/2002	947,17	D
4/4/2002	947,17	D
7/5/2002	947,17	D
6/6/2002	947,17	D
4/7/2002	1.034,30	D
6/8/2002	1.034,30	D
5/9/2002	1.034,30	D
4/10/2002	1.034,30	D
6/11/2002	1.034,30	D
5/12/2002	2.068,60	D
31/1/2003	1.034,30	D
31/2/2003	1.034,30	D
10/3/2003	1.034,30	D
4/4/2003	1.034,30	D
7/5/2003	1.034,30	D
5/6/2003	1.034,30	D
4/7/2003	1.238,16	D
6/8/2003	1.238,16	D
4/9/2003	1.238,16	D
6/10/2003	1.238,16	D
6/11/2003	1.238,16	D
4/12/2003	2.476,32	D
7/1/2004	1.238,16	D
5/2/2004	1.238,16	D
4/3/2004	1.238,16	D
6/4/2004	1.238,16	D
6/5/2004	1.238,16	D
4/6/2004	1.294,24	D
6/7/2004	1.294,24	D
31/3/2004	1.294,24	D
30/9/2004	1.294,24	D
6/10/2004	1.294,24	D
5/11/2004	1.294,24	D

9.4.3. Pedro Simon Teixeira Folhadella (CPF 234.898.717-15):

Data	Valor	Tipo
1/12/1999	49,70	D
14/12/1999	869,90	D
14/1/2000	745,63	D
14/2/2000	745,63	D
16/3/2000	745,63	D
14/4/2000	745,63	D
15/5/2000	745,63	D
14/6/2000	745,63	D
14/7/2000	774,26	D
14/8/2000	774,26	D
15/9/2000	774,26	D
16/10/2000	774,26	D
16/11/2000	774,26	D
14/12/2000	1.548,52	D
15/1/2001	774,26	D
14/2/2001	774,26	D
31/4/2001	774,26	D
15/5/2001	774,26	D
15/6/2001	774,26	D
13/7/2001	833,56	D
14/8/2001	833,56	D
17/9/2001	833,56	D
15/10/2001	833,56	D
16/11/2001	833,56	D
14/12/2001	1.667,12	D
15/1/2002	833,56	D
18/2/2002	833,56	D
14/3/2002	833,56	D
12/4/2002	833,56	D
15/5/2002	833,56	D
14/6/2002	833,56	D
12/7/2002	910,24	D
14/8/2002	910,24	D
13/9/2002	910,24	D

9.4.4. Roberto Luiz Ballalai de Carvalho (CPF 433.835.487-91):

Data	Valor	Tipo
15/5/1997	595,72	D
12/6/1997	661,92	D
11/7/1997	899,17	D
13/8/1997	899,17	D
11/9/1997	899,17	D
13/10/1997	899,17	D
13/11/1997	899,17	D
11/12/1997	1.573,54	D
14/1/1998	899,17	D
12/2/1998	899,17	D
12/3/1998	899,17	D
15/4/1998	899,17	D
14/5/1998	899,17	D
12/6/1998	899,17	D
13/7/1998	942,42	D
3/8/1998	942,42	D
31/9/1998	942,42	D
14/10/1998	942,42	D
13/11/1998	942,42	D
11/12/1998	1.884,84	D
12/12/1998	985,86	D
14/1/1999	942,42	D
11/2/1999	942,42	D
11/3/1999	942,42	D
16/4/1999	942,42	D
13/5/1999	942,42	D
14/6/1999	942,42	D
13/7/1999	985,86	D
12/8/1999	985,86	D
14/9/1999	985,86	D
14/10/1999	985,86	D
16/11/1999	985,86	D
13/12/1999	1.971,72	D
14/1/2000	985,86	D
11/2/2000	985,86	D
16/3/2000	985,86	D
13/4/2000	985,86	D
12/5/2000	985,86	D
14/6/2000	985,86	D
13/7/2000	1.043,13	D
11/8/2000	1.043,13	D
14/9/2000	1.043,13	D
13/10/2000	1.043,13	D
14/11/2000	1.043,13	D
13/12/2000	2.086,26	D
12/1/2001	1.043,13	D
13/2/2001	1.043,13	D
13/3/2001	1.043,13	D
12/4/2001	1.043,13	D
14/5/2001	1.043,13	D
13/6/2001	1.043,13	D
12/7/2001	1.123,03	D
13/8/2001	1.123,03	D
14/9/2001	1.123,03	D
11/10/2001	1.123,03	D
31/11/2001	1.123,03	D
13/12/2001	2.246,06	D
14/1/2002	1.123,03	D
15/2/2002	1.123,03	D
13/3/2002	1.123,03	D
11/4/2002	1.123,03	D
14/5/2002	1.123,03	D
13/6/2002	1.123,03	D
11/7/2002	1.226,34	D
13/8/2002	1.226,34	D
12/9/2002	1.226,34	D
11/10/2002	1.226,34	D
13/11/2002	1.226,34	D
12/12/2002	2.452,68	D
14/1/2003	1.226,34	D
13/2/2003	1.226,34	D
17/3/2003	1.226,34	D
11/4/2003	1.226,34	D
4/5/2003	1.226,34	D
31/6/2003	1.226,34	D
11/7/2003	1.468,05	D
13/8/2003	1.468,05	D
11/9/2003	1.468,05	D
13/10/2003	1.468,05	D
13/11/2003	1.468,05	D
11/12/2003	2.936,10	D
14/1/2004	1.468,05	D
12/2/2004	1.468,05	D
11/3/2004	1.468,05	D
6/4/2004	1.468,05	D
6/5/2004	1.468,05	D
4/6/2004	1.534,55	D
6/7/2004	1.534,55	D
5/8/2004	1.534,55	D
6/9/2004	1.534,55	D
6/10/2004	1.534,55	D
5/11/2004	1.534,55	D
6/12/2004	3.069,10	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

6/1/2005	1.534,55	D
4/2/2005	1.534,55	D
4/3/2005	1.534,55	D
6/4/2005	1.534,55	D
5/5/2005	1.534,55	D

9.5. aplicar à responsável Carmem Salles de Oliveira Martins a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à responsável Carmem Salles de Oliveira Martins a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3000-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3001/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.085/2013-1.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Vera Lúcia Ferreira Costa (CPF 144.635.358-32), Alcides Gomes Barbosa (CPF 009.473.498-47), Aparecida Parra Juarez (CPF 047.886.078-16), Jaime José da Silva (CPF 279.645.669-20), José Amâncio de Souza (CPF 017.386.858-45), José Américo Moreira Caetano (CPF 004.447.528-46), Narcizo Gonçalves Mendes (CPF 325.082.479-87) e Sebastiana da Conceição Rodrigues (CPF 029.285.878-70).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secex/SP.

8. Advogados constituídos nos autos: José Alves Pinto (OAB/SP 122.590, procurador de Alcides Gomes Barbosa, José Amâncio de Souza, José Américo Moreira Caetano, Narcizo Gonçalves Mendes e Sebastiana da Conceição Rodrigues), Vanderlei Cesar Corniani (OAB/SP 123.128, procurador de Jaime José da Silva).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis as responsáveis Vera Lúcia Ferreira Costa e Aparecida Parra Juarez, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos responsáveis Alcides Gomes Barbosa, Jaime José da Silva, José Amâncio de Souza, José Américo Moreira Caetano, Narcizo Gonçalves Mendes e Sebastiana da Conceição Rodrigues;

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Vera Lúcia Ferreira Costa, ex-servidora do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Aparecida Parra Juarez, Alcides Gomes Barbosa, Jaime José da Silva, José Amâncio de Souza, José Américo Moreira Caetano, Narcizo Gonçalves Mendes e Sebastiana da Conceição Rodrigues, segurados do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.5. condenar solidariamente os responsáveis abaixo mencionados ao pagamento das quantias a seguir especificadas, a partir das datas indicadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos:

9.5.1. Vera Lúcia Ferreira Costa e Alcides Gomes Barbosa:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
4/10/1999	106,31
4/10/1999	797,33
3/11/1999	797,33
6/12/1999	1.063,10
24/1/2000	797,33
4/2/2000	797,33
10/3/2000	797,33
7/4/2000	797,33
10/5/2000	797,33
7/6/2000	797,33
6/7/2000	797,33
8/8/2000	835,76
4/9/2000	835,76
4/10/2000	835,76
3/11/2000	835,76
4/12/2000	1.671,52
3/1/2001	835,76
2/2/2001	835,76
2/3/2001	835,76
3/4/2001	835,76
2/5/2001	835,76
4/6/2001	835,76
2/7/2001	899,77
2/8/2001	899,77
4/9/2001	899,77
3/10/2001	899,77
1/11/2001	899,77
3/12/2001	1.799,54
2/1/2002	899,77
1/2/2002	899,77
1/3/2002	899,77
1/4/2002	899,77
2/5/2002	899,77
3/6/2002	899,77
1/7/2002	982,54
1/8/2002	982,54
2/9/2002	982,54
1/10/2002	982,54
1/11/2002	982,54
2/12/2002	1.965,08
2/1/2003	982,54
4/2/2003	982,54
5/3/2003	982,54
2/4/2003	982,54
2/5/2003	982,54
2/6/2003	982,54
1/7/2003	1.176,19
1/8/2003	1.176,19
1/9/2003	1.176,19
1/10/2003	1.176,19

9.5.2. Vera Lúcia Ferreira Costa e Aparecida Parra Juarez:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
9/6/2000	597,28
11/7/2000	692,41
14/8/2000	692,41
12/9/2000	692,41
11/10/2000	692,41
10/11/2000	692,41
12/12/2000	1.154,01
10/1/2001	692,41
12/2/2001	692,41
12/3/2001	692,41
10/4/2001	692,41
11/5/2001	692,41
12/6/2001	692,41
10/7/2001	745,44
10/8/2001	745,44
12/9/2001	745,44
10/10/2001	745,44
12/11/2001	745,44
11/12/2001	1.490,88
14/1/2002	745,44
14/2/2002	745,44
11/3/2002	745,44
10/4/2002	745,44
10/5/2002	745,44
11/6/2002	745,44
10/7/2002	814,02
9/8/2002	814,02
10/9/2002	814,02
9/10/2002	814,02
11/11/2002	814,02
10/12/2002	1.628,04
10/1/2003	814,02
11/2/2003	814,02
12/3/2003	814,02
9/4/2003	814,02
12/5/2003	814,02
10/6/2003	814,02
10/7/2003	974,46
3/10/2003	974,46
9/10/2003	974,46
11/11/2003	974,46
9/12/2003	1.948,92
12/1/2004	974,46
10/2/2004	974,46
9/3/2004	974,46
2/4/2004	974,46
4/5/2004	974,46
2/6/2004	1.018,60
2/7/2004	1.018,60
3/8/2004	1.018,60
2/9/2004	1.018,60
4/10/2004	1.018,60
3/11/2004	1.018,60
2/12/2004	2.037,20
4/1/2005	1.018,60
2/2/2005	1.018,60
2/3/2005	1.018,60
4/4/2005	1.018,60
3/5/2005	1.018,60
2/6/2005	1.083,33
4/7/2005	1.083,33
2/8/2005	1.083,33
2/9/2005	1.083,33
4/10/2005	1.083,33
3/11/2005	1.083,33
2/12/2005	2.166,66
3/1/2006	1.083,33
2/2/2006	1.083,33
2/3/2006	1.083,33
4/4/2006	1.083,33
3/5/2006	1.137,49
2/6/2006	1.137,49
4/7/2006	1.137,49
2/8/2006	1.137,49
4/9/2006	1.706,23

9.5.3. Vera Lúcia Ferreira Costa e Jaime José da Silva:

Valor da Ocorrência	Valor Histórico
14/3/2001	448,02
5/4/2001	610,94
8/5/2001	610,94
7/6/2001	610,94
10/7/2001	625,17
7/8/2001	625,17
6/9/2001	625,17
5/10/2001	625,17
7/11/2001	625,17
6/12/2001	1.198,24
7/1/2002	625,17
6/2/2002	625,17
18/3/2002	625,17
4/4/2002	625,17
7/5/2002	625,17
6/6/2002	625,17
5/7/2002	682,68
7/8/2002	682,68
9/9/2002	682,68
7/10/2002	682,68
7/11/2002	682,68
6/12/2002	1.365,36
7/1/2003	682,68
6/2/2003	682,68
10/3/2003	682,68
7/4/2003	682,68
7/5/2003	682,68
5/6/2003	682,68
4/7/2003	817,23
8/8/2003	817,23
4/9/2003	817,23

9.5.4. Vera Lúcia Ferreira Costa e José Amâncio de Souza:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
8/2/1999	1.003,01
8/2/1999	733,91
8/3/1999	733,91

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

12/4/1999	733,91
10/5/1999	733,91
9/6/1999	733,91
8/7/1999	753,43
9/8/1999	753,43
9/9/1999	753,43
8/10/1999	753,43
9/11/1999	753,43
8/12/1999	1.506,86
10/1/2000	753,43
8/2/2000	753,43
10/3/2000	753,43
10/4/2000	753,43
9/5/2000	753,43
8/6/2000	753,43
10/7/2000	797,20
8/8/2000	797,20
12/9/2000	797,20
9/10/2000	797,20
10/11/2000	797,20
8/12/2000	1.594,40
9/1/2001	797,20
8/2/2001	797,20
9/3/2001	797,20
9/4/2001	797,20
9/5/2001	797,20
8/6/2001	797,20
10/7/2001	858,26
8/8/2001	858,26
11/9/2001	858,26
8/10/2001	858,26
9/11/2001	858,26
10/12/2001	1.716,52
9/1/2002	858,26
8/2/2002	858,26
8/3/2002	858,26
8/4/2002	858,26
9/5/2002	858,26
10/6/2002	858,26
8/7/2002	937,21
8/8/2002	937,21
9/9/2002	937,21
8/10/2002	937,21
8/11/2002	937,21
9/12/2002	1.874,42
9/1/2003	937,21
10/2/2003	937,21
11/3/2003	937,21
8/4/2003	937,21
9/5/2003	937,21
9/6/2003	937,21
10/7/2003	1.121,93
8/8/2003	1.121,93
11/9/2003	1.121,93
10/3/2004	1.121,93
7/4/2004	1.121,93
4/5/2004	1.121,93
1/6/2004	1.172,75
1/7/2004	1.172,75
2/8/2004	1.172,75
1/9/2004	1.172,75
1/10/2004	1.172,75
1/11/2004	1.172,75

9.5.5. Vera Lúcia Ferreira Costa e José Américo Moreira Caetano:

Valor da Ocorrência	Valor Hist
10/2/1999	23,79
10/2/1999	713,95
10/3/1999	713,95
14/4/1999	713,95
12/5/1999	713,95
11/6/1999	713,95
12/7/1999	730,22
11/8/1999	730,22
13/9/1999	730,22
13/10/1999	730,22
11/11/1999	730,22
10/12/1999	1.460,44
12/1/2000	730,22
10/2/2000	730,22
14/3/2000	730,22
12/4/2000	730,22
11/5/2000	730,22
12/6/2000	730,22
12/7/2000	772,64
10/8/2000	772,64
13/9/2000	772,64
11/10/2000	772,64
13/11/2000	772,64
12/12/2000	772,64
11/1/2001	772,64
12/2/2001	1.545,28
13/3/2001	772,64
11/4/2001	772,64
11/5/2001	772,64
12/6/2001	772,64
11/7/2001	831,82
10/8/2001	831,82
13/9/2001	831,82
10/10/2001	831,82
13/11/2001	831,82
12/12/2001	1.663,64
11/1/2002	831,82
14/2/2002	831,82
12/3/2002	831,82
10/4/2002	831,82
13/5/2002	831,82
12/6/2002	831,82
10/7/2002	908,34
12/8/2002	908,34
11/9/2002	908,34
10/10/2002	908,34
12/11/2002	908,34
11/12/2002	1.816,68
13/1/2003	908,34
12/2/2003	908,34
14/3/2003	908,34
10/4/2003	908,34
13/5/2003	908,34
11/6/2003	908,34
10/7/2003	1.087,37
12/8/2003	1.087,37
10/9/2003	1.087,37
11/2/2004	1.087,37
16/2/2004	1.087,37
10/3/2004	1.087,37
5/4/2004	1.087,37
5/5/2004	1.087,37
3/6/2004	1.136,62

9.5.6. Vera Lúcia Ferreira Costa e Narcizo Gonçalves Mendes:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
15/10/1999	88,77
15/10/1999	887,75
16/11/1999	887,75
14/12/1999	1.183,66
14/1/2000	887,75
14/2/2000	887,75
16/3/2000	887,75
14/4/2000	887,75
15/5/2000	887,75
14/6/2000	887,75
14/7/2000	930,53
14/8/2000	930,53
15/9/2000	930,53
16/10/2000	930,53
16/11/2000	930,53
14/12/2000	1.861,06
15/1/2001	930,53
14/2/2001	930,53
14/3/2001	930,53
16/4/2001	930,53
15/5/2001	930,53
15/6/2001	930,53
13/7/2001	1.001,80
14/8/2001	1.001,80
17/9/2001	1.001,80
15/10/2001	1.001,80
16/11/2001	1.001,80
14/12/2001	2.003,60
15/1/2002	1.001,80
18/2/2002	1.001,80
14/3/2002	1.001,80
12/4/2002	1.001,80
15/5/2002	1.001,80
14/6/2002	1.001,80
12/7/2002	1.093,96
14/8/2002	1.093,96
13/9/2002	1.093,96
14/10/2002	1.093,96
14/11/2002	1.093,96
13/12/2002	2.187,92
15/1/2003	1.093,96
14/2/2003	1.093,96
17/3/2003	1.093,96
14/4/2003	1.093,96
15/5/2003	1.093,96
13/6/2003	1.093,96
14/7/2003	1.309,57
14/8/2003	1.309,57
12/9/2003	1.309,57
14/10/2003	1.309,57
14/11/2003	1.309,57
12/12/2003	2.619,14

9.5.7. Vera Lúcia Ferreira Costa e Sebastiana da Conceição Rodrigues:

Data da Ocorrência	Valor Histórico
7/2/2000	705,41
7/2/2000	260,48
7/2/2000	651,15
9/3/2000	651,15
7/4/2000	651,15
8/5/2000	651,15
7/6/2000	651,15
7/7/2000	672,96
7/8/2000	672,96
8/9/2000	672,96
6/10/2000	672,96
8/11/2000	672,96
7/12/2000	1.345,92
8/1/2001	672,96
7/2/2001	672,96
7/3/2001	672,96
6/4/2001	672,96
8/5/2001	672,96
7/6/2001	672,96
6/7/2001	724,50
7/8/2001	724,50
10/9/2001	724,50
5/10/2001	724,50
8/11/2001	724,50
7/12/2001	1.449,00
8/1/2002	724,50
7/2/2002	724,50
7/3/2002	724,50
5/4/2002	724,50
8/5/2002	724,50
7/6/2002	724,50
5/7/2002	791,15
7/8/2002	791,15
6/9/2002	791,15
7/10/2002	791,15
7/11/2002	791,15
6/12/2002	1.582,30
8/1/2003	791,15
7/2/2003	791,15
10/3/2003	791,15
7/4/2003	791,15
8/5/2003	791,15

9.6. aplicar aos responsáveis Vera Lúcia Ferreira Costa, ex-servidora do INSS, Aparecida Parra Juarez, Alcides Gomes Barbosa, Jaime José da Silva, José Amâncio de Souza, José Américo Moreira Caetano, Narcizo Gonçalves Mendes e Sebastiana da Conceição Rodrigues, segurados do INSS, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.8. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.9. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à responsável Vera Lúcia Ferreira Costa, ex-servidora do INSS, a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3001-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3002/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.431/2011-2

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Recorrente: Orlando Santos Diniz, Presidente do Conselho Regional.

4. Unidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Rio de Janeiro - Sesc/RJ.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Vladimir Spindola Silva (OAB/DF 15.625) e Mário Henrique de Barros Dorna (OAB/SP 315.746).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração opostos pelo responsável Orlando Santos Diniz, em face do Acórdão 519/2014 - TCU - Plenário, mediante o qual o Tribunal fixou o prazo de 15 (quinze) dias para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, consistentes na revogação das duas últimas faixas (máster e simples) do Programa de Premiação Individual por Alcance de Metas estabelecido pela Resolução Sesc/RJ CR 54/2011, aplicou multa ao responsável e determinou a constituição de processo apartado para exame da matéria relativa à aplicação da Lei 10.101/2000 aos Serviços Sociais Autônomos e da regularidade dos mecanismos de remuneração/premiação variável.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo responsável Orlando Santos Diniz, para, no mérito, dar a estes provimento parcial, para reduzir o valor da multa aplicada ao responsável, nos termos do subitem 9.2 do Acórdão 519/2014 - TCU - Plenário, que passa a ser de R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno) o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a contar da data deste Acórdão até o dia do efetivo recolhimento, caso não paga no prazo ora fixado;

9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendida a notificação; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao Embargante e ao Serviço Social do Comércio - Administração Regional do Rio de Janeiro - Sesc/RJ.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3002-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3003/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.283/2008-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Relatório de Auditoria)

3. Recorrentes: Constran S/A - Construções e Comércio e Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A

4. Unidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Portuárias, Hídricas e Ferroviárias (SecobHidro).

8. Advogados constituídos nos autos: Edgard Hermelino Leite Junior, OAB/SP 92.114; Giuseppe Giamundo Neto, OAB/SP 234.412; Fernanda Leoni, OAB/SP 330.251; Fernando Antônio dos Santos Filho, OAB/MG 116.302; Amauri Feres Saad, OAB/SP 261.859; Maria Luiz Baillo Targa, OAB/DF 29.880 e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Embargos de Declaração opostos pelas empresas Constran S/A - Construções e Comércio e Construções e Comércio Camargo Correa S/A em face do Acórdão 2.447/2014-Plenário, que apreciou Relatório de Auditoria realizada nas obras de construção da ferrovia Norte-Sul, no Estado de Goiás, trecho entre Anápolis e Uruaçu, a cargo da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, conceder a eles provimento parcial, para suprir a omissão arguida relacionada à utilização do Sicro, mantendo, no entanto, em seus exatos termos o Acórdão 2.447/2014-Plenário;

9.2. dar ciência da presente deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3003-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3004/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.974/2011-8.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)

3. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (CNPJ 33.000.167/0001-01)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Advogado constituído nos autos: Nilton Antonio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466) e Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras contra o Acórdão 847/2013-Plenário, que foi retificado materialmente pelo Acórdão 897/2013-Plenário e alterado em parte pelo Acórdão 1.229/2013-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do pedido de reexame interposto pela Petróleo Brasileiro S.A., com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 277 e 286 do RI/TCU, para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando sem efeito as determinações contidas nos subitens 9.1.1 a 9.1.5 do Acórdão 847/2013-Plenário;

9.2 recomendar à Petrobras, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e oportunidade de:

9.2.1 atualizar os normativos internos da empresa de forma a contemplar as vedações previstas nos artigos 3º, § 3º, e 7º e as determinações de apuração específica disposta no artigo 6º, inciso II, todos do Decreto 7.203/2010;

9.2.2. regulamentar os normativos internos da empresa que tratem direta ou indiretamente de nepotismo ou favorecimento indevido de empresas (dentre os quais se destacam o subitem 1.5 do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras e os dispositivos decorrentes do cumprimento da alínea anterior), de forma a englobar as medidas preventivas e corretivas para mitigar os riscos de ocorrências dessas irregularidades, tendo em vista a necessidade de tipificação de procedimentos para fins de análises futuras de condutas e omissões visando à possível responsabilização;

9.2.3. implantar sistema informatizado de controle capaz de coletar, armazenar, atualizar e gerenciar as informações, bem como criar ferramentas automáticas de bloqueio e alerta aos gestores, nos casos de identificação de algumas das situações enquadradas nos arts. 3º, § 3º, e 7º do Decreto 7.203/2010 ou no item 1.5 do Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras;

9.3 arquivar os autos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3004-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3005/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.227/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ana Lúcia Bueno da Cunha (CPF 549.489.597-15), José Carlos Pereira (CPF 350.632.117-04) e José Lucindo de Freitas (CPF 400.418.247-68).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis os responsáveis Ana Lúcia Bueno da Cunha e José Carlos Pereira, ex-servidores do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual o segurado José Lucindo de Freitas (CPF 400.418.247-68);

9.3. julgar irregulares as contas dos responsáveis Ana Lúcia Bueno da Cunha e José Carlos Pereira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar os responsáveis Ana Lúcia Bueno da Cunha e José Carlos Pereira ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1 José Lucindo de Freitas (CPF 400.418.247-68):

Data do lançamento	Tipo	Valor
23/3/1998	D	918,09
6/4/1998	D	810,08
7/5/1998	D	810,08
4/6/1998	D	810,08
6/7/1998	D	826,11
4/5/2000	D	259,23
5/5/2000	D	864,10
6/6/2000	D	864,10
6/7/2000	D	914,30
4/8/2000	D	914,30
6/9/2000	D	914,30
5/10/2000	D	914,30
7/11/2000	D	914,30
6/12/2000	D	1.828,60
5/1/2001	D	914,30
6/2/2001	D	914,30
6/3/2001	D	914,30
5/4/2001	D	914,30
7/5/2001	D	914,30
6/6/2001	D	914,30
5/7/2001	D	984,33
6/8/2001	D	984,33
6/9/2001	D	984,33
4/10/2001	D	984,33
7/11/2001	D	984,33
6/12/2001	D	1.968,66
7/1/2002	D	984,33
6/2/2002	D	984,33
6/3/2002	D	984,33
4/4/2002	D	984,33
7/5/2002	D	984,33
6/6/2002	D	984,33
4/7/2002	D	1.074,88
6/8/2002	D	1.074,88
29/8/2002	D	12.356,95
5/9/2002	D	1.074,88
4/10/2002	D	1.074,88
6/11/2002	D	1.074,88
5/12/2002	D	2.149,76
7/1/2003	D	1.074,88
6/2/2003	D	1.074,88

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7/3/2003	D	1.074,88
4/4/2003	D	1.074,88
7/5/2003	D	1.074,88
5/6/2003	D	1.074,88
4/7/2003	D	1.286,73
6/8/2003	D	1.286,73
4/9/2003	D	1.286,73
6/10/2003	D	1.286,73
6/11/2003	D	1.286,73
4/12/2003	D	2.573,46
7/1/2004	D	1.286,73
5/2/2004	D	1.286,73
4/3/2004	D	1.286,73
6/4/2004	D	1.286,73
6/5/2004	D	1.286,73
4/6/2004	D	1.345,01
6/7/2004	D	1.345,01
5/8/2004	D	1.345,01
6/9/2004	D	1.345,01
6/10/2004	D	1.345,01
5/11/2004	D	1.345,01
6/12/2004	D	2.690,02
6/1/2005	D	1.345,01
4/2/2005	D	1.345,01
4/3/2005	D	1.345,01
6/4/2005	D	1.345,01
5/5/2005	D	1.345,01
6/6/2005	D	1.430,48
6/7/2005	D	1.430,48
4/8/2005	D	1.430,48
6/9/2005	D	1.430,48
6/10/2005	D	1.430,48
7/11/2005	D	1.430,48
6/12/2005	D	2.860,96
5/1/2006	D	1.430,48
6/2/2006	D	1.430,48
6/3/2006	D	1.430,48
6/4/2006	D	1.430,48
5/5/2006	D	1.502,00
6/6/2006	D	1.502,00
6/7/2006	D	1.502,00
4/8/2006	D	1.502,00
6/9/2006	D	2.253,00
5/10/2006	D	1.502,28
7/11/2006	D	1.502,14
6/12/2006	D	3.004,28
5/1/2007	D	1.502,14
6/2/2007	D	1.502,14
6/3/2007	D	1.502,14
5/4/2007	D	1.502,14
7/5/2007	D	1.551,71
6/6/2007	D	1.551,71
5/7/2007	D	1.551,71
6/8/2007	D	1.551,71
6/9/2007	D	2.327,56
4/10/2007	D	1.551,71
7/11/2007	D	1.551,71
6/12/2007	D	3.103,42
7/1/2008	D	1.551,71
11/2/2008	D	1.551,71
6/3/2008	D	1.551,71
4/4/2008	D	1.629,29
7/5/2008	D	1.629,29
5/6/2008	D	1.629,29
4/7/2008	D	1.629,29
6/8/2008	D	1.629,29
4/9/2008	D	2.443,93
6/10/2008	D	1.629,29

9.5. aplicar aos responsáveis Ana Lúcia Bueno da Cunha e José Carlos Pereira a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar aos responsáveis Ana Lúcia Bueno da Cunha e José Carlos Pereira a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3005-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3006/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.230/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), Anisia Augusta da Silva Gomes (CPF 339.448.817-53), Dilmo Flores da Silva (CPF 264.840.567-49), Edivaldo Alves de Moura (CPF 595.904.757-87), Eunice Campos Mota (CPF 276.388.207-20), Francisco José Saraiva de Souza (CPF 338.899.107-34), Jaime Batista de Santana (CPF 976.624.967-91), Jandira Andrade Barradas (CPF 825.928.887-72), João Dias Martins (CPF 632.826.407-06), Rosa Maria Ribeiro (CPF 018.594.527-95) e Salvador Pinto (CPF 226.804.707-53).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Eliana Silva de Souza, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Anisia Augusta da Silva Gomes (CPF 339.448.817-53), Dilmo Flores da Silva (CPF 264.840.567-49), Edivaldo Alves de Moura (CPF 595.904.757-87), Eunice Campos Mota (CPF 276.388.207-20), Francisco José Saraiva de Souza (CPF 338.899.107-34), Jaime Batista de Santana (CPF 976.624.967-91), Jandira Andrade Barradas (CPF 825.928.887-72), João Dias Martins (CPF 632.826.407-06), Rosa Maria Ribeiro (CPF 018.594.527-95) e Salvador Pinto (CPF 226.804.707-53);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Eliana Silva de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Eliana Silva de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Anisia Augusta Da Silva Barros (CPF: 339.448.817-53):

Data do lançamento	Valor	Tipo
8/9/1997	26,60	D
8/9/1997	798,34	D
8/10/1997	798,34	D
10/11/1997	798,34	D
9/12/1997	1.130,98	D
9/1/1998	798,34	D
9/2/1998	798,34	D
9/3/1998	798,34	D
8/4/1998	798,34	D
11/5/1998	798,34	D
8/6/1998	798,34	D
8/7/1998	833,46	D
10/8/1998	833,46	D
9/9/1998	833,46	D
8/10/1998	833,46	D
10/11/1998	833,46	D
8/12/1998	1.666,93	D
11/1/1999	833,46	D
8/2/1999	831,80	D
8/3/1999	831,80	D
12/4/1999	831,80	D
10/5/1999	831,80	D
13/3/2000	5.136,72	D
10/4/2000	873,38	D
9/5/2000	873,38	D
8/6/2000	873,38	D
10/7/2000	923,38	D
8/8/2000	923,38	D
11/9/2000	923,38	D
9/10/2000	923,38	D
9/11/2000	923,38	D
8/12/2000	1.846,76	D
9/1/2001	923,38	D
8/2/2001	923,85	D
8/3/2001	923,85	D
9/4/2001	924,59	D
9/5/2001	924,59	D
8/6/2001	924,59	D
9/7/2001	995,39	D
8/8/2001	995,39	D
11/9/2001	995,39	D
8/10/2001	995,39	D
9/11/2001	995,39	D
10/12/2001	1.984,75	D
9/1/2002	995,39	D
8/2/2002	995,39	D
8/3/2002	995,56	D
8/4/2002	995,78	D
9/5/2002	995,78	D
10/6/2002	995,78	D
8/7/2002	1.086,75	D
8/8/2002	1.086,75	D
9/9/2002	1.086,75	D
8/10/2002	1.086,75	D
8/11/2002	1.086,75	D
9/12/2002	2.167,48	D
9/1/2003	1.086,75	D
10/2/2003	1.086,75	D
11/3/2003	1.086,75	D
8/4/2003	1.086,75	D
9/5/2003	1.086,75	D
9/6/2003	1.086,75	D
8/7/2003	1.300,44	D
8/8/2003	1.300,44	D
8/9/2003	1.300,44	D

9.4.2. Dilmo Flores da Silva (CPF: 264.840.567-49):

Data do lançamento	Valor	Tipo
8/7/1997	1.307,50	D
7/8/1997	958,19	D
4/9/1997	958,19	D
6/10/1997	958,19	D
6/11/1997	958,19	D
4/12/1997	1.514,14	D
8/1/1998	961,20	D
5/2/1998	958,19	D
5/3/1998	958,19	D
6/4/1998	958,19	D
7/5/1998	958,19	D
4/6/1998	958,19	D
6/7/1998	1.004,26	D
7/8/1998	1.004,29	D
8/9/1998	1.004,29	D
7/10/1998	1.004,26	D
9/11/1998	1.004,26	D
7/12/1998	2.008,53	D
11/1/1999	1.004,26	D
4/2/1999	1.002,29	D
9/3/1999	1.002,29	D
8/4/1999	1.002,29	D
6/5/1999	1.002,29	D
7/6/1999	1.002,29	D
5/5/2000	1.052,37	D
6/6/2000	12.585,43	D
6/7/2000	1.112,61	D
4/8/2000	1.112,61	D
8/9/2000	1.112,61	D
5/10/2000	1.112,61	D
7/11/2000	1.112,61	D
6/12/2000	2.225,22	D
5/1/2001	1.112,61	D
9/2/2001	1.112,64	D
6/3/2001	1.112,64	D
6/4/2001	1.113,51	D
8/5/2001	1.113,51	D
7/6/2001	1.113,51	D
5/7/2001	1.199,53	D
8/8/2001	1.199,53	D
6/9/2001	1.199,53	D
5/10/2001	1.199,53	D
9/11/2001	1.199,53	D
6/12/2001	2.394,06	D
8/1/2002	1.199,53	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

8/2/2002	1.199,53	D
7/3/2002	1.199,71	D
5/4/2002	1.198,92	D
8/5/2002	1.198,92	D
6/6/2002	1.198,92	D
4/7/2002	1.309,76	D
6/8/2002	1.309,76	D
5/9/2002	1.309,76	D
4/10/2002	1.309,76	D
6/11/2002	1.309,76	D
5/12/2002	2.611,50	D
7/1/2003	1.309,76	D
6/2/2003	1.309,76	D
7/3/2003	1.309,76	D
4/4/2003	1.309,76	D
7/5/2003	1.309,76	D
5/6/2003	1.309,76	D
4/7/2003	1.567,14	D
6/8/2003	1.567,14	D
4/9/2003	1.567,14	D
6/10/2003	1.566,92	D
6/11/2003	1.566,92	D
4/12/2003	3.128,33	D
7/1/2004	1.566,92	D
5/2/2004	1.566,92	D
4/3/2004	1.566,92	D
6/4/2004	1.566,92	D
6/5/2004	1.566,92	D
4/6/2004	1.637,87	D
6/7/2004	1.637,87	D
5/8/2004	1.637,87	D
6/9/2004	1.637,87	D
6/10/2004	1.638,58	D
5/11/2004	1.638,20	D
6/12/2004	3.276,40	D
6/1/2005	1.638,20	D
4/2/2005	1.638,20	D
4/3/2005	1.638,20	D
6/4/2005	1.638,20	D
5/5/2005	1.638,20	D
6/6/2005	1.741,83	D
6/7/2005	1.741,83	D
4/8/2005	1.741,83	D
6/9/2005	1.741,83	D
6/10/2005	1.741,83	D
7/11/2005	1.741,83	D
6/12/2005	3.484,14	D
5/1/2006	1.741,83	D
6/2/2006	1.741,83	D
6/3/2006	1.741,83	D
6/4/2006	1.741,63	D
5/5/2006	1.828,74	D
6/6/2006	1.828,74	D
6/7/2006	1.827,98	D
4/8/2006	1.827,88	D
6/9/2006	2.742,59	D
5/10/2006	1.828,22	D
7/11/2006	1.828,05	D
6/12/2006	2.742,94	D
5/1/2007	1.828,05	D
6/2/2007	1.828,05	D
6/3/2007	1.828,05	D
5/4/2007	1.827,84	D
7/5/2007	1.888,21	D
6/6/2007	1.888,21	D

9.4.3. Edivaldo Alves de Moura (CPF: 595.904.757-87):

Data do lançamento	Valor	Tipo
19/8/1997	2.738,50	D
10/9/1997	958,19	D
10/10/1997	958,19	D
13/11/1997	958,19	D
11/12/1997	1.593,83	D
13/1/1998	961,36	D
12/2/1998	958,19	D
11/3/1998	958,19	D
14/4/1998	958,19	D
13/5/1998	958,19	D
10/6/1998	958,19	D
10/7/1998	1.004,26	D
12/8/1998	1.004,29	D
11/9/1998	1.004,29	D
13/10/1998	1.004,26	D
12/11/1998	1.004,26	D
10/12/1998	2.008,53	D
13/1/1999	1.004,26	D
10/2/1999	1.002,29	D
10/3/1999	1.002,29	D
14/4/1999	1.002,29	D
12/5/1999	1.002,29	D
11/6/1999	1.002,29	D
9/2/2001	2.113,78	D
12/3/2001	1.112,64	D
11/4/2001	1.113,51	D
11/5/2001	1.113,51	D
12/6/2001	1.113,51	D
11/7/2001	1.199,53	D
10/8/2001	1.199,53	D
13/9/2001	1.199,53	D
10/10/2001	1.199,53	D
13/11/2001	1.199,53	D
12/12/2001	2.393,05	D
11/1/2002	1.199,53	D
14/2/2002	1.199,53	D
12/3/2002	1.199,71	D
10/4/2002	1.198,92	D
13/5/2002	1.198,92	D
12/6/2002	1.198,92	D
10/7/2002	1.309,76	D
12/8/2002	1.309,76	D
11/9/2002	1.309,76	D
10/10/2002	1.309,76	D
12/11/2002	1.309,76	D

9.4.4. Eunice Campos Mota (CPF: 276.388.207-20):

Data do lançamento	Valor	Tipo
5/8/1997	3.207,33	D
3/9/1997	958,45	D
3/10/1997	958,45	D
3/11/1997	958,45	D
1/12/1997	1.594,26	D
2/1/1998	961,62	D
2/2/1998	958,45	D
5/3/1998	958,45	D
1/4/1998	958,45	D
5/5/1998	958,45	D
1/6/1998	958,45	D
1/7/1998	1.004,54	D
3/8/1998	1.004,57	D
3/9/1998	1.004,57	D
2/10/1998	1.004,54	D
3/11/1998	1.004,54	D
2/12/1998	2.009,09	D
4/1/1999	1.004,54	D
1/2/1999	1.002,57	D
1/3/1999	1.002,57	D
5/4/1999	1.002,57	D
3/5/1999	1.002,57	D
1/6/1999	1.002,57	D
6/1/2000	7.344,60	D
1/2/2000	1.052,58	D
1/3/2000	1.052,58	D
3/4/2000	1.052,58	D
2/5/2000	1.052,58	D
2/6/2000	1.052,58	D
3/7/2000	1.112,83	D
2/8/2000	1.112,83	D
4/9/2000	1.112,83	D
2/10/2000	1.112,83	D
1/11/2000	1.112,83	D
1/12/2000	2.225,66	D
2/1/2001	1.112,83	D
5/2/2001	1.113,67	D
1/3/2001	1.113,67	D
2/4/2001	1.114,54	D
2/5/2001	1.114,54	D
1/6/2001	1.114,54	D
2/7/2001	1.199,56	D
1/8/2001	1.199,56	D
3/9/2001	1.199,56	D
2/10/2001	1.199,56	D
1/11/2001	1.199,56	D
3/12/2001	2.391,10	D
2/1/2002	1.199,56	D
1/2/2002	1.199,56	D
1/3/2002	1.199,74	D
1/4/2002	1.199,96	D
2/5/2002	1.199,96	D
3/6/2002	1.199,96	D
1/7/2002	1.309,80	D
1/8/2002	1.309,80	D
2/9/2002	1.309,80	D
1/10/2002	1.309,80	D
1/11/2002	1.309,80	D
2/12/2002	2.611,58	D
3/1/2003	1.309,80	D
3/2/2003	1.309,80	D
5/3/2003	1.309,80	D
1/4/2003	1.309,80	D
2/5/2003	1.309,80	D
2/6/2003	1.309,80	D
1/7/2003	1.568,20	D
1/8/2003	1.568,20	D
1/9/2003	1.568,20	D
1/10/2003	1.567,25	D
3/11/2003	1.567,25	D
1/12/2003	3.128,50	D
2/1/2004	1.567,25	D
2/2/2004	1.567,25	D
1/3/2004	1.567,25	D
1/4/2004	1.567,25	D
3/5/2004	1.567,25	D
1/6/2004	1.638,22	D
1/7/2004	1.638,22	D
2/8/2004	1.638,22	D
1/9/2004	1.638,22	D
1/10/2004	1.638,39	D
1/11/2004	1.638,28	D
1/12/2004	3.276,56	D
3/1/2005	1.638,28	D
1/2/2005	1.638,29	D
1/3/2005	1.638,28	D
1/4/2005	1.638,28	D
2/5/2005	1.638,28	D
1/6/2005	1.742,35	D
1/7/2005	1.742,35	D
1/8/2005	1.740,51	D
1/9/2005	1.740,51	D
3/10/2005	1.740,51	D
1/11/2005	1.740,51	D
1/12/2005	3.482,87	D
2/1/2006	1.740,51	D
1/2/2006	1.740,51	D
1/3/2006	1.740,51	D
3/4/2006	1.740,67	D
2/5/2006	1.827,65	D
1/6/2006	1.827,65	D
3/7/2006	1.827,65	D
1/8/2006	1.827,65	D
1/9/2006	2.742,56	D
2/10/2006	1.827,99	D
1/11/2006	1.827,82	D
1/12/2006	2.742,90	D
2/1/2007	1.827,82	D
1/2/2007	1.827,85	D
1/3/2007	1.827,85	D
2/4/2007	1.827,85	D
2/5/2007	1.887,91	D
1/6/2007	1.888,20	D
2/7/2007	1.888,20	D
1/8/2007	1.888,20	D
3/9/2007	2.833,38	D
1/10/2007	1.888,20	D

9.4.5. Francisco José Saraiva de Souza (CPF: 338.899.107-34):

Data do lançamento	Valor	Tipo
27/8/1997	2.643,42	D
3/9/1997	958,19	D
3/10/1997	958,19	D
5/11/1997	958,19	D
3/12/1997	1.593,83	D
6/1/1998	961,36	D
4/2/1998	958,19	D
4/3/1998	958,19	D
3/4/1998	958,19	D
6/5/1998	958,19	D
3/6/1998	958,19	D
3/7/1998	1.004,26	D
5/8/1998	1.004,29	D
3/9/1998	1.004,29	D
5/10/1998	1.004,26	D
5/11/1998	1.004,26	D
3/12/1998	2.008,53	D
7/1/1999	1.004,26	D
4/2/1999	1.002,29	D
4/3/1999	1.002,29	D
7/4/1999	1.002,29	D
5/5/1999	1.002,29	D
5/6/2000	1.052,37	D
5/7/2000	10.793,39	D
3/8/2000	1.112,61	D
5/9/2000	1.112,61	D
4/10/2000	1.112,61	D
6/11/2000	1.112,61	D
5/12/2000	2.225,22	D
4/1/2001	1.112,61	D
5/2/2001	1.112,64	D
5/3/2001	1.112,64	D
4/4/2001	1.113,51	D
30/5/2001	1.113,51	D
5/6/2001	1.113,51	D
4/7/2001	1.199,53	D
3/8/2001	1.198,72	D
5/9/2001	1.198,72	D
3/10/2001	1.198,72	D
6/11/2001	1.198,72	D
5/12/2001	2.396,48	D
4/1/2002	1.198,72	D
5/2/2002	1.198,72	D
5/3/2002	1.198,99	D
3/4/2002	1.198,81	D
6/5/2002	1.198,81	D
5/6/2002	1.198,81	D
3/7/2002	1.309,04	D
5/8/2002	1.309,04	D
4/9/2002	1.309,04	D
3/10/2002	1.309,04	D
5/11/2002	1.309,04	D
4/12/2002	2.618,08	D
6/1/2003	1.309,04	D
5/2/2003	1.309,04	D
6/3/2003	1.309,04	D
3/4/2003	1.309,04	D
6/5/2003	1.309,04	D
4/6/2003	1.309,04	D
3/7/2003	1.566,92	D
5/8/2003	1.566,92	D
3/9/2003	1.566,92	D
3/10/2003	1.566,92	D
5/11/2003	1.566,92	D
3/12/2003	3.133,85	D
6/1/2004	1.566,92	D
4/2/2004	1.566,92	D
3/3/2004	1.566,92	D
5/4/2004	1.566,92	D
5/5/2004	1.566,92	D
3/6/2004	1.637,87	D
5/7/2004	1.637,87	D
4/8/2004	1.637,87	D
3/9/2004	1.637,87	D
5/10/2004	1.638,04	D
4/11/2004	1.637,93	D

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3/12/2004	3.275,86	D
5/1/2005	1.637,93	D
3/2/2005	1.637,94	D
3/3/2005	1.637,93	D
5/4/2005	1.637,93	D
4/5/2005	1.637,93	D
3/6/2005	1.741,98	D
5/7/2005	1.741,98	D
3/8/2005	1.741,98	D
5/9/2005	1.741,98	D
5/10/2005	1.741,98	D
4/11/2005	1.742,30	D
5/12/2005	3.484,61	D
3/2/2006	1.742,30	D
17/2/2006	1.742,30	D
3/3/2006	1.742,30	D
5/4/2006	1.742,30	D
4/5/2006	1.829,42	D
5/6/2006	1.829,42	D

9.4.6. Jaime Batista de Santana (CPF: 976.624.967-91):

Data do lançamento	Valor	Tipo
11/12/1997	755,60	D
13/1/1998	985,55	D
11/2/1998	985,55	D
11/3/1998	985,55	D
14/4/1998	985,55	D
13/5/1998	985,55	D
12/6/1998	985,55	D
10/7/1998	1.012,94	D
13/10/1999	1.061,49	D
11/11/1999	2.016,82	D
10/12/1999	2.122,98	D
22/12/1999	6.315,01	D
10/2/2000	1.061,49	D
14/3/2000	1.061,49	D
12/4/2000	1.061,49	D
11/5/2000	1.061,49	D
12/6/2000	1.061,49	D
12/7/2000	1.122,25	D
10/8/2000	1.122,25	D
13/9/2000	1.122,25	D
11/10/2000	1.122,25	D
13/11/2000	1.122,25	D
12/12/2000	2.244,51	D
11/1/2001	1.122,25	D
12/2/2001	1.122,25	D
12/3/2001	1.122,25	D
11/4/2001	1.123,15	D
11/5/2001	1.123,15	D
12/6/2001	1.123,15	D
11/7/2001	1.209,18	D
10/8/2001	1.209,18	D
13/9/2001	1.209,18	D
10/10/2001	1.209,18	D
13/11/2001	1.209,18	D
12/12/2001	2.418,36	D
11/1/2002	1.209,18	D
14/2/2002	1.209,18	D
12/3/2002	1.209,18	D
10/4/2002	1.209,18	D
13/5/2002	1.209,59	D
12/6/2002	1.209,18	D
10/7/2002	1.320,42	D
12/8/2002	1.320,42	D
11/9/2002	1.320,42	D
10/10/2002	1.320,42	D
12/11/2002	1.320,42	D
11/12/2002	2.640,44	D
13/1/2003	1.320,42	D
12/2/2003	1.320,42	D
13/3/2003	1.320,42	D
10/4/2003	1.320,42	D
13/5/2003	1.320,42	D
11/6/2003	1.320,42	D
10/7/2003	1.580,67	D
12/8/2003	1.580,67	D
10/9/2003	1.580,67	D
10/10/2003	1.580,67	D
12/11/2003	1.580,67	D
10/12/2003	3.161,35	D
13/1/2004	1.580,67	D
11/2/2004	1.580,67	D
10/3/2004	1.580,67	D
5/4/2004	1.580,67	D
5/5/2004	1.580,67	D
3/6/2004	1.652,27	D
5/7/2004	1.652,27	D
4/8/2004	1.652,27	D
3/9/2004	1.652,27	D
5/10/2004	1.652,27	D
4/11/2004	1.652,27	D
3/12/2004	3.304,55	D
5/1/2005	1.652,27	D
3/2/2005	1.652,27	D
3/3/2005	1.650,40	D
5/4/2005	1.650,40	D
4/5/2005	1.650,40	D
3/6/2005	1.755,39	D
5/7/2005	1.755,39	D
3/8/2005	1.755,39	D
5/9/2005	1.755,39	D
5/10/2005	1.755,27	D
4/11/2005	1.755,27	D
5/12/2005	3.512,55	D
4/1/2006	1.755,27	D
3/2/2006	1.755,27	D
3/3/2006	1.755,27	D
5/4/2006	1.755,27	D
4/5/2006	1.843,13	D
5/6/2006	1.843,13	D
5/7/2006	1.843,03	D
3/8/2006	1.843,03	D
5/9/2006	2.765,60	D
4/10/2006	1.843,37	D
6/11/2006	1.843,21	D

9.4.7. Jandira Andrade Barradas (CPF: 825.928.887-72):

Data do lançamento	Valor	Tipo
23/10/1997	962,68	D
9/12/1997	962,68	D
9/12/1997	1.281,04	D
21/1/1998	965,23	D
16/2/1998	962,68	D
10/3/1998	962,68	D
13/4/1998	962,68	D
12/5/1998	962,68	D
9/6/1998	962,68	D
9/7/1998	997,23	D
11/8/1998	997,26	D
11/9/1998	997,26	D
9/10/1998	997,23	D
11/11/1998	997,23	D
11/12/1998	1.994,47	D
13/1/1999	997,23	D
10/2/1999	995,27	D
10/3/1999	995,27	D
13/4/1999	995,27	D
11/5/1999	995,27	D
11/7/2000	1.104,86	D
9/8/2000	1.104,86	D
12/9/2000	1.104,86	D
10/10/2000	1.104,86	D
10/11/2000	1.104,86	D
11/12/2000	2.209,72	D
10/1/2001	1.104,86	D
12/2/2001	1.105,31	D
12/3/2001	1.105,31	D
10/4/2001	1.106,20	D
10/5/2001	1.106,20	D
11/6/2001	1.106,20	D
10/7/2001	1.190,52	D
10/8/2001	1.190,52	D
12/9/2001	1.190,52	D
10/10/2001	1.190,52	D
12/11/2001	1.190,52	D
11/12/2001	2.379,03	D
11/1/2002	1.190,52	D
15/2/2002	1.190,52	D
12/3/2002	1.190,52	D
10/4/2002	1.190,52	D
10/5/2002	1.190,52	D
11/6/2002	1.190,52	D
10/7/2002	1.300,94	D
12/8/2002	1.300,94	D
11/9/2002	1.300,94	D
10/10/2002	1.300,94	D
12/11/2002	1.300,94	D
16/12/2002	2.593,85	D
10/1/2003	1.300,94	D
11/2/2003	1.300,94	D
12/3/2003	1.300,94	D
10/4/2003	1.300,94	D
13/5/2003	1.300,94	D
10/6/2003	1.300,94	D
10/7/2003	1.556,91	D
12/8/2003	1.556,91	D
10/9/2003	1.556,91	D
10/10/2003	1.556,91	D
11/11/2003	1.556,91	D
11/12/2003	3.102,78	D
13/1/2004	1.556,91	D
12/2/2004	1.556,91	D
12/3/2004	1.556,91	D
7/4/2004	1.556,91	D
6/5/2004	1.556,91	D
8/6/2004	1.627,18	D
5/7/2004	1.627,18	D
3/8/2004	1.626,66	D
2/9/2004	1.625,51	D
4/10/2004	1.625,51	D
3/11/2004	1.625,51	D
2/12/2004	3.247,20	D
4/1/2005	1.625,51	D
2/2/2005	1.625,51	D
2/3/2005	1.625,51	D
4/4/2005	1.625,51	D
3/5/2005	1.625,51	D
2/6/2005	1.728,88	D
4/7/2005	1.728,88	D
2/8/2005	1.728,88	D
2/9/2005	1.728,88	D
4/10/2005	1.728,88	D

9.4.8. João Dias Martins (CPF: 632.826.407-06):

Data do lançamento	Valor	Tipo
14/8/1997	1.831,92	D
10/9/1997	785,78	D
10/10/1997	785,78	D
11/11/1997	785,78	D
10/12/1997	1.241,66	D
9/1/1998	788,26	D
10/2/1998	785,78	D
13/3/1998	785,78	D
8/4/1998	785,78	D
11/5/1998	785,78	D
8/6/1998	785,78	D
8/7/1998	823,57	D
11/8/1998	823,57	D
10/9/1998	823,57	D
9/10/1998	823,57	D
10/11/1998	823,57	D
8/12/1998	1.647,15	D
11/1/1999	823,57	D
9/2/1999	821,93	D
9/3/1999	821,93	D
12/4/1999	821,93	D
10/5/1999	821,93	D
9/6/1999	821,93	D
12/7/2000	912,43	D
24/7/2000	9.166,06	D
12/9/2000	912,43	D
9/10/2000	912,43	D
9/11/2000	912,43	D
8/12/2000	1.824,86	D
9/1/2001	912,43	D
8/2/2001	913,18	D
8/3/2001	913,18	D
9/4/2001	913,91	D
9/5/2001	913,91	D
8/6/2001	913,91	D
9/7/2001	983,59	D
8/8/2001	983,59	D
11/9/2001	983,59	D
8/10/2001	983,59	D
9/11/2001	983,59	D
10/12/2001	1.960,15	D
9/1/2002	983,59	D
8/2/2002	983,59	D
8/3/2002	984,02	D
8/4/2002	983,11	D
9/5/2002	983,11	D
10/6/2002	983,11	D
8/7/2002	1.073,55	D
8/8/2002	1.073,55	D
9/9/2002	1.073,55	D
8/10/2002	1.073,55	D
8/11/2002	1.073,55	D
9/12/2002	2.144,84	D
9/1/2003	1.073,55	D
10/2/2003	1.073,55	D
11/3/2003	1.073,55	D
8/4/2003	1.073,55	D
9/5/2003	1.073,55	D
9/6/2003	1.073,55	D
8/7/2003	1.285,02	D
8/8/2003	1.285,02	D
8/9/2003	1.285,02	D
8/10/2003	1.285,02	D
10/11/2003	1.285,02	D
8/12/2003	2.570,05	D
9/1/2004	1.285,02	D
9/2/2004	1.285,02	D
8/3/2004	1.285,02	D
1/4/2004	1.285,02	D
3/5/2004	1.285,02	D
1/6/2004	1.343,20	D
1/7/2004	1.343,20	D
2/8/2004	1.343,20	D
1/9/2004	1.343,20	D
1/10/2004	1.343,37	D
1/11/2004	1.343,26	D
1/12/2004	2.686,52	D
3/1/2005	1.343,26	D
1/2/2005	1.342,19	D
1/3/2005	1.342,18	D
1/4/2005	1.342,18	D
2/5/2005	1.342,18	D
1/6/2005	1.427,50	D
1/7/2005	1.427,50	D
1/8/2005	1.427,50	D
1/9/2005	1.427,50	D
3/10/2005	1.427,50	D
1/11/2005	1.427,50	D
1/12/2005	2.856,08	D
2/1/2006	1.427,50	D
1/2/2006	1.427,50	D
1/3/2006	1.427,50	D
3/4/2006	1.427,66	D
2/5/2006	1.498,94	D
1/6/2006	1.498,94	D
3/7/2006	1.498,94	D
1/8/2006	1.498,94	D
1/9/2006	2.249,02	D
2/10/2006	1.499,22	D
1/11/2006	1.499,08	D
1/12/2006	2.249,30	D
2/1/2007	1.499,08	D
1/2/2007	1.499,11	D
1/3/2007	1.499,11	D

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2/4/2007	1.499,11	D
2/5/2007	1.548,49	D
1/6/2007	1.548,59	D
2/7/2007	1.548,59	D
1/8/2007	1.548,59	D
3/9/2007	2.323,50	D
1/10/2007	1.548,59	D
1/11/2007	1.548,59	D

9.4.9. Rosa Maria Ribeiro (CPF: 018.594.527-95):

Data do lançamento	Valor	Tipo
18/8/1997	2.738,50	D
8/9/1997	958,19	D
8/10/1997	958,19	D
10/11/1997	958,19	D
8/12/1997	1.593,83	D
9/1/1998	961,36	D
9/2/1998	958,19	D
9/3/1998	958,19	D
8/4/1998	958,19	D
11/5/1998	958,19	D
8/6/1998	958,19	D
8/7/1998	1.004,26	D
10/8/1998	1.004,29	D
9/9/1998	1.004,29	D
8/10/1998	1.004,26	D
10/11/1998	1.004,26	D
8/12/1998	2.008,53	D
11/1/1999	1.004,26	D
8/2/1999	1.002,29	D
8/3/1999	1.002,29	D
12/4/1999	1.002,29	D
10/5/1999	1.002,29	D
10/12/1999	2.104,74	D
11/1/2000	1.052,37	D
8/2/2000	1.052,37	D
10/3/2000	1.052,37	D
10/4/2000	1.052,37	D
9/5/2000	1.052,37	D
8/6/2000	1.052,37	D
10/7/2000	1.112,61	D
8/8/2000	1.112,61	D
11/9/2000	1.112,61	D
9/10/2000	1.112,61	D
9/11/2000	1.112,61	D
8/12/2000	2.225,22	D
9/1/2001	1.112,61	D
8/2/2001	1.112,64	D
8/3/2001	1.112,64	D
9/4/2001	1.113,51	D
9/5/2001	1.113,51	D
1/6/2001	1.113,51	D
9/7/2001	1.199,53	D
8/8/2001	1.199,53	D
11/9/2001	1.199,53	D
8/10/2001	1.199,53	D
9/11/2001	1.199,53	D
10/12/2001	2.394,06	D
9/1/2002	1.199,53	D
8/2/2002	1.199,53	D
8/3/2002	1.199,71	D
8/4/2002	1.198,92	D
9/5/2002	1.198,92	D
10/6/2002	1.198,92	D
8/7/2002	1.309,76	D
8/8/2002	1.309,76	D
9/9/2002	1.309,76	D
9/10/2002	1.309,76	D
8/11/2002	1.309,76	D
9/12/2002	2.611,50	D
9/1/2003	1.309,76	D
11/2/2003	1.309,76	D
12/3/2003	1.309,76	D
8/4/2003	1.309,76	D
9/5/2003	1.309,76	D
9/6/2003	1.309,76	D
8/7/2003	1.567,14	D
8/8/2003	1.567,14	D
8/9/2003	1.567,14	D
8/10/2003	1.567,14	D
10/11/2003	1.566,92	D
8/12/2003	3.128,11	D
13/1/2004	1.566,92	D
9/2/2004	1.566,92	D
8/3/2004	1.566,92	D
1/4/2004	1.566,92	D
3/5/2004	1.566,92	D
1/6/2004	1.637,87	D
1/7/2004	1.637,87	D
2/8/2004	1.637,87	D
1/9/2004	1.637,87	D
1/10/2004	1.638,04	D
1/11/2004	1.637,93	D
1/12/2004	3.275,86	D
3/1/2005	1.637,93	D
27/1/2005	3.076,13	D
1/3/2005	1.637,93	D
1/4/2005	1.637,93	D
2/5/2005	1.637,93	D
1/6/2005	1.741,98	D
1/7/2005	1.741,98	D
1/8/2005	1.741,98	D
1/9/2005	1.741,98	D
3/10/2005	1.741,98	D
1/11/2005	1.741,98	D
1/12/2005	3.483,96	D
2/1/2006	1.741,98	D
1/2/2006	1.741,98	D
2/3/2006	1.741,98	D
3/4/2006	1.742,14	D
2/5/2006	1.827,24	D
1/6/2006	1.827,24	D
3/7/2006	1.827,24	D
1/8/2006	1.827,24	D
1/9/2006	2.741,94	D
2/10/2006	1.827,58	D
1/11/2006	1.827,41	D

9.4.10. Salvador Pinto (CPF: 226.804.707-53):

Data do lançamento	Valor	Tipo
10/12/1997	3.965,54	D
12/1/1998	965,20	D
10/2/1998	965,20	D
12/3/1998	965,20	D
8/4/1998	965,20	D
12/5/1998	965,20	D
16/4/1999	1.736,26	D
11/5/1999	1.001,67	D
11/6/1999	1.001,67	D
13/7/1999	1.051,74	D
10/8/1999	1.051,75	D
13/9/1999	1.051,75	D
13/10/1999	1.051,75	D
9/11/1999	1.051,75	D
9/12/1999	12.349,39	D
11/1/2000	1.051,75	D
9/2/2000	1.051,75	D
13/3/2000	1.051,75	D
11/4/2000	1.051,75	D
9/5/2000	1.051,75	D
9/6/2000	1.051,75	D
24/7/2000	1.111,95	D
8/8/2000	1.111,95	D
11/9/2000	1.111,95	D
10/10/2000	1.111,95	D
14/11/2000	1.111,95	D
12/12/2000	2.223,90	D
11/1/2001	1.111,95	D
13/2/2001	1.112,54	D
14/3/2001	1.112,54	D
10/4/2001	1.113,41	D
10/5/2001	1.113,41	D
12/6/2001	1.113,41	D
12/7/2001	1.198,42	D
9/8/2001	1.198,42	D
12/9/2001	1.198,42	D
10/10/2001	1.198,42	D
13/11/2001	1.198,42	D
11/12/2001	2.391,83	D
10/1/2002	1.198,42	D
8/2/2002	1.198,42	D
12/3/2002	1.198,59	D
10/4/2002	1.198,81	D
9/5/2002	1.198,81	D
11/6/2002	1.198,81	D
9/7/2002	1.308,64	D
8/8/2002	1.308,64	D
10/9/2002	1.308,64	D
8/10/2002	1.308,64	D
12/11/2002	1.308,64	D
10/12/2002	2.611,26	D
9/1/2003	1.308,64	D
11/2/2003	1.308,64	D
18/3/2003	1.308,64	D
10/4/2003	1.308,64	D
9/5/2003	1.308,64	D
10/6/2003	1.308,64	D
8/7/2003	1.566,01	D
12/8/2003	1.566,01	D
10/9/2003	1.566,01	D
8/10/2003	1.566,01	D
10/11/2003	1.566,00	D
8/12/2003	3.129,06	D
9/1/2004	1.566,00	D
9/2/2004	1.566,00	D
8/3/2004	1.566,00	D
1/4/2004	1.566,00	D
3/5/2004	1.566,00	D
1/6/2004	1.636,91	D
1/7/2004	1.636,91	D
2/8/2004	1.637,84	D
1/9/2004	1.637,84	D
1/10/2004	1.637,08	D
1/11/2004	1.636,97	D
1/12/2004	3.272,07	D
3/1/2005	1.636,97	D
1/2/2005	1.636,97	D
1/3/2005	1.636,97	D
1/4/2005	1.636,97	D
2/5/2005	1.636,97	D
1/6/2005	1.740,95	D
1/7/2005	1.740,95	D
1/8/2005	1.740,95	D
1/9/2005	1.740,95	D

9.5. aplicar à responsável Eliana Silva de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Eliana Silva de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3006-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3007/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.238/2013-1.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), Jurema Pereira dos Santos (CPF 824.930.817-49), Maria do Socorro de Sousa (CPF 464.662.077-49), Sebastião Pereira (CPF 392.379.667-68) e Ubirajara Alves da Silva (CPF 255.036.427-91).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Eliana Silva de Souza, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Jurema Pereira dos Santos (CPF 824.930.817-49), Maria do Socorro de Sousa (CPF 464.662.077-49), Sebastião Pereira (CPF 392.379.667-68) e Ubirajara Alves da Silva (CPF 255.036.427-91);

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Eliana Silva de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, caput, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Eliana Silva de Souza ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.1. Jurema Pereira dos Santos (CPF 824.930.817-49):

Data do lançamento	Valor	Tipo
14/11/1997	774,05	Débito
12/12/1997	1.209,44	Débito
15/1/1998	967,55	Débito
13/2/1998	967,55	Débito
13/3/1998	967,55	Débito
16/4/1998	967,55	Débito
15/5/1998	967,55	Débito
9/11/2001	44.176,95	Débito
15/1/2002	1.192,45	Débito
18/2/2002	1.192,45	Débito
14/3/2002	1.192,62	Débito
12/4/2002	1.191,84	Débito
15/5/2002	1.191,84	Débito
14/6/2002	1.191,84	Débito
12/7/2002	1.301,57	Débito
14/8/2002	1.301,57	Débito
13/9/2002	1.301,57	Débito
14/10/2002	1.301,57	Débito
14/11/2002	1.301,57	Débito
13/12/2002	2.599,14	Débito
15/1/2003	1.301,57	Débito
14/2/2003	1.301,57	Débito
17/3/2003	1.301,57	Débito
14/4/2003	1.301,57	Débito
15/5/2003	1.301,57	Débito
13/6/2003	1.301,57	Débito
14/7/2003	1.557,73	Débito
14/8/2003	1.557,73	Débito
12/9/2003	1.557,73	Débito
14/10/2003	1.557,73	Débito
14/11/2003	1.557,69	Débito
12/12/2003	3.113,06	Débito
15/1/2004	1.557,69	Débito
13/2/2004	1.557,69	Débito
12/3/2004	1.557,69	Débito
7/4/2004	1.557,69	Débito
7/5/2004	1.557,69	Débito
7/6/2004	1.628,22	Débito
7/7/2004	1.628,22	Débito
6/8/2004	1.628,22	Débito
8/9/2004	1.628,22	Débito
7/10/2004	1.628,39	Débito
8/11/2004	1.628,28	Débito
7/12/2004	3.256,56	Débito
7/1/2005	1.628,28	Débito
9/2/2005	1.628,28	Débito
7/3/2005	1.628,28	Débito
7/4/2005	1.628,28	Débito
6/5/2005	1.628,28	Débito
7/6/2005	1.731,71	Débito
7/7/2005	1.731,71	Débito
5/8/2005	1.731,71	Débito
8/9/2005	1.731,71	Débito
7/10/2005	1.731,71	Débito
8/11/2005	1.731,71	Débito
7/12/2005	3.463,43	Débito
6/1/2006	1.731,71	Débito
7/2/2006	1.731,71	Débito
7/3/2006	1.731,71	Débito
7/4/2006	1.731,87	Débito
8/5/2006	1.818,32	Débito
7/6/2006	1.818,32	Débito
7/7/2006	1.818,32	Débito
7/8/2006	1.818,63	Débito
8/9/2006	2.725,99	Débito
6/10/2006	1.817,02	Débito
8/11/2006	1.816,85	Débito
7/12/2006	2.726,34	Débito
8/1/2007	1.816,85	Débito
7/2/2007	1.816,85	Débito
7/3/2007	1.816,85	Débito
9/4/2007	1.816,85	Débito
8/5/2007	1.876,87	Débito
8/6/2007	1.876,87	Débito
6/7/2007	1.876,87	Débito
7/8/2007	1.876,87	Débito
10/9/2007	2.816,27	Débito

9.4.2. Maria do Socorro de Sousa (CPF 464.662.077-49):

Data do lançamento	Valor	Tipo
1/10/1997	2.558,10	Débito
6/10/1997	844,51	Débito
6/11/1997	844,51	Débito
4/12/1997	1.334,48	Débito
7/1/1998	847,18	Débito
5/2/1998	844,51	Débito
5/3/1998	844,51	Débito
6/4/1998	844,51	Débito
7/5/1998	844,51	Débito
4/6/1998	844,51	Débito
6/7/1998	885,14	Débito
6/8/1998	885,14	Débito
4/9/1998	885,14	Débito
6/10/1998	885,14	Débito
6/11/1998	885,14	Débito
4/12/1998	1.770,28	Débito
7/1/1999	885,14	Débito
4/2/1999	883,37	Débito
4/3/1999	883,37	Débito
8/4/1999	883,37	Débito
6/5/1999	883,37	Débito
7/6/1999	883,37	Débito
6/7/1999	927,59	Débito
5/8/1999	927,60	Débito
6/9/1999	927,60	Débito
6/10/1999	927,60	Débito
5/11/1999	927,60	Débito
6/12/1999	1.855,20	Débito
6/1/2000	927,60	Débito
4/2/2000	927,60	Débito
8/3/2000	927,60	Débito
6/4/2000	927,60	Débito
5/5/2000	927,60	Débito
6/6/2000	927,60	Débito
6/7/2000	980,67	Débito
4/8/2000	980,67	Débito
6/9/2000	980,67	Débito
5/10/2000	980,67	Débito
7/11/2000	980,67	Débito
6/12/2000	1.961,35	Débito
5/1/2001	980,67	Débito
6/2/2001	981,56	Débito
6/3/2001	981,56	Débito
5/4/2001	982,34	Débito
7/5/2001	982,34	Débito
6/6/2001	982,34	Débito
5/7/2001	1.056,81	Débito
6/8/2001	1.056,81	Débito
6/9/2001	1.056,81	Débito
4/10/2001	1.056,81	Débito
7/11/2001	1.056,81	Débito
6/12/2001	2.107,61	Débito
7/1/2002	1.056,81	Débito
6/2/2002	1.056,81	Débito
6/3/2002	1.057,41	Débito
5/4/2002	1.057,01	Débito
7/5/2002	1.057,01	Débito
6/6/2002	1.057,01	Débito
4/7/2002	1.154,05	Débito
6/8/2002	1.154,05	Débito
5/9/2002	1.154,05	Débito
4/10/2002	1.154,05	Débito
6/11/2002	1.154,05	Débito
5/12/2002	2.305,09	Débito
7/1/2003	1.154,05	Débito
6/2/2003	1.154,05	Débito
10/3/2003	1.154,05	Débito
4/4/2003	1.154,05	Débito
7/5/2003	1.154,05	Débito
5/6/2003	1.154,05	Débito
4/7/2003	1.381,76	Débito
6/8/2003	1.381,76	Débito
4/9/2003	1.381,76	Débito
6/10/2003	1.381,12	Débito
6/11/2003	1.381,12	Débito
4/12/2003	2.758,35	Débito
7/1/2004	1.381,12	Débito
5/2/2004	1.381,12	Débito
4/3/2004	1.381,12	Débito
6/4/2004	1.381,12	Débito
6/5/2004	1.381,12	Débito
4/6/2004	1.443,65	Débito
6/7/2004	1.443,65	Débito
5/8/2004	1.443,65	Débito
6/9/2004	1.443,65	Débito
18/10/2004	1.443,83	Débito
5/11/2004	1.443,71	Débito
6/12/2004	2.887,43	Débito
6/1/2005	1.512,12	Débito
4/2/2005	1.512,31	Débito
4/3/2005	1.512,43	Débito
6/4/2005	1.512,53	Débito
5/5/2005	1.490,72	Débito
6/6/2005	1.583,49	Débito
6/7/2005	1.583,49	Débito
4/8/2005	1.583,49	Débito
6/9/2005	1.583,49	Débito
6/10/2005	1.583,49	Débito
7/11/2005	1.583,49	Débito
6/12/2005	3.136,88	Débito
5/1/2006	1.583,49	Débito
6/2/2006	1.583,49	Débito
6/3/2006	1.583,49	Débito
6/4/2006	1.583,62	Débito
5/5/2006	1.661,18	Débito
6/6/2006	1.661,18	Débito
6/7/2006	1.661,18	Débito
4/8/2006	1.661,18	Débito
6/9/2006	2.476,82	Débito
5/10/2006	1.661,48	Débito

9.4.3. Sebastião Pereira (CPF 392.379.667-68):

Data do lançamento	Valor	Tipo
4/9/1997	2.899,79	Débito
6/10/1997	785,73	Débito
6/11/1997	785,73	Débito
4/12/1997	1.306,93	Débito
7/1/1998	788,34	Débito
5/2/1998	785,73	Débito
5/3/1998	785,73	Débito
6/4/1998	785,73	Débito
7/5/1998	785,73	Débito
4/6/1998	785,73	Débito
6/7/1998	823,51	Débito
6/8/1998	823,51	Débito
4/9/1998	823,51	Débito
6/10/1998	823,51	Débito
6/11/1998	823,51	Débito
4/12/1998	1.647,03	Débito
7/1/1999	823,51	Débito
4/2/1999	821,87	Débito
4/3/1999	821,87	Débito
8/4/1999	821,87	Débito
6/5/1999	821,87	Débito
4/2/2000	863,02	Débito
8/3/2000	7.741,02	Débito
6/4/2000	863,02	Débito
5/5/2000	863,02	Débito
6/6/2000	863,02	Débito
6/7/2000	912,43	Débito
4/8/2000	912,43	Débito
6/9/2000	912,43	Débito
5/10/2000	912,43	Débito
7/11/2000	912,43	Débito
6/12/2000	1.824,86	Débito
5/1/2001	912,43	Débito
6/2/2001	913,18	Débito
6/3/2001	913,18	Débito
5/4/2001	913,91	Débito
7/5/2001	913,91	Débito
6/6/2001	913,91	Débito
6/7/2001	983,59	Débito
6/8/2001	983,59	Débito
6/9/2001	983,59	Débito
5/10/2001	983,59	Débito
7/11/2001	983,59	Débito
6/12/2001	1.960,15	Débito
7/1/2002	983,59	Débito
6/2/2002	983,59	Débito
6/3/2002	984,02	Débito
4/4/2002	983,73	Débito
7/5/2002	983,73	Débito
6/6/2002	983,73	Débito
4/7/2002	1.073,79	Débito
6/8/2002	1.073,79	Débito
5/9/2002	1.073,79	Débito
4/10/2002	1.073,79	Débito
6/11/2002	1.073,79	Débito
5/12/2002	2.142,56	Débito
7/1/2003	1.073,79	Débito
6/2/2003	1.073,79	Débito
10/3/2003	1.073,79	Débito
4/4/2003	1.073,79	Débito
7/5/2003	1.073,79	Débito
5/6/2003	1.073,79	Débito
4/7/2003	1.285,09	Débito
6/8/2003	1.285,09	Débito
4/9/2003	1.285,02	Débito
6/10/2003	1.285,02	Débito
6/11/2003	1.285,02	Débito
4/12/2003	2.567,67	Débito
7/1/2004	1.285,02	Débito
5/2/2004	1.285,02	Débito
4/3/2004	1.285,02	Débito
6/4/2004	1.285,02	Débito
6/5/2004	1.285,02	Débito
4/6/2004	1.343,20	Débito
6/7/2004	1.343,20	Débito
5/8/2004	1.343,20	Débito
6/9/2004	1.343,20	Débito
6/10/2004	1.344,14	Débito
5/11/2004	1.343,26	Débito
6/12/2004	2.685,74	Débito
6/1/2005	1.343,26	Débito
4/2/2005	1.343,26	Débito
4/3/2005	1.343,26	Débito
6/4/2005	1.343,26	Débito
5/5/2005	1.343,26	Débito
6/6/2005	1.428,58	Débito
6/7/2005	1.428,58	Débito
4/8/2005	1.427,44	Débito
6/9/2005	1.427,44	Débito
6/10/2005	1.427,44	Débito
7/11/2005	1.427,44	Débito
6/12/2005	2.856,02	Débito
5/1/2006	1.427,44	Débito
6/2/2006	1.427,44	Débito
6/3/2006	1.427,44	Débito
6/4/2006	1.427,60	Débito
5/5/2006	1.498,89	Débito
6/6/2006	1.498,89	Débito
6/7/2006	1.498,89	Débito
4/8/2006	1.498,89	Débito
6/9/2006	2.248,97	Débito
5/10/2006	1.499,17	Débito
7/11/2006	1.499,03	Débito
6/12/2006	2.249,25	Débito
5/1/2007	1.498,50	Débito
6/2/2007	1.498,53	Débito
6/3/2007	1.498,53	Débito
5/4/2007	1.498,53	Débito
7/5/2007	1.547,91	Débito
6/6/2007	1.548,01	Débito
6/7/2007	1.548,01	Débito

9.4.4. Ubirajara Alves da Silva (CPF 255.036.427-91):

Data do lançamento	Valor	Tipo
8/7/1997	3.383,57	Débito
5/8/1997	952,99	Débito
3/9/1997	952,99	Débito
3/10/1997	952,99	Débito
5/11/1997	952,99	Débito
3/12/1997	1.743,68	Débito
6/1/1998	956,46	Débito

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5/2/1998	952,99	Débito
4/3/1998	952,99	Débito
3/4/1998	952,99	Débito
6/5/1998	952,99	Débito
4/6/1998	952,99	Débito
3/7/1998	998,80	Débito
5/8/1998	998,83	Débito
4/9/1998	998,83	Débito
5/10/1998	998,80	Débito
5/11/1998	998,80	Débito
3/12/1998	1.997,61	Débito
6/1/1999	998,80	Débito
3/2/1999	996,84	Débito
3/3/1999	996,84	Débito
7/4/1999	996,84	Débito
5/5/1999	996,84	Débito
4/6/1999	996,84	Débito
3/2/2000	1.046,59	Débito
3/3/2000	1.046,59	Débito
5/4/2000	1.046,59	Débito
11/4/2000	8.345,49	Débito
5/6/2000	1.046,59	Débito
5/7/2000	1.106,50	Débito
3/8/2000	1.106,50	Débito
5/9/2000	1.106,50	Débito
4/10/2000	1.106,50	Débito
6/11/2000	1.106,50	Débito
5/12/2000	2.213,01	Débito
4/1/2001	1.106,50	Débito
5/2/2001	1.106,71	Débito
5/3/2001	1.106,71	Débito
4/4/2001	1.107,58	Débito
4/5/2001	1.107,58	Débito
5/6/2001	1.107,58	Débito
4/7/2001	1.192,52	Débito
3/8/2001	1.192,52	Débito
5/9/2001	1.192,52	Débito
3/10/2001	1.192,52	Débito
6/11/2001	1.192,52	Débito
5/12/2001	2.382,04	Débito
4/1/2002	1.192,52	Débito
5/2/2002	1.192,52	Débito
5/3/2002	1.192,69	Débito
3/4/2002	1.192,91	Débito
6/5/2002	1.192,91	Débito
5/6/2002	1.192,91	Débito
3/7/2002	1.302,66	Débito
5/8/2002	1.302,66	Débito
4/9/2002	1.302,66	Débito
3/10/2002	1.302,66	Débito
5/11/2002	1.302,66	Débito
4/12/2002	2.596,29	Débito
6/1/2003	1.302,66	Débito
5/2/2003	1.302,66	Débito
7/3/2003	1.302,66	Débito
3/4/2003	1.302,66	Débito
6/5/2003	1.302,66	Débito
4/6/2003	1.302,66	Débito
3/7/2003	1.558,84	Débito
5/8/2003	1.558,84	Débito
3/9/2003	1.558,84	Débito
3/10/2003	1.558,84	Débito
5/11/2003	1.558,84	Débito
3/12/2003	3.109,65	Débito

9.5. aplicar à responsável Eliana Silva de Souza a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Eliana Silva de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3007-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3008/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.248/2013-7.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ana Lucia Bueno da Cunha (CPF 549.489.597-15), Vilma da Silva Borges (CPF 262.077.457-87) e Wanderci da Silva Pereira (CPF 496.962.707-04).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel a responsável Ana Lucia Bueno da Cunha, ex-servidora do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Vilma da Silva Borges e Wanderci da Silva Pereira;

9.3. julgar irregulares as contas da responsável Ana Lucia Bueno da Cunha, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.4. condenar a responsável Ana Lucia Bueno da Cunha ao pagamento dos débitos abaixo especificados, a partir das datas mencionadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, nos termos do art. 23, inciso III, alínea a, da Lei Orgânica do TCU c/c o art. 214, inciso III, alínea a, de seu Regimento Interno, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, a contar das datas especificadas até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Vilma da Silva Borges (CPF 262.077.457-87):

Data do lançamento	Valor	Tipo
20/2/1998	840,59	Débito
13/3/1998	1.008,71	Débito
17/4/1998	1.008,71	Débito
15/5/1998	1.008,71	Débito
22/6/1998	1.008,71	Débito
9/1/2001	8.256,31	Débito
15/1/2001	1.138,49	Débito
14/2/2001	1.138,49	Débito
13/3/2001	1.138,49	Débito
12/4/2001	1.138,49	Débito
14/5/2001	1.138,49	Débito
13/6/2001	1.138,49	Débito
18/7/2001	1.225,69	Débito
15/8/2001	1.225,69	Débito
17/9/2001	1.225,69	Débito
11/10/2001	1.225,69	Débito
11/11/2001	1.225,69	Débito
21/12/2001	2.451,38	Débito
14/1/2002	1.225,69	Débito
15/2/2002	1.225,69	Débito
19/3/2002	1.225,69	Débito
12/4/2002	1.225,69	Débito
15/5/2002	1.225,69	Débito
13/6/2002	1.225,69	Débito
11/7/2002	1.338,45	Débito
13/8/2002	1.338,45	Débito
12/9/2002	1.338,45	Débito
11/10/2002	1.338,45	Débito
13/11/2002	1.338,45	Débito
12/12/2002	2.676,90	Débito
14/1/2003	1.338,45	Débito
13/2/2003	1.338,45	Débito
14/3/2003	1.338,45	Débito
11/4/2003	1.338,45	Débito
14/5/2003	1.338,45	Débito
12/6/2003	1.338,45	Débito
11/7/2003	1.602,25	Débito
13/8/2003	1.602,25	Débito
11/9/2003	1.602,25	Débito
13/10/2003	1.602,25	Débito
13/11/2003	1.602,25	Débito
11/12/2003	3.204,50	Débito
14/1/2004	1.602,25	Débito
12/2/2004	1.602,25	Débito
11/3/2004	1.602,25	Débito
6/4/2004	1.602,25	Débito
6/5/2004	1.602,25	Débito
4/6/2004	1.674,83	Débito
6/7/2004	1.674,83	Débito
5/8/2004	1.674,83	Débito
6/9/2004	1.674,83	Débito
6/10/2004	1.674,83	Débito
5/11/2004	1.674,83	Débito
6/12/2004	3.349,66	Débito
6/1/2005	1.674,83	Débito

9.4.2. Wanderci da Silva Pereira (CPF 496.962.707-04):

Data do lançamento	Valor	Tipo
21/1/1998	879,59	Débito
17/2/1998	865,18	Débito
13/3/1998	865,18	Débito
16/4/1998	865,18	Débito
15/5/1998	865,18	Débito
20/7/2000	980,30	Débito
14/8/2000	980,30	Débito
31/8/2000	15.350,47	Débito
15/9/2000	980,30	Débito
16/10/2000	980,30	Débito
16/11/2000	980,30	Débito
14/12/2000	1.960,60	Débito
15/1/2001	980,30	Débito
14/2/2001	980,30	Débito
14/3/2001	980,30	Débito
17/4/2001	980,30	Débito
15/5/2001	980,30	Débito
15/6/2001	980,30	Débito
13/7/2001	1.055,39	Débito
14/8/2001	1.055,39	Débito
17/9/2001	1.055,39	Débito
15/10/2001	1.055,39	Débito
16/11/2001	1.055,39	Débito
14/12/2001	2.110,78	Débito
16/1/2002	1.055,39	Débito
18/2/2002	1.055,39	Débito
14/3/2002	1.055,39	Débito
12/4/2002	1.055,39	Débito
15/5/2002	1.055,39	Débito
14/6/2002	1.055,39	Débito
12/7/2002	1.152,48	Débito
14/8/2002	1.152,48	Débito
13/9/2002	1.152,48	Débito
14/10/2002	1.152,48	Débito
14/11/2002	1.152,48	Débito
13/12/2002	2.304,96	Débito
15/1/2003	1.152,48	Débito
14/2/2003	1.152,48	Débito
18/3/2003	1.152,48	Débito
14/4/2003	1.152,48	Débito
15/5/2003	1.152,48	Débito
13/6/2003	1.152,48	Débito
14/7/2003	1.379,63	Débito
14/8/2003	1.379,63	Débito
12/9/2003	1.379,63	Débito
14/10/2003	1.379,63	Débito
14/11/2003	1.379,63	Débito
12/12/2003	2.759,26	Débito
15/1/2004	1.379,63	Débito
13/2/2004	1.379,63	Débito
12/3/2004	1.379,63	Débito
7/4/2004	1.379,63	Débito
7/5/2004	1.379,63	Débito
7/6/2004	1.442,12	Débito
9/7/2004	1.442,12	Débito
6/8/2004	1.442,12	Débito
8/9/2004	1.442,12	Débito
7/10/2004	1.442,12	Débito
8/11/2004	1.442,12	Débito
7/12/2004	2.884,24	Débito
7/1/2005	1.442,12	Débito
9/2/2005	1.442,12	Débito
7/3/2005	1.442,12	Débito
7/4/2005	1.442,12	Débito
6/5/2005	1.442,12	Débito

9.5. aplicar à responsável Ana Lucia Bueno da Cunha a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.7. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.8. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar à Sra. Maria Lúcia Lemos de Souza a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à responsável e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

9.10. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3008-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3009/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 034.285/2013-0.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Ângelo Publio Simpson (CPF 237.780.407-15), Sérgio Masi (CPF 325.466.377- 20), Sônia Fernandes Feitosa (CPF 566.487.407- 44) e Antônio Rodrigues de Melo Amorim (CPF 373.979.157-87).

4. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secex/RJ.

8. Advogado constituído nos autos: Não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, que trata de concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Sérgio Masi, segurado do INSS, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa do responsável Antônio Rodrigues de Melo Amorim, ex-servidor do INSS;

9.3. excluir da relação processual os segurados Ângelo Publio Simpson (CPF 237.780.07-15) e Sônia Fernandes Feitosa (CPF 566.487.407-44);

9.4. julgar irregulares as contas dos responsáveis Antônio Rodrigues de Melo Amorim, ex-servidor do INSS, e Sérgio Masi, segurado do INSS, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "c" e 19, **caput**, da Lei 8.443/92;

9.5. condenar os responsáveis Antônio Rodrigues de Melo Amorim e Sérgio Masi ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.5.1. Sérgio Masi (CPF 325.466.377-20):

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
2.044,76	16/3/1998
749,03	16/3/1998
749,03	16/4/1998
749,03	15/5/1998
919,49	12/4/2002
39.617,95	15/5/2002
919,49	14/6/2002
1.003,81	12/7/2002
1.003,81	14/8/2002
1.003,81	13/9/2002
1.538,97	5/4/2007
1.598,08	7/5/2007

9.6. condenar o responsável Antônio Rodrigues de Melo Amorim ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos, segundo os pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.6.1. Ângelo Publio Simpson (CPF 237.780.407-15):

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
725,37	12/1/1998
926,01	4/2/1998
926,01	4/3/1998
926,01	3/4/1998
926,01	6/5/1998
1.324,59	10/3/2000
993,44	5/4/2000
993,44	4/5/2000
993,44	5/6/2000
1.050,30	6/7/2000
1.050,30	3/8/2000
3.920,47	5/9/2000
1.050,30	4/10/2000
1.050,30	6/11/2000
2.100,60	5/12/2000
1.050,30	4/1/2001
1.051,16	5/2/2001
1.051,16	5/3/2001
1.051,99	4/4/2001
1.051,99	4/5/2001
1.051,99	5/6/2001
1.132,28	4/7/2001
1.132,28	3/8/2001
1.132,28	10/9/2001
1.132,28	8/10/2001
1.132,28	6/11/2001
2.255,53	5/12/2001
1.132,28	4/1/2002
1.132,28	5/2/2002
1.132,45	5/3/2002
1.132,67	3/4/2002
1.132,67	6/5/2002
1.132,67	7/6/2002
1.236,56	3/7/2002
1.236,56	5/8/2002
1.236,56	4/9/2002
1.236,56	3/10/2002
1.236,56	5/11/2002
2.463,10	4/12/2002
1.236,56	6/1/2003
1.236,56	7/2/2003
1.236,56	6/3/2003
1.236,56	3/4/2003
1.236,56	6/5/2003
1.236,56	4/6/2003
1.479,75	3/7/2003
1.479,75	5/8/2003
1.479,75	3/9/2003
1.479,75	3/10/2003
1.479,75	5/11/2003
2.950,47	3/12/2003
1.479,75	6/1/2004
1.479,75	4/2/2004
1.479,75	3/3/2004
1.479,75	5/4/2004
1.479,75	5/5/2004
1.546,98	3/6/2004
1.546,98	5/7/2004
1.546,98	4/8/2004
1.546,98	3/9/2004
1.547,15	5/10/2004
1.547,03	4/11/2004
3.084,04	3/12/2004
1.547,03	5/1/2005
1.546,24	4/2/2005
1.547,14	3/3/2005
1.547,14	5/4/2005
1.547,14	5/5/2005
1.645,14	3/6/2005
1.645,14	5/7/2005
1.645,14	3/8/2005
1.645,14	5/9/2005
1.645,14	5/10/2005
1.645,14	4/11/2005
3.280,24	5/12/2005
1.645,14	4/1/2006
1.645,14	3/2/2006
1.645,14	3/3/2006
1.645,39	5/4/2006
1.726,77	4/5/2006
1.726,77	5/6/2006
1.726,77	5/7/2006
1.726,77	3/8/2006
2.591,06	5/9/2006
1.727,83	4/10/2006
1.726,09	6/11/2006
2.583,35	5/12/2006
1.726,09	4/1/2007
1.725,64	5/2/2007
1.725,64	5/3/2007
1.725,47	4/4/2007
1.781,96	4/5/2007
1.782,33	5/6/2007
1.782,33	6/7/2007
1.782,16	3/8/2007
2.674,55	5/9/2007

9.6.2. Sônia Fernandes Feitosa (CPF 566.487.407-44):

Valor do débito (R$)	Data da ocorrência
883,47	12/1/1998
929,97	3/2/1998
929,97	5/3/1998
929,97	1/4/1998
929,97	4/5/1998
950,16	7/4/1999
950,16	3/5/1999
950,16	1/6/1999
997,69	1/7/1999
1.948,67	2/8/1999
997,69	1/9/1999
997,69	1/10/1999
997,69	1/11/1999
9.194,47	23/11/1999
5.345,21	20/7/2001
1.137,01	6/8/2001
1.137,01	3/9/2001
1.137,01	3/10/2001
1.137,01	1/11/2001
2.269,01	4/12/2001
1.137,01	3/1/2002
1.137,01	1/2/2002
1.137,18	1/3/2002
1.137,40	2/4/2002
1.137,40	3/5/2002
1.137,40	3/6/2002
1.241,37	2/7/2002
1.241,37	1/8/2002
1.241,37	3/9/2002
1.241,37	2/10/2002
1.241,37	1/11/2002
2.476,72	3/12/2002
1.241,37	6/1/2003
1.241,37	3/2/2003
1.241,37	11/3/2003
1.241,37	4/4/2003
1.241,37	2/5/2003
1.241,37	2/6/2003
1.485,71	2/7/2003
1.485,71	4/8/2003
1.485,71	2/9/2003
1.485,71	1/10/2003
1.485,51	3/11/2003
2.967,18	1/12/2003
1.485,51	2/1/2004
1.485,51	2/2/2004
1.485,51	1/3/2004
1.485,51	1/04/2004
1.485,51	3/5/2004
1.552,77	1/6/2004
1.552,77	1/7/2004
1.552,77	2/8/2004
1.552,77	1/9/2004
1.552,94	1/10/2004
1.552,82	1/11/2004
3.105,65	1/12/2004
1.552,82	3/1/2005
1.552,83	1/2/2005
1.552,83	1/3/2005
1.552,83	1/4/2005
1.552,83	2/5/2005
1.651,47	1/6/2005
1.651,47	1/7/2005
1.651,47	1/8/2005
1.651,47	1/9/2005
1.651,47	3/10/2005
1.651,47	1/11/2005
3.302,94	1/12/2005
1.651,47	2/1/2006
1.651,47	1/2/2006
1.651,47	1/3/2006
1.651,63	3/4/2006
1.734,06	2/5/2006

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.734,06	1/6/2006
1.734,06	3/7/2006
1.734,06	1/8/2006
2.601,22	1/9/2006
1.734,38	2/10/2006
1.734,22	1/11/2006
2.601,54	1/12/2006
1.734,22	2/1/2007
1.734,25	1/2/2007
1.734,25	1/3/2007
1.734,25	2/4/2007
1.791,22	2/5/2007
1.791,45	1/6/2007
1.791,45	2/7/2007
1.791,45	1/8/2007
2.687,32	3/9/2007
1.791,45	1/10/2007
1.791,45	1/11/2007
2.687,05	3/12/2007
1.791,49	2/1/2008
1.784,92	1/2/2008
1.784,92	3/3/2008
1.874,16	1/4/2008
1.874,16	2/5/2008
1.874,16	2/6/2008
1.874,16	1/7/2008
1.874,16	1/8/2008
2.811,24	1/9/2008
1.874,16	1/10/2008
1.874,16	3/11/2008
2.811,24	1/12/2008
1.874,16	2/1/2009
1.874,16	2/2/2009
1.985,11	2/3/2009
1.985,11	1/4/2009
1.985,11	4/5/2009
1.985,11	1/6/2009
1.985,11	1/7/2009
1.985,11	3/8/2009
2.977,66	1/9/2009
1.985,11	1/10/2009
1.985,11	3/11/2009
2.977,67	1/12/2009
1.985,11	4/1/2010
2.106,99	1/2/2010
2.106,99	1/3/2010
2.106,99	1/4/2010
2.106,99	3/5/2010
2.106,99	1/6/2010
2.106,99	1/7/2010

9.7. aplicar aos responsáveis Antônio Rodrigues de Melo Amorim e Sérgio Masi a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor individual de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea a, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.8. autorizar, desde logo, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RI/TCU, alterado pela Resolução-TCU 246, de 30 de novembro de 2011;

9.9. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.10. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, aos responsáveis e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, ressaltando-se que o Sr. Sérgio Masi foi condenado criminalmente por estelionato no âmbito do processo 2000.51.01.512446-9, que tramitou na Sexta Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, cujo Acórdão transitou em julgado em 11/2/2005;

9.11. tendo em vista a gravidade das infrações cometidas, aplicar ao ex-servidor Antônio Rodrigues de Melo Amorim a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 5 (cinco) anos, consoante o art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.12. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que decisão contida no subitem 9.3 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3009-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3010/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.972/2013-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Denúncia

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Escola de Administração Fazendária e Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Anesp.

4. Órgãos/Entidades: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Escola de Administração Fazendária

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP) e Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Torreão Braz Filho (OAB-DF 9.930), Júlia Pauro Oliveira (OAB-DF 40.361) e outros (peça 23).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos este autos de denúncia formulada, de forma ostensiva, pela Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Anesp -, acerca de supostas irregularidades no Edital ESAF nº 48/2013, referente a concurso público para provimento de vagas do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG -, conduzido pela Escola de Administração Fazendária - ESAF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão ordinária do Plenário, diante da razões expostas pelo Relator, em:

9.1 nos termos do art. 53, caput, da Lei 8.443/92, c/c art. 235, caput, do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, quanto à ausência, no Edital ESAF nº 48/2013, de critérios objetivos para aferição do quesito "experiência profissional exercendo atividade gerencial", referente à prova de títulos, contido no subitem 11.16 do Edital; e quanto ao elevado peso relativo desse quesito no escore total da prova de títulos e geral do concurso;

9.2 com base no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, determinar à Escola Superior de Administração Fazendária - Esaf - e à Secretaria-Adjunta de Administração Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da ciência, promova a anulação do certame, informando a este Tribunal, ao fim do mesmo prazo, sobre as providências adotadas;

9.3 cientificar a Escola Superior de Administração Fazendária - Esaf - e a Secretaria-Adjunta de Administração Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a título de alerta para casos futuros, de que:

9.3.1 a pontuação do item "experiência gerencial" na prova de títulos de concursos para EPPGG colide com os princípios da isonomia, do julgamento objetivo e com o interesse público, pois carece de critérios objetivos que permitam identificar, mensurar e comparar - para fins de pontuação no certame - os diferentes tipos de experiência profissional desejáveis ao exercício do cargo;

9.3.2 a participação em concursos públicos, na condição de candidato, de agente que atuou nos procedimentos administrativos vinculados ao mesmo certame não se coaduna com o princípio da moralidade pública;

9.4 determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal deste Tribunal que:

9.4.1 monitore o cumprimento da determinação expressa no subitem 9.2, devendo submeter os resultados ao Relator deste processo;

9.4.2 nos termos do art. 241 do Regimento Interno deste Tribunal, promova o acompanhamento dos eventuais procedimentos administrativos vinculados à realização de novo concurso para provimento de cargos de EPPGG, especialmente com o objetivo de aferir sua adequação aos entendimentos exarados no subitem 9.3;

9.5 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.5.1 ao Diretor-Geral da Escola de Administração Fazendária;

9.5.2 à Secretária-Adjunta de Administração Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.5.3 ao Diretor-Presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental - Anesp;

9.5.4 ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por tratar-se de matéria igualmente versada na Apelação Cível no Mandado de Segurança Coletivo nº 0034718-86.2013.4.01.3400/DF, impetrado pela Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em curso naquele Tribunal Regional, sob a relatoria do Desembargador Federal João Batista Moreira;

9.5.5 à Procuradora da República no Estado de Goiás Dra. Léa Batista de O. M. Lima, em resposta à solicitação versada no Ofício PR/GO 7.912/2014, de 21/10/2014, relativa ao Inquérito Civil n° 1.18.000.001545/2013-76, em curso naquela procuradoria

9.6 autorizar o arquivamento do processo após as comunicações cabíveis.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3010-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3011/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-005.991/2003-1

1.1. Apenso: TC-008.037/2006-6

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrentes: José Coutinho Barbosa (CPF 003.161.053-68 - Diretor), Ibsen Flores Lima (CPF 403.228.077-00 - Gerente Setorial de Instalações e Superfície da Gerência do Ativo de Produção de Marlim), José Roberto Saraiva Monteiro (CPF 722.590.277-68 - Gerente Setorial de Contratos), Arisio Stanzani Franca (CPF 750.451.687-20 - Gerente de Suporte Operacional da Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bacia de Campos), Carlos Tadeu da Costa Fraga (CPF 465.343.697-53 - Diretor Gerente de Exploração e Produção no Sul e Sudeste) e Construtora Norberto Odebrecht S/A - CNO (CNPJ 15.102.288/0001-83)

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidades Técnicas: 1ª Secex e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Nayron S. Russo (OAB/MG 106.011, Fernando Antônio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Ernesto Luís Silva Vaz (OAB/MG 96.334), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969) e Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recursos de reconsideração interpostos por José Coutinho Barbosa, Ibsen Flores Lima, José Roberto Saraiva Monteiro, Arisio Stanzani Franca e Carlos Tadeu da Costa Fraga e pela Construtora Norberto Odebrecht S/A - CNO contra o Acórdão 2.408/2009-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 32, I, e 33 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, dar-lhes provimento parcial, para retornar o processo à fase prevista no art. 12 da Lei nº 8.443/1992 e conferir a seguinte nova redação ao Acórdão 2.408/2009-TCU-Plenário, tornando insubsistentes os seus itens 9.3 e 9.4:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"9.1. com fulcro nos arts. 12, §§ 1º e 2º da Lei 8.443/92, rejeitar as alegações de defesa oferecidas por Ibsen Flores Lima, José Roberto Saraiva Monteiro, Arísio Stanzi França, Carlos Tadeu Costa França, José Coutinho Barbosa e Construtora Norberto Odebrecht S/A, fixando-lhes novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem perante este Tribunal o recolhimento, aos cofres da Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras, da importância de R$ 1.122.985,33 (um milhão, cento e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e cinco reais e trinta e três centavos), atualizada monetariamente desde 1/9/2003 até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. informar aos responsáveis acima que a liquidação tempestiva do débito nos termos fixados saneará o processo e permitirá, se for o caso, que as sua contas venham a ser oportunamente julgadas regulares com ressalva, dando-se-lhes quitação;"

9.2. determinar à Petrobras que compense, do débito apurado nos autos, o crédito da CNO decorrente do restabelecimento apenas parcial dos preços do Contrato 160.2.226.01-1 às condições originalmente pactuadas, referente aos serviços medidos a partir do BM 21, até o limite da importância a ser recolhida aos seus cofres, caso esta seja menor que o saldo da contratada;

9.3. comunicar a presente decisão aos recorrentes e à Petrobras.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3011-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Jorge (Revisor) e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros com voto vencido: Raimundo Carreiro e José Jorge (Revisor).

13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.4. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3012/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.932/2007-2

1.1 Apensos: TC-013.758/2012-8, TC-030.145/2007-6 e TC-015.565/2012-2

2. Grupo I, Classe I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: Ivam Gouveia do Santos (ex-titular da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, CPF 239.731.881-49)

4. Unidade: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

5. Relator: Ministro José Mucio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge Vasconcelos

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34406), Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668) e Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se examina, na fase atual deste processo de tomada de contas especial, recurso de revisão interposto por Ivam Gouveia do Santos contra o Acórdão 1.073/2012 - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com base no art. 35 da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer do recurso de revisão interposto por Ivam Gouveia do Santos, negando-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3012-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3013/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-019.474/2014-8

2. Grupo I, Classe V - Relatório de Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Secretaria de Orçamento Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria de Política Econômica

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento cujo objeto é avaliar a previsão de receitas contida no Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, e no art. 4º da Portaria Segecex nº 13/2011, em:

9.1 considerar cumpridas as determinações constantes dos itens 9.1 dos Acórdãos nºs 223/2013-Plenário e 3.252/2011-Plenário;

9.2 considerar em cumprimento o item 9.3 do Acórdão 1979/2012-TCU-Plenário;

9.3 cientificar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e a Secretaria de Orçamento Federal de que foram constatadas no Projeto de Lei Orçamentária do Poder Executivo para 2015 e respectivas Informações Complementares as seguintes inconsistências:

9.3.1 os indicadores econômicos utilizados para as estimativas de receita contidas no Projeto de Lei Orçamentária da União para 2015 estão em desacordo com as expectativas constantes do Relatório de Mercado do Banco Central do Brasil, notadamente em relação ao crescimento econômico para 2015, o que pode resultar em projeções superestimadas de receita;

9.3.2 ausência dos volumes relativos às estimativas dos estoques e arrecadação da dívida ativa da União, referentes aos exercícios 2013, 2014 e 2015, conforme previsto no inciso XVII das Informações Complementares ao PLOA 2015;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, bem como dos respectivos anexos destes autos, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para subsidiar a análise do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2015, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal;

9.5 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3013-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3014/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-026.526/2011-5

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame)

3. Embargante: Valter Roberto Silvério (CPF 006.322.078-41, coordenador e fiscal dos contratos)

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos - FUFSCar

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Daniel da Silva Bento Teixeira (OAB/SP 261.503) e Hédio Silva Jr. (OAB/SP 146.736)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de embargos de declaração opostos por Valter Roberto Silvério contra o Acórdão 2.457/2014-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3014-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3015/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-350.383/1996-0

2. Grupo II, Classe I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)

3. Recorrente: João Batista Corrêa Figueiredo (ex-prefeito, CPF 012.879.663-49)

3.1 Interessada: Constrada - Construções e Terraplanagem Ltda. (CNPJ 07.633.746/0001-81) 4. Unidade: Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer/MA

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidades Técnicas: Secex/MA e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que se examina, nesta fase do processo, recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 2.827/2009 - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com base nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer do recurso de reconsideração interposto por João Batista Corrêa Figueiredo, negando-lhe provimento;

9.2 dar ciência desta deliberação ao recorrente e à empresa Constrada - Construções e Terraplanagem Ltda.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3015-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3016/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.723/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Senado Federal e Governo do Estado do Paraná (PR)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (SEMAG).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação do Senado Federal, recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, com garantia da União, firmada entre o Estado do Paraná (PR) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução 2, de 26/2/2014.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 232, inciso I, do Regimento Interno, e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução-TCU 215/2008;

9.2. informar, com fulcro no *caput* do art. 2º da Instrução Normativa-TCU 59/2009, à Presidência do Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito autorizada pela Resolução-SF 2/2014, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e que esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal, à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

9.4. considerar a Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, parte final, da IN-TCU 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3016-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3017/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.505/2012-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Desestatização.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de acompanhamento da revisão tarifária periódica da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), relativa ao terceiro ciclo de revisões tarifárias das concessionárias de distribuição de energia elétrica (3CRTP).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dispensar a análise do segundo estágio relativo à Revisão Tarifária Periódica da Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), previsto na IN-TCU 43/2002, com fundamento no item 9.2 do Acórdão 2.192/2013-TCU-Plenário e no princípio da racionalidade administrativa;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.2.1. a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins);

9.2.2. a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3017-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3018/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.616/2010-5.

1.1. Apensos: 022.756/2013-2; 026.442/2012-4; 005.656/2013-3; 003.297/2013-6; 005.660/2013-0; 029.273/2013-7; 033.859/2013-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsável: Francisco Campos de Abreu, Secretário de Infraestrutura Hídrica

4. Órgão: Ministério da Integração Nacional

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SecobHidro

8. Advogados constituídos nos autos: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB 24089/DF), Carlos Alberto de Medeiros (OAB 7924/DF) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da auditoria (Fiscobras 2010) realizada nas obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf) - Eixo Norte,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. João Urbano Cagnin, Rômulo de Macedo Vieira, Marcio Nogueira Barbosa, Volker Walter Johann Heinrich Kirchhoff e Hypérides Pereira de Macedo;

9.2. dar ciência desta deliberação ao Ministério da Integração Nacional e aos responsáveis mencionados no item precedente;

9.3. arquivar o processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3018-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3019/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.583/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Eduardo Nunes Vieira (255.820.030-53); Liliam de Paula Dias (434.333.591-72); Átila Pinheiro de Souza (625.001.042-49).

4. Entidades: Caixa Econômica Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado do Acre.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobUrban).

8. Advogado constituído nos autos: Cintia Tashiro (OAB/DF 18.050) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de relatório de auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional (Depen), na Caixa Econômica Federal e no Governo do Estado do Acre, de maio a junho de 2011, tendo como foco os procedimentos referentes à obra de construção da segunda etapa da penitenciária de Senador Guiomard/AC, com recursos federais da ordem de R$ 9 milhões, oriundos do PT 14.421.0661.8914.0001/2011 - Apoio à Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar os argumentos trazidos pelo Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre - Iapen/AC e pela empresa Etenge - Empresa de Engenharia em Eletricidade e Comércio Ltda. (CNPJ: 04.593.893/0001-87) a respeito do sobrepreço apontado no Contrato 083/2009, firmado entre aquele órgão e a referida empresa e cujo objeto era a construção da Penitenciária de Senador Guiomard/AC;

9.2. determinar ao Depen, com base no art. 250, inciso II do Regimento Interno do TCU, que analise a prestação de contas do Contrato de Repasse 278.188-20/2008, com ênfase nos aspectos abordados na presente deliberação, e apresente, nas próximas contas a serem enviadas a este Tribunal, as medidas tomadas para reaver os recursos eventualmente pagos indevidamente no Contrato 083/2009, que tem por objeto a construção da segunda etapa da penitenciária de Senador Guiomard/AC, em função dos apontamentos de sobrepreço nos serviços de estaca escavada com equipamento hidráulico D = 30 cm; estaca escavada com equipamento hidráulico D = 50 cm; transporte de material - bota fora DMT = 10 km; e transporte local de material de jazida DMT = 5 km;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Liliam de Paula Dias (CPF: 434.333.591-72), deixando, entretanto, de aplicar-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, em razão dos possíveis desdobramentos da análise decorrente da determinação ora proposta no item 9.2 retro;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Átila Pinheiro de Souza (CPF: 625.001.042-49), aplicando-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 3.000,00, em decorrência da elaboração do termo de referência que definiu serviços materialmente irrelevantes e com quantitativos excessivos para habilitação técnica dos licitantes no edital da Concorrência 141/2009, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, se assim for solicitado, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c art. 217 do Regimento Interno do TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, atualizadas monetariamente desde a data de publicação do acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. alertar ao responsável que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

9.7. caso não atendida a notificação, autorizar, desde logo, nos termos do art. 28 da Lei 8.443/1992, o desconto da dívida na remuneração do servidor, observado o disposto no art. 46 da Lei 8.112/1990, ou a sua cobrança judicial, se não for possível o desconto; e

9.8. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, à SecexDefesa, em cuja lista de unidades jurisdicionadas encontra-se o Depen, a fim de alertá-la sobre a necessidade de verificação, por ocasião da análise das próximas contas do órgão penitenciário, das informações prestadas sobre o Contrato de Repasse 278.188-20/2008

9.9. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, para:

9.9.1. a Caixa Econômica Federal;

9.9.2. o Departamento Penitenciário Nacional;

9.9.3. o Governo do Estado do Acre;

9.9.4. o Sr. Eduardo Nunes Vieira;

9.9.5. a Srª. Liliam de Paula Dias;

9.9.6. o Sr. Átila Pinheiro de Souza;

9.9.7. o Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado do Acre;

9.10. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3019-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3020/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.428/2012-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Relatório de Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A..

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam do monitoramento do Acórdão 2.707/2011-Plenário, exarado em sede de levantamento de auditoria, que teve como objetivo produzir informações e conhecimentos sobre o fundo para o descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2.

Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar como não cumprida até o momento a determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;

9.2. considerar como cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1.2 e 9.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;

9.3. considerar como em implementação as recomendações dos itens 9.4.1, 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;

9.4. considerar como não implementada a recomendação do item 9.5.4 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, transformada em determinação, conforme item 9.8;

9.5. considerar como não implementada a recomendação do item 9.6 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, devendo ser verificado seu atendimento no próximo monitoramento;

9.6. tornar insubsistentes as determinações e recomendações constantes dos itens 9.2.1, 9.2.2, 9.4.2 e 9.5.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;

9.7. determinar à Eletronuclear que, no prazo de sessenta dias, apresente plano de ação em que sejam detalhadas as responsabilidades, prazos e providências a serem adotadas com vistas a:

9.7.1. elaborar estudo destinado a demonstrar as possíveis vantagens e desvantagens, sob os pontos de vista jurídico, contábil, financeiro e técnico, decorrentes de eventual decisão sobre a alteração total ou parcial da moeda vinculadora (dólar americano) atualmente adotada para a gestão do fundo de descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2;

9.7.2. elaborar estudo detalhado da oportunidade e conveniência, sob as perspectivas técnica e financeira, de se adotar mecanismos, a exemplo de seguros, fianças ou garantias de terceiros, em complemento às reservas financeiras já depositadas junto à Eletrobras, para a cobertura do risco de descomissionamento precoce/antecipado das instalações, com o encerramento das atividades antes do tempo previsto (em momento em que não se tenha juntado o montante total dos recursos necessários ao descomissionamento das usinas), em atenção ao item 6.2 do Safety Requirements WS-R-5 - Decommissioning of Facilities Using Radioactive Material publicado pela AIEA;

9.7.3. implementar as recomendações dos itens 9.5.2 e 9.5.3 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário;

9.7.4. promover a reavaliação das estimativas de custos atualmente vigentes, observando, para tal finalidade, sempre que possível, técnicas baseadas em orçamentos e/ou projetos de engenharia, ainda que sintéticos, e na utilização de estruturas de desdobramento de trabalhos/atividades (WBS), preferencialmente, utilizando as premissas e os modelos propostos em documentos técnicos editados pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA);

9.8. determinar à Eletronuclear que, com base em estudo financeiro detalhado a ser apresentado ao TCU em 60 dias, faça incidir, no recolhimento das quotas da reserva financeira para o descomissionamento referentes ao período de 2005 a 2007, a taxa de 2% a.a. adotada como paradigma pelo Grupo de Trabalho da Eletronuclear constituído através da Circular Geral 17/2007, ou outra que venha a ser definida fundamentadamente, a fim de, com base nos princípios da eficiência e da moralidade insculpidos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, preservar o valor real das parcelas anuais que deveriam ser recolhidas em virtude da Portaria MME 320/2004 e revisões tarifárias posteriores promovidas pela Aneel;

9.9. determinar à Aneel que efetue e encaminhe à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME, à Cnen e ao TCU, no prazo de 60 dias, o levantamento dos valores financeiros que tenham sido efetivamente recebidos pela Eletronuclear, pela via tarifária, a partir de seu faturamento realizado no período de 1997 a 2004, a título de recolhimentos para a composição da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares;

9.10. determinar à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME e à Cnen que formalizem, no prazo de 60 dias, dando ciência ao TCU, com base em estudo financeiro detalhado, a forma de restituição de R$ 72.815.861,25 (data-base: 30/4/1997), equivalentes a US$ 68.450.000,00 (data-base: 30/4/1997), corrigidos monetariamente, por parte da Eletronuclear, à reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares, utilizados em 31/12/1999 para compensar dívida da Eletronuclear perante Furnas Centrais Elétricas S.A., por meio do Contrato 13.244, detalhando o período de recolhimento, a periodicidade dos aportes a serem realizados, os critérios de atualização monetária e as sanções pelo descumprimento, em atenção ao estabelecido nos itens 1.1.2 e 1.3 do Protocolo de Cisão, no item 'c' da Cláusula Primeira do Contrato 13.244, firmado entre Eletronuclear e Furnas, na Resolução 595.002/02 da Diretoria-Executiva da Eletronuclear, no art. 5º, inc. I Resolução CNPE 8/2002, no artigo 11 da Convenção de Segurança Nuclear de 1994 e no artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos de 1997);

9.11. determinar à Eletronuclear, à Eletrobras, ao MME e à Cnen que formalizem, no prazo de 60 dias após o recebimento do levantamento demandado na determinação contida no item 9.9 acima, dando ciência ao TCU, a forma de restituição, por parte da Eletronuclear, à reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares, dos montantes efetivamente arrecadados pela via tarifária no período de 1997 a 2004, atualizados monetariamente, detalhando o período de recolhimento das parcelas da restituição, a periodicidade dos aportes a serem realizados, os critérios de atualização monetária e as sanções pelo descumprimento, em atenção ao estabelecido no item 15 da Portaria Cnen 186/1997; na Resolução 595.002/02 da Diretoria-Executiva da Eletronuclear; no art. 5º, inciso I, da Resolução CNPE 8/2002; no artigo 11 da Convenção de Segurança Nuclear de 1994; e no artigo 26 da Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos de 1997

9.12. dar ciência à Aneel no sentido de que os valores a serem restituídos pela Eletronuclear ao fundo de descomissionamento, conforme proposto nos subitens 9.10 e 9.11 acima, não devem ter novos reflexos tarifários, uma vez que se referem aos valores já considerados na tarifa durante o período de 1985 a 2004, sob pena de se configurar duplicidade e de se onerar indevidamente o comprador da energia elétrica;

9.13. encaminhar cópia do presente relatório ao Ministério de Minas e Energia (MME) informando-lhe que inexiste legislação e normas, em âmbito nacional, que disponham sobre a necessidade de estudos e medidas a serem adotadas em relação aos possíveis impactos sociais e econômicos nas comunidades circunvizinhas que advirão do futuro descomissionamento das usinas nucleares, o que se encontra em desalinho com as recomendações e melhores práticas propostas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em especial aquelas constantes do *Tecdoc 1476 - Financial Aspects of Decommissioning*;

9.14. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ) que:

9.14.1. realize, no prazo de um ano, novo monitoramento com o objetivo de avaliar a situação de cumprimento das determinações e de implementação das recomendações dos itens 9.1.1, 9.4.1, 9.5.2, 9.5.3 e 9.6 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário, e dos itens 9.7 a 9.11 da presente deliberação;

9.14.2. acompanhe em processo apartado o atendimento, no prazo fixado, das determinações contidas nos itens 9.8 a 9.11 da presente deliberação, encaminhando os autos ao Relator assim que vencido os prazos concedidos;

9.15. comunicar à Cnen, à Eletronuclear e à Aneel que o descumprimento das determinações proferidas pelo TCU, em especial as que constam do item 9.1.1 do Acórdão 2.707/2011-TCU-Plenário e dos itens 9.7, 9.8, 9.9, 9.10 e 9.11 poderá, salvo motivo justificado, ensejar a aplicação de multa aos responsáveis, nos termos do §1º do art. 58 da Lei 8.443/1992 e do inciso VII do art. 268 do Regimento Interno do TCU (RI/TCU), prescindindo de prévia audiência dos responsáveis, nos termos do §3º do art. 268 do RI/TCU;

9.16. encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), Comissão Nacional de Energia Elétrica (Cnen), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Ministério de Minas e Energia (MME);

9.17. apensar os presentes autos ao TC 005.215/2011-0.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3020-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3021/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.840/2013-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Unidade: Município do Rio de Janeiro (RJ)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de Solicitação do Congresso Nacional recomendando o acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes de operação de crédito externo, firmada entre o Município do Rio de Janeiro (RJ) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 61, de 11/12/2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação com fulcro nos arts. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, 232, inciso I, do Regimento Interno e 4º, inciso I, alínea "a", da Resolução TCU nº 215/2008;

9.2. informar à Presidência do Senado Federal, por intermédio da Presidência do TCU, via Secretaria-Geral da Mesa, com fulcro no art. 2º, *caput* e § 1º da Instrução Normativa TCU nº 59/2009, que o Tribunal de Contas da União analisou a documentação relativa à aludida operação de crédito, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a respectiva contratação e para a correspondente garantia da União foram tomadas, bem assim que o Tribunal acompanhará a condução da referida operação de crédito externo atento à eventual necessidade de que a dívida seja honrada pela execução da garantia prestada pela União;

9.3. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.4. considerar a Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida e arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 2º, § 3º, da Instrução Normativa TCU nº 59/2009, após a comunicação da deliberação do colegiado à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3021-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro (Relator) e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3022/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.049/2014-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Responsáveis: Miguel Soldatelli Rossetto (297.325.140-00); Ricardo Castello Branco (495.023.367-04).

4. Entidade: Petrobras Biocombustível S. A..

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do congresso nacional, nos quais foi autorizada auditoria de conformidade junto à Petrobras Biocombustível S.A com o objetivo de "*verificar a regularidade na aquisição da participação societária nas usinas de biodiesel da BSBios, localizadas em Marialva/PR e Passo Fundo/RS, levando em consideração estudos prévios de viabilidade financeira e suas premissas, bem como a adequabilidade aos preços de mercado, observando-se os princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade*".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro que:

9.1.1. promova, preliminarmente, a oitiva da Petrobras Biocombustível (PBio) e da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), na pessoa de seus representantes legais, nos termos do parágrafo único do art. 237 c/c inciso V e §§ 6º e 7º do art. 250 do Regimento Interno do TCU, para que se pronunciem, se assim o desejarem, no prazo de dez dias, a contar da ciência da comunicação, acerca dos indícios de irregularidade descritos no relatório de fiscalização, bem como sobre os valores envolvidos na aquisição parcial da planta de Marialva/PR, consoante ponderações tecidas no voto condutor desta deliberação;

9.1.2.considerando as informações apresentadas pela Petrobras Biocombustível em atenção à oitiva prevista no item 9.1.1., promova a audiência dos senhores Miguel Soldatelli Rossetto e Ricardo Castello Branco;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3022-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3023/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.521/2009-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério Público Federal (03.636.198/0001-92).

4. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação formulada pelo Grupo de Trabalho em Telefonia da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), versando sobre a necessidade de se apurar a legalidade e a legitimidade de atos da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel afetos ao acompanhamento dos contratos de telefonia fixa, especificamente no que se refere à elaboração de estudos sobre sanções proferidas pela Agência em face das concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro no art. 6º, inciso XVIII, alínea "c", da Lei Complementar 75/1993, c/c o art. 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU, conhecer a presente Representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. recomendar à Anatel, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno/TCU, que aprimore os mecanismos de controle sobre o andamento dos Processos Administrativos por Descumprimento de Obrigação - Pados, e crie mecanismos que viabilizem a obtenção de dados precisos sobre peças e documentos incorporados pelas concessionárias de serviços telefônicos e demais interessados;

9.3. determinar à Anatel, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 180 dias, apresente relação de todos os Pados que sofreram efeitos em razão da juntada do Informe nº 149/2008 - PBCP, indicando, em especial:

9.3.1. em quais processos ocorreu prescrição e os valores de multas aplicadas nestes processos, explicitando os motivos que justificaram a prescrição, bem como as medidas adotadas para apuração de responsabilidade para cada um dos processos prescritos;

9.3.2. em quais processos ocorreu redução dos valores de multas em função da juntada do Informe nº 149/2008 - PBCP;

9.3.3. o valor total de multas aplicadas, o valor total de multas transitadas em julgado e o valor total de multas recolhidas;

9.3.4. o estado processual em que se encontram os Pados e as datas de juntada do estudo; de concessão de efeito suspensivo; de revogação de efeito suspensivo; de desentranhamento do estudo; de interposição de recurso fundado no estudo; de julgamento de recurso fundado no estudo; de propositura de ação judicial fundada no estudo; de trânsito em julgado administrativo e de recolhimento de multa, quando cabíveis;

9.3.5. quais medidas têm sido ou foram adotadas com o fito de dar maior celeridade ao julgamento dos processos listados;

9.4. autorizar a SefidEnergia a atuar processo apartado, a ocorrer após o cumprimento da determinação contida no item 9.3, com o fito de apurar responsabilidades quanto às irregularidades verificadas, e se for o caso, quantificar o débito;

9.5. encaminhar cópia do presente Acórdão, assim como Relatório e Voto que o fundamentam aos Procuradores da República subscritores da Representação, ao Coordenador da 3ª CCR do Ministério Público Federal, à Anatel, ao Procurador Marcus Marcelus Gonzaga Goulart, à Controladoria Geral da União e à Procuradoria Federal Especializada junto a Anatel;

9.6. arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3023-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3024/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.700/2014-5.

1.1. Apensos: TC 015.132/2014-5; TC 011.276/2014-2; TC 011.124/2014-8; TC 016.609/2014-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: I e VII - Agravo e Representação

3. Interessados: Alexandre Machado Beltrão de Castro (TC 010.700/2014-5); Morpho do Brasil S.A. (TC 011.124/2014-8); 3M do Brasil Ltda. (TC 011.276/2014-2); Iafis Systems do Brasil Ltda. (TC 015.132/2014-5) e Biologica Sistemas S.A. (TC 016.609/2014-0).

3.1. Recorrente: Iafis Systems do Brasil Ltda (05.742.247/0001-05).

4. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Advogados constituídos nos autos: Mônica Arantes (OAB/DF 15.665), Claudia Yu Watanabe (OAB/SP 152.046), Paula Giannoni Lucchesi (OAB/SP 163.318), Ana Paula Floresta Lima de Albuquerque da Graça e Costa (OAB/SP 138.144), Ludmylla Scalia Lima (OAB/DF 37.743), Ricardo Pagliari Levy (OAB/SP 155.566), Alexandre Machado Beltrão de Castro (OAB/SP 187.455) e Welber Barra (OAB/DF 34.742).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representações formuladas por diversas empresas em razão de possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico TSE nº 30/2014, bem assim do Agravo interposto pela empresa Iafis Systems do Brasil Ltda em face do Acórdão 2.246/2014-P,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 não conhecer a peça interposta pela empresa Iafis Systems do Brasil Ltda. como Agravo tampouco como Embargos de Declaração, ante a ausência dos requisitos de admissibilidade previstos paras essas espécies recursais, nos termos dos arts. 287 e 289 do RITCU;

9.2 conhecer, com fulcro nos art. 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, das representações formuladas por Alexandre Machado Beltrão de Castro (TC 010.700/2014-5) e pelas empresas Morpho do Brasil S.A. (TC 011.124/2014-8); Iafis Systems do Brasil Ltda. (TC 015.132/2014-5) e Biológica Sistemas S.A. (TC 016.609/2014-0) para, no mérito, considerá-las improcedentes;

9.3 conhecer, com fulcro nos art. 237, inciso VII, do RITCU c/c o art. 113, §1º, da Lei nº 8.666/93, da representação formulada pela empresa 3M do Brasil Ltda. (TC 011.276/2014-2), para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.4 determinar ao Tribunal Superior Eleitoral que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a este Tribunal cópia do Termo Aditivo ao Contrato TSE 42/2014, pactuado com o consórcio vencedor do Pregão Eletrônico TSE 30/2014, comunicada a esta Casa por meio do Ofício 4.423/2014 - GAB-DG.

9.5 dar ciência ao Tribunal Superior Eleitoral de que as cautelas e garantias constantes do Contrato TSE 42/2014 para a realização de pagamentos antecipados são frágeis, o que afronta o art. 38 do Decreto 93.872/1986; e

9.6 encaminhar cópia desta deliberação ao Tribunal Superior Eleitoral, aos representantes e à empresa líder do consórcio vencedor do certame, NTC - Núcleo de Tecnologia e Conhecimento em Informática Ltda.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3024-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3025/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.674/2014-3.

1.1. Apensos: TC 020.139/2014-4; TC 020.141/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Desestatização.

3. Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

4. Responsável: Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Aneel.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações (SefidEnerg).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do primeiro estágio de fiscalização do Leilão de Transmissão - Aneel 4/2014, para concessão de prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, precedida da construção de empreendimentos de transmissão que comporão a Rede Básica (RB) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

9.1. aprovar, com ressalvas, o primeiro estágio de estágio de fiscalização do Leilão de Transmissão - Aneel 4/2014;

9.2. determinar à Agência Nacional de Energia Elétrica, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe ao TCU plano de ação, contendo prazos e responsáveis pelas respectivas ações, para averiguar se a metodologia adotada quando da elaboração da Nota Técnica 99/2008-SRT-Aneel mostra-se aplicável a todos os empreendimentos de transmissão de energia elétrica, independentemente do bioma em que serão instalados e dos respectivos processos de licenciamento ambiental em que serão enquadrados;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. recomendar à Agência Nacional de Energia Elétrica, com fundamento no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do TCU, que:

9.3.1. faça uma análise crítica dos valores obtidos em cotações de preço e utilize as ferramentas estatísticas mais robustas e adequadas a cada caso, conforme Voto condutor do Acórdão 1108/2007-TCU-Plenário;

9.3.2. pondere, em futuros estudos, o nível de detalhamento de suas soluções nos estudos de viabilidade - e respectiva precisão orçamentária - de acordo com a relevância técnico-financeira dos encargos em questão, de tal modo garantir que tais estimativas reflitam com satisfatória precisão os custos efetivos para a solução escolhida;

9.4. dar ciência desta deliberação à Agência Nacional de Energia Elétrica;

9.5. restituir os autos à SefidEnergia, para que esta unidade proceda ao acompanhamento dos demais estágios referentes ao Leilão - Aneel 4/2014, nos termos da IN - TCU 27/1998.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3025-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3026/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.283/2011-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Pedido de Reexame)

3. Interessado: Danilo Gomes (329.647.307-68).

4. Entidades: Prefeitura Municipal de Belford Roxo - RJ; Prefeitura Municipal de Duque de Caxias - RJ; Prefeitura Municipal de Itaguaí - RJ; Prefeitura Municipal de Magé - RJ; Prefeitura Municipal de Nilópolis - RJ; Prefeitura Municipal de Niterói - RJ; Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - RJ; Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro - RJ; Prefeitura Municipal de São Gonçalo - RJ; Prefeitura Municipal de São João de Meriti - RJ; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de embargos de declaração opostos por Danilo Gomes, ex-Secretário Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ, em face do Acórdão 2398/2014 - Plenário, que deu provimento parcial ao pedido reexame outrora interposto pelo embargante contra o Acórdão 518/2013 - Plenário, no qual se apreciou as irregularidades verificadas na aplicação de recursos federais repassados à municipalidade para utilização em ações de Vigilância em Saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer dos presentes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se inalterada a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3026-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3027/2014 -TCU -Plenário

1. Processo TC-000.605/2011-5

2. Grupo II - Classe: IV - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Moisés Bernardo de Oliveira, ex-Gerente Geral da Agência São Luís do BNB e ex-membro do Comitê de Crédito da Agência São Luís-Comag/BNB (CPF 060.136.513-53); Eliel Francisco de Assis, ex-Gerente de Negócios da Agência São Luís do BNB e ex-membro do Comag (CPF 065.670.026-20); Maria de Fátima Jansen Rocha, ex-membro do Comag (CPF 079.555.293-91); Marinéa Ferreira Lobato, ex-membro do Comag (CPF 055.958.863-15); Leudina Mota Lima, ex-membro do Comag (CPF 087.916.601-06); José de Ribamar Freitas Vieira, ex-membro do Comag (CPF 076.373.573-68); Chhai Kwo Chheng, administrador da empresa Kao I e sócio/representante da empresa Yamacom Nordeste S.A. (CPF 161.239.642-91); José de Ribamar Reis de Almeida, sócio da empresa Almeida Consultoria Ltda. (CPF 064.746.833-68); Yamacom Nordeste S.A. (CNPJ 41.298.134/0001-18), sucedida pela empresa Nissin Brasil Indústria de Máquinas e Equipamentos S.A. (CNPJ 41.298.134/0001-18); Almeida Consultoria Ltda. (CNPJ 12.551.404/0001-52).

4. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex/MA).

8. Advogados constituídos nos autos: Antonio Aureliano de Oliveira (OAB/MA 7.900); José Joaquim da Silva Reis (OAB/MA 9.719); Osvaldo Paiva Martins (OAB/MA 6.279); Antônio Geraldo Brasil de O. M. Pimentel (OAB/MA 6.027); Camila Vasconcelos B. de Urquiza (OAB/CE 16.821); Carlos Geovanni Gonçalves Soares (OAB/CE 17.594); Daniel Souza Volpe (OAB/SP 214.490); Débora Márcia Soares Veras (OAB/MA 5.544); Edelson Ferreira Filho (OAB/MA 6.652); Flávia Jane Falcão Bastos (OAB/PI 6516-B); Francisco Roberto Brasil de Souza (OAB/CE 6.097); Gilmar Pereira Santos (OAB/MA 4.119); Henrique Silveira Araújo (OAB/CE 14.747); Igor Rego Colares de Paula (OAB/CE 16.043); Jean Marcell de Miranda Vieira (OAB/PI 3.490); Isael Bernardo de Oliveira (OAB/CE 6.814); Karine Rodrigues Mattos (OAB/CE 18.120); Luciano Costa Nogueira (OAB/MA 6.593); Maria Gabriela Silva Portela (OAB/MA 5.741); Maricema Santos de Oliveira Ramos (OAB/PB 12.279-B); Leonor Chaves Maia de Sousa (OAB/CE 20.321).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, constituída por determinação do item 9.2.1 do Acórdão 3273/2010-TCU-Plenário (TC-350.275/1996-3), versando sobre irregularidade na concessão de financiamentos e nas liberações de recursos do BNB/FNE referentes à 1ª etapa do projeto denominado Polo de Confecções de Rosário/MA,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Moisés Bernardo de Oliveira, Eliel Francisco de Assis, Chhai Kwo Chheng e José de Ribamar Reis de Almeida, bem como da empresa Almeida Consultoria Ltda., condenando-os solidariamente em débito e fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento, aos cofres do Banco do Nordeste do Brasil/Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), das quantias especificadas na tabela abaixo, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora pertinentes, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico (R$)	Data de Ocorrência
1.880.730,00	29/1/1996
1.110.503,00	14/2/1996
140.570,00	15/2/1996
14.057,00	26/2/1996

9.2. aplicar, individualmente, aos Srs. Moisés Bernardo de Oliveira e Eliel Francisco de Assis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. José de Ribamar Reis de Almeida e à empresa Almeida Consultoria Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. Chhai Kwo Chheng a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. excluir a responsabilidade dos Srs. José de Ribamar Freitas Vieira, Maria de Fátima Jansen Rocha, Marinéa Ferreira Lobato e Leudina Mota Lima, bem como da empresa Yamacom Nordeste S.A., sucedida pela empresa Nissin Brasil Indústria de Máquinas e Equipamentos S.A., destas contas;

9.7. considerar graves as irregularidades praticadas e, com fundamento no art. 60 da Lei 8.443/1992, inabilitar os Srs. Moisés Bernardo de Oliveira, Eliel Francisco de Assis e José de Ribamar Reis de Almeida para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de cinco anos, dando-se ciência ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

9.8. solicitar à Presidência do Banco do Nordeste do Brasil, por intermédio do Ministério Público/TCU, com fundamento no art. 61 da Lei 8.443/1992, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis indicados no item 9.1 retro, tantos quantos bastem para o pagamento do débito indicado neste acórdão, e

9.9. enviar cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3027-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3028/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.708/2012-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Unidade: Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins - Seagro/TO.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SecobHidro.

8. Advogado constituído nos autos: não atuou.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento instaurado, em decorrência de comando constante do item 9.1 do Acórdão 56/2012 - TCU - Plenário, com vistas a verificar o cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.1 do Acórdão 2222/2009 - TCU - Plenário, prolatado sobre o TC-012.690/2009-7, correspondente a Relatório de Levantamento de Auditoria nas obras de implantação do Perímetro de Irrigação Propertins, no estado de Tocantins (Fiscobras 2009), feito atualmente encerrado, por força do disposto no item 9.5 do Acórdão 56/2012 - TCU - Plenário,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins - Seagro/TO que, na hipótese de dar continuidade ao Contrato 62/2004, assegure-se de promover o desconto dos valores relativos à CPMF indevidamente pagos em faturas anteriores, conforme determinação constante do subitem 9.2.1 do Acórdão 2222/2009 - TCU - Plenário e recomendação constante dos Pareceres Técnicos 07/2012 e 08/2012 emitidos por aquela Secretaria Estadual;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário do Estado do Tocantins - Seagro/TO;

9.3. determinar a juntada de cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao TC-011.357/2009-1;

9.4. autorizar o arquivamento deste monitoramento, nos termos no inc. V do art. 169 do Regimento Interno, tendo em vista a constatação do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.1 do Acórdão 2222/2009 - TCU - Plenário.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3028-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3029/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-003.083/2014-4

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Embargante: Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ).

4. Unidade: Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/RJ.

8. Advogados constituídos nos autos: Marcelo Oliveira de Almeida (OAB/RJ 94.454) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ) ao Acórdão 1604/2014-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, por restarem atendidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RI/TCU, para, no mérito, acolhê-los parcialmente;

9.2. alterar o subitem 9.5.1 do Acórdão 1604/2014-TCU-Plenário para que passe a constar com a seguinte redação:

"9.5.1. não aceitação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito privado que não sejam conselhos similares ou de maior porte que o CRA-RJ ou outras entidades congêneres, infringindo o disposto no art. 30, § 1º, da Lei 8.666/1993, bem como o art. 3º, § 1º, inciso I, da citada lei;"

9.3. manter nos seus exatos termos os demais itens e subitens do Acórdão 1604/2014-TCU-Plenário, e

9.4. dar ciência desta deliberação ao Conselho Regional de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ) e à representante.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3029-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3030/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.412/2014-1

2. Grupo: II - Classe: I - Assunto: Embargos de Declaração.

3. Interessado: Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (CPF 048.380.683-87).

4. Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Piauí.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Márcio Augusto Ramos Tinoco (OAB/PI 3.447).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante contra o Acórdão 2.325/2014-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. tornar insubsistente, de ofício, o Acórdão 2.325/2014-TCU-Plenário;

9.3. sobrestar os presentes autos até o julgamento definitivo do processo 0026590-23.2013.4.01.4000, ajuizado pelo responsável perante a Justiça Federal, e

9.4. dar ciência deste acórdão ao embargante.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3030-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3031/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-004.464/2003-2

1.1. Apensos: TCs 005.441/2004-0, 020.037/2004-0 e 026.879/2012-3.

2. Grupo II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Relatório de Auditoria).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: 7º Batalhão de Engenharia de Construção (00.394.452/0037-06); Centro de Controle Interno do Exército (); Congresso Nacional (vinculador) (); Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (04.892.707/0001-00); Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - Deracre (04.031.258/0001-06).

3.2. Responsáveis: Alexsander Menezes Mendes (580.761.583-20); Dorinaldo do Vale Braz (196.392.282-49); Emanoel Messias França (132.179.501-78); Fernando Cesar Costa Goncalves Loiola (497.041.927-20); Fernando Manuel Moutinho da Conceição (005.647.292-72); Jailson Barbosa de Souza (634.443.722-72); Joselito José da Nóbrega (439.495.334-00); João Bosco de Medeiros (131.933.174-20); Lourival da Silva Nolasco (461.535.002-34); Marcus Alexandre Médici Aguiar (264.703.988-71); Maria Gorete das Dores Luchesi (733.105.906-82); Paulo Jose dos Santos (971.414.888-04); Rosimar Gomes de Moura (434.258.362-34); Sérgio Yoshio Nakamura (004.641.628-58); Tercam - Engenharia e Empreendimentos Ltda. (71.485.908/0007-76); Tercam-engenharia e Empreendimentos Ltda. (71.485.908/0001-80).

3.3. Recorrente: Tercam - Engenharia e Empreendimentos Ltda. (71.485.908/0007-76).

4. Unidades: Centro de Controle Interno do Exército; Departamento de Engenharia e Construção do Exército; Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Acre (Secex/AC).

8. Advogados constituídos nos autos: Adriana Barbosa Felix, 32396/DF; Amauri Feres Saad, 261859 OAB/SP; Edgard Hermelino Leite Junior, 92114 OAB/SP; Giuseppe Giamundo Neto, 234412 OAB/SP; Noelle Regina de Oliveira Guerino, 27017 OAB/DF, Fernanda Leoni, 330.251 OAB/SP.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, nos quais se aprecia embargos de declaração interpostos pela empresa Tercam Engenharia e Empreendimentos Ltda., contra o Acórdão 2.461/2014-Plenário, de 17/9/2014,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 32 e 34 da Lei 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, não os acolher, e

9.2. restituir os autos à unidade técnica para continuidade da instrução.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3031-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3032/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.608/2009-7

2. Grupo: II - Classe: V - Assunto: Monitoramento (Representação).

3. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

4. Unidades: Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno (Incra SR-28) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento de determinação expedida por esta Corte, nos autos de representação formulada pela Secex/GO, em face de possíveis irregularidades na execução de convênios celebrados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Irrigação de Goiás (Seagro),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar cumpridas as determinações contidas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 910/2012 - Plenário;

9.2. determinar à Superintendência Regional do Incra do Distrito Federal e Entorno que, no prazo improrrogável de noventa dias, conclua a análise da prestação de contas do Convênio 535118 e remeta, se for o caso, o processo à Secretaria Federal de Controle Interno, informando a esta Corte, ao final do referido prazo, as medidas adotadas;

9.3. determinar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que, no prazo improrrogável de noventa dias, conclua a análise da prestação de contas do Convênio 559309 e remeta, se for o caso, o processo à Secretaria Federal de Controle Interno, informando a esta Corte, ao final do referido prazo, as medidas adotadas;

9.4. dar ciência aos seguintes órgãos, com vistas a subsidiar a análise das prestações de contas dos convênios correspondentes, acerca das irregularidades identificadas pela Secex/GO nos procedimentos licitatórios e no pagamento de taxa de administração, com recursos provenientes dos mencionados ajustes, conforme exposto nos parágrafos 61 a 86 da instrução reproduzida no relatório que acompanha este acórdão:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.4.1. Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno: Convênios 3000/2005 e 9000/2005;

9.4.2. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Convênios 12/2006, 41/2004 e 157/2007, Contrato de Repasse 0233778-16/2007;

9.4.3. Embrapa: Convênio 10200.06/0202-3;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO que:

9.5.1. expirado o prazo fixado nos itens 9.2 e 9.3 do presente acórdão, sem cumprimento da deliberação, apure o valor dos débitos a partir dos documentos já enviados pelo Incra e pelo MDA ao TCU, com vistas à conversão do processo em tomada de contas especial, nos termos do art. 252 do Regimento Interno/TCU;

9.5.2. realize diligência junto à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Goiás, com vistas a obter informações acerca do processo 200300035000054, no intuito de se dar ciência ao órgão concedente das eventuais irregularidades apontadas, E

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, à Superintendência Regional do Incra no Distrito Federal e Entorno, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e à Embrapa.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3032-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3033/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-008.198/2010-1.

2. Grupo: I - Classe: V - Assunto: Auditoria.

3. Responsáveis: Alfredo Soubihe Neto (CPF 020.109.818-04), Handerson Cabral Ribeiro (CPF 813.771.341-72) e José Florentino Caixeta (CPF 122.495.056-91).

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: SecobRodovia.

8. Advogados constituídos nos autos: Leonardo Lacerda Jubé (OAB/GO 26.903) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada no âmbito do Fiscobras/2010 nas obras de adequação da BR-060, no trecho compreendido entre Goiânia/GO e Jataí/GO - subtrecho Abadia de Goiás/GO-Jataí/GO, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Alfredo Soubihe Neto quanto às ocorrências referentes ao sobrepreço no transporte material asfáltico e projeto de aterro sobre solos moles com inadequações técnicas, rejeitando-se as demais justificativas apresentadas em resposta à audiência determinada pelo subitem 9.3.4 do Acórdão 3405/2010-TCU-Plenário e à audiência promovida por meio do ofício à peça 182 destes autos;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. José Florentino Caixeta em resposta ao ofício à peça 184 destes autos;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Handerson Cabral Ribeiro em resposta ao ofício à peça 183 destes autos;

9.4. aplicar ao Sr. Alfredo Soubihe Neto, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 58, incisos II e IV, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar ao Sr. Handerson Cabral Ribeiro, com fundamento nos arts. 1º, inciso IX, 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.7. determinar à SecobRodovia que avalie o cumprimento dos subitens 9.2.5 e 9.2.6 do Acórdão 3405/2010-TCU-Plenário no âmbito da auditoria autuada no TC-006.159/2012-5;

9.8. dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit);

9.9. arquivar os presentes autos, após o seu trânsito em julgado, com fundamento no art. 169, inciso II, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3033-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3034/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.703/2011-0.

1.1. Apenso: 002.388/2011-1

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Construtora Passarelli Ltda. (CNPJ 60.625.829/0001-01); PB Construções Ltda. (CNPJ 06.017.891/0001-75); e Hydrostec Tecnologia e Equipamentos Ltda. (CNPJ 08.874.534/0001-59); Sandra Costa de Miranda (098.444.303-72).

4. Órgãos/Entidades: Ministério da Integração Nacional; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana (SecobInfraurbana).

8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 25.108); Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Igor Felipe Araújo de Sousa (OAB/DF 41.605); Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764) e outros à peça 111.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria (Fiscobras 2011) realizada nas obras de Implantação da Adutora Gavião-Pecém, no Estado do Ceará, objeto do PT 18.544.0515.10E9.0023/2011, cujo objeto consistiu na fiscalização dos contratos 40/SRH/CE/2009 e 41/SRH/CE/2009, compreendendo obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos (lotes 1 e 2, respectivamente), bem assim o Contrato 44/SRH/CE/2009, relativo à supervisão e fiscalização das obras do lote 1,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará que, com base na informação do consórcio sobre a redução da quantidade executada no subtrecho T3.3 (real executada de 12,9 km frente aos 14,1 km previstos na planilha orçamentária), com consequente redução dos quantitativos e custos (peça 102, p. 24-25), adote providências, se ainda não o fez, no sentido de adequar os valores contratuais e pagamentos ao quantitativo real executado, menor que o previsto na planilha orçamentária, por meio de aditivo, informando-se a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de sessenta dias;

9.2. enviar à referida Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, como subsídio ao cumprimento da determinação constante do subitem anterior, cópia do documento constante da peça 102 destes autos, no qual o consórcio admite a alteração de traçado com diminuição da extensão observada pela equipe de auditoria deste Tribunal;

9.3. dar ciência à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (SRH/CE) sobre as seguintes impropriedades:

9.3.1. a liquidação de despesa sem as correspondentes apresentações das notas fiscais, ou contendo deficiências, para fornecimento de tubulações pela empresa Hydrostec, participante do Consórcio Gavião Pecém V, sendo tais ausência e deficiências supridas pelas outras empresas integrantes do citado Consórcio, contrariam o disposto no art. 33, inc. I e § 2º, da Lei 8.666, de 21/6/1993, c/c item 7.1.2 do Instrumento Particular de Constituição do Consórcio, parte integrante dos contratos firmados com a Administração Pública, conforme discorrido no relatório integrante desta deliberação;

9.3.2. a liquidação de despesa cujo valor da nota fiscal de fornecimento de tubos emitida pela empresa Hydrostec correspondente a metragem maior do que a dos tubos medidos, sendo caracterizado como pagamento antecipado, contraria o disposto no Acórdão 948/2007-TCU Plenário;

9.3.3. a ausência de apresentação do orçamento analítico da licitação (detalhamentos das composições de preços unitário, das Bonificações de Despesas Indiretas e dos Encargos Sociais), como um anexo ao edital, contraria o disposto no art. 7º, inc. II, da lei 8.666, de 21/6/1993, assim como a Súmula TCU 258;

9.3.4. o orçamento base da Concorrência 2/2009/SRH/CCC com a inclusão inadequada do item de "administração local" na composição do BDI contraria o entendimento pacificado nesta Corte de Contas, mediante o Acórdão 325/2007 - Plenário, e que se encontra sedimentado nos Acórdãos 2.369/2011 e 2.622/2013, todos do Plenário, devendo, por isso, ser evitado em novas licitações envolvendo recursos federais;

9.3.5. o orçamento base da Concorrência 2/2009/SRH/CCC contendo impropriedades que contrariam o disposto no art. 6º, inc. IX, alínea "f", da Lei 8.666/1993, a saber:

9.3.5.1. quantitativo inadequado de serviço para a extensão do subtrecho T3.3;

9.3.5.2. previsão de BDI elevado e diferenciado de outros itens de fornecimento, previstos no edital, em percentuais de 10% e 20%, sem aparente motivo para essa distinção;

9.3.5.3. ausência de definição clara dos critérios de reajustamento dos contratos (art. 55, III, da Lei 8.666/1993);

9.3.5.4. a ausência de aprovação formal do projeto básico pela autoridade competente contraria o disposto no art. 6º, inc. IX e art. 7º, inc. III, § 2º, da Lei 8.666/1993, de 21/6/1993, assim como a súmula TCU 261;

9.3.5.5. os valores lançados como aditivos aos contratos 040/SRH/CE/2009 e 041/SRH/CE/2009, efetivados por meio de compensações entre acréscimos e decréscimos, a título de "replanilhamento", conforme demonstrado no "Balanço Comercial", contrariam o disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666, de 21/6/1993, assim como a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2.372/2013 TCU Plenário;

9.4. dar ciência deste acórdão à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará e ao Ministério da Integração Nacional;

9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3034-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3035/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-015.604/2007-6

2. Grupo: I - Classe: IV - Assunto: Tomada de contas especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Comando da 1ª Região Militar (00.394.452/0435-03); Ministério da Defesa/comando do Exército (vinculador).

3.2. Responsáveis: Adagmar Almeida de Oliveira (865.618.557-87); Adilson Alves Pinheiro (097.156.067-68); Airton Quintella de Castro Menezes (090.632.420-34); Amaro Gomes de Oliveira (240.645.727-34); André Almir Moreira (028.030.937-66); Antenor Rodrigues da Silveira Neto (306.733.137-00); Carlos Geraldo da Silva (287.391.677-04); Carlos Gonçalves de Sá (031.648.107-68); Carlos Magno Porto Lobato (034.061.067-06); Celso Ricardo Souto Maluf (059.065.390-34); Cristiane Moldes Tavares (047.867.177-62); Edi Ubirajara Ferreira (180.470.840-20); Eunice Galdino da Costa (164.267.977-15); Iran José da Silva (430.787.967-87); Jose Alyrio Ribeiro Alves (174.289.397-04); José Francisco da Silva (240.768.647-00); José Reinaldo Alves de Moura (059.040.564-00); João da Silva Lemos Filho (496.735.217-00); Katia Arnaldo de Azevedo (747.825.767-49); Lenyr Souza da Silva (393.008.707-34); Luciane Tinoco da Costa (037.424.927-05); Luiz Alberto Caldeira dos Santos (130.042.807-44); Luiz Edmundo Apt (093.174.737-68); Mara de Azevedo Nascimento (834.822.887-04); Moacir da Silva Cerqueira (528.501.027-68); Márcio Domeneck Salgado (318.482.147-15); Nilton Bertolot (275.461.877-53); Orfeu José Moutinho (019.725.027-00); Paulo Ferreira Magalhães (005.363.857-34); Reinaldo Ezequiel da Costa (030.191.017-00); Vera Lúcia de Almeida Marques (361.402.367-20); Vicente Luiz Alves de Moura (236.522.847-04); Wanderley da Silva Lobo (047.383.577-00).

4. Unidade: Comando da 1ª Região Militar.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).

8. Advogados constituídos nos autos: Jacqueline A. Mendonça de Oliveira, OAB/RJ 151708; Zairo Lara Filho, OAB/RJ 12860; Edson Martins Areias, OAB/RJ 94105; João Jeferson Manhões da Silva, OAB/RJ 37034; Edna Laranjeiras, OAB/RJ 100027; Diego Laranjeiras, OAB/RJ 159.528; João Batista dos Santos, OAB/RJ 61583.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela 1ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército - 1ª ICFEx, com o fim de verificar a ocorrência de pagamentos indevidos no Comando da 1ª Região Militar, no período de 1º/1/1991 a 23/9/2003, referentes à movimentação das contas escrituradas 2.1.2.1.1.01.00 - Fornecedores e 2.1.2.1.2.01.00 - Pessoal a Pagar, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, Gestões Tesouro Nacional e Fundo do Exército, tendo em vista demanda relacionada ao Inquérito Policial Militar - IPM nº 25/04,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. excluir da relação processual os Srs. Adagmar Almeida de Oliveira, Amaro Gomes de Oliveira, André Almir Moreira, Carlos Gonçalves de Sá, Carlos Magno Porto Lobato, Daha Simoni, Edi Ubirajara Ferreira, Iran José da Silva, João da Silva Lemos, José Alyrio Ribeiro Alves, José Reinaldo Alves de Moura, Kátia Arnaldo de Azevedo, Luiz Edmundo Apt., Mara de Azevedo Nascimento, Marcelo Alves da Costa, Moacir da Silva Cerqueira, Nilton Bertolot, Orfeu José Moutinho, Paulo Ferreira Magalhães, Vicente Luiz Alves de Moura e Wanderley da Silva Lobo;

9.2. arquivar o processo de contas especial do Sr. Carlos Geraldo da Silva, sem julgamento, por falta de pressuposto de desenvolvimento válido do processo, na forma do art. 212 do Regimento Interno do TCU;

9.3. julgar regulares com ressalva as contas das Srªs Cristiane Moldes Tavares, Luciane Tinoco da Costa, Eunice Galdino da Costa e Vera Lúcia de Almeida Marques, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação;

9.4. julgar irregulares as contas e em débito, em solidariedade, na forma exposta abaixo, os responsáveis Adilson Alves Pinheiro, Luiz Alberto Caldeira dos Santos, Celso Ricardo Souto Maluf, Airton Quintella Castro Menezes, Márcio Domeneck Salgado e Reinaldo Ezequiel da Costa, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, condenando-os ao pagamento das importâncias especificadas, fixando-lhes o prazo de quinze dias para que comprovem, perante este Tribunal, em respeito ao art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4.1. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa, Airton Quintella de C. Menezes e Luiz Alberto Caldeira dos Santos:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1995OB03261 (21)	12/04/1995	27.381,46
1995OB06460 (24)	22/06/1995	23.997,90
1995OB12143 (27)	07/12/1995	20.432,32
1995OB14362 (29)	29/12/1995	22.071,54
1996OB00662 (33)	18/07/1996	6.152,11
1995OB12178 (28)	07/12/1995	24.162,42
1995OB14481 (30)	29/12/1995	24.531,92
1996OB04570 (34)	21/08/1996	24.605,67

9.4.2. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa, Airton Quintella de C. Menezes, Luiz Alberto Caldeira dos Santos e Adilson Alves Pinheiro:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB02242 (03)	24/03/1994	4.275,33

9.4.3. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa, Airton Quintella de C. Menezes, Luiz Alberto Caldeira dos Santos e Márcio Domeneck Salgado:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB08740 (17)	26/12/1994	13.493,94
1994OB08740 (18)	26/12/1994	15.645,31
1995OB01138 (19)	17/03/1995	17.591,40
1995OB03260 (20)	12/04/1995	23.941,00
1995OB03262 (22)	12/04/1995	18.273,41
1995OB05281 (23)	26/05/1995	19.170,36

9.4.4. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa , Airton Quintella de C. Menezes e Adilson Alves Pinheiro:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB01454 (02)	17/03/1994	1.596,61
1994OB08080 (07)	19/12/1994	29.179,46
1994OB08080 (10)	19/12/1994	22.156,85
1994OB08080 (13)	19/12/1994	18.690,37

9.4.5. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa e Airton Quintella de C. Menezes:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB06726 (04)	25/10/1994	19.553,84
1994OB08080 (09)	19/12/1994	11.693,34
1994OB08080 (12)	19/12/1994	11.765,38
1994OB08080 (14)	19/12/1994	18.832,03
1994OB08080 (16)	19/12/1994	14.958,27

9.4.6. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa, Airton Quintella de C. Menezes e Márcio Domeneck Salgado:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB06726 (05)	25/10/1994	16.748,04
* - (06)	25/10/1994	27.183,62
1994OB08080 (08)	19/12/1994	8.006,58
1994OB08080 (11)	19/12/1994	11.174,64
1994OB08080 (15)	19/12/1994	11.910,92

*diversas OBs

9.4.7. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa e Luiz Alberto Caldeira dos Santos:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1994OB00126 (01)	03/02/1994	324,52

9.4.8. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa, Adilson Alves Pinheiro e Luiz Alberto Caldeira dos Santos:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1996OB00196/199 ** (32)	22/01/1996	24.605,67

9.4.9. Responsáveis solidários: Reinaldo Ezequiel da Costa e Adilson Alves Pinheiro:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1996OB00160 (31)	18/01/1996	24.605,67

9.4.10. Responsáveis solidários: Airton Quintella de Castro Menezes, Celso Ricardo Souto Maluf e Luiz Alberto Caldeira dos Santos:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1997OB04500 (02)	07/08/1997	14.927,34
1997OB04501 (03)	07/08/1997	14.850,34
1998OB00352 (04)	30/01/1998	5.654,53
1998OB00353 (05)	30/01/1998	5.814,30
1998OB00354 (06)	30/01/1998	5.987,82
1995OB08534 (25)	29/08/1995	18.615,00
1995OB11076 (26)	20/11/2005	23.469,62
1997OB02894 (44)	02/06/1997	25.500,48
1997OB02893 (45)	10/06/1997	26.371,81
1997OB02895 (46)	10/06/1997	25.340,15
1997OB03025 (47)	12/06/1997	22.310,00
1997OB04499 (53)	07/08/1997	24.316,64
1996OB06858 (35)	11/12/1996	24.737,52
1996OB07719 (36)	26/12/1996	23.508,13

9.4.11. Responsáveis solidários: Airton Quintella de Castro Menezes e Celso Ricardo Souto Maluf:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1997OB00854 (37)	14/03/1997	26.388,73
1997OB01198 (38)	25/03/1997	27.871,02
1998OB03335 (09)	16/06/1998	11.929,58
1996OB07536 (01)	23/12/1996	16.278,69
1997OB01224 (39)	25/03/1997	25.994,87
1997OB03310 (48)	08/07/1997	24.531,87
1997OB03789 (49)	22/07/1997	25.154,44
1997OB04041 (50)	24/07/1997	24.737,52
1997OB04433 (52)	05/08/1997	25.065,88
1998OB03209 (86)	04/06/1998	14.854,87
1998OB04726 (96)	11/08/1998	14.798,66
1998OB05316 (105)	16/09/1998	14.141,84
1997OB04163 (51)	28/07/1997	24.737,52
1997OB04602 (54)	13/08/1997	25.065,88
1998OB02381 (73)	14/05/1998	20.626,47
1998OB02389 (74)	14/05/1998	24.737,67
1998OB02403 (75)	14/05/1998	24.959,17
1998OB02407 (76)	14/05/1998	22.270,01
1998OB02423 (77)	14/05/1998	24.817,17
1998OB02426 (78)	14/05/1998	15.274,52
1998OB02494 (79)	19/05/1998	12.535,46
1998OB02503 (80)	19/05/1998	12.515,45
1998OB02935 (81)	26/05/1998	14.597,92
1998OB02975 (82)	26/05/1998	14.578,59
1998OB03001 (83)	26/05/1998	12.798,25
1998OB03186 (85)	04/06/1998	14.578,59
1998OB03372 (87)	18/06/1998	14.578,59
1998OB03383 (88)	18/06/1998	14.554,05
1998OB03629 (89)	02/07/1998	14.775,80
1998OB03636 (90)	02/07/1998	14.276,66
1998OB03777 (91)	14/07/1998	14.320,20
1998OB03813 (92)	14/07/1998	13.510,38
1998OB05054 (100)	03/09/1998	30.947,50
1998OB05059 (101)	03/09/1998	31.223,93
1998OB05456 (108)	23/09/1998	10.495,84
1998OB05470 (109)	24/09/1998	14.561,95
1998OB03084 (08)	27/05/1998	10.766,88
1998OB05174 (10)	15/09/1998	6.680,40
1998OB03082 (84)	27/05/1998	14.775,80
1998OB03848 (93)	15/07/1998	13.510,38
1998OB04097 (94)	27/07/1998	14.561,95
1998OB04144 (95)	27/07/1998	13.523,15
1998OB05729 (97)	11/08/1998	13.729,18
1998OB04849 (98)	20/08/1998	14.578,59
1998OB04915 (99)	24/08/1998	14.854,87
1998OB05069 (102)	03/09/1998	14.319,24
1998OB05091 (103)	03/09/1998	15.446,53
1998OB05094 (104)	03/09/1998	15.880,50
1998OB05329 (106)	17/09/1998	15.880,50
1998OB05335 (107)	17/09/1998	15.742,20

9.4.12. Responsáveis solidários: Airton Quintella de Castro Menezes e Adilson Alves Pinheiro:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
2001OB002356 (42)	12/07/2001	10.223,08
2002OB004571 (52)	11/12/2002	18.799,32
2000OB004266 (36)	25/10/2000	9.903,09
2000OB004267 (37)	25/10/2000	15.164,14
2000OB004301 (38)	30/10/2000	14.509,61
1998OB06172 (112)	09/11/1998	15.843,46
1998OB06399 (116)	10/11/1998	11.571,00
2000OB000225 (17)	11/02/2000	9.688,12
2000OB000228 (18)	11/02/2000	10.881,96
2000OB000318 (21)	21/02/2000	10.426,14
2000OB001048 (25)	17/04/2000	9.638,71
2000OB002818 (27)	08/08/2000	9.935,92
2000OB003830 (34)	16/10/2000	5.874,52
2001OB000118 (40)	23/01/2001	16.770,82
2002OB001326 (43)	28/06/2002	7.040,16
2002OB001794 (46)	02/08/2002	8.006,88
2002OB001797 (47)	05/08/2002	11.969,20
2002OB002038 (48)	20/08/2002	11.969,20
2002OB003954 (51)	28/11/2002	9.696,06
2003OB000099 (54)	16/01/2003	7.143,05
1998OB06189 (113)	10/11/1998	17.387,14
1998OB06190 (114)	10/11/1998	14.336,44
1998OB06191 (115)	10/11/1998	14.403,62
1998OB06579 (117)	19/11/1998	15.951,14
1998OB06591 (118)	19/11/1998	14.319,24
1998OB07930 (125)	15/12/1998	16.245,44
1998OB07934 (126)	15/12/1998	12.521,77
1998OB08246 (129)	23/12/1998	5.534,20
1998OB08463 (130)	29/12/1998	8.231,48
2000OB000228 (20)	14/02/2000	9.663,99
2000OB000357 (23)	25/02/2000	9.248,28
2000OB001147 (26)	03/05/2000	7.984,86
2000OB002819 (28)	08/08/2000	9.762,47
2000OB003126 (31)	24/08/2000	9.483,88
2000OB003829 (33)	16/10/2000	5.006,83
2000OB000356 (22)	25/02/2000	9.598,42
2000OB003167 (32)	24/08/2000	9.935,92
1998OB07887 (11)	15/12/1998	12.026,10
1998OB07890 (12)	15/12/1998	9.318,70
1998OB08551 (13)	29/12/1998	14.977,48
1998OB08523 (14)	29/12/1998	15.871,24
1998OB08524 (15)	29/12/1998	16.870,27
1998OB06800 (119)	25/11/1998	15.070,12
1998OB06801 (120)	25/11/1998	14.977,48
1998OB06802 (121)	25/11/1998	17.590,50
1998OB07283 (124)	03/12/1998	20.532,46
1998OB08061 (127)	16/12/1998	14.020,70
1998OB08062 (128)	16/12/1998	13.111,09
1999OB005023 (01)	19/09/1999	12.114,76
2001OB000037 (39)	04/01/2000	17.233,74
1998OB06921 (122)	26/11/1998	27.241,19

9.4.13. Responsáveis solidários: Airton Quintella de Castro Menezes, Adilson Alves Pinheiro e Luiz Alberto Caldeira dos Santos:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1999OB05622 (16)	10/11/1999	9.462,43
2000OB000227 (19)	14/02/2000	9.471,11
2000OB000358 (24)	25/02/2000	9.239,87
2000OB002820 (29)	08/08/2000	9.483,88
2000OB003125 (30)	23/08/2000	9.638,71
2000OB003831 (35)	16/10/2000	5.261,95
2001OB000119 (41)	23/01/2001	18.189,14
2002OB001792 (44)	02/08/2002	6.897,28
2002OB001793 (45)	02/08/2002	7.040,16
2002OB003031 (49)	23/10/2002	29.090,32
2002OB003953 (50)	28/11/2002	9.481,23
2003OB000098 (53)	16/01/2003	3.373,70
1998OB07277 (123)	03/12/1998	15.483,46

9.4.14. Responsável: Airton Quintella de Castro Menezes:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1997OB01469 (41)	07/04/1997	23.463,85
1998OB01444 (68)	02/04/1998	12.454,26
1998OB01454 (69)	02/04/1998	12.167,58
1998OB01457 (70)	02/04/1998	14.131,90
1998OB01931 (71)	14/04/1998	14.144,62
1998OB01964 (72)	27/04/1998	13.461,76
1998OB00867 (55)	03/03/1998	24.226,10
1998OB01342 (63)	02/04/1998	14.094,05
1998OB01362 (64)	02/04/1998	12.132,67
1998OB01412 (65)	02/04/1998	13.366,86
1998OB01422 (66)	02/04/1998	12.535,70
1998OB01423 (67)	02/04/1998	14.080,42
1998OB01289 (07)	03/03/1998	10.552,16
1997OB01486 (40)	07/04/1997	25.065,88
1997OB02284 (42)	14/05/1997	25.065,88

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1997OB02677 (43)	21/05/1997	24.737,52
1998OB00912 (56)	03/03/1998	24.162,50
1998OB00937 (57)	03/03/1998	24.959,17
1998OB00975 (58)	03/03/1998	24.817,17
1998OB01260 (59)	30/03/1998	24.817,17
1998OB01265 (60)	30/03/1998	24.315,26
1998OB01305 (61)	02/04/1998	14.548,10
1998OB01322 (62)	02/04/1998	12.132,67

9.4.15. Responsável: Adilson Alves Pinheiro:

Origem (Nº OB)	Data	Valor (R$)
1998OB05555 (110)	07/10/1998	20.445,02
1999OB005342 (02)	14/10/1999	9.685,89
1999OB005343 (03)	14/10/1999	9.326,90
1998OB06013 (111)	27/10/1998	14.554,05

9.5. aplicar, com fundamento no artigo 57 da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 267 do Regimento Interno do TCU, aos responsáveis relacionados no quadro a seguir, a correspondente multa, fixando o prazo de quinze dias, a partir da notificação, para que, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	*Multa*
Airton Quintella de Castro Menezes	*R$ 500.000,00*
Celso Ricardo Souto Maluf	*R$ 185.000,00*
Adilson Alves Pinheiro	*R$ 140.000,00*
Reinaldo Ezequiel da Costa	*R$ 135.000,00*
Luiz Alberto Caldeira dos Santos	*R$ 130.000,00*
Márcio Domeneck Salgado	*R$ 47.000,00*

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 219, inciso II, do Regimento Interno do TCU, caso não atendidas as notificações;

9.7. inabilitar, pelo prazo de 5 (cinco) anos, os Srs. Adilson Alves Pinheiro, Luiz Alberto Caldeira dos Santos, Celso Ricardo Souto Maluf, Airton Quintella Castro Menezes, Márcio Domeneck Salgado e Reinaldo Ezequiel da Costa para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992;

9.8. solicitar, via MP/TCU, à Advocacia-Geral da União (AGU) que arreste os bens dos Srs. Adilson Alves Pinheiro, Luiz Alberto Caldeira dos Santos, Celso Ricardo Souto Maluf, Airton Quintella Castro Menezes, Márcio Domeneck Salgado e Reinaldo Ezequiel da Costa, julgados em débito, com base no art. 61 da Lei 8.443/1992, e

9.9. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como das peças que o fundamentam, para o Comando da 1ª Região Militar, para o Superior Tribunal Militar para subsídio ao Processo 0000002-81.2004.7.01.0301, e para a 28ª Vara da Justiça Federal, de modo a subsidiar o Processo 2008.51.01.018716-66006.

9.10. remeter cópia da documentação pertinente à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis em face do disposto no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/92 c/c o art. 209, § 6º, *in fine*, do Regimento Interno, e

9.11. acostar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, aos TCs 007.450/1999-0, 008.096/2000-8, 011.079/2002-5, 008.140/2003-2 e 006.734/2004-7 (contas do Cmdo 1ª RM dos exercícios de 1998, 1999, 2001, 2002 e 2003, respectivamente), bem como ao TC-006.166/2007-2 (TCE).

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3035-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3036/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.759/2014-2

2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Trivale Administração Ltda., CNPJ 00.604.122/0001-97.

4. Unidades: Sesi-RS e Senai-RS.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Santa Catarina - Secex/SC.

8. Advogado constituído nos autos: Marce1o Müller Lobato (OAB/DF 16.442) (peça 2, p. 1-2)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da empresa Trivale Administração Ltda., com pedido de medida cautelar no sentido de suspensão do Pregão Presencial PP000822014DR, promovido pelo Sesi-RS e Senai-RS e realizado por meio do Sistema FIERGS, que conteria cláusula restritiva à competitividade,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, em:

9.1. conhecer da presente representação, à vista do preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, c/c art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. indeferir o pedido formulado pela empresa Trivale Administração Ltda. de suspensão do Pregão Presencial PP000822014DR, promovido pelo Sesi-RS e Senai-RS e realizado por meio do Sistema FIERGS, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para adoção da referida medida cautelar;

9.3. comunicar à entidade licitante e à representante cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, e

9.4. arquivar o presente processo, com base no art. 250, inciso I, do RI/TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3036-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3037/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 024.316/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.

3. Representante: Trivale Administração Ltda. (00.604.122/0001-97).

4. Unidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro; Administração Nacional do Sesc - Sesc/AN.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Wanderley Romano Donadel (OAB/MG 78.870); Frederico Dunice P. Brito (OAB/DF 21.822); e Mariah Alves Chaves dos Santos (OAB/DF 37.213).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Trivale Administração Ltda., em face de supostas irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico Sesc-AN 0014/36-PG, cujo objeto consistiu na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de administração, gerenciamento de sistema informatizado e controle de abastecimento de combustíveis em veículos, mediante a implantação de sistema de cartão magnético de monitoramento de frota, para atendimento das necessidades do Departamento Nacional do Sesc e da Escola Sesc de Ensino Médio (Esem),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso VII, e parágrafo único, c/c o art. 235, ambos do Regimento Interno/TCU;

9.2. indeferir o pedido de medida cautelar pleiteado pela representante;

9.3. considerar a representação, no mérito, improcedente;

9.4. arquivar o processo após ciência à representante, com fundamento no art. 169, V, do RI/TCU.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3037-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3038/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.421/2014-3.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Solicitação.

3. Interessado: Carlos Higino Ribeiro de Alencar, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União Interino (CPF 171.399.578-60)

4. Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstataisRJ).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação de prorrogação do prazo de apresentação da prestação de contas anual do BNDES referente ao exercício de 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da solicitação formulada pelo Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União Interino e, com fundamento no art. 7º, *caput*, da Instrução Normativa TCU 63/2010, autorizar, em caráter excepcional, a prorrogação por mais trinta dias no prazo de apresentação da prestação de contas anual do BNDES referente ao exercício de 2013;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e

9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3038-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator), Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3039/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-000.346/2010-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.

3. Interessado: Congresso Nacional.

3.1. Responsáveis: André Clementino Santos, CPF 429.463.792-72; Avelino Tavares de Souza e Silva, CPF 004.542.062-91; Elianne de La Rocque Barros, CPF 330.567.222-68; Francisco de Assis Mota Miranda, CPF 244.864.852-20; Geraldo Chicre Bitar Pinheiro, CPF 030.721.932-15; Izabela Monteiro Bastos Bandeira, CPF 397.751.352-49; José Ferreira Puty, CPF 032.913.402-72; José Humberto Ribeiro Martins, CPF 304.134.432-72; Lígia dos Santos Neves, CPF 440.068.882-87; Márcia Cristina de Melo Barroso, CPF 429.771.502-34; Norma Sueli Alves dos Santos, CPF 426.121.102-59 e Raimundo Miranda de Almeida, CPF 081.951.452-72.

4. Entidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Estado do Pará e Companhia de Habitação do Estado do Pará.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Infraestrutura Urbana - SecobEdif.

8. Advogado constituído nos autos: Thiago Costa Lopes, OAB/PA 11.540; Daniel Martins Carneiro, OAB/DF 30.559 e Denise de Fátima de Almeida e Cunha, OAB/PA 9.158.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria realizada na Secretaria Executiva do Ministério das Cidades - MiCi, no período compreendido entre 18/01 e 10/03/2010, tendo por escopo fiscalizar as obras de construção de unidades habitacionais em Belém/PA - ocupação Riacho Doce -, vinculadas ao Contrato de Repasse 218.747-24.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Cohab/PA que, nas futuras licitações custeadas com recursos públicos federais:

9.1.1. abstenha-se de exigir cumulativamente patrimônio líquido mínimo e garantia de participação, tal como ocorreu no subitem 6.1.1, alínea "h", do Edital da Concorrência 2/2008, em afronta ao § 2º do art. 31 da Lei 8.666/1993, bem como de exigir certificados do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade de Habitat - PBQ-PH como condição de habilitação, por falta de amparo legal;

9.1.2. observe as disposições da Norma Técnica ABNT 8.036/1983, especialmente quanto ao número mínimo de furos necessários aos estudos de sondagem;

9.1.3. dê cumprimento ao previsto no art. 7º, §§ 1º e 2º, inciso I, da Lei 8.666/1993, no sentido de encaminhar o Projeto Básico do empreendimento para a aprovação da autoridade competente;

9.2. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam à Companhia de Habitação do Estado do Pará.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3039-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3040/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.651/2014-5.

1.1. Apenso: TC 001.410/2014-8.

2. Grupo I - Classe VII - Monitoramento (Representação).

3. Representante: L & B Soluções em TI Ltda. (CNPJ 03.490.199/0001-71).

4. Unidades: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero e Vice-Presidência de Governo do Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.

8. Advogados: Érika C. Frageti Santoro (OAB/SP 128.776) e outros; Nelson de Menezes Pereira (OAB/DF 12.936) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento das medidas adotadas para cumprir o acórdão 1.216/2014 - Plenário, referente a representação formulada pela empresa L & B Soluções em TI Ltda. contra possíveis irregularidades no pregão eletrônico 94/DALC/SEDE/2013, realizado pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 169, inciso V, e 243 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar cumpridos os subitens 9.3 e 9.5 do acórdão 1.216/2014 - Plenário;

9.2. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à Vice-Presidência de Governo do Banco do Brasil S.A., à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária, à representante e à autora da denúncia constante do processo apenso (TC 001.410/2014-8); e

9.3. arquivar os autos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3040-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3041/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.889/2014-2.

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD).

4. Unidades: Secretaria-Geral da Presidência da República e Órgãos do Governo Federal usuários de Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) - Cartões Corporativos.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado - SecexAdministração.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta solicitação do Congresso Nacional, encaminhada pelo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Edinho Bez (Ofício 35/2014/CFFC-P), a partir do Requerimento 569/2013, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, por meio do qual são solicitadas informações sobre o uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) - Cartões Corporativos, nos últimos cinco anos (2009 a 2013).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 232, inciso III, do Regimento Interno e nos arts. 4º, inciso I, alínea "b", e 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer da solicitação;

9.2. encaminhar ao Deputado Edinho Bez cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam;

9.3. encaminhar, ainda, ao solicitante cópia das decisões 701/1994, 17/1995 e 1.695/2002 e dos acórdãos 230/2006, 1.315/2006, 470/2007, 1.688/2008, 2.514/2010, 857/2011, 2.542/2011, 2.924/2011, 417/2012, 2.258/2012 e 3.407/2013, do Plenário, e do acórdão 1.135/2006, da 1ª Câmara, bem como dos relatórios e dos votos que os fundamentaram, alertando-o quanto ao caráter sigiloso do acórdão 2.258/2012 - Plenário;

9.4. considerar a solicitação integralmente atendida; e

9.5. arquivar este processo.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3041-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3042/2014 - TCU - tag Colegiado

1. Processo TC 008.788/2013-8.

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Unidade: Ministério da Fazenda.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de expediente do Senado Federal encaminhando o autógrafo da Resolução 07/2013 (SF), que "Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Contrato de Reestruturação de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, no valor equivalente a US$ 4.323.293,85 (quatro milhões, trezentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e três dólares norte-americanos e oitenta e cinco centavos), para reescalonamento da dívida oficial santomense com o Brasil", com recomendação para que o TCU proceda ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes daquela operação de crédito.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 232, inciso I, do Regimento Interno, c/c arts. 4º, inciso I, alínea "a", e 17 da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1. conhecer da solicitação;

9.2. informar ao presidente do Senado Federal que o contrato de reescalonamento da dívida mantida pela República Democrática de São Tomé e Príncipe com a República Federativa do Brasil, autorizado pela Resolução 07/2013 (SF), não foi assinado;

9.3. considerar a presente solicitação integralmente atendida;

9.4. arquivar os autos, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3042-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3043/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.586/2011-3.

1.1. Apenso: TC 029.078/2011-3.

2. Grupo I - Classe VII - Monitoramento (Auditoria).

3. Responsáveis: Darby Valente (CPF 125.374.629-04), Edimar Gomes da Silva (CPF 134.463.088-06), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Irineu Rodrigues (CPF 212.408.840-87), Luiz Antonio Tarasiuk (CPF 253.480.009-49), A.G.S. Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 05.118.422/0001-80), Alfama Processamento de Dados Ltda. (CNPJ 07.906.802/0001-04), Barbalho Reis Comunicação e Consultoria Ltda. (CNPJ 26.420.877/0001-25), Bioma Educação e Assessoria Ambiental Ltda. (CNPJ 74.467.986/0001-40), Cenitec - Centro Nacional de Integração de Tecnologia, Educação e Com. Ltda. (CNPJ 05.833.475/0001-82), Exklusiva Gráfica e Editora Ltda. (CNPJ 75.962.480/0001-70), FNT Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 02.917.800/0001-05), Jads Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda. (CNPJ 04.610.197/0001-31), Instituto Brasileiro de Organização do Trabalho Intelectual e Tecnológico - IBT (CNPJ 06.934.380/0001-18), Júpiter Produtora de Filmes S/s Ltda. (CNPJ 04.581.133/0001-50), Konsultimpex Assessoria e Representações Ltda. (CNPJ 81.536.047/0001-76), Maralfa Informática Ltda. (CNPJ 08.612.039/0001-71), Marcio de Oliveira (CNPJ 00.445.343/0001-60), Norwell Administração Serviços e Informática Ltda. (CNPJ 06.193.849/0001-05), Pampulha Treinamentos Ltda. (CNPJ 03.490.900/0001-52), Petrocchi Consultoria Ltda. (CNPJ 04.813.197/0001-39), Pool Soluções Gráficas e Editoração Ltda. (CNPJ 07.451.335/0001-75), Prugner Consultores Ltda. (CNPJ 11.176.086/0001-90), Race Consult Consultoria Técnica e Representações Ltda. (CNPJ 00.085.177/0001-38), Ruschmann Consultores de Turismo S/C Ltda. (CNPJ 01.142.506/001-06), Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (CNPJ 76.575.604/0001-28) e Vocare Consultoria Treinamento e Marketing Ltda. (CNPJ 04.778.994/0001-22).

4. Unidades: Ministério do Turismo e Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Paraná - Secex/PR.

8. Advogados: Guilherme Augusto Vicenti Dias (OAB/RJ 72.067), José Luiz Fungache (OAB/SP 188.498), Edgar Guimarães (OAB/PR 12.413), Altair Santana da Silva (OAB/PR 25.795), Ricardo Onófrio Carvalho (OAB/PR 37.228), Carlos Bastide Horbach (OAB/RS 41.823 e OAB/DF 19.058), Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762) e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este monitoramento das medidas adotadas para cumprir o acórdão 221/2013 - Plenário, que apreciou auditoria realizada com o objetivo de verificar a regularidade da gestão dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS e pelo Ministério do Turismo à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, na qual foram identificados indícios de irregularidades nos convênios 708657 e 747398, firmados com o último órgão.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 26 da Lei 8.443/1992 e 217 e 243 do Regimento Interno, em:

9.1. declarar a perda de objeto da medida cautelar adotada no processo, em decorrência do término de vigência dos convênios 708657 e 747398 e da instauração de tomadas de contas especiais pelo Ministério do Turismo;

9.2. considerar cumprida a determinação do subitem 9.2 do acórdão 221/2013 - Plenário;

9.3. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que ultime, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, se ainda não o fez, as providências necessárias para enviar a tomada de contas especial referente ao convênio 708657, firmado com a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, à Secretaria Federal de Controle Interno, tendo em vista que já se esgotou o prazo estabelecido no artigo 11 da Instrução Normativa TCU 71/2012;

9.4. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que:

9.4.1. adote as providências de sua alçada para permitir o envio da tomada de contas especial indicada no subitem anterior a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação ou do futuro recebimento do processo;

9.4.2. ultime, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, as providências necessárias para enviar a tomada de contas especial referente ao convênio 747398, também firmado com a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB, a este Tribunal, tendo em vista que o processo foi encaminhado ao órgão em fevereiro de 2014 e já se esgotou o prazo estabelecido no artigo 11 da Instrução Normativa TCU 71/2012;

9.5. cientificar à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB que, se ainda for do seu interesse, poderá efetuar o pagamento dos valores bloqueados judicialmente nas contas dos convênios em tela ou dos totais repassados, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas;

9.6. fixar, no caso de opção pelo parcelamento, o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de atualização monetária sobre o valor de cada parcela, desde as datas dos respectivos repasses;

9.7. alertar à SEB que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. determinar à Secex/PR que:

9.8.1. monitore o cumprimento das medidas contidas nos itens precedentes;

9.8.2. proceda, oportunamente, à juntada de cópia das deliberações proferidas neste processo e de outros documentos eventualmente necessários às tomadas de contas especiais a serem recebidas pelo Tribunal;

9.9. enviar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba - SEB e, em complemento às informações prestadas anteriormente, ao deputado Rubens Bueno, líder do Partido Popular Socialista.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3043-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz (na Presidência).

13.3. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3044/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC-013.750/2014-3.

2. Grupo: I - Classe de Assunto: II - Solicitação.

3. Interessado: Solicitação do Congresso Nacional.

4. Órgão/Unidade: Ministério das Cidades, Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Transportes - SefidTrans.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação do Congresso Nacional encaminhada a esta Corte pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, por meio do Ofício 916/2014/SGM/P, que contempla pedido feito originalmente pelo Deputado Eduardo da Fonte, requerendo informações sobre a participação de recursos federais na Parceria Público Privada assinada com a Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa para atuação na rede de sistema de esgoto sanitário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente Solicitação, por estarem preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, 232, inciso II, do RI/TCU, e 4º, inciso I, alínea **a**, da Resolução/TCU 215/2008;

9.2. informar ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e ao Deputado Eduardo da Fonte que:

9.2.1. não há repasse de recursos federais submetidos ao gerenciamento do parceiro privado nas PPPs realizadas pela Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa para exploração do sistema de coleta de esgoto da Região Metropolitana do Recife;

9.2.2. as verbas federais referentes ao Programa Saneamento Para Todos são repassadas ao Estado de Pernambuco por meio de financiamento, tendo a Compesa como interveniente; tais verbas são destinadas unicamente à implantação do mencionado sistema de esgotamento, ou seja, às obras de construção, sob responsabilidade da Compesa, ou de outro órgão estadual; as eventuais PPPs realizadas pela Companhia Pernambucana, para operação e manutenção do sistema, somente devem ocorrer após a conclusão das obras, nos termos da Portaria MCIDADES 280/2013, sob a fiscalização do agente financeiro repassador;

9.2.3. essas PPPs são de responsabilidade dos entes federados, não envolvem verbas federais e, portanto, devem ser submetidas ao escrutínio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco TCE/PE e não do Tribunal de Contas da União (Acórdãos 678/2010, 2.298/2010, 2.176/2013 e 2.225/2013, todos do Plenário);

9.2.4. foi atendido o art. 42, § 1º, da Lei 11.445/2007, que veda a geração de crédito à concessionária pelos investimentos feitos sem ônus para ela, como ocorre na hipótese em análise, haja vista que a concessionária apenas será indenizada pelos investimentos que realizar, não gerando direito a crédito para a concessionária os bens do sistema existentes ou os investimentos governamentais, nos termos da Cláusula 38 do edital e da Cláusula 50 do Contrato CT.PS.13.1.059-1;

9.3. encaminhar ao Ministério das Cidades, à Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, ao Presidente da Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves, e ao Deputado Eduardo da Fonte cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam;

9.4. considerar a Solicitação integralmente atendida e arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 169, inciso II, do RI/TCU e 17, inciso I, da Resolução/TCU 215/2008

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3044-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3045/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.833/2009-0.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 26.921.908/0001-21).

4. Unidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: Erenice Alves Guerra (OAB/DF 12.515) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração interpostos por Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. contra o acórdão 1.989/2014 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e negar-lhes provimento;

9.2. excluir a expressão "... e multa" do sumário do acórdão 1.989/2014 - Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3045-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3046/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 019.617/2013-5.

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Uilson Silva Brito (CPF 178.380.023-20) e André C. D. Azevedo Comércio - ME (CNPJ 07.314.196/0001-38).

4. Unidade: Município de Araguanã/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação contra José Uilson Silva Brito, ex-prefeito de Araguanã/MA, em atendimento ao acórdão 222/2011-Plenário, que apurou irregularidades na aplicação dos recursos destinados, nos exercícios de 2005 e 2006, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches (PNAC).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "c" e §§ 1º e 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; 57 e 60 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis José Uilson Silva Brito e André C. D. Azevedo Comércio - ME;

9.2. julgar irregulares as contas de José Uilson Silva Brito e André C. D. Azevedo Comércio - ME;

9.3. condenar José Uilson Silva Brito e André C. D. Azevedo Comércio - ME ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) das quantias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros legais contados das datas indicadas até a data do pagamento:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.3.1. José Uilson Silva Brito:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
7/12/2005	5.643,00
7/12/2005	5.650,00
10/11/2005	10.400,00

9.3.2. José Uilson Silva Brito solidariamente com a firma André C. D. Azevedo - ME:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
03/8/2005	10.000,00
20/3/2006	51.600,00
20/3/2006	1.340,00
20/3/2006	9.927,00
20/3/2006	975,00

9.4. aplicar a José Uilson Silva Brito e à André C. D. Azevedo - ME multas de R$ 10.000,00 e R$7.000,00, respectivamente, a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até o dia do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. considerar grave a infração cometida e inabilitar José Uilson Silva Brito, pelo período de 5 (cinco) anos, para exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal;

9.11. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências cabíveis em relação ao subitem anterior, e à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, em atendimento ao art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 6º, do Regimento Interno.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3046-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3047/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 020.739/2012-5.

1.1. Apensos: TC 015.781/2014-3 e TC 019.500/2011-4.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Interessada/Responsáveis/Recorrente:

3.1. Interessada: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

3.2. Responsáveis: Marcos Antônio dos Santos (CPF 240.532.524-15), Valter dos Santos Canuto (CPF 530.284.224-68) e Metropolitana Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 04.210.808/0001-54).

3.3. Recorrente: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - MPTCU, representado pelo procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

4. Unidade: Município de Traipu/AL.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados: Tércio Rodrigues da Silva (OAB/AL 2.566) e Maurício Leandro da Silva (OAB/AL 10.219).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto pelo MPTCU contra o acórdão 3.121/2013 - Plenário, que julgou irregulares as contas de Marcos Antônio dos Santos e Valter dos Santos Canuto, ex-prefeitos do Município de Traipu/AL, relativas ao convênio 1.276/2002, firmado com a Funasa para execução de melhorias sanitárias domiciliares na zona rural do município.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 16, §2º, 32, inciso I, 33 e 57 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração, dar-lhe provimento e:

9.1.1. julgar irregulares as contas da empresa Metropolitana Construções e Comércio Ltda. e incluí-la como responsável solidária pelo ressarcimento ao erário dos valores indicados nos subitens 9.4 e 9.5 da deliberação recorrida;

9.1.2. aplicar multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) à empresa Metropolitana Construções e Comércio Ltda., observando-se, também em seu caso, as disposições dos subitens 9.6 a 9.9 do acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos responsáveis arrolados, atentando-se, se for o caso, para os apontamentos do item 12 do voto precedente;

9.3. enviar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Procuradoria da República em Alagoas e, em especial, à Procuradoria localizada em Arapiraca, no mesmo Estado, a fim de subsidiar a instrução do processo PP 1.11.001.000041/2014-61 (TC 015.781/2014-3, em apenso).

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3047-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3048/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 026.169/2013-4.

1.1. Apensos: TC 029.058/2013-9, TC 029.440/2013-0, TC 029.623/2013-8, TC 028.892/2013-5, TC 029.078/2013-0, TC 028.917/2013-8, TC 029.053/2013-7, TC 029.120/2013-6 e TC 029.068/2013-4.

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria).

3. Recorrente: Secretaria Nacional de Assistência Social//Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - SNAS/MDS.

4. Unidade: Secretaria Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este pedido de reexame interposto pela Secretaria Nacional de Assistência Social, por meio de sua titular, Denise Ratmann Arruda Colin, contra o acórdão 290/2014-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, 33 e 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame, dar-lhe provimento e suprimir a determinação contida no subitem 9.1.1 do acórdão 290/2014-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação à Secretaria Nacional de Assistência Social.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3048-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3049/2014 - TCU - Plenário

1. Processo TC 350.275/1996-3.

1.1. Apensos: TC 030.833/2011-6, TC 008.237/2000-8 e TC 003.161/1997-8.

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Integral Engenharia Ltda. (CNPJ 07.334.816/0001-09).

4. Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S. A. - BNB.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relatora da deliberação recorrida: Ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados: Manoel Leandro de Norões Milfont (OAB/CE 3.176) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pela Integral Engenharia Ltda. em face do acórdão 1.930/2014 - Plenário, que negou provimento a pedido de reexame por ela interposto contra o acórdão 1.936/2012 - Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração e considerá-los parcialmente procedentes para, sem efeitos infringentes, integrar o acórdão 1.930/2014 - Plenário com os fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Integral Engenharia Ltda.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3049-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3050/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.574/2013-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente (SecexAmbiental).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a monitoramento de deliberações formuladas pelo Plenário do Tribunal, que resultaram em determinações e recomendações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar cumpridas, com fulcro no art. 243 do RITCU, as determinações e recomendações dirigidas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio dos acórdãos 145/2010, 578/2010 e 3.479/2012, todos do Plenário;

9.2. apensar estes autos ao TC 021.004/2008-7 e juntar cópia da presente deliberação aos processos TC 020.036/2007-8 e TC 013.842/2010-2, como previsto no art. 4º, III c/c art. 5º, II, da Portaria-Segecex 27/2009 e no item 64.2.1 do documento "Padrões de Monitoramento";

9.3. remeter cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);

9.4. encerrar o presente processo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3050-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3051/2014 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 023.050/2013-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgão/Entidade Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), Eletrobras Eletronuclear, Ministério da Justiça (MJ), Ministério da Educação (MEC), Agência Nacional de Águas (ANA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF/5ª), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT/7ª), Universidade Federal do Ceará (UFC), Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. (Codesp), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT/9), Fundação Universidade do Amazonas (UFAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Banco Central do Brasil (BCB), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI).

8. Advogado constituído nos autos: Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19.273) e outros, peça 23.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da consolidação de auditorias realizadas em diversos órgãos e entidades da Administração Pública Federal com vistas a avaliar a implementação dos controles de TI informados em resposta ao levantamento do perfil de governança de TI de 2012, bem como verificar a adoção de planos e estratégias para implementação e melhoria da governança de TI.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. recomendar ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - Dest, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP, ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, à Secretaria Geral da Presidência do Tribunal de Contas da União - Segepres/TCU, à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados e à Diretoria Geral do Senado Federal que:

9.1.1. estabeleçam mecanismos permanentes de interlocução e compartilhamento de estratégias, ações e produtos no sentido de maximizar o aproveitamento de soluções elaboradas por um órgão governante superior (OGS), tais como guias, manuais, entre outros, pelos demais OGS, com o objetivo de alcançar maior eficiência e celeridade na melhoria dos processos e estruturas das organizações sob sua respectiva jurisdição;

9.1.2. estabeleçam estratégias e ações de sensibilização da alta administração das organizações sob sua jurisdição quanto ao tema governança de TI, com o objetivo de orientar tais responsáveis acerca de seu papel na avaliação, direção e monitoramento da gestão e o uso da tecnologia da informação;

9.1.3. orientem as unidades sob sua jurisdição a avaliar previamente a viabilidade de projetos de TI, incluindo, entre os objetos de análise, a verificação do custo/benefício do projeto, a exemplo do processo EDM02 - Assegurar a Entrega de Benefícios do Cobit 5;

9.1.4. orientem as organizações sob sua jurisdição a respeito da importância da adoção das seguintes práticas relativas ao planejamento de TI e seu acompanhamento:

9.1.4.1. atribuição de responsáveis pelo alcance dos objetivos e metas de TI;

9.1.4.2. definição de responsáveis pela aferição dos indicadores de TI;

9.1.4.3. disponibilização de indicadores estratégicos para acompanhamento por parte da alta administração, mediante relatórios ou sistemas específicos;

9.1.4.4. estabelecimento de instrumentos de acompanhamento, a exemplo de: sistemas, reuniões periódicas, relatórios;

9.1.4.5. definição de ações específicas para quando as metas de TI não forem alcançadas, a exemplo de: discussão em reuniões, escalamento, elaboração de planos de tratamento;

9.1.4.6. divulgação interna e externa do alcance das metas de TI, ou os motivos de elas não terem sido alcançadas.

9.1.5. normatizem a obrigatoriedade de que todas as organizações sob sua jurisdição gerenciem os riscos de TI a que estão sujeitos, por meio de um processo formal;

9.1.6. promovam ações de sensibilização e capacitação dos gestores das organizações sob sua jurisdição quanto à gestão de riscos de TI, com o objetivo de orientá-los sobre a identificação, análise, tratamento e comunicação dos riscos a que a instituição está sujeita;

9.1.7. orientem as unidades sob sua jurisdição no sentido de aprimorar os respectivos processos de gestão de orçamento e de custos de TI, a exemplo do disposto no processo APO06 - Gerenciar orçamento e custos do Cobit 5, com vistas a permitir a visualização e o acompanhamento da evolução dos custos diretos e indiretos de TI, incluindo, por exemplo, os custos ligados a recursos humanos (remuneração, treinamento etc.) e infraestrutura;

9.1.8. elaborem modelo de custos de TI para servir de referência para as organizações jurisdicionadas, baseado na definição dos serviços prestados, de forma a tornar a alocação de custos aos serviços de TI identificável, mensurável e previsível, a exemplo do previsto na prática APO06.04 - Modelar e alocar custos do Cobit 5.

9.2. recomendar ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MP que publiquem periodicamente os resultados das avaliações acerca do alcance dos objetivos e metas dispostos nos respectivos planos estratégicos de TI para o setor jurisdicionado, propiciando ampla transparência aos resultados atingidos.

9.3. recomendar ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI que:

9.3.1. elabore e acompanhe periodicamente, a exemplo do realizado na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação no Sisp e da Estratégia de TIC no Poder Judiciário, planejamento que abranja a estratégia geral de segurança da informação para o setor sob sua jurisdição, envolvendo não somente a tecnologia da informação, mas também os demais segmentos relacionados à proteção das informações institucionais;

9.3.2. alerte as organizações sob sua jurisdição que a elaboração periódica de planejamento das ações de segurança da informação é obrigação expressa prevista no item 3.1 da Norma Complementar 2/IN01/DSIC/GSIPR, além de ser boa prática prevista na NBR ISO/IEC 27.001/2013, item 6, bem como no Cobit 5, Prática de Gestão APO 13.2.

9.4. recomendar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que:

9.4.1. elabore e acompanhe periodicamente, a exemplo do realizado na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação no Sisp e na Estratégia de TIC no Poder Judiciário, planejamento que abranja a estratégia geral de segurança da informação para o setor sob sua jurisdição, envolvendo não somente a tecnologia da informação, mas todos os segmentos relacionados à proteção das informações institucionais;

9.4.2. alerte as organizações sob sua jurisdição que o estabelecimento de um modelo de gestão que abranja, entre outros processos, a elaboração periódica de planejamento estratégico de segurança da informação é diretriz expressa pelo Conselho Nacional de Justiça para a gestão da segurança da informação, além de ser boa prática prevista na NBR ISO/IEC 27.001/2013, item 6, bem como no Cobit 5, Prática de Gestão APO 13.2.

9.5. recomendar ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) que:

9.5.1. elabore e acompanhe periodicamente, a exemplo do realizado na Estratégia Geral de Tecnologia da Informação no Sisp e na Estratégia de TIC no Poder Judiciário, planejamento que abranja a estratégia geral de segurança da informação para o setor sob sua jurisdição, envolvendo não somente a tecnologia da informação, mas todos os segmentos relacionados à proteção das informações institucionais;

9.5.2. alerte as organizações sob sua jurisdição que o estabelecimento de um modelo de gestão que contemple, entre outros processos, a elaboração periódica de planejamento estratégico de segurança da informação é boa prática prevista na NBR ISO/IEC 27.001/2013, item 6, bem como no Cobit 5, Prática de Gestão APO 13.2.

9.6. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação do TCU (Sefti) que:

9.6.1. encaminhe cópia integral deste relatório técnico aos OGS de forma a informá-los a respeito das constatações e conclusões obtidas nesse trabalho com o intuito de apoiar e subsidiar suas ações de normatização, estruturação, capacitação e gestão do setor jurisdicionado;

9.6.2. encaminhe cópia desta deliberação:

9.6.2.1. às organizações as quais foram dirigidas as recomendações da deliberação;

9.6.2.2. às organizações que foram individualmente fiscalizadas no âmbito da FOC;

9.6.2.3. à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados;

9.6.2.4. à Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Informática da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) da Câmara dos Deputados;

9.6.2.5. à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

9.6.2.6. à Subcomissão Permanente de Serviços de Informática (CCTSINF) da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal;

9.6.2.7. aos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, para conhecimento e subsídios às suas ações de controle externo pertinentes à área de TI;

9.7. autorizar a Sefti a promover a divulgação da Nota Técnica Sefti 7/2014, como forma de orientar as organizações da Administração Pública Federal no processo de amadurecimento de suas práticas de governança de TI, bem como a jurisprudência deste Tribunal quanto ao assunto.

9.8. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 44/2014 - Plenário.

11. Data da Sessão: 5/11/2014 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3051-44/14-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (na Presidência), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 45 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário, e deixou de convocar a Sessão Extraordinária de Caráter Reservado prevista para esta data.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 12 de novembro de 2014.

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 318, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal e de seus instrumentos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 dispõe, no art. 216, § 2º, que cabem à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem;

CONSIDERANDO que a Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, determina serem deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO que a mencionada Lei n. 8.159, de 1991, no seu art. 20, define a competência e o dever inerentes aos órgãos do Poder Judiciário Federal de proceder à gestão de documentos produzidos em razão do exercício das suas funções, tramitados em juízo e oriundos de cartórios e secretarias, bem como de preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda;

CONSIDERANDO que a referida lei dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e, no seu art. 10, define como inalienáveis e imprescritíveis os documentos considerados de valor permanente;

CONSIDERANDO a importância de manter um Programa de Gestão Documental da Justiça Federal que assegure à administração e aos cidadãos o acesso às informações e a proteção de direitos;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no seu art. 62, tipifica a destruição de arquivos como crime contra o patrimônio cultural e a necessidade de preservar processos e documentos de interesse para o patrimônio histórico e cultural da nação;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006, sobre a produção, a tramitação, o acesso e a guarda de processos judiciais em meio eletrônico;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, sobre o acesso a informações, previsto no inc. XXXIII do art. 5º, no inc. II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012, sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos;

CONSIDERANDO a Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que orienta aos órgãos do Poder Judiciário, descritos no art. 92, II a VII, da Constituição Federal de 1988, a observância das normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname e de seus instrumentos;

CONSIDERANDO o disposto na Recomendação n. 46, de 17 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que altera a Recomendação n. 37 desse órgão;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a autenticidade, a integridade, a segurança, a preservação e o acesso, de longo prazo, dos documentos e processos, em face das ameaças de degradação física e de rápida obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar as atividades de preservação, pesquisa e divulgação da história do Poder Judiciário, bem como das informações de caráter histórico contidas nos acervos judiciais; e

CONSIDERANDO o decidido no Processo n. CF-PPN-2012/00135, julgado na sessão realizada em 17 de outubro de 2014, resolve:

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta resolução estabelece o Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal de 1º e 2º graus, observadas as normas de funcionamento do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname e seus instrumentos, de que trata a Recomendação CNJ n. 37/2011.

Art. 2º O Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos institucionais produzidos e recebidos pelas instituições do Judiciário no exercício das suas atividades, independentemente do suporte em que a informação se encontra registrada.

Art. 3º Determina-se, para a Gestão Documental na Justiça Federal de 1º e 2º graus:

I - a manutenção dos documentos em ambiente físico ou eletrônico seguro e a implementação de estratégias de preservação desses documentos desde sua produção e durante o tempo de guarda definido;

II - a classificação, a avaliação e a descrição documental, mediante a utilização de normas, planos de classificação e tabelas de temporalidade documental padronizadas, visando preservar as informações indispensáveis à administração das instituições, à memória e cultura nacionais e à garantia dos direitos individuais e coletivos;

III - a padronização das espécies, dos tipos, das classes, dos assuntos e dos registros de movimentação de documentos e processos;

IV - a adoção de critérios de transferência e de recolhimento dos documentos e processos das unidades administrativas e judiciais para a unidade de arquivo;

V - a orientação de magistrados e de servidores das instituições da Justiça Federal sobre os fundamentos e instrumentos do Programa de Gestão Documental e Memória da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

VI - a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos (MoReq-Jus), de que trata a Resolução CNJ n. 91/2009;

VII - a constituição de unidades de gestão documental e de Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPADs) nas instituições da Justiça Federal.

Art. 4º É de responsabilidade de magistrados e servidores, com o apoio técnico das unidades de gestão de documentos, de que trata o inc. VII do art. 3º, no âmbito das suas atribuições, a correta aplicação das normas e dos procedimentos previstos no Programa de Gestão Documental da Justiça Federal.

Art. 5º São instrumentos do Programa de Gestão Documental:

I - os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, bem como os metadados desses sistemas, essenciais à identificação do documento institucional de modo inequívoco em sua relação com os outros documentos;

II - as Tabelas Processuais Unificadas;

III - a Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais;

IV - o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade dos Documentos Administrativos da Justiça Federal - PCTT;

V - a Lista de Verificação para Baixa Definitiva de Autos;

VI - a Lista de Verificação para Eliminação de Autos Findos;

VII - o Fluxograma de Avaliação, Seleção e Destinação de Autos Findos;

VIII - o Plano para Amostra Estatística Representativa; e

IX - o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.

§ 1º A destinação de guarda permanente dos documentos, determinada nos instrumentos utilizados pela Justiça Federal, deverá ser compatível com aquela estabelecida pelo Proname.

§ 2º Os instrumentos do Programa de Gestão Documental encontram-se disponíveis no portal da Justiça Federal <www.cjf.jus.br> e serão atualizados e publicados pelo Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 6° O Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal será coordenado pelo titular da Secretaria do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e integrado pelos titulares das unidades de documentação ou arquivo do Conselho da Justiça Federal e dos tribunais regionais federais, indicados pelos respectivos presidentes, bem como pelos magistrados e servidores da Justiça Federal que atuam junto ao Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname).

§ 1° O Comitê, sempre que julgar necessário, poderá convidar, para integrá-lo, titulares das unidades de arquivo das seções judiciárias e servidores com formação nas áreas de História, Administração, Informática, Estatística, Contabilidade, Direito, Arquivologia, Biblioteconomia e outras.

Art. 7° Compete ao Comitê coordenar o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal, bem como:

I - elaborar e atualizar manuais específicos com orientações para a aplicabilidade das normas previstas nesta resolução;

II - elaborar plano de capacitação para servidores e magistrados, periodicamente, objetivando a aplicação dos instrumentos de gestão documental da Justiça Federal;

III - propor normas complementares ao Programa para aprovação do Conselho da Justiça Federal;

IV - atualizar e publicar os instrumentos do Programa de Gestão Documental no portal eletrônico da Justiça Federal;

V - propor alterações nas Tabelas de Temporalidade de Autos Findos e no Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Documentação Administrativa da Justiça Federal;

VI - acompanhar e verificar a aplicação das normas previstas nesta resolução e, quando for o caso, sugerir ao Corregedor-Geral da Justiça Federal medidas corretivas;

VII - instituir subcomitê técnico para proceder à revisão e atualização periódica do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade da Documentação Administrativa da Justiça Federal - PCTT.

Art. 8° Deverão ser instituídas Comissões Permanentes de Avaliação e Gestão Documental no Conselho da Justiça Federal, nos tribunais regionais federais e nas seções judiciárias, compostas, no mínimo, por:

I - servidor responsável pela unidade de documentação ou arquivo;

II - bacharel em Arquivologia ou, na falta deste, bacharel em Biblioteconomia;

III - bacharel em História;

IV - bacharel em Direito.

Parágrafo único. A critério das comissões, serão convidados a integrá-las servidores das unidades organizacionais às quais se referem os documentos a serem avaliados, bem como profissionais ligados ao campo de conhecimento de que trata o acervo objeto da avaliação, podendo ser substituídos após a conclusão dos trabalhos relativos às respectivas unidades ou áreas de conhecimento.

Art. 9° Compete às comissões:

I - orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e recebidos nos respectivos órgãos, para fins de guarda permanente ou eliminação;

II - propor alterações nos instrumentos de gestão documental, previstos no art. 5º desta resolução;

III - estabelecer prioridades para análise e destinação de documentos institucionais;

IV - analisar e aprovar as minutas dos editais de eliminação de documentos e processos elaborados pela unidade de arquivo;

V - aprovar os termos de eliminação, elaborados pela unidade de arquivo;

VI - analisar as propostas de guarda definitiva que lhe forem dirigidas e pronunciar-se acerca do seu acolhimento;

VII - constituir, se for o caso, comissões setoriais nas subseções judiciárias.

§ 1º Compete às comissões permanentes dos tribunais regionais federais acompanhar a política de gestão documental do tribunal e das seções judiciárias sob sua jurisdição e participar de todas as decisões afetas à manutenção do acervo, modernização e automatização dos arquivos setoriais e centrais.

§ 2º As comissões nas seções judiciárias se reportarão às comissões dos tribunais regionais federais, e estas, ao Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal.

§ 3º Os presidentes dos tribunais, ou o diretor do foro, nas seções judiciárias, poderão designar juiz para atuar como consultor junto às respectivas comissões.

Art. 10. O Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1º e 2º graus deve ser coordenado pelas unidades de documentação e de arquivo existentes nos órgãos da Justiça Federal.

§ 1º Compete à coordenação do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1º e 2º graus:

a) difundir as normas e diretrizes de gestão documental e zelar pela sua correta aplicação;

b) propor políticas referentes à manutenção do acervo e à modernização e automatização dos arquivos setoriais e centrais sob a sua jurisdição;

c) acompanhar os procedimentos necessários para a efetiva eliminação dos documentos incluídos no termo de eliminação;

d) sugerir alterações nos instrumentos de gestão documental.

SEÇÃO III

DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Art. 11. Considera-se documento institucional todo aquele gerado ou recebido pela Justiça Federal no exercício das suas funções, independentemente da forma ou do suporte em que foi produzido.

§ 1º Os documentos institucionais de que trata o caput deste artigo são classificados como:

I - correntes: aqueles que estiverem em tramitação, ou que, mesmo sem movimentação, constituírem objeto de consultas frequentes;

II - intermediários: aqueles que, por conservarem ainda algum interesse jurisdicional ou administrativo, mesmo não sendo de uso corrente pelas áreas emitentes, estiverem aguardando eliminação ou recolhimento para guarda permanente;

III - permanentes: aqueles de valor histórico, probatório e informativo, que devem ser definitivamente preservados no suporte em que foram criados.

§ 2º As qualidades essenciais do documento institucional são: organicidade, unicidade, confiabilidade, integridade, autenticidade, não repúdio, tempestividade e publicidade (quando não submetido a sigilo).

Art. 12. Os documentos classificados como de guarda permanente constituem o fundo arquivístico histórico da Justiça Federal e devem ser guardados e disponibilizados para consulta, de modo a não colocar em risco a sua adequada preservação.

§ 1º Os documentos de guarda permanente não poderão ser eliminados, mesmo que digitalizados.

§ 2º São considerados documentos de guarda permanente:

a) os atos normativos: ato, regimento, resolução, portaria e outras normas expedidas;

b) os atos de assentamento: atas, termo e outros registros oficiais sobre fatos ou ocorrências;

c) os atos de ajuste: tratado, contrato, convênio e outros acordos em que a Justiça Federal for parte;

d) o inteiro teor de sentenças, as decisões terminativas, os acórdãos e as decisões recursais monocráticas, armazenados em base de dados, em livro eletrônico ou impresso, ou retirados dos autos que serão eliminados;

e) todas as ações criminais com provimento final condenatório, bem como as tramitadas perante os juizados especiais criminais com provimento final de transação;

f) as ações criminais, independentemente de seu resultado, que versem sobre crimes inafiançáveis e imprescritíveis, resultantes de preconceito de raça, de cor e contra a segurança nacional e a ordem política e social;

g) as ações civis públicas e coletivas, populares, de improbidade administrativa, opções de nacionalidade, naturalização e usucapião;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

h) as ações que versem sobre matérias que envolvam os fundamentos da República Federativa (soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana), Direito Ambiental, intervenção do Estado na propriedade (desapropriações, privatizações, limitação administrativa, ocupação temporária, requisição de bem particular e servidão administrativa), direitos de comunidades indígenas e quilombolas, direitos humanos, tratados internacionais;

i) os processos em que forem suscitados incidentes de uniformização de interpretação de lei ou de jurisprudência e de arguição de inconstitucionalidade;

j) os processos que constituírem precedentes de súmulas ou os submetidos ao regime de repercussão geral e de recurso repetitivo;

k) os processos nas condições acima serão objeto de anotação na Tabela de Temporalidade quando constituírem classes ou assuntos próprios. Em caso contrário, deverão ser objeto de indicação pelos órgãos julgadores às instâncias de origem, para fins de anotação nos sistemas processuais;

l) as ações pertencentes ao período de 1890 a 1973;

m) outros documentos classificados como de guarda permanente nos instrumentos previstos nos incisos III e IV do art. 5º desta resolução;

n) outros documentos e processos administrativos ou judiciais classificados como de guarda permanente pelas Comissões Permanentes de Avaliação e Gestão Documental das instituições da Justiça Federal.

§ 3º Os documentos mencionados no § 2º, alíneas "a", "b" e "c", devem ser encaminhados às unidades responsáveis pelo arquivamento imediatamente após a sua produção ou, quando for o caso, logo após a certificação da sua publicação.

§ 4º Os documentos relacionados no § 2º, alínea "d", referentes a processos não selecionados para guarda permanente, serão retirados dos autos e terão guarda permanente no seu suporte físico ou em versão digital do seu inteiro teor, assinada e certificada por autoridade certificadora credenciada, na forma da lei.

§ 5º Os livros de registro de sentenças poderão ser eliminados sempre que houver cópia do seu inteiro teor em versão digital assinada e certificada por autoridade certificadora credenciada, na forma da lei.

§ 6º Tendo em vista a conservação, os documentos de guarda permanente só poderão ser retirados das unidades de arquivo em caráter excepcional:

a) por empréstimo, no âmbito interno da Justiça Federal, quando a disponibilização de cópia em meio digital não for viável ou não se apresentar como o modo mais adequado;

b) por desarquivamento, quando envolver tramitação;

c) para fins de exposição ao público, cumprindo requisitos que garantam sua integridade e segurança;

d) para tratamento técnico específico.

§ 7º Os documentos de guarda permanente estarão disponíveis para consulta, nas unidades responsáveis pela sua guarda e preservação.

SEÇÃO IV

DOS PROCEDIMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

Art. 13. Os processos com trânsito em julgado e os documentos administrativos em arquivo intermediário que não sejam de valor permanente não precisarão ser digitalizados para a eliminação.

Art. 14. Os processos judiciais físicos que forem digitalizados para a tramitação eletrônica não poderão ser objeto de arquivamento definitivo até seu trânsito em julgado.

Parágrafo único. Os processos físicos mencionados no caput deverão acompanhar a temporalidade e a destinação final do processo eletrônico.

Art. 15. Os documentos e processos administrativos que forem digitalizados para a tramitação eletrônica não poderão ser objeto de arquivamento definitivo até o fim do prazo de guarda em arquivo corrente, estabelecido no instrumento previsto no inc. IV do art. 5º desta resolução.

Art. 16. A digitalização de autos físicos judiciais, em tramitação, será precedida de publicação de editais de intimações ou da intimação pessoal das partes e de seus procuradores, para que, no prazo preclusivo de trinta dias, manifestem-se sobre o desejo de manterem pessoalmente a guarda de algum dos documentos originais.

Parágrafo único. A digitalização deverá ser realizada de forma a manter a integridade, a autenticidade e, se necessário, a confidencialidade do documento digital, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 17. Os documentos administrativos e as ações judiciais transitadas em julgado e definitivamente arquivadas, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, serão avaliados, com vistas à guarda ou eliminação, segundo os critérios previstos nos instrumentos definidos no art. 5º desta resolução.

Parágrafo único. As ações judiciais transitadas em julgado serão definitivamente arquivadas quando não necessitarem de nenhuma diligência do juízo processante, da secretaria da unidade judiciária respectiva e de terceiros designados para atuar na lide ou eventualmente alcançados pelo julgado, conforme a Lista de Verificação para Baixa Definitiva de Autos.

Art. 18. É facultada a formulação de proposta fundamentada à Comissão Permanente de Avaliação Documental de guarda definitiva de processo judicial ou administrativo, cuja matéria seja considerada de grande valor para a sociedade ou para a instituição.

§ 1º Poderão apresentar a proposta:

I - os magistrados prolatores das decisões e os desembargadores relatores dos processos;

II - os presidentes dos tribunais;

III - os juízes diretores dos foros e o diretor-geral da secretaria, quando se tratar de processo administrativo; e

IV - as entidades de caráter histórico, cultural e universitário.

§ 2º A Comissão Permanente de Avaliação Documental da instituição deliberará sobre a existência de valor secundário na documentação.

Art. 19. Será preservada uma amostra representativa extraída do universo dos autos judiciais findos destinados à eliminação com base na fórmula estatística mencionada no inc. VIII do art. 5º desta resolução.

Art. 20. Os documentos previstos no PCTT, para imediata eliminação após o prazo de arquivo corrente, devem ser eliminados na própria unidade responsável, sem transferência para unidade arquivística e sem publicação de edital de eliminação.

Art. 21. A eliminação dos autos de ações judiciais transitadas em julgado e de documentos administrativos definitivamente arquivados na Justiça Federal será precedida de publicação de edital de eliminação, do registro de dados e das informações processuais no sistema processual, além do atendimento às exigências da Lista de Verificação para Eliminação de Autos Findos, de forma que, a qualquer tempo, seja possível a expedição de certidões sobre o processo.

Art. 22. Vencido o prazo de guarda, a destinação de cada documento ou processo poderá ser alterada pela comissão de avaliação documental da instituição, com base em fatos supervenientes que possam ter ocorrido em relação a ele.

Art. 23. Os extratos dos editais de eliminação serão publicados no veículo de publicação oficial de cada órgão, e o inteiro teor, na respectiva página na internet, consignando-se um prazo de 45 dias para possíveis manifestações das partes interessadas antes da efetiva eliminação dos processos ou documentos.

§ 1º As partes interessadas nos autos findos e nos documentos administrativos a serem eliminados poderão, às suas expensas, requisitá-los para guarda particular, por meio de petição ao diretor da unidade administrativa à qual o arquivo esteja vinculado.

§ 2º O documento original será entregue, após o prazo previsto no caput deste artigo, à primeira parte solicitante; às demais partes requerentes, quando houver, serão fornecidas cópias.

§ 3º Os recursos que formarem autos, os embargos à execução e outros processos que não existem de forma autônoma deverão ser remetidos à instituição de origem ou nela mantidos para eliminação concomitante com o processo principal.

§ 4º Os agravos, os recursos em sentido estrito em matéria criminal, por instrumento e os incidentes processuais autuados em apartado, poderão ser eliminados independentemente do processo principal, logo após o traslado das peças originais não existentes no processo principal.

§ 5º Os documentos mencionados no parágrafo anterior deverão ser descartados na unidade processante responsável pelo traslado, com o lançamento da respectiva fase no sistema processual, dispensada a publicação do edital de eliminação e vedada a transferência à unidade de arquivo.

§ 6º As ações rescisórias terão a mesma destinação final atribuída ao feito que lhes deu origem, e este ficará suspenso até a baixa da ação rescisória.

Art. 24. A eliminação de documentos institucionais realizar-se-á mediante critérios de responsabilidade social e de preservação ambiental, por meio da reciclagem do material descartado e da destinação do resultado para programas sociais de entidades sem fins lucrativos.

Art. 25. A avaliação e a destinação dos documentos administrativos e autos processuais findos criados em suporte digital obedecem aos critérios previstos nos instrumentos definidos no art. 5º desta resolução.

Art. 26. A gestão de documentos digitais adotará requisitos funcionais, requisitos não funcionais e metadados estabelecidos no MoReq-Jus, de que trata a Resolução CNJ n. 91/2009.

Art. 27. Os processos e os documentos digitais cuja autenticidade esteja assegurada na forma da lei poderão ter a sua geração, tramitação e guarda feitas exclusivamente em sistemas informatizados corporativos, dispensada a emissão de cópia em papel.

Art. 28. Os sistemas informatizados deverão possibilitar a transferência de processos e documentos digitais do arquivo corrente para os arquivos intermediário e permanente, ficando disponíveis para magistrados e servidores, de acordo com os seus níveis de responsabilidades e com as atividades que desenvolverem: protocolo, autuação, classificação, indexação, processamento, avaliação, arquivamento, eliminação, guarda permanente e acesso.

§ 1º As unidades arquivísticas são responsáveis pela gestão documental, especialmente no que se refere ao recebimento, à avaliação, à destinação, à guarda e ao acesso aos documentos digitais.

§ 2º A unidade de arquivo procederá ao exame de presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais recebidos, baseando-se nos metadados a eles relacionados.

§ 3º As unidades de tecnologia da informação são responsáveis pelo armazenamento adequado dos documentos digitais e pela disponibilização de ferramentas de gestão documental nos sistemas informatizados corporativos.

Art. 29. Os documentos que forem transcritos para suporte digital, mediante certificação por assinatura digital emitida por autoridade certificadora credenciada, terão o mesmo valor dos originais.

Parágrafo único. Aplica-se o previsto no caput deste artigo, no que couber, aos documentos e processos administrativos.

Art. 30. Os documentos institucionais digitais deverão ser objeto de políticas de segurança da informação que visem garantir a sua integridade e acessibilidade de longo prazo, evitando-se a degradação física e a obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos.

Art. 31. A guarda do documento, independentemente do suporte físico, deverá garantir a sua autoria, integridade e tempestividade.

Art. 32. Os procedimentos para classificação, acesso, inserção de dados nos sistemas eletrônicos, manuseio, reprodução, transporte, arquivamento e guarda de documentos e processos no âmbito da Justiça Federal deverão assegurar, no que couber, a aplicação das normas referentes ao sigilo e segredo de justiça.

SEÇÃO V

DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Art. 33. Denomina-se "Memória Institucional" o conjunto de documentos, peças e elementos considerados para fins históricos, probatórios e de patrimônio, como garantia da consolidação da identidade institucional.

Art. 34. Determina-se, com vistas à preservação e divulgação da Memória Institucional na Justiça Federal de 1º e 2º graus:

I - a implantação de Centros de Referência da Memória Institucional no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus;

II - a disseminação e acesso do acervo histórico da instituição.

Art. 35. Compete aos Centros de Referência da Memória Institucional:

I - preservar e divulgar a documentação de valor permanente e peças museológicas;

II - organizar eventos culturais e mostras permanentes ou temporárias do acervo;

III - realizar pesquisas visando à reconstituição e a preservação da memória da Justiça Federal;

IV - promover convênios, acordos de cooperação técnico-científica e parcerias com instituições universitárias e culturais;

V - contribuir para a reconstrução da História da Justiça Federal, da evolução do Direito e do pensamento jurídico no Brasil, disponibilizando à sociedade acervo para consulta e pesquisa;

VI - dar cumprimento aos preceitos legais relativos à preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro, à garantia do acesso às informações de caráter público e aos arquivos públicos.

Art. 36. Os tribunais regionais federais deverão definir a responsabilidade pelo gerenciamento dos Centros de Referência da Memória Institucional, bem como dotá-los de infraestrutura necessária para a implementação dos serviços.

Art. 37. Deverão ser constituídas comissões para a implementação e desenvolvimento dos Centros de Referência da Memória Institucional da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Art. 38. Compete às comissões:

a) - gerir a execução para a implementação dos Centros de Referência;

b) - elaborar projetos;

c) - empreender gestões para a obtenção de recursos técnicos e financeiros;

d) - apresentar relatórios periódicos à presidência dos TRFs, sobre as distintas iniciativas e execuções.

§ 1º As referidas comissões exercerão suas atividades durante o planejamento, a elaboração e a execução, além de coordenarem todas as fases necessárias, com o apoio das Comissões Permanentes de Avaliação Documental (CPADs);

§ 2º Poderão ser convocados servidores das áreas especializadas para prestar assessoria técnica na execução dos projetos de implantação.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. A emissão de certidões, juntadas e desentranhamentos de peças processuais referentes aos autos findos, definitivamente arquivados, são de responsabilidade das unidades processantes.

Parágrafo único. A emissão de certidões em relação a processos já eliminados é de responsabilidade das unidades de gestão documental.

Art. 40. Esta resolução será aplicada e interpretada em consonância com os princípios e finalidades estabelecidos na Lei n. 12.527, de 2011, de modo a garantir aos cidadãos e à sociedade, de forma concreta, o acesso a informações previsto no inc. XXXIII do art. 5º, no inc. II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Art. 41. Revoga-se a Resolução n. 23, de 19 de setembro de 2008.

Art. 42. Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 319, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 40 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e tendo em vista a autorização contida nos incisos I, alínea "a", II e § 1º do art. 4º da Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 10/SOF/MP, datada de 12 de fevereiro de 2014, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 4.546.972,00 (quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil e novecentos e setenta e dois reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.561.548
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.561.548
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							1.561.548
			F	4	2	90	0	100	1.561.548
TOTAL - FISCAL									1.561.548
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.561.548

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.216.480
		Atividades							
02 131	0569 2549	Comunicação e Divulgação Institucional							6.000
02 131	0569 2549 6013	Comunicação e Divulgação Institucional - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							6.000
			F	3	2	90	0	100	6.000
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.210.480
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.210.480
			F	4	2	90	0	100	1.112.480
			F	4	2	90	0	127	98.000
TOTAL - FISCAL									1.216.480
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.216.480

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							119.063
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							119.063
02 061	0569 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP							119.063
			F	4	2	90	0	100	119.063
TOTAL - FISCAL									119.063
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									119.063

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.649.881
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.649.881
02 061	0569 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							1.649.881
			F	3	2	90	0	100	1.494.000
			F	3	2	90	0	150	155.881
TOTAL - FISCAL									1.649.881
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.649.881

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.056.327
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							781.327
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional							781.327
			F	3	2	90	0	100	625.446
			F	3	2	90	0	150	155.881
		Projetos							
02 122	0569 14YP	Implantação de Turmas Recursais							275.000
02 122	0569 14YP 0001	Implantação de Turmas Recursais - Nacional							275.000
			F	3	2	90	0	100	69.000
			F	4	2	90	0	100	206.000
TOTAL - FISCAL									1.056.327
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.056.327

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.996.645
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.996.645
02 061	0569 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ							1.996.645
			F	3	2	90	0	100	1.898.645
			F	3	2	90	0	127	98.000
TOTAL - FISCAL									1.996.645
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.996.645

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							1.494.000
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							1.494.000
02 061	0569 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE							1.494.000
			F	4	2	90	0	100	1.494.000
TOTAL - FISCAL									1.494.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.494.000

RESOLUÇÃO Nº 320, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 40 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e tendo em vista a autorização contida no inciso I, alínea "a" e § 1º do art. 4º da Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 10/SOF/MP, datada de 12 de fevereiro de 2014, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 3.331.167,00 (três milhões, trezentos e trinta e um mil e cento e sessenta e sete reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.005.537
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							872.662
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							872.662
			F	3	1	90	0	100	872.662
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							131.612
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							131.612
			F	3	1	90	0	100	131.612
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							1.951.263
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional							1.951.263
			F	3	1	90	0	100	1.951.263
		Operações Especiais							
02 331	0569 00M1	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade							50.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 331	0569 00M1 0001	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade - Nacional	F	3	1	90	0	100	50.000
									50.000
TOTAL - FISCAL									3.005.537
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.005.537

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							23.000
		Atividades							
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							23.000
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	23.000
TOTAL - FISCAL									23.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							288.194
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							288.194
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	288.194
TOTAL - FISCAL									288.194
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									288.194

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							14.436
		Atividades							
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							14.436
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	14.436
TOTAL - FISCAL									14.436
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.436

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.331.167
		Atividades							
02 061	0569 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal							3.331.167
02 061	0569 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	F	3	2	90	0	100	3.331.167
TOTAL - FISCAL									3.331.167
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.331.167

RESOLUÇÃO Nº 322, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 40 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e tendo em vista a autorização contida no inciso VI do art. 4º da Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 10/SOF/MP, datada de 12 de fevereiro de 2014, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 50.812.986,00 (cinquenta milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e oitenta e seis reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							28.077.139
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							28.077.139
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	28.077.139
TOTAL - FISCAL									28.077.139
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									28.077.139

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							2.779.969
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							2.779.969
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	2.779.969
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							2.220.451
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.056.493
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.056.493
		Operações Especiais							
02 122	0569 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.163.958
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.163.958
TOTAL - FISCAL									2.220.451
TOTAL - SEGURIDADE									2.779.969
TOTAL - GERAL									5.000.420

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.214.690
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.214.690
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.214.690
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							4.684.690
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							4.684.690
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	4.684.690
TOTAL - FISCAL									4.684.690
TOTAL - SEGURIDADE									1.214.690
TOTAL - GERAL									5.899.380

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.018.264
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.018.264
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	1.018.264
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							6.936.682
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							3.163.546
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	3.163.546
		Operações Especiais							
02 122	0569 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							3.773.136

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	3.773.136
									3.773.136
TOTAL - FISCAL									6.936.682
TOTAL - SEGURIDADE									1.018.264
TOTAL - GERAL									7.954.946

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							684.315
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							684.315
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	100	684.315
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							3.196.786
		Atividades							
02 122	0569 20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União							1.620.894
02 122	0569 20TP 0001	Pagamento de Pessoal Ativo da União - Nacional	F	1	1	90	0	100	1.620.894
		Operações Especiais							
02 122	0569 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							1.575.892
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	1.575.892
TOTAL - FISCAL									3.196.786
TOTAL - SEGURIDADE									684.315
TOTAL - GERAL									3.881.101

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							6.512.986
		Operações Especiais							
02 122	0569 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							6.512.986
02 122	0569 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	6.512.986
	0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							44.300.000
		Operações Especiais							
28 846	0909 0C04	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações							44.300.000
28 846	0909 0C04 0001	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações - Nacional	F	1	1	90	0	100	44.300.000
TOTAL - FISCAL									50.812.986
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									50.812.986

RESOLUÇÃO Nº 321, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere o inciso II do § 1º do art. 40 da Lei n. 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e tendo em vista a autorização contida no inciso XVI do art. 4º da Lei n. 12.952, de 20 de janeiro de 2014, e os procedimentos estabelecidos na Portaria n. 10/SOF/MP, datada de 12 de fevereiro de 2014, ad referendum, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal, créditos adicionais suplementares, no valor global de R$ 1.078.327,00 (um milhão, setenta e oito mil e trezentos e vinte e sete reais), para atender às programações do Anexo I desta resolução.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta resolução.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Min. FRANCISCO FALCÃO

ANEXO

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							30.000
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							20.000
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	20.000
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							10.000
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	10.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									30.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							48.000
		Atividades							
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							48.000
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	48.000
TOTAL - FISCAL									48.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							670.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							600.000
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	600.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							40.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	40.000
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							30.000
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									670.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							330.327
		Atividades							
02 331	0569 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares							330.327
02 331	0569 2012 0001	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	330.327
TOTAL - FISCAL									330.327
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									330.327

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							630.000
		Atividades							
02 301	0569 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							600.000
02 301	0569 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional	S	3	1	90	0	100	600.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							30.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	30.000
TOTAL - FISCAL									30.000
TOTAL - SEGURIDADE									600.000
TOTAL - GERAL									630.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal
UNIDADE: 12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							48.000
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							21.000

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	21.000
									21.000
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							27.000
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	27.000
									27.000
TOTAL - FISCAL									48.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									48.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							70.000
		Atividades							
02 331	0569 2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares							70.000
02 331	0569 2010 0001	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	F	3	1	90	0	100	70.000
									70.000
TOTAL - FISCAL									70.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									70.000

ÓRGÃO: 12000 - Justiça Federal

UNIDADE: 12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0569	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal							330.327
		Atividades							
02 331	0569 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares							330.327
02 331	0569 2011 0001	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Nacional	F	3	1	90	0	100	330.327
									330.327
TOTAL - FISCAL									330.327
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									330.327

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 23, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 10ª, 17ª, 18ª Regiões, crédito suplementar, no valor global de R$ 3.192.000,00 (três milhões, cento e noventa e dois mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos dos art. 40 da Lei n.º 12.919/13, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014) c/c art. 4º da Lei n.º 12.952/2014, de 20 de janeiro de 2014 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2014), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 10, de 12 de fevereiro de 2014, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 5, de 24 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 10ª, 17ª, 18ª Regiões, crédito suplementar, tipo 457 com compensação, no valor global de 3.192.000,00 (três milhões, cento e noventa e dois mil reais), para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							112.876
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							112.876
02 301	0571 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	S	3	1	90	0	100	112.876
									112.876
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									112.876
TOTAL - GERAL									112.876

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							1.047.854
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							1.047.854

02 301	0571 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	S	3	1	90	0	100	1.047.854
									1.047.854
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.047.854
TOTAL - GERAL									1.047.854

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							536.457
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							536.457
02 301	0571 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais							536.457
			S	3	1	90	0	100	536.457
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									536.457
TOTAL - GERAL									536.457

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							892.500
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							892.500
02 301	0571 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul							892.500
			S	3	1	90	0	100	892.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									892.500
TOTAL - GERAL									892.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							285.600
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							285.600
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							285.600
			S	3	1	90	0	100	285.600
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									285.600
TOTAL - GERAL									285.600

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							75.213
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							75.213

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

02 301	0571 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	S	3	1	90	0	100	75.213
									75.213
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									75.213
TOTAL - GERAL									75.213

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás

ANEXO I Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							241.500
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							241.500
02 301	0571 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás							241.500
			S	3	1	90	0	100	241.500
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									241.500
TOTAL - GERAL									241.500

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho

UNIDADE: 15101 - Tribunal Superior do Trabalho

ANEXO II Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							3.192.000
		Atividades							
02 301	0571 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							3.192.000
02 301	0571 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional							3.192.000
			S	3	1	90	0	100	3.192.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									3.192.000
TOTAL - GERAL									3.192.000

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 261, DE 13 DE OUTUBRO DE 2014

O Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, em Sessão Extraordinária, hoje realizada, na presença dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Luiz Cosmo da Silva Júnior (Presidente), James Magno Araújo Farias (Vice-Presidente), José Evandro de Souza, Gerson de Oliveira Costa Filho, Márcia Andrea Farias da Silva, Ilka Esdra Silva Araújo, Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro e do representante do Ministério Público, o Excelentíssimo Senhor Roberto Magno Peixoto Moreira, Considerando o que preceitua o art. 19, inciso XVI, do Regimento Interno deste Tribunal, Considerando o inteiro teor do Protocolo nº 7464/2012, resolve:

Baixar, por unanimidade de votos, a seguinte RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA: "Homologar o Resultado Final do CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DESTE TRIBUNAL". Por ser verdade, DOU FÉ.

ÉLEN DOS REIS ARAÚJO BARROS DE BRITO
Secretária

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 11 de novembro de 2014

Processo Eletrônico nº 6501-2014

Ratifico a inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa Kratos Klio Difusão de Conhecimentos Ltda., CNPJ nº 18.535.368/0001-10, mediante inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, da Lei nº 8.666/93, no valor total de R$ 15.000,00, para a realização da palestra "Mal primordial: o orgulho nosso de cada dia", a ser proferido por Leandro Karnal, no dia 28.11.2014, com carga de 2 horas.

Des. FRANCISCO DAS C. LIMA FILHO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

DECISÃO Nº 221, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

Homologa o resultado das eleições do Coren/SP, referentes ao mandato do triênio 2015/2017, Quadro I e Quadro II/III e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, em conjunto com o Primeiro-Secretário da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO o que consta no Parecer do GTAE nº 066/2014, grupo instituído pela Portaria Cofen nº 039/2014, cuja composição foi posteriormente alterada pela Portaria Cofen nº 433/2014 e posteriormente derrogada pela Portaria Cofen nº 752/2014;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Cofen, em sua 456ª Reunião Ordinária, quando foi homologado o resultado das eleições do Coren/SP, referentes ao mandato do triênio 2015/2017, e proclamados os eleitos naquele pleito;

CONSIDERANDO tudo mais o que consta dos autos do PAD Cofen nº 109/2014 e PAD Cofen nº 234/2014, decide:

Art. 1º Homologar o resultado das Eleições do Coren/SP, ocorridas nos dias 13 e 14/09/2014, para o Quadro I e para os Quadros II/III, referentes ao mandato correspondente ao triênio 01/01/2015 a 31/12/2017, para que produzam os reais e legais efeitos previstos na Resolução Cofen nº 355/2009.

Art. 2º Proclamar, como vencedores das Eleições ao Quadro I, os seguintes profissionais, todos componentes da CHAPA 02, a saber:

Conselheiros Efetivos do Quadro I:

Mauro Antônio Pires Dias da Silva, Coren-SP 5.866-ENF; Maria Cristina Komatsu Braga Massarollo, Coren-SP 17.375-ENF; Cláudio Luiz da Silveira, Coren-SP 25.368-ENF; Fabíola de Campos Braga Mattozinho, Coren-SP 68.336-ENF; Luciano da Silva, Coren-SP 82.988-ENF; Marcília Rosana Crivelli Bonacordi Gonçalves, Coren-SP 47.797-ENF; Marcus Vinicius de Lima Oliveira, Coren-SP 51.036-ENF; Danielle Cristine Ginsicke, Coren-SP 90.106-ENF; Paulo Cobellis Gomes, Coren-SP 15.838-ENF; Andréa Bernardinelli Storniolli, Coren-SP 92.771-ENF; Vagner Urias, Coren-SP 47.832-ENF; Rosângela de Mello, Coren-SP 14.029-ENF.

Conselheiros Suplentes do Quadro I: Ana Márcia Moreira Donnabella, Coren-SP 31.911-ENF; Evandro Rafael Pinto Lira, Coren-SP 138.179-ENF;

Vanessa Maria Nunes Roque, Coren-SP 89.556-ENF;

João Batista de Freiras, Coren-SP 43.776-ENF;

Alessandro Lopes Andrighetto, Coren-SP 73.104-ENF;

Renata Andréa Pietro Pereira Viana, Coren-SP 82.037-ENF;

Marcia Regina Costa Brito, Coren-SP 107.882-ENF;

Marcel Willan Lobato, Coren-SP 174.093-ENF;

Matheus de Sousa Arci, Coren-SP 110.867-ENF;

Alessandro Correia da Rocha, Coren-SP 135.981-ENF;

Rosemeire Aparecida de Oliveira de Carvalho, Coren-SP 65.385- ENF;

Antonio Carlos Siqueira Junior, Coren-SP 32.052-ENF.

Art. 3º Proclamar, como vencedores das Eleições aos Quadros II/III, os seguintes profissionais, todos componentes da CHAPA 01, a saber:

Conselheiros Efetivos dos Quadros II/III:

Vilani Sousa Micheletti, Coren-SP 525.640-TE;

Marcelo da Silva Felipe, Coren-SP 328.862-TE;

Jefferson Erecy Santos, Coren-SP 548.021-TE;

Edinildo Magalhães dos Santos, Coren-SP 182.417-AE;

Demerson Gabriel Bussoni, Coren-SP 105.620-TE;

Luciano André Rodrigues, Coren-SP 269.702-AE;

Silvio Menezes da Silva, Coren-SP 54.648-TE;

Iraci Campos, Coren-SP 582.365-TE;

Paulo Roberto Natividade de Paula, Coren-SP 16.305-TE.

Conselheiros Suplentes dos Quadros II/III:

Luiz Gonzaga Zuquim, Coren-SP 93.590-TE;

Denilson Cardoso, Coren-SP 144.502-TE;

Vera Lucia Francisco, Coren-SP 277.852-AE;

João Carlos Rosa, Coren-SP 498.952-TE;

Denis Fiorezi, Coren-SP 209.145-TE;

Lourdes Maria Werner Pereira Koeppl, Coren-SP 55.525-AE;

Osvaldo de Lima Junior, Coren-SP 633.505-AE;

Edir Kleber Boas Gonsaga, Coren-SP 607.564-AE;

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSVALDO A. SOUSA FILHO
Presidente do Conselho

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE
Primeiro-Secretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO DE 2013

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	15.706.872,57	RESULTANTES EXEC. ORÇAMENTÁRIA	6.895.909,05
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.246.298,57	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	6.808.525,68
RECEITAS CORRENTES	15.158.915,20	DESPESAS CORRENTES	6.347.951,68
Receita Patrimonial	1.440.603,76	Despesas de Custeio	6.347.951,68
Transferências Correntes	13.533.788,94		
Outras Receitas Correntes	184.522,50		
RECEITAS DE CAPITAL	87.383,37	DESPESAS DE CAPITAL	460.574,00
Amortizações de Empréstimos	87.383,37	Investimentos	10.574,00
		Inversões Financeiras	450.000,00
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	460.574,00	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	87.383,37
Aquisição de Bens Móveis	3.584,00	Recebimento de Créditos	87.383,37
Construção ou Aq. de Bens Imóveis	6.990,00		
Empréstimos Concedidos	450.000,00		
INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAM.	0,00	INDEPENDENTES DA EXEC. ORÇAM.	0,00
Diversas			
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	15.706.872,57	TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	6.895.909,05
RESULTADO PATRIMONIAL		RESULTADO PATRIMONIAL	
Déficit do Exercício		Superávit do Exercício	8.810.963,52
TOTAL GERAL	15.706.872,57	TOTAL GERAL	15.706.872,57

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

Exercício de 2013

ATIVO	2012	2013	VARIAÇÃO	PASSIVO	2012	2013	VARIAÇÃO
ATIVO FINANCEIRO	18.383.012,83	26.917.358,31	8.534.345,48	PASSIVO FINANCEIRO	6.940,43	103.513,02	96.572,59
DISPONÍVEL	474.449,61	752.193,15	277.743,54	DÍVIDA FLUTUANTE	6.940,43	103.513,02	96.572,59
Bancos C/Movimento	442,36	20.194,27	19.751,91	Consignações	6.896,43	6.851,75	-44,68
Bancos C/Arrecadação	473.987,25	731.998,88	258.011,63	Credores da Entidade	44,00	96.661,27	96.617,27
Responsável por Suprimento	20,00		-20,00				
DISPONÍVEL VINC. C/C BANCÁRIA	16.591.537,84	24.100.177,98	7.508.640,14				
Bancos C/vinc. Aplic. Financeira	16.591.537,84	24.100.177,98	7.508.640,14				
REALIZÁVEL	1.204.204,00	1.945.873,46	741.669,46				
Devedores da Entidade	757.243,00	1.473.493,46	716.250,46				
Entidades Públicas Devedoras	446.961,00	472.380,00	25.419,00				
RESULTADO PENDENTE	112.821,38	119.113,72	6.292,34				
Despesas Judiciais	112.821,38	119.113,72	6.292,34				
ATIVO PERMANENTE	4.543.063,08	4.916.253,71	373.190,63	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
BENS PATRIMONIAIS	3.579.858,35	3.590.432,35	10.574,00	DÍVIDA FUNDADA	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	1.156.113,00	1.159.697,00	3.584,00				
Bens Imóveis	2.423.745,35	2.430.735,35	6.990,00				
VALORES	963.204,73	1.325.821,36	362.616,63				
Títulos de Empresas Estatais	2,39	2,39	0,00				
Outros Valores	963.202,34	1.325.818,97	362.616,63				
SOMA DO ATIVO REAL	22.926.075,91	31.833.612,02	8.907.536,11	SOMA DO PASSIVO REAL	6.940,43	103.513,02	96.572,59
SALDO PATRIMONIAL				SALDO PATRIMONIAL			
Patrimônio (Pass. Real a Descob.)				Patrimônio (Ativo Real Líquido)	22.919.135,48	31.730.099,00	8.810.963,52
TOTAL	22.926.075,91	31.833.612,02	8.907.536,11	TOTAL	22.926.075,91	31.833.612,02	8.907.536,11

Brasília, 31 de dezembro de 2013.
PAULO YASSUO KOIKE
CRC: 1SP 139221/0-0
CPF: 759.841.568-49

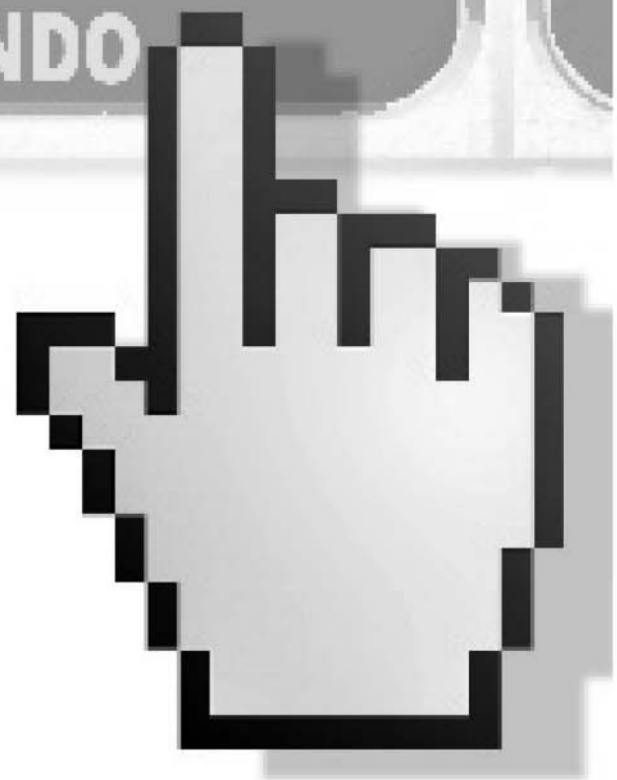
WILEN HEIL E SILVA
Diretor-Tesoureiro
CPF: 072.066.577-96

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho
CPF: 540.253.549-34

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INTERNET
www.in.gov.br

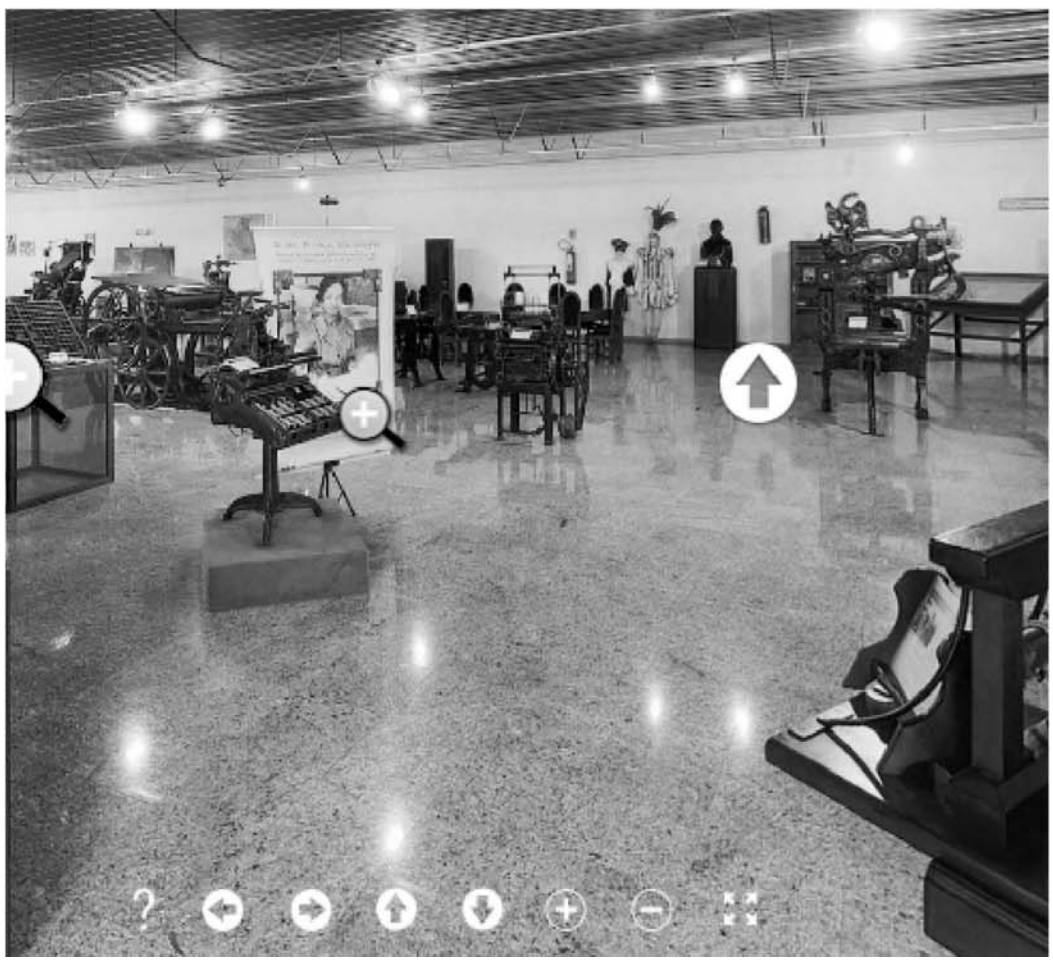
MUSEU DA IMPRENSA PERTENCE AGORA AO MUNDO



Ficou mais fácil conhecer o acervo de imprensa mais importante do Brasil e oitavo do mundo. A Imprensa Nacional lançou na internet a Visita Virtual ao Museu da Imprensa.

Agora, a distância, é possível conferir a riqueza de peças como o prelo em que trabalhou Machado de Assis, a réplica da primeira impressora manual que chegou ao Brasil em 1808, a bela história dos 300 anos da máquina de escrever, entre outras relíquias.

Com recursos visuais avançados, o internauta vai poder entrar no museu e ver cerca de quatrocentas peças e documentos, que registram a evolução da imprensa no Brasil, com descrições detalhadas sobre algumas delas. Essa acessibilidade estará brevemente também disponível aos portadores de necessidades especiais.



Tudo isso, a um clique do visitante no portal www.in.gov.br.

IMPRENSA NACIONAL 1808